

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS - IL**  
**DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS -LIP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**ARGUMENTATIVIDADE NO DISCURSO PARLAMENTAR: DO UNIVERSO  
SOCIAL FEMININO À GRAMÁTICA**

**DULCE ELENA COELHO BARROS**

**BRASÍLIA-DF**

**2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS - IL**  
**DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS -LIP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**DULCE ELENA COELHO BARROS**

**ARGUMENTATIVIDADE NO DISCURSO PARLAMENTAR: DO UNIVERSO**  
**SOCIAL FEMININO À GRAMÁTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de em  
Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e  
Línguas Clássicas, Instituto de Letras da Universidade de  
Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau  
de Doutora em Lingüística.

**ORIENTADORA: Prof.a Dra. Denize Elena Garcia da Silva**

**BRASÍLIA-DF**

**Mai de 2008**

DULCE ELENA COELHO BARROS

**ARGUMENTATIVIDADE NO DISCURSO PARLAMENTAR: DO UNIVERSO  
SOCIAL FEMININO À GRAMÁTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Lingüística, sob orientação da professora Dra. Denize Elena Garcia da Silva.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Doutora Denize Elena Garcia da Silva  
Universidade de Brasília (UnB) – Presidente

---

Doutora Viviane M. Heberle  
Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC) – Membro efetivo

---

Doutora Leila Barbara  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – Membro efetivo

---

Doutora Maria Luiza Salles Coroa  
Universidade de Brasília (UnB) – Membro efetivo

---

Doutora Maria Christina Diniz Leal  
Universidade de Brasília (UnB) – Membro efetivo

---

Doutora Edna Muniz  
Universidade de Brasília (UnB) – Membro suplente

Brasília, 07 de maio de 2008

*Ao arquiteto dos meus sonhos, Carlos, meu marido.  
Aos engenheiros dos meus projetos, Emílio, Adélio e Alúcio, meus filhos.  
À empresária das minhas realizações, Stéfani, minha filha.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus que, em sua infinita bondade, deu força, coragem e perseverança durante o período em que estive longe de minha família.

Ao professor Marcuschi, cujas palavras de incentivo e uma cordialidade acadêmica inigualável apontaram-me um caminho de pesquisa e um nome, Denize Elena.

À Denize Elena que, com todo o seu entusiasmo e fascinação pelos estudos da linguagem, fez de nossos encontros momentos de puro encantamento. Sem sua valiosa orientação, sempre tão cheia de incentivos, não teríamos atingido os objetivos almejados.

Ao professor Dr. Francisco da Silva Borba e à professora Dra. Catarina Vaz Rodrigues, pelas cartas de recomendação.

Ao professor Dr. Juliano Tomanini, pela leitura da tese.

Às professoras e aos professores da Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, pela dedicação ao nosso curso e pelo muito que vêm realizando em nome da pesquisa linguística.

Às/Aos minhas/meus colegas de curso, pela acolhida carinhosa, pelo companheirismo e pelo muito que buscamos aprender juntos/as. De modo especial, às colegas e amigas Lúcia de Freitas, Luzia Rodrigues e Viviane Ramalho.

Aos meus colegas professores e professoras, funcionários e funcionárias do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá, por tudo que realizaram em meu nome durante o período de afastamento.

À Universidade Estadual de Maringá, pela concessão de afastamento integral durante o curso.

Ao CNPq, pela bolsa que possibilitou o aprofundamento de minha pesquisa.

Aos deputados e deputadas que participaram da pesquisa, por sua gentileza e calorosa recepção durante as entrevistas.

Ao professor Dr. Jacob L. Mey, pela indicação bibliográfica e contribuição na leitura e estudo da obra *Cicéron - Rhétorique a Hérennius - ouvrage longtemps attribué a Cicéron*.

À minha torcida, Adilson, Edina, Jorge, Ivo, Stéfani, Emílo, Adélio e Aluísio.

E, de modo especial, ao meu amado marido, sempre tão presente e atento.

Muito obrigada a todos.

## RESUMO

Com base no arcabouço teórico-metodológico oferecido pela Análise do Discurso Crítica, a presente pesquisa tem como objetivo primordial estudar, desde uma perspectiva lingüístico-discursiva, a argumentação em textos produzidos para serem levados ao Plenário da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, com enfoque na mulher. O estudo encontra-se matizado por uma perspectiva de gênero social, bem como de gênero textual. Interessam as formas com que o feminino emerge nos 30 discursos que formam o *corpus* base da pesquisa, cuja titularidade pertence a deputados e deputadas. O estudo, além de mostrar as técnicas argumentativas e as estratégias discursivas comuns a esse gênero discursivo, põe em evidência o papel desempenhado pelas categorias lingüístico-discursivas quando, nesses discursos/textos, são feitas referências ao universo social feminino. O estudo busca lançar luz sobre o modo como os atores políticos (deputados e deputadas) apresentam o gênero feminino na prática discursiva parlamentar. A partir da interação dialógica existente entre a proposta de Fairclough (2003) concernente à análise textual socialmente orientada e a gramática funcional de Halliday (1994), pôde-se mostrar empiricamente que as categorias lingüístico-discursivas se prestam ao entendimento das posições ideológicas assumidas pelos/as parlamentares frente ao contexto social e cultural em que seus discursos são produzidos. A pesquisa revela que a prática discursiva parlamentar sofre influência do contexto institucional em que os discursos são produzidos. Tudo aquilo que diz respeito ao universo social feminino configura instrumento útil ao agir parlamentar. No entanto, a prática discursiva parlamentar feminina revela que as mulheres, ao adentrarem o território do campo da política, têm contribuído para a transformação das estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais. Diferentemente dos seus pares, elas se apresentam em seus discursos sob a forma de suas reais condições de existência.

**Palavras-chave:** discurso parlamentar, argumentação, universo social feminino, contexto social e gramática.

## ABSTRACT

The Critical Discourse Analysis's theoretical and methodological framework is employed to investigate as its primordial aim and within a linguistic and discursive perspective the argumentation in texts, focused on female issues, produced for the Plenary Session of the people's representatives in the Brazilian National Congress. Analysis is imbued with social gender and textual genre aspects. The ways the feminine emerges in thirty discourses, written by male and female parliamentary representatives, comprise its main interest and constitute the research's textual corpus. Besides revealing the argumentative techniques and the discursive strategies proper to the above-mentioned discursive genre, current research evidences the role of linguistic and discursive categories within which references to the feminine social milieu may be found. Investigation puts in the limelight the manner male and female political representatives present the feminine gender in parliamentary discursive practice. Analyses that integrate discourse's social theory, such as those by Fairclough (2003) through the functional grammar by Halliday (1994), have shown that linguistic and discursive categories actually help in the understanding of ideological positions proposed by male and female parliamentary representatives within the social and cultural context in which they are produced. Research shows that parliamentary discursive practice is affected by the institutional context in which the discourses are produced. All factors dealing with the feminine social milieu is a useful tool in parliamentary activities. However, feminine parliamentary discourse reveals that women, participating in the political field, have contributed towards the transformation of the convention structures that underlie concrete discursive events. Contrastingly from their peers, in their discourses females present themselves under the guise of their concrete existential conditions.

**Key words:** parliamentary discourse; argumentation; feminine social milieu; social and grammatical context.

## LISTA DE SIGLAS

**ADC – Análise de Discurso Crítica**

**LSF – Lingüística Sistêmica Funcional**

**D.P. – Documento Parlamentar**

**ADTO – Análise de Discurso Textualmente Orientada**

## CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO DOS DADOS ORAIS

( Baseados em Silva, 2001)

SÍMBOLOS	DESCRIÇÃO
:	alongamento de vogal
::	alongamento maior de vogal
/	Parada brusca ou truncamento na fala
...	pausa
<b>MAIÚSCULAS</b>	ênfase na voz
/.../	transcrição parcial ou parte suprimida
, (vírgula)	entonação média
. (ponto)	entonação descendente
!	entonação ascendente de exclamação
?	entonação ascendente de interrogação
<i>Itálico</i>	expressões próprias da fala
[inc.]	incompreensível

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS E FIGURAS</b> .....	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
CAPÍTULO I – O DISCURSO ARGUMENTATIVO: INSTRUMENTO DE SUSTENTAÇÃO IDEOLÓGICA .....	6
1.1 GÊNEROS ORATÓRIOS .....	6
1.2 AS CATEGORIAS DO TEMPO: DO FUNCIONAMENTO ESTÉTICO AO FUNCIONAMENTO PRAGMÁTICO .....	13
<b>1.2.1 O Funcionamento Estético do Tempo</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2.2 O Funcionamento Pragmático nos Tempos</b> .....	<b>16</b>
1.3 A QUESTÃO DOS GÊNEROS .....	18
<b>1.3.1 Gênero Gramatical</b> .....	<b>18</b>
<b>1.3.2 Gênero Social</b> .....	<b>22</b>
<b>1.3.3 Gênero Textual</b> .....	<b>24</b>
1.4 ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM .....	30
<b>1.4.1 Entre o Convencer e o Persuadir</b> .....	<b>31</b>
<b>1.4.2 Sustentação Ideológica</b> .....	<b>34</b>
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	37
CAPÍTULO II – DISCURSO, CONTEXTO SOCIAL SOCIAL E GRAMÁTICA.....	38
2.1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO .....	40
<b>2.1.1 Discurso como Prática Lingüística</b> .....	<b>43</b>
<b>2.1.2 Discurso como Prática Discursiva</b> .....	<b>48</b>
<b>2.1.3 Discurso como Prática Social</b> .....	<b>52</b>
2.2 SIGNIFICADOS ACIONAIS, REPRESENTACIONAIS E IDENTIFICACIONAIS.....	55
<b>2.2.1 Gênero e Ação</b> .....	<b>56</b>
<b>2.2.2 Discurso e Representação</b> .....	<b>61</b>
<b>2.2.3 Estilo e Identificação</b> .....	<b>65</b>
2.3 TEORIA DO CONTEXTO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	70
2.4 A GRAMÁTICA FUNCIONAL DE HALLIDAY .....	74
<b>2.4.1 Função Ideacional: os Processos de Transitividade</b> .....	<b>75</b>

<b>2.4.2 Função Interpessoal: a Força dos Discursos</b> .....	<b>77</b>
<b>2.4.3 Função Textual: a Orientação Argumentativa</b> .....	<b>78</b>
<b>2.4.4 Metáfora Gramatical e Nominalização</b> .....	<b>79</b>
2.5 A GRAMÁTICA FUNCIONAL DE HALLIDAY E A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO .....	80
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	82
CAPÍTULO III – CENÁRIO METODOLÓGICO E APRESENTAÇÃO DOS <i>CORPUS</i> ..	84
3.1 DA NATUREZA DA PESQUISA AO RECORTE DO TEMA .....	84
3.2 DA GERAÇÃO DOS DADOS AO DELINEAMENTO DO <i>CORPUS</i> : OS CAMPOS DE AÇÃO E DE OBSERVAÇÃO .....	87
3.3 SELEÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS .....	90
3.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS .....	92
<b>3.4.1 No Caminho dos Dados</b> .....	<b>93</b>
<b>3.4.2 Delineamento do Tema</b> .....	<b>94</b>
<b>3.4.3 Seleção Preliminar e Pré-Análise no Método Qualitativo</b> .....	<b>95</b>
3.5 PROCEDIMENTOS DE SATURAÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	96
<b>3.5.1 As entrevistas</b> .....	<b>99</b>
<b>3.5.2 Triangulação</b> .....	<b>101</b>
<b>3.5.3 Teorizando o problema</b> .....	<b>104</b>
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	106
CAPÍTULO IV – EMERGÊNCIA DO FEMININO: A GRAMÁTICA QUE DESVELA TAMBÉM OCULTA .....	108
4.1 PROCESSOS DE TRANSITIVIDADE: O TEXTO COMO PONTO DE PARTIDA ..	108
4.2 OS DETERMINANTES DEFINIDOS E INDEFINIDOS .....	121
<b>4.2.1 A Natureza do Artigo</b> .....	<b>122</b>
<b>4.2.2 Uso dos Artigos</b> .....	<b>123</b>
4.3 SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL .....	131
<b>4.3.1 Representação Social do Feminino</b> .....	<b>132</b>
<b>4.3.2 Universo Social Feminino e os Sistemas de Diferentes Ordens</b> .....	<b>145</b>
<b>4.3.3 Interdiscursividade: Gênero, Discurso e Identidade Social</b> .....	<b>157</b>
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	168

<b>CAPÍTULO V – CONTEXTO SOCIAL, ARGUMENTAÇÃO E <i>ETHOS</i> POLÍTICO</b>	<b>170</b>
5.1 SIGNIFICADO ACIONAL.....	171
<b>5.1.1 Acionando Relações Sociais</b> .....	<b>172</b>
<b>5.1.2 Intertextualidade: Mundo Narrado e Mundo Comentado</b> .....	<b>183</b>
<b>5.1.3 Argumentação no Discurso Parlamentar: Intenção Política e Jogo Político</b> .	<b>188</b>
5. 2 SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL .....	201
<b>5. 2.1 Identificação Social e Ethos Político</b> .....	<b>201</b>
<b>5. 2.2 Identificação Social e Espaço Político</b> .....	<b>207</b>
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	216
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>217</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>223</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>234</b>

## LISTA DE QUADROS

### CAPÍTULO II

QUADRO 2.1 – Dimensões do discurso e dimensões da análise textual.....	45
QUADRO 2.2 – Formatação dos discursos e seus efeitos sócio-comunicativos.....	54
QUADRO 2.3 – As duas funções básicas da oração e seu funcionamento.....	68
QUADRO 2.4 – As modalidades segundo classificação de Fairclough (2003).....	70

### CAPÍTULO IV

QUADRO 4.1 – Emergência do feminino nos mundos físico, biológico e social.....	147
QUADRO 4.2 – Práticas discursivas voltadas para o universo feminino.....	158

### CAPÍTULO V

QUADRO 5.1 – Caracterização do masculino frente ao feminino.....	178
QUADRO 5.2 – Estruturas de razão e consequência.....	189

## LISTA DE FIGURAS

### CAPÍTULO I

FIGURA 1.1 – Domínio discursivo e tipos textuais.....	29
---	----

### CAPÍTULO II

FIGURA 2.1 – Estratos e níveis de análise.....	65
--	----

### CAPÍTULO III

FIGURA 3.1 – As duas dimensões do espaço social: estratos e representações.....	97
---	----

### CAPÍTULO IV

FIGURA 4.1 – Os sistemas de diferentes ordens.....	146
--	-----

## INTRODUÇÃO

Os textos produzidos para serem proferidos oralmente desde a tribuna do Plenário da Câmara Federal são construídos em função do efeito argumentativo que buscam provocar. O interesse deste estudo é pelo que dizem os membros do parlamento, e como o dizem, quando o objeto-de-discurso é a mulher. O foco de interesse centra-se nas formas de apresentação do universo social feminino em textos que circulam no espaço público e de poder do Congresso Nacional.

O objetivo central desta tese é, pois, descrever e interpretar, dentro de uma visão dinâmica e funcional da linguagem, o uso de estratégias e recursos lingüístico-discursivos, mediante o qual são construídos textos parlamentares que versam sobre a mulher.

Os discursos parlamentares são, pelo menos em princípio, atos de fala postos a serviço da promoção do bem-comum daqueles que delegaram aos seus/às suas representantes o poder de agir em prol dos seus interesses econômicos, políticos, ideológicos, entre outros. Aqueles/aquelas que estão inseridos nessa prática social, ou seja, nos debates parlamentares, assumem previamente o papel de sujeito licenciado a agir discursivamente em função de seus enunciatários, os seus/suas representados/as e colegas parlamentares. Tendo em mente que o próprio ato de manifestação lingüística no espaço público e de poder do parlamento configura, por si só, o lugar de representação do poder consolidado nas normas e convenções discursivas, é possível pensar que a ocupação minoritária de suas cadeiras pelas mulheres as coloca numa posição de inferioridade com relação ao exercício desse poder. Isso quer dizer que o autoritarismo social, profundamente enraizado em nossa cultura, expressa-se já no terreno da administração pública.

Estando o Parlamento Nacional pautado em um sistema de organização hierárquica e desigual do conjunto de relações sociais, no qual o critério de gênero é um dos seus elementos predominantes, é possível supor que os textos construídos pelas parlamentares difiram, em alguns pontos, daqueles formulados pelos seus pares, os parlamentares. Nesse ponto, muito embora o presente estudo conflua para um tipo específico de discurso, põe-se em questionamento a concepção, geralmente aceita, de que tipos particulares de discursos têm valores políticos e ideológicos inerentes. Contrariamente a essa concepção, prefiro apostar na idéia de que “diferentes tipos de discursos, em diferentes domínios ou ambientes institucionais, podem vir a ser ‘investidos’ política e ideologicamente”, o que significa dizer

que os tipos de discurso podem também ser envolvidos de diferentes maneiras – podem ser ‘reinvestidos’, como sugere Fairclough (2001:95).

Se as normas discursivas e as convenções se materializam em eventos discursivos, isto é, no uso da palavra a partir de um lugar social de persuasão e sedução dos interlocutores, é na argumentatividade, ou seja, nos traços retóricos dos textos – marcas incontestes da diferença entre o “eu” e o “outro” dos discursos – que se pode buscar lançar luz sobre os elementos que “invadem” a prática social em estudo. A crença no fato de que os atos lingüístico-discursivos resultam de um processo sintático, semântico e pragmático configurador de experiências individuais retratadas, por sua vez, na língua, mediante atividades de linguagem contextualizadas, justifica minha tomada de posição teórico-metodológica dentro do estudo ora apresentado.

Cabe, aqui, registrar que dadas as suas condições gerais de emergência, o discurso de domínio político é, por um lado, perpassado por elementos pré-determinados pelas estruturas sociais que encerram e que são responsáveis por definir um conjunto de possibilidades para essa prática sócio-discursiva. Por outro lado, há de se considerar que o discurso político, além de ser mediado por aquilo que lhe é potencial ou virtual, é também mediado por aquilo que incessantemente o atualiza e o torna único.

Observa Heberle (2000) que questões de gênero (gender) começam a ser investigadas no Brasil na área de estudos lingüísticos, de modo especial dentro da Análise de Discurso crítica (ADC), área apontada pela autora como um espaço “interdisciplinar de estudos da linguagem que focaliza as realizações lingüísticas macro e microestruturais em relação a questões sociais diversas”, no caso do estudo ora apresentado, questões voltadas para discursos políticos em torno do universo social feminino. A opção por analisar discursos que versam sobre o universo social feminino, a partir do confronto de textos produzidos por deputados e deputadas, seria improdutiva se nos detivéssemos nas condições gerais de produção desses discursos. Se não nos valêssemos do evento social concreto em que as intenções comunicativas se atualizam, não ultrapassaríamos o nível contratual da comunicação política. Isso significa dizer que, para os propósitos deste estudo, importa considerar não só as condições materiais em que a troca languageira se desenvolve, mas também o posicionamento daqueles que ocupam a posição de destaque de fiador do contrato de comunicação.

O interesse em realizar uma pesquisa voltada para o tema “mulher” dentro do discurso parlamentar direciona o presente estudo para uma variedade discursiva ou gênero textual. Destaco, ainda, o fato de o mesmo assentar-se nos efeitos sociais resgatados desses textos.

Partindo do princípio de que tais efeitos emergem das macroestruturas semânticas dos textos, a escolha de um *corpus* com um tema recorrente se apresenta como uma necessidade metodológica. Ao eleger o tema “mulher” como elemento de significação global dos textos, questões concernentes ao gênero social passam a incorporar esta reflexão como um todo e, em especial, as discussões acerca do gênero textual.

O estudo envolve argumentatividade na prática discursiva parlamentar na medida em que possibilita levantar as seguintes questões de pesquisa: Os pronunciamentos das parlamentares diferem dos que são proferidos por parlamentares homens quando essa prática se volta para o universo social feminino? Como são negociadas as relações sociais entre os participantes do discurso? Qual é o lugar da gramática (organização formal dos enunciados) em meio às determinações de natureza sócio-discursivas?

Com o propósito de aproximar respostas para essas questões, desenvolvi um estudo, cujos capítulos apresento a seguir.

O primeiro capítulo, “O discurso argumentativo: instrumento de sustentação ideológica”, é composto por quatro momentos. Inicialmente, teço considerações acerca dos gêneros oratórios, com vistas a lançar luz sobre aspectos pragmáticos que envolvem a argumentação suasória ou persuasiva. Em seguida, dedico especial atenção às categorias de tempo, vistas sob o ponto de vista do seu funcionamento estético e pragmático, mediante a possibilidade de enfocá-las como sinalizadores lingüísticos do conteúdo da comunicação e do relativo envolvimento do falante com aquilo que enuncia. As considerações teóricas sobre o tempo se voltam para aspectos ativos da argumentação evidenciados nos “tempos do mundo narrado” e do “mundo comentado”, apontados por Weinrich (1968) . O terceiro momento do capítulo trata das diferentes concepções de gênero que permeiam os estudos lingüísticos. As considerações teóricas aí tecidas concernem, pois, ao gênero gramatical, ao gênero social e ao gênero textual. O último momento do capítulo volta-se para a argumentação e linguagem, com considerações acerca dos atos de convencer e persuadir, bem como sobre aspectos ideológicos que, em condições propícias, podem atravessar a prática discursiva em foco, a saber, o discurso parlamentar.

No segundo capítulo, “Discurso, contexto social e gramática”, que constitui o momento teórico balizador da pesquisa, busco estreitar os laços existentes entre a Análise de Discurso Crítica (ADC) e a Lingüística Sistêmico Funcional (LSF). Para tanto, realizo uma triangulação teórico-analítica, tomando como terceiro vértice do triângulo a teoria do contexto, com base nos estudos de van Dijk (1997b, 2001, 2003), seguida de uma reflexão sobre representações sociais, conforme as idéias de Moscovici (1981).

O terceiro capítulo, “Cenário metodológico e apresentação dos dados”, constitui espaço para a discussão dos procedimentos teórico-metodológicos, mediante os quais foram gerados os dados básicos para o desenvolvimento do presente estudo pautado na argumentatividade do discurso parlamentar. O delineamento do *corpus* inicial, bem como os procedimentos de saturação do mesmo, levou-me buscar dados complementares, os quais foram gerados por meio de entrevistas, o que me permitiu realizar uma triangulação metodológica, ao lado da teórica.

No quarto capítulo, “Emergência do feminino: a gramática que desvela também oculta”, divido a análise dos dados em três momentos: “processos de transitividade: o texto como ponto de partida”, “os determinantes definidos e indefinidos” e “significado representacional”.

O quinto e último capítulo, “Contexto social, argumentação e *ethos* político, contempla análises que se voltam para os significados acional e identificacional da linguagem. Ao tomar como ponto de partida para a análise dos dados o significado acional, discuto a categoria da intertextualidade via “mundo narrado e mundo comentado” e a argumentação no discurso parlamentar, vista como terreno fértil à determinação das intenções que atravessam o jogo político.

O presente estudo significa uma contribuição na medida em que propagar a idéia de que o enfoque do discurso como prática social, visto sob a lupa da argumentação, possibilita não só consagrar ao sujeito enunciativo um lugar de destaque nas reflexões de natureza lingüístico-discursivas, mas também transcender uma concepção dualística de linguagem, mediante um enfoque de língua tanto na sua interioridade (gramática) quanto na sua exterioridade (discurso), instância que nos permite enfocá-la como um contrato social. É preciso insistir no fato de que a linguagem está a serviço da efetivação das transformações almejadas por aqueles que assumem a cena enunciativa de uma casa parlamentar. Nesse sentido, o acesso a um dos meios de expressão fundamentais na busca pela promoção do bem-comum, a saber, os pronunciamentos parlamentares, é particularmente relevante para a parcela feminina das sociedades que, há muito tempo, vem interferindo de forma direta na mudança no curso da dinâmica cultural. Busca-se, sobretudo, lançar luz sobre o fato de que é na prática discursiva das deputadas que se pode vislumbrar progresso na condução das questões sociais, sempre atravessadas por questões de gênero.

## CAPÍTULO I

### O DISCURSO ARGUMENTATIVO: INSTRUMENTO DE SUSTENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Este capítulo encontra-se subdividido em quatro seções. A seção 1.1 trata dos gêneros da oratória tais como apresentados por Guiraud (1956) e Marcuschi (2004), e de acordo com o que preconiza a obra clássica *Rhétorique a Herennius – ouvrage longtemps attribué a Cicéron*. Contempla algumas considerações sobre discurso tecidas por Martins (1997) e sobre eloquência e locução tecidas por Barnica (1987). Na seção 1.2, a partir do que é apresentado por Parret (1997), teço considerações acerca do funcionamento estético e funcionamento pragmático do tempo. A seção 1.3 é dedicada à elucidação das três formas pelas quais se pode conceber a questão do gênero nos estudos da linguagem, a saber, os gêneros gramatical, social e textual. A seção 1.4 incorpora reflexões acerca da argumentação na linguagem, num cotejo com a questão do convencimento e da persuasão na linguagem, bem como do seu caráter ideológico. Tomam parte das reflexões sobre convencimento e persuasão os pressupostos teóricos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000). No que se refere ao uso ideológico da linguagem, minhas reflexões são tecidas à luz do que preconizam Fairclough (2001), Thompson (1984, 1990) e van Dijk (1999).

#### 1.1 GÊNEROS ORATÓRIOS

Não há como pensar a argumentação na linguagem sem que se façam referências à retórica clássica, principalmente se o ato de argumentar for entendido como uma forma de gerenciar o discurso, de modo a se obterem determinados resultados. É justamente o funcionamento pragmático dos discursos que os revestem de caráter ideológico. A instrumentalidade do discurso argumentativo retrata-se nas formas como os argumentos são apresentados, de modo a criar um sentido de identidade entre falante e ouvinte. A partir desses pressupostos, apresento, no primeiro momento deste capítulo, os cinco cânones da retórica clássica e discorro sobre os estudos retóricos, destacando a relevância dos mesmos para o presente estudo.

Ao focar gêneros oratórios, a primeira questão que se nos apresenta é a eloquência. Isso porque a oratória, também conhecida como retórica, é comumente concebida como a arte de falar em público com o propósito de convencer, persuadir. Nesse sentido, a oratória concerne ao orador, ou, mais especificamente, aos seus dotes oratórios, às suas habilidades verbais, ao bom uso da palavra. Dessa forma, os gêneros oratórios passam a ser entendidos também como estilos oratórios. Para Pierre Guiraud (1956:29), “a retórica é a estilística dos antigos. Constitui uma ciência do estilo, tal como então se podia conceber uma ciência”<sup>1</sup>.

A obra *Rhétorique a Herennius – ouvrage longtemps attribué a Cicéron* atesta que, no primeiro século a.C., a oratória latina foi abordada a partir da sistematização de três grandes linhas. A primeira se destinava ao estudo de três gêneros oratórios: *demonstrativo*, *judiciário* e *deliberativo*.

O gênero *demonstrativo* compreendia duas partes: louvor/elogio e censura/desaprovação. Enquanto o gênero *judiciário* centrava-se na busca daquilo que seria justo, o gênero *deliberativo*, que compreendia duas partes: a persuasão e a dissuasão, dizia respeito àquilo que seria bom e útil.

Conforme aponta Marcuschi (2004), para Aristóteles, a quem se atribui uma teoria mais sistemática sobre gêneros e sobre a natureza do discurso, do ponto de vista da sua função o discurso *demonstrativo* tem caráter epidídico, ou seja, de elogio ou censura, situando-se no presente. Já o discurso *judiciário* tem a função de acusar ou defender e reflete-se sobre o passado, enquanto o discurso *deliberativo* serve para aconselhar/desaconselhar, e volta-se para o futuro, por ser exortativo por natureza.

Aristóteles, ao tratar dos três gêneros de discurso retórico associa formas, função e tempo. De acordo com Marcuschi (2004), a proposta de Aristóteles envolve três tipos de ouvintes que operam: (i) como espectador que olha o presente; (ii) como juiz que julga sobre coisas passadas e (iii) como assembléia que olha o futuro. A esses três tipos de julgamento Aristóteles associaria, respectivamente, os três gêneros acima apontados. Vislumbra-se no pensamento de Aristóteles, portanto, uma preocupação com aqueles para os quais se dirigem os discursos.

A segunda grande linha dos estudos retóricos é atribuída a Cícero e versa sobre “a natureza do pleito/causa”, considerada sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista técnico. Do ponto de vista moral, a causa pode ser: nobre; torpe ou desonrosa; duvidosa;

---

<sup>1</sup> Tradução minha de: “La retórica es la estilística de los antiguos. Constituye una ‘ciencia del estilo’, tal como podía concebirse entonces una ciencia” (Guiraud, 1956:29).

modesta; obscura. Do ponto de vista técnico, Cícero distingue as questões gerais e específicas das questões teóricas (*cognitio*) e práticas (*action*).

Ainda, no que concerne à natureza do pleito, a *Rhetorica ad Herennium* distingue três estados de coisas: a) conjectural (sustentado numa conjectura); b) legal (sustentado na lei); c) judiciário (de acordo com a lei).

A terceira grande linha de sistematização dos aspectos retóricos é destinada à subdivisão da oratória em cinco partes clássicas: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio*, *memoria* – as quais serão apresentadas de maneira sucinta.

1- A *inventio*, que diz respeito à veracidade dos argumentos apresentados pelo orador, compreende, por sua vez, cinco partes: a) as formas de raciocínio; b) os gêneros de raciocínio (irrefutável ou simplesmente plausível); c) defeitos de argumentação; d) formas de trabalhar as argumentações (*inventione; oratore; partitiones; topiques*); e) formas de trabalhar os argumentos por meio de certas causas (deliberativa; demonstrativa; conjectural).

2. A *dispositio*, ou ordenação, subdivide o discurso em seis partes: a) exórdio (direto e por insinuação); b) narração; c) divisão; d) confirmação e refutação; e) digressão; f) peroração.

3. A *elocutio* compreende : a) os gêneros de estilo (simples e trabalhado); b) as qualidades da forma: elegância (*elegantia*); pureza e correção (*latinitas*); explicações e esclarecimentos (*explanatio*); harmonia (*compositio*); e emprego de figuras de palavras/pensamento (*dignitas*).

Convém destacar que a *elocutio*, sob o ponto de vista aristotélico, tem por objeto expressar aquilo que o orador cria ao falar por meio da escolha e combinação devida dos termos que compõem o discurso. As discussões e análises posteriores deverão incidir justamente sobre essa noção específica de *elocutio* (*virtutes elocutionis*), ou seja, sobre o uso e provável manipulação da linguagem a cargo do aumento de sua eficácia natural.

4. A *actio* diz respeito à voz, aos gestos e fisionomia do orador.

5. A *memoria*, finalmente, concerne à capacidade do orador de fixar solidamente no espírito dos ouvintes os seus argumentos.

Todas as categorias aristotélicas são relevantes para uma pesquisa em nível de discurso. Não obstante, trabalhar-se-á apenas com a *inventio* – no que diz respeito à gênese dos argumentos – e com a *elocutio*, uma vez que tratam de aspectos retóricos que mais se coadunam com os propósitos do presente estudo.

Sabemos que estudiosos, como Platão, Aristóteles e Cícero, mesmo tendo se aprofundado nos artifícios retóricos e desenvolvido um conjunto de regras relativas à

eloquência, impingem à arte retórica um caráter moral e social. Sócrates e Platão criticaram a retórica ensinada pelos sofistas (século V a.C), justamente pelo fato de os mesmos conceberem a arte da eloquência como uma atividade de mera persuasão, sem que se desse atenção alguma para o conteúdo ou para a veracidade dos fatos. A concepção de oratória como sendo um conjunto de técnicas centradas nas habilidades verbais do orador e na ornamentação dos discursos é questionada por Platão, que, em alguns dos seus diálogos, vê a eloquência sob a ótica da verdade e sabedoria. Aristóteles, que também criticou os sofistas, reivindica, igualmente, para a retórica um papel mais nobre do que o da simples persuasão. Segundo alguns estudiosos, ele não só teria avançado, mas concluído toda uma era de críticas concernentes aos aspectos da arte do discurso.

Em seu tratado sobre retórica, escrito possivelmente em 339-338 a.C., Aristóteles, no livro I, ao atribuir particular relevo às *provas* (argumentações demonstrativas) da causa em questão, procura mostrar que a Retórica, não menos que a Lógica, tem sua própria espécie de rigor intelectual. É tarefa do orador conduzir racionalmente o que pretende demonstrar. Nesse sentido, Aristóteles destaca como ponto central não só o que é artístico, ou seja, a virtuosidade do orador, mas, sobretudo, o que é marcado pela objetividade (meios intelectuais e lógicos). Segundo Martins (1997:18), a retórica Aristotélica “é primariamente uma técnica de argumentação, mais do que de ornamentação”. Cabe aqui destacar que, na Antigüidade, o conceito de retórica como a teoria do embelezamento do discurso foi amplamente defendida por Bacon, em consonância com o que preconizava Quintiliano, para quem a retórica era a ciência do bem dizer.

Conforme se lê na *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, Cícero, que associou a Retórica à filosofia, chamando-a de *ratio dicendi*, deixa clara a sua opinião de que a arte retórica exige sólidos conhecimentos, não se reduzindo à mera aplicação mecânica de regras de eloquência.

Como bem observa Martins (1997:18), na visão desses estudiosos, o discurso representa o fundamento da sociedade humana, o meio pelo qual o homem expressa sua sabedoria. Sendo assim, a educação para o bom uso da palavra é defendida como a mais benéfica e desejável. Martins assegura que esse ideal foi mais tarde defendido magnificamente por Cícero, bem como por Quintiliano, e continuado pela Idade Média e pelo Classicismo, desempenhando importante função educativa.

Por outro lado, é relevante registrar a explicação de Barnica (1987:70) sobre eloquência e locução, já que o presente estudo segue essa linha de reflexão.

*Actualmente la Elocuencia junto con la Elocución, la Poética y la Didáctica, son estudiadas como las partes em que se divide la Literatura Preceptiva, por cuanto ésta da reglas interrelacionadas para las cuatro materias referidas, cumpliendo así su cometido educativo y su función cultural.*

Pertinente é acrescentar aqui os diferentes papéis ou funções atribuídas por esse estudioso à locução (elocución) e à oratória<sup>2</sup>.

Para Barnica (1987:70), toda a classe de obras e textos produzidos resulta de regras advindas da locução (*elocución*). A locução é para ele a matéria que proporciona as regras a serem aplicadas à produção textual como um todo. Conforme se vê, esse estudioso, tal qual Aristóteles (*op.cit.*), confere preponderância aos meios/modos de produção do enunciado, nos quais o sujeito enunciator desponta como figura de destaque. Entendo que para Barnica as regras geradas pela locução voltam-se para o enunciator, ou seja, para a intervenção explícita do sujeito na construção dos enunciados. Nesse sentido, o sujeito é parte corporativa do processo de constituição daquilo que enuncia.

No entanto, é na definição de oratória como “a arte de convencer e persuadir deleitando” que o caráter dialógico da linguagem se torna visível, nas considerações de Barnica. O fato de a matéria enunciada ser apresentada por meio de um ato discursivo que visa provocar efeitos sobre os seus ouvintes/leitores demonstra que as regras de elaboração dos discursos às quais esse estudioso se refere incluem a presença do locutor em situação de interação comunicativa. A afirmativa de que a oratória formula regras para a elaboração dos discursos serve de testemunho de que esse estudioso não menospreza o fato de alguns fatores pragmáticos determinarem a distribuição de formas gramaticais. A incidência de convenções lingüísticas e convenções extralingüísticas, nas situações enunciativas, tem sido amplamente estudada e discutida por aqueles que acreditam que as propriedades da linguagem são determinadas por uma contextualidade dita “accional” (cf. Parret,1988).

No que concerne aos estudos da oratória, o papel atribuído por Barnica (*ibidem*) à Estética, à Psicologia, à Lógica e à Gramática também merece ser comentado. Para ele, cabe à Estética investigar a natureza do belo e estabelecer as bases filosóficas em que se sustentam as regras artísticas, enquanto à Psicologia cabe estudar os fenômenos do espírito humano e à Lógica o papel de ensinar como dirigir ou estruturar bem os pensamentos e, finalmente, à Gramática, via literatura, caberia o papel de ensinar a falar e escrever com pureza e correção.

---

<sup>2</sup> La Elocución es la que proporciona reglas ‘aplicables a toda clase de obras o composiciones’. La Oratoria formula reglas para la elaboración delos discursos y, como teoria de la elocuencia, puede definírsele como ‘el arte de convencer y persuadir deleitando’ (Barnica, 1987:70).

Sabe-se que, etimologicamente, a gramática é sinônimo de literatura, ou seja, que consiste justamente na arte de falar e escrever bem.

Os estudos de retórica entre os gregos privilegiariam, na organização do discurso, a forma como o orador estruturava a sua fala, no sentido de levar o auditório a aderir a um ponto de vista por ele defendido. A *Encyclopédia americana – international edition* (vol. 2, 1965: 245) registra que na base das discussões aristotélicas sobre retórica há uma implicação psicológica. Para Aristóteles, a retórica estaria ligada às habilidades do orador em determinar e praticar formas de persuasão. Vejamos:

Na base das discussões de Aristóteles sobre retórica há uma implicação psicológica, para ele a retórica concerne à habilidade de determinar e praticar formas possíveis de persuadir homens frente a um dado objeto. A Retórica, enquanto arte da persuasão, deve funcionar como três categorias distintas: ela deve (1) indicar se um plano é proveitoso ou nocivo para o futuro, (2) expressar implicações legais de uma ação prévia, e (3) clarificar características da natureza de uma ação no presente. Os métodos de persuasão, contudo, se dividem em: (1) o impacto da índole do falante sobre sua audiência, (2) o despertar das emoções, e (3) o progresso dos argumentos pertinentes, lucidez, e escolha de palavras e sentimentos apropriados.<sup>3</sup>

A natureza psíquico-social dessa forma de manifestação lingüística foi, como se pode observar, retratada nos estudos aristotélicos. A mesma volta à baila nos estudos lingüístico-discursivos que buscam enfatizar o controle que uma pessoa pode exercer sobre uma dada situação social mediante o tipo de texto por meio do qual se manifesta.

Destaca-se da citação o caráter psicológico<sup>4</sup> que se pode atribuir às ações lingüísticas do tipo retórico. Essas ações, assim como outras de natureza não lingüística, visam à obtenção de um resultado. No caso do discurso argumentativo, a busca da persuasão e o convencimento é a meta. Nesse sentido, o falante age sobre o ouvinte, tornando-o parte do processo discursivo em causa. No que concerne a um dado objeto-de-discurso, subentende-se, daquilo

---

<sup>3</sup> Tradução minha de: At the base of Aristotle's discussion of rhetoric there is a psychological implication, for he conceives rhetoric to be the ability to determine and to practice the possible ways of persuading men in any given subject. Rethoric as an art of persuasion may function in three distinct categories: it may (1) indicate that some plan for the future is useful or harmful, (2) signify the legal implications of a previous action, and (3) illuminate the character of nature of an action in the present. The methods of persuasion, however, are divided into (1) the impact of the speakers's character upon his audience, (2) the arousing of the emotions , and (3) the advancement of pertinent arguments, lucidity, and choice of appropriate words and sentiments.

<sup>4</sup> Psicológico porque, cabendo à retórica a expressão (seu *rhethón*) de conceitos , pareceres, idéias e visões de mundo, sua formulação ou construção não pode se dar independentemente daquilo que o falante/orador deve prefigurar como pertencendo aos esquemas mentais dos seus interlocutores.

que foi observado, que pela atividade de linguagem o falante age sobre as idéias, a visão de mundo, bem como sobre a vontade do ouvinte.

Embora essas discussões de cunho discursivo ressaltem aspectos psicológicos e, portanto, cognitivos da linguagem, não avançam no quesito cognição e sociedade. No entanto, deixam evidências de que um enfoque completo de questões concernentes aos mecanismos de persuasão e convencimento abrange aquilo que se tem chamado, nas vertentes sócio-cognitivas da lingüística, de cognição social. Esse movimento de apropriação das formas lingüísticas adequadas ou pertinentes à reação que o falante, pela ação retórica, busca desencadear no ouvinte, só pode ser entendido a partir de uma descrição que tome em conta relações sujeito-objeto particulares (experencial) ligadas a um meio social.

Dessa forma, quando se reflete sobre a constituição do discurso parlamentar – argumentativo por natureza – não se podem menosprezar, conforme sugere Perelman (2000:16), as condições psíquicas e sociais a partir das quais é construído o verdadeiro objeto de estudo da argumentação, a saber, as formas pelas quais os indivíduos são influenciados por meio do discurso, ou, dito de outra maneira, a intensidade de adesão do auditório a certas teses. Ao ressaltar que a demonstração lógica difere da argumentação justamente por aquela, contrariamente a esta, não se interessar pela gênese dos elementos fornecidos pelo construtor dos objetos de predicação em causa, é que os aspectos psíquico-sociais da linguagem argumentativa assumem esse papel preponderante na obra de Perelman (2000). Nas palavras de Perelman (2000:16), *toda a argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual* (grifo do autor). Assim, quando se trata do discurso parlamentar, submerge na busca da persuasão e do convencimento aquilo que é vivenciado, conhecido ou reconhecido e compartilhado pelas partes, ou seja, pelos sujeitos que o constituem.

Os três princípios aristotélicos do funcionamento da atividade retórica, complementados pelos três métodos de persuasão, arrolados acima, revelam um enfoque mútuo: psicológico e sociológico desse tipo de discurso que, por sua vez, só pode ser compreendido e produzido num contexto social (político e cultural) específico.

A natureza psíquico-social da oratória é avultada por Perelman (2000) em outra passagem de sua obra, ao ressaltar que

(...) o pensamento argumentativo e a ação por ele preparada ou determinada estão intimamente ligados. É por causa das relações que a argumentação possui com a ação – pois ela não se desenvolve no vazio, mas numa situação

social e psicologicamente determinada – que ela compromete praticamente todos os que dela participam (p. 65).

Esse ponto de vista parece sustentar, previamente, a idéia de que os processos cognitivos acontecem também na sociedade e não apenas nos indivíduos, tal como vêm defendendo muitos lingüistas da atualidade, como Ingedore Koch (2001, 2005), Koch & Marcuschi (1998), entre nós, e Teun van Dijk (1999, 2003), no exterior.

## 1.2 AS CATEGORIAS DO TEMPO: DO FUNCIONAMENTO ESTÉTICO AO FUNCIONAMENTO PRAGMÁTICO

Passo em revista, nesta seção, alguns aspectos filosóficos concernentes ao tempo que agregam um conjunto de noções pertinentes à pragmática lingüística. As considerações filosóficas apresentadas servem de sustentáculo ao tratamento do tempo verbal como um aspecto gramatical capaz de fornecer indicações não só sobre as intenções do sujeito falante, mas, sobretudo, de que a atividade de linguagem deve ser vista como um processo ininterrupto de escolha e organização de um material simbólico (produto social e cultural) representado pelo falante no sistema lingüístico destinado a esse fim. Tomo como minhas as palavras de Jäger (2003:66) e afirmo que é no simbolismo coletivo que está disponibilizado um repertório de imagens, por meio das quais visualizamos uma completa representação da realidade social.

A reflexão que se segue contempla, a um só tempo, forma (sistema) , função (uso) e, sobretudo, processo na linguagem. Essas noções não são tratadas em separado na Análise de Discurso Crítica. O modo como os sujeitos representam ou apresentam, por meio do sistema de representação lingüística, a realidade social vivenciada, desponta, aqui, como aspecto fundamental ao tratamento do funcionamento estético e pragmático do tempo.

### 1.2.1 O Funcionamento Estético do Tempo

Com a preocupação de mostrar o funcionamento estético do tempo, Parret (1997) ressalta alguns pontos importantes da concepção aristotélica dessa categoria de destaque dentro da construção teórica dos três gêneros da oratória, conforme descrito anteriormente.

A concepção de tempo consta, conforme enfatiza Parret, da obra aristotélica *Física*, na qual o tempo é pensado a partir da idéia de movimento. O movimento passa a ser encarado

por Aristóteles não mais como algo relativo à alma, como fazia Platão, mas ao corpo. Assim é que o tempo, para Aristóteles, segue ou acompanha o movimento. Parret (1997:57) explica:

Da mesma forma que o movimento é uma sucessão perpétua, também o é o tempo. Mas todo tempo simultâneo é idêntico a si mesmo, pois o ‘agora’ enquanto sujeito é uma identidade, mas aceita diferentes atributos. O ‘agora’ mede o tempo, na medida em que o tempo envolve ‘antes’ e ‘depois’. O ‘agora’ num sentido é o mesmo, num outro não é o mesmo. À medida que ele está em sucessão, é diferente, mas seu *substratum* é uma identidade.

Observe-se que nessa citação o “agora” é definido a partir da relação sujeito e predicado conhecida por nós, em que o agora assume a função de elemento sobre o qual incide a predicação ou os atributos. Como elemento suporte da predicação, ele é sempre o mesmo, ainda que em sua essência seja diferente, já que se deixa marcar pelo movimento do antes e do depois. Há de se ressaltar que esse pensamento sobre o “agora” suscita também uma reflexão sobre o tempo pensado fisicamente e o tempo lógico-discursivo, entendendo-se este último como o tempo que emerge do ato mesmo de predicação ou do dizer, do momento em que o sujeito se manifesta pela língua. Para Parret, “a esfera da predicação, do dizer, do *logos*, é, na verdade, o lugar natural da reflexão sobre o instante e o tempo” (p. 58).

Parret, muito apropriadamente, destaca dessa citação, tomada dos escritos de Aristóteles, a contradição apontada acima que, segundo ele, surge ao se definir *instante* de acordo com a concepção aristotélica de tempo. O estudioso francês discute o estatuto paradoxal do *instante*, defendendo a idéia de que o mesmo advém da própria natureza da enunciação que expressa o tempo. Isso porque, mesmo que se pense o instante sob o ponto de vista físico de sua pontualidade em sua essência, ele é sempre diferente, na medida em que essa pontualidade assenta-se na virtualidade da estrutura anterior-posterior, passível, portanto, de ser atualizada a cada instante. Parece ser esse justamente o ponto que leva Parret a afirmar que o instante é sempre o mesmo, ainda que seja em sua essência sempre diferente.

Segundo Parret, a contradição que se apresenta nesse pensamento se dá entre a *essência* e o *sujeito* do tempo e se sustenta, precisamente, no fato de que a física do tempo parece estar em busca da lógica do tempo e suas aporias, ou seja, dos conflitos entre opiniões, em resposta a uma mesma questão. Corroborar o autor a idéia, passível de ser extraída do posicionamento de Aristóteles, de que só é possível pensar sobre o tempo à luz da estrutura sujeito/predicado. As discussões de Parret levam-nos a entender, numa dada proposição, como sendo *sujeito do tempo* o objeto sobre o qual incide a predicação (substância). Ao que

parece, o sujeito do tempo poder ser encarado como elemento suporte da predicação. Observe-se, aqui, o início de um contexto pragmático, o qual será discutido mais adiante.

Ao referir-se ao fato de o *logos* (princípio normativo do discurso, a palavra, o dizer) para os gregos evocar sempre e naturalmente o *legein* (o lógico) e, ainda, afirmar que o lógico e o discursivo não são verdadeiramente distintos, Parret consagra à esfera da predicação, do dizer, do *logos*, o lugar natural da reflexão sobre o instante e o tempo

Parret afirma ser pelo ato de predicação que se constitui o sujeito da enunciação. Isso faz pensar que o sujeito da enunciação emerge no ato mesmo da predicação, que ele se constrói e é construído pelo “outro” no interior desse ato. A seguinte explicação do estudioso elucida essa questão do tempo no interior de um enunciado:

Conseqüentemente a estrutura sintática de uma enunciação marcada pela temporalidade é muito particular. A enunciação “o agora é” exprime a constituição, como *sujeito*, do sujeito da predicação, já que essa proposição estabelece aquilo que o sujeito deve ser para ser sujeito. Isso diz respeito então a uma sintaxe bem particular: o predicado gramatical é de fato o sujeito lógico (Parret, 1997:58).

Tenhamos em mente, aqui, que o ato de predicar em filosofia diz respeito ao processo de atribuição de propriedades de natureza qualitativa (intensional) ou quantitativa (extensional) aos objetos de fala ou seus referentes. E, nesse processo, o sujeito da enunciação vai destacar-se como figura central na reflexão concernente ao tempo (enquanto fenômeno gramatical).

Ao analisar a concepção aristotélica de tempo, Parret deixa clara a idéia de que falar sobre o tempo no discurso equivale a falar do próprio ato de subjetivação do sujeito, na subjetividade do próprio fenômeno da pré-predicação interna ao sujeito, do fenômeno que o constitui como sujeito e que nada tem a ver com a subjetividade, de caráter psicológico, do sujeito. Por isso, sempre segundo Parret, o discurso sobre o tempo se realiza em proposições que não implicam um sujeito real, mas um *quasi-sujeito*.

Constata-se que, pela oratória, surge um espaço fértil de discussão não só dos aspectos que concernem à eloquência ou à argumentação, mas também no que diz respeito à inserção do homem na linguagem, a partir da categoria de tempo que é inserida por Aristóteles na base de suas discussões retóricas, via enunciação.

Para dar continuidade a essas reflexões, assumo a posição de Perelman que, em sua obra *Retóricas* assegura que a intervenção do tempo é o que melhor permite distinguir a argumentação, que, como sabemos, é de natureza discursiva, da demonstração,

essencialmente lógica. Para ele, toda a formulação de adesão a que está sujeita a argumentação, ultrapassa o instante presente. O orador, à espreita dos sinais de adesão, visa construir sobre eles uma argumentação posterior, portanto, visa ao futuro. Além disso, toda a argumentação se insere, segundo o autor, num contexto perpetuamente modificado. Por outro lado, dada a natureza coercitiva da demonstração – assegurada na evidência cartesiana, na verdade das proposições e no fato de dirigir-se não ao homem todo mas a certas faculdades intemporais suas, tais como o entendimento e a razão –, aquela não exige intervenção nenhuma daquele a quem é dirigida.

Essas peculiaridades da demonstração levam Parret a situá-la num tempo vazio. Para esse estudioso, a intemporalidade da demonstração assenta-se no fato de não haver nela a intervenção de um agente, com sua liberdade de modificar o desenrolar previsto.

Merece um destaque especial, nesse contexto, o fato de a palavra “verdade” (*aletheia*), que, como sabemos, assume uma posição central no pensar dos filósofos gregos, designar algo não encoberto, não-oculto ou não “latente”. A esse semanticismo atribuído à palavra grega *aletheia*, advindo, conforme aponta Weinrich (2001:20), de Heidegger, é acrescentado um outro: a verdade como o “inesquecido” ou “inesquecível”. Conforme destaca Weinrich (*idem*), os gregos perseguiram a questão da verdade, ligando-a ao não esquecer, portanto, à memória e à lembrança.

A partir de tais considerações, é possível levantar a bandeira de que o tempo no gênero retórico não pode ser discutido fora do alcance da ação, mais especificamente, alheio à pragmática da interlocução, ao aspecto ativo da argumentação, o que será tratado a seguir.

### **1.2.2 O Funcionamento Pragmático nos Tempos**

O tempo no gênero retórico ou argumentativo, tal como o estamos descrevendo aqui, assume seu caráter mais vivamente pragmático no interior dos dois grupos de tempos comuns às línguas neolatinas, a saber, nos tempos do mundo comentado e nos tempos do mundo narrado.

Harald Weinrich (1968), na obra *Estructura e función de los tiempos en le lenguaje*, demonstra o papel ativo da comunicação lingüística no interior desses dois grupos de tempos verbais, caracterizadores da atitude comunicativa do locutor, como comentário ou como relato, e dos efeitos pragmáticos que os mesmos causam nos interlocutores.

O estudioso alemão, a partir de dados da língua francesa, classifica como pertencentes aos tempos do mundo comentado (grupo I) o presente (tempo zero ou atemporal), o pretérito

perfeito composto, o futuro do presente e as locuções verbais formadas com esses tempos. Como tempos do relato (grupo II) aparecem o pretérito perfeito simples (tempo zero ou atemporal), o pretérito imperfeito, o mais que perfeito, o futuro do pretérito e as locuções verbais em que entram esses tempos.

Essas duas formas de emprego da língua são caracterizadas por ele da seguinte maneira:

*Como nota general de la situación narrativa hemos señalado la actitud **relajada** que, respecto del cuerpo, sólo es signo exterior del relajamiento del espíritu y del discurso. Valga, a la inversa, la actitud **tensa**, tanto del cuerpo como del espíritu, como nota general de la situación comunicativa no narrativa. En ella el hablante está em tensión y su discurso es dramático porque se trata de cosas que le afectan directamente. Aquí el mundo no es narrado, sino comentado, tratado. El hablante está comprometido; tiene que mover y tiene que reaccionar y su discurso es un fragmento de acción que modifica el mundo en un ápice y que, a su vez, empena al hablante también en un ápice (Weinrich, 1968:69).*

Com relação ao falante, os tempos do grupo temporal I (mundo comentado) funcionam como determinantes de uma atitude engajada e comprometida com o dito. Pelo uso desses tempos, o falante é chamado a tratar das coisas. Esse processo de tratamento da coisa mesma, pela categoria de tempo do mundo comentado, revela o modo como as coisas afetam o falante. Com relação ao ouvinte, tal categoria é, de fato, uma atitude do sujeito falante em situação de ação intersubjetiva com sua audiência que, por sua vez, é convocado a atentar para o fato de que o locutor, pela enunciação, se declara responsável por aquilo que enuncia. Isso equivale a dizer que é no nível do enunciado que o locutor apresenta uma enunciação pela qual se declara responsável. É no nível do enunciado que o locutor emerge como ser do discurso. Mais adiante, serão incorporadas ao presente estudo discussões sobre polifonia, momento em que tratarei especificamente da emergência dos enunciadores e locutores nos textos parlamentares.

Contrariamente aos tempos do grupo temporal I, os tempos do grupo temporal II (mundo narrado) se destinam a provocar um considerável distanciamento do locutor com relação ao dito, àquilo que é falado. Em consequência desse não envolvimento, ele não é sentido como sendo responsável pelo que diz, mas apenas como seu retransmissor. O emprego dos tempos do mundo narrado, em situações comunicativas caracterizadas como relato, ao contrário da situação comentadora, não circunscreve o ouvinte, o qual assume uma atitude tão e somente contemplativa, não exigindo dele uma resposta verbal ou não-verbal, enquanto o locutor, em termos de atitude, mantém-se relaxado também.

Das reflexões de Weinrich, cabe aqui destacar a afirmativa de que a função dos tempos verbais no discurso não é a de mencionar um momento no tempo (*cronus*), mas a de revelar atitudes comunicativas qualitativamente distintas, como:

a) de engajamento, compromisso e tensão, ou seja, de insistência sobre a validade daquilo que é enunciado;

b) de não comprometimento, não envolvimento e distanciamento do falante com relação à sua manifestação lingüística.

### 1.3 A QUESTÃO DOS GÊNEROS

O vocábulo gênero, a ser focado nesta pesquisa, coaduna-se com o caráter social da linguagem. Não obstante, considera-se relevante apresentar e discutir outros enfoques voltados para o vocábulo empregado como gênero gramatical e gênero textual.

Tratar de gênero significa percorrer três áreas do conhecimento lingüístico. Uma delas corresponde à lingüística estrutural, mais especificamente, à morfologia. Nessa vertente de estudos da linguagem, são enfatizadas duas categorias de gênero, a saber, o gênero gramatical das línguas e suas correspondências semânticas com o gênero natural ou biológico dos seres no mundo. Uma segunda vertente de estudos do gênero volta-se para o texto como um todo. Nela, busca-se discutir, descrever e estabelecer tipologias de discursos. Uma outra vertente de estudos do gênero incide sobre a relação entre linguagem e sociedade. Muito embora tal perspectiva de estudos vise não se afastar dos aspectos lingüísticos elucidativos dos aspectos semânticos e pragmáticos dos textos e discursos, enfatiza elementos determinantes dos gêneros sociais nas línguas, ou seja, os modos de representação dos sujeitos nas línguas, principalmente homens e mulheres.

Apresento, nesta seção, as categorias de gênero arroladas por Hellinger & Bußmann (2001), faço um levantamento daquilo que vem sendo discutido acerca dos gêneros sociais nas línguas e, finalmente, à luz do que apresenta Marcuschi (2004), discorro sobre os gêneros textuais.

#### 1.3.1 Gênero Gramatical

De modo geral, quando o assunto é o gênero nas línguas, é sob o título de *gênero gramatical* que surgem as categorizações formal e semântica da mais enigmática, de acordo com Corbett (1991), das categorias lingüísticas.

Enquanto categoria gramatical, o gênero se manifesta formalmente pela referência pronominal, pela concordância do adjetivo (ou do verbo) e por meio de afixos nominais (prefixos, sufixos ou desinências casuais). Esses três critérios dão origem a dois ou três gêneros, nas línguas indo-européias. Assim, definem-se, em português, duas classes: a dos nomes masculinos e femininos. No latim, acrescenta-se a dos neutros. Cumpre salientar que critérios gramaticais análogos aos das línguas indo-européias podem gerar, em outras línguas, classes nominais mais numerosas. Dubois e outros (1973:302) citam como exemplo as línguas africanas.

A essa categorização de natureza formal, normalmente, é associada uma categorização semântica ligada ao gênero natural ou biológico do referente. Segundo Dubois e outros (1973), tal categorização depende de uma representação dos objetos do mundo por suas propriedades. Os autores destacam as seguintes associações:

(1) a oposição entre as pessoas e os objetos (animados e não-animados), sendo os não animados neutros relativamente à distinção de gênero masculino/feminino; em português, essa classificação aparece na distinção entre *quem/ quê?* ; (2) a oposição de sexo, no interior dos animados, entre *macho* e *fêmea*. Assim, pode-se ter animados machos (*masculinos*), animados fêmeas (*femininos*), não animados (*neutros*) (Dubois *et al.*, 1973:303).

É possível constatar nesse excerto que os critérios classificatórios dos gêneros resultam de associações semânticas evocadas pela memória. O modelo binário de oposições, como macho x fêmea, animado x não-animado e, ainda, humano x não-humano, fundamenta esse processo mnemônico emergente na categorização semântica dos gêneros. Isso demonstra que ao lado dos gêneros gramaticais, classificados por meio de critérios formais (morfológicos ou fonológicos), surgem os gêneros lexicais, classificados segundo critérios estritamente ou predominantemente semânticos. O termo gênero lexical (*lexical gender*) é adotado por Hellinger & Bußmann (2001), ao lado de outras categorias genéricas de cunho semântico, a saber, o gênero referencial (*referential gender*) e os falsos genéricos (*false generics*).

A designação gênero lexical indica claramente que ao lidar com a questão do gênero nos nomes nos deparamos com uma categoria não apenas morfossintática, mas léxico-semântica também. Essa categoria serve para referir nomes de gêneros especificamente femininos ou masculinos, em contraste com aqueles considerados nomes de gênero indefinido, como “indivíduo” ou “vítima”.

O português, língua de flexão forte, tende a considerar em suas gramáticas formas nominais como “vaca”, “gata” e “menina” como sendo, respectivamente, o feminino de “boi”, “gato” e “menino”. Esse enfoque flexional, que inclusive chega a considerar os vocábulos “vaca” e “boi” como resultado de um processo flexional radical de alteração máxima de suas raízes – fenômeno conhecido como supletivismo –, vem sendo substituído pela tese de que estamos diante de itens lexicais diferentes, relacionados semanticamente, mas expressando diferentes propriedades. É nesse sentido que a categoria gênero no nome pode ser tomada como propriedade inerente do lexema. Assim, “menino” e “gato”, tal qual “pente” ou “livro” que não se referem a seres sexuados, são sempre lexemas masculinos, enquanto “menina” e “gata” são sempre lexemas femininos, assim como “ponte” ou “caneta”. Estamos, portanto, aqui, diante de palavras distintas.

Quando se repartem os nomes não animados ou assexuados em masculinos e femininos, o critério de classificação não é semântico, mas gramatical. O que determina o gênero, nesses casos, são as propriedades formais inerentes a eles, muitas delas acessíveis à sintaxe, para que se faça, por exemplo, a concordância. Isso é o que se observa em “o pente fino”, “um livro grosso”, “esta ponte estreita” e em “aquela caneta fina”, em que a informação à classe a que pertencem os nomes é relevante para as operações de concordância aí registradas. Isso, no entanto, nada tem a ver com o sexo do referente, que é um critério de natureza extralingüística, e que também é discutido nessa vertente formalista de estudo dos gêneros. A natureza extralingüística dos referentes para os quais os nomes apontam constituem objeto de atenção, nessa perspectiva de estudo da linguagem, quando são observados conflitos de gênero, ou seja, em casos em que o gênero gramatical contradiz o gênero natural ou biológico. Casos, como “a testemunha” e “o cônjuge”, servem de exemplos, já que se aplicam, indiferentemente, a indivíduos do sexo masculino e feminino, não obstante possam ser inseridos, respectivamente, na classe dos nomes femininos e masculinos. Tal fenômeno leva Hellinger & Bußmann (2001) a cunharem o termo *gênero referencial*. Nas palavras desses autores, “o gênero referencial relaciona as expressões lingüísticas à realidade não-lingüística; mais especificamente, o gênero referencial identifica um referente como ‘feminino’, ‘masculino’ ou ‘genericamente indefinido’”(p.8)<sup>5</sup>. Nos exemplos acima, os elementos de referência pronominal, como “ele” ou “ela” servem para apontar para o gênero natural do referente; essa é uma informação que nada tem a ver com a estrutura do sintagma

---

<sup>5</sup>Tradução de: *referencial gender relates linguistic expressions to the non-linguistic reality; more specifically, referential gender identifies a referent as ‘female’, ‘male’, or ‘gender-indefinite’* (Hellinger & Bußmann, 2001:8).

nominal, mas com a concretude do emprego da língua, com a situação na qual se circunscrevem seres também concretos.

Uma outra categoria apontada pelos autores citados é a dos *falsos genéricos*. Segundo Hellinger & Bußmann, o termo *false generics*, utilizado por Kramaræ & Treichler (1985) na obra *A feminist dictionary*, é conhecido por outros autores como *androcentric generics*. Eles dizem respeito às formas lingüísticas, ditas genéricas, por meio das quais são feitas referências tanto a seres do sexo masculino quanto aos do sexo feminino.

O termo “genérico” é utilizado em lingüística para designar uma palavra que tem sentido genérico. Uma palavra é genérica quando serve para nomear uma classe natural de objetos que, ao serem tomados separadamente, recebem uma denominação particular. É comum aos estudiosos da linguagem lançar mão do termo “hiperônimo” para se referirem a um vocábulo cujo significado inclui o sentido (ou sentidos) de um ou de diversos outros vocábulos designados “hipônimos”. Assim, o vocábulo *fruta* é “hiperônimo” dos “hipônimos” *maçã, laranja, goiaba, uva*.

Numa abordagem prescritiva das línguas, muitos são os casos em que se exige o uso dos chamados genéricos masculinos para se fazer referências a seres do sexo masculino e feminino, indistintamente. Isso é o que ocorre, por exemplo, no uso de “os estudiosos” e “os cientistas”, nos discursos acadêmico e científico, ou ainda, em “os parlamentares”, “os cidadãos” no discurso político, entre outros. O que se tem, aqui, não são nomes de gênero indefinido, como “os indivíduos”, “a população” ou “as pessoas”, que se comportam, efetivamente, como uma classe hiperonímica, mas uma imposição no entendimento dos mesmos como sendo capazes de funcionar como referentes de pessoas cujo gênero natural ou biológico presume-se ser desconhecido, pouco importante ou irrelevante para o contexto situacional em que são empregados. Trata-se de uma imposição gramatical (uma imposição social, talvez) que ignora o fato de que tais nomes, aos quais se atribui a propriedade “genérico”, comportem uma referência que lhes é externa. A suposta possibilidade de ignorar tal referência é que faz os nomes gramaticalmente masculinos e alguns gramaticalmente femininos<sup>6</sup>, embora com baixa recorrência em línguas já estudadas, servirem de referentes para pessoas do sexo masculino ou feminino, para grupos cujo gênero é desconhecido ou pouco importante. Estamos, aqui, frente a uma questão de ordem semântico-pragmática, sobre

---

<sup>6</sup> Hellinger & Bußmann (2001) apontam casos em línguas iraquianas e línguas aborígenas australianas em que o feminino é usado como o gênero não-marcado. Eles sugerem que sejam feitas pesquisas que avancem não só nas evidências lingüísticas, mas também nas evidências antropológicas, capazes de atestar a mútua relação entre a existência de um maior número de recorrências a genéricos femininos, em algumas línguas, e estruturas matriarcais.

a qual uma perspectiva social de estudo da linguagem muito tem a dizer. É fato corriqueiro no meio acadêmico, principalmente em documentos de instituições educacionais, o registro de “os acadêmicos do curso de Pedagogia” ou “os estudantes do curso de Letras”, quando se sabe que esses cursos são freqüentados por um grupo de mulheres, que excede em larga escala o dos homens, ignorando-se, assim, os membros prototípicos dessas classes.

Essa abordagem prescritiva senão normativa do uso dos chamados genéricos, principalmente os masculinos, vem desencadeando uma série de discussões sobre o sexismo lingüístico que desemboca numa outra categoria de gênero nas línguas, o “gênero social”. Nessa abordagem dos gêneros são tratadas questões concernentes às crenças e estereótipos, no que diz respeito às condutas sociais de homens e mulheres, que, de uma forma ou de outra, se consolidam pela atividade de linguagem, ou seja, pela prática social das línguas, deixando nestas as suas marcas. Darei um tratamento mais pormenorizado a essa questão na seção seguinte.

### **1.3.2 Gênero Social**

As questões de gênero social costumam ser abordadas tomando-se como ponto de partida a crítica de que uma visão essencialista, centrada nas características biológicas dos indivíduos, impede a retratação da relevância do contexto sócio-histórico na naturalização do poder e das desigualdades sociais e econômicas estabelecidas entre os gêneros masculino e feminino.

Minha reflexão toma como ponto de partida justamente a questão tão discutida na atualidade de que não é o sexo que determina o gênero, mas as práticas sociais, o contexto histórico e cultural da sociedade na qual homens e mulheres se acham inseridos. No entanto, há de se ressaltar que a condição social de gênero é uma construção que pode ser modificada. Desenvolver uma consciência crítica das modalidades de opressão, dentre elas textos e discursos, representa um passo em direção ao domínio da resistência e mudança.

As questões referentes ao gênero podem ser focalizadas a partir do modo como os falantes usam a língua. As práticas discursivas em que homens e mulheres se encontram engajados sustentam a construção de suas identidades sociais ou de gênero.

A abordagem do gênero social via linguagem encontra respaldo na crença da existência de uma relação estreita entre linguagem e poder nas sociedades. A consciência de que a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas sobre as outras, tal como tem sido defendido por Fairclough (1991, 2001), atesta que a mesma deve ser concebida como

imbricada na história, cultura e instituições das quais os indivíduos fazem parte. Eu diria que a própria conquista do direito de alguém de se manifestar lingüisticamente em determinados espaços sociais serve de indício dessas relações de dominação. O dever e o poder de tomar a palavra institucionaliza os atos de fala.

Essa concepção de linguagem (função) revela ser a língua (sistema) um poderosíssimo instrumento de exercício e controle de poder nas sociedades. Ressalto essa peculiaridade intervencionista da língua porque o presente estudo, apoiado em teorias como a lingüística crítica e análise de discurso crítica, considera a seleção dos dispositivos ou categorias lingüísticas elementos caracterizadores do conflito social no discurso, como a dominação, a diferença, a resistência, a discriminação, o controle e relações de poder.

Conforme aponta Wodak (2003:19), a ADC se propõe a investigar, de forma crítica, a desigualdade social tal como vem expressa, assinalada, constituída, legitimada pelos usos da linguagem, ou seja, nos discursos.

Considerando os pressupostos de que as estruturas lingüísticas exprimem valores sociais e que fatores sociais condicionam a língua, é possível pensar a identidade de gênero a partir de um gênero textual específico, o discurso parlamentar, sem desprezar aspectos lingüísticos concernentes ao gênero gramatical. Sendo assim, é sob a tríade gênero textual, gênero social e gênero gramatical que o presente estudo focaliza aspectos sócio-históricos e políticos concernentes à identidade feminina emergentes nos documentos institucionais em foco.

Ao tomar a noção de interdiscursividade, tal como a concebe Maingueneau (1987), Santos (2001:60) defende o ponto de vista de que um documento institucional carrega vozes e sentidos demarcadores de relações de poder. Esse tipo de documento envolve, segundo o autor, uma anterioridade histórica, uma hodiernidade política e uma projeção ideológica. A análise do poder dentro de instituições e organizações não se faz, de acordo com Fairclough (2001), independentemente do entendimento e a análise de suas práticas discursivas. Delineia-se, portanto, aqui, um estudo que se faz na conexão com o discurso e a etnografia.

Cabe destacar a função atribuída por Santos (2001) à hodiernidade política e à projeção ideológica. Nas palavras do autor, a hodiernidade política instaura as modulações do poder nas relações de assimetria, entre as influências predominantes de prestígio, de supremacia ideológica, ou ainda, de controle das práticas sociais e culturais de um determinado grupo de indivíduos (Santos, 2001:60). A proporção de mulheres que detêm mandatos parlamentar, em relação ao total de representantes no Congresso Nacional, ainda é muito baixa. Mesmo que esse seja um espaço onde se trava a luta em favor do

reconhecimento da igualdade de direitos para a mulher, essa luta não se faz alheia às relações de força e poder travadas nessa arena política.

A projeção ideológica, segundo esse estudioso, serve para referendar as práticas sociais e culturais nas suas dimensões políticas e ideológicas. Ela evidencia o caráter de doutrinação e de dominação, subjacentes a essas práticas, no processo de formação das relações de poder. Tendo em vista o contexto societário em que desenvolvo o presente estudo e a natureza da prática discursiva investigada, debruço-me sobre a busca dos sujeitos aí envolvidos em lutar pela mudança de um estado de coisas sedimentado nas ideologias.

### 1.3.3 Gênero Textual

Partamos da seguinte afirmação de Marcuschi (2004), em seu artigo intitulado *Gêneros textuais e produção lingüística*: “o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas” (p. 2). Essa afirmativa traz à luz a idéia de que o estudo dos gêneros textuais deve incorporar uma reflexão do comportamento ou funcionamento social da língua.

Sabe-se que a concepção de língua como instrumento de comunicação, advinda das reflexões lingüísticas estruturalistas ou formalistas, tem sido substituída, no interior dos estudos lingüísticos de natureza pragmático-discursiva, por uma concepção de língua enquanto forma de ação e interação entre os falantes. Silva (2002) destaca o papel atribuído ao discurso contextualizado no que concerne a essa faceta da lingüística, que busca cada vez mais um compromisso com o lado social da linguagem. De acordo com a autora referida, além de focar a linguagem em seu uso concreto, ou seja, como prática social, a Análise de Discurso, em particular a sua vertente crítica, contempla forma e função, pontos nucleares dos dois paradigmas do pensamento humano, visando, porém, ao processo. Ao considerar, pois, a língua na sua dualidade e a produção de sentido(s) do discurso como uma resultante de processos de interação social, Silva suscita a idéia de que devemos reconhecer aí a existência de muitas conexões entre estrutura lingüística e prática social, uma vez que ambas moldam a realidade e são moldadas mutuamente por ela.

Marcuschi (2001, 2004), para quem a língua é uma atividade social e cognitiva em contextos historicamente delineados e interativamente construídos, vem discutindo os gêneros textuais discursivos lembrando que os mesmos são *uma forma de ação social*. Para tanto, enfatiza a seguinte questão levantada por Bhatia (1997:629): *Por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como o fazem?*

Não é difícil perceber que essa indagação revela uma preocupação centrada muito mais no processo de construção de textos, nas propriedades da prática discursiva do que propriamente no produto, ou seja, nas palavras de Fairclough (2001), nos “estágios terminais do discurso”.

Marcuschi, depois de parafrasear o questionamento de Bhatia, perguntando-se “por que todos os que escrevem uma monografia de curso fazem mais ou menos a mesma coisa?”, afirma que, ao pronunciarmos uma conferência ou darmos uma aula expositiva produzimos do mesmo modo textos similares na estrutura e que eles circulam em ambientes recorrentes próprios. Aproxima-se a uma resposta à questão com a afirmativa de que essa indagação envolve mais do que apenas questões sócio-culturais e cognitivas, tal qual propõe Bhatia. De acordo com Marcuschi, essa é uma questão que envolve ações de ordem comunicativa e estratégias convencionais para atingir determinados objetivos, uma vez que todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo. Não obstante, a determinação genérica se dá basicamente pela função e não pela forma.

Sugere Marcuschi que se deve ver os gêneros como *entidades dinâmicas*, como formas culturais e cognitivas de ação social (Miller, 1984, *apud* Marcuschi, 2004), numa perspectiva interdisciplinar que dê atenção especial para a linguagem em uso e para as atividades culturais e sociais.

Por outro lado, o refinamento das discussões sobre *interdiscursividade* ou *intertextualidade constitutiva*<sup>7</sup> dos textos, encabeçadas por Fairclough (2001:133 e seguintes), que as define como termos que dizem respeito à constituição de um texto com base numa configuração de tipos de texto ou convenções discursivas, ou seja, que concernem às configurações de convenções discursivas que entram na produção de um texto, revela ser necessário ao bom entendimento desses conceitos refletir sobre outros elementos como o gênero e o estilo. Isso se deve ao fato de as suas considerações teóricas incidirem, mais propriamente, sobre as convenções discursivas do que sobre outros textos. Para esse estudioso, tais elementos também permeiam a rede de significação da interdiscursividade e

---

<sup>7</sup> O termo *intertextualidade* foi cunhado por Kristeva (1969) para o estudo da literatura, sublinhando o fato de que a produtividade da escritura literária redistribui, dissemina... textos anteriores em um texto. Beaugrande & Dressler (1983) retomam essa noção para indicar o conhecimento, por parte dos interlocutores, de outros textos para a produção e recepção de um texto. Fairclough (2003:140) concebe a *intertextualidade* como que dizendo respeito à propriedade que tem um texto de ser cheio de fragmentos de outros textos. À constituição explicitamente heterogênea dos textos por meio de outros textos, ele denomina de *intertextualidade manifesta*. Quando a heterogeneidade não é marcada na superfície textual, mas evocada, através do interdiscurso, por meio de temas que caracterizam determinadas formações discursivas a intertextualidade é constitutiva e corresponde ao interdiscurso. Cumpre ressaltar que essas noções não se constroem alheias àquilo que J. Authier-Revuz (1982) chama de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*.

constituem, assim como ela, um tipo de discurso por meio da combinação de elementos das ordens do discurso (interdiscursividade). Ao que me parece, a atenção desse estudioso volta-se para os processos sociocomunicativos diretamente relacionados a fatores que tornam um texto dependente de outro(s) previamente existente(s).

Ao destacar o sistema de gêneros como determinante das combinações e configurações, nas quais outros elementos ocorrem, Fairclough (2001) considera que o gênero, enquanto uma forma particular de organização social e parte dela, associa-se a um tipo de atividade ratificada socialmente, a saber, um artigo científico, uma exposição, uma mesa-redonda, um documentário na tv, uma banca de tese, entre outros. No enfoque europeu de cunho faircloughiano, os gêneros são fundamentalmente sociais. Na voz de Marcuschi, também, a sociedade está organizada em função dos gêneros sociais, sendo que a interação sempre se dá dentro de algum gênero.

O gênero, para Fairclough, está associado não só a um tipo de atividade, mas também a um determinado estilo ou estilos alternativos. A concepção de estilo é tratada por Fairclough (2001:163) à luz da lingüística sistêmica funcional, teoria que vem sendo enriquecida por Halliday (1978) e Halliday e Hasan (1991), no que concerne, de modo específico, aos seguintes parâmetros<sup>8</sup>:

- 1- *relação*, que se refere ao tipo de relação estabelecida entre os participantes de uma interação e caracteriza os estilos em termos de sua formalidade, informalidade, oficialidade, casualidade, e assim por diante;
- 2- *modo*, referindo-se à forma falada ou escrita dos textos, ou a formas combinadas das duas (escrito para ser falado, escrito como se falado ou falado como se escrito);
- 3- *modo retórico*, em que os estilos assumem classificações, como argumentativo, descritivo e expositivo.

Enquanto a *relação* concerne à natureza das relações entre participantes num processo de interação, o modo retórico engloba, como podemos ver, um conjunto de categorias conhecidas como: narração, argumentação, descrição, injunção, que servem para designar seqüência de gêneros ou modos textuais, como será discutido adiante.

---

<sup>8</sup> O modo (the mode of discourse) e o modo retórico (the rhetorical mode) são apresentados por Halliday & Hasan (1991) como um terceiro traço ou propriedade que compõe, ao lado de outros dois conjuntos de propriedades, o campo (the field of discourse) e a relação (the tenor of discourse), o quadro conceitual caracterizador do contexto situacional. O campo, a relação, o modo e o modo retórico, são discutidos por esses estudiosos à luz de uma abordagem lingüística denominada *social-semiotic* (semiótica social).

Tratar-se-á, aqui, apenas da argumentação, uma vez que as outras categorias, apesar de relevantes, não serão contempladas no escopo do presente estudo, não pelo grau de importância, mas pelo enfoque específico do ato argumentativo.

Nesse passo da discussão, é possível asseverar que o ato de apropriação de um gênero do discurso não é neutro, mas dinâmico e operatório, o que significa que vai além do caráter instrumental de que se reveste a afirmativa: a comunicação verbal só é possível por algum gênero. Para Marcuschi (2004), dominar um gênero textual não equivale, propriamente, a dominar uma forma lingüística e, sim, à capacidade do falante de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. Infere-se, dessa perspectiva, que o enfoque sobre gênero incide apropriadamente no que conhecemos, com Aristóteles, como *elocutio*, mais precisamente, portanto, nas escolhas e organização das formas lingüísticas constitutivas dos textos, nos meios pelos quais os sujeitos realizam ou formalizam lingüisticamente suas intenções sócio-comunicativas.

Vejamos que a concepção de apropriação de gêneros discursivos, aqui, não incide propriamente sobre o resultado, sobre os textos já configurados, mas sobre o processo que os gerou. Tal processo articula, a um só tempo, o próprio sujeito, – que se instrumentaliza lingüisticamente e busca, com engenho e arte (estilo), produzir ou, como sugere Marcuschi, materializar textos em situações comunicativas particulares – e as determinações sociais aí imbricadas. A concepção de Marcuschi coaduna-se com a perspectiva defendida pela vertente crítica da Análise de Discurso para o estudo de gênero. Nessa perspectiva, o discurso é uma prática social e o gênero é uma maneira socialmente ratificada de usar a língua como um tipo particular de atividade social. Daí a idéia, tanto de Fairclough quanto de Marcuschi, de que o gênero é uma forma de organização social.

Lidamos, assim, ao falar em gênero textual, com uma competência bem particular do sujeito enunciador, a de se constituir socialmente, pois, como sugere Bronckart (1999:103), a manifestação lingüística por meio dos gêneros converte-se num mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas. Chega-se, nesse passo, ao ponto de podermos evocar, mais uma vez, o caráter dinâmico e operatório desse mecanismo de apropriação dos gêneros.

Ao discutir a questão de gêneros textuais e produção lingüística, Marcuschi (2004) sugere uma distinção entre tipo textual, gênero textual e domínio discursivo, o que será apresentado a seguir.

Os tipos textuais, por abrangerem categorias como a narração, a argumentação, a exposição, a descrição e a injunção, são caracterizados por esse estudioso muito mais como

seqüências lingüísticas (um modo retórico) do que como textos materializados. Para ele, a rigor, trata-se de modos textuais. A natureza lingüística desse tipo de composição é que a faz ser sentida como uma espécie de seqüência retórica.

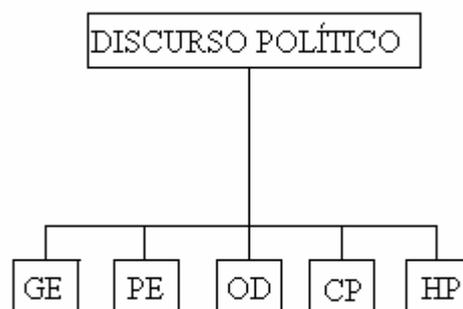
Contrariamente aos tipos textuais, os gêneros textuais compreendem os textos efetivamente materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais nada mais são do que os textos concretizados que encontramos em nossa vida diária. São eles identificados por padrões sócio-comunicativos característicos e definidos segundo composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Gênero textual e tipo textual compreendem entidades que se contrapõem, portanto, por seu caráter, respectivamente, empírico ou não e por constituírem ou não listagens abertas.

O domínio discursivo não é visto por Marcuschi como, propriamente, um princípio de classificação de textos. Muito pelo contrário, um domínio discursivo indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.) constituindo, como sugere esse estudioso, à luz de uma concepção bakhtiniana, uma “esfera da atividade humana”. Sempre segundo Marcuschi, ele não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Nesse sentido, se convertem em práticas discursivas, dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, são-lhes próprios ou específicos como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

É possível aproximar as considerações de Marcuschi, ao se atentar para a natureza do *corpus* de análise da presente pesquisa, bem como do espaço social em que são reproduzidos os textos, na maior parte das vezes escritos para serem levados ao Plenário Nacional.

Esta pesquisa tem como enfoque o discurso parlamentar, sendo que a categoria analítica, superordenada, a ser tratada, é o *gênero argumentativo*. O gênero de base é, portanto, a argumentação, configurada, por sua vez, pelo *domínio discursivo*, a que podemos chamar de *político*. O discurso político, enquanto domínio discursivo, é materializado nos seguintes *tipos ou modos textuais*: 1. grande expediente (GE); 2- pequeno expediente (PE); 3- ordem do dia (OD); 4- comunicação parlamentar (CP); 5- homenagem parlamentar (HP), o que pode ser visualizado na figura 1.1.

A figura auxilia na configuração do gênero argumentativo mencionado.



**Figura 1.1: Domínio discursivo e tipos textuais**

Deve-se esclarecer que os discursos parlamentares (unidades sócio-retóricas) selecionados como dados de análise se realizam tipologicamente como Grande Expediente, Pequeno Expediente, Ordem do Dia, Comunicações Parlamentares ou Homenagens Parlamentares. Trata-se de tipos que podem ser vistos como unidades técnicas, criadas pelos próprios parlamentares, configuradoras de um domínio discursivo particular, qual seja, o domínio político. O discurso argumentativo, enquanto gênero textual, realiza-se por meio de marcas lingüísticas e retóricas<sup>9</sup>. Nessa realização lingüística, concretizam-se as relações de força e de poder que se estabelecem entre os diferentes sujeitos marcados identitariamente nos modos/tipos textuais. Sob tal ponto de vista, é possível estudar as posições dos sujeitos ditos ideológicos a partir dos tipos textuais, uma vez que o caráter dinâmico e operatório da língua revela-se nessas unidades concretas. Essa tipologia, se estudada minuciosamente, pode levar a compreender o discurso argumentativo/parlamentar como resultado/produto de natureza social, como elemento de sedimentação de ideologias.

Para que se investiguem os estratagemas daqueles que se manifestam em plenário pelos discursos argumentativos, é preciso que sejam examinados os processos geradores das configurações gramaticais, das escolhas das formas lingüísticas mais significativas das quais resultam textos mais ou menos persuasivos ou dissuasivos. O acesso a tal processo se dá mediante as formas lingüísticas. Como Marcuschi, acredito que um trabalho com gêneros textuais permite tratar integradamente questões de produção, compreensão e gramática.

<sup>9</sup> Ducrot (1987) explica que o uso da linguagem se reveste de dois componentes: o lingüístico – que normalmente carrega as palavras de um semanticismo generalizado, independentemente do contexto ou da situação comunicativa em que ocorrem – e o retórico – que, contextualizado, veicula sentidos implícitos dentro de uma situação de interação verbal.

Assumo, também, com Halliday (1994), sobre o qual muito se apóia a ADC, o ponto de vista de que as opções formais têm significados contrastantes e que as escolhas de formas são sempre significativas, tal como bem observa Fairclough (2001:47).

#### 1.4 ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM

Há evidências, na literatura lingüística, passíveis de sustentar a idéia de que o exame de uma ocorrência ou forma lingüística centrada na imanência do sistema lingüístico, sem levar em conta a influência dos processos sociais sobre essa ocorrência, é considerar o fenômeno de forma parcial e incompleta. No entanto, tal procedimento, ou concepção de estudo da linguagem, não deve servir apenas para fortalecer algumas tendências ideológicas que desobrigam o lingüista pesquisador a lidar com o indivíduo, com o seu envolvimento efetivo na produção e reconhecimento de formas, atribuindo a ele, via linguagem, uma posição secundária de assujeitamento ao poder. Esse posicionamento reducionista perante o sujeito da enunciação pressupõe que quem fala é uma instituição. Tal quadro teórico destitui o lingüista do seu dever de trabalhar com línguas naturais, a saber, com a linguagem enquanto atividade constitutiva, tal como sugere, entre nós, Carlos Franchi (1992). Não é o caso, também, de aceitar de forma passiva a noção de um “subjetivismo idealista” na linguagem, que, como sabemos, constitui, junto com a noção “subjetivismo abstrato”, objeto de crítica para Bakhtin (1981), mas de sugerir que as subjetividades humanas e os usos lingüísticos devem ser avaliados em contextos sociais e culturais.

Fairclough (2001) concebe o sujeito (ator ideológico) não apenas como agente do processo lingüístico-discursivo do qual faz parte, mas como um sujeito que é a um só tempo construído no âmago desse processo e construtor do mesmo. Vêm-se, aí, condições de se superar mais uma das dicotomias, além de “forma” e “uso” na linguagem, que se apresenta no interior dos estudos lingüísticos, qual seja, o “objetivismo abstrato” e o “subjetivismo idealista”.

A análise de discurso crítica, uma área da lingüística que, por sua natureza interdisciplinar dentro das ciências sociais, permite tratar o discurso como prática social, além de possibilitar uma aproximação analítica das dimensões sintática, semântica e pragmática de uma língua. Enfocar o discurso como prática social implica investigar os processos pelos quais uma língua passa, moldando a realidade e sendo por ele moldada. Sabe-se que um sistema lingüístico não é neutro e os discursos ali veiculados podem refletir, de algum modo,

posições ideológicas e costumes. Daí, a necessidade de se buscar uma síntese entre estudos de forma e função, visando ao estudo do processo.

O que foi dito nas seções anteriores suscita a idéia de que a presente reflexão, ao integrar de modo efetivo os estudos da gramática funcional de Halliday (1994) com a teoria social do discurso, tal como tem sido proposta por Fairclough (1991, 1992, 2001), objetiva levar a cabo uma pesquisa que suplante as tradicionais dicotomias e polarizações entre forma e função e que privilegie, sobretudo, o processo. Além disso, o que mais cabe destacar é que signifique uma contribuição efetiva para os estudos do discurso, voltados para uma prática social transformadora.

A análise dos mecanismos da persuasão e do convencimento no discurso parlamentar, no presente estudo, deve seguir um conceito de linguagem como “atividade”. Propõe-se buscar nos traços lingüístico-discursivos da língua em uso as marcas dessa atividade. Dessa forma, o estudo da argumentação na linguagem não pode ser feito desvincilhado de um enfoque lingüístico de caráter enunciativo, ou seja, do ato mesmo de produção do enunciado.

Apresento, a seguir, duas seções que tratam especificamente da questão do convencimento e da persuasão, bem como do caráter ideológico da linguagem, como uma série de discussões cuja gênese se assenta nos estudos lingüísticos argumentativos que, desde a Antigüidade Clássica, tendem a considerar a língua em sua concretude, ou seja, como espaço em que se encontram envolvidos, interativamente, seres reais, que têm uma história, e que buscam agir uns sobre os outros pela atividade de linguagem.

#### **1.4.1 Entre o Convencer e o Persuadir**

Sabe-se que a retórica, após ser desvinculada de sua concepção argumentativa advinda dos gregos, passou a ser considerada como recurso de embelezamento do texto. Modernamente, porém, os estudos retóricos retomam a antiga acepção e abordam, sobretudo, os discursos como ação sobre o outro, preocupando-se com as estratégias empregadas pelo locutor para conseguir convencer ou persuadir o alocutário. Os estudos argumentativos ou retóricos alcançam uma dimensão maior nas pesquisas lingüísticas quando do surgimento da

Pragmática<sup>10</sup>, que apresenta como seu objeto de estudo as características concernentes à utilização da linguagem, em oposição ao seu aspecto sintático e semântico.

Perellman & Olbrechts-Tyteca (2000), na obra *Tratado de argumentação – A nova retórica*, apresentam uma visão atualizada acerca dos estudos sobre argumentação. Tal visão é construída por eles na base de um contraponto feito entre a demonstração lógica e a argumentação. Segundo esses estudiosos, “o lógico formalista considera alheias à sua disciplina a gênese dos elementos fornecidos por aquele que os construiu, sejam eles verdades impessoais, pensamentos divinos, resultados de experiência ou postulados peculiares ao autor” (p.16). No entanto, sempre segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, quando se trata de questões concernentes à argumentação, ao influenciar por meio do discurso e não demonstrar uma proposição, a intensidade de adesão do auditório a certas teses já não pode ser menosprezada, a menos que sejam ignoradas as condições psíquicas e sociais sob as quais essas teses são construídas, o que destituiria da argumentação seu objeto e efeito.

A argumentação, de acordo com eles, visa provocar ou incrementar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual, caracterizando-se como ato de persuasão. Para argumentar, dizem os autores, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental (p.18).

O efeito que o ato de argumentar deve provocar no ouvinte, qual seja, o de envolvimento com o dito, evoca a visão dialógica da linguagem, tão defendida nas mais recentes discussões lingüísticas e, como se pode perceber, também presente em concepções advindas da retórica clássica. A teoria enunciativa de Émile Benveniste, ao negar o caráter puramente instrumental da linguagem, também concebe a língua como um dispositivo que serve ao propósito de influenciar o comportamento do alocutário. A própria maneira como Benveniste define discurso revela essa característica. Benveniste (1988:267) sugere que é preciso entender discurso na sua mais ampla extensão, como toda a enunciação que suporta um locutor e um ouvinte; e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de algum modo (...); enfim, todos os gêneros em que há alguém se dirigindo a outrem, enunciando-se como locutor e organizando o que diz na categoria da pessoa.

---

<sup>10</sup> Charles Morris (1938), na obra *Foundation of the theory of signs*, aproxima a Pragmática da retórica aristotélica. Segundo ele: “Historically, rethoric may be regarded as an early and restricted form of pragmatics, and the pragmatics aspect of science has been a recurrent theme among the expositors and interpreters of experimental science. Reference to interpreter and interpretation is common in the classical definition of signs” (p.30). Ao citar Aristóteles, diz o autor que “Aristotle, in the *De interpretatione*, speaks of words as conventional signs of thoughts which all men have in common...” (p.30). Segundo Morris, as palavras de Aristóteles contêm aspectos que se tornaram tradicionais na teoria dos signos.

Não é difícil perceber que a retórica deixou seus herdeiros no interior dos estudos lingüísticos. Os conceitos de “papel”, de “lugar”, de “imagem”, apontados pelas teorias do discurso e estudos pertinentes às teorias argumentativas, nos quais se buscam analisar os mecanismos de persuasão no discurso, servem, igualmente, de exemplos dessa herança. As reflexões de Perelman & Olbrechts-Tyteca, em particular, vêm impulsionando os estudos lingüísticos sobre a argumentação, principalmente no que concerne à prática do convencimento e da persuasão pela linguagem. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000:22), que, muito apropriadamente, consideram o convencer e o persuadir como características da linguagem, na parte de sua obra intitulada “o orador e seu auditório” afirmam ser a argumentação relativa ao auditório que o orador procura influenciar, já que visa obter a adesão daqueles a quem se dirige. Eles definem auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar e caracterizam os atos de convencimento e persuasão da seguinte maneira:

1- O ato de *convencer* conduz a certezas, por dirigir-se unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo capaz, então, de atingir um “auditório universal”. Quando somos convencidos, asseveram os autores, somos vencidos apenas por nós mesmos, pelas nossas idéias.

2- O ato de *persuadir* procura atingir a vontade, o sentimento do interlocutor ou dos interlocutores, sendo, nesse caso, dirigido a um “auditório particular” levando-o a inferências por meio de argumentos plausíveis e verossímeis; tem caráter ideológico, subjetivo e temporal. Quando somos persuadidos, asseguram os autores, sempre o somos por outros.

Cumprе salientar que a busca pelo convencimento e persuasão por parte do orador frente ao seu auditório é considerada por tais estudiosos como algo relativo àquilo que, de forma mais ou menos consciente, cada orador pensa sobre aqueles que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos. À luz desse corolário, a persuasão e o convencimento são atos premeditados. Assegurar o condicionamento do auditório às teses apresentadas a ele é, conforme se pode presumir, a meta de um orador perante uma assembléia. Isso elucidа a idéia desses autores, segundo os quais, para quem se preocupa com o resultado, ou seja, com o desencadeamento da ação imediata, persuadir é mais do que convencer. O convencimento (plano das idéias/razão) não passa da primeira fase que conduz à persuasão (plano da ação). No entanto, quem está preocupado com o caráter racional da adesão, buscando criar no ouvinte uma disposição para a ação pretendida – que se manifestará no momento oportuno –,

convencer é mais do que persuadir. Os autores propõem chamar de persuasiva uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e de convincente aquela que deveria obter a adesão de todo ser racional.

O que foi exposto acima atesta que a língua em uma relação de interação social é caracterizada, através do discurso, pela argumentatividade. O discurso, por sua vez, traduz-se em ação verbal dotada de intencionalidade. O locutor se manifesta pela linguagem, com o intuito de atingir significativamente o seu alocutário, de maneira a influir no seu comportamento segundo a visão que carrega do mesmo. Essa interferência de aspectos sociais na linguagem se dá tanto sobre o ouvinte quanto sobre o falante. O falante age intencionalmente sobre o comportamento do ouvinte e este tem o seu comportamento modificado à medida que é persuadido a posicionar-se perante determinado fato ou praticar uma ação. Nesse sentido, o papel lingüístico-discursivo de algumas categorias analíticas não pode ser relegado a um segundo plano, pois através delas é possível identificar a contribuição do locutor, ao caracterizar determinados referentes e perceber o jogo argumentativo explicitado. A contribuição do locutor deve ser entendida, aqui, em termos dos processos que permitem ao falante, pela prática da linguagem, representar na língua enquanto produto o resultado dessa prática. Nesse sentido, a caracterização dos referentes se faz por meio das noções apreendidas socialmente e/ou culturalmente e das propriedades atribuídas ou reconhecidas pelo sujeito falante como inerentes ao objeto de referência em jogo.

#### **1.4.2 Sustentação Ideológica**

Levar a cabo um estudo de natureza lingüístico-discursiva, tal como o da construção da argumentatividade na linguagem parlamentar com relação ao universo feminino, presume a incorporação de elementos de relevância social, logo ideológica. Não há como tratar a argumentação sem que se pense na interação, mais especificamente, na interação discursiva, ou seja, na pragmática da interlocução.

Os diversos estudos sobre oratória que floresceram na antiguidade com os gregos, cuja tradição foi seguida pelos romanos, demonstram o fascínio despertado pelos efeitos práticos da linguagem. Ao estudarem os diferentes usos da linguagem, as mentes especulativas dos gregos, concebem-na não só como um meio de expressão artística, mas como instrumento a serviço da verdade e agente de persuasão. Os discursos políticos, constitucionalmente combativos e competitivos, são destinados à ação, ou seja, a obter como resultado uma ação específica por parte dos ouvintes. O modo retórico deliberativo, ao qual faço referências no

início deste capítulo, demonstra que Aristóteles confere *status* praxiológico à retórica, situando-a na esfera da ação humana.

O discurso argumentativo na linguagem parlamentar descortina todo um sistema de crenças, ou atitudes de um grupo social, que podem ser avaliadas sob o ponto de vista dos efeitos práticos ou interesses sociais que procuram promover. Interessam-nos sobretudo as práticas discursivas que envolvem aspectos ideológicos com relação à mulher. Fairclough (2001:116) permite um acercamento das práticas discursivas (produção, distribuição e consumo textual) como formas materiais de ideologia. É justamente a materialidade das ideologias nas práticas das instituições que permite tal acercamento. Como parte integrante das estruturas sociais, as ideologias exibem, incluem, controlam as relações de poder e dominação entre os grupos (movimentos sociais, classes, organizações). Essa tomada de posição frente à ideologia remonta a Gramsci (1971) e Althusser (1971), que vêem nas ideologias muito mais que um sistema de crenças. Para eles, assim como para Fairclough, as ideologias se materializam no seio de instituições como a igreja, a escola, a família e o partido político. A ideologia é articulada e adquirida nas práticas dessas instituições. Esse pressuposto impulsiona os estudos do discurso como prática social.

Para Thompson (1984,1990), são ideológicos determinados usos da linguagem que, em circunstâncias específicas, servem para estabelecer ou manter relações de dominação. Tal enfoque sociológico é também defendido por van Dijk (1999:23), para quem as ideologias não são construções individuais, idealistas, mas construções sociais compartilhadas por um grupo. Portanto, apresenta-se, aqui, como objeto efetivo de reflexão, a situação na qual a comunicação constitui instrumento de poder.

A fala pública se reveste de poder na medida em que se caracteriza por ser a linguagem da decisão, que registra e modifica decisões. Nesse sentido, é possível assegurar que argumentar na linguagem da política é sustentar posicionamentos ideológicos. Dentre as práticas sociais lingüísticas ou não lingüísticas, o discurso, inegavelmente, desempenha um papel preponderante na reprodução das ideologias. Os textos são instrumentos lingüísticos determinantes das relações de força, das sustentações ideológicas e consolidação de valores. A análise de discurso crítica se esforça justamente em tornar explícitas as relações de poder que, com freqüência, acham-se ocultas. Ela procura extrair resultados que apresentem alguma pertinência prática (Wodak & Meyer, 2003:36). É nesse sentido que a luta ideológica passa a ser vista por Fairclough (2001, 2003) como componente das práticas discursivas. Seu interesse recai sobre as transformações dessas práticas e das ideologias nelas configuradas.

A linguagem da política, revestida de um estilo retórico<sup>11</sup>, enquanto linguagem do poder, não se faz alheia aos sujeitos que dela se servem para seus propósitos persuasivos. É oportuna a referência que Plebe (1992:31) faz daquilo que, segundo Quintiliano, constituía tarefa dos retóricos: nós, retóricos, estejamos sempre em pé de guerra<sup>12</sup>. Isso faz lembrar que, para Fairclough (2001:116), encarar o discurso como prática social inclui a concepção de Althusser (1971) de que a ideologia “interpela os sujeitos”, ou seja, que não se deve ignorar nos estudos discursivos um dos mais significativos efeitos ideológicos, que é a constituição dos sujeitos. No entanto, se por um lado o sujeito é construído ideologicamente nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, por outro, ele é capaz de reagir às práticas ideológicas que o expõe. É nesse ponto que a concepção de constituição ideológica dos sujeitos defendida por Fairclough difere da de Althusser. A reflexão acerca da constituição ideológica dos sujeitos encampada por Fairclough engloba a questão da resistência. Eu diria que, mesmo reconhecendo que as ideologias formem os sujeitos, Fairclough os coloca em um estado no qual são capazes de reagir às exigências de suas condições de existência. Ao enfatizar a necessidade de se criar/desenvolver uma consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, esse estudioso sublinha a capacidade de os sujeitos se reestruturarem e se oporem às práticas ideológicas.

A crença na estabilidade relativa das relações de dominação justifica a afirmativa de Fairclough (2001:121) de que, sob determinadas condições sociais, é possível opor sujeito “efeito ideológico” a sujeito “ativo”. O estudo em foco incide sobre a questão do gênero social feminino no discurso parlamentar, o que lhe confere espaço fértil de debate em torno das condições reais de existência dos indivíduos envolvidos nessa prática discursiva e a forma imaginária (ideológica) que lhes serve de referência nas suas relações sociais.

Manifestações discursivas concretas, como o são os discursos produzidos no Parlamento Nacional, permitem ver de que maneira as ideologias são expressas, senão vividas, por seus praticantes e como funcionam no interior dessa situação social. O estudo de tais discursos assenta-se sobre uma prática social propícia à reflexão de algumas formas de manifestação da ideologia sexista, já que o tema dos textos selecionados (produzidos por parlamentares homens e mulheres) contempla questões concernentes à mulher.

---

<sup>11</sup> Utilizo o termo “estilo retórico”, tal qual registra Armando Plebe (1992:31), no sentido de “estilo combativo” (*stilus pugnax*), em oposição ao “estilo dialético”, de natureza colaborativa.

<sup>12</sup> Tradução de Armando Plebe (1992) de: *no, rhetores armatos stare in aciem* (In: Quintiliano. *De institutione oratória*, Quintiliano, oitavo livro, p.32)

Teun van Dijk (1999:19) defende o ponto de vista de que, mesmo os discursos não sendo as únicas práticas sociais baseadas na ideologia, eles são fundamentais para a sua formulação e, logo, para a sua reprodução social. Nas palavras desse estudioso, se quisermos saber que aparência as ideologias apresentam, como funcionam ou, ainda, como se transformam e reproduzem, necessitamos observar detalhadamente suas manifestações discursivas. O discurso parlamentar representa uma dessas manifestações pertinentes ao estudo das ideologias.

Subjacente à afirmativa de van Dijk, reside a questão da luta no discurso, ou seja, da transmissão persuasiva das ideologias por meio dos textos. A luta ideológica é apontada por Fairclough (2001:117) como elemento constitutivo das práticas discursivas.

O presente estudo, ao desenvolver-se à luz da análise de discurso crítica, em cujo bojo se investigam as desigualdades sociais expressas e legitimadas pelos usos da linguagem, concebe o gênero social como categoria analítica de extrema relevância.

No que concerne ao papel decisivo dos textos em inculcar, sustentar e transformar as ideologias, estudiosos, como os citados, são unânimes em afirmar que determinados usos da linguagem são ideológicos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Um conjunto de considerações pragmático-discursivas constitui o cerne da história da retórica. O retorno à retórica faz sentir que muitas das preocupações atuais dos estudiosos da linguagem, no que concerne à eficácia da palavra, assentam-se em preceitos advindos dos clássicos e dos teóricos contemporâneos da argumentação.

Avulta das considerações tecidas um aspecto particular caracterizador do dinamismo da linguagem, que é o lugar ocupado pelos sujeitos que lançam mão de argumentos relativos aos seus objetivos comunicativos. Nesse sentido, defrontamo-nos com uma subjetividade enunciativa que extrapola os limites de uma consciência empírica do sujeito. Pela enunciação que o constitui, ele mobiliza um ou mais co-enunciadores, fazendo-os aderir a um certo universo de significações ou sentidos atribuídos histórica e culturalmente aos objetos de predicação. O enunciador é para mim o grande tecelão do mundo representado no evento comunicativo em foco.

## **CAPÍTULO II**

### **DISCURSO, CONTEXTO SOCIAL E GRAMÁTICA**

Este capítulo envolve a fundamentação teórica que baliza a trajetória escolhida para levar a cabo a pesquisa ora apresentada. Na seção 2.1, discuto os pressupostos teóricos da Análise de Discurso orientada socialmente, conforme sugerem Fairclough (1991, 1992, 1995, 2003), van Dijk (1985, 1999, 2000) e Wodak & Meyer (2003). Na seção 2.2, com base na obra de Fairclough (2003), teço considerações sobre os conceitos de gênero, discurso e estilo, associados aos significados da linguagem. O tratamento do gênero se dá sob a égide do caráter acional do texto, no sentido de que os diferentes gêneros realizam diferentes propósitos culturais (Eggins & Martin: 2000). A seção 2.3 é dedicada à Teoria do Contexto, tal como vem sendo construída por Teun van Dijk (1999). No que concerne aos aspectos ideológicos dos textos/discursos, minhas considerações são tecidas com base em Thompson (1995), van Dijk (1997, 1999), Eagleton (1997) e Kress (1985). A articulação entre o contexto social (papéis sociais e atitudes coletivas impregnadas nos textos) e gramática é discutida dentro dos parâmetros da Gramática Funcional de Halliday & Matthiessen (2004), o que configura a seção 2.4.. Na última seção, traço um paralelo entre as principais teorias enfocadas.

#### **PRELIMINARES**

O propósito de pesquisar a argumentatividade no discurso parlamentar – voltada, sobretudo, para o universo feminino – envolve a escolha da dimensão textual como unidade analítica básica, o que a direciona para o método de estudo dentro da análise do discurso crítica, cuja característica principal concerne ao enfoque da língua em sua concretude, como prática social. Desvelar os sentidos ideológicos subjacentes nas palavras e nas estruturas lingüísticas que sustentam o texto do discurso parlamentar, sem perder de vista contextos interacionais mais amplos, é o cerne desta proposta teórico-metodológica. Além disso, como bem observa Marcuschi (2003:13), a escolha da dimensão textual implica trabalhar com atividades lingüísticas situadas, em lugar de concentrar atenção em estruturas lingüísticas “descarnadas” de seus usuários.

Na perspectiva funcionalista de estudos da linguagem não se considera, igualmente, que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o significado de uma expressão lingüística, pois se entende que a completude da descrição só seja alcançada se nela forem incluídas referências ao falante, ao ouvinte e a seus respectivos papéis, bem como ao estatuto pressuposto dentro da situação de interação determinada socialmente. Isso quer dizer que a mesma se desenvolve no interior de uma teoria de natureza pragmática. Dessa forma, os estudos funcionalistas, assumindo uma concepção de língua como instrumento de interação por meio do qual se estabelecem relações comunicativas entre usuários, buscam em suas descrições, mediante uma abordagem unificada, articular a um só tempo os componentes sintático, semântico e pragmático das línguas naturais.

Os aspectos estruturais das línguas podem ser considerados à luz das teorias lingüísticas que focalizam a interação pela linguagem, que colocam o texto/discurso como sendo produzido por um locutor interessado em criar nos interlocutores certo comportamento, sem que, no entanto, sejam separadas as determinações do discurso (uso) das determinações da gramática (sistema). As categorias lingüísticas e as estruturas gramaticais têm de ser entendidas, dentro do contexto discursivo, como um meio de se identificar a “contribuição” do locutor ao caracterizar, determinar, indeterminar ou modificar referentes, ou, ainda, de se perceber o jogo argumentativo oferecido. Determinados elementos gramaticais da língua podem ser vistos, na materialidade do texto, como um meio através do qual o sujeito da enunciação venha a se expor, ou se ocultar, e dirigir sua argumentação para alcançar o efeito desejado.

Como dar conta, no entanto, dessa concepção e proposta de análise que toma como desafio estudar as manifestações sintático-semântico-discursivas à luz dos contextos sociais em que são produzidas? Faz-se necessário integrar de modo efetivo os estudos da gramática funcional de Halliday (1994) com a teoria social do discurso, tal como tem sido proposta por Fairclough (1991, 1992, 1995). A abordagem que se pretende adotar segue, portanto, um conceito de linguagem como “atividade”. Propõe-se buscar nos traços lingüístico-discursivos de uma língua as marcas dessa atividade. Em suma, objetiva-se levar a cabo uma pesquisa que suplante as tradicionais dicotomias e polarizações entre forma e função e que privilegie, sobretudo, o processo. Para tanto, toma-se como passaporte teórico principal a Análise de Discurso Crítica, em seus desdobramentos recentes, o que será apresentado a seguir.

## 2.1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

A Análise de Discurso Crítica (ADC), campo de estudos inserido no interior da Lingüística, supera os limites da lingüística estrutural e apresenta como proposta para o estudo da linguagem a articulação de três níveis: o lingüístico, o discursivo e o ideológico-cultural. Direcionada ao estudo das dimensões discursivas da mudança social, a Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough (1992; trad. 2001), apresenta uma concepção de linguagem e um quadro analítico construídos a partir do conceito de prática social. Essa concepção parte do princípio de que a linguagem não é apenas uma forma de representação do mundo, mas também de ação sobre o mundo e sobre o outro. A inscrição individual do falante como característica do uso da linguagem é igualmente negada nessa corrente de estudos que, ao investigar o controle interacional, busca explicar a realização e a negociação das relações sociais na concretude da prática social. O papel do discurso na constituição do “eu” é um dado que também não escapa à análise das modalidades e polidez na linguagem.

Em linhas gerais, Fairclough (2001) aponta um caminho dentro de sua proposta teórica que permite um acercamento ao discurso visto em três dimensões: prática lingüística, prática discursiva e prática social. Fairclough (1997, 2001) concebe o discurso como sendo simultaneamente: (i) um texto lingüístico, oral ou escrito, (ii) prática discursiva (produção e interpretação de texto) e (iii) prática sócio-cultural. Na dimensão da prática lingüística, o discurso é abordado enquanto texto. Nessa perspectiva, o texto consiste na realização lingüístico-formal da prática discursiva. A prática discursiva, por sua vez, é a dimensão do uso da linguagem que envolve processos de produção, distribuição e consumo dos textos. A terceira dimensão da sua teoria tridimensional concebe o discurso como prática social. A investigação do discurso como prática social é feita a partir de um conceito de discurso ao qual se relacionam “ideologia” e “poder”. Fairclough (2001:116) situa o discurso numa perspectiva de poder como “hegemonia” e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. Para tanto, toma partido dos conceitos de hegemonia e poder, conforme apresentados por Gramsci (1971), e de ideologia, tomando por base o conceito de Althusser (1971); entretanto, problematiza-o por não dar atenção à resistência, à luta e à transformação. Permeia a proposta teórica fairclougheana a premissa de que as situações opressoras podem ser mudadas, uma vez que são criações sociais e, como tais, passíveis de transformações sociais.

De acordo com Fairclough (1997:83), o método tridimensional de análise do discurso se presta à descrição lingüística do texto, bem como à interpretação das relações entre

processos discursivos e processos sociais. Trata-se de uma concepção tridimensional de análise do discurso que envolve as três esferas principais de um escopo teórico voltado para o lado social da linguagem, com todas as implicações políticas que podem fazer da língua uma bandeira ideológica. Fairclough sugere que essas três esferas permitem avaliar as relações entre mudança discursiva e mudança social, de modo a relacionar tais mudanças a instâncias textuais. A proposta fairclougheana permite unir a análise textual e lingüística à tradição macrossociológica (referente às estruturas sociais) de análise da prática social, bem como à tradição microssociológica (interpretativa) de conceber a prática social como sendo ativamente criada pelas pessoas, o que permite compreendê-la com base no senso comum compartilhado. Como bem observa esse estudioso, nos procedimentos de senso comum encontram-se os aspectos políticos e ideológicos que, na maioria das vezes, são contraditórios e heterogêneos. O senso comum tem sido, inclusive, apontado como objeto primordial de estudo no interior da Teoria das Representações Sociais, sendo as *representações sociais* caracterizadas como forma de conhecimento<sup>13</sup>.

A importância da Teoria Social do Discurso para a pesquisa lingüística consiste na visão tridimensional da proposta, que permite focar a gramática na arquitetura do texto, associando-a a um enfoque crítico de práticas lingüísticas que, em condições propícias, podem levar a mudanças discursivas e sociais. O propósito de unir a análise lingüística com a teoria social respalda-se, também, no sentido sócio-histórico do discurso (político), conjugado com o sentido de interação, dimensões que fazem da língua um contrato social.

Imbuída de caráter multidisciplinar, a Análise de Discurso Crítica, enquanto teoria social da linguagem, coloca-se a serviço do entendimento das relações e identidades sociais retratadas ou reproduzidas explicitamente ou implicitamente nas marcas textuais. Através dela, pode-se empreender um estudo de natureza sócio-ideológica não descompromissado ou alheio às determinantes lingüísticas.

Não se deve esquecer que Fairclough (2003) sugere a análise textual como parte da ciência social. É justamente por isso que o fundamento de sua análise textual/lingüística assenta-se mais especificamente na Gramática Sistêmica Funcional (SFL) de Halliday (1994). É sabido que muitos partidários da vertente crítica da Lingüística, como Roger Fowler e Guther Kress, tomam como base de suas reflexões a asserção funcionalista de que a capacidade lingüística de produção de significado é um produto da estrutura social. Seguindo

---

<sup>13</sup> De acordo com Moscovici (1996:22), as representações sociais são “formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, representantes de uma visão prática e concorrente na construção de uma realidade comum a um grupo social”.

Halliday (1976), tais estudiosos sugerem que os significados sociais e as suas realizações textuais devem ser incluídos no escopo de uma descrição gramatical.

O analista de discurso, ao assumir uma perspectiva crítica, coleta material para a teorização sobre a sociedade a partir dos textos, dos enunciados efetivamente produzidos, enquanto os não-críticos teorizam a prática da linguagem a partir das relações sociais, políticas e ideológicas, sem considerar que o enunciado é construído à luz desses aspectos.

Significado lingüístico e ideologia, numa perspectiva crítica, compreendem entidades mutuamente inseparáveis. Mais do que isso, ambos dependem da estrutura social. É nesse sentido que, para Fowler & Kress (1979:186), a análise lingüística se nos revela como um instrumento precioso para o estudo dos processos ideológicos que servem de intermediadores das relações de poder e controle. É a concepção de linguagem como parte constitutiva da sociedade, como prática social, como um dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e auto-regula que possibilita o estudo da linguagem e sociedade enquanto fenômenos interdependentes.

Ressalto, no entanto, meu ponto de vista: uma análise completa da relação linguagem e sociedade, que permita levar a cabo a verdadeira função do pesquisador qualitativo, deve ser feita via cognição (processos sociais desenvolvidos em redes de práticas), ou seja, na interface da relação entre a sociedade e o discurso que molda a gramática e é por ela moldado. Não esqueçamos que, para van Dijk (1999:70) – estudioso que confere caráter mentalista à ADC – ,“a cognição social e especialmente a ideologia podem ser totalmente compreendidas somente em termos de suas funções sociais para os atores sociais como membros de um grupo em situações sociais”. A idéia de que não há uma relação direta entre sociedade e discurso, mas uma relação mediada pela cognição, como sugere van Dijk (1999), perpassa os limites teóricos da ADC. O confronto das obras *Discourse and Social Change* (1992, 2001) e *Discourse in Late Modernity* (1999), de Chouliaraki & Fairclough, permite verificar que as mudanças teórico-metodológicas experimentadas pela ADC, no que se refere à relação entre linguagem e prática social, apontam para a articulação, a um só tempo, da atividade material, fenômeno mental, reações sociais e discurso. A ADC praticada por Fairclough e seguidores, apoia-se, portanto, numa teoria sociológica da linguagem atrelada à teoria sistêmica, que é uma teoria lingüística consolidada a partir de uma teoria social da linguagem.

Vemos, portanto, que a ADC praticada por Fairclough e seguidores permite fazer a ponte entre uma vertente Bakhtineana e uma vertente Malinowskineana de estudos da linguagem. Nesse sentido, é possível situar os estudos lingüísticos na interface dos pressupostos teóricos advindos, por um lado, de Bakhtin, incorporando à análise

considerações de estudiosos como Foucault, Ducrot e Charaudeau. Por outro lado, é possível situar os estudos da linguagem na interface dos pressupostos teóricos advindos de Malinowsky e Firth, incorporando à análise considerações de estudiosos como Halliday, Hodge, Kress e Van Leeuwen.

### **2.1.1 Discurso como Prática Lingüística**

A análise de discurso proposta por Fairclough e seguidores toma partido das práticas sociais reais e dos textos concretamente produzidos. A análise de discurso, nesse sentido, não se faz independentemente da análise textual. Esse estudioso sugere que a ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada) reforçará a análise social, essencialmente por incidir sobre exemplos concretos de prática e formas textuais e sobre processos de interpretação associados a elas (Fairclough, 2001:87). Em consonância com esse ponto de vista, na dimensão da prática lingüística, o discurso é abordado enquanto texto. No entanto, é preciso que se reforce a idéia de que analisar texto nesse enquadre teórico significa contemplar simultaneamente questões de forma e sentido na linguagem. Um texto para Fairclough corresponde a instâncias atualizadas da linguagem em uso. Isso quer dizer que uma abordagem da linguagem em sua concretude, caracterizada pelo envolvimento de sujeitos reais, que têm uma história e estão envolvidos de forma a interagirem socialmente, sobrepõe-se a uma reflexão da natureza abstrata e homogênea da linguagem, recuperando-se, assim, o fundamento básico do processo lingüístico: a significação.

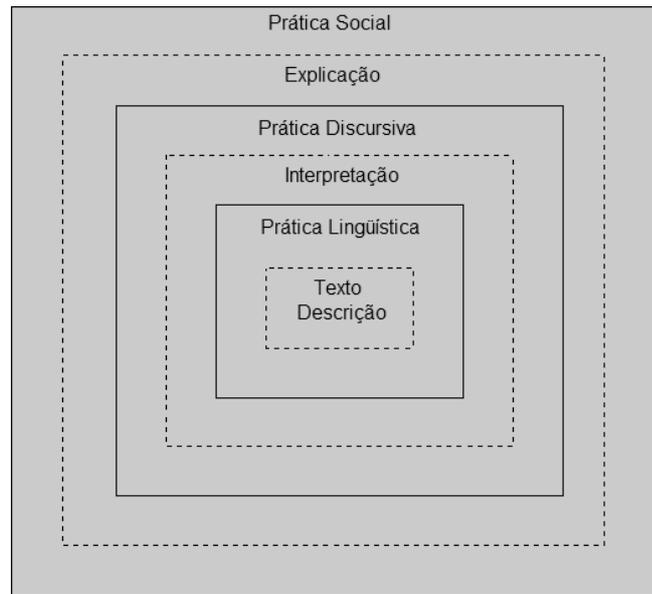
A Teoria Social do Discurso, conforme já realçado, não concebe o uso da linguagem como atividade puramente individual. À luz dessa perspectiva, nega-se a existência de um subjetivismo idealista na atividade de linguagem, bem como a concepção de que a mesma se nos apresente como mero reflexo das variáveis sociais. A enunciação da expressão lingüística é concebida como estando situada no meio social de produção dos enunciados. A ADC aponta para a relação dialética que se estabelece entre prática discursiva e estrutura social. Os estudos em ADC, ainda que contemplem as estruturas lingüísticas, não as concebem como um fim em si mesmas. Dito de outra maneira, as relações internas que se estabelecem entre formas da língua não são vistas como sendo governadas por leis lingüísticas específicas de um sistema fechado, muito pelo contrário, o que modela e determina a orientação da organização de um enunciado é a atividade mental ou cognitiva, assim como as relações sociais, políticas e ideológicas. Nesse caso, buscam-se nos sistemas lingüísticos pistas que permitam descrever o processo de significação. Os textos, produto da atividade de linguagem ou, como sugere

Fairclough (1997:77), produto lingüístico de processos discursivos, são encarados como elementos resultantes da mediação que a linguagem exerce entre as estruturas sociais e as relações de poder. Essa mediação se realiza justamente pelo fato de a linguagem se colocar a serviço da manutenção dos estados de coisas já existentes no mundo da vida, ou, contrariamente, da subversão do *status quo*.

Numa abordagem crítica do discurso é possível, portanto, focalizar as propriedades dos textos lingüísticos com vistas ao estudo da natureza dos processos e relações sociais (ideologias e relações de poder). O estudo, a um só tempo, das práticas lingüísticas, das práticas discursivas e das práticas sociais, além de lançar luz sobre as prováveis razões da escolha de certa estrutura lingüística (vocabulário, gramática, estruturas textuais), permite desvendar a serviço de quais interesses as formas da língua são empregadas. Não esqueçamos que para Fairclough (1995:7), analisar discurso significa debruçar-se sobre a análise de como os textos se inserem na prática sociocultural. Desse modo, a ADC se configura como um campo de estudos dentro da Lingüística. No entanto, ao eleger o texto como unidade básica de análise, extrapolam-se as fronteiras da mera extração das estruturas do texto ou do conteúdo em si. Consta da agenda da ADC fazer a descrição lingüística dos textos, interpretar as relações que se estabelecem entre os processos discursivos (produtivos e interpretativos) e os textos, bem como explicar a relação entre os processos discursivos e os processos sociais. Tal posicionamento perante os fatos lingüísticos permite a ampliação, sempre almejada, do conceito e do papel da linguagem.

O QUADRO 2.1, que é sugerido por Fairclough (1991), sintetiza o modelo tridimensional de ADC. Tal modelo foi proposto por Fairclough na obra *Language and Power* (1989/1991) e posteriormente aprimorado nas obras *Discourse and Social Change* (1992) e *Discourse and Late Modernity* (1999).

**Quadro 2.1. Dimensões do discurso e dimensões da análise textual**



Como se pode observar, descrição, interpretação e explicação (explanação) correspondem aos três estágios de análise dos textos que visam ao entendimento das relações de poder e das determinações ideológicas no discurso. Cumpre destacar que tal modelo toma como ponto de partida o texto, mas vai além dele, e se aproxima do discurso. O entendimento do texto como evento discursivo torna-se claro na obra *Discourse and Social Change*, em função do refinamento por que passa a teoria.

A descrição dos traços textuais é feita atentando-se para o vocabulário, a gramática e as estruturas textuais. No que se refere ao vocabulário e à gramática, as formas lingüísticas e as estruturas gramaticais são analisadas segundo a natureza dos valores *experiencial*, *relacional* e *expressivo* que apresentam, bem como segundo os valores *metafóricos*, *conectivos* e *textuais*. Para o presente estudo, com base no que consta em Fairclough (1991, 1997, 2001, 2003), arrolou esses valores da seguinte maneira:

#### ESTÁGIO 1: DESCRITIVO

- A. Valores experienciais: são valores ligados a conhecimentos e crenças dos produtores de textos. Dizem respeito ao modo de representação da realidade social ou natural conforme os produtores de textos as experimentam. Tratando-se dos valores experienciais contidos nas palavras, importa considerar aspectos semânticos da codificação dessas representações no vocabulário, que podem ser associados a aspectos ideológicos significativos. Tratando-se dos valores

experienciais contidos nos traços gramaticais, importa atentar para os tipos de processos e de participantes selecionados, para a omissão do agente, para as nominalizações, entre outros. O objetivo é verificar que tipos de processos e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos, bem como os efeitos causados no texto, em função da escolha dos tipos de processo (ação, evento, relacional, mental). Os traços gramaticais, assim como o vocabulário de um texto, podem estar relacionados a sentidos sociais do discurso.

- B. Valores relacionais: concernem ao modo como as relações sociais são acionadas nos textos. Tratando-se dos valores relacionais das palavras, importa atentar para o fato de que a escolha de uma palavra depende das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no evento comunicativo, ou, ainda, que a escolha das palavras pode ajudar a criar relações sociais. Servem de exemplo os procedimentos de senso comum acionados no discurso via texto. Tratando-se dos valores relacionais contidos nos traços gramaticais, importa considerar o *modo*, a *modalidade* e alguns tipos de *pronomes*. Quanto ao modo, sugere-se atentar para as sentenças declarativas ou afirmativas, interrogativas e imperativas, que dizem respeito ao tipo de comunicação instituída pelo falante e seu relacionamento com o interlocutor. Tais relacionamentos indicam posições diferentes para os sujeitos envolvidos no processo comunicativo. Quanto à modalidade, é possível fazer o levantamento não apenas dos verbos auxiliares modais, mas também dos tempos verbais e advérbios modais, para que se avalie o grau de comprometimento do falante com as proposições enunciadas no curso das interações com seus interlocutores. Essa modalidade denomina-se *modalidade relacional*. Finalmente, quanto aos pronomes, incorporam os pressupostos teórico-metodológicos da ADC atentando para as realizações do “nós” inclusivo que, em oposição ao “nós” exclusivo, pode estar ligado a relações de poder ou solidariedade.
- C. Valores expressivos: concernem aos posicionamentos avaliativos do sujeito frente à porção da realidade referenciada. Os valores expressivos dizem respeito aos sujeitos e ao modo como as identidades sociais são representadas. O valor expressivo das palavras é, segundo a teoria em foco, de fundamental importância para a linguagem persuasiva. Tratando-se do valor expressivo das palavras,

cumpra atentar para a natureza negativa ou positiva da avaliação<sup>14</sup>. Tratando-se dos valores expressivos contidos nos traços gramaticais, cumpre atentar para um segundo tipo ou dimensão de modalidade, a *modalidade expressiva*. Esse tipo de modalidade realiza-se por meio de auxiliares modais, revela um maior, ou menor, comprometimento do falante com a verdade expressa na proposição (graus de certeza ou dúvida, vagueza, possibilidade, necessidade, permissão, obrigação). Em caso de modalidade expressa por meio de formas temporais, pode-se chegar a valores que demonstram um comprometimento categórico do falante com aquilo que enuncia.

- D. Valores metafóricos: o estágio de descrição dos traços textuais via vocabulário e via gramática, sugerido por Fairclough (1991:111), também prevê a análise das metáforas. A metáfora, de acordo com o estudioso, consiste em representar um aspecto da experiência em termos de outra<sup>15</sup>. A natureza da metáfora é amplamente discutida no trabalho de Lakoff & Johnson (1980), para os quais a essência da metáfora é entender e experienciar uma espécie de coisa em termos de outra<sup>16</sup>. Essas definições, que apresentam pontos de vista comuns, pressupõem a escolha de alguma coisa em um domínio nocional de origem e a sua transposição para um outro domínio. Nesse sentido, qualquer aspecto da experiência humana pode ser representado de forma metafórica. As metáforas não são destituídas de ligações ideológicas (Fairclough, 1991:119).
- E. Valores conectivos: os traços formais dos textos, além de apresentarem valores de natureza experiencial, relacional e expressiva, podem, ainda, portar valores conectivos (*connective values*). Esses valores são expressos por meio de elementos responsáveis pela coesão textual, tal como apresentada por Halliday e Hasan (1992) e Halliday (1994). A conectividade textual é obtida por meio de mecanismos gramaticais (relações temporais, espaciais e lógicas entre sentenças) e lexicais (associação, reiteração e substituição de palavras), bem como por meio de mecanismos de referência internos ao texto (pronomes, artigos definidos, elipses,

---

<sup>14</sup> Segundo Fairclough (1991:119): a speaker expresses evaluations through drawing on classification schemes which are in part systems of evaluation, and there are ideologically contrastive schemes embodying different values in different discourse types.

<sup>15</sup> No original: Metaphor is a means of representing one aspect of experience in terms of another (Fairclough, 1991:119).

<sup>16</sup> No original: The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another (Lakoff & Johnson, 1980:5).

entre outros) ou externos a ele, ou seja, elementos de natureza exofórica ou situacional.

- F. Estruturas textuais: a aplicação do aparato metodológico desenvolvido por Fairclough (1991, 2001) ainda prevê a descrição das estruturas textuais. O interesse dessa descrição centra-se principalmente na determinação das convenções interacionais empregadas nos textos e dos grandes esquemas estruturais neles apresentados. Enquanto o primeiro caso tem a ver com valores relacionais e diz respeito à natureza do *sistema de tomada de turnos (turn-taking system)*, o segundo diz respeito a valores experienciais e pretende lidar com a “arquitetura” dos textos e, especificamente, com aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto (Fairclough, 2001:106).

### **2.1.2 Discurso como Prática Discursiva**

De acordo com o que foi exposto na subseção (2.1.1), a análise do evento discursivo como *texto* privilegia a descrição dos elementos lingüísticos. Analisar um texto sob o enfoque da natureza dos seus traços formais equivale a lidar com parte do material simbólico de que língua é constituída. Nesse sentido, a análise descritiva dos elementos lingüísticos com os quais nos deparamos na superfície lingüística exige interpretação. Essa interpretação se faz pela articulação concomitante dos processos discursivos (produtivos e interpretativos) e o texto. A caracterização dos processos discursivos como produtivos e interpretativos pressupõe a integração dos sujeitos que participam do evento discursivo. Isso justifica o fato de a ADC considerar toda a prática discursiva como uma forma de prática social (terceira dimensão do aparato metodológico desenvolvido por Fairclough).

Na ADC, além de o discurso ser visto como prática lingüística, é encarado como prática discursiva e prática social. Enquanto prática, o discurso contribui para a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos. Na construção das relações sociais entre indivíduos, os efeitos construtivos do discurso são sentidos nas formas de representação das identidades sociais, na determinação de posições sociais para os sujeitos e tipos de “eu”. Outro efeito construtivo do discurso recai sobre a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Muito mais do que um estágio de análise, a interpretação diz respeito aos processos de produção e interpretação de textos pelos participantes do evento discursivo<sup>17</sup>. Cumpre salientar que, enquanto estágio de análise, a interpretação consagra lugar de destaque ao pesquisador ou analista. A posição do analista, portanto, é algo que não escapa ao escopo teórico-metodológico da ADC.

Convém ressaltar também que a relação que se estabelece entre o texto e a prática discursiva no processo de interpretação, mecanismo responsável pela medição que aí se configura, faz-se, num primeiro momento, mediante os traços formais dos textos, ou seja, o sujeito falante reconhece as formas lingüísticas (fonologia, vocabulário, gramática) com as quais se depara, ou das quais lança mão, como significativas. Trata-se de ênfase na *competência lingüística* do sujeito que produz ou interpreta os enunciados<sup>18</sup>. No entanto, a teoria em foco, como não poderia deixar de ser, ao tomar o discurso como objeto norteador de suas investigações, toma em conta níveis de análise hierarquicamente superiores aos das estruturas lingüísticas. Trata-se de ênfase na *competência comunicativa* do sujeito que produz e interpreta os enunciados, compreendida nos dados situacionais que compõem o universo discursivo.

O modelo de análise desenvolvido por Fairclough (1991:140-144) sugere a identificação de quatro níveis ou dimensões do processo de produção/interpretação textual – superfície do enunciado, significado do enunciado, coerência local e global, estrutura textual – que constituem um conjunto de traços (recursos dos membros) caracterizadores das competências dos sujeitos inscritos em determinado evento discursivo. Cumpre assinalar que o estágio interpretativo incorporado ao modelo faircloughiano de análise não se desenvolve de forma alheia às determinações contextuais (situacionais e intertextuais). Aspectos sociocognitivos mais gerais da produção e interpretação de um texto são incorporados a outras quatro dimensões de análise sugeridas por Fairclough (2001:109): força, coerência, intertextualidade e interdiscursividade.

A análise da prática discursiva, como se vê, pretende envolver uma combinação de microanálise com macroanálise. De acordo com Fairclough (2001:115), a primeira deve contemplar o modo como os participantes produzem e interpretam textos com base nos recursos dos membros. Esse tipo de análise deve, conforme o referido lingüista, ser

---

<sup>17</sup> Em palavras de Fairclough: “the stage of interpretation is concerned with participants’ processes of text production as well as text interpretation” (Fairclough, 1991:141).

<sup>18</sup> O termo “competência” é aqui empregado no sentido de Hymes (1974), para quem não basta conhecer o código, mas é preciso saber quando e como utilizá-lo.

complementado pelo segundo tipo, para que se reconheça a natureza dos recursos dos membros (como também das *ordens de discurso*<sup>19</sup>) a que se recorre para produzir e interpretar os textos. Tomo por base as duas obras referidas acima e sintetizo a seguir cada um dos momentos que entram em cena na dimensão de análise do discursivo como prática discursiva.

## ESTÁGIO 2 : INTERPRETATIVO

- A. Superfície do enunciado: relaciona-se ao processo de realização efetiva dos sons ou marcas no papel. Nesse nível, os recursos dos membros dizem respeito ao conhecimento de língua dos falantes e se manifestam na fonologia, no vocabulário e nas estruturas gramaticais de uma língua.
- B. Significado do enunciado: diz respeito à atribuição de sentido aos enunciados. Nesse nível, os recursos dos membros são de natureza semântica e pragmática, estando os mesmos relacionados à capacidade do falante em combinar as palavras, utilizar as estruturas gramaticais e lidar com os significados implícitos.
- C. Coerência local: nível em que se estabelecem as conexões significativas entre os enunciados. Esse nível tem a ver com a unidade formal do texto (coesão), mas também com a capacidade de inferências e pressuposições do receptor/ouvinte (aspectos pragmáticos), ligando-se, portanto, à interpretação. De modo particular, Fairclough (2001:113) realça as funções ideológicas da coerência na interpelação dos sujeitos. Ao defender a idéia de que os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com princípios interpretativos geradores das leituras coerentes, o estudioso sugere que tais princípios se associam de maneira naturalizada a tipos de discursos particulares.
- D. Estrutura textual (coerência global): nível de interpretação das estruturas textuais. Nesse nível, são levados em conta os *schemata*, *scripts* e *frames*.
- E. Contexto situacional: nível de interpretação da leitura da situação. Análogo à interpretação textual, envolve uma inter-relação de pistas e recursos dos membros.

---

<sup>19</sup> Ordens do discurso, na concepção de Foucault (1996), compreendem a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas. Por fazer parte da constituição de quaisquer formações discursivas, a articulação de ordens do discurso deve ser situada no centro do processo de análise do discurso. Em palavras de Fairclough & Wodak (1997:265), “ordens do discurso correspondem a conjuntos estruturados de práticas discursivas correspondentes a determinados domínios sociais”. Tradução minha de: “orders of discourse (structured sets of discursive practices associated with particular social domains)”.

O contexto de situação é apresentado por Fairclough (2001:112) em termos de *mapa mental da ordem social*. O mapa mental é, para ele, uma interpretação das realidades sociais que se prestam a muitas interpretações, política e ideologicamente investidas de formas particulares. Ao caracterizar o contexto situacional em termos de mapa mental, o estudioso sugere que o enfoque permite determinar como o contexto afeta a interpretação do texto em qualquer caso particular: uma leitura da situação que ressalta certos elementos, diminuindo a importância de outros, relacionando os elementos entre si de determinada maneira, e uma especificação dos tipos de discurso que provavelmente serão relevantes. Um efeito sobre a interpretação da leitura da situação é ressaltar ou diminuir a importância de aspectos da identidade social dos participantes (gênero, etnia ou idade do (a) produtor (a) do texto), relativamente aos diferentes tipos de discursos.

- F. Força do enunciado (atos de fala): a força do enunciado, elemento que se relaciona ao significado interpessoal, é abordada por Fairclough (2001:111) em oposição com “proposição” ou componente proposicional, que se relaciona ao significado ideacional. A força de parte de um texto é interpretada à luz da ação social que realiza, que ato (s) de fala desempenha (dar uma ordem, ameaçar, prometer, etc.). O estudioso ressalta que a força de um enunciado pode ser interpretada recorrendo-se previamente à interpretação do contexto de situação ou mesmo do contexto seqüencial.
- G. Intertextualidade (manifesta e constitutiva): a intertextualidade, que diz respeito à propriedade de um texto de carregar em si fragmentos de outros textos, é apontada por Fairclough (2001:114) como a dimensão de análise de maior destaque no modelo de análise de discurso por ele desenvolvido. O conceito de intertextualidade tomado por Fairclough advém da noção de “dialogismo” de Bakhtin (2000) e se estende à proposta de Authier-Revuz (1982) de distinguir a “intertextualidade manifesta” da “intertextualidade constitutiva” ou “interdiscursividade”. Ambas dizem respeito à constituição heterogênea dos textos. A primeira se apresenta por meio de outros textos específicos: a segunda, por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso. Para a análise da intertextualidade manifesta, Fairclough sugere atentar para as formas de representação do discurso (relato direto ou indireto), para a pressuposição, para a negação, para o metadiscurso e a ironia. Para a análise da interdiscursividade, ele sugere atentar para a combinação de elementos de ordens do discurso, tais como:

gênero (entrevista, documentário), estilo (conversacional, jornalístico, escrito formal, argumentativo), registros (de livros de culinária) e discurso (médico-científico, militar). A posição de destaque atribuída a essa categoria analítica deve-se ao fato de a mesma prestar-se à análise da mudança no discurso e estruturação e reestruturação das ordens de discurso (tipificar uma situação em termos de uma ordem social dada).

No que diz respeito ao estágio da interpretação, um discurso particular pode ser abordado a partir de três questões sugeridas por Fairclough (1991:162):

1. Contexto: Qual (is) interpretação (ões) os participantes oferecem aos contextos situacionais e intertextuais?
2. Tipos de discurso: Que tipos de discurso estão sendo trabalhados (conseqüentemente que regras, sistemas ou princípios de fonologia, gramática, coesão, vocabulário, semântica e pragmática; e quais *schemata*, *frames* e *scripts*)?
3. Diferença e mudança: As respostas às perguntas 1 e 2 são diferentes? E elas mudam durante a interação?

Os níveis ou dimensões arrolados e sintetizados nas três questões demonstram que o discurso, enquanto prática discursiva, é uma construção. Isso quer dizer que as unidades que o compõem podem ser utilizadas, compreendidas e analisadas funcionalmente como elementos de unidades superiores e mais amplas, processo que dá origem a estruturas hierárquicas. Isso é válido tanto para as formas lingüísticas, quanto para o sentido e a interação.

### **2.1.3 Discurso como Prática Social**

A visão de discurso como prática social salta aos olhos na própria definição de discurso a que chegam Fairclough e Wodak (1997) ao refletirem a linguagem nos limites da Análise de Discurso Crítica (ADC). Para os dois estudiosos, o discurso, ou linguagem em uso, é uma forma de prática social. Nessa perspectiva, empreender uma descrição do discurso enquanto prática social implica considerar a relação dialética que se processa entre um evento discursivo particular e a(s) situação(s), instituição(s) e estrutura(s) social(s) que o

emolduram<sup>20</sup>. Entender a linguagem em uso como prática social significa pôr em evidência que os discursos são estruturados ou constituídos no seio da sociedade que eles também constituem<sup>21</sup>. Nessa perspectiva dialética, os discursos criam situações, constroem conhecimentos, moldam identidades e estabelecem relações entre pessoas e grupos de pessoas. O discurso é, portanto, instrumento de exercício do poder.

Estando as práticas sociais relacionadas aos aspectos ideológicos e hegemônicos, focaliza-se a instância discursiva analisada à luz dos investimentos ideológicos feitos por meio dos *sentidos* das palavras, das *pressuposições*, das *metáforas* e do *estilo*. Na categoria hegemonia, focalizam-se as *orientações da prática social*, que podem ser orientações *econômicas, políticas, culturais e ideológicas*.

A abordagem do discurso como prática social converge diretamente para a terceira dimensão do modelo tridimensional de análise de discurso proposto por Fairclough (1991, 1992) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Essa dimensão compreende o estágio designado por Fairclough de explicativo (explicação).

Enquanto o primeiro estágio de análise (descrição) se consolida nos traços textuais e o segundo (interpretação) nos processos discursivos, conforme descrito anteriormente, o terceiro estágio (explicação) deve contribuir para a elucidação das imbricações do discurso nas relações de poder.

Esse estágio tem por objetivo enquadrar o discurso como parte de processos sociais, ou seja, retratá-lo como forma de prática social. O estágio explicativo, nessa perspectiva, pode conduzir a descobertas, como: até que ponto o discurso é moldado pelas estruturas sociais e que efeitos reprodutivos podem os discursos acumular, dissimular ou destituir.

Ao falar do discurso como prática social dos integrantes de um grupo, van Dijk (2000: 59) posiciona os usuários da língua (participantes do discurso) não só como pessoas individuais, mas como membros de diversos grupos, instituições e culturas. Segundo o referido estudioso, através do discurso, os usuários da linguagem podem realizar, confirmar ou desafiar estruturas e instituições sociais e políticas mais amplas. Esse ponto de vista realça a pertinência em considerar o uso da linguagem como instrumento de ação do homem sobre o mundo, além de se coadunar com as idéias de Chouliaraki & Fairclough (1999:21), para os

---

<sup>20</sup> Tradução minha de: “describing discourse as social practice implies a dialectical relationship between a particular discursive event and the situation(s), institution(s) and social structure(s) which frame it” (Fairclough & Wodak, 1997:258).

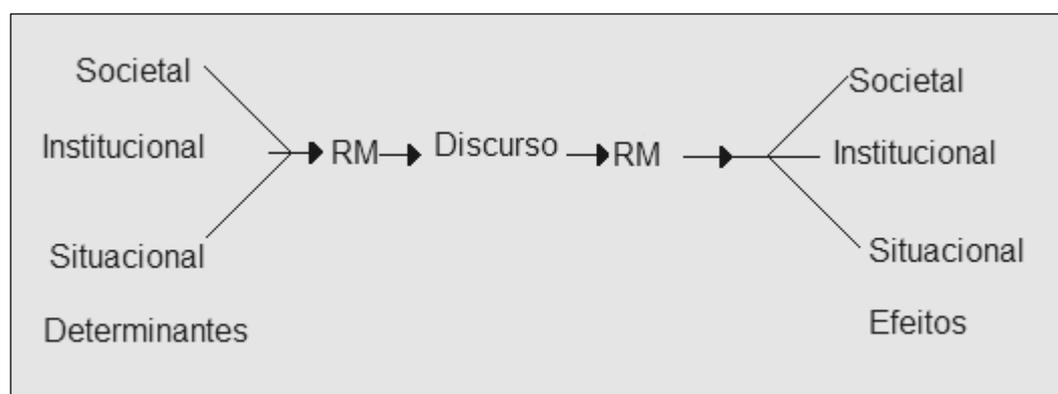
<sup>21</sup> Em palavras de Fairclough e Wodak (1997:258): “discourse is socially *constitutive* as well as socially shaped: it constitutes situations, objects of knowledge, and the social identities of and relationships between people and groups of people”.

quais as práticas sociais são “modos habituais, ligados a perspectivas temporais e espaciais específicas, em que os indivíduos aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo”<sup>22</sup>. Isso quer dizer que as pessoas estão envolvidas em atividades por meio das quais a vida social é conduzida e isso se faz em contextos específicos de práticas e, de forma mais recorrente, por meio do conjunto de textos que produzem. Cumpre salientar que, no âmbito deste estudo, os recursos de interesse são os de natureza simbólica, mais especificamente, discursos e gêneros que correspondem, segundo Fairclough (1999:23), às “práticas semióticas socialmente organizadas”.

Os determinantes sociais, institucionais ou situacionais responsáveis pela modulação ou formatação dos discursos e os seus efeitos sobre a sociedade, instituição ou situação são, como explica Fairclough, mediados pelos recursos dos membros (RM). Tais recursos, segundo Fairclough, são ideológicos. As concepções culturais, relacionamentos sociais e identidades sociais incorporadas aos recursos dos membros, são vistas como que determinadas por relações de poder numa dada sociedade, instituição ou situação. Isso quer dizer que as estruturas sociais modelam os recursos dos membros, que, por sua vez, modelam os discursos. Os discursos, em contrapartida, sustentam/mantêm ou mudam/transformam os recursos dos membros, que, por sua vez, sustentam/mantêm ou mudam/transformam estruturas. O discurso, nessa perspectiva, é visto como domínio em que se realizam as lutas sociais. A mudança no discurso resultante dessas lutas sociais pode desencadear ou consolidar mudanças sociais e culturais mais amplas.

O QUADRO 2.2, que é sugerido por Fairclough (1991:164), ilustra o sistema descrito.

### Quadro 2.2 –Formatação dos discursos e seus efeitos sócio-comunicativos



<sup>22</sup> No original, “by practices we mean habitualised ways, tied to particular times and places, in which people apply resources (material or symbolic) to act together in the world” (Chouliaraki & Fairclough, 1999:21).

É possível perceber que esse Quadro submete as construções discursivas à entrada (*input*) e saída (*output*) de elementos revestidos de ideologias. Isso demonstra que, para avaliar o quanto uma representação é ideológica, faz-se necessário considerar não só as causas dessa representação, mas também os seus efeitos causais em contextos específicos da vida social. Apresentarei adiante uma discussão mais detalhada sobre ideologia, posto que, para Fairclough, sua compreensão está atrelada a uma abordagem dos discursos, elucidada a seguir, em termos dos significados representacionais, acionais e identificacionais que encerram.

### ESTÁGIO 3: EXPLICATIVO

O estágio explicativo é sumarizado por Fairclough (1991:166) por meio de três questões, que podem ser aplicadas a qualquer discurso submetido à análise:

- 1) Determinantes sociais: Que relações de poder nos níveis situacionais, institucionais e sociais contribuem para a formatação do discurso?
- 2) Ideologias: Que elementos dos recursos cognitivos dos participantes envolvidos têm um caráter ideológico?
- 3) Efeitos: Como está posicionado o discurso em relação às lutas nos níveis situacionais, institucionais e sociais? Essas lutas são abertas ou encobertas? É o discurso normativo em relação aos recursos cognitivos ou criativo? Ele contribui para a sustentação das relações de poder vigentes ou para a sua transformação?

### 2.2 SIGNIFICADOS ACIONAIS, REPRESENTACIONAIS E IDENTIFICACIONAIS

As considerações teóricas tecidas neste capítulo permitem vislumbrar que a produção de um texto não se faz independentemente da interação comunicativa. Estudar a interação na linguagem a partir do texto e de suas especificidades textuais impulsiona um enfoque que recai sobre: a) o ato de tomar a palavra frente a um interlocutor; b) as representações do mundo mental, material e social; c) posicionamentos subjetivos do locutor.

Sem deixar de abordar os textos como multifuncionais, Fairclough (2003:26-28) investe em uma distinção que privilegia tipos de significação gerados na confluência da ação, representação e identificação. Essa perspectiva de análise, que visa olhar o texto com maior foco nas significações que ele comporta, traz uma perspectiva social para o âmago do texto.

Os modos de agir (significados acionais), os modos de representar (significados representacionais) e os modos de ser (significados identificacionais), nada mais são do que práticas sociais que figuram, respectivamente, como ‘parte da ação’, nas representações que sempre são partes de práticas sociais e na constituição de modos particulares de ser (identidades sociais pessoais). Fairclough (2003:28) aproxima a sua reflexão dos três eixos distinguidos por Foucault (1994:318) para a análise dos aspectos do sentido na linguagem, permitindo ver que: a) destacar os significados acionais compreende focalizar as funções interpessoal e textual da linguagem atentando-se para aspectos do sentido que incidem sobre o eixo do poder; b) destacar os significados representacionais compreende focalizar a função ideacional ou representativa da linguagem atentando-se para aspectos do sentido que incidem sobre o eixo do conhecimento e do controle sobre as coisas no mundo; c) destacar os significados identificacionais compreende focalizar a função interpessoal da linguagem atentando-se para aspectos do sentido que incidem sobre o eixo da ética.

Os significados acionais, representacionais e identificacionais correspondem aos seguintes elementos das ordens de discurso no nível da prática social: gêneros, discursos e estilos. Essa correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos sugere abordar o texto como parte de eventos específicos. A proposta de Fairclough (2003) parece possibilitar uma análise mais adequada do evento social em foco neste estudo, a saber, a ocupação da tribuna federal para tratamento do tema “mulher” e as práticas sociais de caráter mais abstrato que perpassam o ato de tomada da palavra nesse espaço de poder. Lanço mão desses conceitos com vistas a empreender uma aproximação mais específica entre os elementos de natureza social e os aspectos do texto. A operacionalização desses conceitos permite, ainda, não nos distanciarmos do pensamento de Halliday e da Linguística Sistêmico Funcional, no que concerne às macrofunções da linguagem, que serão apresentadas adiante (seção 2.4).

### **2.2.1 Gênero e Ação**

O caráter acional dos gêneros textuais é suficientemente demonstrado por Fairclough (2003) nos significados acionais. Os significados acionais, como já foi assinalado nesta seção, aproximam-se daquilo que, com Halliday (1973a,1973b), entende-se como a função interpessoal da linguagem. No entanto, segundo Fairclough (2003:27) a sua concepção de significado acional põe mais ênfase numa concepção de texto como forma de agir (interagir) sobre os eventos sociais ou acionar relações sociais. Não esqueçamos que Fairclough (2001,

2003) é contundente em sua afirmação de que falta às abordagens da linguagem como ação uma teorização mais complexa para dar conta da interação entre discurso (maneiras específicas de conceber a realidade) e estruturas sociais e a maneira como os textos (realização lingüística na qual o discurso se manifesta) são produzidos e interpretados.

O que mais cabe ressaltar é que, funcionalmente, os gêneros são definidos em termos dos propósitos sociais que articulam. Os textos de diferentes gêneros têm por função precípua realizar diferentes propósitos em um determinado contexto. Sendo assim, ainda que as obras de Fairclough não apresentem uma teoria abrangente das categorias e especificidades do gênero, sua teorização e método tridimensional de abordagem do discurso permitem estudar aspectos relativos às tensões e lutas que permeiam os diferentes discursos.

No capítulo inicial, foram apresentadas as três grandes categorias da retórica aristotélica, a saber: o gênero judiciário, o gênero demonstrativo (ou epidídico) e o gênero deliberativo. Cada um desses gêneros foi caracterizado por Aristóteles como atividade discursiva em que entra em jogo o julgamento de uma ação (judiciário), o louvor ou a censura (demonstrativo), uma opção e uma conduta (deliberativo). Bakhtin (2000: 280) faz uma ressalva quanto às categorias aristotélicas de gênero. Para ele, embora a especificidade dos gêneros retóricos encobrisse a natureza propriamente lingüística do enunciado, ou seja, a heterogeneidade dos gêneros, dava-se, pelo menos, maior atenção à natureza verbal do enunciado, a seus princípios constitutivos; tais como: a relação com o ouvinte e a influência deste sobre o enunciado. A partir daí, atribui-se, cada vez mais, maior importância aos processos constitutivos dos textos, e o que mais cabe ressaltar, uma maior atenção é dada ao papel da interação social (participação intersubjetiva dos produtores/consumidores de textos) e inserção histórico-cultural (o gênero firma-se em um contexto histórico) atinentes aos procedimentos de construção dos gêneros textuais.

Para Bakhtin (2000), o ponto de partida para o estudo dos tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros tipos de enunciados consiste em levar em consideração a diferença essencial existente entre gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros de discurso primário configuram comunicações verbais espontâneas, enquanto os secundários aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. O processo histórico de formação dos gêneros secundários envolve a absorção e transmutação dos gêneros primários. Isso significa que estes últimos, ao se tornarem componentes dos primeiros, transformam-se e adquirem característica

particular. Segundo Bakhtin, os gêneros primários perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios:

...inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance no seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado complexo (Bakhtin, 2000: 281).

Esse estudioso atribui grande importância teórica a essa distinção entre gêneros. Para ele, “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia” (Bakhtin, 2000:282).

Fairclough (2003:68), que define gênero relativamente às práticas sociais a ele relacionadas, considera a mudança genérica como parte da mudança discursiva e social. Para o lingüista britânico, a mudança genérica ocorre pela recombinação de gêneros pré-existentes. Ao distinguir os pré-gêneros (pre-genres<sup>23</sup>), os gêneros desencaixados (disembedded genres<sup>24</sup>) e os gêneros situados (situated genres), esse estudioso faz menção, assim como o fez Bakhtin, ao caráter abstrato evidenciado no confronto entre gêneros. Os pré-gêneros são, para Fairclough (2003: 69), caracterizados por apresentarem um alto nível de abstração. São categorias que transcendem redes particulares de práticas sociais e tomam parte na composição de diversos gêneros situados. Narrativa, descrição, argumentação e conversação são consideradas pré-gêneros pelo potencial abstrato que encerram. Os gêneros ditos desencaixados são categorias, menos abstratas que os últimos, como a entrevista. Os gêneros situados especificam redes particulares de práticas, ou seja, referem-se, tal como foi sugerido por Chouliaraki e Fairclough (1999:56), a um tipo de linguagem usado na performance de uma prática particular, como a entrevista etnográfica. Fairclough (2003:69) insiste na idéia de que os gêneros, associados a redes particulares de práticas sociais, constituem o potencial de variabilidade retratado nas interações e textos atualizados<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> O termo “pre-genres”, adotado por Fairclough, foi sugerido por Swales (1990).

<sup>24</sup> O termo “disembedded genres” foi adotado por Fairclough à luz do que Giddens (1991) chama de “disembedded”.

<sup>25</sup> Tradução minha de: “the genres associated with a particular network of social practices constitute a *potential* which is variably drawn upon in *actual* texts and interactions” (Fairclough, 2003:69).

Dentre os estudiosos brasileiros que tratam da questão do gênero de discurso ou gênero textual, cabe enfatizar o nome de Luiz Antônio Marcuschi que, mais que tangenciar o que foi dito por Fairclough e Bakhtin quanto à categoria de gênero, enriquece sobremaneira essa reflexão. Apresentei no capítulo 1 a distinção teórico-metodológica feita por Marcuschi (2004) entre tipos textuais e gêneros textuais. A sua proposta mostra-se relevante para um trabalho de pesquisa voltado para textos efetivamente produzidos e que se relacionam com as diferentes esferas das comunicações e atividades humanas.

A idéia de que os textos produzidos agem, de alguma maneira, sobre a sociedade também é elucidada por Bazerman (2005:19), na seguinte afirmação: “as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimentos, fazendo uso de textos”. A concepção de que os textos agem efetivamente sobre a sociedade é patente no dizer do estudioso. No entanto, sob a perspectiva dos entrelaçamentos e dependências interpessoais relativos aos participantes do evento discursivo, compartilho com Meurer (2004) a idéia de que os textos podem desafiar e transformar tipos de relações entre indivíduos.

A não desassociação daquilo que ocorre no mundo e a sua realização por meio da produção de textos figura como preceito fértil ao estudo sociosemiótico dos textos. A seqüência de acontecimentos no mundo da vida é responsável pela produção dos textos que circulam na sociedade. Seguindo a linha de raciocínio de Bazerman (2005:21), esses textos, que podem constituir gêneros altamente tipificados e incidir sobre estruturas sociais igualmente tipificadas, podem criar fatos sociais que afetam as ações, direitos, deveres das pessoas.

Numa perspectiva de texto assim defendida, ação social e ato de fala são elementos indissociáveis. Agir pela linguagem é agir socialmente por meio da produção de textos. Tipos específicos de textos circulam em meio às mais diversas atividades e em meio aos mais diversos sistemas organizacionais em que nos vemos inseridos.

O funcionamento dos gêneros textuais, nas circunstâncias de acordo com as quais são produzidos, é elucidado por Bazerman à luz do princípio de que muitos dos textos produzidos encontram-se encaixados em atividades sociais estruturadas e podem se revelar dependentes de textos anteriores que influenciam o desempenho de alguma atividade e a organização social. Para o estudioso, “cada texto estabelece condições que, de alguma forma, são levadas em consideração em atividades subseqüentes” (p.22). Por fazerem parte de um modo de vida organizado, os textos criam realidades ou fatos. Explana Bazerman (2005:22):

Cada texto bem sucedido cria para os leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou *gêneros*, que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em *conjuntos de gêneros* dentro de *sistemas de gêneros*, os quais fazem parte dos *sistemas de atividades humanas*.

Um conjunto de gêneros é entendido por Bazerman como a coleção de tipos de textos que uma pessoa, num determinado papel, tende a produzir. No entanto, o estudioso faz a ressalva de que os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. Para ele, os gêneros são parte do modo como os indivíduos dão forma às atividades sociais. Um sistema de gêneros é formado pelo conjunto de gêneros de que se servem as pessoas que se encontram envolvidas, de forma organizada, em torno de uma mesma atividade. Para ele, um sistema de gêneros é parte do sistema de atividades. Nesse sentido, tomar em conta os sistemas de atividades humanas junto com os sistemas de gêneros é focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos com fins em si mesmos (Bazerman, 2005:34).

Os gêneros textuais são elucidados por esse autor com vistas aos seus propósitos práticos, como produto dos processos sociais no interior dos quais as pessoas buscam coordenar atividades e compartilhar significações. Esse ponto de vista parece ser igualmente defendido por Eggins (2004:55) que, postulando uma orientação sistêmico-funcional para a questão do gênero, sublinha o fato de o mesmo ser encarado como algo que reflete o como as coisas são feitas quando a linguagem é utilizada para realizá-las. Nesse sentido, os tipos de textos resultam de demandas sociais específicas. Definir gênero dessa maneira implica considerar que uma série de textos de diferentes gêneros origina-se diretamente dos tipos de atividades sociais reconhecíveis numa dada cultura. O caráter acional dos gêneros é evidenciado, portanto, nas ações dos indivíduos mediadas pelos textos, no emprego dos processos textuais padronizados.

A definição de gênero a que chega Martin (1984:25) também realça o seu caráter acional. Para ele, gênero é uma atividade intencional condicionada pela cultura da qual os falantes são membros. Segundo o estudioso, gêneros são como as coisas são feitas quando a linguagem é utilizada para realizá-las<sup>26</sup>. Os gêneros textuais são vistos, portanto, como elementos resultantes dos mais diversos tipos de atividades sociais existentes numa dada

---

<sup>26</sup> Em palavras de Martin (1984:25): “genre is a staged, goal-oriented, purposeful activity in which speakers engage as members of our culture. Genres are how things get done, when language is used to accomplish them”.

cultura. Tais considerações teóricas se revelam pertinentes ao estudo dos textos produzidos no contexto institucional da Câmara Federal e formas de enquadramento nos mesmos de aspectos sociais atinentes ao gênero feminino.

Estando o significado acional ligado à configuração genérica e à interação social na linguagem, volta-se para o estágio interpretativo das práticas discursivas há pouco comentado. Fairclough (2003) sugere abordá-lo, principalmente (mas não exclusivamente), por intermédio das categorias da intertextualidade e pressuposição.

### **2.2.2 Discurso e Representação**

Para Fairclough (2003:124), os discursos nada mais são do que modos de representação de aspectos do mundo. De acordo com o estudioso, diferentes discursos configuram diferentes perspectivas do mundo, associadas, por sua vez, a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas. Os diferentes discursos não apenas representam o mundo tal como é ou parece ser, mas também projetam possibilidades diferentes da realidade, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança de acordo com perspectivas particulares<sup>27</sup>. Nesse ponto, o estudioso postula uma correspondência entre significado representacional e discursos. Para Fairclough, as relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas – discursos podem complementar-se ou podem competir um com outro, em relações de dominação. Nesse sentido, os discursos podem concorrer entre si, estabelecendo relações dialógicas harmônicas ou polêmicas.

Analisar a heterogeneidade discursiva de um texto compreende dois momentos, assim apresentados por Fairclough (2003:129):

- 1) a identificação de que partes do mundo são representadas - principais temas<sup>28</sup>;
- 2) a identificação da perspectiva particular, ângulo, ou ponto de vista pelo qual são representadas.

---

<sup>27</sup> Em palavras de Fairclough (2003): “discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions” (p.124).

<sup>28</sup> Fairclough (2003:129) vê os temas como entidades abertas a uma gama de diferentes perspectivas, a diferentes representações e a diferentes discursos.

A Análise do Discurso Crítica, conforme já foi mencionado, propõe uma análise do discurso feita na interface das determinações sociais e lingüístico-textuais. Ao definir discurso como uma forma de prática social que se realiza total ou parcialmente por intermédio de gêneros textuais específicos, a ADC evoca, mais uma vez, a relação dialética estabelecida entre linguagem e sociedade. A linguagem, nesses termos, configura a sociedade e é por ela constituída. Nesse sentido, os fenômenos lingüísticos são, ainda que parcialmente, sociais. Toda e qualquer produção discursiva se faz sob a égide do fenômeno social da interação verbal que se realiza pela enunciação lingüística. Partindo do princípio de que os discursos são modos particulares de representação do mundo, a ADC coloca no cerne de suas discussões a pertinência social dos textos. Diferentes discursos podem representar um mesmo aspecto do mundo. O texto, nesse sentido, é capaz de atualizar/realizar/materializar diferentes discursos. Portanto, discurso é aquilo que um texto produz quando posto em funcionamento em alguma instância discursiva.

Se os discursos se materializam nos textos, essa materialização se manifesta nos traços lingüísticos que formalizam os textos. Os posicionamentos teóricos da ADC permitem abordar a gramática a partir do uso da linguagem em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas específicas, ou seja, como forma de prática social. Trata-se de uma abordagem discursivo-funcional relativa a fenômenos lingüísticos. Esse enquadre teórico, que partilha da concepção de que os textos são acontecimentos discursivos para os quais convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas (Beaugrande, 1997), atesta que os modos particulares de representação de aspectos do mundo podem ser evidenciados nos traços lingüísticos que materializam o discurso. O mais evidente desses traços, segundo Fairclough (2003:129), é o vocabulário. As diferentes maneiras de lexicalizar um mesmo aspecto do mundo também podem ser evidenciadas nas relações semânticas contraídas pelas palavras (sinonímias, antonímias e heteronímias). Não esqueçamos que relações semânticas dessa natureza representam processos cognitivos que dizem respeito ao sistema de conceptualização dos indivíduos que se manifestam pela linguagem.

O foco do estudo centrado no ponto de vista representacional (significados representacionais), ou seja, no como os diferentes discursos estruturam o mundo (físico, mental e social) diferentemente, conduz a uma abordagem lingüístico-discursiva:

- 1) das relações semânticas estabelecidas entre palavras;

- 2) das representações metafóricas e nominalizações<sup>29</sup>;
- 3) das sentenças, em termos de tipos de processos e seleção de participantes e circunstâncias (análise multifuncional da sentença<sup>30</sup>);
- 4) de quais elementos dos eventos são incluídos na representação desses eventos e quais são excluídos, e a quais dos elementos incluídos é dada maior proeminência ou saliência;
- 5) da natureza concreta ou abstrata dos eventos sociais;
- 6) das formas de representação dos atores sociais;
- 7) das representações de tempo e espaço.

O enfoque dos significados representacionais se fazendo à luz do estágio descritivo do modelo teórico em questão, ao qual fiz referências na subseção 1.1, com ênfase na dimensão do discurso como prática lingüística, recai sobre traços lingüísticos (lexicogramaticais) que expressam: a) valores experienciais, como as nominalizações e os tipos de processos; b) valores conectivos, como as relações temporais e espaciais, mecanismos de referência endofórica e exofórica, bem como reiterações e associações; c) valores metafóricos.

O enfoque dos significados representacionais se fazendo à luz do estágio interpretativo (cf. subseção 1.2), com ênfase na dimensão do discurso como prática discursiva, recai sobre: a) os elementos da superfície do enunciado, como vocabulário e estruturas gramaticais; b) o significado do enunciado, produzido segundo a capacidade do falante em combinar palavras e utilizar estruturas gramaticais; c) a coerência global (conectividade) e a coerência local (estruturas textuais); d) o contexto situacional (e seu papel na leitura da situação), que diz respeito à interpretação das realidades sociais e suas formas de expressão (inclusão ou exclusão de eventos, natureza mais ou menos abstrata dos eventos e representação dos atores sociais) e à especificação de tipos de discurso (interdiscursividade).

O significado representacional volta-se para o discurso como um modo de representação de aspectos do mundo e comporta categorias que exprimem relações semânticas (mecanismos lexicogramaticais) e interdiscursividade, responsáveis pela construção do sentido na linguagem.

---

<sup>29</sup> Fairclough (2003) sugere abordar metáfora à luz do que preconiza Halliday (1994) e Halliday & Martin (1993).

<sup>30</sup> A análise multifuncional da sentença em termos de processos, participante e circunstância, segue o modelo sugerido por Halliday (1994) e Halliday & Mathiesen (2004), do qual me ocuparei em seção específica adiante.

Por um lado, deve-se registrar que, no interior do modelo hallidiano, o significado representacional da linguagem se coaduna com a função ideacional da linguagem. Nesse sentido, tratando-se dos processos de transitividade, convergem para essa reflexão questões relativas a três mundos aí envolvidos, a saber: o mundo físico (processos materiais), o mundo das relações abstratas (modo de ser) e o mundo da consciência (mental).

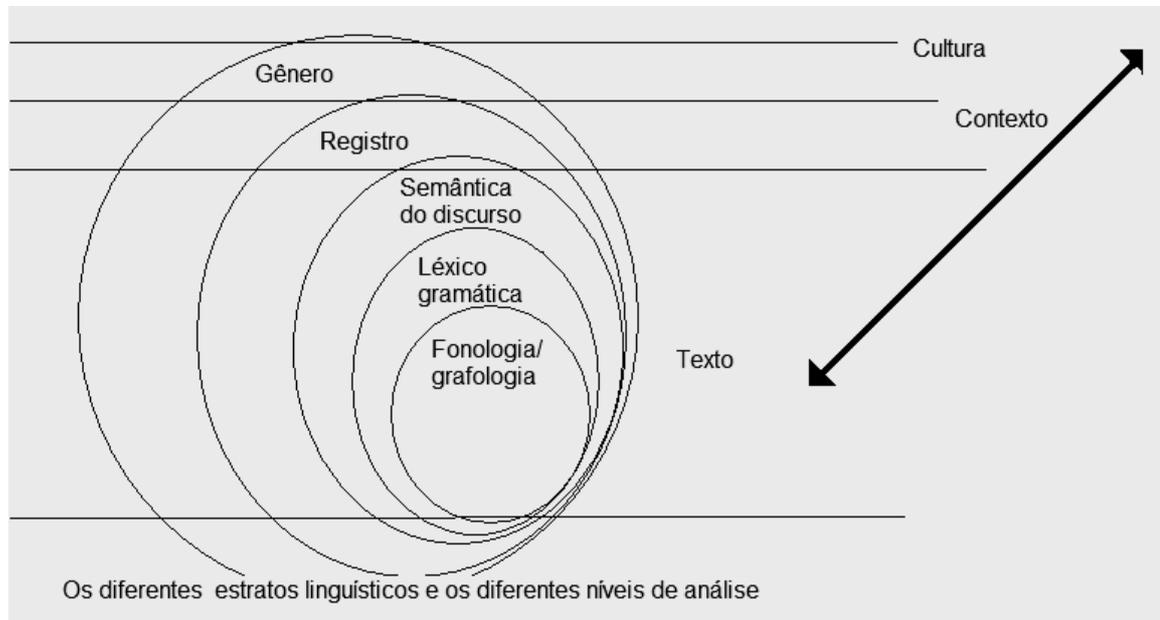
Por outro, quando Halliday & Mathiesen (2004:24-25) se referem ao sistema de estratificação lingüística, o qual compreende as expressões fonéticas, as expressões fonológicas, o conteúdo lexicogramatical, o conteúdo semântico e o contexto (situacional e cultural), nos fazem lembrar que a linguagem é utilizada para retratar nossa experiência e levar a cabo nossas interações com os outros. Isso, de acordo com os estudiosos, significa que a gramática tem que se relacionar com o que ocorre fora da linguagem: com os acontecimentos e condições do mundo e com os processos sociais em que nos engajamos. Mas, ao mesmo tempo, ela tem que organizar a construção da experiência e a representação dos processos sociais, para transformar-se nas palavras e frases usadas para expressar algo. Esses fenômenos são retratados nos níveis de estratificação do conteúdo semântico e do conteúdo lexicogramatical apontados pelos estudiosos. No estrato semântico, as experiências e relações interpessoais são transformadas em sentido. Posteriormente, no estrato lexicogramatical, o sentido ou significado é transformado em palavras e frases da língua<sup>31</sup>. O princípio da estratificação cumpre, portanto, a importante função de inter-relacionar o texto, as significações e o contexto.

As considerações de Fairclough sobre os modos de representar (significados representacionais) tangenciam a proposta da LSF de se empreender um estudo que se assente nos diferentes níveis de análise, a saber, do texto, do contexto situacional e do contexto cultural por meio dos diferentes estratos lingüísticos, tais como: a léxicogramática e a semântica do discurso em nível de texto, o registro, em nível de contexto de situação e o gênero, em nível de contexto de cultura em que o texto ocorre. Muito apropriadamente, Meurer (2006:167) afirma que o princípio da estratificação nos auxilia a relacionar as estruturas lingüísticas aos processos sociais porque nos orienta a considerar a linguagem como um “sistema semiótico complexo que contém vários níveis ou *estratos*” (Halliday &

---

<sup>31</sup> No original: “We use language to make sense of our experience, and to carry out our interactions with other people. This means that the grammar has to interface with what goes on outside language: with happenings and conditions of the world, and with the social processes we engage in. But at the same time it has to organize the construal of experience, and the enactment of social processes, so that they can be transformed into wording. The way it does this is splitting the task into two. In step one, the interfacing part, experience and interpersonal relationships are transformed into meaning; this is the stratum of semantics. In step two, the meaning is further transformed into wording; this is the stratum of lexicogrammar” (Halliday & Mathiesen, 2004:24-25).

Matthiesen, 2004:24). A forma como se processa a estratificação dos elementos apontados pode ser melhor visualizado na FIGURA 2.1, adaptada para o presente estudo.



**Figura 2.1: Estratos e níveis de análise**

### 2.2.3 Estilo e Identificação

Ao postular uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos, Fairclough mantém no cerne de suas reflexões os pressupostos funcionais de Halliday, demonstrando que o aspecto lingüístico não opera sozinho e não pode encerrar em si o potencial discursivo. O enquadre funcionalista da linguagem considera todos os aspectos da organização estrutural à luz do seu papel na interação social. Nesse sentido, empreender uma análise discursiva requer um posicionamento intermediário entre o texto propriamente dito e seu contexto social. A análise de discurso crítica, focalizando, a um só tempo, eventos, práticas e estruturas, recontextualiza os pressupostos da LSF e considera que os gêneros, os discursos e os estilos ligam o texto a outros elementos que lhes são externos (ver fig.2.1 – estratos e níveis de análise). Então, a análise de discurso deve ser, simultaneamente, a análise de como os três tipos de significados, a saber, o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional, são realizados em traços lingüísticos dos textos e da conexão entre o evento discursivo e práticas sociais. A

investigação lingüística recai, portanto, sobre as formas de utilização dos gêneros, discursos e estilos e sua articulação nos textos.

Fairclough (2003:159) relaciona o estilo ao significado identificacional, sem deixar de ressaltar que o mesmo se relaciona com os outros dois tipos de significados. Processos identificacionais são para ele parte do processo textual. Estilos constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos. Como o processo de identificação no discurso envolve efeitos constitutivos, esse estudioso sugere que a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos são inculcados em identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções acerca do que se é. Para o estudioso, os processos identificacionais não são puramente textuais, ou seja, tão somente uma questão de linguagem. Os participantes dos eventos sociais e textos são vistos como agentes sociais que fazem coisas, criam coisas e transformam coisas; eles não são apenas sujeitos pré-posicionados no modo como participam em eventos e interações sociais, são também agentes sociais criativos (Fairclough, 2003:160).

Dessa forma, é pelos significados identificacionais que os atores sociais emergem dos textos, o que se processa, principalmente, pela modalidade e avaliação, ou seja, pelas marcas lingüísticas e traços sociais caracterizadores dos diferentes estilos.

A modalidade e avaliação são responsáveis por retratar os graus de comprometimento com a verdade, a moral, as obrigações e necessidades, enfim, com valores ligados ao mundo ou realidade que circunda aquele que se manifesta pela linguagem. É nesse sentido que, para Fairclough (2003), esses graus de comprometimento determinam a identidade do falante. Logo, a maneira como demonstramos pela linguagem o nosso envolvimento/compromisso com o que dizemos é parte do processo de demonstração da identidade do “eu”. As identidades, como é de nosso conhecimento, são reivindicadas e construídas frente ao “outro”. Nesse passo, as formas como o falante se engaja no que diz ou enuncia é parte do modo como ele interage com os outros. Ao dividir a metafunção interpessoal em identificacional e relacional, Fairclough dá conta de demonstrar esse fato. As identidades são relacionais no sentido de que aquilo que uma pessoa é está intimamente ligado ao como a pessoa se relaciona com o mundo e com as outras pessoas. O agir autorizado, refletido na figura de um *ethos* de autoridade, parece não escapar a essa questão.

Com efeito, a adesão do falante a seu discurso pode ser sentida como sublinhada, evidente ou em baixa. Isso pode, de alguma maneira, estar relacionado à prescrição de papéis sociais. Mais uma vez, evoco Fairclough (2003:166) e me posiciono favorável à idéia de que a tessitura da identidade se faz ancorada na tessitura das relações sociais. As relações

interpessoais, travadas no processo significativo de que os utentes da linguagem tomam parte, são evidenciadas na categoria lingüística de modo (incluindo a modalidade). Essa categoria léxico-gramatical incorpora-se ao sistema semântico de quatro funções da linguagem, a saber: afirmações (asserções), perguntas, requisições (pedidos ou ordens) e ofertas. De acordo com o que preconiza Fairclough (2003:165), as duas primeiras se relacionam às trocas de conhecimento, enquanto as duas últimas às trocas de atividades. A macrofunção interpessoal abrange todos os usos da linguagem para expressar reações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala (Halliday, 1973b:369). Evoca-se, portanto, aqui, o estudo de “procedimentos lingüísticos (modalizadores, termos avaliativos, entre outros) pelos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ele (problema da distância enunciativa)” (Kerbrat-Orecchioni, 1980:32). Uma das funções da linguagem, asseguram Halliday & Hasan (1992:154), é proporcionar interação entre as pessoas, permitida a manifestação de condições sociais, avaliações e julgamentos. De acordo com o estudioso, isso inclui participação na interação lingüística.

O elemento interpessoal da linguagem é representado, de fato, pelo modo e pelas modalidades. A categoria de modo, em sentido estrito, diz respeito à propriedade que tem a forma verbal de designar a atitude psíquica do falante com relação ao que enuncia. Com relação ao fato expresso pelo verbo, são três as atitudes possíveis de serem assumidas pelo sujeito falante: a) objetiva: o sujeito falante reproduz a realidade apreendida por meio de uma proposição categórica; b) subjetiva: determina-se a reação do sujeito falante frente ao fato expresso por meio da modulação do enunciado; c) subjetivo-objetiva: o fato expresso se põe como uma imposição da vontade do falante, no seu desejo de vê-lo realizado, isto é, conduzido do mundo interior da subjetividade ao exterior da objetividade.

As chamadas modalidades de frase ou modos afirmativo (declarativo), interrogativo e imperativo determinam o papel comunicativo adotado pelo falante na sua interação com o interlocutor, que pode reconhecer/aceitar ou se posicionar contra aquilo que é afirmado, responder uma pergunta ou desafiá-la, e, ainda, executar uma/obedecer ou recusar uma ordem/desobedecer a ela. Halliday e Hasan (1991:17), muito apropriadamente, enfatizam o fato de uma sentença não se prestar somente para representar a realidade. Eles se referem aos *significados interpessoais* como modos de ação e caracterizam a sentença como ato de fala. A partir dessa perspectiva, os estudiosos analisam a sentença “Leave a kiss within the cup and I will not ask for wine” em termos do pedido (ordem) e oferta que encerram. A realização do modo no sistema gramatical, assim como a modalidade, vem sendo focalizado com base

nessas duas funções da oração, ou seja, como troca de *bens e serviços* (nas propostas) ou de *informações* (nas proposições). Fairclough (2003) toma partido dessa proposta, referindo-se à troca de bens e serviços como *troca de atividade* e à troca de informações como *troca de conhecimento*. O QUADRO 2.3, elaborado para o presente estudo, ilustra essa proposta.

**Quadro 2.3 – As duas funções básicas da oração e seu funcionamento**

O que é trocado	Papel na troca		Resposta esperada	Alternativa disponível
Bens e serviços	dar	oferta	Aceitação	rejeitar
	pedir	ordem	Executar	recusar
Informação	dar	afirmação	reconhecer/aceitar	contradizer
	pedir	pergunta	Responder	desafiar

Enquanto propriedade da linguagem, a modalidade incorpora um traço semântico que Halliday (1994:75) denomina *polaridade*. A polaridade nada mais é do que a escolha pelo “sim”/“é” ou pelo “não”/”não é” ou, ainda, pelo “faça isso”/”não faça isso”. Para Halliday (1994) a propriedade da modalidade em um enunciado se manifesta nos valores não categóricos ou indeterminados situados entre uma resposta esperada e uma alternativa disponível, ou seja, entre os pólos positivo e negativo. Nas trocas de bens e serviços, o significado dos pólos positivo e negativo envolve prescrever (algo como autorizar) e proscriver (algo como proibir). Enfocar a modalidade, nesse caso, significa atentar para as seguintes possibilidades intermediárias relacionadas à função do discurso: a) em uma oferta, os pontos intermediários representam graus de inclinação, como em estar “desejoso”, “ansioso” ou “determinado”; b) em uma ordem, os pontos intermediários entre a prescrição e a proscrição representam graus de obrigatoriedade que variam entre aquilo que é “obrigatório”, “permitido” ou “proibido”. Nas trocas de informações, enfocar a modalidade significa atentar para as seguintes possibilidades intermediárias: a) os graus de probabilidade, que variam entre, por exemplo, “possivelmente”, “provavelmente”, “certamente”; b) os graus de frequência, que variam entre, por exemplo, “às vezes”, “normalmente”, “sempre”.

As asserções, as perguntas, assim como as ofertas e exigências, são marcadas por modalizações e modulações. As modalidades costumam ser focalizadas, em ADC e em LSF, sob dois pontos de vista, a saber: o da proposição categórica ou *modalização* propriamente dita e o da modificação dessa proposição, ou seja, a sua *modulação*. Essa classificação segue,

ao que parece, a clássica distinção feita por Aristóteles (1967) entre *dictum* e *modus*<sup>32</sup>. Tal distinção conduz ao tratamento, por um lado, da categoria gramatical de modo e, por outro, da categoria nocional de modo. No primeiro caso, com enfoque no *dictum*, fala-se em modo gramatical ou em modalidade do enunciado; no segundo caso, com enfoque no *modus*, fala-se em modalidade da enunciação ou em modulação do enunciado. Cumpre salientar que quando Fairclough (2001:199-203) retoma a teoria de Halliday acerca da modalidade, ele não fala em modulação, supondo que a mesma esteja contida no termo modalidade. Isso se deve ao fato de Fairclough, diferentemente de Halliday (1994), que se ocupa dos graus intermediários das proposições polares, não deixar as proposições polares (asserção e negação absolutas) de fora do estudo da modalidade. Nesse sentido, o estudioso sugere atentar para o tempo verbal, por exemplo o presente do indicativo do verbo “ser”, como elemento realizador de uma *modalidade categórica*. Esse estudioso ainda classifica as modalidades em *subjetivas* e *objetivas*, segundo a natureza da afinidade que se estabelece entre o sujeito falante e o seu comprometimento com uma proposição.

Charles Bally, considerado o pai da estilística e precursor da teoria da enunciação, já se mostrava atento à necessidade de se ressaltarem aspectos subjetivos das modalidades, o conhecimento, a crença, a vontade, o pensamento do enunciador e suas atitudes frente àquilo que enuncia. Bally (1932:3) define a modalidade como “a forma lingüística de um julgamento afetivo ou de uma vontade que o sujeito pensante enuncia a propósito de uma percepção ou representação de seu espírito<sup>33</sup>”. Posicionamentos como esses permitem ver que os fatos representados no sistema lingüístico são submetidos a um filtro da subjetividade. Quando Fairclough (2003) inclui, ao lado da categoria da modalidade, a categoria da avaliação (evaluation), sugere atentar para os valores com os quais os produtores de texto se comprometem. Esses valores devem ser buscados nas *expressões avaliativas* – como as que oscilam entre o desejável e o indesejável, o bom e o mau, entre outras –, inclusive naquelas realizadas nos processos verbais, nas expressões portadoras de modalidade deônticas (obrigação) e nos processos mentais de natureza afetiva. Do mesmo modo, a expressão das manifestações subjetivas dos falantes vem sendo abordada na *teoria da avaliação* (Appraisal Theory) desenvolvida por Eggins & Slade (1997), Martin (2000) e Martin & Rose (2003).

---

<sup>32</sup> Para Meunier (1974): “dans toute phrase doivent être recherchés et distingués, autant que possible, deux éléments: un dictum ‘contenu représenté’ (proposition primitive exprimée par la relation sujet-prédicat); un modus ‘opération psychique’, ayant pour objet le dictum” (p.9).

<sup>33</sup> No original, “la forme linguistique d’un jugement affectif ou d’une volonté qu’un sujet pensant énonce à propos d’une perception ou d’une représentation de son esprit” (Bally, 1932:3).

O QUADRO 2.4 sintetiza as modalidades segundo as quais o locutor age sobre o seu parceiro na troca verbal.

**Quadro 2. 4 – As modalidades segundo classificação de Fairclough (2003)**

Modalidades epistêmicas (correspondem às trocas de conhecimento/ informação)	Afirmações (compromisso do locutor com a verdade)	Assertivas: A janela está aberta.
		Modalizadas: A janela deve estar aberta.
		Negadas: A janela não está aberta.
	Perguntas (compromisso com a verdade é transferido para o alocutário)	Não-modalizadas: A janela está aberta?
		Modalizadas: A janela poderia estar aberta?
		Não-modalizadas: A janela não está aberta?
Modalidades deônticas (correspondem às trocas de atividades/bens e serviços)	Demandas/exigências (compromisso do locutor com obrigações e necessidades)	Prescrição: Abra a janela!
		Modalizada: Você deveria abrir a janela.
		Proscrição: Não abra a janela.
	Ofertas (compromisso do locutor com a ação)	Aceitação: Abrirei a janela.
		Modalizada: Devo abrir a janela.
		Recusa: Não abrirei a janela.

### 2.3 TEORIA DO CONTEXTO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A análise do discurso, como vem sendo abordada neste estudo, focaliza o texto a partir do contexto em que é produzido. Os estudos do discurso, nessa perspectiva, devem ocupar-se não só com as propriedades do texto, mas também com as propriedades do contexto, ou seja, com as características da situação social que exercem influência sobre a sua produção e interpretação. Nesse sentido, se, por um lado, as formas gramaticais, retóricas e estilísticas destacam-se como elementos-chave à prática da análise de discurso crítica, que, segundo van Dijk (2003:146), deve explicar ao menos algumas das detalhadas estruturas estratégicas e funções dos textos, por outro lado, deve-se ressaltar outra dimensão do discurso, a saber, o seu caráter prático, social e cultural (van Dijk, 1997b: 2). Para esse pesquisador, estudar o discurso como uma forma de ação e interação requer uma abordagem contextual. Para van Dijk (1997b:11), o que distingue uma análise discursiva de cunho social de uma análise abstrata dos discursos é o fato de a primeira se interessar pelo contexto a partir do qual o

discurso se realiza. Tal contexto pode envolver categorias, como: participantes (idade, sexo, classe ou posição social, nível de escolaridade), bem como relações sociais (hierarquias de poder).

Os objetivos críticos da ADC, para Teun van Dijk, podem se realizar unicamente se as estruturas do discurso forem relacionadas com as estruturas dos contextos locais e globais. De acordo com van Dijk (2003:161), os contextos globais se definem pelas estruturas sociais, políticas, culturais e históricas dos eventos discursivos. O contexto local se define habitualmente em termos das propriedades da situação imediata e interativa do acontecimento comunicativo. Papéis comunicativos e sociais dos participantes dessa situação, assim como suas intenções, objetivos, conhecimento, normas e crenças, são algumas das propriedades que permeiam o texto e a conversação. A teoria do contexto desenvolvida por van Dijk define os contextos (locais) em termos cognitivos, isto é, como uma forma que adota o modelo mental de uma situação comunicativa. Cabe registrar que, para esse estudioso, controle mental pressupõe discurso e que discurso é, antes de tudo, uma forma de uso da linguagem.

Muito apropriadamente, Meyer (2003: 44) destaca o fato de que, para van Dijk, a ADC deveria basear-se em uma *teoria do contexto*, sobre a qual a *teoria das representações sociais* desempenharia um papel primordial. De fato, para van Dijk (2001) não é a situação sociocomunicativa que exerce influência sobre as estruturas verbais ou discursivas, mas a sua representação mental em cada participante (falantes/ouvintes). Essa orientação sociocognitiva atribuída ao discurso sustenta-se no pressuposto de que a situação social-comunicativa não exerce influência direta sobre as estruturas verbais ou discursivas. E, em não havendo uma relação direta entre sociedade e discurso, somos levados a buscar como solução para o impasse uma interface: a cognição, ou seja, estudar aspectos que envolvem recursos e processos cognitivos utilizados pelos interlocutores na compreensão e produção de discurso. Sendo assim, motivações cognitivas e interacionais, bem como motivações funcionais e cognitivas, devem e podem ser investigadas, via linguagem, principalmente se atentarmos para a escolha ou eleição das formas lingüísticas que podem, inclusive, dependendo do discurso, revelar estruturas sociolingüísticas consolidadoras de padrões e comportamentos sociais.

A cognição, para van Dijk, apresenta uma dimensão social e é adquirida, usada e transformada na interação verbal e outras formas de interação<sup>34</sup>. Em seu texto *Strategies of discourse comprehension* (1983), já afirmava que as pessoas que compreendem

---

<sup>34</sup> Em palavras do estudioso: cognition has a social dimension and is acquired, used and changed in verbal and other forms of interaction (van Dijk, 1997b:3).

acontecimentos reais ou eventos discursivos são capazes de construir uma representação mental significativa de tais acontecimentos somente se tiverem um conhecimento mais geral sobre os mesmos. A noção de representações que permeia os trabalhos de van Dijk encontra um paralelo na psicologia social, com Moscovici, a partir de sua função de interpretação da “realidade que nos envolve, de um lado, mantendo com ela relações de simbolização e de outro, atribuindo-lhes significações” (Charaudeau & Maingueneau, 2004:432).

Para Moscovici (1981, *apud* Meyer, 2003:45), a noção de representações sociais deve ser entendida como a massa de conceitos, atitudes, valores, imagens e explicações que são produto da vida cotidiana e se encontra sustentada pela comunicação. As representações sociais, de acordo com Moscovici, são compartilhadas pelos membros de um grupo. Com respeito a essa proposta teórica, Charaudeau & Maingueneau (2004) enfatizam que a noção de representação social está voltada para a questão da relação existente entre a significação, a realidade e sua imagem.

As representações sociais, ao que me parece, envolvem o produto – estruturas de acontecimentos previamente estabelecidas (crenças, opiniões e atitudes) – e o processo pelo qual as representações são elaboradas. Elas se referem ao momento de percepção e apropriação dos objetos e fenômenos externos ao pensamento e ao trabalho psicossocial de elaboração dessa realidade apreendida. Nesse sentido, a noção de representação deixa de figurar somente como construção mental de um objeto (externo) que se nos apresenta no mundo da vida, passando a ser vista de forma mais abrangente, em termos do caráter social e simbólico que encerra.

A orientação sociopsicológica que van Dijk propõe para a ADC justifica o fato de esse estudioso da linguagem incluir no interior de uma teoria do contexto uma teoria das representações. Seu triplo enfoque no discurso, cognição e sociedade conduz a reflexões que incidem, a um só tempo, sobre o mundo interior da subjetividade e exterior da objetividade daqueles que participam de um evento discursivo. Meyer (2003) justifica esse posicionamento assumido por van Dijk, afirmando:

Os atores sociais implicados no discurso não usam exclusivamente suas experiências e estratégias individuais; eles se apóiam fundamentalmente em modelos coletivos de percepção aos quais chamamos de representações sociais. Estas representações socialmente compartilhadas constituem o vínculo entre o sistema social e o sistema cognitivo individual, e também procedem à tradução, à homogeneização e à coordenação das exigências externas com a experiência subjetiva (Meyer, 2003:44).

Com efeito, van Dijk (2001) considera que a teoria do contexto se desenvolve no interior da teoria sociopsicológica dos modelos mentais. Um modelo mental, para o estudioso, representa o que se chama de experiência. Mais especificamente, um modelo mental é uma representação individual (subjéctiva) de um evento/situação na memória episódica, que é parte da memória de longo prazo do falante. Entender os contextos como representações mentais, sempre de acordo com van Dijk, explica muitos aspectos do discurso e da comunicação, como, por exemplo, a percepção pessoal e variável da situação pelos participantes. Acrescenta o estudioso que um contexto não é somente social (como a situação social da comunicação), mas também pessoal e cognitivo, porque cada pessoa tem a sua própria interpretação da situação social de que participa.

Entendo que, quando Fairclough (2003:25) afirma que a representação constitui uma questão claramente discursiva, ele a presume constituída de valores, visões de mundo, ideologias, etc., que entram na formação do pensamento social. E, ainda, ao afirmar ser possível distinguir diferentes discursos que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições, a neutralidade ideológica do discurso não mais se firma como axioma. As formas lingüísticas que eventualmente se extraíam para estudo não podem ser vistas independentemente do modo como os atores do discurso apreendem as propriedades dos objetos/fatos/fenômenos no universo físico, biológico, social e semiótico. A referência dos objetos lingüísticos é uma construção feita através de experiência. Não esqueçamos que as representações sociais vêm sendo caracterizadas como uma forma de conhecimento socialmente construído e compartilhado.

Assinalam Almeida e outros (2006:136):

As representações referem-se aos processos sociocognitivos que envolvem a pertença social dos indivíduos, suas histórias de vida, suas práticas sociais, bem como os modelos de conduta e pensamento que são socialmente transmitidos pela comunicação social e que participam da construção da realidade.

O estudo das estruturas argumentativas que caracterizam os pronunciamentos dos discursos, levados à Câmara Federal, deve examinar conhecimentos, atitudes e outras representações mentais que entram em jogo na produção e entendimento dessas falas. Outro aspecto que deve ser examinado é como esse pronunciamento pode influenciar as opiniões de sua audiência. O caráter eminentemente argumentativo da linguagem sob o ponto de vista de uma análise de discurso orientada socialmente deve definir texto e fala, na opinião de van Dijk (1997b, vol.2), como atividade “situada”. Cumpré salientar que o triângulo conceitual e

disciplinar que relaciona cognição, sociedade e discurso se estende à abordagem da ideologia por van Dijk, tema que perpassa os limites da pesquisa.

## 2.4 A GRAMÁTICA FUNCIONAL DE HALLIDAY

Os princípios fundamentais da gramática sistêmico-funcional de Halliday devem ser explicados à luz do seguinte postulado, por ele enunciado: “a forma particular assumida pelo sistema gramatical da linguagem está relacionada de perto com as necessidades pessoais que ela é chamada a atender” (Halliday, 1976:135). Esse corolário aponta para o fato de que o caráter dinâmico e operacional da linguagem não se faz independentemente dos seus utentes. Nesse sentido, ela se deixa marcar pela demanda daqueles que por meio dela se manifestam. O sistema lingüístico, nessa perspectiva, é estudado segundo o uso que se faz dele.

Para Halliday e seus seguidores, a linguagem nada mais é do que um sistema semiótico, ou seja, um sistema de codificação organizado em redes de escolhas<sup>35</sup>. As redes de escolhas, ou sistema de opções passível de utilização em contextos específicos de uso (situacional, histórico, cultural), constituem “o potencial de sentido” da linguagem. O papel do contexto, bem como os significados que o falante queira atribuir aos enunciados por ele produzidos, são alguns dos pontos de partida da gramática sistêmico-funcional. Representar a realidade por meio de uma oração ativa ou de uma passiva, nessa reflexão, significa atentar, no momento de sua descrição, para dois pontos de vista distintos de percepção e manifestação da realidade que nos é apresentada. Os possíveis usos da linguagem são descritos, nessa perspectiva funcionalista, relativamente à sua estrutura lingüística.

O texto é a unidade de análise da lingüística sistêmico-funcional. Além disso, o contexto em que um dado texto é produzido, bem como as condições para a sua produção e a maneira como os participantes o organizam para se comunicarem, compreende a rede de significados de interesse analítico da lingüística sistêmico-funcional. As funções da linguagem e, no seu interior, os processos de transitividade, assumem papel central na reflexão de orientação funcionalista, à medida que se refletem na estrutura das orações. Em palavras de Halliday (1976:137), qualquer oração é constituída de uma combinação de estruturas que derivam das funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem.

As funções da linguagem ou metafunções enunciadas por Halliday desempenham papel fundamental na teoria e método de análise sistêmico-funcional justamente por permitir

---

<sup>35</sup> De acordo com Fairclough (2001), o discurso é uma forma de semiose.

entender a estrutura lingüística como elemento que engloba: 1- a nossa maneira de ver as coisas ou vivenciar o mundo que nos cerca (significados ideacionais); 2- as formas de estabelecimento e manutenção das relações sociais ou interpessoais (significados interpessoais); 3- a nossa capacidade de construir textos e reconhecê-los como unidades significativas (significados textuais). Logo, cada uma dessas categorias é usada como base para explorarmos como os significados são criados e compreendidos.

Os principais parâmetros teórico-metodológicos utilizados na LSF, bem como a sua correspondente aplicação à análise de textos, procedem dos componentes ideacional, interpessoal e textual da linguagem o que, via de regra, constitui o sistema semântico desse método de análise. Os elementos lexicogramaticais de que dispomos para a produção efetiva dos significados são vistos como responsáveis pela materialização das significações. Dessa forma, o sistema semântico é abordado concomitantemente aos elementos da situação que se mostram semioticamente relevantes à construção do texto, ou seja, ao contexto situacional ou às estruturas semióticas da situação. Por sua vez, as semiotizações ou significações só se realizam ou se materializam em categorias lexicogramaticais de que dispomos para a produção efetiva dos sentidos nos textos.

No nível da oração, ou da escolhas lexicogramaticais, estudam-se o sistema de transitividade, as estruturas de modo e modalidade e as estruturas temáticas (relação tema/rema). Isso quer dizer que as metafunções retratam-se na estrutura da oração e se refletem nas escolhas lexicogramaticais determinadas pelo contexto situacional de produção textual. Dito de outra forma, as opções ideacionais, interpessoais e textuais do sistema semântico são determinadas pelo contexto situacional de produção textual e se refletem nos componentes (escolhas) lexicogramaticais da oração. Contrariamente aos modelos puramente formalistas, a LSF busca uma síntese dos enfoques estrutural e funcional da linguagem.

#### **2.4.1 Função Ideacional: os Processos de Transitividade**

A transitividade, como parte da dimensão ideacional da gramática da oração, ou seja, da metafunção representativa (experiencial) da linguagem, concerne ao enfoque mútuo das estruturas relativas aos tipos de processos e participantes envolvidos, bem como às circunstâncias sob as quais um evento é representado lingüisticamente. De acordo com Halliday e Mathiessen (2004), encontra-se na função ideacional o componente principal do significado no sistema lingüístico, uma vez que envolve todo o sistema de transitividade na língua.

Os componentes da transitividade, quais sejam, processos, participantes e circunstâncias, formam o sistema de transitividade. Esse sistema é explicitado por Ravelli (2000:35-36) nos seguintes termos por mim sintetizados:

- o processo é a ação em torno da qual a sentença é estruturada. Incluem-se no mesmo o verbo principal, os auxiliares e qualquer marca de polaridade como “é” e “não é”<sup>36</sup>;
- o processo é sempre realizado por um verbo e há apenas um processo na oração, no entanto podem ocorrer outros verbos na oração que não configuram nenhum processo;
- a realização dos processos numa sentença depende de elementos efetivamente envolvidos no processo dos seus participantes;
- os participantes (elementos envolvidos no processo) são representados na estrutura oracional por grupos nominais ou realizados por outros elementos, como as orações encaixadas;
- um evento pode ainda ser representado em relação a outras informações, ou seja, informações adicionais, como: onde, quando, porque, que são as circunstâncias de um evento;
- as circunstâncias são normalmente realizadas por frases preposicionais, grupos nominais ou advérbios.

A categoria de transitividade da gramática de Halliday é utilizada para analisar o componente ideacional por meio da descrição dos tipos de processos, dos participantes e das circunstâncias de cada oração de um texto, diferenciadas entre si pelo tipo de verbo. Processos, participantes e circunstâncias constituem os três componentes da *sentença como processo*. A análise da sentença como processo permite resgatar o tipo de experiência que os interlocutores representam no texto (Heberle, 2000).

O sistema de transitividade pode ser detalhado em termos dos seguintes processos oracionais e participantes apresentados por Halliday & Mathiessen (2004):

- 1) Processo material: refere-se a verbos de ação e se realiza por meio dos participantes *ator (actor)*, *meta (goal)*, *escopo (range)*, *beneficiário (beneficiary)*. Os processos materiais concernem ao mundo físico.

---

<sup>36</sup> A polaridade vacila entre a positividade total “é” e a negatividade total “não é”. A polaridade é frequentemente explicada em confronto com a modalidade, categoria semântica que se encontra no intermeio dessas duas posições polarizadas.

- 2) Processo mental: refere-se a verbos de pensamento, percepção, sentimento e visão<sup>37</sup> e se realiza por meio dos participantes *experienciador (senser)* e *fenômeno (phenomenon)*. Os processos mentais dizem respeito ao mundo da consciência.
- 3) Processo verbal: refere-se a verbos que indicam fala (verbos dicendi). Apresenta como participantes o *dizente (sayer)* e a *verbiagem (verbiage)*
- 4) Processo relacional: realiza-se por meio de verbos de ligação que estabelecem atributos e posse, relacionando os participantes uns com os outros. Os processos relacionais são classificados como *atributivos* ou *identificacionais*. Os participantes dos processos relacionais atributivos são o *portador (carrier)* e o *atributo (attribute)*. Os participantes dos processos relacionais identificacionais são a *característica (token)* e o *valor (value)*. Os processos relacionais dizem respeito ao mundo das relações abstratas.
- 5) Processo comportamental: tende a ser associado com processos fisiológicos e apresenta um único participante, o *comportante (behave)*.
- 6) Processo existencial: refere-se a verbos de existir como “haver” ou “existir” e apresenta um único participante, o *existente (existent)*.

Das categorias listadas acima, cabe observar que, em português, o verbo “haver” comuta com o verbo “ter”, relacionado ao processo existencial; tal uso ocorre principalmente na língua falada.

Quanto ao componente denominado *circunstância*, ele pode ocorrer em qualquer um dos processos arrolados, indicando causa, maneira, local, tempo, espaço, duração, modo, acompanhamento, entre outras. De acordo com Thompson (2004), são poucas as categorias de circunstâncias que aparecem bem estabelecidas para o estudo da metafunção experiencial. Não há, segundo ele, um acordo generalizado quanto ao conjunto dessas categorias.

#### **2.4.2 Função Interpessoal: a Força dos Discursos**

A função interpessoal da linguagem permite entender o tipo de relação social que se estabelece entre os participantes do evento que se realiza. As formas hierarquizadas das

---

<sup>37</sup> Geoff Thompson (2004) acrescenta a essas subcategorias dos processos mentais os verbos de “desejo” (desideration) ou “querer” (wanting). Segundo ele, a categoria “desideration” não foi contemplada por Halliday (1994).

relações sociais, bem como as atribuições de poder, são determinadas por essa metafunção. Sob o ponto de vista interativo da linguagem, segundo Halliday (1994), o falante, ao exercer papéis que são mediados pela linguagem, pode dar ou solicitar informações (proposições) e dar ou solicitar bens e serviços (propostas).

A abordagem discursiva de Fairclough (2003) toma por base a gramática sistêmico-funcional de Halliday e se desenvolve segundo as três metafunções enunciadas. No entanto, Fairclough (2001: 91-92) sugere uma cisão, uma vez que entende que a macrofunção interpessoal realiza, a um só tempo, uma função dita identitária e uma função relacional. Pela função identitária é possível desvelar o papel do discurso na formação de identidades coletivas e pessoais (auto-identidades), enquanto a função relacional aponta para a constituição discursiva das próprias relações sociais.

Para Fairclough (2001: 22), os discursos não só refletem ou representam as entidades e relações sociais; eles as constroem ou as “constituem”. Os diferentes discursos, afirma o estudioso, posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais. Ao ressaltar a importância da contribuição da ADC para uma reflexão socioconstrucionista do discurso e das identidades sociais, Moita Lopes (2003) segue essa mesma linha de pensamento. Isso pode ser comprovado na concepção do estudioso:

Quando se envolvem na construção do significado, as pessoas estão agindo no mundo por meio do discurso em relação aos seus interlocutores e, assim, se constroem e constroem os outros. Desse modo, o discurso deve ser entendido também por sua força constitutiva e, portanto, como ação. Ou, como Wortham (2001) indica, o discurso pode tanto representar a vida social como também realizar atos sociais (Moita Lopes, 2003: 25).

Estudar a força constitutiva dos discursos requer o exame dos contextos institucionais nos quais as ações lingüísticas se efetivam. Sob essa perspectiva, examinar os textos produzidos no Parlamento Nacional equivale a examinar os efeitos sociais que tais práticas discursivas acarretam na constituição das identidades sociais de gênero, assunto que permeia os domínios deste estudo.

### **2.4.3 Função Textual: a Orientação Argumentativa**

A função textual é aquela que, em palavras de Halliday (1976:137), capacita o falante e o escritor a construir textos, ou passagens encadeadas de discurso que sejam situacionalmente apropriadas. Sem ela, as outras duas não seriam identificadas. A função

textual capacita o ouvinte ou o leitor a distinguir um texto de um conjunto aleatório de orações. Por relacionar-se à construção e à organização do texto, um aspecto da função textual é estabelecer, num discurso, relações coesivas entre orações. No entanto, Halliday (1992) faz a ressalva que essa função serve de base para a descrição de alguns tipos de “variação lingüística”, como a escolha por uma oração ativa ou passiva para expressar o significado. Cumpre enfatizar que a função textual é incorporada à ação por Fairclough (2003); é ela que permite analisar aspectos do significado acional.

Partindo do princípio de que as metafunções são de natureza semântica, a função textual corresponde aos significados textuais e se relaciona à organização da mensagem. Essa organização interna da mensagem costuma ser explicada em termos de *tema* (informação nova) e *rema* (informação nova). O *tema* funciona como ponto de partida da mensagem (Halliday, 1994:37-39). A mensagem se desenvolve a partir do *tema* de uma sentença que, usualmente, corresponde ao primeiro participante, processo ou circunstância da sentença. Quando o *tema* é realizado por um participante, processo ou circunstância, o denominamos *tema topicalizado* (topical theme). Vocativos, intensificadores e adjuntos que ocorrem antes do tema topicalizado são chamados de *tema interpessoal*. Os elementos conjuntivos que ligam as sentenças umas às outras são denominados *tema textual*.

Estando os significados textuais relacionados à organização do texto como um todo, é possível isolá-los e perceber o ponto de partida e orientação argumentativa dos textos. A metafunção textual elucida mais vivamente aquilo que está sendo verdadeiramente priorizado na mensagem.

#### **2.4.4 Metáfora Gramatical e Nominalização**

Metáfora gramatical é um termo cunhado por Halliday (1994) para designar o recurso gramatical pelo qual nomes ou grupos nominais, designando processos, são postos em relação numa sentença por meio de um verbo de ligação. A metáfora gramatical é consequência do processo de nominalização. Pela nominalização, processos (fenômenos) que ocorrem no tempo, ou seja, ações ou estados, são transformados em nomes. Como esses nomes ou grupos nominais servem de referentes de processos e não coisas ou seres, a sua função gramatical passa a ser diferente. Diferentemente da metáfora ordinária ou lexical, o que muda é a função gramatical dos nomes. O mesmo se passa com os verbos ou locuções verbais, pois eles passam a exprimir relações entre esses processos nominalizados e não mais ações ou estados. Outra característica apontada por Halliday diz respeito ao aumento da densidade léxica nos

processos metafóricos. A nominalização encapsula informações complexas em um nome ou grupo nominal que, dessa forma, podem entrar na construção das sentenças – as metáforas gramaticais – que expressam relações causais entre os fenômenos. A nominalização é caracterizada por Eggins (2004:95) como parte da organização retórica de um texto. Segundo ela, ao nominalizar ações e relações lógicas, podemos organizar nosso texto não em função de nós mesmos, mas em função das idéias, razões, causas<sup>38</sup>.

## 2.5 A GRAMÁTICA FUNCIONAL DE HALLIDAY E A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

Descrever e interpretar o uso de recursos lingüístico-discursivos, mediante os quais são construídos textos argumentativos veiculados no Plenário Nacional, constitui o escopo do presente trabalho. A perspectiva teórico-metodológica adotada para levar a cabo o estudo retrata o fato de que não há outra via possível de tratamento da argumentação na linguagem a não ser pela colocação do sujeito da enunciação em cena. A gênese da reflexão ora apresentada assenta-se nesse dado, que desponta, no interior dos estudos lingüísticos, como responsável pelo desvio do olhar puramente formalista para as línguas. Por isso mesmo, revela-se como dado gerador de outros dados pertinentes à pesquisa lingüística como o é a impregnação de aspectos sociais na linguagem.

O ponto de vista defendido por Kress (1985:7) – para quem os significados e valores de uma instituição são expressos pelos discursos, ou seja, por conjuntos de afirmações sistematicamente organizados – sustenta a idéia de que as construções discursivas não se fazem independentes da interação social. Assim como Kress, Fairclough (2001, 2003) e Halliday (1973a, 1973b, 1978, 1985) não dissociam o texto de seu contexto situacional. A linguagem, nesse sentido, deve ser interpretada no seio do contexto sócio-cultural em que se situa.

A impossibilidade de entender a língua como um sistema desvinculado da realidade que o sustenta e totalmente distinto do seu usuário e de suas condições de uso é um princípio que, retratado nas teorias enunciativas e no pensamento lingüístico funcionalista, estende-se à gramática sistêmico-funcional de Halliday (1994). A teoria sistêmica é apresentada por esse estudioso como uma proposta em que se levam em conta as escolhas, as opções, as necessidades e os propósitos dos falantes. Nesse sentido, o termo “funcional” concerne ao

---

<sup>38</sup> No original, “by nominalizing actions and logical relations, we can organize our text not in terms of ourselves, but in terms of ideas, reasons, causes, etc.” (Eggins, 2004:95).

modo como a língua é usada. Essa funcionalidade se manifesta no sistema lingüístico por meio das *macrofunções*.

A teoria multifuncional de Halliday antecede a teoria social do discurso e constitui base para a análise de discurso crítica na vertente de Fairclough (2003). Ao caracterizar o discurso como: a) uma forma de prática social ou modo de ação das pessoas sobre o mundo e sobre outras pessoas; b) um modo de representação do mundo; c) uma prática de significação do mundo, Fairclough (2001:91) demonstra ser o discurso socialmente constitutivo. Para ele, o discurso contribui para a construção das “identidades sociais” e “posições de sujeito” para os “sujeitos sociais” e os tipos de “eu”, para construir as relações sociais entre as pessoas, bem como para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses efeitos construtivos dos discursos advêm, sempre segundo Fairclough, das funções<sup>39</sup> “identitária”, “relacional” e “ideacional” da linguagem e dimensões de sentidos coexistentes que interagem em todo o discurso, ou seja, os significados identificacional, acional e representacional.

Como já foi comentado, para Fairclough (2003, p.67) o significado identificacional se associa ao estilo, o significado acional ao gênero textual e o significado representacional ao discurso. Estilos constituem o aspecto discursivo relacionado à identificação de atores sociais em textos. Categorias como a avaliação, de natureza valorativa, atributiva ou apreciativa e a modalidade, que diz respeito ao comprometimento das pessoas quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas<sup>40</sup>, relacionam-se ao significado identificacional. Os gêneros textuais, que correspondem ao significado acional, constituem “o aspecto especificamente discursivo de modos de ação e interação no decorrer de eventos sociais”<sup>41</sup>. Finalmente, o significado representacional de textos é relacionado ao conceito de discurso como modos de representação de aspectos do mundo. Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas (Fairclough, 2003). A operacionalização desses conceitos nos aproxima do pensamento de Halliday e da Lingüística Sistêmico-Funcional, por permitir, conforme já foi elucidado, uma aproximação entre gramática e discurso, “uma vez que a sintaxe possibilita o acesso ao

---

<sup>39</sup> Em palavras de Fairclough (2001:92): “A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”.

<sup>40</sup> Em palavras de Fairclough (2003:165), “the question of modality can be seen as the question of what people commit themselves to when they make Statements, ask Question, make Demands or Offer”.

<sup>41</sup> Tradução minha de “genres are specifically discursal aspect of ways of acting and interacting in the course of social events” (Fairclough, 2003:65).

momento discursivo por meio da análise que se pode fazer da organização da língua em uso” (Silva, 2006).

Nesse sentido, as abordagens instrumentais da linguagem cedem lugar a uma abordagem que visa à articulação explícita entre língua e discurso. Nesse processo de modelagem dos estudos lingüísticos também desponta uma visão menos individualista do uso da linguagem. O ato de fala, menor unidade dentro do evento discursivo, substitui o ato de fala isolado como unidade básica de descrição. Dessa forma, o ato de fala individual só faz sentido no evento ou acontecimento comunicativo. O que mais cabe ressaltar é que, nessa perspectiva, as estruturas sociais são vistas como caracterizadoras de determinados usos da linguagem, ou seja, de determinadas estruturas discursivas. As estruturas discursivas podem, por si mesmas, apresentar indicações de numerosos conceitos sociais tradicionalmente associados à ideologia, tais como: poder, dominação, elites, instituições, grupos e comunidades.

A tribuna de uma casa parlamentar, espaço fértil ao desvelamento das determinações sócio-discursivas, é ocupada por aquele a quem é concedido o poder de agir sobre o “outro” através das palavras. O poder/dever de fazer uso da palavra, nesse espaço social, ultrapassa os limites de uma subjetividade imanente ao enunciador que, além de falar em nome de uma auto-afirmação, também se manifesta em nome de um partido e sua ideologia, de uma bancada, de um movimento social, dos seus representados (o povo/uma parcela da população/uma classe social), assumindo ou não uma posição hegemônica. A dimensão psicológica, assim como a constituição dos indivíduos como sujeitos sociais, é sugerida por Pedro (1997) como um aspecto do social, o que se reflete nas estruturas cognitivas. Para a estudiosa lusitana, as subjetividades particulares dos falantes/ouvintes ou dos escritores/leitores são resultantes das estruturas e processos sociais que formaram as suas “histórias” e nas quais eles estão localizados (Pedro, 1997:27).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A situação social ou contexto imediato de produção dos discursos parlamentares é um dado que deve ocupar posição de destaque neste estudo que enfoca o discurso como acontecimento e encara o texto como instância de um processo e produto das significações sociais. O espaço social no qual são produzidos os textos/discursos parlamentares pode ser caracterizado como: combativo ou embativo, competitivo, engajador, formador de opinião, reivindicativo, lugar de descrição da realidade ou do mundo da vida, de cobranças, de

manifestação de indignações. A natureza dessa situação social funde-se com a própria natureza da linguagem oratória da política, haja vista ser ela marcada pela busca do convencimento, pela coerção, pela ação intencional e pelo trabalho do enunciador que gerencia o seu dizer de modo a gerar efeitos persuasivos ou dissuasivos. Há de se lidar, portanto, com a relatividade do valor assumido pelas formas lingüísticas frente às suas determinantes ideológicas e sociais. A especificidade desse aspecto é passível de ser investigada à luz dos procedimentos teórico-metodológicos (e ideológicos) da análise de discurso crítica (ADC), que se volta justamente para os diferentes modos de utilização das formas lingüísticas (recursos lingüísticos preexistentes) e seus efeitos sobre um acontecimento ou fenômeno, como, por exemplo, as manipulações de poder.

A construção da argumentação na linguagem parlamentar se dá mediante um discurso ideológico utilizado persuasivamente, seja na afirmação e consolidação das ideologias ou na destituição das mesmas. É pelas práticas discursivas (processos de produção, circulação e consumo de textos) que as relações de dominação são produzidas, reproduzidas ou transformadas. A oratória, estando a cargo de uma função social manifesta nos atos lingüísticos de persuasão e convencimento, presta-se ao estudo dos modos de representação das identidades sociais. Escolho o tema mulher como objeto de recorrência em discursos produzidos por parlamentares homens e mulheres, destacando minha posição – enquanto pesquisadora e mulher – de que a língua reflete a maneira como as pessoas experimentam o mundo (Lakoff, 1977). Nesse sentido, a identidade feminina será discutida, via linguagem, à luz daquilo que lhe é externo, como a sociedade e o outro gênero.

Em consonância com as seções apresentadas neste capítulo, tomo partido da teoria da Análise de Discurso Crítica, que se coaduna com a perspectiva funcionalista de Halliday (2004), bem como com a Teoria do Contexto de Teun van Dijk (1999). As abordagens lingüístico-discursivas desses estudiosos, a meu ver, enlaçam a experiência humana, ou seja, levam em conta aquilo que é vivido e experimentado pelos falantes, o que se revela na própria língua ou atividade de linguagem.

Por outro lado, como meio de levar a cabo a seleção qualitativa dos dados, busco categorizar as variáveis envolvidas no problema de pesquisa em questão, lançando o olhar para a natureza de um acontecimento lingüístico-social (discurso parlamentar), sob a lupa de procedimentos teórico-metodológicos que serão descritos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### CENÁRIO METODOLÓGICO E APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Este capítulo destina-se à discussão dos procedimentos teórico-metodológicos mediante os quais foram gerados os dados para o desenvolvimento do presente estudo. Os meios pelos quais foram coletados os dados, assim como sua descrição e interpretação, caracterizam a natureza da investigação. Trata-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa. A seção 3.1 destina-se a apresentar a natureza da pesquisa e os procedimentos adotados quanto ao recorte do tema. Arrolo, na seção 3.2, os princípios seguidos para a geração dos dados e delineamento dos *corpora*. As seções 3.3 e 3.4 determinam, respectivamente, os princípios que norteiam a seleção e sistematização dos dados e descrição dos mesmos. Relato, na subseção 3.4.1, o percurso percorrido por mim na seleção do local da pesquisa, de tipos de textos e de amostras. Tendo em vista que os princípios fenomenológicos norteadores do estudo requerem visitas *in loco*, faço, na subseção 3.4.2, menção aos procedimentos e princípios do método etnográfico aplicáveis neste estudo e, à luz desses procedimentos e princípios, justifico a escolha do tema “mulher” – objeto recorrente nos discursos selecionados para análise (anexo 1) – na subseção 3.4.3, intitulada “delineamento do tema”. Arrolo, na subseção 3.4.4, as categorias que se mostram pertinentes ao estudo da relação entre gramática e contexto social e à própria escolha dos textos selecionados para a análise. Determino, na seção 3.5, os procedimentos de saturação do *corpus* que se afiguram produtivos à geração dos dados da pesquisa; aponto métodos efetivamente utilizados na composição dos *corpora* do presente estudo, a saber, a entrevista qualitativa e a seleção de documentos. Discorro, na seção 3.6, sobre a triangulação no método qualitativo. Finalmente, na seção 3.7, apresento as perspectivas teóricas, a partir das quais serão desenvolvidas as questões de pesquisa.

#### 3.1 DA NATUREZA DA PESQUISA AO RECORTE DO TEMA

A especificidade do objeto de pesquisa sobre o qual me debruço exige que a coleta e seleção dos dados, bem como a análise lingüística, sejam feitas seguindo-se a perspectiva dita fenomenológica ou interpretativa, em que, por meio de métodos qualitativos, a busca do

entendimento do fenômeno social se dá pelo exame das formas pelas quais os atores sociais experimentam ou experienciam o mundo. Nas palavras de Taylor & Bogdan (1997:7), entender as pessoas a partir de seus próprios quadros de referência e experimentar a realidade, tal como elas o fazem, é central para a perspectiva fenomenológica bem como para a pesquisa qualitativa<sup>42</sup>. Tal peculiaridade submete o pesquisador a participar ativamente de todas as etapas da pesquisa, inclusive nas etapas iniciais de construção dos *corpora*, pois lhe cabe desvendar o mundo vivencial daqueles sobre os quais ele há de se debruçar.

A opção metodológica deste estudo envolve uma abordagem essencialmente qualitativa (descritiva e interpretativa), conhecida mais genericamente como interpretativa (Erickson, 1988). Tal abordagem serve aos propósitos desta pesquisa linguística, desenvolvida sob a lupa de uma análise macrossociológica e microssociológica da prática social.

Na perspectiva qualitativa, o domínio de interesse selecionado pelo pesquisador pode constituir um aspecto particular da ação e experiência, bem como apenas um estudo reflexivo. Nessa abordagem metodológica, o objeto de estudo em foco é mediado pela atuação do pesquisador, seja pela pesquisa intervencionista ou de ação ou, simplesmente, pelo estudo reflexivo. A análise reflexiva diz respeito aos diferentes significados atribuídos à pesquisa pelo pesquisador. Esse aspecto chave da investigação interpretativa é apontado por Erikson (1988:196). Para ele, o foco de interesse de tal investigação se centra no significado humano, na vida social e em sua elucidação e exposição por parte do pesquisador. O contorno delineado para a pesquisa sugere que a mesma deva incorporar uma atitude menos intervencionista e mais reflexiva.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se justamente pelo fato de o pesquisador figurar como elemento central junto ao sentido construído ao longo de suas reflexões. Muito embora esse tipo de pesquisa tenha suas origens na psicologia e na antropologia, tal sentido construído deve ser pensado como apresentação social e não simplesmente pessoal do fato observado. É justamente essa peculiaridade que leva o pesquisador qualitativo a nunca tecer suas considerações diretamente, ou seja, somente a partir de dados quantitativos. O foco é no contexto e na integridade do material (Parker, 1994).

A questão da reflexividade é apontada por vários estudiosos como sendo uma das mais relevantes abordagens em pesquisa qualitativa. A idéia de que a pesquisa qualitativa retrata um complexo e dinâmico mundo social é defendida por Tindall (1994:149), para quem a

---

<sup>42</sup> Tradução minha de: Central to the phenomenological perspective and hence qualitative research is understanding people from their own frames of reference and experiencing reality as they experience it (Taylor & Bogdan, 1997:7).

reflexividade constitui o traço caracterizador da pesquisa qualitativa. A reflexividade, segundo ela, representa uma tentativa de explicitar os processos pelos quais são produzidos materiais e análises<sup>43</sup>.

De acordo com Wilkinson (1988), a reflexividade envolve tanto o pensar sobre nós mesmos (aspecto pessoal) quanto sobre a pesquisa (aspecto funcional). Em poucas palavras, a reflexividade pessoal envolve o conhecimento de quem você é, sua individualidade como pesquisador/a, assim como seus interesses pessoais e valores, o que deve influenciar a pesquisa desde o começo. Por outro lado, a reflexividade funcional concerne ao exame crítico e contínuo do processo da pesquisa, o que permite desvelar pressuposições, valores e até mesmo vieses.

Dessa forma, pesquisador e participantes passam a ser vistos como colaboradores na construção do conhecimento gerado na pesquisa. Surge daí, a necessidade de se buscarem outras fontes de geração de dados para a pesquisa que não apenas os textos efetivamente produzidos na Câmara Legislativa. Ao lado dos discursos levados ao Plenário Nacional por deputados e deputadas, são incorporadas à presente pesquisa entrevistas com os/as parlamentares.

Ao colocar em foco o discurso público e oficial de uma casa parlamentar, no qual a alteridade “eu” *versus* “outro” é patente, assumo o compromisso de investigar essa relação justamente no que concerne às identidades que os oradores e oradoras reivindicam para si e atribuem aos seus alocutários naquele espaço discursivo. Nesse sentido, o modo como os parlamentares representam a si próprios e os outros – membros da Câmara, membros do poder executivo e seus representados –, no discurso argumentativo que os constituem como sujeitos, remete a uma reflexão que deve centrar-se no como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas. Em suma, tal reflexão aponta para identidades sociais e posições de sujeito que emergem do evento discursivo ou acontecimento comunicativo em foco.

Para avaliar os efeitos das práticas sociais particulares (movimentos sociais a que pertencem os deputados e deputadas, bases sobre as quais atuam, bancada a que pertencem) sobre as práticas discursivas formalizadas nos textos parlamentares, a delimitação de um tema específico, ou seja, de abordagem recorrente em Plenário Nacional, surge como uma necessidade metodológica. Um estudo sobre argumentação na linguagem parlamentar exige

---

<sup>43</sup> Tradução minha de: “reflexivity is perhaps the most distinctive feature of qualitative research. It is an attempt to make explicit the process by which the material and analysis are produced” ( Tindall, C. In: Banister e outros 1994:149).

um *corpus* de referentes lingüísticos comuns, haja vista o caráter aberto do espectro desse tipo de texto. O foco temático específico deste estudo recai sobre o referente “mulher”, a partir do qual será gerado um conjunto de subtemas relativos a ele. Essa é uma forma de conseguir representatividade no delineamento do *corpus*.

A presente pesquisa, voltada para questões de âmbito lingüístico e social, será desenvolvida mediante procedimentos metodológicos que envolvam questões pertinentes a um gênero social específico, qual seja, a mulher como temática do discurso parlamentar.

### 3.2 DA GERAÇÃO DOS DADOS AO DELINEAMENTO DO *CORPUS*: OS CAMPOS DE AÇÃO E DE OBSERVAÇÃO

O método etnográfico de pesquisa qualitativa caracteriza-se justamente por tomar como elemento fundamental à pesquisa social o modo como as experiências são vivenciadas e sentidas pelos participantes colaboradores. Muito apropriadamente, Taylor (1994, p.34-35) concebe a etnografia como que dizendo respeito à consciência fenomenológica dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O acesso a esse fenômeno de natureza experiencial se dá mediante procedimentos, tais como:

- participar da vida diária dos sujeitos por um determinado período de tempo;
- observar o que acontece no espaço social pesquisado;
- escutar o que é dito e comentado;
- fazer perguntas;
- estudar documentos.

Tais procedimentos, como se pode ver, permitem que o pesquisador gere dados para a pesquisa a partir de diferentes métodos. A abordagem multimetodológica caracterizadora da etnografia, além de envolver diretamente o pesquisador com fatos e eventos, revela que a triangulação, a ser tratada adiante, afigura-se como procedimento suporte da pesquisa qualitativa.

O presente estudo valoriza os princípios etnográficos da pesquisa qualitativa pelos seguintes motivos: o espaço sócio-contextual em que se desenvolve foi frequentemente visitado pela pesquisadora; foram observados e avaliados comportamentos, procedimentos e atitudes dos informantes colaboradores; os/as parlamentares entrevistados foram selecionados/as a partir de um estudo prévio do seu perfil mais ou menos sexista, da bancada parlamentar a que pertencem e das bases sustentadoras de sua atuação política; foram feitos

acompanhamentos não só dos pronunciamentos em plenário, mas também de notícias veiculadas pelo jornal eletrônico “O congresso em foco”, que serviram de subsídio ao bom entendimento do *locus* tomado como ponto de partida do estudo lingüístico-discursivo empreendido. Conversas informais, previstas no método etnográfico, foram travadas com assessores parlamentares, chefes de gabinete e com os próprios parlamentares.

Cumpre salientar que a incorporação do/da pesquisador/a ao mundo social sob a sua mira é apontado por Taylor (*op.cit.*) como elemento caracterizador dos estudos de natureza etnográfica. O princípio da flexibilidade, menção feita no início deste capítulo, assegura a preponderância atribuída ao pesquisador e aos seus posicionamentos assumidos frente ao contexto pesquisado no processo de produção da pesquisa qualitativa.

O estudo, portanto, das práticas lingüístico-discursivas concernentes ao gênero feminino no interior de uma casa parlamentar requer a tomada de procedimentos metodológicos, como:

- elucidar o espaço social em que tais práticas ocorrem;
- traçar o perfil da vida sociocultural dos sujeitos imersos nesse contexto situacional;
- selecionar os informantes-colaboradores (parlamentares), conforme os propósitos da pesquisa;
- entrevistar parlamentares homens e mulheres;
- selecionar discursos produzidos para serem levados ao Plenário Nacional;
- assumir um posicionamento analítico qualitativo ou interpretativo.

O acontecimento lingüístico-social a que chamamos combativo e competitivo se realiza em um contexto situacional, assim descrito: o/a parlamentar que ocupa a tribuna, habilidoso(a) e articulado(a) no seu papel social, cuja intenção é persuadir e a meta convencer; os outros parlamentares, aos quais podem ser concedidos apartes; e o presidente da Câmara Legislativa, que age como juiz durante as sessões parlamentares. Também fazem parte dessa situação social os espectadores que, embora possam não estar presentes nas arquibancadas do Plenário, acompanham os trabalhos do Parlamento, seja pela rádio/TV Câmara, internet, revistas ou jornais. São eles: os membros do poder executivo (governo), o povo (representados), parcelas definidas da população e as bases parlamentares.

A pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais. Assim, cabe ao pesquisador categorizar ou arrolar um conjunto de dados concernentes ao mundo social dos pesquisados. Os modos de representação de uma realidade por um grupo social podem ser extraídos das ações comunicativas dos sujeitos. Esse fato é atestado pela premissa de que “a

realidade social pode ser representada de maneiras formais e informais de comunicar” (Bauer; Gaskell & Allum, 2002:22).

Os métodos de coleta e geração de dados utilizados na construção dos *corpora* do presente estudo são basicamente o da busca de documentos e o da entrevista. A técnica da observação sistemática foi empregada no acompanhamento dos pronunciamentos pela TV Câmara, participação de seminários na própria casa parlamentar, bem como durante as conversas com assessores parlamentares e com os/as próprios/as parlamentares, o que implicou larga reflexão da pesquisadora.

Os textos/discursos dos parlamentares e das parlamentares compreendem os dados formais da pesquisa ora apresentada, enquanto as entrevistas contêm os dados informais. Por meio dos dados formais da pesquisa, busco reconstruir as maneiras pelas quais a realidade social concernente ao referente “mulher” é representada por um grupo social. Os dados informais, as entrevistas com parlamentares produtores dos textos submetidas ao tratamento analítico, subsidiaram o processo de saturação do *corpus*-base deste estudo, ou seja, os discursos parlamentares. Os procedimentos desse processo serão apresentados a seguir.

Ao comentarem a investigação social de cunho qualitativo, Bauer, Gaskell & Allum (2002:17-18) cunham os termos: *campo de ação*, *campo de observação ingênua* e *campo de observação sistemática* para descreverem situações sociais, respectivamente, em que os sujeitos envolvidos são os atores sociais, os espectadores, ou representam aqueles que manifestam interesse pela situação ou acontecimento.

Assim, no caso específico aqui apresentado, os sujeitos do *campo de ação* atuariam diretamente na situação social, enquanto os do *campo de observação ingênua* pensariam e experienciaríamos o dito, ou ação comunicativa, como se eles próprios estivessem agindo pela linguagem ou fossem elementos constituintes do jogo da linguagem. Devido à sua lealdade para com um dos partidos, bancada, tendência política e movimento social, pensariam e sentiriam o acontecimento dentro de uma perspectiva partidária. Os sujeitos do terceiro campo representariam aqueles que, assim como a própria pesquisadora – elemento central para o sentido construído na pesquisa qualitativa – não têm envolvimento direto com partidos, bancadas ou movimentos sociais e se interessam por questões políticas em geral. Ao pesquisador social cabe, conforme salientam os autores mencionados, investigar não só a natureza do acontecimento, mas também a natureza do campo de ação e dos espectadores.

Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais, conforme destacam Bauer e outros, exige muitos métodos e dados, uma vez que um pluralismo metodológico implica

uma necessidade metodológica. Nesse sentido, sintetizo os parâmetros que, segundo Bauer, Gaskell & Allum (2002:18-19), devem compor a base da investigação da ação empírica:

- a. a observação sistemática dos acontecimentos;
- b. técnicas de entrevistas que permitam inferir os sentidos desses acontecimentos;
- c. uma análise sistemática que permita a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores.

O teórico e o empírico compõem, portanto, a pesquisa de cunho qualitativo. Logo, ela se revela como um meio de abordar a realidade empírica, a partir da qual serão gerados os dados submetidos a tratamento analítico. Dessa forma, seguindo os dois primeiros passos arrolados, acompanhei, no decorrer dos anos de 2004 e 2005, pela TV Câmara, as sessões plenárias e fiz a leitura dos pronunciamentos de interesse para a pesquisa. Os discursos levados a plenário pelos deputados e deputadas são disponibilizados, na íntegra, no *site* [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Também subsidiam a pesquisa empírica as entrevistas com os/as parlamentares (cf. anexo 2).

### 3.3 SELEÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Para a seleção e sistematização dos dados, segui os princípios da relevância, homogeneidade e sincronicidade, apresentados inicialmente por Barthes (1967), e sugeridos por Bauer e outros(2002). O primeiro princípio exige a escolha de um assunto de relevância teórica, que os dados sejam coletados a partir de um ponto de vista e que os materiais em um *corpus* tenham apenas um foco temático, no caso do presente trabalho, a “mulher”. De acordo com o segundo princípio, os materiais textuais selecionados devem compor *corpora* diferentes, para que sejam feitas subseqüentes comparações. O terceiro aponta que o *corpus* é uma interseção da história e, como tal, deve seguir o ciclo natural de estabilidade e mudança dos materiais. Aproximar-nos-emos desses princípios a seguir.

Interessa, aqui, averiguar os mecanismos lingüístico-discursivos de apresentação do feminino na linguagem parlamentar. Nesse sentido, contexto social e gramática constituem, a um só tempo, o campo de interesse. Surge, daí, a necessidade de que os dados da pesquisa sejam coletados sob o ponto de vista do uso da linguagem ou da linguagem em ação. O foco temático incidindo sobre o feminino, via linguagem, conduz a estes procedimentos:

- 1) seleção de discursos parlamentares produzidos para serem levados ao Plenário da Câmara dos Deputados que versem sobre a mulher;
- 2) os textos selecionados apresentam um perfil pragmático-discursivo capaz de ser evidenciado nas categorias lingüísticas por meio das quais se revelam os processos de representação da identidade feminina.

Os *corpora* formados pelos textos produzidos por deputados e deputadas (anexo 1) foram complementados por informações advindas das 6 entrevistas colhidas (anexo 2) e dos seguintes documentos complementares: 1- relatório das audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados com a participação da CFEME, *A Situação da mulher no mercado de trabalho* (2000); 2- *Anais* do Seminário Nacional em comemoração ao dia do Zumbi dos Palmares *Discriminação e sistema legal brasileiro* (2001); 3- relatório final do *Seminário Internacional: por um Brasil sem desigualdades* (2004), o que implicará uma terceira fonte de dados. Apenas alguns excertos deste último documento complementam efetivamente os *corpora* da presente pesquisa e contribuem com dados para a pesquisa. Os outros documentos serviram de instrumento útil ao entendimento dos temas e assuntos do universo social feminino tratados fora da tribuna.

Após a coleta de um montante de setenta textos, constantes dos *Anais* da Câmara dos Deputados, que versam sobre temáticas concernentes à mulher, foram selecionados trinta para serem submetidos a tratamento analítico. Um montante de dezessete desses textos foram produzidos por deputados e os outros treze por deputadas (cf. anexo 1). Quatorze deles foram levados ao Pequeno Expediente, sete ao Grande Expediente, outros sete à Ordem do Dia e um deles à Comissão Geral.

A representação do feminino em textos produzidos sob o pano de fundo de uma estrutura social dita democrática, ou uma prática democrática, configura-se como um recorte metodológico longitudinal, que acompanha o princípio da diacronicidade citado acima, uma vez que estamos começando a vivenciar esse processo democrático, ainda que tenha o mesmo iniciado há anos. Em outras palavras, surge a necessidade de buscar, ao longo do processo de seleção de textos, a realização de um recorte que destaque o feminino enquanto gênero social. É conveniente lembrar que o século XIX foi aquele do pensamento democrático, enquanto o XX surgiu como a grande era da prática democrática. O que dizer, portanto, do século XXI? Será ele o século da convicção democrática ou das repercussões dessa prática? Tentar-se-á aproximar respostas para essa questão mais adiante.

Capturar o modo como os autores (homens e mulheres) do material textual escolhido para compor o *corpus* de análise constroem, via linguagem, a realidade no que concerne ao tema “mulher”, revelou-se como um critério útil para a montagem dos *corpora*. A seleção dos textos para análise buscaram acompanhar a perspectiva fenomenológico-qualitativa, conforme exposto acima, já que as reflexões do presente estudo assentam-se na busca da compreensão das interpretações dos atores sociais (os/as parlamentares) quando o tema é “a mulher”, ou seja, na prática sociocultural que antecede o trabalho lingüístico do falante, o que, a meu ver, só pode ser feito a partir da análise de textos efetivamente enunciados em situações específicas de fala. Convém destacar que essa tomada de posição concerne à natureza dos dados na perspectiva lingüística aqui buscada, em que se tem por base instâncias particulares de uso da linguagem.

### 3.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Para levar a cabo a investigação de cunho qualitativo ou interpretativo, algumas características básicas servem de referencial para esse tipo de pesquisa (Monteiro, 1991):

- 1) os dados coletados são predominantemente descritivos – são realizadas descrições de pessoas, situações, acontecimentos, depoimentos, enunciados, fotografias, desenhos;
- 2) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto – a preocupação se volta ao “como” se desenvolve a ação humana, “como” um determinado problema é discursivizado pelo sujeito participante da investigação, “como” são os procedimentos desenvolvidos pelos sujeitos;
- 3) o significado que os sujeitos atribuem aos fenômenos, às coisas e à sua vida – a preocupação se volta ao “por quê?” ou ao “quando”?, e toda a atenção deve ser dada à verbalização e ao jogo cênico dos sujeitos entrevistados, com o objetivo de buscar captar a perspectiva dos participantes.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a indicação mais geral em pesquisas de cunho qualitativo ou interpretativo se refere a três passos (cf. Lüdke & André, 1986), seguidos pelo pesquisador:

- 1) a escolha do local onde efetuará o estudo e o estabelecimento dos contatos necessários para a entrada em campo;
- 2) a busca sistemática dos dados já selecionados por ele como mais importantes para compreender e interpretar o fenômeno;
- 3) empreendimento da tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno ou de explicar aquela realidade delimitada.

Para cumprir essas etapas ou passos, a estratégia ou técnica empregada na coleta ou construção dos dados recai sobre as opções: observação sistemática e/ou entrevista e/ou análise documental. O acompanhamento desse percurso, bem como a justificativa de sua relevância numa pesquisa de cunho lingüístico, será esclarecido nas subseções que seguem.

### **3.4.1 No Caminho dos Dados**

Ao participar do seminário *Parlamento, Sociedade e Democracia*, realizado no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2004, tive o primeiro contato direto com o ambiente em que circulam as principais discussões concernentes ao cenário sócio-político atual. Esse evento me suscitou a idéia de que, para compor o *corpus* da pesquisa, deveria selecionar discursos produzidos por uma parcela definida da população brasileira. Foi assim que, dando continuidade ao processo de delineamento da pesquisa, pelo acompanhamento sistemático dos pronunciamentos feitos por deputados e deputadas, transmitidos pela TV Câmara, aos poucos fui percebendo peculiaridades nos discursos quando o tema se voltava para questões concernentes à mulher. Providenciei, junto ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – Coordenação de Estudos Legislativo – seção de Documentos Parlamentares, discursos dessa natureza. Junto a esses documentos também me foram enviadas algumas publicações da Câmara como a obra: *A mulher brasileira no Congresso Nacional*, de Fanny Tabak (1989), o relatório das audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados com a participação da CFEME, *A Situação da mulher no mercado de trabalho* (2000), os *Anais do Seminário Nacional em comemoração ao Dia do Zumbi dos Palmares, Discriminação e sistema legal brasileiro* (2001) e o relatório final do *Seminário Internacional: por um Brasil sem desigualdades* (2004).

A maioria dos textos parlamentares coletados e pré-analisados para compor o *corpus* da pesquisa foi obtida *on line*, pelo *site* da Câmara dos Deputados. O critério de seleção, via Internet, dos textos parlamentares foi o de busca pelo assunto “mulher”. O *site* da Câmara

disponibiliza, em média, um total de 70 discursos produzidos a cada ano sobre esse tema. No entanto, também é possível acessar textos nos quais a figura da mulher aparece representada, pela busca de assuntos como o da biossegurança, família, violência, saúde, entre muitos outros.

Foi pelo acompanhamento sistemático dos pronunciamentos pela TV Câmara que cheguei ao entendimento daquilo que constitui e caracteriza esse *domínio discursivo*, ou seja, o discurso parlamentar. No capítulo I, apresentei a figura 1.1 – Domínio discursivo e tipos textuais – que visa dar uma idéia de como se encontra estruturado esse domínio em que são destacadas unidades textuais técnicas que se diferenciam basicamente pelo tempo que o /a parlamentar permanece falando na tribuna e pela função que desempenham. Os discursos produzidos para serem levados ao Grande Expediente da Câmara não devem ultrapassar os vinte e cinco minutos, os levados ao Pequeno Expediente não mais que cinco minutos e os levados para as Sessões de Breves Comunicações não mais que três minutos. Esses discursos são os que se prestam mais vivamente à persuasão e ao convencimento, haja vista que as Homenagens Parlamentares e as Ordens do Dia, que também são levadas a plenário por um tempo máximo de três minutos, prestam-se, respectivamente, para as sessões solenes e para as sessões de votações legislativas. Discussões acerca da função social de cada uma dessas manifestações serão apresentadas ao longo das considerações teórico-metodológicas. O que cabe destacar, aqui, é o fato de tais observações terem se revelado pertinentes ao processo de seleção das amostras.

### **3.4.2 Delineamento do Tema**

No Legislativo, é a Nação que fala através de seus porta-vozes, os quais buscam trazer à tona, em forma de debates, os anseios do povo, nas discussões que os Anais do Parlamento perpetuam. Determinar um elemento contido nesse conjunto de interesses aí registrados não é uma tarefa fácil.

O tema “mulher” surge, como já foi mencionado, do meu acompanhamento de diversos pronunciamentos transmitidos pela TV Câmara no período de março de 2004 a 2005. Dois aspectos de alguns desses pronunciamentos me chamaram a atenção. De um lado, o modo como os/as parlamentares retratam ou constroem a imagem feminina e, de outro, os assuntos a partir dos quais a figura da mulher emerge.

Um dos elementos determinantes dessa escolha temática foi a percepção de que muitos desses textos impingem à mulher uma carga de responsabilidade muito grande no que

concerne às transformações nas relações sociais. Assuntos como maternidade, direitos sexual e reprodutivo, equidade de gênero, bem como tipos de família, parecem recair, mais vivamente, sobre a mulher do que sobre a comunidade ou sociedade como um todo. Muitas vezes, o modo de agir da mulher, sua conduta na luta pela busca de um tratamento que lhe é de direito, é avaliado como causa e não efeito de profundas transformações históricas que a atingem diretamente.

São muitos os textos de parlamentares, na maioria homens, com os quais nos deparamos que, muito embora sejam produzidos por um locutor interessado em gerar um sentido de apoio às causas femininas, revelam um distanciamento, ou dito de outra forma, um posicionamento ideológico diluído, menos engajado, no que concerne à representação da identidade feminina. Esse fato é atestado lingüísticamente na forma como são feitas referências às ações, aos atores e aos eventos na constituição dos textos, pois, sendo eles elementos passíveis de manipulação pelo falante, o uso de, por exemplo, expressões em que são omitidos os agentes das ações em causa, os quais deveriam ocupar a posição de objeto gramatical, pode revelar um distanciamento do sujeito falante frente a seu objeto de predicação.

Dessa forma, não se deve deixar de considerar o fato de que há aspectos semânticos que não podem ser negligenciados, quando a intenção é proceder a uma análise profunda do modo como o discurso molda as visões de mundo e como as mesmas são moldadas pelas práticas discursivas.

### **3.4.3 Seleção Preliminar e Pré-Análise no Método Qualitativo**

A seleção qualitativa pode se dar por etapas: selecionar preliminarmente; analisar; selecionar de novo, ampliando os dados do *corpus*. Essa técnica, conforme destacam Bauer & Aarts (2002), é largamente utilizada por lingüistas nos procedimentos de obtenção de uma amostragem de acordo com um racional de representatividade (p. 55).

O manuseio de uma série aleatória (não determinada tematicamente) de textos produzidos para serem lidos no Plenário Nacional permite identificar que seus autores atuam significativamente e regradamente pela linguagem, colocando-se como parte integrante da construção ou produção dos sentidos do texto. O uso recorrente de algumas formas lingüísticas revela-se intimamente ligado à atuação ou modo de ação do sujeito falante sobre o mundo e sobre as outras pessoas. O seu engajamento no processo significativo do qual faz parte é patente.

Análises preliminares têm demonstrado a existência de um dinamismo próprio no exercício da linguagem pelos falantes, que se configura no processo de construção da significação. O aspecto dinâmico do processo significativo, fruto da própria atividade dos indivíduos, no seu exercício ou execução da linguagem, no seu trabalho simbólico, passa a ser refletido ou representado na língua. Esse dinamismo, ao qual me refiro, diz respeito ao modo pelo qual o enunciador organiza formalmente o enunciado, deixando nele as marcas das variações, dos desvios, das flutuações, das contingências e eventualidades, típicas de toda e qualquer atividade de linguagem. Tais reflexões apontam para a necessidade de se encarar o sistema lingüístico como um espaço que é, ele próprio, recortado pela oposição entre o estável e o instável, lugar de ajustes, acomodações intersubjetivas. É justamente nesse sentido que a sintaxe pode ser vista como “observatório do discurso”, como sugerem alguns lingüistas<sup>44</sup>. Os aspectos gramaticais, nessa perspectiva, devem ser encarados como meios de acessos às práticas socioculturais inscritas na língua. Com isso em mente, pôde-se selecionar previamente alguns textos parlamentares nos quais foi possível destacar e analisar um conjunto de formas lingüísticas que revelam atitudes dos enunciadores frente aos fatos expressos.

Ainda que o presente estudo seja de caráter enunciativo, não se questionará o papel dos chamados “ghost writers” na produção dos discursos parlamentares, pois se considera que sua autoria é assumida pelo/pela parlamentar a partir do momento que é lido em plenário e/ou publicado nos anais da casa em seu nome, ou seja, a titularidade do discurso parlamentar formalmente pertence a ele ou a ela.

A seleção de textos e análise preliminar de alguns elementos gramaticais determinou, assim como a escolha do tema “mulher”, a montagem do *corpus* e a seleção tipificada dos textos produzidos no Parlamento Nacional que compõem, efetivamente, o material de análise deste trabalho.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE SATURAÇÃO DO *CORPUS*

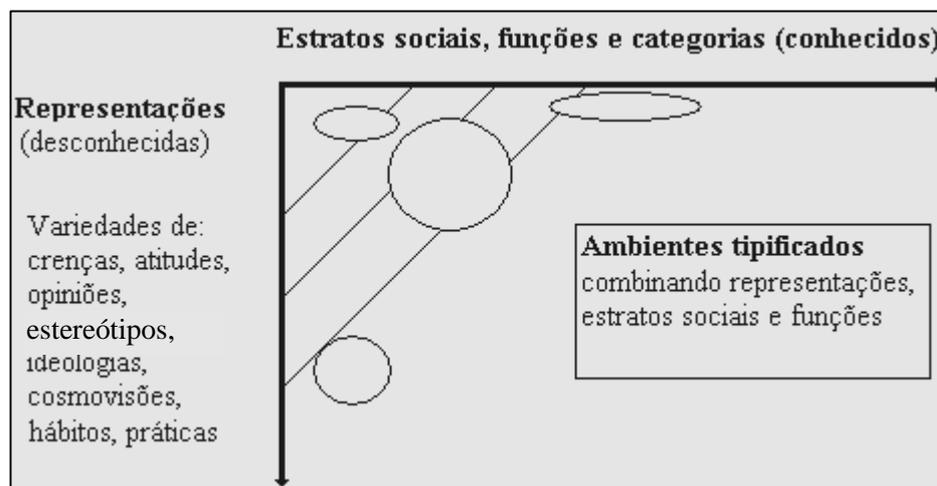
Já foi dito que os discursos/textos de parlamentares formam o *corpus* base deste estudo. O espaço social no qual são produzidos esses documentos demonstra o caráter aberto do *corpus*, haja vista serem os mesmos produzidos em um contexto situacional caracterizado

---

<sup>44</sup> Para Marandin (1993), a sintaxe como observatório do discurso implica uma dimensão espacial e funciona como um lugar privilegiado de observação dos fenômenos da linguagem. Trata-se, como afirma o autor, de um dispositivo que faz ver o processo de produção do sentido (In: Orlandi (org.) *Gestos de leitura-da história no discurso*, 1994:119-144)

pela interação de diversos participantes do evento e pelo modo de atuação comunicativa e social de cada um. Surge, daí, a necessidade de se tomarem alguns procedimentos metodológicos, para obter representatividade<sup>45</sup> na amostra. Um conjunto representativo de material para análise pode ser obtido pelos procedimentos de saturação do *corpus*, além dos procedimentos de seleção preliminar e pré-análise, apontados.

Na pesquisa qualitativa, para saturar um *corpus* de análise é necessário levar em conta a bidimensionalidade do universo biossocial dos pesquisados: os estratos e funções (variedades externas ao fenômeno focado), como sexo, idade, profissão, nível de renda, e as representações (variedades internas), como as variedades de crenças, atitudes, opiniões, estereótipos, ideologias, cosmovisões, hábitos e práticas. O seguinte esquema, tomado de Bauer & Aars (2002:57), esclarece e elucida a natureza dessas variáveis.



**Figura 3.1 – As duas dimensões do espaço social: estratos e representações**

Essas duas dimensões do espaço social instrumentalizam o pesquisador em seus procedimentos de saturação do *corpus*, obtida, na pesquisa social, pelo critério da maximização das representações a partir dos estratos e funções pré-determinados pelo/a pesquisador/a, ou seja, é preciso que se arrole um conjunto de enfoques sob os quais o tema/assunto posto em questão é tratado pelos informantes colaboradores. A *saturação* é obtida quando, ao se investigar as diferentes representações, a inclusão de novos estratos ou funções não acrescente mais nada de novo. As entrevistas com parlamentares servirão justamente para que se teste a necessidade de inclusão de novos estratos ou funções, tais como: movimentos sociais, religião, profissão e ideologia partidária.

<sup>45</sup> Numa amostra representativa, o estudo de uma parte fornece um referencial seguro do todo.

A investigação dos elementos que compõem a dimensão vertical do espaço social (ver fig.3.1 – As duas dimensões do espaço social: estratos e representações) é feita mediante os estratos e funções. Isso significa dizer que a determinação dessas variedades externas precede a percepção das variedades internas a serem maximizadas.

Tais procedimentos metodológicos de construção do *corpus* são sintetizados por Bauer e Aarts (2002:58), nas seguintes regras:

- 1) na pesquisa qualitativa, a variedade de estratos e função precede a variedade das representações;
- 2) a caracterização da variedade das representações tem prioridade sobre sua ancoragem em categorias de pessoas existentes;
- 3) maximizar a variedade de representações, ampliando o espectro de estratos/funções em consideração.

A primeira regra enunciada sustenta minha decisão de, inicialmente, tomar depoimentos de parlamentares não só os/as diferenciando pela variável sociológica ou diastrática “sexo”, mas também pelas variáveis geográficas ou diatópicas “urbano/rural”. Surge, no entanto, no transcorrer dos contatos diretos com os/as parlamentares e visitas à Câmara, a necessidade de inclusão da variável “religião”, no eixo (horizontal) dos estratos sociais, funções e categorias. Durante tais visitas, tive a oportunidade de vivenciar fatos e acontecimentos, bem como atentar para comentários referentes a posicionamentos fundamentalistas atribuídos a religiosos daquela casa parlamentar. Nesse ínterim, a variável “religião” surge como uma necessidade metodológica para a obtenção dos dados que se pretende gerar, apresentando-se, conforme prevê a terceira regra acima descrita, como meio de maximizar a variedade de representações dita desconhecida.

Subsidiariamente, portanto, a análise que se realiza neste estudo entrevistas com parlamentares do sexo feminino e masculino cuja vivência seja de natureza urbana ou rural e apresentem ou não fortes convicções religiosas. Essas são as variáveis que compõem o conjunto de variedades externas que se apresentaram como pertinentes à geração do conjunto de variedades internas (representações desconhecidas) constitutivas do objeto de discussão nas análises empreendidas, tais como crenças, ideologias, atitudes e estereótipos.

A última regra apresentada justifica o seguinte alerta dos autores:

Os pesquisadores devem estar bem atentos em não confiar apenas em suas intuições, quando eles segmentam o espaço social. Precisam manter a mente aberta para estratos e distribuições funcionais posteriores, que podem não ser óbvias num primeiro momento. Podem começar pelo sexo, idade e educação, mas podem precisar levar em conta a etnia, a religião, as divisões urbano/rural a fim de identificar e maximizar as variedades nas representações das pessoas sobre determinado tema (Bauer & Aarts, 2002:59)

A tripartição sexo, urbano/rural e religião a que chego, seguindo os princípios ora enunciados, permite que visões ideológicas distintas sejam colocadas em xeque. Essa é, ao meu ver, uma forma de gerar dados fortemente ancorados em tradições e afirmação de valores que não podem ser subsumidos ou subtraídos da presente pesquisa.

Na descrição dos dados, do montante de 70 discursos de parlamentares coletados, 20 foram separados pelos critérios do sexo (deputado/deputada) e bancada<sup>46</sup>, dos quais foram extraídos os seguintes conjuntos representativos dos assuntos caracterizadores da relação sujeito-objeto, quando esse objeto sobre o qual incidem determinantes valorativos, como ideologias e opiniões, é a mulher:

- direitos: saúde, educação, liberdade sexual e reprodutiva, proteção e defesa, emprego, assistência à família;
- desenvolvimento social, político e cultural: conquistas e emancipação, papel na sociedade, preconceitos;
- equidade de gênero: libertação, dignidade, violência, desestruturação familiar, aborto e técnicas de reprodução humana, políticas de igualdade;
- repressão e discriminação: diferenças de oportunidade, dupla jornada de trabalho, subsistência familiar, mulher como peça publicitária.

### 3.5.1 As Entrevistas

A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação (Gaskell, 2002:65). Ela representa, portanto, o meio de acesso ao mundo vivencial dos entrevistados.

---

<sup>46</sup> As bancadas parlamentares não são entidades oficiais da Câmara dos Deputados. Trata-se apenas de grupos de parlamentares que, rotineiramente, defendem algo em comum. É comum chamar de bancada o grupo de parlamentares de uma determinada região ou Estado (bancada paulista, bancada nordestina, etc) ou que representam determinados interesses (bancada ruralista, etc.). Neide Maria Rossi Ramirez da Coordenação de Estudos Legislativos – BANDEP. Informação enviada por meio eletrônico em 04/11/05.

As obras consultadas registram dois tipos básicos de entrevistas, a informal e a formal, que se distinguem principalmente pela natureza da interação que se estabelece entre o entrevistador e os entrevistados. O primeiro tipo de entrevista é também denominado de semi-estruturada. Nessa modalidade, o entrevistador interage face a face com um único respondente ou com um grupo de entrevistados, buscando absorver conhecimentos, sem formalizar as questões a serem discutidas. A segunda modalidade exige uma tomada de posição menos coloquial do entrevistador, já que sua interação com os entrevistados é mínima. Na entrevista formal aplica-se um questionário com questões fechadas, a serem respondidas oralmente ou por escrito.

A pesquisa qualitativa prevê dois métodos de entrevista: a individual, com um único respondente e a grupal (grupo focal), com um grupo de respondentes. O primeiro tipo de entrevista, a que mais se adapta aos propósitos desta reflexão, pode ser aplicado, segundo Gaskell (2002:78), quando o tópico se refere a experiências individuais detalhadas e assuntos de sensibilidade particular. A difícil tarefa de recrutar um grupo de entrevistados de alto *status* também justifica a escolha da entrevista individual.

As entrevistas com os parlamentares, o que também entrará na composição dos *corpora* da presente pesquisa, serão utilizadas como meio de inventariar um conjunto de conhecimentos não acessíveis diretamente por meio dos textos levados ao plenário. Opto, assim, pela técnica de levantamento de dados por meio de tópico guia ou questionário semi-estruturado, a ser aplicado a parlamentares produtores dos textos previamente selecionados, dada a sua relevância científica no preenchimento de lacunas do conhecimento científico que busco gerar. Entrevistas de levantamento fortemente estruturado, por meio de questionário formal, foram evitadas, pelo fato de algumas das questões não se aplicarem indistintamente a um/a ou a outro/a parlamentar, embora todas elas convirjam para a geração de dados correlatos. Isso equivale a dizer que o uso do tópico-guia, que pode ser usado com certa flexibilidade, revela-se mais produtivo e adequado à obtenção de dados, já que permite adequações, modificações e intervenções ao longo das realizações das entrevistas.

As seis entrevistas foram coletadas presencialmente pela pesquisadora, nos domínios do próprio Congresso Nacional, tendo sido apenas uma delas realizada por uma assessora de imprensa.

Servem de tópico guia as seguintes questões discutidas pelos deputados:

- 1) V. Exa. poderia fazer um pequeno histórico de sua vida política?

- 2) Que qualidades deve possuir um/uma parlamentar que lida com políticas públicas no Brasil?
- 3) Como é ser mulher e parlamentar ? / Como é ser um parlamentar e defender questões relativas à mulher ? / Como é ser um parlamentar e ter de conviver com ideais almejados pela bancada feminina dessa casa parlamentar?
- 4) O que significa tratar, hoje, de políticas públicas para mulheres no Brasil?
- 5) Quais são, na sua opinião, os pontos favoráveis e desfavoráveis das conquistas e lutas das mulheres por sua emancipação?
- 6) Como V. Exa. avalia o papel da mídia impressa no que diz respeito à construção da imagem da mulher, sobretudo da mulher atuante politicamente?

Essa fase de coleta de dados foi complementada concomitantemente à realização das microanálises dos discursos e confronto com os documentos complementares arrolados anteriormente (cf. p. 91), servindo para elucidar eventuais dúvidas no curso da pesquisa e, como já sublinhei, para testar a necessidade de inclusão de categorias relevantes, mas não evidentes nos textos produzidos pelos (as) parlamentares.

Para realizar a microanálise das entrevistas, cada texto oral foi dividido em unidades discursivas equivalentes ao que Halliday (1989) denomina de unidade de informação. Trata-se de uma porção do discurso relacionada à estrutura de informação, o que envolve, no dizer de Halliday, duas partes complementares: o que é *dado* e o que é *novo*. No que concerne à estrutura dado/novo cabe, aqui, esclarecer que concerne ao falante (ou escritor) a decisão do que vai ser oferecido ao interlocutor (ouvinte ou leitor) como informação conhecida ou desconhecida.

### **3.5.2 Triangulação**

O que acabamos de descrever anteriormente demonstra que o processo de coleta e seleção de material para a presente pesquisa envolve um procedimento ou técnica conhecida como *triangulação*.

A pesquisa qualitativa possibilita considerar o objeto abordado sob vários ângulos, por meio de diferentes fontes e instrumentos. Nesse sentido, os diferentes métodos e fontes de geração dos dados aos quais o/a pesquisador/a pode recorrer o/a instrumentalizam a contemplar o objeto de pesquisa sob sua mira de modo integral e unitário. Dessa forma, a informação global passa a constituir o cerne do objeto investigado. A pesquisa qualitativa,

assim como a etnográfica, que toma para si muito dos princípios daquela, atribui aos procedimentos multimetodológicos a capacidade de reduzir eventuais riscos causados por apenas um tipo de dados.

Cohen e Manion (1983:254) explicam:

Triangulação pode ser definida como o uso de dois ou mais métodos de seleção de dados no estudo de algum aspecto do comportamento humano (...) as técnicas de triangulação, na ciência social, buscam mapear, ou explicar de forma mais contundente, a riqueza e complexidade do comportamento humano estudando-o sob mais de um ponto de vista<sup>47</sup>.

A triangulação implica, para os dois autores, uma técnica relacionada à metodologia, pois se refere essencialmente a perspectivas diferentes de coleta e comparação de tipos de amostras – no caso do presente trabalho, amostras de discursos produzidos por parlamentares homens e parlamentares mulheres, seis entrevistas, sendo três delas tomadas de deputados e as outras três de deputadas. Tomamos ainda como fonte de dados o relatório final do *Seminário Internacional: por um Brasil sem desigualdes* (2004), realizado pela Comissão Externa da Feminização da Pobreza do Brasil. No que concerne à fonte dos dados, Taylor & Bogdan (1997:81) chamam atenção para a potencialidade apresentada por *corpora* documentais, tais como reportagens oficiais e documentos públicos.

A triangulação é aqui empregada como uma estratégia de enriquecimento de pesquisa, conforme bem observa Silverman (1993). Para esse estudioso, a triangulação é um procedimento que é sempre apropriado, seja qual for a orientação teórica adotada ou utilização de dados quantitativos ou qualitativos (Silverman, 1993:156).

Além de evitar ou minimizar o viés do pesquisador, recorre-se à triangulação, buscando evitar a distorção dos dados na interpretação dos mesmos. Chega-se, assim, aos procedimentos metodológicos escolhidos e efetivamente empregados na coleta e seleção de dados para a pesquisa.

O princípio da triangulação permite que o/a pesquisador/a recorra à diferentes instrumentos e recursos para a coleta de dados, a teorias distintas, bem como incorporar dados quantitativos à pesquisa. É ela que vai assegurar a validade das informações, ao combinar métodos (procedimentos) de coleta, análise de dados e perspectivas teóricas.

---

47 Tradução minha de: Triangulation may be defined as the use of two or more methods of data collection in the study of some aspect of human behavior (...) triangular techniques in the social science attempt to map out, or explain more fully, the richness and complexity of human behavior by studying it from more than one standpoint (...).

Destaco, aqui, outras formas de triangulação arroladas por Tindall (1994:145-149):

- 1) triangulação dos dados;
- 2) triangulação do investigador;
- 3) triangulação do método;
- 4) triangulação teórica.

O primeiro tipo de triangulação é efetuado pela comparação de dados gerados por meio de diferentes procedimentos de coleta, tais como os arrolados e efetivamente utilizados no presente estudo (cf. item 4.2).

O segundo tipo não se aplica ao estudo em foco, já que presume o envolvimento de mais de um pesquisador, preferencialmente de diferentes disciplinas, que assumem múltiplos pontos de vista e adotam diferentes perspectivas acerca do objeto pesquisado.

A triangulação do método se dá pela combinação de princípios adotados pela pesquisa qualitativa e procedimentos quantitativos; serve de exemplo o levantamento estatístico dos dados. A metodologia qualitativa, ao abordar o objeto investigado sob vários ângulos, por meio de diferentes fontes e instrumentos, permite que uma gama de novos conhecimentos seja construída pelo desvio do olhar exclusivo dos números e estatísticas. A idéia de que esses métodos constituem enfoques mutuamente exclusivos, dentro da pesquisa social, é substituída pela idéia de que a mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social (Bauer; Gaskell & Allum, 2002:24). Nesse sentido, não há quantificação sem qualificação ou análise estatística sem interpretação. O presente estudo deve se valer da triangulação do método, já que se propõe a interpretar a realidade social feminina no conjunto das categorias gramaticais, semânticas e discursivas, passíveis de enumeração.

Finalmente, o quarto tipo de triangulação diz respeito à incorporação de duas ou mais teorias ao corpo da pesquisa científica. A multidisciplinaridade caracteriza o princípio da triangulação teórica. Nesse caso, o/a pesquisador/a pode se valer da psicologia, antropologia, sociologia e outros conhecimentos, para enriquecer suas reflexões. A natureza multidisciplinar da lingüística crítica e da análise de discurso crítica, cujas raízes se encontram, segundo Wodak (2003:18), na retórica clássica, na lingüística sistêmico-funcional, na lingüística textual e na sociolingüística, assim como na lingüística aplicada e na pragmática, demonstram a relevância desse princípio para o desenvolvimento da pesquisa em foco.

No caso do presente estudo, resulta patente, sobretudo, a triangulação social e espacial, uma vez que os dados foram gerados a partir de três formas distintas de produção textual e circulação das informações concernentes à mulher. Tanto as entrevistas semi-estruturadas

quanto a coleta de documentos constituem não apenas diferentes maneiras de acesso aos dados, mas também sólidas formas de apresentação/representação da realidade feminina. Perspectivas distintas dessa realidade, ou dito de outra maneira, posicionamentos ideológicos distintos sobre os quais me debruço apóiam a análise do fenômeno lingüístico-discursivo de interesse nesta pesquisa, a saber, a argumentação.

A ideologia tem ocupado um lugar de destaque na pesquisa social. Para Jim Thomas (1993:8-9), o conjunto compartilhado de crenças, atitudes e posicionamentos perante o mundo serve de maquinário conceitual para a pesquisa, na medida em que submete os sujeitos sociais a criar significados e justificativas para as suas ações e as ações dos outros. Regras, condutas e sanções sociais são os exemplos que ele apresenta para ilustrar esse fato.

A seguir, serão apresentadas as perspectivas teóricas, a partir das quais foi desenvolvida a pesquisa.

### 3.5.3 Teorizando o Problema

Como foi mencionado anteriormente, na pesquisa qualitativa, também chamada interpretativa, o pesquisador figura como elemento central na obtenção dos resultados que pretende gerar. Tal definição encontra sustentação na seguinte afirmativa de Ian Parker (1994:15): o modo de teorizar o problema afetará o modo como o examinaremos, e o modo pelo qual nós exploramos um problema afetará as explicações dadas<sup>48</sup>.

É de meu interesse focalizar, ao longo desta pesquisa, os atos enunciativos presentes nos textos produzidos para serem levados ao Plenário Nacional. Esses atos enunciativos serão encarados como resultados ou produtos da ação inteligente, criadora, recriadora, transformadora do homem (sujeito falante) sobre os objetos de sua fala e, conseqüentemente, da realidade que os mesmos evocam. Seguindo os passos de Johnstone (2002:30), diríamos que, “se há algo no mundo, há uma maneira de se fazer referência a ele no discurso”. A língua ou linguagem, nessa linha de pensamento, deixa de ser vista como elemento por meio do qual a realidade é refletida independentemente das determinações de natureza discursiva. Cabe, portanto, aqui, fazer alusão à concepção de língua como “lâmpada” e não como “espelho”, conforme sugere Marcuschi (2001). Para esse estudioso, a língua “não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele” (p. 41).

---

<sup>48</sup>Tradução minha de: the way in which we theorize a problem will affect the ways we examine it, and the ways we explore a problem will affect the explanation we give (Parker, 1994:15).

Enquanto mulher e partidária desses posicionamentos, busco refletir, sobretudo, como pesquisadora, os processos, os princípios ou fatores de acesso às ações consubstancializadas em produto (texto formalizado). Dessa forma, o texto deve ser encarado, como bem observa Marcuschi (2003:14), como “um sistema de construção do conhecimento ou um lugar de explicação da experiência humana e não apenas um artefato lingüístico”.

Nesse sentido, levanto as seguintes questões de pesquisa: Os pronunciamentos das parlamentares diferem dos que são proferidos por parlamentares homens quando essa prática se volta para o universo social feminino? Como são negociadas as relações sociais entre os participantes do discurso? Qual é o lugar da gramática (organização formal dos enunciados) em meio às determinações de natureza sócio-discursivas?

A Análise de Discurso Crítica, fundamentada na Lingüística Crítica e pautada, por sua vez, numa proposta que visa ao casamento de um método de análise lingüística textual com uma teoria do funcionamento social da linguagem, permite tratar os dados da pesquisa na interface gramática e contexto social. A análise discursiva, dita textualmente orientada, ao incorporar categorias lingüísticas como parte integrante de seus dados, não negligencia o emprego das formas lingüísticas em suas reflexões, muito pelo contrário, as mesmas são vistas como instrumentos lingüísticos determinantes das relações de força e das sustentações ideológicas. Em suma, o uso das formas lingüísticas é visto como atividade, por meio da qual são consolidados valores sociais e visões de mundo. É justamente essa tomada de posicionamento que força a Análise de Discurso Crítica, enquanto teoria e método de estudo, a encarar o termo “discurso” como um tipo de prática social ou elemento constitutivo do social (Fairclough, 2001).

Vemos, aqui, que uma noção precisa de uso da língua se impõe. Poder-se-ia assumir com Clark (1996:3), conforme registra Marcuschi (2001:40), que o uso efetivo da língua é realmente uma forma de ação conjunta. Para Clark, uma ação conjunta é aquela produzida por um grupo de pessoas que agem coordenadamente. Nesse sentido, a ação lingüística envolve não só processos sociais, mas, sobretudo, processos individuais.

A opção pela análise de discursos produzidos para serem discursivizados no Plenário Nacional se justifica por acreditarmos que esse tipo de texto, dada a sua natureza eminentemente argumentativa, presta-se à proposta de trabalho, aqui, delineada. A construção da argumentatividade na linguagem traz à tona questões que dizem respeito ao modo de produção dos textos/discursos. Nesse sentido, é uma discussão sobre linguagem que se presta à investigação do significado e do uso integrados ao estudo da forma gramatical. O conhecimento que espero gerar com a presente pesquisa respalda-se nos princípios teórico-

metodológicos da lingüística crítica, tais como os apresentados por Michael Stubbs (1996: 22-23), que definem a prática de investigação que lhe subjaz. Tais princípios referem-se, de modo sucinto, aos seguintes aspectos:

- a) a natureza da lingüística – a lingüística é essencialmente uma ciência social e uma ciência aplicada, com implicações práticas;
- b) a natureza dos dados na lingüística – a linguagem deve ser estudada tendo por base instâncias de uso autênticas e comprovadas; a linguagem deve ser estudada tendo por base textos e não frases isoladas ou fragmentos textuais; os textos deverão ser estudados comparativamente, atravessando diferentes *corpora* textuais;
- c) teor essencial da lingüística – a lingüística deve estudar o significado; a forma e o significado são inseparáveis; o léxico e a gramática são interdependentes;
- d) a natureza do comportamento lingüístico – o uso da linguagem envolve tanto rotina como criação; o uso da linguagem transmite cultura;
- e) a estrutura conceptual da disciplina – os dualismos saussureanos (em especial *langue/parole* e sintagmático/paradigmático) requerem uma revisão radical.

Esses princípios, a meu ver, não só traçam o perfil teórico desta reflexão, mas também determinam como proceder ao tratamento dos dados numa relação dialética entre gramática e contexto social.

Essas afirmativas suscitam uma reflexão que aponta para o fato de que não basta ao lingüista centrar suas atenções nas circunstâncias genéricas responsáveis pela determinação das ocorrências lingüísticas; que não basta o estudo e apreensão das regras sociais consagradoras de determinados comportamentos enunciativos. Não basta, portanto, dizer que a enunciação obedece a determinadas regras sociais e tentar recuperá-las por meio de teorias que separam “forma” e “uso” na linguagem. É preciso que se tome em conta um nível de análise que permita a visualização da íntima relação existente entre linguagem e línguas naturais, de tal forma que seja possível articulá-las mutuamente, estudando-as conjuntamente, ou seja, sem polarizá-las.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O foco da presente pesquisa incide sobre a interface língua, discurso e sociedade. Estudar contexto social e gramática, sob a égide da construção da argumentação no discurso parlamentar, requer procedimentos teórico-metodológicos e analíticos que integrem aspectos

da interação entre gênero textual, discurso, estrutura social e relações de poder, bem como aspectos estruturais dos textos (categorias semântico-gramaticais). Dotada de caráter multidisciplinar, a Análise de Discurso Crítica permite tratar o lingüístico no interior do social. Essa perspectiva de estudo, além de conceber a linguagem como prática social e ideológica, encara as relações entre os interlocutores como perpassadas por relações de poder. As escolhas lingüísticas, aquilo que se pode ou deve dizer, não se fazem alheias às determinações ou convenções sociais institucionalizadas. O enfoque qualitativo adotado para o presente estudo possibilita que se empreenda um estudo de natureza lingüística e social. Os princípios estipulados por tal método de pesquisa para a geração dos dados permitem o aprofundamento das questões sociais.

## CAPÍTULO IV

### EMERGÊNCIA DO FEMININO: A GRAMÁTICA QUE DESVELA TAMBÉM OCULTA

O capítulo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, analiso os processos de transitividade em um dos documentos parlamentares que compõem os *corpora* do estudo, com o propósito de apontar a recorrência do tema mulher, a partir de um dos discursos selecionados. Busco destacar o fato de que a língua reflete a maneira como as pessoas experimentam o mundo (Lakoff, 1977). Nesse sentido, a identidade feminina será discutida, via linguagem, à luz daquilo que lhe é externo, como a sociedade e o gênero oposto. Em seguida, o foco da análise incide sobre o uso de artigos. Busco averiguar também o papel desempenhado pelas expressões nominais encabeçadas principalmente por artigo indefinido na organização do texto e sua contribuição decisiva para a organização argumentativa dos enunciados que o compõem e, conseqüentemente, para a construção interativa dos sentidos veiculados. A terceira seção está dedicada ao significado representacional da linguagem. Desenvolvo esta seção analítica em três momentos. Os dois primeiros envolvem representação social do feminino (4.3.1), universo social feminino e os sistemas de diferentes ordens (4.3.2). Encerro a análise na subseção (4.3.3) “Interdiscursividade: gênero, discurso e identidade social”.

#### 4.1 PROCESSOS DE TRANSITIVIDADE: O TEXTO COMO PONTO DE PARTIDA

A Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) tem contribuído cada vez mais para os estudos do texto numa perspectiva crítica socialmente orientada. Enquanto teoria da linguagem e método de análise de textos e seus contextos de uso, a LSF permite enxergar como os indivíduos utilizam a linguagem e como a linguagem se encontra estruturada em seus diferentes usos (Eggins, 2004). Isso significa que, sob o seu ponto de vista interno, a análise textual vem permeada por uma análise de discurso e uma análise social, conforme sugere Fairclough (2003).

Como enfatiza Heberle (2000):

A transitividade é uma categoria lexicogramatical relacionada ao componente ideacional da gramática de Halliday (1985, 1994), referente à representação das idéias, da experiência humana. Na análise crítica do discurso, a transitividade tornou-se um instrumento lingüístico importante para a interpretação de aspectos ideológicos, socioculturais ou estilísticos.

A Análise de Discurso Crítica, assim como a perspectiva funcionalista de Halliday, constitui uma abordagem lingüístico-discursiva que envolve a experiência humana, ou seja, o lado social da linguagem. Tanto a ADC quanto a LSF permitem refletir sobre a íntima relação existente entre a formação e/ou consolidação de um conceito, de uma idéia ou de uma noção e a seleção dos instrumentos verbais, dos meios operacionais (abstratos/simbólicos) utilizáveis na expressão. O roteiro de trabalho sugerido por Fairclough (1991, 1997, 2001, 2003), apresentado na seção 2.1.1, focaliza o discurso numa abordagem tridimensional que inclui a análise textual. Ao tomar o texto como ponto de partida para o entendimento das relações de poder e das determinações ideológicas no discurso, esse modelo de análise inclui na sua agenda a descrição dos traços textuais (vocabulário e gramática) como um meio possível de se chegar aos sentidos sociais do discurso. Arrolei, na seção 2.1.1, os seis valores contidos nas formas e estruturas gramaticais, a saber, os valores experiencial, relacional, expressivo, metafórico, conectivo e textual. Lançar luz sobre os valores que as formas lingüísticas podem vir a apresentar é um dos meios pelos quais se torna possível aproximar as determinações da gramática das determinações do discurso. Para o desenvolvimento do presente estudo, interessam aqueles valores ligados a conhecimentos e crenças dos produtores dos textos, os valores experienciais.

O exame minucioso dos processos de transitividade em textos parlamentares, centrado, pois, na função ideacional da linguagem e nos sentidos ideacionais, responsáveis por refletir o modo como o falante experiencia a realidade e a representa na língua, permite evidenciar mecanismos de construção discursiva da realidade social. Para fins de análise, o documento parlamentar 9 (anexo 1) foi dividido em 20 períodos ou complexos oracionais. A aparição dos mesmos no texto segue a seguinte ordem macroestrutural: primeiro, apresentação do cenário a partir do qual o assunto discutido pelo orador será abordado; em seguida, a determinação do problema e sua conseqüente complicação; finalmente, a solução do problema.

No texto de cunho trágico e dramático apresentado no bloco (1) a seguir – pronunciamento de um deputado do PL-TO –, os primeiros seis segmentos que o constituem preparam o cenário propício à elucidação do problema e discussão do “mal” em causa, o que é retratado nos próximos nove segmentos, e apontadas soluções nos últimos cinco.

**Bloco (1)**

Documento Parlamentar 9 (deputado PT-TO)

- (1) *O Partido Liberal já ocupou a tribuna para ressaltar a competência da mulher.*
- (2) *Discursamos aqui sobre seu talento, sua dedicação, sua sensibilidade.*
- (3) *Quisera não fosse obrigado a dizer também que a sociedade permanece machista.*
- (4) *É por isso que nos devemos dedicar ao assunto com maior rigor.*
- (5) *Não fossem as desigualdades históricas até hoje verificadas, talvez não precisássemos aqui defender os seus direitos.*
- (6) *Contudo, cabe-nos voltar ao microfone para tratar do assunto sob uma nova perspectiva.*
- (7) *Frase reveladora da colunista Miriam Leitão, em artigo do jornal O Globo de ontem, chamou a minha atenção: "Os homens estão morrendo".*
- (8) *A violência urbana e o trânsito, segundo o IBGE, estão transformando o Brasil em um país não apenas idoso, mas principalmente feminino.*
- (9) *De acordo com as pesquisas, a expectativa de vida da mulher é 8 anos maior que a do homem.*
- (10) *Essa constatação implica não só que a segurança pública deve ser priorizada para conter a violência, mas traz conseqüências importantes para a causa da mulher.*
- (11) *Projeções do IBGE indicam que em 2020 haverá 5 milhões a mais de idosos do sexo feminino do que do masculino no Brasil, um contingente impossível de ser negligenciado em função das necessidades específicas que demandará.*
- (12) *Além disso, a mulher, na chefia da família, precisa garantir a subsistência dos seus filhos.*
- (13) *Nesse sentido, as pesquisas também revelam que a maior escolaridade das mulheres proporciona a sobrevivência das crianças.*
- (14) *Contudo, não obstante o IBGE ter apurado que as mulheres têm uma escolaridade maior, os homens ganham 44% mais do que elas!*
- (15) *Conforme o artigo da jornalista Miriam Leitão, que tem todo o nosso apoio, "a desigualdade não é novidade, mas quando se vê como ontem, na Síntese dos Indicadores Sociais, que em uma década tanta coisa melhorou e nada mudou neste ponto é que estamos diante de uma desigualdade durável".*
- (16) *Ao voltarmos nossos olhos para a mulher brasileira, portanto, o Partido Liberal, que no ano passado instituiu o PL Mulher, não trata o assunto com a intenção de alimentar egos e aparecer bem na mídia.*

- (17) *Nós estamos genuinamente preocupados com resultados práticos e desastrosos que a discriminação, aliada à violência, podem acarretar para o nosso País.*
- (18) *A sociedade brasileira, liderada pela presença feminina, precisa garantir as mesmas oportunidades de trabalho e paridade salarial entre homens e mulheres;*
- (19) *precisa ver com os mesmos olhos confiantes quando elas assumem os rumos das decisões nacionais.*
- (20) *Hoje, mais que nunca, quando a presença masculina diminui vitimada pela violência, o PL conclama os nossos jovens homens, principais vítimas da morte abrupta, a enxergar o exemplo das mulheres, para que vivam mais e vivam com mais amor.*

O orador inicia a sua fala em nome do partido político por ele representado: (1) *O Partido Liberal já ocupou a tribuna para ressaltar a competência da mulher.* Ao eleger o PL como *ator* do processo material em causa, o orador leva a crer que a ação de ocupação desse espaço de poder se faz em nome da exaltação da competência da mulher, elemento que ocupa posição de *rema* e cede lugar a “o Partido Liberal”, para que ocupe a posição de *tema*. Essa forma de representar lingüisticamente a realidade aí expressa ancora a mensagem em “o Partido Liberal” e relega a um segundo plano “a competência da mulher”. Além disso, este participante ocupa o espaço de uma *verbiagem* com relação ao processo *verbal* em que se inscreve. Isso quer dizer que o que está em jogo não é o estabelecimento de uma verdade sobre um fenômeno do mundo. Não é sobre o conhecimento ou saber do falante acerca da realidade feminina que incide a mensagem, mas sobre seu ato de tomar a palavra.

Por outro lado, incidência do *tema* sobre o PL e, em contrapartida, sobre o próprio orador, revela, desde o início do texto, que o sujeito enunciador busca construir a imagem de um *ethos* político comprometido com os cidadãos e cidadãs representadas no espaço público em que se manifesta. No domínio político, e em um regime democrático, a tomada da palavra na tribuna, por si só, encarrega-se de construir uma imagem idealizada daquele cuja posição se deve ao povo e ao qual deve prestar contas. Essa imagem se constrói na relação eu (político) versus outro (cidadão), constituindo o *ethos* de “chefe”. Esse termo foi cunhado por Charaudeau (2006:153) para se referir ao *ethos* voltado ao mesmo tempo para si (sujeito político) e para o outro (sujeito cidadão).

No segundo segmento (2), o talento, a dedicação e a sensibilidade feminina são apontados como objetos de fala recorrentes nas suas práticas discursivas: *Discursamos aqui sobre seu talento, sua dedicação, sua sensibilidade.* Observe-se que, por meio de uma ação *verbal*, cujo *dizente* é um *nós* inclusivo (PL e orador), tem-se uma *verbiagem* que marca a

visão estereotipada que o autor e seu partido carregam do gênero feminino. Tais atributos podem ser também aplicados ao gênero masculino, mas sequer são cogitados quando se fala do papel dos homens na sociedade. Mais uma vez, o processo verbal permite constatar um posicionamento não reflexivo daquele que se manifesta pela linguagem. Isso significa que uma verdade de crença se impõe a uma verdade de conhecimento.

Além disso, o autor se posiciona como vetor de reafirmação desses sentidos pré-concebidos, tornando-os legítimos pela ação concreta de ocupação da tribuna. O dêitico *aqui* se encarrega de produzir uma impressão favorável do seu projeto argumentativo, na medida em que reforça o papel social do sujeito falante. Dito de outra maneira, sendo a identidade social do falante representada nessa forma lingüística, a mesma assume uma função ideológica tal que permite a retratação de um “eu” político, atuante, engajado, comprometido com seu eleitorado, aparentemente sensível às questões de gênero feminino. A imagem do orador orienta o texto para um efeito social que o subordina à função prática da linguagem, ou seja, a de produzir uma reação daqueles para os quais o texto é produzido. Nesse sentido, *aqui* investe o texto dos interesses do agente político. Dessa forma, reforçam-se modelos de conduta aceitos e construídos socialmente e toda atenção daqueles para os quais a palavra é dirigida volta-se para o locutor. Em certo sentido, a “instância política”, ao lançar mão de representações sociais que fazem parte do senso comum, desmobiliza a “instância cidadã”<sup>49</sup> já predestinada a conferir credibilidade ao orador. Essa apreciação faz lembrar que, para Bourdieu (1989:165), o ato público é um ato institucional por si e representa, por isso, uma forma de oficialização, de legitimação.

Nessa direção, é dada continuidade ao pronunciamento por meio de um *processo mental* – “quisera” – que apresenta como *experienciador* e *tema* o próprio sujeito enunciador e uma ação *verbal* cuja *verbiagem* é uma terceira oração projetada pela segunda: (3) *Quisera não fosse obrigado a dizer também que a sociedade permanece machista.*

O segmento oracional “a dizer também” envolve um ação verbal (*dicendi*) que projeta, por sua vez, uma oração marcada por *processo relacional atributivo* em que o elemento *portador do atributo* “machista” é “a sociedade”. O fato de “a sociedade” ser referida no interior de um complexo oracional que expressa, por meio do verbo de volição “quisera”, o desejo da não realização do ato verbal configurado permite uma manobra semântico-discursiva que afasta a possibilidade de atribuição específica da propriedade “machista” à natureza humana masculina. Dessa forma, evita-se que o foco temático recaia especificamente

---

<sup>49</sup> Os termos *instância política* e *instância cidadã* são tomados de Charaudeau (2006).

sobre o referente “homem”. Provoca-se o esquecimento de que as desigualdades sociais se estabelecem entre mulheres e homens concretos, que a distribuição desigual do poder, assim como os processos diferenciados de inclusão social resultam de uma divisão biológica (cf. cap. I). O efeito argumentativo causado não é outro senão o da simplificação extrema do raciocínio daqueles para os quais o discurso é dirigido. A transposição da noção “ser machista” do domínio nocional “homem” para “sociedade”, ou de um *frame* a outro, generaliza a questão e encobre valores ocultos.

O fato de a sociedade ser vista como machista, ou incorporar tal propriedade, justifica a ação política do PL e do orador em: (4) *É por isso que nos devemos dedicar ao assunto com maior rigor.*

O *fenômeno* (assunto), associado ao *processo mental* (dedicar) é uma anáfora que aponta para “competência da mulher”, “seu talento”, “sua dedicação”, “sua sensibilidade”, reforçando-se atributos que constituem o objeto de referência do sujeito enunciador. No entanto, o *experienciador* do *processo mental* (*nós* inclusivo) subentendido na forma verbal de natureza deôntica (devemos) envolve todos os que ocupam o espaço de poder, no qual se deve buscar a comprovação e reafirmar a idéia de que as mulheres são competentes, talentosas, dedicadas e sensíveis. O pressuposto de que esta prática é corrente no PL encontra-se marcado no elemento *circunstancial* “com maior rigor”.

A necessidade de refletir sobre os direitos da mulher (em posição remática), por meio de uma atuação política genuína, é elucidada num *processo oracional mental* voltado para o mundo da consciência e verbalizado na forma “defender”. O verbo “defender” situa-se nas fronteiras do processo verbal e mental. Nesse contexto de análise, pode-se caracterizar o processo oracional como voltado para uma ação *dicendi*, reforçada no elemento circunstancial e exofórico “aqui” no excerto (5): *Não fossem as desigualdades históricas até hoje verificadas, talvez não precisássemos aqui defender os seus direitos.*

Mais uma vez, o orador evita marcar explicitamente o seu texto com aspectos concernentes a gênero social, não complementando o seu dizer: “as desigualdades históricas até hoje verificadas [*entre homens e mulheres*]”. *Não fossem* equivale a *não existissem*, o que caracteriza, a meu ver, um *processo existencial*. Trata-se justamente da possibilidade de o falante não representar o participante denominado *existente* como se estivesse envolvido em algum acontecimento<sup>50</sup>. A própria atividade de linguagem, ou seja, o modo como o texto é

---

<sup>50</sup> Em palavras de Geoff Thompson (2004:cap.5): “what is typically happening with existential processes is that the speaker is renouncing the opportunity to represent the participant (the Existent) as involved in any ‘goings-on’ ”.

estruturado, demonstra a incidência nesse texto de questões de gênero, encobertas na atividade de linguagem, que somente aparentemente passam despercebidas, pois a posição de *rema* atribuída às estruturas que concernem à mulher, a *elipse* acima recuperada, bem como o *processo existencial* ilustram essa intervenção.

Se o intuito do orador é verdadeiramente o de promover uma reflexão que aponte para a necessidade de se gerarem mudanças sociais e culturais no que concerne às desigualdades que vitimizam a mulher, ele se enreda na teia com que tece a sua linguagem e seu discurso não ultrapassa os limites do contexto situacional em que é produzido. O texto ora analisado permite afirmar que o efeito da linguagem sobre os ouvintes, nesse espaço público, não é outro senão o de atribuir papéis aos atores políticos. Não esqueçamos que para Fowler e Kress (1979:190), com os quais Fairclough (2001:47) faz coro, “a linguagem serve para confirmar e consolidar as organizações que a moldam”.

O comprometimento do parlamentar com a ação política de defender os direitos da mulher se estende ao segmento oracional seguinte: (6) *Contudo, cabe-nos voltar ao microfone para tratar do assunto sob uma nova perspectiva.*

O agir parlamentar é representado no *processo material* “voltar” do segmento oracional. No entanto, esse agir é acionado por valores de natureza ideológica (machismo), histórico-social (desigualdades) e jurídica (direitos). O primeiro termo demonstra a sua vontade de regular as relações de forças, o segundo de estabelecer relações igualitárias entre os indivíduos e o terceiro de orientar o comportamento dos indivíduos, com vistas a preservar o bem comum. Confirma-se, aqui, a tese de que esse discurso volta-se para a construção da identidade do parlamentar e do seu partido.

O primeiro momento de nossa análise contemplou o cenário enunciativo de apresentação do tema mulher; o segundo corresponde à determinação do problema levantado e sua conseqüente complicação, quando o tema é mulher.

A composição do cenário propício ao tratamento do problema levantado no segmento (7), que é o fato de os homens estarem desaparecendo e o seu fator de complicação, elucidado no segmento (8), *a transformação do Brasil em país feminino*, não se faz independentemente daqueles valores que atestam o envolvimento do parlamentar no que toca à organização da vida em sociedade.

De natureza perceptiva, o *processo mental* “chamou”, em (7) *Frase reveladora da colunista Miriam Leitão, em artigo do jornal O Globo de ontem, chamou a minha atenção: “Os homens estão morrendo”*, evoca uma entidade que concerne ao próprio orador, assinalada no participante denominado *fenômeno*: “a minha atenção”. Tal processo e

participante revelam a imagem de um sujeito atuante e preocupado com aquilo que se lhe apresenta no mundo real e que pode, de alguma maneira, afetar o agir governamental. Ao levantar o problema, o autor se vale de um artigo do jornal “O Globo” e de palavras alheias<sup>51</sup> tomadas por ele: *os homens estão morrendo*.

Note-se que o referente “mulher”, que apenas aparentemente ocupa posição de destaque no *campo temático* ou assunto do texto, surge no excerto (8): *A violência urbana e o trânsito, segundo o IBGE, estão transformando o Brasil em um país não apenas idoso, mas principalmente feminino*, como complicador do problema, passando a incorporar propriedades negativas.

A modulação de caráter negativo que incide sobre “país não apenas idoso” é duplamente intensificada ao recair, também, sobre “país feminino”, pela utilização da circunstância modal *principalmente*. Nesse sentido, no palco em que a figura da mulher é retratada como ator social, ela passa de vítima a vilã. O mundo feminino com o qual o orador se mostra em sintonia é sentido como sendo afetado por eventos como “violência urbana e trânsito”. Ao iniciar o que se configura como complicação do problema, o orador lança mão das comprovações estatísticas do IBGE que, por sua vez, é um gerador de significados e conhecimentos várias vezes referido no texto. Além de criarem semiotizações, o jornal O Globo e IBGE as difundem e as fazem circular na sociedade. No entanto, aquilo de que orador mais tira partido é da influência que o evento semiótico exerce sobre o mundo das idéias e dos sentimentos de seus interlocutores.

A complicação do problema se mantém sobre o referente mulher no excerto seguinte: (9) *De acordo com as pesquisas, a expectativa de vida da mulher é 8 anos maior que a do homem*. Mais uma vez, o autor lança mão de conhecimentos construídos por uma instituição, o IBGE, e reforça o teor trágico e dramático com que constrói o texto desde o início.

A solução para o problema elucidado é colocada nas mãos do poder público e a sua complicação continua incidindo sobre a mulher, mais especificamente sobre a causa de que é partidária. Vejamos como isso ocorre no excerto (10): *Essa constatação implica não só que a segurança pública deve ser priorizada para conter a violência, mas traz conseqüências importantes para a causa da mulher*.

No excerto, o dado da segurança pública aparece em uma oração cujo *processo* é *relacional* (“implica”) e não *material*. Isso significa que o orador não se compromete e não

---

<sup>51</sup> Para Perelman (2000:361), mesmo as palavras alheias reproduzidas pelo orador mudam de significação, pois quem as repete sempre toma para com elas uma posição, de certa maneira nova, ainda que seja pelo grau de importância que lhes concede.

compromete o seu partido com esse agir, mesmo porque o PL não assume posição hegemônica no poder. Subentende-se que esse fazer cabe ao Executivo. A forma verbal *implica* (processo relacional atributivo) permite o apagamento do fato de que, para conter a violência, *alguém* (ator) *deve priorizar* (processo material) *a segurança pública* (meta).

Na oração projetada por meio do referido *processo relacional*: “a segurança pública deve ser priorizada para conter a violência”, descarta-se o participante 2 do processo material “deve ser priorizada”. O apagamento de um eventual *agente*, “o governo/ as autoridades”, é claro nessa construção, a qual não compromete diretamente o Executivo, pois o objetivo do texto é o de destacar, como temos visto, a atenção que o PL, o orador e, conseqüentemente, o Legislativo dispensam sobre aquilo que se diz sobre a mulher, colocando-se como geradores e difusores de significados que vão ao encontro dos interesses femininos, sociais e governamentais.

A complexidade da questão inicialmente apresentada pelo orador em (9) volta-se para a mulher em (10), na oração: “essa constatação traz conseqüências importantes para a causa da mulher”. Ela é reconhecida como defensora ou engajada em uma causa. Isso quer dizer que também ela é percebida pelo enunciador como geradora de significados ou conhecimentos concernentes ao gênero feminino; mas, a natureza dessa causa feminina não é discutida.

Nos excertos (7), (8), (9) e (10), o fato de os homens estarem “morrendo” (processo biológico), em decorrência da violência urbana e do trânsito (evento físico), desencadeia o fato de o Brasil reverter-se em país feminino (evento social). Isso é retratado em pesquisas e em projeções estatísticas (evento semiótico) indicadoras de eventos biológicos (expectativa de vida da mulher é maior que a do homem) e sociais (a segurança pública deve ser priorizada, a causa da mulher sofre conseqüências), que afetam a ordem sociopolítica do país.

Os dados que aparecem no excerto apresentado a seguir demonstram que a realidade social é transformada em conhecimento semiótico pelo IBGE. Assim, em (11): *Projeções do IBGE indicam que em 2020 haverá 5 milhões a mais de idosos do sexo feminino do que do masculino no Brasil um contingente impossível de ser negligenciado [ ] em função das necessidades específicas que demandará*, esse conhecimento gerado se converte em espaço fértil de criação de novos sentidos ou resemiotizações, permitindo, inclusive, um posicionamento subjetivo do falante. A concepção de Hardt & Negri (2003:52), de que a linguagem, à medida que comunica, além de produzir mercadorias, cria subjetividades, reforça o fenômeno elucidado. Sendo assim, o orador faz a sua intervenção projetando para o futuro sentidos que incidirão sobre a mulher e organização social do país: um contingente impossível de ser negligenciado...”.

No entanto, ao se retratar como difusor de significações, o orador se abstém em apontar a quem cabe, especificamente, a tarefa de não negligenciar o contingente de idosos femininos que comporá o Brasil do futuro. O *processo relacional* “ser negligenciado”, dada a sua natureza abstrata, ao permitir a omissão de um agente verdadeiramente comprometido com a realidade aí elucidada, confere à oração proeminência de significado sobre o próprio enunciador. O efeito causado não é outro senão o de se mostrar sensível e atento ao *fenômeno* elucidado no complexo oracional: *em 2020 haverá 5 milhões a mais de idosos do sexo feminino do que do masculino no Brasil*. Esse é apenas um dos aspectos da gramática da oração que tem implicação direta para a constituição do “eu” no discurso, ou seja, da construção da identidade social daquele que se manifesta pela linguagem.

Note-se que IBGE, nesse complexo oracional, passa de elemento circunstancial em (8) e em (9) a elemento *experienciador* de um *processo mental*. Essa mudança de *status* do *participante* oracional avulta o fato de que a instância política se esforça para ser reconhecida como conhecedora de fenômenos que afetam a identidade feminina.

Halliday e Matthiessen (1999) sugerem que se incorporem à análise lingüística os “sistemas de diferentes ordens”. São quatro os tipos de sistemas, ou mundos, que se interrelacionam, seguindo uma ordem crescente de complexidade: os sistemas físicos, os sistemas biológicos, os sistemas sociais e os sistemas semióticos. Nessa perspectiva, a tarefa da LSF seria justamente a de mostrar de que forma o mundo semiótico se relaciona com os outros mundos.

Os próximos três excertos, enumerados de (12) a (14), além de se manterem articulados sobre os mundos ou realidades evocadas nos *sistemas de diferentes ordens* supracitados, são encabeçados por operadores argumentativos que, no domínio funcional da linguagem denominado *textual*, desempenham o papel de *tema*.

Excerto (12) *Além disso, a mulher, na chefia da família (evento social), precisa garantir a subsistência dos seus filhos (evento biológico).*

Excerto (13) *Nesse sentido, as pesquisas (evento semiótico) também revelam que a maior escolaridade das mulheres (evento social) proporciona a sobrevivência das crianças (evento biológico).*

Excerto (14) *Contudo, não obstante o IBGE ter apurado que as mulheres têm uma escolaridade maior (semiótico), os homens ganham 44% mais do que elas! (evento social)*

Esses temas são classificados como múltiplos, a saber, *textuais* e *interpessoais*. A função textual é responsável pela organização dos significados ideacionais e interpessoais como um fluxo de informações. Via significados interpessoais, por meio dos quais se extraem as formas de estabelecimento das relações humanas, a LSF analisa a “intrusão” do sujeito falante no evento discursivo. Para os analistas críticos do discurso, os componentes ideacional, interpessoal e textual da linguagem são encarados como “um conjunto de opções sociais” (Fowler, 1991:70). O que se exalta é a determinação social do discurso e suas circunstâncias de produção.

A análise da transitividade no excerto seguinte demonstra a ocorrência de dois processos mentais. O primeiro deles, retratado no verbo de visão “vê”, evoca a produção do segundo: “estamos diante de”, que pode ser analisado no sentido de “presenciamos”.

Excerto (15): *Conforme o artigo da jornalista Miriam Leitão, que tem todo o nosso apoio, "a desigualdade não é novidade, mas quando se vê na Síntese dos Indicadores Sociais que em uma década tanta coisa melhorou e nada mudou neste ponto é que **estamos diante de** uma desigualdade durável".*

Observe-se que a segunda oração é encabeçada por “é que”, expressão lingüística que vem sendo analisada como expressão focal em LSF. Há aí uma marca explícita da vontade do sujeito enunciativo em provocar a reflexão. Essa reflexão deve partir da sociedade representada, por sua vez, no “nós” (inclusivo) que é o *experienciador* do processo em foco.

É interessante ressaltar que a instância midiática, tendo como função promover o debate democrático, age concomitantemente às outras duas instâncias no discurso político, a saber, a política e a cidadã. Segundo Charaudeau (2006:62), a instância midiática, ainda que fora da governança, vale-se de diferentes modos de mediação para unir a instância política à cidadã. Os conhecimentos revelados nos “Indicadores Sociais” permitem que a jornalista Miriam Leitão se posicione perante a realidade “desigualdade social”, atribuindo-lhe uma qualidade ou novo sentido, a saber, “durável”. Arrisco dizer que esse valor agregado a um outro valor pré-determinado, na prática, orienta o discurso da jornalista para a produção de um efeito social do qual o orador toma partido.

Posto isso em seu discurso e, ainda, valendo-se do fato de que citar é também se posicionar perante aquilo que é dito noutros lugares, o orador aproveita para pôr em xeque os fazeres dos outros partidos e do próprio governo, a que faz oposição, com relação à mulher, à violência e discriminação. Dessa forma, em (16) e (17), segmentos a partir dos quais se inicia a determinação da resolução do problema, o orador focaliza a si e seu partido como criadores de novos significados, colocando-se a serviço da mulher e da sociedade.

Excerto (16): *Ao voltarmos nossos olhos para a mulher brasileira, portanto, o Partido Liberal, que no ano passado instituiu o PL Mulher, não trata o assunto com a intenção de alimentar egos e aparecer bem na mídia.*

Excerto (17): *Nós estamos genuinamente preocupados com resultados práticos e desastrosos que a discriminação, aliada à violência, podem acarretar para o nosso País.*

No segmento (17), o orador se apresenta como sujeito capaz de perceber aquilo que ocorre no mundo físico (violência urbana e trânsito; discriminação), estende-se para o mundo biológico (morte masculina; maior expectativa de vida para a mulher), afeta o mundo social (Brasil como país feminino; mulher na chefia da família) e é elucidado pelo mundo semiótico (IBGE/Indicadores Sociais/pesquisas). As modalidades apreciativas expressas pelos adjetivos “durável”, “práticos” e “desastrosos” corroboram esses valores engendrados pelo orador ao longo do seu discurso, enquanto o *processo relacional* de natureza atributiva “estamos preocupados” se encarrega de dar um importante detalhe sobre o PL e o orador. Este último busca, de alguma maneira, seduzir aqueles para os quais o texto é dirigido.

Para Bourdieu (1996:107), os atos de percepção e de apreciação, bem como de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos, posicionam-se na esfera das representações mentais de que a língua é partidária. Nesse sentido, os dois próximos excertos ilustram como o parlamentar modaliza a sua fala:

Excerto (18) *A sociedade brasileira, liderada pela presença feminina, **precisa garantir** as mesmas oportunidades de trabalho e paridade salarial entre homens e mulheres.*

Excerto (19) *A sociedade brasileira **precisa ver** com os mesmos olhos confiantes quando elas assumem os rumos das decisões nacionais.*

Enunciar algo como o que vem apresentado em (18), valendo-se da categoria de modalidade, significa assumir a existência de um fenômeno social que concerne à prática de alguns indivíduos com relação à contratação de mão-de-obra, que o que está em questão é um comportamento discriminatório relacionado ao indivíduo empregador, que é preciso reagir contra esse comportamento.

A voz modalizada do orador, também em (19), permite inferir que a sociedade julga a mulher como sendo menos capaz de executar uma tarefa tida como genuinamente masculina, que o que está em jogo é um posicionamento ideológico da sociedade frente a quem cabe as decisões nacionais, que é preciso desconstruir essa ideologia. Ao se posicionar categoricamente frente à realidade elucidada, o orador se vale de argumentos que despertam as paixões humanas. Apoiando-se em crenças e valores supostamente partilhados com seus interlocutores, ele se mostra solidário, atento e sensível quanto às desigualdades de gênero. O efeito de sentido obtido aponta para o próprio orador. Nesse momento, a imagem do político, sujeito definido por um papel social específico, cede lugar à imagem da pessoa. A projeção de sentimentos no discurso político caracteriza, segundo Charaudeau (2006:148), o *ethos de humanidade*. Em palavras desse estudioso, o ato político seria aqui motivado por uma angústia pessoal. Eis, aqui, o efeito prático da marca lingüística de “modalidade”, que tem por função minimizar a discriminação existente e suscitar discussões de medidas específicas para combatê-la.

No entanto, por detrás dessas crenças e valores que trasladam o texto em forma de rótulos predicativos da identidade feminina, tais como: talentosas, dedicadas, sensíveis, competentes, não visíveis, não confiáveis, amorosas e defensoras da vida, pairam reforços ideológicos e preconceitos que interferem diretamente na construção de imagens dominantes de feminilidade. A imposição de papéis sociais para mulheres e homens não se faz independentemente das características a eles atribuídas, naturalizadas e tidas como naturais. A divisão sexista do trabalho, o acesso diferenciado e hierarquizado aos recursos materiais e simbólicos, assim como ao poder, resultam dessas construções. Esses efeitos se estendem ao excerto seguinte:

Excerto (20): *Hoje, mais que nunca, quando a presença masculina diminuiu vitimada pela violência, o PL conclama os nossos jovens homens, principais vítimas da morte abrupta, a enxergar o exemplo das mulheres, para que vivam mais e vivam com mais amor.*

A instância política (PL), mais uma vez, ocupa a cena enunciativa e o orador se impõe como interventor na solução do mal apresentado ao longo da tessitura de argumentos. No entanto, ao sugerir um ajuste por parte da sociedade às normas de gênero pré-estabelecidas para a mulher, as mesmas normas que as conduzem à opressão, ele reforça ideologias para o gênero feminino. Reforça-se, ainda, a idéia de que existem atributos de natureza eminentemente sexual, quando se sabe que muitas atividades trabalhistas das mulheres não são reconhecidas juridicamente por conta de características que se lhe atribuíram e que, não raro, justificam a gratuidade no desempenho de algumas funções sociais.

A ação visada pelo sujeito enunciador é: os homens devem se ajustar às normas de gênero que produzem a opressão feminina. O pragmatismo da instância política não permite ver que o enunciado produzido ou, de forma geral, o texto que o sustenta representa, tal como sugere Fairclough (2001:93), apenas um momento de eventos sociais completos, os discursos. A constituição discursiva da sociedade é um dado que escapa à percepção daquele que produz o texto em foco.

Amar e defender a vida são práticas naturalizadas como essencialmente femininas. O orador reforça essa crença, reforça posições normativas de gênero. Ele presume a existência de um sentido primordial, naturalista, uma verdade absoluta para a diferença de gênero. O texto ora analisado não encerra em si um projeto político capaz de enfrentar o quadro estrutural em que se assentam a exclusão e a desigualdade de gênero. Ele é inteiramente elaborado numa perspectiva dos elementos produtores de significações, como são o artigo da jornalista, a instituição de pesquisa referida, o PL e o próprio parlamentar. No que concerne à parcela feminina da sociedade, tais significações, ou sentidos gerados, são trazidos à tona como elementos capazes de afetar a ordem social vigente (machista e excludente). Muito apropriadamente, Mary Bucholtz (2003:57) atribui à Análise de Discurso Crítica (ACD) o papel de identificar o que um texto faz e o que ele dá a entender.

#### 4.2 OS DETERMINANTES DEFINIDOS E INDEFINIDOS

A vertente funcionalista de estudo da linguagem, além de levar em conta as determinações da gramática, ao focalizar a habilidade do usuário da língua (sistema) em exercer interação social pela linguagem, enfatiza as determinações discursivas. Isso permite que a LSF, assim como a ADC, seja considerada de grande valia como teoria e método de análise das práticas discursivas.

As reflexões de natureza sistêmico-funcional propostas por Halliday, consensualmente incorporadas às análises da maioria dos pesquisadores em ADC, apontam para a necessidade de se estudarem algumas unidades da língua em seu funcionamento, ancoradas na enunciação. Sob essa perspectiva, descrever a língua implica levar em conta a função desempenhada pelas estruturas lingüísticas no ato de enunciação. Nesse sentido, a função de um dado elemento lingüístico pode ser o de orientar a argumentação, fazer a coesão textual, descartar argumentos ou agentes do interior de uma dada estrutura ou rede argumental, fazer a progressão referencial ou textual, bem como introduzir as referências, além de outros mecanismos lingüístico-discursivos.

O ponto de partida para a análise dos 6 excertos extraídos do documento parlamentar 25 (anexo 1) sustenta-se basicamente na visão sociossemiótica de Halliday (1985), constitutiva do modelo analítico por ele apresentado, em que se realça o sentido social atribuído à linguagem e ao significado. Essa é, conforme destaca Vian Jr (2001), uma visão inerentemente dialógica e interativa. O texto passa a ser visto como “realização dos tipos de contexto (situacional e cultural), considerando-se o papel dos interactantes como membros desses contextos e participantes ativos da linguagem” (Vian Jr., 2001:157).

O interesse, aqui, é averiguar o papel desempenhado pelas expressões nominais encabeçadas por artigo indefinido na organização do texto, bem como sua contribuição decisiva para a orientação argumentativa dos enunciados que o compõem e, conseqüentemente, para a construção interativa dos sentidos por ele veiculados. Essa reflexão incidirá sobre procedimentos/recursos lingüístico-discursivos que influenciam, de uma forma ou de outra, relações sociais e fatores pragmáticos, tão evidentes nesse tipo de texto. Seguindo os passos de Cavalcante (2005: 144-145), que faz suas as palavras de Apóthélos & Doehler (2003), diríamos que é necessário repensar as categorias analíticas e os conceitos teóricos que, por longo tempo, e ainda hoje, se pautaram por modelos monológicos de língua.

#### **4.2.1 A Natureza do Artigo**

É por meio dos artigos que os seres e os objetos surgem para os falantes como unidades ou conjuntos que se lhes apresentam como definidos ou indefinidos. Celso Cunha (1985:205) aponta o artigo definido como “essencialmente um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser ou do objeto mencionado” e que o artigo indefinido, ao contrário, “é por excelência um sinal de falta de notoriedade, de

desconhecimento individualizado, por parte de um dos interlocutores (o ouvinte), do ser ou do objeto em causa”.

Essas definições de caráter semântico-pragmático suscitam a idéia de que se, por um lado, o artigo definido é o elemento que guarda em si as propriedades fechadas do objeto do discurso, por outro, o artigo indefinido representa o aberto de uma noção a ser fechada pelo outro no discurso. Enquanto o artigo definido marca o resultado de uma prática social já cristalizada na língua, o artigo indefinido marca o processo por meio do qual as práticas sociais são instituídas. Quando do uso de um artigo indefinido, o alocutário é chamado a construir ou reconstruir o referente ao qual ele se aplica. Isso quer dizer que o mesmo serve para chamar a atenção do ouvinte/leitor. A função engajadora desse elemento, como veremos, vem à tona em textos de natureza argumentativa, como o aqui apresentado para análise.

Assim, se tomarmos a gramática como observatório do discurso, conforme sugere Marandín (1993:61), veremos que essa forma lingüística presta-se para aclamar as vozes e não calá-las, conforme aconteceria se o objeto do discurso fosse apresentado como conhecido ou pré-construído. A indeterminação do referente provoca desconforto para o ouvinte, que é chamado a engajar-se no processo de determinação de seu sentido. Apenas uma concepção de língua como atividade sócio-interativa é capaz de revelar que o artigo indefinido não figura somente como “palavra que se antepõe ao substantivo para indicar que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior” (Cunha, 1985:199).

#### 4.2.2 Uso dos Artigos

Embora o texto parlamentar em foco apresente uma série de expressões nominais encabeçadas por artigo indefinido e que, com certeza, merecem ser analisadas, são suficientes aos propósitos deste estudo a análise de 6 dos 20 parágrafos que contêm essa categoria lingüística e que serão arrolados a seguir, em forma de excertos, no segundo bloco de dados selecionados para o estudo.

##### **Bloco (2)**

D. P. 25 deputada PT-RS

Excerto (1): *O nosso desejo é que este 8 de março, proclamado Dia Internacional da Mulher durante a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas, Copenhagen, 1910, não se transforme em uma data de cumprimentos, de abraços superficiais, e*

*muito menos em uma data do comércio, da venda, do presente comprado, mas que seja, sim, uma data de comemoração das vitórias, das conquistas históricas. Esta é uma data de mobilização e luta das mulheres pela conquista de direitos, em justa homenagem às 129 operárias de Nova Iorque que foram mortas no ano de 1847 por reivindicarem melhores condições de trabalho. Constitui-se, portanto, num dia de reflexão sobre a história e as lutas das mulheres, marcadas pela ousadia e rebeldia em querer mudar as práticas estabelecidas.*

Excerto (2): *O que temos a comemorar é a luta da qual somos protagonistas ao longo da história. Às vezes uma luta pública, às vezes anônima, mas sempre incansável em busca da igualdade e do respeito à diferença. Uma luta afirmativa de valores humanos que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente.*

Excerto (3): *Essa data transformou-se em uma data mundial das mulheres a partir do Congresso da Internacional Socialista, em 1910, por significar a irmanação das mulheres do mundo inteiro, das que lutam por melhores dias, por direitos fundamentais como uma possibilidade real para os povos do mundo. Hoje, as mulheres se irmanam em conquistas e luta do nosso cotidiano.*

Excerto (4): *Que tenhamos altivez para conquistarmos sempre mais, mas com a certeza de que o futuro que queremos é pleno de dignidade e de reconhecimento de que os direitos das mulheres são direitos humanos plenos e não aceitamos qualquer retrocesso.*

Excerto (5): *A agenda e a plataforma das mulheres é para um futuro de liberdade e de dignidade para nós, mulheres, para nossas filhas e, principalmente, para todos os seres humanos, na medida em que a luta feminista liberta também os homens das características opressivas que a cultura lhes determinou ao longo da história.*

Excerto (6): *Por isso, a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar o mundo, fazendo dele um lugar também feminino.*

O modo como a oradora gerencia, fundamentalmente por meio de artigos indefinidos, o referente “dia 8 de março”, ao longo de sua manifestação oratória, é o ponto de partida desta análise. Essa peculiaridade lingüístico-discursiva é merecedora de atenção não só em função de o texto em foco ser de autoria de uma parlamentar que representa, naquele espaço institucional, a parcela feminina da população brasileira, mas, sobretudo, no esforço despendido por ela na busca de recategorizar a noção “8 de março” ou “dia internacional da mulher”, atribuindo-lhe características e destacando-lhe propriedades que realçam o processo histórico de lutas e conquistas femininas, buscando, por meio desse evento discursivo, levar seus co-locutores a se engajarem no processo determinativo de suas possíveis referências. Os modificadores adjetivos e locuções adjetivas das expressões nominais também auxiliam na análise do processo de determinação de sentidos por meio dessa atividade de referenciação<sup>52</sup>.

Conforme se pode verificar, no excerto (1), a forma referencial “este 8 de março” é claramente um elemento exofórico. O caráter exofórico desse elemento, que constitui o foco sobre o qual incide a argumentação do locutor, cria, já de início no texto, condições propícias para que o alocutário do discurso seja transportado consigo para o mundo da vida. Muito embora a função textual dos artigos indefinidos que compõem o parágrafo em questão seja a retomada do referente “8 de março”, essa retomada é feita justamente por meio desses elementos que, normalmente, não se prestam a tal função. Na literatura corrente são apontados somente três casos em que as expressões nominais introduzidas por artigo indefinido desempenham função anafórica. Um desses casos é “quando a expressão anafórica focaliza mais fortemente a informação por ela veiculada do que o prosseguimento da cadeia coesiva” (Koch, 2001). É justamente isso que se observa no exemplo em questão. Esse aspecto chama atenção para a natureza pragmática desse elemento que, no texto ora analisado, serve para mostrar que o aspecto lingüístico, embora fundamental, é um dos componentes da textualidade. O seu caráter lingüístico-discursivo é claramente evidenciado nesse uso

---

<sup>52</sup> Conforme salientam Koch, Morato & Bentes (2005:8), a substituição do termo *referência* por *referenciação* se deve à mudança de concepção de língua como capacidade apenas mental (racional, intuitiva) de corresponder ou ser equivalente à realidade. Na sua relação com o mundo, ela passa a ser vista como dialeticamente determinada e determinante, estruturada e estruturante, organizada e organizadora. Passam a ser objeto de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem *mundos textuais* cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”, mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos -de -discurso*. Da trajetória que vai da referência à referenciação, segue-se a que vai do cognitivismo ao sócio-cognitivismo, a partir do qual a cognição é concebida como construção social, intersubjetivamente e historicamente situada (os grifos são das autoras).

inusitado ou circunstancial. Esse tipo de referenciação articula, a um só tempo, linguagem, práticas discursivas e realidade.

Esse tipo de referenciação demonstra que o artigo indefinido escapa a uma sistematização. A sua especificidade lingüística sofre um desvio e ele passa a funcionar, no interior da expressão nominal, como elemento não prototípico de retomada de referentes. Arrisco dizer que esse elemento se mostra capaz de suscitar reflexões que incidam, a um só tempo, sobre linguagem, práticas discursivas e realidade. Cabe salientar que é justamente sobre fenômenos lingüísticos dessa natureza que alguns estudiosos, como Jean-Marie Marandin (1993), vêm defendendo a possibilidade de analisar as relações entre Sintaxe e Discurso do ponto de vista da Análise de Discurso. Nesse sentido, pode-se avançar na questão de que nossas atividades lingüísticas são sempre contextualizadas. Elas não se fazem somente na dependência de representações abstratas ou impositivas.

Ainda atentando para o que ocorre no excerto (1) do Bloco (2) em análise, se pensarmos na relação determinante *versus* nome *versus* modificador dos SNs encabeçados por artigo indefinido, recuperando-se as elipses, em: *uma data de cumprimentos; uma data de abraços superficiais; uma data do comércio; uma data da venda; uma data do presente comprado; uma data de comemoração das vitórias; uma data de comemoração das conquistas históricas; uma data de mobilização; uma data de luta das mulheres pela conquista de direitos*, o que há de se ressaltar não é essa organização sintática, mas os efeitos que essa ordem significativa pode vir a causar naqueles para quem o texto significa, ou seja, o que ela nos faz entender ou nos permite entender (macrossintaxe).

A referenciação feita pelas formas nominais (SNs) encabeçadas por artigos indefinidos e modificadas por locuções adjetivas, nas primeiras cinco ocorrências, ativam na memória do alocutário uma visão de data comemorativa, uma visão da mulher que a oradora busca, no decorrer do seu texto, apagar ou mitigar. Nas próximas cinco ocorrências, ocorre justamente o contrário. Ao utilizar formas lingüísticas – “data de comemoração das vitórias, das conquistas históricas”, “data de mobilização e luta das mulheres...” “dia de reflexão sobre a história e as lutas das mulheres” –, modificadas pelas locuções adjetivas, que, por sua vez, carregam em si um valor axiológico, a autora do texto em questão, ao fazer uso de uma forma dita híbrida, referenciadora e predicativa (cf. Koch, 2001 e Marcuschi, 2005), não apenas introduz uma nova maneira de se fazer referência a um objeto do discurso, mas avulta o próprio processo de construção do referente exofórico “8 de março” e da informação suporte do texto: “dia internacional da mulher”.

A construção do tópico discursivo pela autora revela que, ao operarmos com a língua, tal qual sugere Marcuschi (2003), lidamos com aspectos lingüísticos e não-lingüísticos. Isso quer dizer que o processo de construção de textos extrapola os limites da simples aplicação de regras. Nesse sentido, somos levados a assumir a posição desse estudioso que, à luz da concepção de texto como sistemas virtuais e não atuais de produção de sentido e de língua como sistema em contínua interação com os conhecimentos partilhados pelos falantes sobre o seu mundo e sua sociedade, advindas de Beaugrande (1997:11), passa a considerar o texto como “o lugar característico da interação epistemológica dos seres humanos com o mundo da experiência, ou simplesmente o lugar da construção da própria experiência” (Marcuschi, 2003:27).

O uso recorrente das estruturas sintáticas, contidas no parágrafo em análise, não servem apenas para fazer a seqüenciação do texto. Ele se presta também aos propósitos argumentativos da autora. O próprio paralelismo sintático constitui estratégia argumentativa. No entanto, o que mais cabe ressaltar aqui é o aspecto dinâmico e operatório da língua que se revela nesse modo de apresentação do objeto-de-discurso pela autora. Ao arrolar, por meio dos modificadores do nome “data”, as diversas propriedades passíveis de serem aplicadas, pelo extralingüístico, ao referente 8 de março, a autora não apenas marca o seu posicionamento, buscando atingir seus propósitos persuasivos, mas também alerta para o perigo de cristalização de sentidos ou criação, pela prática social, de um consenso dissimulador daquilo em que deveria significar o dia internacional da mulher (a data 8 de março). É uma significação que, ao invés de acender os ânimos das maiores interessadas, as mulheres, os apaga.

O que a deputada faz, na verdade, é alertar para o fato de que uma prática social de comemorações do dia internacional da mulher, como se observa nas comemorações em geral, centrada no abraço, no beijo, no comércio apaga outros elementos constitutivos daquilo que costumamos chamar de *frame* em lingüística. O simples deslocamento da questão, pela autora, de um *frame* a outro serve para atestar que no processo constitutivo do texto convergem, como quer Beaugrande (1997:10), ações lingüísticas, cognitivas e sociais. Se considerarmos, com Silva (2006), que o discurso molda a gramática e é por ela moldado, o alerta da oradora é também lingüístico. Se nós, mulheres e defensoras das questões femininas, permitirmos que essa prática de apagamento das características políticas incorporadas ao *frame* “dia 8 de março” se consolide na língua como o resultado dessa prática, apagar-se-ão com ela todas as possibilidades de a cada ano se buscar a sua ressignificação, ou seja, trazer à tona, sempre de forma renovada, a história da luta feminina em busca do seu espaço na sociedade. O tópico

discursivo apresentado no texto em análise incide sobre a construção histórica da identidade da mulher, logo, algo que está em constante processo de (re)construção.

A função engajadora do artigo indefinido, sobre a qual falamos, pode ser visualizada no exemplo em foco, onde a própria autora arrola as diferentes propriedades passíveis de aplicação ao referente “oito de março”, “data” ou “dia”.

A intervenção, na sintaxe, de questões consideradas tão somente como de domínio discursivo mostra-se patente nesse uso inusitado do determinante indefinido. O modo de organização do enunciado pela autora revela claramente que a sintaxe serve de ferramenta de acesso ao acontecimento ou evento discursivo.

A análise empreendida até o momento nos leva a concordar com Cavalcante (2005:123) que, ao fazer suas as palavras de Apothéloz, diz que o “processo de referenciação não se completa no simples emprego de expressões referenciais, mas vai muito além disso, porque o referente se cria de um conjunto de ações, do modo pelo qual os co-enunciadores ajustam suas ações conversacionais e da maneira pela qual constroem os sentidos em cada evento comunicativo”.

O excerto (2) traz, igualmente, ocorrências interessantes de indefinidos e que se prestam aos propósitos do estudo.

Excerto (2): *O que temos a comemorar é a luta da qual somos protagonistas ao longo da história. Às vezes uma luta pública, às vezes anônima, mas sempre incansável em busca da igualdade e do respeito à diferença. Uma luta afirmativa de valores humanos que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente.*

Esses indefinidos, conforme podemos observar, revelam mais uma vez o seu uso insólito. Como elementos anafóricos; “uma luta pública”; “uma luta anônima”; “uma luta incansável...”; “uma luta afirmativa...” retomam o referente “a luta da qual somos protagonistas”. No entanto, há de se perceber não só caráter persuasivo que essas estruturas conferem ao texto, mas também que tais operações lingüísticas, aqui representadas nos determinantes indefinidos que encabeçam as expressões nominais, não podem ser vistas independentemente das propriedades dos objetos no universo físico e, ainda, da situação enunciativa.

O jogo enunciativo-discursivo que se estabelece entre “a luta” e “uma luta” leva-nos a pensar que o falante extrai do referente genérico a luta<sup>53</sup>, ou seja, todas as lutas por ela conhecidas, tão somente aquela que nesse momento ela pretende destacar e contém propriedades de ser: pública ou anônima, incansável, afirmativa, que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente. Nesse sentido, a listagem dos elementos de referência do objeto do discurso “luta” serve aos propósitos argumentativos e pragmáticos do texto, ao passo que envolve o(s) outro(s) do discurso, fazendo com que o(s) mesmo(s) perceba(m), ou reative(m) em sua memória, as especificidades desse objeto sobre o qual ele é chamado a posicionar-se.

A autora dá prosseguimento ao seu discurso, retomando, na seqüência do texto, o referente “8 de março”. Passemos, então, à análise do excerto (3).

Excerto (3): *Essa data transformou-se em **uma data mundial das mulheres** a partir do Congresso da Internacional Socialista, em 1910, por significar a irmanação das mulheres do mundo inteiro, dos que lutam por melhores dias, por direitos fundamentais como **uma possibilidade real para os povos do mundo**. Hoje, as mulheres se irmanam em conquistas e luta do nosso cotidiano.*

Novamente são utilizadas expressões nominais indefinidas, como “uma data mundial das mulheres...”; “uma possibilidade real...”. Essas expressões enquadram-se naquele caso apontado por Schwarz (*apud* Koch, 2001) em que as anáforas servem para focalizar mais vivamente a informação por ela veiculada do que o prosseguimento da cadeia coesiva” (Koch, 2001, p.83). Ao que parece, a informação veiculada comporta uma indeterminação que se faz sentir na forma como a parlamentar dirige o seu discurso em função do efeito de sentido que procura produzir, de modo a afetar aqueles para os quais o mesmo é dirigido.

Por meio das formas lingüísticas sublinhadas no excerto 4, vemos que o autor consegue reativar na memória de seu alocutário todo um processo de luta social, que ainda não configura “o futuro que queremos”, almejado, perseguido historicamente pelas mulheres: “um futuro pleno de dignidade”; “um futuro pleno de reconhecimento”.

Atentemos para o próximo excerto :

---

<sup>53</sup> As nomeações sumarizadas por meio de uma forma definida apresentam, conforme aponta Cavalcante (2001:132), uma particularidade de resumirem informações do cotexto. Dessa forma, funcionariam como veiculadoras de informações velhas, assumiriam estatuto de dadas ou conhecidas pelo destinatário. Nesse sentido, o processo de sumarização feito por meio de uma forma definida conteria em si o reconhecimento do falante de um conteúdo compartilhado com o seu alocutário.

Excerto (4): *Que tenhamos altivez para conquistarmos sempre mais, mas com a certeza de que o futuro que queremos é pleno de dignidade e de reconhecimento de que os direitos das mulheres são direitos humanos plenos e não aceitamos qualquer retrocesso.*

Se pensarmos na natureza do artigo definido, ou seja, no seu papel semântico-pragmático desempenhado na construção dos enunciados, conforme salientamos, a saber, seu funcionamento como sinal de notoriedade, de conhecimento prévio por parte dos interlocutores, é possível dizer que a determinação do nome “futuro” por meio do artigo definido, atesta a existência desse objeto de predicação para o falante, não esqueçamos que é próprio dos discursos parlamentares se projetarem para o futuro. Eles visam uma ação futura. Para a oradora do texto em questão, existe um futuro, no que concerne à posição da mulher na sociedade, a ser buscado, construído e moldado à luz das suas lutas, sofrimentos e conquistas que não devem jamais ser esquecidas.

Dessa forma, esse futuro, objeto já determinado, deve comportar, além do conjunto de propriedades arroladas, também outras, como: “um futuro *de liberdade*”; “um futuro *de dignidade para nós mulheres*”; “um futuro *de dignidade para nossas filhas*”; um futuro *de dignidade para todos os seres humanos*”, como é possível constatar no exemplo abaixo.

Excerto (5): *A agenda e a plataforma das mulheres é para um futuro de liberdade e de dignidade para nós, mulheres, para nossas filhas e, principalmente, para todos os seres humanos, na medida em que a luta feminista liberta também os homens das características opressivas que a cultura lhes determinou ao longo da história.*

A essas noções reivindicadas não só para a figura feminina, mas também para a masculina, a serem cristalizadas na língua a partir das relações sociais e papéis desempenhados por homens e mulheres, a autora opõe outras duas que incidem sobre os referentes “mulher” e “homem”, agora determinadas formalmente pelo artigo definido; “a luta feminista liberta também os homens das características opressivas que a cultura lhes determinou ao longo da história”.

No excerto (6): “Por isso, a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar o mundo, fazendo dele um lugar também feminino”, definitivamente, revela-se a preocupação da autora em que o referente 8 de março passe a

figurar como uma noção desprendida ou descolada do retrato real das mulheres na sociedade, o que é percebido não só pelo uso da modalidade apreciativa “é preciso”, mas também pelo uso, respectivamente, de um artigo definido e de um indefinido em “... a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar *o mundo*, fazendo dele *um lugar* também feminino”. Ao optar por essa estrutura, ao invés de, por exemplo, “... de mudar um mundo também feminino”, é trazido à tona por meio de “o mundo” toda uma carga de significados que levam a incorporar a esse objeto de predicação a noção “masculino” em que a noção “feminino” é excluída, pois “mundo” ainda é, apesar de todas as conquistas femininas, “*um lugar*” e não “*o lugar*” do masculino e do feminino, no qual a mulher não é reconhecida. O que queremos dizer com isso é que o referente “mundo” se revela para autora, e ela nos faz crer nisso pelas escolhas lingüísticas, como um espaço físico de atuação social e política dos homens, ou seja, elemento cuja referência não comporta o sema “feminino”. O que a oradora faz ao longo de todo o seu pronunciamento é buscar enfatizar isso.

Há de se ressaltar que as crenças do falante sobre os conhecimentos do ouvinte são fundamentais para que cada um desses referentes assumam o *status* requerido pela autora. A tônica do texto produzido para ser discursivizado no Plenário Nacional parece girar em torno dessa crença, já que o mesmo progride semanticamente de forma a levar o ouvinte a assumir, junto com o falante, a quebra de um estado de coisas que não pode e não deve ser negado no que concerne à mulher.

#### 4.3 SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL

As considerações teóricas tecidas nesta seção condicionam a produção textual a processos mais amplos da interação comunicativa. Estudar a interação na linguagem a partir do texto e de suas especificidades textuais é também uma forma de focalizar significados que recaem sobre as representações do mundo mental, material e social daqueles que se vêem envolvidos em alguma forma de prática social, cujos discursos deixam sempre pistas lingüísticas que apontam para uma espécie de gramática elocucionária.

Conforme apontado anteriormente, destacar os significados representacionais de um texto equivale a considerar a função ideacional ou representativa da linguagem, com vistas a resgatar aspectos do sentido que incidem sobre o “eixo do conhecimento” e do controle sobre as coisas no mundo (Fairclough, 2003). No próximo momento do estudo, as análises a serem empreendidas incidem sobre os pressupostos da metafunção ideacional da linguagem e, em contrapartida, dos significados representacionais que a acompanham.

### 4.3.1 Representação Social do Feminino

A cada momento histórico e em diferentes conjunturas, o posicionamento político-ideológico de uma casa parlamentar é determinado pelos indivíduos que a compõem. Dessa forma, a sua composição social é um dado que se presta aos propósitos de um trabalho com textos/discursos que ocorrem de forma regular nesse espaço social. É no Parlamento que se travam debates decisórios das políticas públicas a serem implantadas. É nele, também, que se geram programas, análises, comentários, conceitos, enfim, uma série de produtos políticos de alcance semiótico, geradores de significações. Os produtos oferecidos pelo campo político são, de acordo com Bourdieu (1989:165), instrumentos de expressão do mundo social. No entanto, a expressão do mundo social é externalizada nos sentidos e significados colocados em negociação nos domínios de uma casa parlamentar.

É impossível entender o agir parlamentar sem que nos debruçemos sobre os mecanismos de problematização, transformação e reconstrução desses sentidos e significados. O próprio Bourdieu (1989:165) lembra que a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político, no interior do qual o universo das técnicas de ação e de expressão que ele mesmo oferece determinam o intento político.

Tudo aquilo que representa interesses fundamentais para milhões de indivíduos está estruturalmente vinculado a essa esfera de poder. Destaco, dentre esses interesses, aquele que condiz com os propósitos do presente estudo, a saber: a luta pela promoção de uma nova ordem social para a mulher, alavancada, sobretudo, pela busca do aperfeiçoamento do Estado brasileiro, principalmente no que diz respeito à aplicação de princípios democráticos universais, direitos civis e valores humanitários que, em condições propícias, podem ser vistos como parte constitutiva do jogo de negociação política. Para a camada feminina da população, fazer parte da atividade parlamentar é particularmente importante. Isso porque, talvez, seja um dos espaços de poder onde as mulheres têm alcançado índices de representatividade relativamente significativos no contexto brasileiro.

O campo político, no entanto, é dotado de certos atributos de gênero culturalmente associados ao masculino. Em palavras de Mazey (2000:334), a vida política e o mundo político são particularmente dominados pelo homem<sup>54</sup>. Basta pensar no fato de que somente no século XX foi concedido direito de voto às mulheres, muito embora já em 1792, no Reino Unido, Mary Wollstonecraft tenha publicado a obra *Reivindicação dos direitos da mulher* (A

---

<sup>54</sup>Tradução minha de: “political life and the political world, in particular, are dominated by man” (Mazey, 2000:334).

Vindication of the Rights of Women), obra em que se exigia para as mulheres as mesmas oportunidades de que gozavam os homens na educação, no trabalho e na política. Nos meados do século XIX, cria-se na Inglaterra um comitê do sufrágio feminino, que tem como mentores Bárbara Leigh Smith e o filósofo e economista John Stuart Mill. Em 1886, esse comitê apresentou ao parlamento um projeto igualitário que foi rejeitado. No Brasil, Berta Lutz funda, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essa organização tinha entre suas reivindicações o direito de voto, o de escolha de domicílio e o de trabalho, independentemente da autorização do marido. A partir da revolução russa de 1917, mais de cem nações concederam direito de voto às mulheres. No Brasil, as mulheres só começaram a votar em 1932.

Esses dados parecem suficientes para comprovar que a mulher foi, por muito tempo, barrada em seus direitos civis e que o mundo da política é masculino. No Brasil, a situação feminina sofre uma agravante, pois, além de terem sido muito curtos os períodos de plena democracia em vigor no país, a mulher tem pouco mais de meio século de exercício do direito a voto.

Para que se possa falar sobre a mulher no campo político pesquisado (o Parlamento Nacional) ou das relações políticas e relações de gênero que incidem sobre ele, é necessário que se faça a distinção entre *campo da política* e *campo do político*, tal como sugere Alvarez (1998:265-284). Para Alvarez, o *campo da política* circunscreve a esfera da política clássica, ou seja, refere-se às instituições políticas, aos partidos políticos, aos cargos de representação política e aos espaços de atuação política. O *campo do político* tem um sentido mais amplo, diz respeito ao cultural, ao simbólico e às relações de poder/gênero que aí se constituem e se configuram continuamente. Enfatizamos o *campo do político*, numa tentativa de trazer à tona o “conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais, os quais atribuem sentido ao *campo da política*” (Barreira, 1998:132).

Nesse passo, considerar o Parlamento como espaço semântico masculino implica considerar os valores que o compõem, tendo em vista aqueles fatores concernentes ao *campo do político* e a provável origem dos atributos de gênero que o caracterizam como masculino. Dos *corpora* gerados para o estudo, arrolo em forma de excertos e analiso a seguir os posicionamentos referentes à representação política feminina.

Excerto (1)

D. P. 6 deputada PT- DF

(...) *quero lhe dizer que nós, mulheres brasileiras, temos muito a comemorar, mas muito a lamentar, porque nesse “Estado” entre aspas machista **nossa política de cotas serviu apenas para nos apresentar na condição de candidatas. Esse Estado não serve para nos dar o poder de ter também a mesma igualdade que deveríamos ter em nossa representatividade social.***

Para que se perceba a intenção da oradora em ressaltar aquele sentido ou significado que está na base da destituição da autoridade feminina no que se refere à sua atuação política, basta atentar para a função do operador argumentativo de exclusão “apenas”. Essa forma lingüística auxilia a produtora do texto a colocar em xeque os sentidos e significados que “política de cotas” poderia ter adquirido não estivesse esta expressão (forma simbólica) atrelada a relações assimétricas de poder. Frente ao cenário político que se descortina (*mundo representado pelas palavras/o contexto*), o referente (*objeto-de-discurso*) “mulheres” – que no excerto se manifesta por meio do pronome inclusivo “nós” – é sentido pela deputada como entidade construída (*mundo criado por palavras/o texto*), em palavras da oradora “apresentadas”, relativamente a uma “condição”, ou seja, a um modo de ser, a um estado de coisas, a uma situação que se mantém por imposição ou aceitação. Isso quer dizer que a parcela feminina da sociedade brasileira continua sendo vista como ator político não legitimado a adentrar o verdadeiro mercado da política. Muito embora o Estado atribua um certo valor às candidaturas femininas, ao instituir a política de cotas, o reconhecimento das mulheres como candidatas não lhes confere competência social para a política. Isso evoca as idéias de Johnstone (2002), para quem o discurso é capaz de expressar e criar relacionamentos sociais caracterizados pelo poder ou pela solidariedade<sup>55</sup>. O poder, sempre de acordo com Johnstone, emerge do *status* social. Isso quer dizer que o enunciado em questão aponta para o fato de que as relações de dominação se manterão enquanto a parcela feminina da sociedade brasileira não adquirir, de fato e não apenas de direito, o poder da representação social. A relação de solidariedade que se estabelece entre sujeitos politicamente ativos (homens) e sujeitos politicamente passivos (mulheres) é, igualmente, evidente no exemplo em foco.

Nos próximos dois exemplos, a idéia se mantém sobre o referente “mulher/mulheres” e o significado que se lhe atribui continua sendo o de participante político passivo.

---

<sup>55</sup>De acordo com a estudiosa: “Two aspects of social relatedness which are expressed and created in discourse are power and solidarity. Power has to do with the respects in which relationships are asymmetrical, with one person able to control the other. Solidarity has to do with the relatively symmetrical aspects of human relationships. Power and solidarity are both always at play in any relationship (Tannen, 1994: 19-52. In: Johnstone, 2002:112).

Excerto (2)

D. P. 2 deputado PSB-PE

*Apesar de as mulheres terem começado a participar da vida política, o que se constata, nesse nosso tempo, é que elas ainda são excluídas do cenário político-eleitoral aparecendo como eleitoras que têm como desafio a conquista de cargos eletivos.*

Excerto (3)

D. P. 4 deputada PFL- TO

*O empoderamento feminino significa ter acesso à representação do grupo, que é maioria do eleitorado/população, na defesa das suas necessidades e participando das decisões nacionais. A inserção da mulher na esfera pública depende muito da sua garra e de cobrar dos partidos políticos a abertura à participação. (...) ainda é tímida nossa presença na política.*

No excerto (2), o cargo político é o elemento apontado como capaz de transformar a parcela feminina da sociedade em sujeito político ativo. Essa transformação na *posição* feminina não é algo que se faz, conforme aponta o enunciador, por reconhecimento de direitos, mas algo a ser *conquistado*. Tendo em vista, por um lado, ser *o campo da política* um território demarcado por lutas e relações de força e, por outro, que as palavras apresentam valores relacionais, ou, como já nos referimos neste estudo, que a escolha do vocabulário depende dos relacionamentos sociais entre participantes (Fairclough, 1991:116), não é apressado dizer que a expressão “a conquista de cargos eletivos”, no contexto de produção do discurso parlamentar em foco, apresenta um valor experiencial relativo à representação de um grupo social, que aproxima a concorrência pelo poder no campo político das lutas bélicas. Conquistar significa submeter pela força das armas. Ao que parece, as armas com as quais as candidatas têm lutado não se têm mostrado eficientes na sua luta pela conquista desse espaço de poder.

O excerto (3) estabelece uma relação estrita entre *empoderamento feminino*, *participação nas decisões nacionais* e *abertura à participação*. O que se reivindica, na voz da deputada, é um posicionamento de destaque para as mulheres. Isso implica a ocupação de espaços privilegiados de exercício do poder de decisão.

Voltando-nos para o espaço do Congresso Nacional, mais especificamente, para as formas de atuação política feminina, veremos que as ações das parlamentares se voltam para causas consideradas femininas. Algumas pesquisas vêm demonstrando que atuação feminina na Câmara concentra-se basicamente em questões consideradas típicas do universo da mulher. Isso é percebido por quem já ocupa tal espaço. Uma das parlamentares entrevistadas assegura que:

*(...) 97- a mulher tem que ampliar um pouco a sua representação. 98- normalmente você pega no congresso ou as assembleias legislativas ou nas câmaras municipais, 99- as mulheres estão muito limitadas às questões sociais, as questões da educação, e:: algumas, nas questões da saúde. 100- são três áreas são importantíssimas, 101- não tô querendo desmerecer as três áreas, mas, 102- a medida que as mulheres ampliam suas bandeiras, por exemplo, no meu estado, se tiver um eleitor que quiser votar numa mulher que represente o setor rural, ele só vai ter uma opção... que sou eu...né?<sup>56</sup>.*

Entrevista (6): Deputada PFL – TO

Essa forma de relatar o modo de inserção da mulher na política ilustra um dos pontos nevrálgicos de minha reflexão, tendo sido o mesmo apontado por Bourdieu (2002) nos seguintes termos: há mudança na *condição* feminina ao longo da história, mas isso não significa transformações na *posição* feminina. O potencial de ação das parlamentares é encarado como se estivesse diretamente ligado ao papel histórico de gênero. O seguinte fragmento de entrevista com um parlamentar parece elucidar esse fato.

Entrevista (4):

Deputado PT-CE

*(...)122- veja que nós começamos dizendo que um homem público.... ele, deve ter antes de tudo sensibilidade... para o universo/ sensibilidade dessa.... para com esta cosmovisão da realidade nacional, 123- então, **a mulher tem... MUITO mais sensibilidade do que o homem...** 124- **sobretudo para os problemas de políticas públicas que atinge os mais excluídos os mais***

---

<sup>56</sup> Os números que acompanham os enunciados das entrevistas representam as unidades de informação segmentadas na transcrição dos dados.

*frágeis... 125- os nossos chamados pessoas que não tiveram oportunidades que você e eu estamos a ter(...).*

Vejamos que, no exemplo citado, a atuação política feminina é situada nos limites das questões sociais, sendo essa atuação fundamentada ou justificada num atributo de gênero que sob o ponto de vista da sociedade, lhe é inato, sua sensibilidade. Esse atributo posiciona a mulher como ser capaz ou disposto a cuidar, proteger e defender os seres humanos. A sua tendência “natural” de se preocupar com o outro, refletida e consolidada nas áreas da educação e saúde, para as quais a mulher é considerada apta, é sentida como elemento capaz de lhe garantir o espaço almejado no gerenciamento da coisa pública. Mais um fragmento de entrevista serve de elemento de constatação da íntima relação que se costuma estabelecer entre gênero social e o mundo político:

Entrevista (5):

Deputado PTB - RR

*(...) 107- ela se preocupa mais com o ser humano, 108- com isso a influência da mulher nas ações públicas, na gestão pública, ... 111- tanto é que você vê hoje/ e graças a Deus por isso, que o percentual das mulheres hoje, na educação, na área de educação ela é bem maior do que os homens, 112- na área da saúde, as mulheres também já estão bastante avançada com relação a/a às vagas existentes(...).*

No entanto, como mostra o fragmento da entrevista (4), questões sociais, educação e saúde são mercadorias sem lastro ou valor de troca no mercado da política. Acrescento o fato de que, segundo Bourdieu (1989:166), “o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos”. As próprias áreas de inserção e atuação da mulher na vida pública mostram a influência dos papéis de gênero em nossa sociedade. Isso se transforma numa barreira cultural para a atuação política feminina. Nesse sentido, sob a crença de que os mecanismos de empoderamento feminino devem se fazer com base no senso comum, ou seja, naquilo em que a sociedade crê, ou deseja, que seja tarefa feminina, estão resguardados da concorrência de mercado os produtos que fazem a riqueza do mercado da política. O que gera essa riqueza, o que contribui para aumentar o reconhecimento e legitimidade parlamentar é a ocupação de

cargos-chave, é a sua presença em posições de destaque, como em comissões de orçamento, finanças, constituição e justiça ou fazer parte da mesa diretora. Os constrangimentos do mercado, diz Bourdieu (1989:166), pesam em primeiro lugar sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido, organização permanente que deve produzir a *representação* da continuidade da classe. Nesse sentido, o que se espera da mulher parlamentar é que seu campo de atuação comungue com aquelas formações ou profissões consideradas tipicamente femininas. Espera-se que as suas ações se concentrem em questões e temas considerados tipicamente femininos, tais como: violência doméstica, educação e cultura, assistência a grupos específicos, seguridade social.

É inegável o fato de que, há bem pouco tempo, o mundo estava assim dividido: o mundo privado da casa e da família onde estavam as mulheres, e o mundo público, do trabalho e do poder, que era o mundo dos homens. São muitos os cientistas sociais, antropólogos e historiadores que fazem referências a essa realidade que só começa a mudar após a Segunda Guerra Mundial, quando, de fato, a mulher, entra no mundo masculino, do trabalho e do poder. No entanto, estereótipos conservadores, atitudes discriminatórias relacionadas a papéis sociais associados a sexo, mantêm as mulheres na condição de oprimidas pela cultura masculina. Apreciemos o excerto abaixo.

Excerto ( 4):

D. P. 8 deputado PTB-RR

*Meu Estado, Roraima, a exemplo de muitos outros Estados brasileiros, creditaram a muitas mulheres a responsabilidade de dirigir seus destinos*

A metáfora da concessão de crédito ou cessão de mercadoria ou serviço para pagamento futuro em *creditaram a muitas mulheres a responsabilidade de dirigir seus destinos*, além de evocar uma postura generosa dos detentores de tais mercadorias ou serviços, avulta a idéia de que tais recursos pertencem a grupos sociais masculinos.

Qualquer tentativa do parlamentar de se posicionar como sujeito consciente, empenhado em (re) construir identidades para o outro gênero, empenhado em reestruturar as práticas e estruturas posicionadoras, é barrada no próprio discurso por ele elaborado. O conceito de reflexão, para muitos estudiosos, refere-se ao processo de subjetivação, de se tornar participante consciente e sujeito na construção, compreensão e transformação da ação. Muito apropriadamente, Bourdieu (1989) sugere que se tornar sujeito em lugar de objeto do

processo sócio-histórico significa conscientizar-se sobre o próprio discurso. A própria noção de gênero – o que caracteriza o masculino e o feminino – vem sendo reconhecida como construto social elaborado no discurso. Nesse sentido, Fairclough (2001:52-53) defende o princípio do desenvolvimento de uma teoria social do discurso que encare a mudança no discurso como uma dimensão de mudanças sociais e culturais mais amplas. O desenvolvimento de uma consciência crítica dos processos ideológicos nos discurso é para Fairclough um desafio para a educação lingüística.

Wodak (2003:671), para quem o tratamento desigual na vida pública e profissional pode ser detectado em todo lugar, ressalta que em pleno começo do século XXI, época em que as leis determinam direitos iguais e tratamento igualitário dos indivíduos, deparamo-nos com atitudes, valores, estereótipos e imagens identitárias fortemente ancoradas na tradição patriarcal. Dessa forma, as expressões lingüísticas investidas de ideologias, resultantes de práticas sedimentadas, naturalizadas e automatizadas, funcionam a favor da reafirmação da identidade hegemônica masculina frente à feminina. Isso pode ser evidenciado no seguinte fragmento extraído do excerto (5): *A sociedade brasileira... precisa **ver com os mesmos olhos confiantes** quando elas assumem os rumos das decisões nacionais.*

Excerto (5):

D. P. 9 deputado PL-TO

*A **sociedade brasileira**, liderada pela presença feminina, precisa garantir as mesmas oportunidades de trabalho e paridade salarial entre homens e mulheres; precisa **ver com os mesmos olhos confiantes** quando elas assumem os rumos das decisões nacionais.*

As relações de gênero na sua forma mais evidente, a saber, o machismo, são em geral determinadas pela tradição de se entregar à mulher a responsabilidade social pela família em função do papel feminino de reprodução. Historicamente, esses fatores têm sido formadores de cultura e valores discriminatórios. Primeiro, porque, na área do trabalho, costuma-se atribuir menor valor às atividades femininas em função da ligação que se faz entre constituição biológica da mulher e seu papel, submisso, secundário, doméstico. Segundo, porque, na área dos direitos trabalhistas, a sociedade, não percebendo que a maternidade e a criação dos filhos devem ser vistas como uma responsabilidade de toda a comunidade, encara a licença-maternidade, o direito à amamentação, entre outras poucas regras trabalhistas

pensadas sob a perspectiva de gênero, como uma limitação. Isso porque legislações, horários, relações de trabalho, entre outros, foram concebidos para os homens, e as primeiras mulheres a se inserirem no domínio público sentiram os efeitos de adentrarem o território do trabalho e do poder.

Esses aspectos da vida social feminina não são apenas elucidados, mas se refletem no Parlamento Nacional, tal como se vê nos dados gerados a partir dos pronunciamentos e entrevistas com parlamentares.

### **Bloco (3)**

Excerto (1): *As mulheres sofrem discriminação específica. Além da discriminação de classe, estão submetidas à discriminação de sexo, o que estabelece rígida divisão sexual de trabalho, de papéis sociais, que, por sua vez, determinam e definem as atividades das pessoas de acordo com o sexo biológico. Assim, **definem-se mulheres e homens nos seus respectivos papéis hierarquizados: dominadas e dominadores.*** (D.P. 1deputado: PT-BA).

Excerto (2) *A forma mais comum de discriminação de gênero refere-se à diferença salarial, quando homem e mulher possuem a mesma qualificação profissional, experiência, função, e **o gênero determina o salário.** A discriminação presente no mercado de trabalho **também está na política,** território historicamente dominado pelos homens. (D. P. 4 deputada PFL-..).*

Excerto (3) *(. ) 86- eu vejo aqui na Câmara Federal, são poucas as mulheres é:: i:: a grande parte/grandes lutadoras, 87- aliás, eu acho que pra chegar aqui todas são lutadoras, cada uma com seu viés político, né?...88- no entanto, **o papel se secundariza aqui** 89- quando vai ver as presidências de comissões... 90- quando vai ver relatoria de projetos 91-**não tem a mesma igualdade...**(...) (Entrevista 2 deputado: PT-Pr).*

Excerto (4) *(...) 80- muitas vezes, eu penso que discursos tem que ser feito/ como nós vamos tentar fazer **AQUI** no 8 de março 81- pra discutir cum/cum com **quem de fato tem o poder de decisão** ...ah...que são os homens... 82- a mesa da casa hoje, aqui, por exemplo, ãh... **nunca uma mulher participou...** 83- teve uma suplente 84- que foi a deputada Ema Passanti... 85- essa deputada foi*

*suplente da mesa... ah... 86- nunca tivemos uma presidenta... 92- a gente tentar conseguir uma forma de falar, de colocar as nossas reivindicações, não só na bancada feminina .. 93- eu falo aqui do espaço do Congresso... 94- temos que falar pros líderes 95- falar pra os que tem poder aqui dentro da casa... é ... 96- convencer ministros que não são feministas... 97- que eles têm que ter em seus ministérios políticas públicas voltadas para as mulheres 98- eu sei que as diferenças e as discriminações existem... na prática (...)* (Entrevista 3 deputada PT-SP).

Esses dados mostram que no Parlamento Nacional se mantém em jogo o princípio da eficácia simbólica de que Bourdieu (1996) nos fala. O porta-voz autorizado é o parlamentar. É ele que “consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (Bourdieu, 1996:89). Isso evoca a relação com os três aspectos do significado da linguagem sugerido por Fairclough (2003): a) relação de controle sobre as coisas (eixo do conhecimento) – representação; b) relação de controle sobre os outros (eixo do poder) – ação; c) relação consigo mesmo (eixo da ética) – identificação. Nesse sentido, as ordens do discurso podem ser vistas como organização e controle social da variação lingüística que, ironicamente, nos casos aqui analisados, mantém os homens na classe dominante e as mulheres na classe dominada.

Com o nascente capitalismo e a crescente industrialização, as mulheres dos meados do século XIX e início do XX, empregando-se como assalariadas nas indústrias e oficinas, entram em contato com a dura realidade do mercado de trabalho: se os operários da época eram mal pagos, elas certamente faziam parte do setor mais explorado e oprimido. Jornada de trabalho de 12 a 16 horas, tirania patronal e as péssimas condições do local de trabalho impostas às mulheres, homens e crianças, conduziram-nas a reivindicações que coincidiam com as da classe operária em geral. A maior revolução social do século XX, que desemboca na conquista do poder pelo proletariado, tivera início com jovens mulheres russas que, em plena guerra mundial, realizaram seu Dia das Mulheres, em 23 de fevereiro (calendário russo juliano<sup>57</sup>) de 1917. Nesse dia, deflagrou-se a greve das tecelãs e costureiras de Petrogrado,

---

<sup>57</sup> No nosso calendário ocidental gregoriano esta data corresponde ao dia 8 de março de 1917.

que saíram corajosamente às ruas contra a fome, a guerra e o czarismo<sup>58</sup>. A ação direta das operárias russas as coloca na posição de protagonistas dessa revolução proletária. Em sua clássica obra *História da Revolução Russa*, Trotsky (1933/1985) narra sobre os fatos que atestam ter sido a revolução efetivamente inaugurada pelas mulheres russas que se lançaram em greve espontânea contra a guerra imperialista. Esse fato, no entanto, não foi capaz de alterar as sólidas referências hegemônicas, centradas na diferença e hierarquia das distinções identitárias.

Desde muito cedo as mulheres foram posicionadas como sujeitos desprovidos de competência social para a política. O mercado da política é, segundo Bourdieu (1989:166), um dos menos livres que existem.

A exclusão das mulheres do domínio público é evidente no *campo da política*. Sempre abordando o contexto brasileiro, na esfera do trabalho, hoje, elas representam 43,6% da população brasileira economicamente ativa. Embora continuem com uma participação modesta nos cargos gerenciais e em outros de nível hierárquico mais elevados, deparando-se com práticas discriminatórias, elas ocupam, no Brasil, não mais do que 10% dos cargos políticos, enquanto a média mundial é de 16,8%. Sua representação no poder político ainda é pouco significativa, apesar de iniciativas legais, como a de instituição de cotas, que no Brasil, cumpre salientar, não é obrigatória. Segundo dados do Cfemea (Centro feminista de Estudos e Assessoria), a participação das mulheres no Parlamento (Câmara Federal) de países latinos está assim dividida: Bolívia 19,9%, Peru 29,2%, Venezuela, 18%, El Salvador 16,7%, Uruguai 12,1%, Chile 15,6, Brasil 8,6. Somente Guatemala e Haiti apresentam menor porcentagem. Segundo a União Inter-Parlamentar (UPI)<sup>59</sup>, o Brasil se encontra na 104ª posição no *ranking* de presença das mulheres no parlamento no mundo. Segundo a UPI, “quarenta anos depois da adoção da Convenção dos Direitos Políticos da Mulher e apesar dos progressos inevitáveis, a vida política e parlamentar continua dominada pelos homens em todos os países (UPI, abril de 1992, Resolução sobre “Mulher e poder político”).

Esses dados demonstram que o presente estudo se constrói sob a égide da luta política de agentes sociais politicamente passivos: as mulheres. Como revelam os dados apresentados, elas não ocupam, no Brasil, mais do que 9% dos mandatos parlamentares. No entanto, os efeitos das necessidades externas, ou seja, daquilo que se descortina no mundo vida, quando os olhares se voltam para a realidade feminina, parecem alavancar questões que surgem como

---

<sup>58</sup> Cumpre salientar que o relato desse fato histórico é recorrente nos pronunciamentos dos(as) parlamentares.

<sup>59</sup> A União Inter-Parlamentar (Inter Parliamentary Union, UIP) é uma organização internacional que se alia aos esforços das Nações Unidas para a promoção da paz e o fortalecimento das instituições representativas.

instrumento gerador de significados que se voltam para os interesses daquilo que se passa no *campo do político*. O seguinte bloco de excertos atesta essa intromissão/influência.

#### **Bloco (4)**

Excerto (1): (...) *no tocante às lutas gerais dos brasileiros, as mulheres desempenham um papel marcante, o que nos tem levado a uma evolução democrática.* (D.P. 3 deputado PL-MG).

Excerto (2): *A presença da mulher na vida pública não configura somente uma conquista feminina; transforma também as relações políticas no mundo.* (D.P. 3 deputado PL-MG).

Excerto (3): *A história da repressão e da discriminação à mulher é secular e confunde-se com a história da humanidade, da mesma forma como os avanços democráticos no mundo confundem-se com os avanços na luta da mulher.* (D. P. 7 deputada PT-DF).

Excerto (4): *V. Exa. Trouxe vários assuntos para debate nesta casa. Em relação à mulher, sua presença na tribuna já significa o avanço obtido, embora limitado, o ganho democrático, os direitos conquistados pela mulher.* (D. P. 7 deputada PT-DF).

Excerto (5): *Afinal, não podemos ser tolerantes com a violência, prática que faz a sociedade retroceder no caminho da democracia. A dignidade da mulher é ideal democrático que nenhum homem poderá negar e do qual nenhuma mulher haverá de abrir mão.* ( D. P. 14 Deputado PCdoB-BA).

Excerto (6): (...) *o programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, de Mato Grosso do Sul, é uma peça da grande engrenagem da cidadania que a Nação persegue.* (D.P. 15 deputado PT-MS).

Excerto (7): *Um outro projeto de lei que ganharia destaque no ano da Mulher é o que destina ao menos 30% dos recursos do Fundo Partidário à formação e à capacitação política feminina. Trata-se de uma forma eficaz de acelerar a*

*expansão da cidadania, de uma ação afirmativa em prol não só das mulheres, mas do aperfeiçoamento do estado brasileiro.* (D.P. 19 deputada PFL-RJ).

Ao voltarmos os olhos para uma reflexão que incida sobre os aspectos do significado apontados por Fairclough (2003), a saber: a) relação de controle sobre as coisas (eixo do conhecimento) – representação; b) relação de controle sobre os outros (eixo do poder) – ação; c) relação consigo mesmo (eixo da ética) – identificação, veremos que, quanto ao eixo do conhecimento, cabe aos/as governantes demonstrar um certo controle sobre aquilo que se apresenta no mundo da vida. É nesse sentido que se podem encarar as ordens do discurso como formas de organização e controle da vida social.

Os excertos acima dão conta de mostrar que é em nome da democracia, da expansão da cidadania e do aperfeiçoamento do Estado que se deve agir com relação ao combate à violência contra a mulher, à repressão feminina e à discriminação de gênero. Nesse sentido, tratar de questões que afetam a mulher significa voltar-se para valores muito particulares de um grupo, a saber, os agentes sociais politicamente ativos. No documento complementar a seguir, constitutivo dos *corpora* do estudo, resoluções de questões relativas ao gênero feminino são vistas como fundamentais à efetiva aplicação do pensamento democrático no interior da instituição representativa em foco.

Se considerarmos a forma como são estabelecidas as relações de gênero, constata-se que, em geral, homens e mulheres não têm oportunidades iguais. Para que se possa falar de democracia de fato, é necessário, portanto, que a sociedade seja capaz de se debruçar por sobre as relações de gênero e, aprimorar mecanismos de erradicação e superação dessas desigualdades. Um dos pontos importantes é a promoção de maior participação das mulheres nas esferas de decisão, de forma que a perspectiva de gênero esteja incorporada na tomada de decisões. Não por acaso as mulheres estão insuficientemente representadas em todos os níveis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, reproduzindo uma razão inversamente proporcional. A concentração do poder, unilateral do ponto de vista de gênero, influi em muitos âmbitos das vidas pública e privada (Relatório Final – Seminário Internacional: *Por um Brasil sem desigualdades*, p.40).

A partir do momento em que as relações sociais, os fatos e acontecimentos de natureza externa se fazem sentir nesse campo de luta e de forças (o Parlamento Nacional), ou seja, passam a afetá-lo mais vivamente, as questões concernentes à parcela feminina da sociedade surgem como elementos indispensáveis a essa prática social de natureza discursiva. Nesse sentido, a vida política, que segundo Bourdieu (1989:164) é construída na lógica da oferta e da procura, passa a ser afetada por aquilo que diz respeito ao universo social feminino. Se o

parlamento é o lugar de fato e de direito da administração dos conflitos sociais (eixo da ética), se os conflitos sociais se fazem sentir nas relações de gênero (eixo do conhecimento), se a realidade social feminina afeta o campo do político (eixo do poder), cabe aos/às parlamentares se valerem dessas formas simbólicas, “mercadorias” no dizer de Bourdieu (1989), para exercerem a sua função normativa.

### **4.3.2 Universo Social Feminino e os Sistemas de Diferentes Ordens**

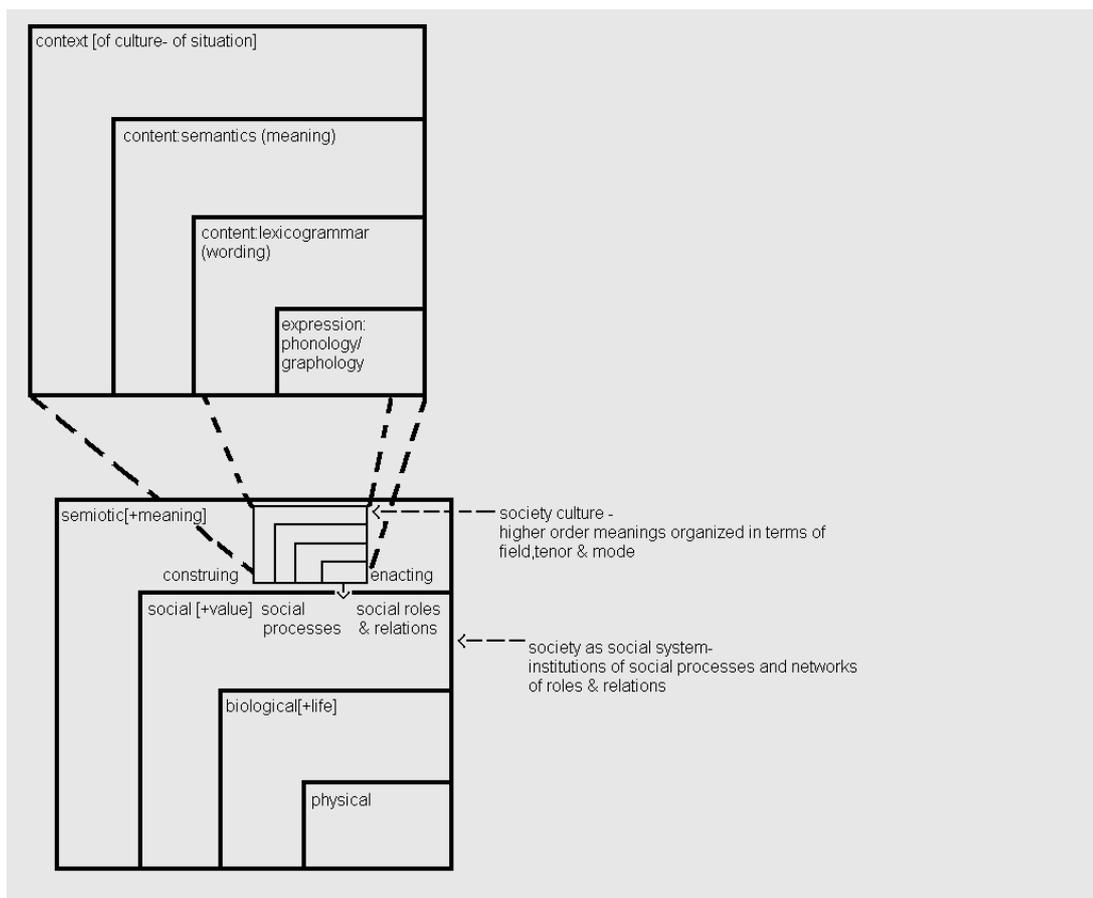
Conforme destaquei anteriormente (seção 2.2.2), o enfoque nos modos de representar (significados representacionais) engloba a proposta da LSF de empreender um estudo que se assente nos diferentes níveis de análise ou estratos lingüísticos (ver figura 2.1 – Estratos e níveis de análise). O princípio da estratificação, também enfocado anteriormente, possibilita relacionar as estruturas lingüísticas (expressões fonéticas/fonológicas e a léxicogramática) aos processos sociointeracionais (contexto situacional/cultural) constitutivos desse complexo sistema semiótico que é a linguagem. As formas simbólicas se relacionam com o que ocorre fora da linguagem, ao mesmo tempo em que são organizadas em prol da construção do sentido ou significação lingüística (conteúdo semântico). Isso quer dizer que, ao estudarmos a linguagem sob o ponto de vista de uma semiótica social, estaremos nos debruçando sobre expressões significativas, relacionando-as a contextos culturais e situacionais (circunstâncias espaço-temporais) dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Ao analisar o montante de 30 textos, produzidos para serem levados ao Plenário da Câmara dos Deputados, que versam sobre a mulher, é possível perceber que os mesmos abarcam uma série de eventos de natureza física, biológica e social que se relacionam ao gênero feminino. Essa constatação permite incorporar a este estudo e, conseqüentemente, à concepção de linguagem como um sistema semiótico complexo, os sistemas físico, biológico e social, tais como são apresentado por Halliday & Matthiessen (1999:507-508).

Ao conceberem a linguagem como um sistema semiótico, esses estudiosos enquadram o termo “semiótica” numa taxionomia linear, ou numa ordem (*orders of system*) em que o

sistema semiótico espelha o sistema social que, por sua vez, engloba os sistemas físico e biológico<sup>60</sup>.

Esse enquadre dos sistemas semióticos, numa ordem hierarquicamente superior, pode ser visualizado na figura seguinte, originalmente apresentada por Butt, Lukin & Matthiessen (2004:267) e trazida, na íntegra, para o presente estudo:



**Figura 4.1 – Os sistemas de diferentes ordens**

A figura reproduzida permite perceber que os sistemas semióticos ou simbólicos, além de agregarem todos os outros três sistemas, a saber, os mundos ditos físico, biológico e social, incorporam as dimensões fonológica/grafológica, lexicogramatical, semântica e contextual da

<sup>60</sup> Em palavras dos estudiosos, “we are treating language as a semiotic system (...). As we conceive of it, the term ‘semiotic’ is framed within a linear taxonomy of ‘physical – biological – social – semiotic’; and the term ‘system’ is a shortened form of ‘system-&-process’ (...). Why a ‘linear’ taxonomy? There is an ordering among these four types of system (...) (Halliday & Matthiessen, 1999:507-508).

linguagem (*orders of semiotic strata*). Considerando a dimensão contextual da linguagem, ou seja, as circunstâncias espaço-temporais e o contexto cultural em que as significações são produzidas, colocaremos-nos diante do campo de interação (campo), das relações interpessoais (relação/tenor) e do canal ou meio pelo qual a mensagem será distribuída (modo). Partindo dos traços estruturais internos das formas lingüísticas, passando pelos contextos e processos socialmente estruturados, dentro dos quais as formas simbólicas estão inseridas, é possível desembocar nas redes de práticas que envolvem a vida social. Vemos, aqui, que a retomada do caráter simbólico da linguagem permite estudar o caráter simbólico dos fenômenos culturais, não menos inseridos do que a linguagem em contextos sociais estruturados.

Apresento, a seguir, um conjunto de enunciados extraídos do *corpus*-base deste estudo, a saber, os documentos parlamentares, que são construídos com base nos mundos físico, biológico e social configurados no sistema semiótico ou, reforçando: no sistema de organização dos significados. Tendo em vista que o presente estudo se faz à luz de uma perspectiva de gênero, o objeto de referência a partir do qual as significações se realizam ou são acionadas, como não poderia deixar de ser, é a “mulher” no contexto social brasileiro. Cumpre salientar que, em função do fato de os elementos dos referidos sistemas não serem mutuamente exclusivos e os fenômenos aí envolvidos poderem se dar simultaneamente, os dados apresentados no QUADRO 4.1 representam uma tentativa metodológica de seccionar os mundos arrolados. Ressalte-se, ainda, que esses dados não foram levantados de forma exaustiva.

#### **Quadro 4.1 – Emergência do feminino nos mundos físico, biológico e social**

<b>MUNDO FÍSICO</b>	<b>MUNDO BIOLÓGICO</b>
Constituem metade da população brasileira.	São submetidas à violência física e psicológica.
Entre 523 deputados, apenas 29 são mulheres.	25% das mulheres que sofrem violência cometem suicídio ou são submetidas a tratamento psiquiátrico.
Representam 51% da força ativa de trabalho.	70% dos homicídios de mulheres foram praticados por seu maridos ou companheiros íntimos.
Representam metade do eleitorado.	A cada minuto uma mulher morre em

	decorrência de problemas de gravidez.
Representam metade do público consumidor.	A expectativa de vida da mulher é 8 anos maior do que a do homem.
Representam 70% da população pobre.	27% têm filhos com idade inferior a 18 anos.
Ocupam 9% dos mandatos parlamentares.	O gênero determina o baixo salário.
Ocupam 97% dos cargos de assistentes sociais.	Sofrem discriminação de sexo.
Ocupam 91% dos cargos de enfermeiros.	<b>MUNDO SOCIAL</b>
Ocupam 89% dos cargos de psicólogos.	Não existe equidade na distribuição do poder político, econômico e social entre mulheres e homens.
Ocupam 77% dos cargos de professores.	A representação feminina na política ainda é muito pequena diante do percentual de mulheres na sociedade.
Ocupam 59% dos cargos de advogados.	As mulheres sofrem discriminação de classe e sexo.
Ocupam 54% dos cargos de médicos.	O sistema patriarcal impede a superação das desigualdades de gênero.
Ocupam 50% dos cargos de dentistas.	A discriminação presente no mercado de trabalho também está na política, território dominado pelos homens.
Administram 70% das empresas brasileiras.	As mulheres atravessam séculos de preconceitos, de discriminação e de violência.
A proporção de mulheres que se concentram nas ocupações precárias (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação (54%).	As mulheres são excluídas do cenário político-eleitoral.
Em 2020 haverá 5 milhões a mais de idosos do sexo feminino do que do masculino, no Brasil.	As mulheres ganham 40% menos do que os homens.
A violência urbana e o trânsito estão transformando o Brasil em um país não	As mulheres têm em média 1 ano a mais de escolaridade, mais cursos e especializações.

apenas idoso, mas principalmente feminino.	Para assumir o mesmo posto, a mulher precisa ter escolarização maior do que a do homem.
Chefiam 33% dos lares brasileiros.	17% das mulheres têm carteira de trabalho assinada.

De posse desses dados, passemos, agora, ao sistema semiótico – lugar de apresentação do modo pelo qual as formas simbólicas são recebidas, interpretadas e valorizadas, lugar, portanto, das significações. Esse nível de análise sugerido por Halliday & Matthiessen (1999), bem como por Butt, Lukin & Matthiessen (2004), será posto em discussão a partir das cinco características das formas simbólicas apontadas por Thompson (2002:182-192) que, ao meu ver, abrangem todos os aspectos considerados nos sistemas de diferentes ordens. De acordo com Thompson (2002:182), as formas simbólicas<sup>61</sup> podem ser caracterizadas sob os aspectos “intencionais”, “convencionais”, “estruturais”, “referenciais” e “contextuais”.

O aspecto “intencional” das formas simbólicas pressupõe que as mesmas sejam produzidas, construídas ou empregadas por um sujeito capaz de agir intencionalmente, ou seja, por alguém que está buscando certos objetivos e propósitos. A questão da intencionalidade na linguagem, conforme me referi neste estudo (cf: cap I, seção 1.4.1), caracteriza a teoria enunciativa de Émile Benveniste (1988), na medida em que considera a enunciação como um fenômeno discursivo que suporta um locutor e um ouvinte, atribuindo ao primeiro a função de agir intencionalmente sobre o segundo.

O caráter intencional dos atos de linguagem assume uma importância fundamental no interior da Teoria dos Atos de Fala (*speech acts*) de Searle (1969), reflexão esta que, como se sabe, prende-se à linha de pensamento do filósofo inglês J. L. Austin. Nesse enquadre teórico, o locutor vai aparecer de forma atuante, interagindo socialmente. Esta interação social por intermédio da língua vai caracterizar-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. O homem, portador de vontade e razão, vai avaliar, julgar, criticar, ou seja, formar juízos de valor e tentar influenciar o comportamento do outro. Nesse caso, o ato de argumentar é essencial, tanto que constitui o ato lingüístico fundamental do discurso. O ato de argumentar implica, necessariamente, intencionalidade, pois se a argumentação se dirige ao alocutário, ela

---

<sup>61</sup> O termo *formas simbólicas* é utilizado, neste estudo, como sinônimo de expressão lingüística dotada de significado, texto ou enunciado, muito embora possam ser entendidas como ações, objetos e expressões significativas de vários tipos.

é determinada pela intencionalidade do locutor. Essa intencionalidade pode ser sentida nas orações modalizadoras e modalidades apreciativas no seguinte bloco de excertos:

### **Bloco (5)**

Excerto (1): *É **desnecessário** lembrar o papel e a importância da mulher na nossa sociedade, a sua capacidade de ação e eficiência demonstradas nas mais diversas atividades, mas é **importante** destacar aspectos nos quais a sua participação é tímida e minoritária. (...) Em perspectiva mais ampla, é **importante** o reconhecimento social da contribuição política das mulheres, a construção de relações pessoais igualitárias e a oferta de serviços públicos que dêem suporte às suas atividades, tais como creches, escolas de boa qualidade e serviços médicos adequados.* (D.P.2 deputado PSB - PE)

Excerto (2): *(...) as atitudes em relação às mulheres mudaram, e para melhor, mas **muito ainda precisa ser melhorado**. (...) todos **precisamos** lutar pelos direitos humanos, sobretudo pelos direitos das mulheres (...)* (D.P.3 deputado PL - MG).

Excerto (3): *Ainda é **preciso** a sociedade civil e os movimentos de mulheres pressionarem o Estado, o Judiciário, para que nossos direitos conquistados saiam do plano formal para o plano substancialmente material.* (D.P.4 deputada PFL - TO).

Excerto (4): *A situação social é **muito grave**, porque a renda dessas mulheres não mudou; continuam com o mesmo ganho e ainda com a responsabilidade de cuidar sozinha dos filhos e da casa. (...) Mas neste País, se produzirmos, é **possível** vivermos com dignidade. No entanto, há um empobrecimento vergonhoso, lamentável. (...) Para assumir o mesmo posto de trabalho a mulher **precisa ter** escolarização maior do que o homem. (...) Essa mudança de posição é **muito importante**, pois significa que, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, ela também entrou na escola. (...) **É importante** que haja um programa de habitação popular diferenciado para essas mulheres* (D.P.5 deputada PT - SC).

Excerto (5): *Ao discutirmos acordos de livre comércio **temos que prever** a primazia dos direitos humanos universalmente reconhecidos sobre os interesses comerciais.(...) Como as mulheres das Américas trabalham principalmente no setor de serviços, especialmente nas áreas de educação e assistência médica, **é fundamental que** esses serviços sejam excluídos de qualquer acordo. (...) **é fundamental que** o Brasil imponha com clareza suas posições quanto à ALCA (D.P.6 deputada PT - DF).*

Excerto (6): *Em nosso País, a marca da presença feminina **é visível** em todos e quaisquer setores de trabalho, e, o que **é melhor**, com reflexos altamente positivos (D.P.8 deputado PTB - RR).*

Excerto (7): *A Organização Mundial de Saúde aponta que 70% dos homicídios de mulheres foram praticados por seus maridos ou companheiros íntimos; um dado que reflete que a agressão contra a mulher no lar supera em muito esse percentual. De todas as violências, essa **é a mais bárbara, a mais cruel e a mais covarde**, e amparada pelas quatro paredes e pelo silêncio causado pelo medo ou pela convivência (D.P.11 deputada PFL - BA).*

Excerto (8): ***Acreditamos**, Sr. Presidente, que a mídia e as campanhas publicitárias têm um passivo grande com as mulheres brasileiras. **É preciso que** estes instrumentos comecem a se colocar a serviço da construção da cidadania feminina(...) (D.P.13 deputado PT - ES).*

Excerto (9): ***É preciso** que o Estado dê condições para que sejam criados mecanismos de defesa e proteção às mulheres (D.P.14 deputado PCdoB - BA).*

Excerto (10): ***É difícil de acreditar**, mas, de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Saúde, muitas mulheres, apesar de terem um único parceiro, foram contaminadas por essas doenças e vieram a falecer. **É bom lembrar**, Sr. Presidente, que um país sério deve levar em consideração a urgente necessidade de mudança do comportamento machista (D.P.16 deputada PT - MG).*

- Excerto (11): *É claro que as conquistas femininas foram lentas, mas, mesmo assim, elas ganharam o direito de galgar os mesmos degraus que os homens* (D.P.17 deputado PMDB - RJ).
- Excerto (12): *É impressionante, Sr. Presidente, que em pleno século XXI exista quem impeça a promoção das suas funcionárias, mantendo-as em postos inferiores e mal remuneradas e ainda justifique a atitude com argumentos extraídos dos piores clichês machistas conhecidos* (D.P.18 deputado PL - TO).
- Excerto (13): *Esse encontro, promovido pelo Governo, é importante porque sinaliza mudanças na política no sentido do respeito e da valorização das pescadoras artesanais, das aqüicultoras e de todas as mulheres que trabalham com essa lida e nunca foram valorizadas. É importante que as mulheres estejam presentes a esse debate nacional para levantarem suas bandeiras de luta(...)trabalho. Precisamos mobilizar a sociedade, construir um movimento nacional que mostre a cara dessas trabalhadoras e suas bandeiras. (...) É preciso reconhecer que essa luta muda as relações sociais e humanas, descoloniza e transforma essas mulheres em cidadãos e participantes* (D.P. 20 deputada PT - SC).
- Excerto (14): *Infelizmente, a melhora no nível de instrução não tem permitido a elas receber salários semelhantes aos dos homens. Isso precisa ser revisto.* (D.P.21 deputado PL - ES).
- Excerto (15): *Isso é uma verdadeira barbárie. Entendemos que os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Em razão disso, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado.* (D.P.23 deputado PP - RJ).
- Excerto (16): *(...) é preciso superar as circunstâncias que indicam que, dentre todos os pobres do mundo, as mais pobres são as mulheres.* (D.P.25 deputada PT - RS).
- Excerto (17): *É preciso acabar com a impunidade.(...)Temos certeza de que o endurecimento da pena e a diminuição do rito de tramitação do processo de danos morais contra a honra vão mudar e muito a situação por que passa a mulher brasileira(...). É necessário criar determinada rede de cidadania para fazer o*

*trabalho de prevenção e de acompanhamento das mulheres vítimas da violência. (...) é necessário triplicar as delegacias especializadas em atendimento às mulheres.(..). É necessário também criar programas de geração de emprego, renda e habitação que dê garantia às mulheres vilipendiadas no que têm de mais caro: sua honra e cidadania.(...). É necessário o firme posicionamento também do Executivo e do Judiciário para tão relevante assunto.(...). É necessário desenvolvermos forte estratégia de políticas públicas que reconheçam as perdas e desvantagens que recaem sobre as mulheres por sua condição de gênero.(...) É preciso vontade política para avançar. (D.P.30 deputada PT - GO).*

A noção de intenção deixa claro que compreender um enunciado não depende apenas de uma decodificação das formas da língua, mas também de uma apreensão das intenções de quem fala. O sentido de um enunciado se constitui por permitir que se estabeleça entre os interlocutores um jogo de representações quando na e pela enunciação atualizam suas intenções persuasivas. Essa fundamentação teórica atravessa os limites deste estudo, já que, conforme sugere Parret (1997:171), “o primeiro passo de Aristóteles é situar a retórica na esfera do *prático*”. De natureza exortativa, o gênero oratório *deliberativo*, ao qual já me referi no presente estudo (cf.cap.I), que caracteriza o discurso político, é determinado pela ação humana. Esta, conforme sugere Parret (1997:171), corresponde a uma *práxis* motivada pela manutenção e pela realização da conduta virtuosa dos cidadãos da *polis*. É justamente nesse sentido que o ato político de tomada da palavra no Parlamento, representante legítimo da sociedade civil, investe o/a parlamentar de um papel, a um só tempo, de representante e de fiador do bem-estar social. Mostrar-se crível, por meio de atos persuasivos que não se fazem alheios à argumentação<sup>62</sup>, é uma forma de legitimar a ação política como um domínio da prática social. Dos 17 excertos extraídos dos pronunciamentos parlamentares, é possível destacar, como se vê no bloco (11), os seguintes elementos modalizadores dos enunciados: *desnecessário ... é importante ... muito ainda precisa ser melhorado ... é muito grave ... é possível ... precisa ter... é muito importante... temos que prever... é fundamental que... é visível... é melhor... acreditamos... é difícil de acreditar... é claro que... é impressionante... é importante... precisamos... isso precisa ser... é necessário... é preciso...*

---

<sup>62</sup> Segundo Parret (1997:173), “não se pode negar, é claro, que, de acordo com Aristóteles, não há persuasão sem argumentação e toda a argumentação deve ser persuasiva”.

As expressões modalizadores atestam aspectos relacionados à enunciação que dizem respeito ao domínio específico de ação social em que os/as produtores/as dos textos estão envolvidos.

Os dados arrolados no QUADRO 4.1 – Emergência do feminino nos mundos físico, biológico e social – revelam que os argumentos aduzidos pelos/pelas oradores/as giram em torno da entrada, ao meu ver triunfante, da mulher na esfera pública. No entanto, esse mesmo quadro demonstra que essa entrada bem sucedida da mulher em espaços considerados masculinos não tem se mostrado suficiente para lhe garantir a plena cidadania, elemento base do bem-estar-social. Cada um dos mundos descritos, revela a precariedade em que vive a mulher. É justamente frente a essa precariedade do viver feminino que os parlamentares buscam exercer o seu poder regulatório e intervencionista, tarefa executada com êxito por meio das expressões modalizadoras. Julgo não ser apressado dizer que, se aderirmos à idéia de Bourdieu (1996:89) de que a fala concentra o capital simbólico, é possível considerar que a prática discursiva parlamentar, cuja eficácia depende das propriedades do discurso, das propriedades daquele que o enuncia e das propriedades da instituição em que circula, realiza-se por meio de recursos de natureza autoritativa ou alocativa (Giddens, 1984:17).

A partir do que foi elucidado, é possível dizer que nos enunciados: (a) “a dignidade da mulher é ideal democrático” (D.P.14) e (b) “a violência contra a mulher faz a sociedade retroceder no caminho da democracia” (D.P.14), os objetos-de-discurso: “a dignidade da mulher” e “a violência contra a mulher” se revestem de um alto valor simbólico. Para aquele que os enuncia, essas formas lingüísticas assumem um valor que pode ser equiparado ao valor de troca da moeda no mercado financeiro. Nesse sentido, se assumirmos com Bourdieu (1996:89) que “as leis da física social escapam apenas aparentemente às leis da física”, pode-se considerar que essas formas da língua ou, mais especificamente, esses referentes resultam de um conjunto de conhecimentos pré-determinados (objetos pré-constituídos), tais como os que se relacionam a cada um dos mundos arrolados no QUADRO 4.1. Esses referentes, enquanto produtos de um processo mais amplo de percepção daquilo que ocorre no mundo da vida, servem de instrumentos por meio dos quais o parlamentar atua na busca de seus próprios objetivos. Os objetos-de-discurso o tornam capaz de realizar seus interesses, levando-o adiante na sua importante trajetória, a saber, a de defender o Estado liberal-democrático.

A segunda característica das formas simbólicas diz respeito ao seu aspecto “convencional”. Segundo Thompson (2002:185), isso quer dizer que “a produção, construção ou mesmo emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente, envolvem a aplicação de

regras, códigos ou convenções de vários tipos”. Dentre essas convenções, o estudioso situa as convenções de estilo e de expressão, bem como as convenções que governam a ação e interação daqueles que se manifestam em *situações práticas*<sup>63</sup>. Isso quer dizer que a abordagem de Thompson comunga com noções, como as que vêm sendo aplicadas em LSF: a de *contexto da situação*, que se relaciona ao *registro* e incorpora as variáveis *campo*, *relação* e *modo*, e a noção de *contexto de cultura*, que, por sua vez, relaciona-se ao *gênero textual*.

Com relação à variável *campo*, deve-se atentar para as instâncias implicadas na ação política. Conforme já referido neste estudo, Charaudeau (2006:18-19) sugere que a *instância política* é aquela que assume a realização da ação política, sendo, por isso mesmo, a instância delegada, enquanto a *instância cidadã* é a responsável pela escolha dos representantes do poder. A linguagem, não estando ausente do desenrolar da ação política, é o instrumento que faz a mediação entre essas duas instâncias. Nesse sentido, os eventos ou acontecimentos discursivos se concretizam relativamente às convenções e normas discursivas. A instância política, que é de decisão, deve agir em função do *possível*, sendo que a instância cidadã a elegeu para realizar o *desejável* (Charaudeau, 2006:19). Desse modo, as ações sociais que se realizam no ou por meio do discurso parlamentar envolvem estratégias de interação que expressam, indicam ou refletem relações sociais específicas entre os participantes. Essa é a dimensão da variável *relação*, que aponta para o controle interacional nas práticas discursivas.

Com relação à variável *modo*, os discursos que ocorrem de forma regular no contexto do parlamento nacional seguem, conforme já frisado no capítulo I, uma tipologia textual. No que concerne ao seu caráter técnico, esses discursos são produzidos, escritos previamente, para serem levados ao Plenário da Câmara como Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação Parlamentar ou Homenagem Parlamentar (cf. fig.1.1 –Domínio discursivo e tipos textuais). Tais discursos são, portanto, submetidos às mesmas normas dos textos escritos.

A terceira característica das formas simbólicas é descrita por Thompson (2002:187) em termos dos seus traços estruturais e a relação entre estes traços e as características dos sistemas simbólicos. Segundo o estudioso, “o significado transmitido pelas formas simbólicas é, comumente, *construído com* traços estruturais e elementos sistêmicos de forma que, ao analisar esses traços e elementos, podemos aprofundar nossa compreensão do significado transmitido pelas formas simbólicas” (o grifo é do autor). Vemos, assim, que tal

---

<sup>63</sup> O termo *situação prática* é utilizado por Thompson (2002:186) no sentido de “esquemas implícitos ou indiscutíveis para a geração e interpretação de formas simbólicas”.

posicionamento permite, mais uma vez, uma aproximação dos princípios fundamentais da LSF, neste caso, o princípio de que os elementos da lexicogramática permeiam os significados (cf. fig.2.1 – Estratos e níveis de análise).

A quarta característica das formas simbólicas é o aspecto “referencial”. O estudo do referente, como é de nosso conhecimento, institui-se no interior dos estudos lógicos e lingüísticos a partir do momento em que se percebe que as palavras não são as coisas, mas elas se referem às coisas ou estado de coisas. A palavra especifica o objeto de fala, mas ela mesma não é objeto dessa fala. Acredita-se que a palavra, concebida nesses estudos como elemento a partir do qual expressamos uma realidade que é exterior, contém, inevitavelmente, uma alusão à exterioridade. Essas questões podem parecer, à primeira vista, simplistas, mas é justamente a partir do momento em que se percebe a possibilidade de se separar a palavra do objeto ou do mundo que a mesma pretende descrever, apresentar ou transformar é que se instaura toda a sustentação teórica em torno do problema da significação. Essa separação da palavra (realidade puramente fônica ou *vox*) de um lado e uma coisa (*res*) ou mundo de outro configura a dicotomia sentido/referente, comumente tomada como ponto de partida para o estudo da significação. Isso é o que vamos observar ainda na antigüidade, no século XIII, nos estudos dos lógicos “terministas”, tais como Pedro Hispano e Guilherme de Occam, que se ocuparam em refletir acerca da “significatio” (significação) e da “suppositio” (suposição).

Importa, aqui, apontar para o fato de que, segundo Thompson (2002:190), o aspecto “referencial” das formas simbólicas corresponde às “construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa”. Nesse sentido, entre as distintas concepções de referência, o estudioso se mostra partidário daquela que compreende a referência como o ato de apontar para uma entidade extralingüística, ou estado de coisas, por meio de um objeto de referência. Nesse passo, aquilo que o objeto significa e aquilo que o objeto designa são uma e a mesma coisa. Não esqueçamos que, seguindo essa mesma linha de pensamento, Fairclough (2001:87) relaciona a prática discursiva à realidade pré-construída. Em palavras do estudioso, “o discurso inclui referências a objetos pré-constituídos, tanto quanto a significação criativa e constitutiva dos objetos”. Compreende-se daí que a concepção de referência encabeçada singularmente por esses estudiosos não se faz alheia a uma semântica da designação. Grandes teóricos da semântica filosófica orientam tal concepção. Com Frege (1892/1978), surgem preocupações com relação ao *sentido* (*sinn*) e *significado*

(*bedeutung*)<sup>64</sup>. Segundo a concepção de Frege, é o sentido o elemento responsável pela expressão designar a coisa. Para esse filósofo da linguagem, o sentido compreende certos traços, certos caracteres do referente, cuja principal função é a de permitir designar e localizar o referente. Nesse caso, o importante é compreender que há certas propriedades ligadas a determinadas expressões ou designações que são propriedades de um único ser. O sentido, portanto, passa a ser entendido como o modo pelo qual o objeto-de-discurso é apresentado, ou o modo de apresentação do objeto. De acordo com Ducrot (1984), foi justamente essa função que levou, por exemplo, Ogden e Richards a chamar de referência ao que normalmente se chama de sentido.

No que diz respeito às formas de apresentação do feminino no discurso parlamentar, o processo designativo pode, entre outros fatores, servir ao caráter utilitário das palavras ou, como sugere Thompson, das formas simbólicas, empregadas nas instituições e contextos sociais dentro dos quais o discurso é pronunciado. Chega-se, aqui, à quinta e última característica das formas simbólicas para a qual Thompson (2002) chama atenção, a saber, o seu aspecto “contextual”.

A quinta característica das formas simbólicas para a qual Thompson (2002:192) chama atenção é o aspecto “contextual”. Em palavras do estudioso, isso significa que “as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos, dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas”.

### **4.3.3 Interdiscursividade: Gênero, Discurso e Identidade Social**

A análise interdiscursiva permite operar um salto do estudo meramente centrado na dinâmica interna dos textos para o estudo da dinâmica externa dos discursos. Isso quer dizer que o sentido interno das formas lingüísticas não se constrói alheio à expressão exterior, responsável pelo sentido externo das formas lingüísticas. O estudo conjunto das dimensões interna (textual) e externa (discursiva) da linguagem se consolida na concepção de discurso como sendo, a um só tempo, uma prática textual, uma prática discursiva e uma prática social. Nessa perspectiva de estudo da linguagem, o texto é um acontecimento, resultado ou produto

---

<sup>64</sup> De acordo com o que se pode ler em Ducrot (1984: 421-422), o artigo “Über Sinn und Bedeutung” de Frege (1892) representa um dos seus mais célebres estudos onde se reaviva a distinção entre a *suppositio* e a *significatio*, criando-se uma oposição muito próxima daquilo que se encontrava nos estudos dos lógicos “terministas” da Idade Média. Sobre essa distinção, veja-se, também, Rajagopalan (2004).

de uma ação que lhe é externa. Esse produto, assim como qualquer mercadoria produzida no seio de uma dada sociedade, circula em espaços sociais em que se lhe atribuem um valor e não outro. Essa dimensão do discurso, que é a dimensão da prática discursiva, se consolida no contexto imediato da situação comunicativa. Uma terceira dimensão do discurso agrega um conjunto de fatores sociais, econômicos políticos, culturais e históricos, resultantes de práticas que extrapolam o contexto imediato de produção dos textos e apontam para contextos mais abrangentes. É na dimensão do discurso como prática social que se estabelecem relações, implícitas ou explícitas, entre um discurso particular, ou fundador, e outros, que lhe integram sentidos<sup>65</sup>.

Já fiz referências, neste estudo, ao fato de que, na retórica clássica, o trabalho de conquista da adesão às teses apresentadas pelo orador ao assentimento dos ouvintes se realiza por meios discursivos de ação sobre o auditório. Uma das formas de persuadir, como demonstram os dados do *corpus*-base desta pesquisa, é trazer ao conhecimento dos ouvintes um conjunto de fatos que dizem respeito ao universo social feminino, estruturas e relações sociais sobre as quais não se pode discordar, pois os mesmos são apresentados, em cada um dos textos que os elucidam, por meio de dados ou cifras estatísticas cuja validade está assegurada em instituições de pesquisa responsáveis pela distribuição e disseminação desses sentidos ou significados, bem como na voz autorizada de pesquisadores, ministros, jornalistas, dos/das próprios/as parlamentares, entre outros.

O QUADRO 4.2 – Práticas discursivas voltadas para o universo social feminino – se destina a arrolar esse conjunto de conhecimentos dos quais os/as parlamentares lançam mão no seu trabalho de condução racional das teses levadas à apreciação dos seus ouvintes.

#### **Quadro 4.2 – Práticas discursivas voltadas para o universo social feminino**

ENUNCIADOS	DOCUMENTO
As mulheres representam 51% da população mundial	D.P. 1
No Brasil, as mulheres representam metade da população, cerca de 30% da força ativa de trabalho, metade do eleitorado e do público consumidor. Mais de 70% das empresas brasileiras são administradas por elas. Ocupam 9% dos mandatos parlamentares. No Brasil, a cada	D.P. 3

<sup>65</sup> Em palavras de Pardo (2002:45), “tenemos, por um lado el texto, la práctica textual; el discurso, que haría a la práctica discursiva y estos están insertos a su vez em la práctica social”.

15 minutos uma mulher é agredida.	
O Brasil ocupa a 66ª posição no índice de desenvolvimento relacionado ao gênero. Durante o último decênio, o número de mulheres que vivem em condições de pobreza tem aumentado de forma desproporcional ao de homens.	D.P. 4
No Brasil, nós mulheres, somos 86,27 milhões, em uma população de 169,85 milhões de habitantes. Dessas, 71 milhões estão na área urbana e 15,2 milhões, na área rural. 84% das mulheres vivem em área urbana. As mulheres totalizam 53% da população economicamente ativa, mas apenas 17% estão no mercado formal de trabalho. 70% dos pobres do mundo são mulheres, que realizam 70% do trabalho mundial, no entanto detêm apenas 10% da renda. Das mulheres brasileiras maiores de 10 anos, 36,5 milhões não têm ganho financeiro algum; 33,5 milhões têm renda média mensal de 488 reais. Em torno de 32% ou 33% de mulheres, sozinhas, chefiam ou dão guarda para a família. Dessas, 27% têm filhos com idade inferior a 18 anos. 68% desses filhos não recebem regularmente pensão dos pais. Na faixa de escolarização, de 4 a 7 anos, 32% dos trabalhadores são homens e 27% são mulheres; na faixa de 8 a 10 anos, 16,4% dos trabalhadores são homens e 16,7% são mulheres; na faixa de 11 ou mais anos de estudo, 27% são homens e 36,9% são mulheres.	D.P. 5
Ocupam apenas 9% das cadeiras dos parlamentos da América Latina e do Caribe, 14% das cadeiras do Congresso Nacional.	D.P. 6
No Brasil, segundo dados do IBGE, elas chefiam 24,9% dos domicílios. Entre a população urbana ocupada, a taxa é de 8,2 anos de estudo para as mulheres contra 7,3 para os homens. Nos níveis mais elevados de escolaridade, as mulheres com mais de 11 anos de escolaridade representam 37,1% da população ocupada, contra 26,6% dos homens. Dentre as muitas profissões acadêmicas (...), as mulheres brasileiras representam hoje 97% dos assistentes sociais e fonoaudiólogos (...), ocupam 91% dos cargos de enfermeiros, 89% dos	D.P. 8

<p>de psicólogos, 77% dos de professores, 59% dos de advogados, 54% dos de médicos, 50% dos de dentistas, arquitetos e professores universitários, e somam 48% da massa de servidores públicos e 47% dos profissionais de jornalismo. Mesmo com o aumento do número de mulheres que recebem educação, 2/3 de todas as pessoas analfabetas do mundo ainda são mulheres. O rendimento médio dos trabalhadores do sexo masculino é de R\$ 719, 90, enquanto o do sexo feminino é de somente R\$ 505,90. No mundo, a cada 5 dias de falta da mulher ao trabalho, 1 é decorrente de violência sofrida no lar. A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável, se sofre violência doméstica. No Brasil, mais de 40% das violências sofridas pelas mulheres resultam em lesões corporais graves. A violência custa ao país 10,5% do seu PIB. De 1,2 bilhão de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha da pobreza, 70% são mulheres.</p>	
<p>A violência urbana e trânsito, segundo o IBGE, estão transformando o Brasil em um país não apenas idoso, mas principalmente feminino. De acordo com as pesquisas, a expectativa de vida da mulher é 8 anos maior que a do homem. Projeções do IBGE indicam que em 2020 haverá 5 milhões a mais de idosos do sexo feminino do que do masculino no Brasil.</p>	D.P. 9
<p>Segundo a Associação Médica Americana, 25% das mulheres que sofrem violência cometem suicídio. A Fundação Perseu Abramo afirma que a cada 15 segundos uma mulher sofre violência física no Brasil. O pior desses dados é o que demonstra que grande parte da violência cometida contra a mulher é perpetrada por aqueles de quem se espera carinho, atenção, compreensão e cumplicidade. A Organização Mundial de Saúde aponta que 70% dos homicídios de mulheres foram praticados por seus maridos ou companheiros íntimos.</p>	D.P. 11
<p>De acordo com o CENSO de 2000, cerca de 11,1 milhões das 86,2 milhões de brasileiras são chefes-de-família; ou seja, 25% dos lares do país são coordenados por mulheres. Outro dado importante é que, das mulheres responsáveis pelos domicílios, 3,4 milhões têm mais de 60 anos. Das chefes-de-família brasileiras, 3,6 milhões, isto é, mais de</p>	D.P. 13

<p>33%, recebem até um salário mínimo (...). no Espírito Santo, 23% das famílias são chefiadas por mulheres; ou seja, cerca de 196 mil mulheres têm de responder pela sobrevivência da sua prole, sendo que 33% delas recebem até 1 salário mínimo.</p>	
<p>Segundo pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada no Brasil em 1998, a violência doméstica é a causa de uma a cada cinco faltas das mulheres ao trabalho. Isso faz com que o Brasil perca, anualmente, 10,5% do PIB ou R\$ 84 bilhões. Segundo estudo da ONU, as mulheres representam 70% da população pobre do planeta, realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% dos rendimentos. A pesquisa também revela que 27% das mulheres possuem filhos menores de 18 anos, e a maioria delas (60%) não recebe pensão regular do pai da criança. (...) a população, de 86 milhões de mulheres, representa 55% da força de trabalho do País, no entanto, essas trabalhadoras recebem 69% dos salários normalmente pagos aos homens, e apenas 17% delas têm carteira assinada, embora sejam chefes de família de 32% dos lares brasileiros</p>	D.P. 14
<p>Em 2003, os homens com até 3 anos de estudo recebiam em média um salário de 343 reais contra 211 reais pagos às mulheres com o mesmo nível de escolaridade. Nessa pesquisa, o IBGE divulgou outro dado importante; de acordo com a síntese dos indicadores sociais de 2004, as mulheres têm uma média de tempo de estudo superior à dos homens – 7% contra 6,8%.</p>	D.P. 21
<p>O rendimento salarial médio dos homens é 29% superior. Além disso, 50% das mulheres que conseguem trabalhar vivem com um salário mínimo ou menos e são as únicas responsáveis pelo sustento de 27 em cada 100 famílias no país. (...) 33% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física, quadro que se agrava ao constatarmos que elas representam 63% das vítimas de agressão doméstica.</p>	D.P. 22
<p>Pesquisas de grupos de defesa dos direitos das mulheres mostram que pelo menos 2 milhões de brasileiras são espancadas anualmente, sendo que, em 70% dos casos, infelizmente o agressor é o marido, o ex-marido ou o namorado. (...) uma estimativa da Anistia Internacional</p>	D.P. 23

<p>nos mostra que cerca de 2 milhões de mulheres são anualmente submetidas à mutilação genital.</p>	
<p>Percebe-se nas classes mais pobres de nossa população que estamos a conviver com uma realidade assustadora: cerca de 27% dos partos realizados por mês são de adolescentes. (...) estudo feito pela Secretaria Municipal de Saúde revela que as adolescentes de 10 a 19 anos representam 38,7% do total de mulheres grávidas, tornando-se um problema de saúde pública. No Espírito Santo, 26% dos partos realizados pelo SUS são de mães adolescentes. Nos últimos 10 anos, o total de filhos gerados por mães de 15 a 19 anos cresceu de 4.500 para 8.300.</p>	D.P. 24
<p>Pesquisa nacional realizada pelo IBGE (...) é prova indiscutível da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividades. Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 8.000 mil vagas de trabalho abertas entre 1996 e 1997, mais de 60% foram ocupadas por mulheres. Enriquece essa informação o registro de que , das vagas que exigiam nível superior e 2º grau completo, mais de 50% foram ocupadas pelo sexo feminino. Relatório preparado pela ONU mostra que a América Latina registra os índices mais altos de crimes sexuais contra a mulher. De acordo com dados do BID (...), 70% da violência contra a mulher é cometida dentro do próprio lar e o Brasil é um dos países mais afetados pela violência doméstica. Um levantamento do IBGE aponta que as mulheres ganham, em média, 30% a menos que os homens. Estudo realizado pela Organização Internacional do trabalho, a OIT, indica que as categorias mais vulneráveis quanto á exploração da mulher estão no campo e no setor informal, onde é prática comum a exploração de migrantes, idosas e deficientes. Outro recente relatório, apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, Koff Annan, ressalta que as mulheres ainda são as maiores vítimas do tráfico de pessoas e representam o segmento da população mais pobre em muitos países. Dados recentes do Ministério Público do Trabalho nos trazem números desanimadores, entre os quais estes: 70% dos 1,3 bilhões de pobres do mundo, que sobrevivem com menos de 1</p>	D.P. 27

dólar por dia, são mulheres.	
<p>Vale ressaltar (...), uma pesquisa nacional elaborada pelo IBGE durante a década de 90 e publicada no ano de 2000, que representa prova incontestável da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividade. Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 800 mil vagas de trabalho abertas entre 1996 e 1997, mais de 60% foram ocupadas por mulheres. Enriquece essa informação o fato de que as vagas que exigiam nível superior ou 2º grau completo foram ocupadas em mais de 50% pelo sexo feminino. Dentre as muitas profissões acadêmicas (...), as mulheres brasileiras representam hoje 97% dos assistentes sociais e fonoaudiólogos (...); ocupam 91% dos cargos de enfermeiros; 89% dos de psicólogos; 77% dos de professores; 59% dos advogados; 54% dos médicos, 50% dos dentistas, arquitetos e professores universitários; 48% da massa de servidores públicos e 47% dos profissionais de jornalismo. A ONU(...) afirma que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo e somam dois terços do contingente de analfabetos do planeta. Indica também que, dos mais de 30 milhões de refugiados em virtude de conflitos armados existentes no mundo, 23 milhões são do sexo feminino. E o pior: coloca nosso País em 58º lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política. Outras informações internas dão conta de que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; de que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e de que no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras (...). Estatísticas com base em informações contidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que em nosso país cerca de 450 mil mulheres sofrem, anualmente, algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar(...).</p>	D.P. 28
<p>Dados do próprio Governo indicam que 6 milhões e 800 mil mulheres brasileiras já foram espancadas por homens que se consideram delas proprietários. Cerca de 40% dos agressores deixam lesões corporais graves na vítima (...). 70% dos casos de agressão contra a mulher</p>	D.P. 29

<p>ocorrem dentro de sua própria casa. As estatísticas do Governo são claras (...). Por tais estatísticas, a cada 15 segundos uma mulher sofre alguma agressão no País. E em 90% dos casos, o ato é praticado por pessoas próximas da vítima (...).</p>	
---	--

Esse conjunto de conhecimentos, a partir dos quais se tem uma boa idéia daquilo que significa ser mulher no contexto social vigente, funciona nos textos/discursos em que aparecem como provas (*pistéis*) de que o enunciado é construído a partir de uma posição objetiva do sujeito falante frente ao mundo ao qual se refere. A ação racional, decorrida diretamente do conhecimento (*logos*), se manifesta, conforme foi apregoadado por Aristóteles, por meio de argumentações demonstrativas. Esse tipo de argumentação, como mostra o quadro 4.2, confere objetividade ao discurso parlamentar. A função referencial, experiencial ou informativa da linguagem, incorporada às reflexões da lingüística moderna, dá conta de revelar que a objetividade na linguagem é um dos seus elementos constitutivos. Todavia, em meio aos princípios intelectuais e lógicos do discurso parlamentar, surgem aqueles de natureza moral ou subjetiva. Os princípios de natureza moral correspondem ao *phatos* e *ethos* aristotélicos. Ocupar-me-ei, aqui, somente com o *phatos*, uma vez que, conforme se pode ler no prefácio da obra *A retórica das paixões* (2000), Aristóteles teria incorporado à reflexão sobre o *logos* a categoria da paixão humana, ou seja, a sensação experimentada diante de um objeto sensível. É preciso que se diga que as escolhas deliberadas e emocionais, que conferem expressividade aos discursos, correspondem às dimensões cognitiva e afetiva do *ethos*. Importa, aqui, estudar mais a imagem que o discurso confere ao orador do que a função ou papel do orador no discurso. Seguindo os passos de Parret (1997:173), situarei o *phatos* na dimensão da discursivização das interações, considerando com ele que “argumentar e discursar se juntam num só e mesmo ato, o de ser apaixonado, membro de uma comunidade comunicacional”. Eis a justificativa de incorporar essa reflexão na seção destinada ao estudo dos significados representacionais, que têm a ver com o discurso. Na seção destinada ao enfoque dos significados identificacionais, no próximo capítulo, tratarei do *ethos* político nos discursos em foco.

Mantendo a análise sobre os significados representacionais e sua relação com os interdiscursos que permeiam o gênero discursivo em foco, analiso, neste momento, excertos em que os parlamentares são apresentados nos discursos como sujeitos que fazem parte da história social das mulheres, comprometidos ou não com a mudança social exigida pela realidade descrita no QUADRO 4.2 – Práticas discursivas voltadas para o universo social

feminino – . À luz do que preconiza a Análise de Discurso Crítica, a dimensão do discurso como prática lingüística permite reforçar a análise social. Nesse sentido, determinada estrutura gramatical se reveste de valores experienciais, relacionais ou expressivos que, no interior do quadro teórico-metodológico da ADC, devem permear a descrição dos traços textuais, com vistas à análise social. Tendo em vista que os valores relacionais são aqueles a partir dos quais as relações sociais são acionadas nos textos, o que pode ser feito por meio de categorias de modo, modalidade e realizações pronominais, buscaremos nessas marcas lingüísticas fundamentos para a análise sócio-discursiva a ser empreendida.

### **Bloco (6)**

D.P. 1 deputado: PT-BA

Excerto (1): *A luta de emancipação das mulheres é **permanente e cotidiana**. Por isso, não **pode** ser lembrada apenas num único dia do ano. Amanhã será comemorado em todo o mundo o Dia Internacional da mulher, e, no transcurso desta data, merece de nós homens, maiores reflexões o desafio da igualdade de gênero*

Excerto (2): *As mulheres sofrem discriminação específica (...). **Por isso**, a eliminação das discriminações praticadas contra as mulheres **não pode** ser conquistada apenas **no combate ideológico**, mas exige o desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações da opressão e discriminação impostas às mulheres.*

Excerto (3): ***Tenho** acompanhado a luta das mulheres no Brasil e vejo que, somente com a implementação de políticas específicas que venham a garantir efetivamente os direitos fundamentais das mulheres e a instituição de políticas públicas na busca da superação da discriminação de gênero, por meio de política legais, orçamentárias e administrativas, serão viáveis as transformações necessárias a que **alcancemos uma plena** relação de igualdade no exercício dos direitos entre homens e mulheres.*

O bloco (6) de excertos serve de exemplo de uma atitude interpretativa e, portanto, subjetiva do falante frente aos argumentos apresentados, a saber, um conjunto de informações e constatações tomadas dos textos produzidos fora do discurso, pois esse discurso, assim como os outros, é perpassado por dados informativos e cifras estatísticas que lhe conferem

rigor intelectual (dimensão do *logos*). Os enunciados que compõem o bloco (6) de excertos mostram que o orador se posiciona frente à verdade enunciada (*o logos convence em si e por si mesmo*). Tal posicionamento é exigência do gênero retórico ou argumentativo. Em se tratando de fins políticos, dizia Aristóteles, “é significativo o papel das opiniões que, de fato, constituem as premissas do raciocínio retórico” (Meyer, 2000:xiii). Nesse sentido, não só o *ethos*, mas também o *phatos* está ligado às situações comunicativas, bem como aos gêneros discursivos.

A estratégia de nominalização, por meio da qual um processo é transformado em referente, presente no excerto (1) em: a) “a luta da emancipação das mulheres” e b) “O desafio da igualdade de gênero”, indica que o enunciador assume uma posição perante o objeto-de-discurso “mulher”. A posição que ele assume é de um sujeito conhecedor da realidade enfrentada pelas mulheres, pois as nominalizações apontam para um discurso anterior, pressuposto. Os discursos feministas, ao meu ver, assentados numa das mais fortes correntes culturais de nosso tempo, a saber, o movimento feminista, servem de exemplo desses discursos pressupostos. “O desafio da igualdade de gênero” é sentido pelo orador como a causa pela qual as mulheres lutam. Essa luta é caracterizada por ele como “permanente e cotidiana”. Ao modalizar o enunciado por meio das formas locutivas adjetivas, ele impinge ao enunciado uma carga expressiva que vai justificar a estrutura argumentativa do apelo em: **Por isso**, (a luta de emancipação das mulheres) **não pode ser lembrada apenas num único dia do ano**. A força do seu argumento recai sobre o próprio enunciador que se posiciona como conhecedor de uma prática social feminina e, por meio da modalidade deôntica “não pode”, passa a envolver aqueles para os quais dirige seus argumentos e sobre os quais se propõem a agir. Constate-se que a estrutura argumentativa do apelo “por isso”, assim como a modalidade deôntica “não pode”, desta vez posicionando o sujeito como conhecedor das forças que se voltam contra a mulher e que as fazem agir, se repetem no excerto (2).

O uso do pronome coletivo “nós”, no excerto (1), em “o desafio da igualdade de gênero *merece de nós homens, maiores reflexões*”, é uma mostra de que o discurso do parlamentar se volta para os seus interlocutores. Subentende-se que a ação pretendida pelo orador seja a de que a realidade feminina deva ser pensada sob uma perspectiva de gênero. Vejamos que nesse mesmo discurso, o parlamentar também se apresenta em primeira pessoa. O uso do “eu” no excerto (3): “**Tenho acompanhado a luta das mulheres no Brasil e vejo ...**” dá o testemunho do sentimento de compaixão e solidariedade que acompanham a sua fala. O uso do verbo “alcançar” no modo subjuntivo apresenta o objeto-de-discurso: “*uma plena relação de igualdade no exercício dos direitos entre homens e mulheres*” apenas como uma

possibilidade. A instabilidade do fato apresentado não se configura na língua (forma), mas na expressão do enunciador que, por meio desse movimento de apropriação das formas lingüísticas, manifesta-se com graus de certeza e de dúvidas. Nesse sentido, o objeto-de-discurso é transformado em referente cuja predicação ainda é vaga. A vagueza sinalizada no modo verbal, a meu ver, se estende ao sintagma nominal, encabeçado por um artigo indefinido, portanto sem autonomia referencial. É indicado lembrar que, de acordo com Marcuschi (2005:76), “o processo referencial é um trabalho inferencial no contexto das relações sociocognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão”. Portanto, no contexto das relações sociocognitivas que atravessam todo e qualquer tipo de texto, a falta de autonomia referencial exige dos participantes da situação comunicativa um trabalho inferencial. No exemplo em foco, há uma referência implícita às alterações processadas no interior das relações sociais entre os gêneros e formas de organização social. Ao se valer dessa premissa, que aponta para a urgente necessidade de transformações de valores culturais, o parlamentar confere às práticas de reajustes econômicos, administrativos e políticos o verdadeiro poder de alterar toda uma dinâmica cultural, responsável direta pela transformação social em curso e alcance de uma nova ordem social para a mulher.

Voltemos ao excerto (2) e vejamos como o efeito construtivo do discurso em foco envolve a prática social parlamentar, acionada, de alguma maneira, pela estrutura social que se lhe apresenta externamente, e que, dada a função social dos discursos políticos, exige dele, bem como daqueles que ocupam a tribuna parlamentar, um posicionamento condizente com a função social dos discursos sobre a mulher, a saber, a de defensores dos ideais femininos.

Sob o ponto de vista do significado representacional da linguagem, o termo ideologia, subentendido na expressão “combate ideológico”, no excerto (2), é apreendido pelo parlamentar como um conjunto de atitudes sociais ou práticas sociais desenvolvidas a partir de critérios de gênero. Ideologia, nesse sentido, parece abarcar um conjunto de representações sociais, de princípios sociais que regem objetivos e interesses fundamentais de um grupo, a saber, dos opressores. O enunciado leva a crer na existência de um terceiro grupo de indivíduos, que se posicionaria entre opressores e oprimidas, capaz de assumir o controle da situação e redistribuir o poder. As formas nominalizadas “a eliminação” e “o combate”, bem como o verbo “atacar” no presente do subjuntivo, demonstram que tal controle se daria por meio de um regime de força. O campo político é apresentado, portanto, como lugar de transformação efetiva das relações de desigualdades.

Consideramos, neste estudo, que a estratégia de nominalização é um fenômeno discursivo (Mondada & Dubois, 1995). Nesse sentido, a estratégia discursiva de nominalização em “a eliminação da discriminação”, deve ser sentida como elemento capaz de provocar nos interlocutores o sentimento de que a tentativa de banir da face da terra toda e qualquer forma de opressão feminina é uma prática que vem sendo efetuada a partir de um controle das ideologias de gênero e que deve abarcar, também, políticas de construção da igualdade constitutivas de uma política de Estado. Vejamos que “a eliminação da discriminação” é uma expressão relacionada a um referente que aponta para outros dois referentes: “o combate ideológico” e “o desenvolvimento de políticas específicas”. As estratégias discursivas de nominalização, neste excerto, convergem para práticas sociais situadas, ou seja, que se fazem mediante prescrições de papéis sociais daqueles que se servem da linguagem, ou seja, do discurso como prática social para agir sobre os outros e o mundo.

De alguma forma, o orador se coloca na posição de um sujeito que conhece a realidade social feminina, tantas vezes evocada no montante de textos levados à apreciação no espaço público do Parlamento Nacional. A atitude perceptual do orador frente aos fatos constatados marca-se explicitamente na forma assertiva “exige”, que, sob o ponto de vista da transitividade oracional, situa-se nas fronteiras de um processo mental relativo, portanto, ao mundo da consciência do sujeito falante, no caso, o orador no parlamento.

É importante destacar que as formas verbais “eliminar”, “combater” e “atacar” pertencem ao campo semântico das lutas armadas, mas, na fala do orador, assumem um valor metafórico, que conduz ao raciocínio de que a parcela feminina da sociedade ali representada tem, na política, um forte aliado contra as forças que a conduzem à vulnerabilidade social. O interdiscurso que perpassa o discurso do parlamentar reforça a idéia de que o parlamento é lugar de controle das relações de poder. Nesse sentido, sob a pretensa vontade de apresentar um discurso voltado e comprometido com a dissolução de ideologias formadas em torno do referente mulher, o parlamentar se vale de recurso retórico, a metáfora, para expressar uma outra ideologia. O que se constata aqui é uma apresentação positiva do lugar social, a partir do qual o enunciador se manifesta.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises empreendidas, sem se afastarem das determinações da gramática, sustentaram-se numa visão inerentemente dialógica e interativa da linguagem em que se realça o seu sentido e significado social. A reflexão empreendida demonstrou que a maneira

pela qual aquele/aquela que se manifesta pela linguagem pode ser vista como um fator determinante no papel desempenhado pelas estruturas lingüísticas na interação sociocomunicativa. Essa concepção sociossemiótica de descrição das formas lingüísticas evoca Halliday (1994), cujo pensamento leva em conta a função desempenhada pelas estruturas lingüísticas no ato de enunciação. Esta reflexão incide sobre a habilidade do usuário da língua (sistema) em exercer interação social pela linguagem na sua exterioridade. Tanto a análise dos processos de transitividade quanto a análise dos artigos indefinidos se volta para as propriedades formais dos textos.

A análise centrada nos processos de transitividade, a partir dos excertos do bloco (1), revelou aspectos relevantes sobre as crenças, os valores e a visão de mundo do produtor do texto em foco, associados às questões de significado e construção de identidades sociais e relações sociais que se articulam, quando o tema de um discurso gira em torno do universo social feminino. Os processos de transitividade, enquanto pistas lingüístico-discursivas, demonstram que o texto se encontra matizado por representações sociais provenientes de uma cultura machista, apesar das conquistas e fortalecimento da mulher no contexto brasileiro.

O uso efetivo das expressões lingüísticas encabeçadas por artigo e sua contribuição decisiva para a orientação argumentativa do texto parlamentar demonstram que os procedimentos/recursos lingüísticos demarcados nos excerto do Bloco (2) influenciam nas relações sociais e determinam fatores pragmáticos que extrapolam os limites do enunciado. Motivações cognitivas e sociais levam a oradora do Documento Parlamentar 25, em análise, a eleger formas lingüísticas que moldam o seu discurso. Essa regularidade, atestada no uso recorrente dos indefinidos ao longo do texto, liga-se intimamente a atuação ou ao modo de ação do sujeito falante sobre o mundo e sobre as outras pessoas. Isso quer dizer que atuar regradamente no exercício da linguagem é uma forma de colocar-se como parte integrante da construção ou produção do sentido do texto que se produz.

Ao integrarem o sentido do texto produzido, os/as parlamentares encontram na língua, que se deixa moldar pela atuação de cada um dos seus utentes, um forte aliado na construção de ocultamentos e desvelamentos que se prestam à prática discursiva parlamentar voltada para questões de gênero.

À luz do que preconiza a Análise de Discurso Crítica, este estudo se volta para uma perspectiva de análise que privilegia tipos de significações geradas na confluência da ação, representação e identificação. Conforme destaquei anteriormente (seção 2.2.3), os significados acionais, que correspondem aos modos de agir, os significados representacionais, que dizem respeito aos modos de representar, e os significados identificacionais, que se

relacionam aos modos de ser, permitem aproximar elementos de natureza social dos aspectos textuais. Em linhas gerais, essas formas de significar trazem uma perspectiva social para o âmago do texto. As análises empreendidas nesta seção se voltam para cada um desses significados. Enquanto este capítulo envolveu os processos de transitividade e o significado representacional da linguagem, o capítulo seguinte contempla os atores sociais sob o enfoque dos significados acionais e identificacionais da linguagem.

## CAPÍTULO V

### CONTEXTO SOCIAL, ARGUMENTAÇÃO E *ETHOS* POLÍTICO

O capítulo é formado por duas seções. A primeira foi elaborada com base nos significados acionais e macrofunção interpessoal/relacional da linguagem. A segunda é tecida com vistas ao destaque dos significados identificacionais e macrofunção interpessoal/identitária. A operacionalização desses dois significados pela Análise de Discurso Crítica mantém em seu cerne a noção de multifuncionalidade presente na LSF, juntamente com o significado representacional da linguagem enfocado no capítulo anterior.

#### 5.1 SIGNIFICADO ACIONAL

Os estudiosos da linguagem costumam partilhar a idéia de que as atividades lingüísticas se dão por meio de textos realizados em algum gênero discursivo. Segundo frisado anteriormente, o presente estudo, cujo enfoque recai sobre o discurso parlamentar, toma como categoria analítica o gênero argumentativo. A organização argumentativa dos textos parlamentares é retórica (psíquico-social) por natureza. Sua eficácia depende da habilidade do enunciador em selecionar e aplicar procedimentos lingüísticos capazes de desencadear uma ação persuasiva sobre os enunciatários frente a dado objeto-de-discurso. Quando esse objeto-de-discurso abrange o tema “mulher”, os discursos dos/das parlamentares selecionados assumem um perfil argumentativo caracterizado pela integração de eventos passados, presentes e futuros. Tais eventos tomam parte de processos histórico-sociais acionados nesses textos como meio de provocar sentimentos e evocar idéias capazes de suscitar posições discursivas e ideológicas sobre o gênero feminino. Veremos adiante que os posicionamentos retrospectivos ou prospectivos com relação ao tempo zero (sem perspectivas), elucidados nas determinações gramaticais dos tempos verbais no discurso, dão uma boa idéia de como a linguagem se organiza ou se orchestra para produzir significações.

### 5.1.1 Acionando Relações Sociais

No que se refere à atualização dos eventos passados nos discursos, dentre os trinta textos selecionados para compor parte dos *corpora* do estudo, oito deles fazem referência ao incêndio e morte das costureiras da fábrica norte-americana de camisas Triangle Shirtwaist.

O bloco (7) abaixo destina-se a passar em revista seis excertos em que se explicita esse episódio, a partir do qual são gerados significados para o objeto-de-discurso “mulher”.

#### Bloco (7)

Excerto (1): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de abordar desta tribuna, mais uma vez, o transcurso do dia 8 de março, consagrado à luta das mulheres. Neste dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam o prédio para reivindicar a redução da jornada de trabalho de mais de 16 hora por dia para 10 horas. Essas operárias, que por 16 horas de trabalho, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, a qual se incendiou, matando cerca de 130 mulheres (D.P. 14 deputado PCdoB-BA).*

Excerto (2): *A data de 8 de março, além de nos fazer refletir sobre a importância das mulheres em nossas vidas, sobre sua força e sua determinação, leva-nos ao passado, quando, neste mesmo dia no ano de 1857, em uma fábrica em Nova Iorque, 129 tecelãs foram queimadas e carbonizadas simplesmente por terem realizado a primeira paralisação de mulheres por melhores condições de trabalho. Esse ato bárbaro ficou marcado na história da humanidade, e ainda hoje nos causa repulsa, revolta-nos, entristece-nos. Qual a justificativa para tamanha agressão? Não são as mulheres que carregam em si vida? Por que fazer da vida delas um sofrimento? Passados 149 anos desde aquela tragédia, o que percebemos é que as mulheres estão a cada dia conquistando novos espaços, melhores condições de vida, lutando por dias melhores, sendo respeitadas e admiradas. A mulher está conquistando seu lugar no mundo. Já ocupa lugares que antes eram reservados apenas aos homens. São chefes de família, sustentam a casa. Mais que isso, estão assumindo lugares de destaque, importância e responsabilidade na política (D.P. 8 deputado PTB-RR).*

- Excerto (3): *Nós, mulheres do Brasil, conseguimos votar e ser votadas a partir de 1930. Não foi presente de nenhum Governo, mas conquista resultante de lutas de todas nós. Conseguimos o dia Internacional da Mulher, não só para comemorarmos, mas principalmente para refletirmos sobre a nossa luta histórica. Em 1847, 127 operárias foram queimadas vivas pelos patrões nos Estados Unidos. Elas lutavam pela mudança na jornada de trabalho, por direitos, por dignidade. As mulheres socialistas do mundo lutaram durante cem anos pelo Dia Internacional da Mulher, como dia de reflexão política, para marcar a luta pela ocupação de espaço em todo o mundo (D.P. 5 deputada PT-SC).*
- Excerto (4): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje se comemora o dia Internacional da Mulher. Tudo começou no dia 8 de março de 1857, quando centenas de mulheres corajosas e resolutas levantaram a cabeça e saíram às ruas da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para protestar contra os baixos salários e a escravidão da jornada de trabalho de 12 horas, bem como as más condições de higiene nas fábricas de vestuário e têxteis. A reação dos homens, donos da cidade e machistas, foi mandar a polícia reprimir de forma violenta aquela ação de protesto. O respeito à mulher, à sua palavra, à sua inteligência, ao seu direito teve início naquela data. O mundo civilizado começou a ouvi-la, em sua homenagem, estabeleceu em 8 de março o Dia Internacional da Mulher (D.P. 17 deputado PMDB-RJ).*
- Excerto (5): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste período em que refletimos sobre a necessidade de eliminar violência contra a mulher, vou reportar-me à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que, no último sábado, dia 27, comemorou seu 9º aniversário de ratificação pelo Brasil. Essa página da história, antecedida por um passado de luta pela conquista de direitos, de condição de convivência harmônica e livre, sem violências psicológicas, físicas e financeiras contra a mulher, foi escrita com muitos capítulos que registraram lutas e dores, inclusive alguns escritos com sangue, como o das 129 mulheres mortas durante o incêndio propositadamente provocado numa fábrica da cidade de Nova York, por*

*protestarem por melhores salários e condições de trabalho, fato que levou à instituição do Dia Internacional da Mulher (D.P. 11 deputada PFL-BA).*

Excerto (6): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há exatamente 148 anos, no dia 8 de março, as operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, nos Estados Unidos, entraram em greve. As trabalhadoras exigiam de seus patrões que a jornada diária de trabalho fosse reduzida de 16 horas para 10. É preciso acrescentar que essas operárias recebiam, por 16 horas de trabalho, um terço do salário dos homens que trabalhavam na mesma fábrica. Para dar mais força ao movimento grevista, as trabalhadoras ocuparam a fábrica. Foi então que começou o incêndio, que resultou na morte de 130 mulheres. Esse fato tornou-se um marco na luta pelos direitos das mulheres. Em 1975, a Assembléia Geral da ONU decretou o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. A partir daí, a data tornou-se não só um dia de homenagens, mas também um momento de reflexão sobre as lutas femininas ao longo dos séculos (D.P. 21 deputado PL-ES).*

Sob o aspecto da metafunção interpessoal, pode-se afirmar que os/as parlamentares assumem nesses discursos uma posição de sujeito licenciado para se manifestar verbalmente numa tribuna parlamentar. Enquanto sujeitos de direito, eles/elas se manifestam como indivíduos que fazem uso recorrente do espaço de poder ocupado para exercer o papel fundamental de defensor dos interesses de uma parcela específica dos sujeitos representados, a saber, as mulheres. Sendo essa ação social, ou, mais precisamente, essa prática social mediada pela linguagem, é possível que o código (forma) contenha informações acerca do seu uso e, conseqüentemente, dos efeitos sociais que o mesmo pode gerar. Venho defendendo, neste estudo, que a produção social do sentido pode e deve ser buscada na superfície do enunciado, principalmente se considerarmos o sistema lingüístico como lugar de ajustes e acomodações intersubjetivas.

Nos excertos acima, os sujeitos enunciativos se valem de um fato histórico que, ao funcionar como instrumento gerador de sentidos ou significados, garante um efeito de prova aos seus argumentos que, dentre outros fatores, prestam-se à prática da persuasão e convencimento. A referência explícita ao atentado de 8 de março surge como manobra argumentativa proveitosa ao futuro discursivo dos textos. De acordo com Perelman (1999), toda a formulação de adesão a que está sujeita a argumentação ultrapassa o instante presente.

De certa forma, o domínio discursivo político exige a condução racional daquilo que se pretende demonstrar. Isso confere aos argumentos articulados (argumentação demonstrativa), ao longo do pronunciamento, certo rigor intelectual. Considerando a possibilidade de pensar a função interpessoal da linguagem como realizadora de uma função identitária (estabelecimento de identidades sociais) e de uma função relacional (representação e negociação das relações sociais), tal como sugere Fairclough (2001:92), o que mais cabe ressaltar desses excertos são os posicionamentos sociais neles configurados.

Os/as parlamentares se autoposicionam em seus discursos como sujeitos imersos em uma sociedade que não apenas os molda sob vários aspectos, mas que os induz a determinadas ações. Já comentei, neste estudo, que a perspectiva sociossemiótica dos textos permite a não desassociação daquilo que ocorre no mundo, bem como a sua realização por meio da produção de textos. Nesse passo, defendo que a seqüência de acontecimentos no mundo da vida é responsável pela produção dos textos que circulam na sociedade. A produção social do sentido não se faz independentemente daquilo que se apresenta pelo extralingüístico. Se existe algo no mundo, há um modo de fazer referências a ele no enunciado concreto, na sua forma de organização, no intralingüístico. Servem de exemplos dessa intromissão da forma no uso as escolhas – passíveis de manipulação pelo falante – de como representar ações, atores e eventos. Examinemos o primeiro excerto do bloco (3) de exemplos:

Excerto (1): (...) *gostaria de abordar desta tribuna, mais uma vez, o transcurso do dia 8 de março, consagrado à luta das mulheres. Neste dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam o prédio para reivindicar a redução da jornada de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. **Essas operárias, que por 16 horas de trabalho, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, a qual se incendiou, matando cerca de 130 mulheres.***

No excerto acima, a omissão de agentes que deveriam ocupar a posição de objeto gramatical em “essas operárias (experienciador semântico/sujeito gramatical) que, por 16 horas de trabalho, recebiam (de y/agente) menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas (por y) na fábrica, *a qual se incendiou*, matando cerca de 130 mulheres”, confere ao enunciado um posicionamento sócio-ideológico diluído, uma vez que resulta pouco enfático, em relação ao evento em causa. Ao deixar em aberto a agência (parte do *comentário do tema*),

possibilidade gramatical concedida pela língua, o parlamentar impinge ao enunciado um efeito de “anulação da oposição” (Eagleton, 1997:38) dominadas/dominadores.

Ao se analisar os textos, simultaneamente, sob a égide da forma e do significado, é possível perceber que as muitas estratégias oferecidas pela língua ajudam a legitimar ou naturalizar os interesses de um grupo ou classe dominante ou, contrariamente, desnaturalizá-los. Ao se apagarem os agentes envolvidos no evento de que participam, a ênfase recai sobre o resultado da ação e não sobre o evento/acontecimento. Vejamos, ainda, que, no excerto (1), a possibilidade dada pela língua de omissão dos atores (+humano) do atentado se expressa também pelo “reflexivo” no segmento oracional “a qual se incendiou”. A indeterminação do sujeito se dá pela transposição da responsabilidade da ação para o próprio paciente ou experimentador da ação, “a fábrica”. A intenção de não revelar os verdadeiros atores do atentado pode ser expressa por essa manobra lingüística, que permite supor um eventual desconhecimento por parte do enunciator daquele que executa a ação, ou mesmo um desinteresse em revelá-lo. Mais uma vez o produtor do texto em foco (D.P. 14) insiste em representar o ator da ação prevista pelo verbo como elemento desconhecido. O desinteresse por parte do falante em apresentar formalmente esse ator, no contexto a partir do qual ele se expressa, pode ser encarado como uma tentativa de desconfiguração das relações de forças que se estabelecem entre gêneros masculino e feminino, tanto no interior quanto fora do espaço do Congresso Nacional.

A prática de um atentado contra a vida humana é o referente dos excertos destacados no bloco (7), sobre o qual o objeto-de-discurso “mulher” é construído. A mesma forma de representar lingüisticamente essa realidade expressa, envolvendo apagamentos de agentes, repete-se no pronunciamento de outro parlamentar, como se constata neste excerto:

Excerto (2): *A data de 8 de março, além de nos fazer refletir sobre a importância das mulheres em nossas vidas, sobre sua força e sua determinação, leva-nos ao passado, quando, neste mesmo dia no ano de 1857, em uma fábrica em Nova Iorque, 129 tecelãs foram queimadas e carbonizadas simplesmente por terem realizado a primeira paralisação de mulheres por melhores condições de trabalho.*

Em termos dos valores referenciais que comporta, a porção grifada do excerto (2) pode ser descrita da seguinte maneira: “(...) no ano de 1857, em uma fábrica em Nova Iorque, 129 tecelãs (experienciador semântico) foram queimadas e carbonizadas (por y/ agente)

simplesmente por terem realizado a primeira paralisação de mulheres por melhores condições de trabalho”.

A possibilidade de esconder agentes em operações lingüísticas de predicação (veicular informações acerca de objetos) mitiga o fato de o ato de atentar contra a vida humana feminina envolver, de forma efetiva, patrões, possíveis autoridades masculinas ou homens de pensamento autoritário e repressivo. Isso quer dizer que, sob o ponto de vista intersubjetivo, a representação lingüística da realidade apreendida se deixa regular pelo leque de possibilidades, ou cadeia parafrástica, que o enunciador percorre para eleger a forma/conteúdo adequados à situação enunciativa a partir da qual se manifesta. Tais agentes, que aparecem de forma elíptica, não são retratados na superfície lingüística, por questões de natureza sócio-cognitiva do falante que não quer, não pode, não deve ou não conhece suficientemente a realidade expressa. O ouvinte/leitor dos textos pode não se dar conta do não preenchimento do espaço a ser ocupado pelo agente. Esse vazio semântico passa a funcionar como uma estratégia de imposição cognitiva, psicológica e memorial do referente, em tais representações. Isso, em condições propícias, pode afetar a “força do enunciado”, ou seja, o seu componente acional. Não se pode pensar que a ausência de marcadores explícitos da agência verbal, ou mesmo a sua presença, seja indiferente às relações de sentido do texto. A direção argumentativa de um texto também parece ser afetada diferentemente, uma vez que a ação social que resulta de cada um desses usos estratégicos da língua é distinta.

Passemos, agora, ao excerto seguinte:

Excerto (3): *Nós, mulheres do Brasil, conseguimos votar e ser votadas a partir de 1930. Não foi presente de nenhum Governo, mas conquista resultante de lutas de todas nós. Conseguimos o dia Internacional da Mulher, não só para comemorarmos, mas principalmente para refletirmos sobre a nossa luta histórica. Em 1847, 127 operárias foram queimadas vivas pelos patrões nos Estados Unidos. Elas lutavam pela mudança na jornada de trabalho, por direitos, por dignidade. As mulheres socialistas do mundo lutaram durante cem anos pelo Dia Internacional da Mulher, como dia de reflexão política, para marcar a luta pela ocupação de espaço em todo o mundo.*

No exemplo grifado, o mesmo evento é apresentado da seguinte maneira por uma parlamentar: “Em 1847, 127 operárias (experienciador semântico) foram queimadas vivas

*pelos padrões* (agente/objeto gramatical) nos Estados Unidos. Elas (agente/sujeito gramatical) lutavam pela mudança na jornada de trabalho, por direitos, por dignidade”.

O posicionamento mais engajado da parlamentar, que inclusive topicaliza o elemento “elas” no quinto período oracional, demonstra uma atitude mais persuasiva no que concerne ao fato de revelar os verdadeiros autores da atrocidade cometida contra a mulher, enquanto os parlamentares se posicionam de forma mais dissuasiva. A dissuasão a que me refiro constitui efeito de sentido que opera sobre a cena enunciativa, ou “lugares” a partir dos quais os parlamentares se posicionam no discurso acionado. Ao se manifestarem frente às colegas parlamentares e seus representantes do sexo feminino, eles buscam na constituição do discurso subsídios lingüísticos capazes de não os envolverem e tampouco comprometerem uma imagem identitária idealizada. A falta desse envolvimento provoca um efeito de esquecimento de que a prática da violência contra a mulher se faz por sujeitos concretos, de carne e osso, tais como os que ocupam o espaço enunciativo de que fazem parte. De alguma maneira, sendo os praticantes do atentado ao qual se referem do sexo masculino, aquilo que se revela aos parlamentares no mundo da vida “fere” a identidade masculina. Dessa forma, contrariamente às parlamentares, em termos argumentativos, os parlamentares deixam marcas em seus textos de uma atitude mais evasiva no que se refere à representação dos envolvidos no evento posto em questão, enquanto as parlamentares buscam reforçar o feito, ou a atitude masculina.

Esses ajustes intersubjetivos, aos quais os enunciados estão sujeitos, podem ser igualmente visualizados no excerto 4 do bloco (3), em análise.

Excerto (4): *(...) hoje se comemora o dia Internacional da Mulher. Tudo começou no dia 8 de março de 1857, quando centenas de mulheres corajosas e resolutas levantaram a cabeça e saíram às ruas da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para protestar contra os baixos salários e a escravidão da jornada de trabalho de 12 horas, bem como as más condições de higiene nas fábricas de vestuário e têxteis. A reação dos homens, donos da cidade e machistas, foi mandar a polícia reprimir de forma violenta aquela ação de protesto. O respeito à mulher, à sua palavra, à sua inteligência, ao seu direito teve início naquela data. O mundo civilizado começou a ouvi-la, em sua homenagem, estabeleceu em 8 de março o Dia Internacional da Mulher.*

Na porção destacada do excerto, mesmo que o pronunciamento implique uma qualificação negativa com relação aos atores do atentado de 8 março (machistas), é possível identificar que o parlamentar não especifica a forma de repressão aplicada, nem a natureza da violência à qual se refere. Ainda que o mesmo seja conhecedor dos detalhes sobre o atentado, haja vista que o assunto é recorrente na tribuna, não contempla as conseqüências do que chama de “ação de protesto”. Observe-se, ainda, que os enunciados em destaque comportam um paralelismo por contraste, cuja polaridade negativa incide sobre a figura masculina e a positiva sobre a figura feminina, bem como um paralelismo sintático. O QUADRO 5.1, a seguir, pretende elucidar essa ocorrência.

#### Quadro 5.1 – Caracterização do masculino frente ao feminino

Figura do homem: polaridade negativa <i>versus</i> Figura da mulher: polaridade positiva	
Donos da cidade	O respeito à mulher
Machistas	O respeito à palavra da mulher
Repressores	O respeito à inteligência da mulher
Incentivadores da violência	O respeito ao seu direito

Ainda que o paralelismo por contraste situe o referente mulher no pólo positivo da caracterização masculino *versus* feminino, a identidade feminina, sendo apresentada por meio das nominalizações, que, como se pode ver, integram o paralelismo sintático à direita do quadro, leva a crer numa idéia, aos meus olhos, errônea de que “mulher” evoca um sentido ou valor referencial específico, a saber, “respeitabilidade”. Esse efeito de sentido se constrói em função da ilusão de objetividade referencial advinda da estratégia da nominalização. As repetidas nominalizações permitem esse procedimento argumentativo que se mostra profícuo à retratação de uma visão idealizada da realidade feminina, promovendo um distanciamento entre a situação ideal e a situação real da mulher. Apesar de ocorrências como essas, os dados levantados dos *corpora* desta pesquisa demonstram que a respeitabilidade feminina é um ideal almejado no curso das relações sociais entre mulheres e homens, logo, um fenômeno em curso. Os dois exemplos a seguir servem de contraponto a essa forma de apresentação do feminino presente no excerto (4).

1. “(...) infelizmente muitos preconceitos resistem a essa luta e ainda encontramos falta de respeito aos direitos da mulher, como a prática, por exemplo, da violência contra a mulher, em especial a violência sexual (...)” (D.P. 21 deputado do PL-ES).
2. “Aos olhos do mundo, o Brasil é um país onde não impera o respeito pelas mulheres” (D.P. 29 deputada PFL-TO).

A nominalização é, portanto, um outro elemento formal da língua que pode revelar formas distintas com que os parlamentares e as parlamentares agem pela linguagem (discursivamente), ao se manifestarem na tribuna federal. Esse fenômeno lingüístico é também encontrado nos últimos dois excertos do bloco (7).

Do excerto (5), destaco a seguinte nominalização:

Excerto (5): (...) *Essa página da história, antecedida por um passado de luta pela conquista de direitos, de condição de convivência harmônica e livre, sem violências psicológicas, físicas e financeiras contra a mulher, foi escrita com muitos capítulos que registraram lutas e dores, inclusive alguns escritos com sangue, como o das 129 mulheres mortas durante o **incêndio propositadamente provocado** numa fábrica da cidade de Nova York, por protestarem por melhores salários e condições de trabalho, fato que levou à instituição do Dia Internacional da Mulher* (D.P. 11 deputada PFL-BA).

Do excerto (6), destaco a seguinte nominalização:

Excerto (6): (...) *Há exatamente 148 anos, no dia 8 de março, as operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, nos Estados Unidos, entraram em greve. As trabalhadoras exigiam de seus patrões que a jornada diária de trabalho fosse reduzida de 16 horas para 10. É preciso acrescentar que essas operárias recebiam, por 16 horas de trabalho, um terço do salário dos homens que trabalhavam na mesma fábrica. Para dar mais força ao movimento grevista, as trabalhadoras ocuparam a fábrica. Foi então que começou o **incêndio que resultou na morte de 130 mulheres*** (D.P.21 deputado PL-ES).

A nominalização é definida por Fairclough (2001:223) como “a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano”. Julgo não ser apressado dizer que esse efeito, ao qual se refere o estudioso ao caracterizar esse

fenômeno lingüístico, é também de natureza discursiva, já que o conteúdo presente nestas construções nominais – “o incêndio propositadamente provocado” (excerto 5) e “o incêndio que resultou na morte de 130 mulheres” (excerto 6) – é tomado como conhecido ou pressuposto por aqueles aos quais os pronunciamentos em foco são dirigidos. Os excertos em destaque evocam um referente cuja referência se encontra ancorada em um discurso anterior. Mais do que isso, eles constroem uma “dêixis discursiva” em cuja base se encontra uma “dêixis fundadora” que exige a memória de outros textos (Maingueneau, 1989: 41-42). Nesse sentido, do ponto de vista semântico, ao nominalizar um evento, o enunciador envolve o enunciatário de alguma maneira no seu discurso. Ele posiciona seus interlocutores frente a uma verdade previamente conhecida, pública e notória. A nominalização, não podendo se fazer fora dos interdiscursos, pois é através deles que o evento assume o estatuto de referente, revela-se como uma estratégia sócio-interativa e cognitiva.

A contraparte significativa de um enunciado que comporta nominalizações mostra-se intimamente ligada à memória discursiva partilhada pelos interlocutores, configurada no sintagma “o incêndio que resultou na morte de 130 mulheres”, que remete ao trágico desfecho de um evento que marcou o espaço histórico da luta das mulheres no mundo. Observe-se que, no excerto (5), o circunstancial de modo “propositadamente” reveste-se de carga argumentativa, uma vez que modaliza e reforça a ação criminosa do incêndio, configurada, por sua vez, no verbo provocar. A parlamentar faz com que os olhares de seus interlocutores se voltem para os praticantes do ato de incendiar, ainda que não os explicita, haja vista a omissão do agente da passiva na construção “o incêndio propositadamente provocado”. O advérbio de modo, “propositadamente”, que gramaticalmente poderia ser encarado como uma predicação dispensável, já que o sintagma nominal seria suficiente para representar o evento, serve de garantia de uma significação capaz de engendrar um saber que, para a oradora (e mulher), não deve se perder. Ao contrário, vale a pena ser reativado na memória social. A fala da parlamentar não apenas provoca emoções, mas deixa também intervir a razão. Em sua perspectiva persuasiva, a argumentação deve mostrar a força da razão. O ajuste intersubjetivo elucidado no elemento lingüístico “propositadamente” serve de prova de que, ao falarmos, posicionamos aqueles para os quais nos dirigimos. Ao posicionar os atores do atentado como criminosos, a oradora está, a um só tempo, posicionando as pessoas do sexo masculino como opressoras e as do sexo feminino como oprimidas.

Por outro lado, a categoria da pressuposição, legado trazido por Ducrot (1987) para a lingüística, incide sobre o conteúdo partilhado pelos interlocutores, tomado por eles como “já sabido”, capaz de suscitar entre eles uma espécie de cumplicidade. É justamente a noção de

pressuposto que permite enxergar na nominalização uma estratégia textual que aponta para determinada direção argumentativa. Esse futuro argumentativo, inevitavelmente, inclui um sujeito, aquele do conteúdo pressuposto, uma voz já enunciada noutra lugar. No excerto em foco, essa enunciação anterior faz parte do jogo sobre a imagem do referente, tomada como evidente ou partilhada. Para Ducrot (1987), o conteúdo pressuposto em um texto é mantido em todo o discurso subsequente. Eis, aqui, a comprovação de que operar com elementos dessa natureza permite a elucidação das diferentes direções argumentativas assumidas pelos textos, frente a diferentes objetos-de-discurso, oriundos de diferentes memórias discursivas.

Toda essa especulação teórico-analítica parece assentar-se no fato, aceito pelos estudiosos da linguagem, de que o ato de comunicação é um ato de troca de idéias, conhecimentos, valores e visões de mundo entre dois ou mais parceiros. Para Charaudeau (2006:195), mais do que isso, ele cria um elo social que parte de normas de comportamentos e estabelece representações necessariamente partilhadas. No entanto, é impossível interpretar ou perceber tais representações sem admitirmos a existência de um posicionamento do sujeito no discurso, isto é, sem que se leve em conta o modo pelo qual os indivíduos se posicionam em práticas discursivas, lugar de localização e entrecruzamento de subjetividades. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Davies e Harré (1990:48) afirmam que “ao falar e agir de uma posição as pessoas estão trazendo para a situação particular suas histórias (...), de alguém que esteve em múltiplas posições e engajado em diferentes formas de discurso”<sup>66</sup>. A manifestação lingüística espelha um auto-posicionamento do locutor, a partir do qual é possível resgatar a sua identidade social. É justamente o fato de os desvelarmos, pela linguagem, como agentes sociais que leva os parlamentares a ordenarem as informações em torno de um domínio da experiência – um crime cuja responsabilidade se atribui a indivíduos do sexo masculino – valendo-se de ocultamentos, embora isso nem sempre aconteça intencionalmente. Para as parlamentares, por sua vez, o que funciona como elemento retórico-argumentativo é justamente o não ocultamento.

Ao admitirmos que a linguagem é em grande parte responsável pela construção de sistemas de pensamento, no interior dos quais o gênero masculino desponta como machista, opressor ou arrogante, é natural que os parlamentares busquem, de alguma maneira, minimizar os efeitos desses traços sociais. Uma forma de minimizar tais efeitos é buscar na

---

<sup>66</sup> No original, “in speaking and acting from a position people are bringing to the particular situation their history as a subjective being, that is the history of one who has been in multiple positions and engaged in different forms of discourse” (Davies & Harré, 1990:48).

língua meios de se afastar de uma enunciação anterior (pré-construída) que o posiciona como conhecedor incontestado daquilo que se manifesta no mundo da vida.

### **5.1.2 Intertextualidade: Mundo Narrado e Mundo Comentado**

A categoria da intertextualidade e, no seu interior, o modo como o locutor, por meio dos tempos verbais, apresenta o mundo em forma de comentário ou de relato (cf. Cap. I, seção 2.2), permite visualizar as maneiras como se erigem as diversas vozes que perpassam os discursos parlamentares. Apontar aspectos funcionais do tempo nos textos em análise equivale atentar para o posicionamento enunciativo daquele que faz uso da linguagem, seja para descrever os seres, narrar os fazeres dos seres ou comentar seres e fazeres. Nesse sentido, a análise da intertextualidade, relacionada, como sugere Fairclough (2003), às maneiras de agir discursivamente em práticas sociais, converge para o significado acional dos textos.

A submissão a tratamento quantitativo dos 30 documentos de discurso parlamentar selecionados permite evidenciar a ocorrência de aproximadamente 70% de verbos empregados no tempo do mundo comentado. Esse fato não causa estranhamento, já que o evento ou acontecimento discursivo constitutivo da enunciação (o falar político) tem a ver com uma praxiologia muito particular do agir sobre o outro. Enquanto ato de comunicação, o discurso político concerne aos atores que participam da cena da enunciação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos (Charaudeau, 2006:40). Nesse sentido, a atitude passiva assumida, tanto pelo orador quanto por aqueles para os quais o seu discurso se destina, frente aos tempos do relato (Grupo II) não condiz com a natureza tensa, combativa e dominadora dos discursos políticos. Já comentei, neste estudo, à luz do que preconiza a teoria de Weinrich, que o emprego dos tempos do mundo narrado, ao instituir o locutor narrador, transforma o alocutário em ouvinte passivo, levando-o a assumir uma atitude relaxada em relação àquilo que se enuncia. Contrariamente a isso, o emprego dos tempos do mundo comentado, por um lado, sinaliza que o locutor, por tratar de assuntos que lhes afetam de alguma maneira, está em tensão. Por outro lado, adverte o seu alocutário de que ele tem de reagir, de que o discurso exige a sua resposta, verbal ou não-verbal. Sendo assim, avultam nos discursos de domínio político os tempos do mundo comentado.

Essa função pragmática de que se reveste o emprego dos tempos do mundo narrado, em condições propícias, pode desempenhar um papel fundamental no funcionamento

argumentativo de alguns textos que circulam em âmbito do espaço do Congresso Nacional. A argumentação desenvolvida preponderantemente por meio dos tempos do mundo comentado, que é permeada por tempos do mundo narrado, pode, entre outros fatores: a) revelar intenção de minimizar os efeitos contundentes dos objetos-de-discurso apresentados, sob os quais os ouvintes devem se posicionar; b) operar na transferência de um domínio nocional a outro; c) provocar sentimento de controle sobre aquilo que se passa no mundo da vida.

Vejamos como isso ocorre em alguns excertos do seguinte documento de discurso parlamentar:

### **Bloco (8)**

D. P. 23 deputado PP-RJ

Excerto (1): *Sr. Presidente e nobres Deputados, a Lei Maior que rege os interesses do povo brasileiro **não vem sendo respeitada**, conforme **lembrou** o próprio presidente da república (...). As estatísticas **estão** aí para comprovar a realidade dos fatos. Pesquisas de grupos de defesa dos direitos da mulher **mostram** que pelo menos 2 milhões de brasileiras **são espancadas** anualmente (...)*

Excerto (2): *Felizmente, o Governo federal **mostrou-se** sensibilizado com essa triste e lamentável realidade. Por isso, **anunciou** nesta segunda-feira (...) que **entrará** em vigor em aproximadamente 30 dias a regulamentação de uma lei que **obriga** hospitais e postos de atendimento médico a comunicar à polícia a ocorrência de internação de mulheres vítimas de violência. **Ainda bem**, porque **é sabido** que, a cada 4 minutos, uma mulher **é agredida** dentro de casa.*

Excerto (3): *Nesta mesma segunda-feira, **tivemos** o desprazer de ouvir do Ministro da saúde, Dr. Humberto Costa, outra constatação dramática: a de que em 20 anos o número de mortalidade materna não **foi resolvido**. **Sabemos** perfeitamente que, apesar dos muitos avanços e conquistas durante este século, ainda **subsiste** a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher (...).*

Excerto (4): *O próprio Presidente Lula **lembrou** nesta segunda-feira que o Brasil **tem** hoje 6 milhões de mulheres analfabetas, admitindo ainda que o Governo **precisa aperfeiçoar** a política de saúde e de empregos para a mulher. **Entendeu** também*

*S. Exa. que o Governo e a sociedade **precisam** se mobilizar para discutir essas questões de importância fundamental à garantia dos direitos individuais do cidadão brasileiro.*

Excerto (5): ***Ficamos** otimistas quando **escutamos** do Ministro da saúde, Humberto costa, o projeto de reduzir nos próximos 11 anos em até 75% o número de mulheres que **morrem** durante o parto. S. Exa. **falou** também da importância de dar assistência humanizada a mulheres que **sofrem** abortamento. Não nos **podemos esquecer**, Sr. Presidente, de que apenas nas capitais brasileiras é grande o índice de mortalidade materna.*

Ao se debruçarem sobre o objeto-de-discurso “mulher/realidade social feminina”, os/as parlamentares não podem se furtar de fazer referências aos indicadores sociais que revelam a verdadeira identidade feminina. Questões discriminatórias de classe e de gênero, que afetam as mulheres, não podem ser subtraídas de seus discursos, no interior dos quais emerge a pretensa vontade de cada um/uma de agir sobre essa realidade, alterando-a. Uma forma de dar visibilidade à realidade feminina e demonstrar que isso os/as afeta de alguma maneira é fazendo referências a toda ordem de estudos e pesquisas estatísticas, a toda ordem de textos produzidos previamente (intertextos) que contenham dados sobre essa realidade. Segundo Fairclough (2001:114), a perspectiva intertextual, vista em termos de produção, “acentua a historicidade dos textos”. Diria eu que esses textos, que trasladam os discursos parlamentares, não servem apenas para conferir-lhes um maior rigor intelectual, mas se prestam igualmente à geração de novas significações/sentidos (tratarei dessa questão adiante). Aqueles que produzem os discursos parlamentares devem provocar naqueles que os lêem/ouvem a assunção de uma posição reflexiva frente à realidade ali retratada. Isso faz parte do trabalho do(a) orador(a), ao tomar a linguagem como instrumento de sua labuta. Julgo não ser prematuro dizer que as evidências retratadas nas vozes alheias (institutos de pesquisas, fundações, bíblia, etc.), que compõem os discursos parlamentares estão a serviço da argumentação e da sua contraparte persuasiva, a de mostrar a força da razão. A utilização dos tempos do mundo comentado e narrado serve de indicativo dessas relações estabelecidas entre o texto efetivamente produzido e o evento que constitui a sua enunciação.

Nos cinco excertos destacados do documento parlamentar 23, o deputado, possivelmente, membro aliado à base governamental, assume a posição de alguém que conhece a dureza da realidade feminina. A situação de comentário, conforme enfatizei

anteriormente, designando uma atitude comunicativa de comprometimento, de engajamento, se presta à construção desse efeito de sentido. Presta-se, ainda, para interpelar aqueles para os quais o discurso é dirigido, exigindo deles uma reação. No entanto, os momentos narrativos que invadem a situação de comentário destituem do enunciado essa força expressiva, já que se mostram responsáveis pela mudança comportamental de seus enunciatários. É natural que aqueles/aquelas para os(as) quais o texto se dirige assumam, junto com o locutor, uma atitude contemplativa frente aos fatos ali apresentados e passem a se sentir resguardados (as) e protegidos (as) no pensar, no agir e no feito dos governantes. Desse modo, configura-se, em cada um dos enunciados em destaque, um caso típico de metáfora temporal<sup>67</sup>. A transposição de um domínio nocional a outro, típica dos elementos lingüísticos com função metafórica, é evidente nos excertos destacados. Do plano das idéias e dos valores daquilo que representa ser mulher no Brasil, passa-se ao plano das atitudes governamentais. Muda-se, portanto, a forma de interpelação dos alocutários envolvidos no evento comunicativo em foco. Esses são levados a assumir, junto com o locutor, a sensação de controle daquilo que se processa no mundo da vida. Se o discurso político se presta para incitar opiniões, no caso de ocorrência de metáfora temporal, a formação de tais opiniões sofre um desvio, ou seja, ela se faz em prol do referente “governo/governantes”, perdendo, assim, o seu vínculo com o referente “mulher”. Retomemos o documento parlamentar de número 23 (deputado PP – RJ), o qual evidencia que o discurso em pauta se inicia com o seguinte relato:

Há exatos 145 anos, pelo menos 130 operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque *deram* a própria vida chamando atenção do mundo inteiro para o papel e a dignidade da mulher (...). *Queriam*, na verdade, protestar e rever preconceitos (...).

Essa situação narradora ou de relato serve de mote (conceito a ser glosado) ou ponto de partida para uma situação comentadora. Pode-se dizer que se trata de um relato rápido, a partir do qual se originará o comentário ou dar-se-á prosseguimento a uma situação comentadora. Sem frustrar as expectativas dos seus interlocutores, nada impede que a situação de comentário (perpassada ou não pelo de relato) daí originada incida sobre o agir parlamentar ou governamental e não necessariamente sobre o universo natural (mundo físico, biológico ou social), a partir do qual a linguagem se reverte em mundo semiótico. É

---

<sup>67</sup> De acordo com Weinrich (1968), em geral, existe uma concordância entre os tempos da narrativa e os tempos do relato. Quando essa concordância é rompida, tem-se um caso de metáfora temporal.

inquestionável a importância do tempo verbal como um aspecto gramatical capaz de fornecer indicações sobre as verdadeiras intenções do locutor.

A modalidade apreciativa “felizmente” e o operador argumentativo “ainda bem”, que ocorrem no excerto (2) em destaque, servem para demonstrar que o sujeito enunciador se posiciona no discurso em foco como árbitro da tensão que lhe é peculiar. Os significados gerados da atitude do orador vão ao encontro da função regulatória que esse gênero textual pode exercer. No dizer de Barnica (1987:291), estudioso ao qual já fiz referências, dentre as funções sociais exercidas pela oratória, encontra-se a da solução de problemas que afetam a vida da coletividade e a da satisfação das necessidades populares (realização do bem comum). Seguindo posição semelhante a essa, Bergmann & Lukmann (1995:297) fazem lembrar que um dos traços mais freqüentes nos gêneros é “um estoque comum de conhecimentos diários sobre normatividade e reputação social da atividade comunicativa prescritos e moldados pelos gêneros” (in: Marcuschi, 2004/5:10). Em palavras de Marcuschi (2004/5:10), isso faz com que tenhamos uma noção clara do que convém ou não convém em determinados momentos. Para esses estudiosos, os gêneros estão muitas vezes “imbuídos de valores” e são muito mais do que “guias neutros para a realização de certas atividades comunicativas”. Esses valores são também sistemas de coerção social.

Como se pode ver, o posicionamento retrospectivo dos locutores auxilia na construção argumentativa do texto. À guisa de comparação, vejamos que o documento parlamentar 5 (em anexo) faz uso dos tempos do relato para apresentar efetivamente a classe social feminina e insistir sobre ela. Veja-se um exemplo desse modo de apresentação do feminino por meio dos tempos do mundo comentado perpassado por tempos do mundo narrado. O bloco (9) a seguir demonstra que, contrariamente ao que acontece no bloco (8), esse processo pode: a) revelar intenção de maximizar os efeitos contundentes dos objetos-de-discurso apresentados, sob os quais os ouvintes são chamados a se posicionar; b) manter suas referências sobre o mundo biológico e sócio-cultural; c) provocar sentimento de envolvimento efetivo naquilo que se passa no mundo da vida.

### **Bloco (9)**

D.P.5 deputada PT-SC

Excerto (1): *No Brasil, nós mulheres **somos** 86,27 milhões em uma população de 169,85 milhões de habitantes. Dessas, 71 milhões **estão** na área urbana e 15,2 milhões, na área rural. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em*

2001, **concluiu** que 84% das mulheres brasileiras **vivem** em áreas urbanas; as mulheres **totalizam** 53% da população economicamente ativa, mas apenas 17% **estão** no mercado formal de trabalho.

Excerto (2): Segundo as Nações Unidas, 70% dos pobres do mundo são mulheres, que **realizam** 70% do trabalho mundial, no entanto **detêm** apenas 10% da renda. Trata-se de uma contradição, da mais crua realidade. Das mulheres brasileiras maiores de 10 anos, 36,5 milhões não **têm** ganho financeiro algum; 33,5 milhões **têm** renda média mensal de 488 reais. Em média, a renda das mulheres negras é 37% menor.

Excerto (3): As mulheres **foram assumindo** mais tarefas, pois, com a pobreza do campo, os homens **passam** e as mulheres **ficam** com os filhos. Isso **acontece** nos setores mais pobres da cidade, tanto que, segundo pesquisas feitas em 2001, em torno de 32% ou 33% de mulheres sozinhas **chefiam** ou **dão** guarda para a família. Atualmente esse número deve ter aumentado. Dessas, 27% **têm** filhos com idade inferior a 18 anos. O que agrava a situação é que 60% desses filhos não recebem regularmente pensão dos pais ou simplesmente não a **recebem**. Alguns pais simplesmente os **abandonaram**, outros **migraram** por causa da pobreza. São assim os trabalhadores do Brasil! Só que as mulheres, não tendo condições de migrar, **ficaram** cuidando dos filhos.

Excerto (4): A situação social é muito grave, porque a renda dessas mulheres **não mudou**; **continuam** com o mesmo ganho e ainda com a responsabilidade de cuidar sozinhas dos filhos e da casa.

Além de se prestarem para validar argumentos utilizados na defesa das teses apresentadas nos enunciados, os tempos do relato se prestam também a outras sutilezas da linguagem.

### 5.1.3 Argumentação no Discurso Parlamentar: Intenção Política e Jogo Político

O presente estudo realizou-se à luz de uma proposta de análise que toma como desafio estudar as manifestações sintático-semântico-discursivas, o que envolve os contextos sociais

em que são produzidas. Fazer a ligação entre as estruturas gramaticais e a realidade vivenciada pelos falantes é o requisito básico de uma análise de discurso que se desenvolve precisamente para dar conta de estruturas e estratégias que extrapolam os limites da oração. A análise das estruturas de razão e consequência<sup>68</sup> de uma proposição pode jogar luz sobre as formas com que os oradores e oradoras experienciam ou experimentam acontecimentos/eventos relativos à realidade feminina. É preciso, porém, não esquecer que, como preconiza Halliday (1994) no capítulo introdutório de sua obra – *Why short Introduction to Functional Grammar?* –, a linguagem mostra-se envolvida num estado de coisas tal que nossa interpretação da experiência (pensar pela linguagem) e nossas permutas interpessoais (agir pela linguagem) estão codificadas no interior de estruturas semânticas plausíveis, ou seja, congruentes<sup>69</sup>.

A congruência semântica é uma noção que envolve outras duas noções que costumamos denominar coerência local e global (macroestruturas semânticas). A coerência é tanto contextual quanto socialmente relativa e depende de nossa interpretação ideologicamente controlada do mundo (van Dijk, 1999:261). Essa idéia é reforçada por Fairclough (2001), que, como vimos anteriormente (cf. cap. II), situa a coerência no estágio interpretativo da dimensão do discurso enquanto prática discursiva, conferindo especial destaque às suas funções ideológicas.

Segundo van Dijk (1997a:153), em nível de frases subseqüentes, o discurso é considerado coerente se as proposições que o constituem se relacionam em termos intensionais e extensionais. Para ele, a coerência extensional ou referencial baseia-se em relações condicionais, causais, espaciais ou temporais entre fatos de um mundo possível. Seguindo essa linha de pensamento, van Dijk (1997a:170) dedica especial atenção às relações de razão e consequência em termos dos eventos que as mesmas articulam.

Tomemos, no QUADRO 5.2, alguns dados extraídos dos *corpora* desta pesquisa em que os eventos são apresentados em relações de causalidade.

---

<sup>68</sup> Em palavras de Garcia (1986: 224), “a apresentação de razões é processo típico da argumentação (...) cuja finalidade não é apenas definir, explicar ou interpretar, mas principalmente convencer e persuadir. Ora, só convencemos ou persuadimos quando apresentamos razões. Se os fatos provam, as razões convencem. Mas os fatos constituem as verdadeiras razões; é com eles que argumentamos mais freqüentemente”.

<sup>69</sup> No original, “language has evolved in such a way that our interpretation of experience (thinking with language) and our interpersonal exchanges (acting with language) are coded into semantics structures that are plausible” (Halliday, 1994, xix)

**Quadro 5.2 – Estruturas de razão e consequência**

CONSEQUÊNCIA	RAZÃO
Mudanças no desenvolvimento social, político e cultural.(D.P. 3)	Maneira de pensar, existir, viver e agir das mulheres.
Evolução democrática. (D.P. 3)	Luta das mulheres.
Transformação das relações políticas no mundo. (D.P.3)	A presença da mulher na vida pública
Processo de feminização da pobreza na sociedade mundial. (D.P. 14)	- As mulheres realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% dos rendimentos. - 27% das mulheres possuem filhos menores de 18 anos e 60% não recebem pensão regular do pai da criança. - No Brasil, elas representam 55% da força de trabalho. Recebem 69% dos salários pagos aos homens. Apenas 17% das mulheres têm carteira assinada. - As mulheres são chefes de família de 32% dos lares brasileiros.
Perda do PIB (econômica). (D.P. 14)	Violência doméstica e faltas no trabalho.
A violência doméstica custa ao país 10,5% do PIB. (D. P. 8 )	40% das violências sofridas pelas mulheres resultam em lesões corporais graves.
Discriminação de gênero. (D. P. 4)	Diferença salarial, mesmo quando a mulher possua a mesma qualificação.
Baixo empoderamento feminino. (D. P. 4)	Baixo avanço feminino na sociedade e no espaço de trabalho.
Violação dos direitos humanos e cidadania das mulheres. (D. P. 29)	- Domínio dos homens sobre as mulheres. - Desigualdades salariais. - Assédio sexual no trabalho. -Agressão física praticada contra a mulher. - Violência de gênero.
Garantia da sustentabilidade não só do ponto de vista econômico, mas também cultural e político. (D. P.29)	O novo papel a ser desempenhado pelas mulheres nas próximas décadas.

As estruturas de razão e consequência extraídas dos pronunciamentos dos/das parlamentares e arroladas no quadro acima são submetidas pelos/as orador/as a um tratamento subjetivo. Examinemos os blocos (10), (11) e (12) de excertos que se seguem:

**Bloco (10)**

D.P. 3 deputado PL-MG

Excerto (1): *O desenvolvimento social, político e cultural sofreu, nas últimas décadas, a grande influência da maneira de **pensar, existir, viver e agir das mulheres**.*

Excerto (2): *No tocante às lutas gerais dos brasileiros, as mulheres desempenham um papel marcante, que nos tem levado a uma evolução democrática. Politicamente também avançaram, **mas** ocupam apenas 9% dos mandatos parlamentares; afinal, trata-se de uma conquista recente).*

Excerto (3): *A presença das mulheres na vida pública não configura somente uma conquista feminina; transforma também as relações políticas no mundo. Relatório recente do Banco Mundial afirma que os países mais machistas são mais pobres).*

Nos três excertos acima, o objeto-de-discurso “mulher” é apresentado como agente portador de atributos que lhe conferem poder de atuar sobre estruturas sociais. Contudo, constate-se que no excerto (1) a essência dos atributos, ou seja, os diferentes modos do pensar feminino, do existir feminino, do agir e viver feminino, não são explicitados na superfície lingüística do enunciado. As formas finitas dos verbos se encarregam de demonstrar o caráter aberto e indeterminado do argumento utilizado. Isso faz lembrar a “técnica dos subentendidos”, referida por Perelman (1999:374). Na exposição do filósofo, “o orador deixa supor que dispõe de argumentos, faz alusão a eles, esboça-os, deixando ao ouvinte o cuidado de desenvolvê-los”. Nesse sentido, o parlamentar se posiciona como um observador distante do objeto observado.

Acompanhando o raciocínio de Habermas (2002:39), pode-se dizer que o objeto-de-discurso em pauta é posicionado no evento comunicativo como elemento de julgamento, mas não de tratamento efetivo. De acordo com o estudioso alemão, “julgáveis” são, sobretudo, todos os objetos a respeito dos quais podem ser afirmados fatos, mas somente objetos identificáveis espaço-temporalmente podem ser “tratados” no sentido de uma manipulação eficaz em relação a fins. O efeito de sentido daí obtido parece não ser outro senão o da emergência de uma tática argumentativa que, no dizer de van Dijk (2003), posiciona o enunciador como “legislador altruísta”. A essa tática argumentativa, van Dijk denomina “alarde altruísta”. As estruturas de razão e consequência extraídas dos excertos do D.P 3 apontam para: desenvolvimento social, evolução democrática e transformação das relações políticas. Essas formas lingüísticas não só reforçam o “alarde altruísta”, mas também denotam um posicionamento do parlamentar/enunciador em relação ao outro que sofre e reclama por

seus direitos. Esse posicionamento é marcado por uma atitude de solidariedade. A partilha do bem se deve fazer em nome de um ideal democrático. Segue-se daí que a democracia não é vista como um direito, mas como o único meio possível para obter um fim evidentemente desejável. É justamente essa ideologia que dá sustentação ao agir altruísta do parlamentar, que consegue apresentar o objeto de discurso “mulher”, no excerto (2), como elemento capaz de transcender a condição de ocupar apenas 9% dos cargos eletivos e ser interpretado como causa de transformações, evoluções e desenvolvimentos sociopolíticos. Nesse mesmo excerto, deparamo-nos com o marcador de oposição “mas”, que estabelece uma relação de contradição entre o evento que o antecede, a saber, o avanço político das mulheres e o evento que se lhe opõe, a saber, a ocupação pelas mulheres de apenas 9% dos mandatos parlamentares. Essa estratégia serve para salvaguardar aparências de que a ocupação do espaço público e de poder do parlamento pelas mulheres se faz sem enfrentamentos de resistências por questões de gênero.

O efeito de sentido daí resultante não é outro senão o da crença num mundo objetivo comum. Esta objetividade leva a crer na existência de uma realidade que se apresenta como “dada”. Na base do processo constitutivo dos enunciados arrolados acima, paira um “mundo de evidências” que, segundo Charaudeau (2006:178-179), se constrói por meio da enunciação delocutiva<sup>70</sup>. De acordo com o estudioso, a enunciação delocutiva é expressa com a ajuda de frases (definicional, infinitiva, impessoal, nominalizada) que apagam todo traço dos interlocutores, para se apresentar sob forma impessoal. Salta à vista o caráter dogmático impingido pelo enunciador a cada um dos enunciados apresentados em forma de excertos. Esse fator parece definitivo para posicioná-lo como enunciador não-combativo.

No que diz respeito ao enfrentamento pelas mulheres de resistências e preconceitos ao tentarem ocupar o espaço político que lhe é de direito, os depoimentos seguintes, colhidos das parlamentares, dão conta de mostrar o caráter relativo de que se revestem as noções de causa e consequência envolvidas nos eventos de que se originam.

Entrevista 1:

Deputada PT-RS

---

<sup>70</sup> Em palavras de Charaudeau (2006:178), “a enunciação delocutiva apresenta o que é dito como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz terceira, voz da verdade”.

”(...)114- *Nós precisamos lutar muito pra ser visíveis/prá ser visível... 115- porque o espaço público é ainda masculino... 116- o agir é masculino... 117- o pensar é masculino... 118- a forma das relações é masculina... 119- então... a gente... tá enfrentando... como é que diz?, permanentemente, esses novos paradigmas... 120- esse novo olhar da questão de gênero feminino(...)*”.

Entrevista 6:

Deputada PFL-TO

”(...) 126- *a campanha eleitoral é:: onde a mulher sofre o maior/é:: prejuízo eleitoral, moral é...127- quando, principalmente, você é correta... onde o seu opositor, por exemplo, não pode lhe fazer críticas com relação à sua honestidade, por onde você tenha passado, ou sua competência ...128- normalmente eles fazem a terceira opção que é a de agredir a sua moral a sua honra...né?... calúnia, é:: piadinhas, brincadeiras indevidas que:: às vezes, pode confundir a cabeça do eleitor... né?(...)*”.

Esses depoimentos alertam para o fato de que é preciso lembrar que entre os dois pólos mutuamente exclusivos das estruturas de causa e conseqüência de um enunciado se posicionam valores que se interpõem entre um estado de coisas (causa) e a mudança desse estado de coisas (conseqüência). Ao que me parece, é o olhar atento para esses valores ocultos ou subliminares que permitem investigar o discurso como prática sócio-cultural, tal como sugere a análise de discurso crítica, bem como questionar modelos coletivos de percepção da realidade.

### **Bloco (11)**

Excerto (1): *Segundo pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada no Brasil em 1998, a violência doméstica é a causa de uma a cada cinco faltas das mulheres ao trabalho. Isso faz com que o Brasil perca, anualmente, 10,5% do PIB ou R\$ 84 bilhões* (D. P. 14 deputado PCdoB-BA).

Excerto (2): *Outro aspecto relevante é o processo de feminização da pobreza verificado na sociedade mundial. Segundo estudo da ONU, as mulheres representam 70% da população pobre do planeta, realizam 70% das horas de trabalho e recebem*

*apenas 10% dos rendimentos. A pesquisa revela também que 27% das mulheres possuem filhos menores de 18 anos, e a maioria delas (60%) não recebe pensão regular do pai da criança (D. P. 14 deputado PCdoB-BA).*

Excerto (3): *No Brasil, a situação é dramática: a população feminina, de 86 milhões de mulheres, representa 55% da força de trabalho do País. No entanto, essas trabalhadoras recebem 69% dos salários normalmente pagos aos homens, e apenas 17% delas têm carteira assinada, embora sejam chefes de família de 32% dos lares brasileiros (D. P. 14 deputado PCdoB-BA).*

Excerto (4): *No mundo, a cada 5 dias de falta da mulher ao trabalho, 1 é decorrente de violência sofrida no lar. A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável, se sofre violência doméstica. No Brasil mais de 40% das violências sofridas pelas mulheres resultam em lesões corporais graves. **A violência custa ao país 10,5% do seu PIB** (D. P. 8 Deputado PTB-RR).*

Excerto (5): *Outro aspecto preocupante é a feminização da pobreza. De 1,2 bilhão de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha da pobreza, 70% são mulheres. Mas as mulheres são **fortes, lutadoras e solidárias**, e não se intimidam com esses dados; pelo contrário, **são essas injustiças e a dor que as persegue que as fazem batalhar por liberdade, por igualdade entre os sexos e por reconhecimento** (D. P. 8 Deputado PTB-RR).*

Nas estruturas argumentativas de razão e consequência, ao lado das enunciações delocutivas analisadas, aparecem os dados estatísticos que, de uma forma ou de outra, submetem a enunciação a um “teste da verdade”. O conhecimento empírico, ao supor realidades que os ouvintes se vêem obrigados a aceitar, desempenha uma função coercitiva. Os discursos, afirma Habermas (2002:44-45), “*permanecem enraizados no mundo da vida*” (grifo do autor). A orientação discursiva para a verdade apresenta caráter regulatório, ou seja, uma função regulativa. Os argumentos daí resultantes, como os apresentados nos cinco excertos destacados, aparecem marcados com o timbre da razão.

Os objetos-de-discurso “feminização da pobreza” e “perda do PIB” (ou o custo da violência contra a mulher para o Brasil) passam, nesses pronunciamentos, pelo filtro dos valores racionais que os constroem, relegando a um segundo plano o fato de que esses

mesmos objetos integram uma vasta abordagem da representação da mulher em ambientes de competitividade laboral. A alta recorrência à estratégia discursiva da coerção por meio das cifras quantitativas demonstra um claro uso imperativo da linguagem, o que se coaduna com a voz autorizada do parlamentar. Os discursos em pauta se voltam para os próprios enunciadores, que fazem do emprego assertivo e eficaz da tática argumentativa da coerção instrumento de conexão entre eles e seu auditório.

Vejam os que no excerto (5), extraído do D. P. 8, deparamo- nos com um posicionamento reflexivo do enunciatador frente aos dados estatísticos aos quais recorre ao se manifestar pela linguagem. A maneira como o parlamentar focaliza o argumento inicialmente apresentado funciona como elemento dissimulador dos dados revelados pelos Indicadores de Gênero, tantas vezes referidos no montante dos textos levados ao conhecimento do Plenário Nacional. Ao lançar mão de idéias e crenças de que as mulheres são *fortes, lutadoras e solidárias* e, ainda, da falsa visão de que *injustiça e dor* são fenômenos que as fortalecem, o parlamentar se coloca a serviço da legitimação dos interesses de um grupo ou classe dominante. Na explicação de Eagleton, isso se faz mediante, sobretudo, a distorção e a dissimulação. Ao se demonstrar partidário das idéias de Thompson (2002:16-17), para quem a ideologia “é o sentido a serviço do poder” e estudar a ideologia “é estudar os modos pelos quais o significado (ou significação) contribui para manter relações de dominação”, Eagleton (1997:19) destaca que o processo de legitimação do poder se faz por meio de seis estratégias diferentes, a saber:

1. promovendo crenças e valores compatíveis com o poder dominante;
2. naturalizando tais crenças;
3. universalizando tais crenças, de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis;
4. denegrindo idéias que possam desafiá-las;
5. excluindo formas rivais de pensamento;
6. obscurecendo a realidade social, de modo a favorecer o poder dominante.

No excerto (5), o parlamentar busca minimizar os efeitos negativos – registrados nas cifras numéricas dos levantamentos estatísticos das quais os/as parlamentares tantas vezes lançam mão – daquilo que se nos apresenta como parte do universo social feminino. Seu pronunciamento, todavia, contém estereótipos e distorções que passam a ser incorporadas a essa prática discursiva. De acordo com Fairclough (1989/1991, 1992, 1995), a linguagem se

encontra intimamente imbricada na história, cultura e instituições às quais os indivíduos estão vinculados. Dessa forma, o mundo sócio-histórico-cultural constitui-se discursivamente.

Essa mesma forma de pensar a linguagem é ilustrada por Cameron (1992:6), nos seguintes termos: “se nos expusermos repetidamente a estereótipos e distorções, começaremos a crer neles e tomá-los como verdades”<sup>71</sup>. Levando em conta, mais uma vez, o caráter acional do discurso, pode-se sublinhar o fato de que o estilo retórico é de natureza combativa (*stilus pugnax*) e competitiva e, ainda, que os objetivos retóricos fundamentais são defender uma causa e evocar sentimentos e idéias. Ao se posicionarem como defensores das causas sociais femininas, tanto os parlamentares quanto as parlamentares caem nas armadilhas da linguagem e, não raro, traçam um perfil para o gênero feminino partindo de atributos que contribuem para a construção de uma imagem reforçadora das desigualdades sociais.

As premissas, pretensamente combativas, trazidas à tona no excerto (5) acima, demonstram a não existência de uma consciência crítica por parte do enunciador de que as representações sociais são controladas pelos modos pelos quais as pessoas são apresentadas ou retratadas nos atos de linguagem. Isso significa dizer que os pontos de vista socialmente instituídos são produtos das representações sociais. Estendendo um pouco mais essa discussão, pode-se dizer, com Bourdieu (1989), que tomar consciência do próprio discurso requer que os participantes se tornem sujeito em lugar de objeto do processo sócio-histórico.

A meu ver, o pronunciamento em foco reflete um discurso conservador do parlamentar, que insiste em sustentar certas crenças e convicções a respeito da conduta feminina. Essa disposição conservadora aparece retratada na crença em uma “lei natural” adquirida pela experiência humana e em uma ordem providencial que confere um desígnio “divino” à parcela feminina da sociedade. Cabe à mulher conformar sua conduta a tal desígnio, pois o seu abandono provoca injustiça e calamidade. Nesse passo, percebe-se, no excerto (5) do bloco (11) examinado, que à tática argumentativa da coerção sobrepõe-se a da moderação. Esta última serve para apaziguar os ânimos do auditório, já bastante apaixonado. Refrear, desinflar, pacificar, reconciliar, enfim, abafar os fogos do desejo é o intuito do orador.

À guisa de comparação, analiso, a seguir, um bloco de excertos extraído dos discursos de uma parlamentar.

---

<sup>71</sup> Tradução minha de: “if you are exposed repeatedly to stereotypes and distortions, you will come to believe them and take them for granted” (Cameron, 1992:6).

**Bloco (12)**

Excerto 1: *O fenômeno da violência do gênero, como é chamada a violência contra a mulher, **atinge** mulheres de todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Ela **está ligada** ao poder, em que impera o domínio dos homens sobre as mulheres. É claro, **possui** uma ideologia que **lhe dá** sustentação (D.P. 29 deputada -PFL).*

Excerto 2: *Essa violência **se apresenta** de muitas formas: desigualdades salariais, assédio sexual no trabalho, uso do corpo como objeto e agressão física praticada, na maioria das vezes, por parceiros inescrupulosos que **não discernem** a natureza do crime. Todas essas formas **representam** violação dos direitos humanos e **atingem** a cidadania das mulheres (D.P. 29 deputada -PFL).*

Excerto 3: *Encontro das mulheres do MERCOSUL, realizado no último mês de agosto, em Montevideu, no Uruguai, já detectava que **o novo papel a ser desempenhado pelas mulheres nas próximas décadas, nos diferentes países, é fundamental para a garantia da sustentabilidade não só do ponto de vista econômico, mas também cultural e político** (D.P. 29 deputada -PFL).*

Excerto 4: *A forma mais comum de discriminação de gênero refere-se à diferença salarial, quando o homem e a mulher possuem a mesma qualificação profissional, experiência, função, e o gênero determina o salário. A discriminação presente no mercado de trabalho também está na política, território historicamente dominado pelo homem (D.P.4 deputada -PFL).*

Nos excertos (1) e (2) do bloco (12) , a violência de gênero aparece como evento resultante da hegemonia masculina e da violação dos direitos humanos e cidadania da mulher. Esses eventos são, como se pode ver, de natureza negativa. A representação social do feminino é feita com base na estrutura das relações de dominação entre os sexos. Nesse ponto, contrariamente aos discursos dos parlamentares, o discurso da oradora se volta justamente para o questionamento dessas relações que, como se viu, nas estruturas de causa e consequência anteriormente analisadas confluíram para uma zona de interseção dessas estruturas. Salta aos nossos olhos a intenção verdadeiramente política da parlamentar em demonstrar a preponderância de um pensamento, uma visão de mundo que impede o

crescimento feminino e o seu conseqüente empoderamento. Essa intenção marca-se fortemente nas formas indicativas dos verbos grifados nos excertos (1) e (2). No capítulo III (seção 3.4.4) deste estudo, referimo-nos ao modo indicativo como elemento que atesta a busca de objetividade, pois a atitude do falante frente ao fato expresso é uma atitude de completa assunção do enunciado. Nota-se, aqui, uma atitude de completo engajamento do falante perante aquilo que enuncia.

Com base no mesmo pronunciamento, no excerto (3), pode-se constatar que a oradora constrói seu texto de modo a retratar o fato de que a mulher carece de poder reconhecido e valorizado culturalmente. Ao se referir à existência de um novo papel para a mulher, valendo-se, portanto, da forma adjetiva “novo”, elemento que reporta a uma anterioridade nocional, caracterizada por uma visão tradicional do feminino, a oradora estabelece uma oposição entre a orientação doméstica do universo social feminino e laços extradomésticos ou públicos que, em muitas sociedades, são primordialmente acessíveis aos homens. Ao que parece, os espaços públicos se mantêm como o lugar legítimo do exercício do poder e da autoridade masculina. A parlamentar faz referências a um modelo de organização cultural e social que deve ser rompido em nome da sustentabilidade econômica, política e cultural das nações. O rompimento com esse estado de coisas requer uma transformação profunda nas relações sócio-culturais que se deve processar na relação radical que se estabelece entre o sujeito masculino diante do feminino, fruto de uma cultura masculinista sedimentada nos regimes sociais patriarcais. A parlamentar defende seus argumentos, na continuidade do discurso, por meio de uma clausula nominalizada. Para a oradora que, neste momento, por meio da modalidade apreciativa “é fundamental”, impõe uma visão muito particular daquilo que representa ser mulher no contexto vigente, “a garantia da sustentabilidade econômica, cultural e política” se mostra como algo intrinsecamente ligado e dependente da efetiva participação da mulher nas esferas de poder, e a aceitação necessária dessa participação, como forma de minimizar os efeitos das desigualdades sociais, econômicas e políticas estabelecidas entre os gêneros masculino e feminino.

O discurso da parlamentar (D.P. 29), ao invés de camuflar o conflito social, operando sobre os seus interlocutores de modo a fazê-los crer no poder regulatório da governabilidade política, volta-se justamente para as situações sociais de injustiça, para as situações configuradoras da dominação e conflito. Esse conflito social, claramente, visto como confluindo para questões de gênero, é também elucidado em outro discurso da mesma deputada (D.P. 4) que, agora, faz referências explícitas ao fato de ser o campo da política

dominado por um certo antropocentrismo cultural, estabelecedor da primazia do poder público masculino.

No excerto (4) do bloco (12) em análise, o reconhecimento ontológico das formas de representação social do feminino é apresentado pela oradora por meio da categoria da nominalização, que, mais uma vez, apresenta-se como elemento de suma pertinência analítica. A estrutura nominal: “a discriminação presente no mercado de trabalho também está na política...”, entre outros fatores, serve de elemento âncora de uma dêixis que aponta para o referente “mulher”, suscitando a idéia generalizada da condição cultural da vida das mulheres como sujeitos postos à margem da sociedade. Vemos, aqui, a pertinência de se pensar a linguagem sob o ponto de vista de sua função ideacional ou representacional. A representação lingüística das mulheres como indivíduos discriminados, por meio da categoria da nominalização, permite retomar uma anterioridade discursiva, ou seja, um dito pautado numa estrutura social que se assenta no caráter binário e mutuamente exclusivo da autoridade e do poder masculino diante do “outro” – o feminino. O poder masculino sobre o feminino é referendado não só nas práticas sociais que envolvem o mundo do trabalho, a produção de bens e serviços, mas também no mundo das práticas sociais de natureza político-administrativa. Convém notar que a prática discursiva parlamentar se mantém sobre o enfoque das diferenças identitárias que se fazem sentir nas práticas sociais discriminatórias e sexistas. Muito embora seja o Parlamento considerado o lugar da prática e busca da emancipação humana, é possível perceber que a parcela feminina da sociedade se mantém representada como sujeito não legitimado institucionalmente, culturalmente e historicamente a participar da vida política. É de se estranhar que a prática discursiva em estudo, ainda que se nos apresente como meio, ou instrumento poderosíssimo, na luta em favor do desenvolvimento e sobrevivência da democracia, não tenha ultrapassado os limites de uma discussão que insiste na dualidade “masculino” versus “feminino”.

Os seguintes depoimentos atestam que no espaço público da política ainda perduram relações conflituosas de natureza sexista.

Entrevista (6):

Deputada PFL-TO

*“(...)137- então, no dia-a-dia, as mulheres que conseguem se eleger, normalmente elas vão conviver com uma maioria de homens, 138- porque na assembléia tem mais homens, 139- no Senado tem mais homens, 140- na*

*Câmara tem mais homens, 141- nas Câmaras Municipais tem mais homens...142- então, sempre que a mulher vai se destacando começam, às vezes, é:: as pessoas compreenderem mal e querer fazer algum tipo de...de:: de dar um predicado é:: à mulher que ela possa não merecer (...).*

#### Entrevista 6:

Deputada PFL-TO

*“(...)145- eu vejo muitos elogios... é... já tá na hora da mulher ser presidente da república, ser senadora [...] 146- as mulheres no mundo inteiro estão se destacando, mas 147-você vê que são coisas isoladas... 148- tão são isoladas que dão em notícia de jornal...149- dá em notícia de jornal porque ainda é coisa rara, então...150- o elogio é grande... 151- a intenção de voto é grande, mas... 152- eu não vejo isso no resultado”.*

No que se refere ao modo de governar feminino, geralmente as mulheres são avaliadas não pelos seus discursos, suas ações, sua personalidade política, mas por uma visão estereotipada que estigmatiza comportamentos, com uma tendência preconceituosa que pesa sobre a mulher quando em cargos de poder. No cenário político nacional, é comum se falar no estilo “duro”, “quase masculino” de governar da ministra Dilma Roussef. Durante as últimas eleições, a primeira candidata mulher para o cargo da presidência da república, a então Senadora Heloísa Helena, foi taxada como “histórica”, “mal amada”. Durante um dos pronunciamentos televisivos da então candidata à presidência, presenciei pessoas com as quais convivo chamarem-na de “mal amada”; ouvi comentários, tais como: “essa mulher deveria ir para casa lavar camisas”, ela é “desequilibrada”. Esses juízos de valor foram emitidos por duas mulheres. O comentário do único homem que também acompanhava o pronunciamento naquele momento foi o seguinte: essa mulher é uma “cobra”, eu não a quero como amiga, muito menos como inimiga. A atitude dura e firme na fala da candidata provocou, naquele momento, reprovação, porque se admite que estilos “duros” de governar são masculinos, enquanto estilos “delicados” são essencialmente femininos. Perceba-se que os comentários incidem sobre família, sexualidade e comportamento agressivo. Construções histórico-culturais da identidade feminina e de papéis sociais naturalizados, geradores de descrédito e isolamento, destituem da mulher o direito de ocupação dos espaços de poder. Na opinião de Connell (1995), citado por Dutra (In: Moita Lopes, 2003:147), “a masculinidade

hegemônica surge como a configuração da prática de gênero que sustenta e apóia uma sociedade patriarcal, a qual garante essa posição dominante para os homens, subordinando as mulheres”.

## 5.2 SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL

Sob o ponto de vista da Análise do Discurso Crítica, é por meio dos significados identificacionais que se pode ter acesso aos modos pelos quais os atores sociais emergem dos textos. No que concerne aos modos particulares de ser, os significados identificacionais lançam luz sobre as identidades sociais que se constroem na confluência do evento discursivo (o texto) com as práticas sociais. Ao lado da categoria avaliação, a modalidade é apenas uma das marcas lingüísticas capaz de revelar a maneira como o falante se relaciona com aquilo que é dito. Demonstrar envolvimento e compromissos por meio de atos de linguagem é parte de um processo mais geral de construção da identidade do falante. Já mencionamos, neste estudo, que Fairclough (2003) , ao dividir a metafunção interpessoal em identificacional e relacional, busca dar conta desse fato. Para o estudioso, as identidades são relacionais no sentido de que aquilo que uma pessoa é está intimamente ligado ao como a pessoa se relaciona com o mundo e as outras pessoas. Nos limites deste estudo, por um lado, essa questão lança luz sobre sobre identificação social e *ethos* político, e, por outro, sobre identificação social e espaço político, já que aquilo que é dito também é determinado pelo contexto situacional (campo) em que são produzidos os textos.

### 5.2.1 Identificação Social e *Ethos* Político

Nos discursos de domínio político, a palavra pode ser vista como instrumento da política social, posto que a mesma se realize em um gênero que, sob o ponto de vista de seu caráter acional, está a serviço de propósitos ideológicos. A manifestação da palavra no espaço público do Congresso Nacional parece conferir ao enunciador certo poder regulatório sobre as relações de classe caracterizadas pelo autoritarismo social. A palavra pública se revela como um meio de promoção do bem comum. Nesse sentido, a tomada da palavra na tribuna se faz a partir de um sujeito que, de alguma maneira, marca-se naquilo que enuncia e deixa marcas do lugar a partir do qual se manifesta lingüisticamente. A modalização constitui uma dessas marcas que se inserem no fenômeno mais geral da enunciação. A Análise de Discurso incorpora aos seus preceitos teórico-metodológicos as “enunciações por meio das quais os

locutores, ao mesmo tempo, instituem uma certa relação com os outros sujeitos falantes e com sua própria fala” (Charaudeau & Maingueneau, 2004:337). Não esqueçamos que, na concepção tridimensional do discurso, o texto consiste na realização lingüístico-formal da prática discursiva. A significação é, portanto, o elemento que fundamenta o processo lingüístico de construção dos enunciados.

Muito apropriadamente, Meurer (2004:134) lembra que, numa análise de textos realizada com base na LSF, todos os significados têm uma conexão direta com o contexto social. Em palavras do lingüista brasileiro, “na LSF, portanto, não se analisa um texto unicamente em termos dos elementos lexicogramaticais. Ao invés disso, cada significado deve ser relacionado simultaneamente a rotinas sociais e a formas lingüísticas”. Sendo assim, a começar das marcas lingüísticas de modalização é possível analisar os fatores que exercem coerções sobre a situação de comunicação a partir da qual se realiza um gênero específico de texto/discurso.

A alta ocorrência das formas modais, como as modalidades epistêmicas que, segundo Fairclough (2003), correspondem às trocas de conhecimento/informação, bem como as modalidades deônticas que, de acordo com o referido lingüista britânico, correspondem às trocas de atividades/bens e serviços, configuram instrumento útil na análise dos significados identificacionais e dos seus efeitos enunciativos, tal como se pode constatar no próximo bloco de excertos.

### **Bloco (13)**

Excerto (1): *A luta de emancipação das mulheres é permanente e cotidiana. Por isso, não pode ser lembrada apenas num único dia do ano. (...) a eliminação das discriminações praticadas contra as mulheres não pode ser conquistada apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações da opressão e discriminação impostas às mulheres* (D.P. 1 deputado PT-BA).

Excerto (2): *(...) todos precisamos lutar pelos direitos humanos, sobretudo pelos direitos das mulheres* (D.P.3 deputado PL-MG).

Excerto (3): *Estamos vivendo com uma nova geração que deve refletir sobre o poder do Estado, sobre como recriar o movimento para eleger mulheres comprometidas com um Brasil mais justo, com menos corrupção* (D.P.4 deputada PFL-TO).

Excerto (4): *Temos dois brasis ou mais. Há o Brasil das mulheres que conquistaram direitos e o das mulheres cujos direitos contidos na Constituição Federal e no novo Código Civil não proporcionaram nenhuma mudança na sua vida. É para este Brasil que precisamos voltar os olhos. É para essas mulheres que precisamos voltar os olhos e quebrar o silêncio. (...) A sociedade, vale dizer, precisa também ser modificada ideologicamente. (...) Precisamos ter bolsa-escola para alfabetização da mulher trabalhadora. É preciso tratar de forma diferente os desiguais* (D.P.5 deputada PT-SC)

Excerto (5): *Enfim, não podemos esquecer que as diferenças de oportunidade entre homens e mulheres em nosso continente ainda são muito grandes e cabe a todos nós estarmos atentos para que não se venha a aumentar esse fosso. (...) Nós, políticos, temos obrigação de viabilizar o Estado economicamente para promover novos empregos* (D.P. 6 deputada PT-DF).

Excerto (6): *Por isso, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher é um instrumento que deve transcender o formalismo e o cerimonialismo dos acordos e ganhar vida nos trabalhos, nas escolas, nos lares e nas ruas das Américas. (...) No campo das ações positivas, os Estados-partes devem se empenhar para promover a educação e o treinamento dos agentes policiais e judiciários, prestar serviços especializados à mulher vítima de violência* (D.P.11 deputada PFL-BA).

Excerto (7): *Então, pela sua importância, o dia 8 de março não deve ser registrado de forma simples. Devemos dar importância a esta data e nos comprometermos com a luta dessas mulheres* (D.P12 deputado PT-PR).

Excerto (8): *Precisamos mobilizar a sociedade, construir um movimento nacional que mostre a cara dessas trabalhadoras e suas bandeiras. Temos lutado pelo reconhecimento da força produtiva e reprodutiva e precisamos que sejam respeitadas* (D.P.20 deputada PT-SC).

Excerto (9): *Nesta data comemorativa de hoje, diante do resultado da pesquisa acima mencionada, precisamos ir além dos cartões, presentes e buquês de flores e lutar*

*de forma mais contundente para oferecermos, como presente maior, uma reação prática e imediata contra os agressores das mulheres brasileiras (D.P. 21 deputado PL-ES).*

O excerto (1) é marcado primeiramente por uma atitude de condenação de uma prática que, ao meu ver, é sentida pelo parlamentar como peculiar, recorrente no Congresso Nacional.

Excerto1: *A luta de emancipação das mulheres é permanente e cotidiana. Por isso, não pode ser lembrada apenas num único dia do ano. (...) a eliminação das discriminações praticadas contra as mulheres não pode ser conquistada apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações da opressão e discriminação impostas às mulheres.*

A atitude de condenação do locutor frente ao fato expresso cede lugar a uma atitude de sujeito conhecedor de um estado de coisas capaz de ir ao encontro dos interesses femininos. Ao enunciar que “a eliminação das discriminações praticadas contra as mulheres (...) exige o desenvolvimento de políticas específicas...”, o orador constrói uma imagem positiva dos atores do mundo político, uma imagem de sujeitos capazes de intervir sobre aquilo que afeta as mulheres, capazes de colocarem a seu favor os instrumentos de que dispõem, a saber, a criação ou “desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações da opressão e discriminação impostas às mulheres”.

As modalidades demonstram ainda, que, os discursos dos/das parlamentares são perpassados por cobranças, demandas e exigências. Isso é o que se constata nestes excertos:

Excerto (2): (...) **todos precisamos lutar** pelos direitos humanos, sobretudo pelos direitos das mulheres.

Excerto (3): *Estamos vivendo com uma nova geração que **deve refletir** sobre o poder do Estado, sobre como recriar o movimento para eleger mulheres comprometidas com um Brasil mais justo, com menos corrupção.*

Excerto (4): *Temos dois brasis ou mais. Há o Brasil das mulheres que conquistaram direitos e o das mulheres cujos direitos contidos na Constituição Federal e no novo Código Civil não proporcionaram nenhuma mudança na sua vida. É para este Brasil que **precisamos voltar** os olhos. É para essas mulheres que **precisamos voltar** os olhos e quebrar o silêncio. (...) A sociedade, vale dizer, **precisa também ser modificada** ideologicamente. (...) **Precisamos ter** bolsa-escola para alfabetização da mulher trabalhadora. **É preciso** tratar de forma diferente os desiguais.*

Excerto (5): *Enfim, **não podemos esquecer** que as diferenças de oportunidade entre homens e mulheres em nosso continente ainda são muito grandes e cabe a todos nós estarmos atentos para que não se venha a aumentar esse fosso. (...) Nós, políticos, **temos obrigação** de viabilizar o Estado economicamente para promover novos empregos.*

Os quatro excertos ilustram a ocorrência de modalidades que desvelam uma atitude auto-reflexiva por parte dos/das oradores/as com relação ao seu papel na quebra de um autoritarismo que vitimiza a parcela feminina da sociedade. Muitas vezes, as modalidades utilizadas demonstram que a instância política falha no seu suposto papel de promotor do bem-estar feminino e gestor da vida coletiva. Isso pode ser apreciado no excerto (6) do bloco em questão:

Excerto (6): *Por isso, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher é um instrumento que **deve transcender** o formalismo e o cerimonialismo dos acordos e ganhar vida nos trabalhos, nas escolas, nos lares e nas ruas das Américas. (...) No campo das ações positivas, os Estados-partes **devem se empenhar** para promover a educação e o treinamento dos agentes policiais e judiciários, prestar serviços especializados à mulher vítima de violência.*

Note-se que os exemplos acima realçam o caráter exortativo da argumentação suasória. Os/as parlamentares aconselham aqueles para os/as quais se dirigem e apresentam propostas para o futuro. Em busca da garantia do sucesso do empreendimento oratório é que

os atores políticos se apresentam como guias morais. Convém lembrar que, para Aristóteles, é ao caráter moral que o discurso deve quase todo o seu poder de persuasão.

Ao lado das demandas e exigências, reveladoras do comprometimento dos/das parlamentares com a moral, as obrigações e necessidades, aparecem, nos excertos selecionados, como ofertas de atividades/bens e serviços, o que pode ser examinado nos excertos seguintes.

Excerto (6): (...) *Nós, políticos, **temos obrigação** de viabilizar o Estado economicamente para promover novos empregos.*

Excerto (7): *Então, pela sua importância, o dia 8 de março não deve ser registrado de forma simples. **Devemos dar importância a esta data e nos comprometermos com a luta dessas mulheres.***

Excerto (8): ***Precisamos mobilizar a sociedade**, construir um movimento nacional que mostre a cara dessas trabalhadoras e suas bandeiras. Temos lutado pelo reconhecimento da força produtiva e reprodutiva e precisamos que sejam respeitadas.*

Excerto (9): *Nesta data comemorativa de hoje, diante do resultado da pesquisa acima mencionada, **precisamos ir além dos cartões, presentes e buquês de flores e lutar de forma mais contundente** para oferecermos, como presente maior, uma reação prática e imediata contra os agressores das mulheres brasileiras.*

Os excertos grifados constataam que aqueles/as que ocupam o espaço de poder no Parlamento se fazem sentir como sujeitos dispostos a agir em favor daquelas que, conforme comprovam os dados desta pesquisa, encontram-se à margem da sociedade. Ao meu ver, essa é uma das formas pelas quais os atores políticos buscam obter credibilidade. A busca por credibilidade se faz por meio do exercício, do trabalho, do esforço despendido por aqueles/as que se manifestam pela linguagem na construção de uma identidade discursiva capaz de apresentá-los/las como indivíduos engajados e comprometidos com as questões femininas. Isso é também observado no seguinte trecho de um dos documentos complementares:

(...) *recomendamos* a mobilização em torno de projetos e programas que tenham implicações positivas na redução das condições sociais desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das mulheres e de sua capacidade como cidadãs ativas em nosso processo econômico, político, social. (...) *sugerimos* amplo debate em torno da PEC 385, de 2001, que inclui milhares de donas de casa no sistema de proteção social de 1 (um) salário mínimo (...). *Propomos* a criação de uma Comissão especial destinada a efetuar estudo sobre proposições que dispõem sobre trabalho/emprego doméstico em tramitação nesta Casa (...). *Defendemos* a aprovação de projetos que garantam (...) (Relatório Final – Seminário Internacional: *Por um Brasil sem desigualdades*, p.51).

Com base nas idéias acima, pode-se afirmar que tudo aquilo que diz respeito ao universo social feminino vai assumindo, ao longo da produção dos discursos parlamentares, um valor que transforma aquilo que é dito em instrumento útil à obtenção dos lucros nesse mercado das formas simbólicas.

### 5.2.2 Identificação Social e Espaço Político

Nos estudos discursivos, falar sobre identificação social equivale a dizer que, por um lado, as trocas verbais ou interações discursivas são indissociáveis da influência que os interlocutores desejam exercer uns sobre os outros. Por outro lado, considerando os espaços sócio-discursivos em que o falante se manifesta, equivale, também, a dizer que a identificação social está ligada à distribuição preestabelecida de papéis para o locutor.

Isso significa que a auto-imagem construída pelo falante perante aqueles aos quais dirige a sua fala está ligada ao papel social por ele exercido num determinado contexto situacional (campo). Alguns estudiosos, ao situarem o *ethos* no ato de enunciação, costumam se referir a um *ethos* dito “pré-discursivo” ou “prévio” e a um *ethos* dito “discursivo”, que tem a ver com a própria atividade linguageira do falante. Enquanto o primeiro está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou seja, ao processo de legitimação de sua fala, o segundo está ligado às coerções da situação de comunicação que se lhe impõem. No capítulo III (seção 3.2), foram tecidas considerações acerca do contexto situacional em que são produzidos os textos em análise. Naquele momento, fizemos referências à investigação de cunho qualitativo que prevê que o pesquisador social deve investigar não só a natureza do acontecimento, mas também a natureza do *campo de ação* – que diz respeito aos atores sociais – e do *campo de observação ingênua* – que diz respeito aos espectadores. Conforme destacado anteriormente, os sujeitos do *campo de ação* atuam diretamente na situação social, enquanto os do *campo de observação ingênua* pensam e experimentam o dito, ou ação

comunicativa, como se eles próprios estivessem agindo pela linguagem, posicionando-se como elementos constituintes do jogo da linguagem.

O *ethos* constitui uma estratégia do discurso político, ou seja, um meio discursivo através do qual se torna possível influenciar o auditório. Nesse sentido, a análise da categoria *ethos* exige, igualmente, a análise da categoria *phatos*. Quando Aristóteles propôs a tríade *logos*, *ethos* e *phatos*, determinou que, enquanto o primeiro está para o domínio da razão e torna possível convencer, os dois últimos compreendem o domínio da emoção e tornam possível persuadir emocionando. Sendo as paixões representações que visam a definir a identidade do sujeito relativamente a outrem (Meyer, 2000:XLVII), as análises que seguem se destinam a perpassar algumas das grandes paixões determinadas por Aristóteles, de modo que se possa revelar a imagem que os/as parlamentares constroem de si frente às crenças e aos valores atribuídos àqueles que os ouvem.

Destaco mais um bloco de enunciados para análise.

#### **Bloco (14)**

Excerto (1): *A luta de emancipação das mulheres é permanente e cotidiana (...). O desafio da igualdade de gênero merece de nós, homens, maiores reflexões (...). A discriminação é ainda mais perversa quando analisamos a situação da mulher negra (...). Tenho acompanhado a luta das mulheres e vejo que, somente com a implementação de políticas (...)*” (D.P.1 deputado PT – BA).

Excerto (2): *(...) esta passagem de mais um Dia Internacional da mulher apresenta-se como oportuna ocasião para discutirmos as questões de gênero e ressaltar a luta feminina, visando ao reconhecimento da mulher como ser produtivo, respeitável e sobretudo, igual.(...) É desnecessário lembrar o papel e a importância da mulher na sociedade, a sua capacidade de ação e eficiência demonstradas nas mais diversas atividades, mas é importante destacar aspectos nos quais a sua participação é tímida. (...) Em perspectiva mais ampla, é importante o reconhecimento social da contribuição política das mulheres (...). Tenho participado da luta feminina e colocado o meu mandato a sua disposição (...)* (D.P.2 deputadp PSB – PE).

Excerto (3): *“(...) Apesar disso, a discriminação contra as mulheres ainda existe. Mesmo possuindo níveis mais elevados de escolaridade, o rendimento médio alcançado*

*pelas mulheres é inferior ao dos homens. (...) E, infelizmente, a discriminação contra as mulheres não é restrita ao Mercado de trabalho.(...) Reconheço a importância da mulher em nossas vidas (D.P.8 deputado PTB - RR).*

Excerto (4): *Hoje, dia 8 de março, defendo as reivindicações das mulheres neste pronunciamento de apoio à luta das brasileiras. Entendo que a própria imprensa, que muitas vezes tem posturas machistas durante o ano inteiro, imagina que, ao fazer meras publicações sobre a questão da mulher neste dia, está se redimindo do seu papel na história do nosso País (D.P. 12 deputado PT - PR).*

Excerto (5): *(...) em homenagem ao Dia Internacional da Mulher queremos não só nos solidarizar com a classe feminina celebrando suas conquistas, apoiando suas lutas e repugnando a violência e a discriminação que ainda a penalizam como também chamar atenção para a exploração excessiva e abusiva da imagem da mulher pela mídia (D.P. 13 deputado PT - ES).*

Excerto (6): *Quero , em nome do meu partido, o Partido Liberal (...) falar do choque e da indignação que sempre me provoca o conhecimento de que, até hoje, alguns setores da sociedade teimam em fazer da discriminação contra a mulher um meio para se beneficiarem(...). É impressionante, sr. presidente, que me pleno século XXI exista quem impeça a promoção das suas funcionárias, mantendo-as me postos inferiores e mal remuneradas e ainda justifique a atitude com argumentos extraídos dos piores clichês machistas conhecidos.(...) Algumas pessoas pensam equivocadamente que o Brasil está imune à intolerância contra os direitos da mulher, mas o dia-a-dia mostra que isso não é verdade. Reparemos na profusão de assuntos abordados corriqueiramente aqui mesmo, na Câmara. Para citar apenas 2, a feminização da pobreza e o Estatuto da Mulher são temas que estão sendo discutidos nesta Casa. (...) venho reiteradamente à tribuna chamar a atenção dos nobres pares para a nossa iniciativa que instituiu 2004 como o Ano da Mulher (D.P.18 deputado PL- TO).*

Excerto (7): *Infelizmente, a melhora no nível de instrução não tem permitido a elas receber salários semelhantes aos dos homens. Isso precisa ser revisto (...). (...)*

*infelizmente muitos preconceitos resistem a essa luta e ainda encontramos falta de respeito aos direitos da mulher (...)* (D.P. 21 deputado PL - ES).

Excerto (8): *Felizmente, o Governo Federal mostrou-se sensibilizado com essa triste e lamentável realidade. Por isso, anunciou (...) que entrará em vigor em aproximadamente 30 dias, a regulamentação de uma lei que obriga hospitais e postos de atendimento médico a comunicar à polícia a ocorrência de internação de mulheres vítimas da violência. Ainda bem, porque é sabido que a cada 4 minutos uma mulher é agredida dentro de casa* (D.P. 23 deputado PP - RJ).

Excerto (9): *As mulheres do Brasil são tratadas como mercadorias por estrangeiros inescrupulosos! Precisamos tentar mudar essa situação. (...) Precisamos mudar o conceito que diversos países têm sobre o Brasil: país de mulher fácil, país da prostituição, bordel de belas praias. (...) É necessário também que essas mulheres (...) tenham acesso à educação, que, acredito, evita a exploração. Lutemos contra essa cruel exploração* (D.P. 26 deputado PTB - RR).

Examinemos de maneira detalhada cada um dos excertos acima.

Excerto (1): *A luta de emancipação das mulheres é **permanente e cotidiana** (...). O desafio da igualdade de gênero merece de nós, homens, **maiores reflexões** (...). A discriminação é **ainda mais perversa** quando **analisamos** a situação da mulher negra (...). **Tenho acompanhado** a luta das mulheres e **vejo** que, somente com a implementação de políticas (...).*

Só se pode falar de emancipação de um indivíduo posicionando-o frente a outros já emancipados. Sendo assim, no enunciado: “A luta de emancipação das mulheres *é permanente e cotidiana* (...)”, retrata-se não apenas um aspecto da identidade social feminina, mas também um aspecto da identidade social masculina. Ao caracterizar a luta feminina por sua emancipação, frente ao masculino já emancipado, como “permanente” e “cotidiana”, o parlamentar se volta para as rupturas de identidades que causam indignação nas mulheres. A *cólera*, na Retórica das Paixões, é vista como “um brado contra a diferença imposta, ‘injusta’ ou como tal sentida” (Meyer, 2000:XLIII). Ao se manifestar frente àqueles que se vêem afrontados por esse estado de coisas, a saber, as mulheres por ele representadas, bem como as

deputadas presentes no Plenário Nacional, o parlamentar se mostra consciente da sensação de desprezo que as mulheres experimentam frente às questões de gênero. Sendo assim, o orador se posiciona em seu discurso como “homem do povo” em: “O desafio da igualdade de gênero merece de *nós*, homens, *maiores reflexões*”, assumindo o fato de que esse assunto costuma ser encarado pela parcela masculina da sociedade com desdém. O intensificador “maiores” marca essa atitude de desdém e desprezo com relação à luta de que as mulheres são partidárias. Nesse passo, o parlamentar se posiciona como sujeito consciente, conhecedor das desigualdades entre homens e mulheres em “a discriminação é *ainda mais perversa* quando *analisamos* a situação da mulher negra”, levando seus interlocutores a acreditarem na possibilidade de obterem o desejado, ou seja, a anulação das diferenças. Essa estratégia lhe serve de instrumento útil à obtenção da *calma* em seus ouvintes. A *calma*, na Retórica das Paixões visa a recriar a simetria. Surge daí um sujeito solidário e complacente em “*Tenho acompanhado* a luta das mulheres e *vejo* que, somente com a implementação de políticas (...)”.

Excerto (2): (...) *esta passagem de mais um Dia Internacional da mulher apresenta-se como oportuna ocasião para discutirmos as questões de gênero e ressaltar a luta feminina, visando ao reconhecimento da mulher como ser produtivo, respeitável e sobretudo, igual.*(...) *É desnecessário lembrar o papel e a importância da mulher na sociedade, a sua capacidade de ação e eficiência demonstradas nas mais diversas atividades, mas é importante destacar aspectos nos quais a sua participação é tímida.* (...) *Em perspectiva mais ampla, é importante o reconhecimento social da contribuição política das mulheres (...). Tenho participado da luta feminina e colocado o meu mandato a sua disposição (...).*

Só se pode falar de reconhecimento social das mulheres se as confrontarmos com aqueles indivíduos já reconhecidos socialmente. Sendo assim, semelhantemente ao excerto (1), no excerto (2) o parlamentar se posiciona em seu discurso como sujeito conhecedor das desigualdades social e econômica estabelecidas entre os gêneros masculino e feminino. As modalidades apreciativas *É desnecessário* lembrar; *é importante* destacar; *é importante* o reconhecimento, contribuem para destacar a natureza interpessoal desse seu posicionamento que, entre outros fatores, volta-se para a descoberta das necessidades, dos anseios e desejos alheios. O *favor* na retórica aristotélica é uma concessão de algo a alguém muito necessitado. Aquele que possui concede ao necessitado, não em troca de alguma coisa, nem com o fim de

obter alguma vantagem pessoal. Nesse sentido, a obsequiosidade é uma resposta a outrem, atende à sua pretensão, ao seu caráter passional. No jogo especular da troca verbal, o mandatário parlamentar, em “*tenho participado da luta feminina e colocado o meu mandato a sua disposição*”, serve para atestar a legitimidade da posição institucional assumida pelo orador nesse discurso. Valendo-se do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação, o parlamentar assume a posição de alguém que reconhece a necessidade do outro, bem como a de alguém que deve exercer a sua função de colocar-se a serviço do outro no discurso. Mais uma vez, deparamo-nos com uma estratégia argumentativa que se presta à obtenção da moderação das paixões.

Excerto (3): (...) ***Apesar disso, a discriminação contra as mulheres ainda existe. Mesmo possuindo níveis mais elevados de escolaridade, o rendimento médio alcançado pelas mulheres é inferior ao dos homens. (...) E, infelizmente, a discriminação contra as mulheres não é restrita ao Mercado de trabalho. (...) Reconheço a importância da mulher em nossas vidas.***

Não se pode falar de discriminação sem estabelecer uma oposição entre indivíduos socialmente discriminados e não discriminados. A discriminação é geralmente sentida como algo penoso, destrutivo ou arrebatador. Desperta a piedade ou compaixão, o sentimento de pesar sobre sofrimentos imerecidos daqueles que são relativamente próximos. Entretanto, a compaixão, na retórica das paixões, é um sentimento despertado naquele que se vê igualmente ameaçado de sofrer algum mal. Na tradução do texto clássico *Retórica das Paixões*, é possível ler: “não sentem compaixão os que estão completamente perdidos (...), nem os que se julgam extremamente felizes e são, ao contrário, insolentes, porque se crêem ter todos os bens, evidentemente também pensam que nenhum mal pode atingi-los” (Aristóteles, 2000:53).

No enunciado em análise, demonstrar desprezo pela condição da mulher, enquanto ser discriminado, bem como se acomodar perante esse fato, é compactuar com um estado de coisas que pode desestabilizar a sua forma de vida e a dos outros aos quais se refere. Notemos que, em “*reconheço a importância da mulher em nossas vidas*”, o parlamentar se apresenta em primeira pessoa, incluindo-se naquilo que enuncia, assumindo a posição de alguém que se sente igualmente afetado. Ao admitir como verdadeira, legítima, boa ou digna de admiração a influência exercida pela mulher sobre a sua vida e a dos seus interlocutores, o parlamentar assume uma posição de sujeito que se sente grato e agradecido. Esse

posicionamento de gratidão perante o feminino também foi encontrado nas entrevistas tomadas dos parlamentares. Vejamos um exemplo em:

Entrevista (5):

Deputado PTB – RR

*(...) 65-hai de nós, quem/o que seríamos nós se não fosse a mulher...66- se hoje eu estou aqui é fruto de uma mulher que...que me concebeu, 67- me criou, 68- me educou e:: 69- eu tenho mais que:: é:: é que estar apoiando as ações que venham, realmente, atender aquelas necessidades básicas/(...).*

Passemos à análise do próximo excerto.

Excerto (4): *Hoje, dia 8 de março, **defendo** as reivindicações das mulheres neste pronunciamento de apoio à luta das brasileiras. **Entendo** que a própria imprensa, que muitas vezes tem posturas machistas durante o ano inteiro, imagina que, ao fazer **meras publicações** sobre a questão da mulher neste dia, está se redimindo do seu papel na história do nosso País.*

Observe-se que o excerto é construído com base nas três instâncias ou “lugares de fabricação do discurso político: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação” (Charaudeau, 2006:55). Já enfoquei essas categorias em momento anterior. Dada a sua relevância, volto a tomá-las aqui. Segundo preconiza Charaudeau (2006), no primeiro desses lugares se situa a *instância política* ao lado da *instância adversária*; no segundo, encontra-se a *instância cidadã* e, no terceiro, a *instância midiática*. É possível constatar que o parlamentar se vale de uma manobra argumentativa que recai sobre a legitimidade de decisão e ação conferida à instância política e sobre a legitimidade do papel de informante e, de tabela, incitador da opinião pública da instância midiática. Há, portanto, aí, a vontade do orador de afastar qualquer sentimento de insatisfação que possa surgir por parte da instância cidadã com relação ao papel social desempenhado pelo parlamento. O parlamentar busca, assim, gerir supostos conflitos de opinião acionados pela mídia, subestimando a forma de agir da instância midiática. Repete-se, aqui, o interesse do parlamentar em acalmar os ânimos daqueles para os quais o seu discurso é dirigido.

Essa mesma forma de seduzir o auditório pode ser encontrada no excerto que segue:

Excerto (5): (...) *em homenagem ao Dia Internacional da Mulher **queremos** não só nos solidarizar com a classe feminina celebrando suas conquistas, apoiando suas lutas e repugnando a violência e a discriminação que **ainda** a penalizam como também chamar atenção para a exploração excessiva e abusiva da imagem da mulher pela mídia.*

Não se pode falar de solidariedade sem que haja reconhecimento de injustiças praticadas contra o outro. O sentimento de solidariedade surge de um posicionamento de consternação frente às mazelas do outro. Mostra-se solidário aquele que se posiciona frente a fatos e acontecimentos considerados abusivos e improcedentes. Guiada por um sentido moral, a solidariedade vincula o indivíduo às causas, aos sentimentos e valores alheios. Temos aqui mais um exemplo em que o orador constrói para o parlamento e, de tabela, para si uma imagem de redentor.

No excerto (6), mesmo que o sentimento de cólera e indignação sejam contundentes no pronunciamento do parlamentar, sem destoar dos outros discursos produzidos na Câmara, o que se põe em jogo é a tentativa do enunciador (*instância política*), que se posiciona perante seus/suas colegas parlamentares (*instância adversária*), de suscitar no enunciatário (*instância cidadã*) uma imagem positiva de engajamento, envolvimento e compromisso com o padecer feminino.

Excerto (6): **Quero** , em nome do meu partido, o Partido Liberal (...) *falar do choque e da indignação que sempre **me provoca** o conhecimento de que, até hoje, alguns setores da sociedade teimam em fazer da discriminação contra a mulher um meio para se beneficiarem (...). **É impressionante**, Sr. Presidente, que em pleno século XXI exista quem impeça a promoção das suas funcionárias, mantendo-as em postos inferiores e mal remuneradas e ainda justifique a atitude com argumentos extraídos dos piores clichês machistas conhecidos. (...) Algumas pessoas pensam **equivocadamente** que o Brasil está imune à intolerância contra os direitos da mulher, mas o dia-a-dia mostra que isso não é verdade. **Reparemos** na profusão de assuntos abordados **corriqueiramente aqui mesmo, na Câmara**. Para citar apenas 2, a feminização da pobreza e o Estatuto da Mulher são temas que estão sendo discutidos **nesta Casa**. (...) **venho reiteradamente** à tribuna chamar a atenção dos nobres pares para a **nossa iniciativa que instituiu 2004 como o Ano da Mulher**.*

O lugar social ocupado pelo parlamentar parece lhe conferir autoridade em manifestar-se enquanto líder incontestado na condução dos desfavorecidos, a saber, a parcela feminina de seus representados, visando ao bem-estar comum. Mais uma vez, é o espírito de solidariedade que se nos revela na voz consensual do parlamentar.

Um outro enunciado que suscita compaixão é o que destacamos no seguinte excerto:

Excerto (7): ***Infelizmente**, a melhora no nível de instrução não tem permitido a elas receber salários semelhantes aos dos homens. Isso **precisa ser** revisto (...). (...) **infelizmente** muitos preconceitos resistem a essa luta e **ainda encontramos** falta de respeito aos direitos da mulher (...).*

Atitudes preconceituosas costumam partir daqueles que se vêem distanciados das necessidades e anseios alheios. A atitude de indignação do orador frente ao fato exposto demonstra a sua compaixão por aquelas que sofrem e exigem seus direitos de cidadã. Os advérbios modais servem de elemento configurador do desgosto experimentado pelo parlamentar. Esse efeito de sentido se estende aos excertos (8) e (9).

Excerto (8): ***Felizmente**, o Governo Federal mostrou-se sensibilizado com essa **triste e lamentável** realidade. Por isso, anunciou (...) que entrará em vigor em aproximadamente 30 dias, a regulamentação de uma lei que obriga hospitais e postos de atendimento médico a comunicar à polícia a ocorrência de internação de mulheres vítimas da violência. **Ainda bem**, porque é sabido que a cada 4 minutos uma mulher é agredida dentro de casa..*

Excerto (9): *As mulheres do Brasil são tratadas como mercadorias por estrangeiros inescrupulosos! **Precisamos** tentar mudar essa situação. (...) **Precisamos** mudar o conceito que diversos países têm sobre o Brasil: país de mulher fácil, país da prostituição, bordel de belas praias. (...) **É necessário** também que essas mulheres (...) tenham acesso à educação, que, **acredito**, evita a exploração. **Lutemos** contra essa cruel exploração .*

Cada um dos fragmentos de discurso analisados demonstra que os parlamentares (deputados) se posicionam em seus discursos a partir de uma atitude de sujeitos conhecedores

dos males que afetam a parcela feminina da sociedade. Posicionam-se, portanto, como sujeitos piedosos e solidários.

Diferentemente dos pronunciamentos dos parlamentares, os pronunciamentos das parlamentares (deputadas) carregam mais vivamente em si as marcas da *cólera*., ou seja, tal como destacamos, do brado contra a diferença imposta e sentida como injusta.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises empreendidas neste capítulo permitiram identificar posições ideológicas assumidas pelos/as parlamentares, ao se manifestarem no espaço enunciativo de que fazem parte. O modo como cada um dos enunciadores se manifesta na Tribuna da Câmara está intimamente ligado a ajustes intersubjetivos que se processam em função do tratamento do tema “mulher” na prática discursiva parlamentar. Categorias lingüísticas – como nominalização, tempos do mundo narrado e do comentado, verbos na forma finita, modo e modalidade, estruturas de razão e consequência, os operadores argumentativos, bem como a categoria da intertextualidade e interdiscursividade – mostraram-se propícias à identificação de posicionamentos destituídos ou não de engajamento. A reflexão permite afirmar que a prática discursiva parlamentar sofre influências do contexto institucional em que os textos são produzidos. Vimos, ainda, que tudo aquilo que diz respeito ao universo social feminino, de alguma maneira, reveste-se em instrumento útil ao agir parlamentar. Esse agir, configurado na prática discursiva parlamentar sustenta, apóia e contribui para o funcionamento das ideologias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro momento do estudo, ao adentrar o território da retórica clássica, assumi uma posição analítica que se coadua com uma visão sócio-interativa da linguagem. Esse modo de pensar a linguagem encara o aspecto acional, que abrange o contexto situacional e contexto de cultura, a partir dos quais os falantes exercem controle sobre estados de coisas e sobre os outros, como elemento determinante das propriedades do discurso. Ao tomar a retórica como instrumento de análise da prática discursiva parlamentar, é possível lançar luz sobre o uso e manipulação da linguagem em busca da maximização de sua eficácia pragmática.

As análises aqui empreendidas, e sustentadas, sobretudo, sob a lupa da Análise de Discurso Crítica, guiada pelo arcabouço teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional, permitiram evidenciar modos de intervenção explícita do enunciador na construção do seu enunciado. No entanto, se o falante age sobre seus ouvintes por meio de ações linguísticas do tipo retórico, que visam à persuasão e ao convencimento, são justamente essas mesmas ações que tornarão aqueles para os quais os discursos parlamentares se dirigem (os seus ouvintes) parte do processo discursivo em que se inserem. A natureza da relação que se estabelece entre enunciadore (instância política) e enunciatários (instância política e instância cidadã) e o objeto-de-discurso a partir do qual um texto/enunciado é construído, pode ser abordado sob o ponto de vista das relações que se estabelecem entre os participantes do discurso, ao como essas relações são representadas e negociadas. Esse tipo de análise requer e envolve, conforme foi referido neste estudo (cf. cap. III, seção 3.1), uma tomada de atitude reflexiva do pesquisador frente ao objeto de sua pesquisa.

Enfocar a transitividade da linguagem, com base na função ideacional e na rede de significados (acional, representacional, identificacional), trouxe-me a certeza de que é preciso assumir uma posição analítica crítica frente às evidências geradas pelo sistema de significações em que se assentam as manobras enunciativas. Essa tomada de posição permite lançar luz sobre o funcionamento da prática discursiva parlamentar, que é, por natureza, uma prática política, sede, portanto, da luta pelo poder. Nesse sentido, possibilita, por um lado, determinar aquilo que é convencional e recorrente no universo discursivo de domínio político. Por outro lado, permite ver de que forma esses elementos são afetados quando essa prática sócio-discursiva se volta para o universo social feminino.

A análise dos processos de transitividade, tal como levada a cabo no Bloco (1) de excertos, complementada pela análise de elementos circunstanciais como o dêitico “aqui”; os

verbos na forma deôntica e indicativos de desejo; as modalidades apreciativas, entre outros, permitiu-me identificar que há uma tendência daqueles que se manifestam no espaço de poder do Parlamento Nacional de se mostrarem comprometidos com os desejos e anseios daqueles/daquelas em nome dos/das quais se posicionam em seus discursos. Todavia, é possível vislumbrar que esse empenho em construir uma imagem idealizada de si, pode ser afetado por esquecimentos que o orador busca provocar, tais como o encobrimento de questões que exigem um posicionamento auto-reflexivo frente às questões de gênero, principalmente no que concerne à construção de uma auto-identidade do parlamentar frente ao outro sexo. Esse mesmo fenômeno foi constatado no bloco (3) dos excertos analisados.

O apagamento dos agentes envolvidos em um evento que depõe contra a figura masculina, no excerto (1) do bloco (3), provoca, igualmente, esquecimentos que auxiliam na desconfiguração das relações de forças, como as que se processam entre dominados e dominadores. Esse vazio semântico se repete no excerto (2), extraído, assim como o primeiro, de um pronunciamento de um parlamentar; prestando-se, portanto, à despotencialização de possíveis atribuições de sentido que venham a depor contra o próprio parlamentar. Assegurado pela legitimidade institucional da prática discursiva em que se inserem, os parlamentares despontam na forma daquilo que Fairclough (2001:121) denomina de “efeito ideológico do sujeito” (cf. seção 1.4.1). Tal efeito ideológico se reveste do caráter de elemento útil à construção de uma auto-imagem positiva dos parlamentares que, ao lançarem mão de uma possibilidade concedida pela língua, não se apresentam frente aos seus pares e, principalmente, frente à parcela feminina de seus representados, sob as suas condições reais de existência. Uma outra forma de despotencializar sentidos que possam afetar a imagem dos parlamentares é a técnica de transpor noções de um domínio nocional a outro, tal como ocorrem com os *frames* lingüísticos e as *metáforas*.

A categoria da nominalização mostrou-se, também, profícua à análise das relações que se estabelecem entre o texto efetivamente produzido, a prática discursiva parlamentar que versa sobre a mulher e as posições assumidas pelos participantes dessa prática discursiva. Constata-se, pois, que tal categoria se presta à formação de ocultamentos que, para os parlamentares, servem de mecanismo retórico-argumentativo que auxilia na manutenção de uma imagem idealizada daquele que ocupa a tribuna.

No entanto, essas mesmas categorias acima arroladas, tais como a nominalização, quando utilizadas pelas parlamentares, passam por uma reconfiguração, uma vez que nos seus discursos o que vale efetivamente são os não-ocultamentos, uma vez que, diferentemente dos parlamentares, elas se apresentam em seus discursos sob a forma de suas reais condições de

existência. Aquilo que se lhes apresenta no mundo da vida tem uma relação direta com a imagem que elas constroem de si e dos seus pares (os deputados) no parlamento. A prática discursiva parlamentar feminina sugere que as mulheres, ao adentrarem o território do campo da política, têm contribuído para a transformação das estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais.

A natureza distinta dos pronunciamentos analisados configura-se na própria linguagem menos tensa dos parlamentares, que tende muito mais ao convencimento do que à persuasão e na linguagem mais tensa e engajadora das deputadas, que tende muito mais à persuasão do que ao convencimento.

A análise dos determinantes indefinidos (artigos) no bloco (2), que traz excertos do pronunciamento de uma parlamentar, também demonstra que os discursos são abertos ao mundo da experiência, ou seja, como sugere Marcuschi (2003:27), o lugar da construção da própria experiência. Esses elementos lingüísticos indicam que é possível extrapolar os limites das convenções e normas discursivas que, em nome da estabilidade, eficácia e legitimidade do discurso político, regem o evento discursivo.

O olhar atento sobre a categoria da intertextualidade permite ver que as manifestações públicas dos/das parlamentares na tribuna não se fazem alheias aos indicadores sociais e a toda ordem de textos que retratam aspectos da identidade feminina. Essa mesma categoria, relacionada ao significado acional dos textos, aponta para aspectos do mundo narrado e mundo comentado, ou situações narradoras e comentadoras que invadem a prática discursiva parlamentar. A análise dessas situações serve, entre outros fatores, para realçar a posição enunciativa assumida pelos/as parlamentares, bem como determinar possíveis formas de envolver aqueles que os/as ouvem. Vimos que os deputados, diferentemente das deputadas, se valem dessas possibilidades oferecidas pela língua para depor a favor da função social da instância política, do agir parlamentar, das atitudes governamentais, retratando valores inerentes a esse tipo de texto e referendando meios de coerção social. Por outro lado, a análise desses mesmos elementos, em um texto de uma parlamentar, revela um posicionamento enunciativo comprometido com aquilo que se passa no mundo da vida, levando os interlocutores a assumir uma posição menos contemplativa frente a fatos, situações, bem como acontecimentos que posicionam a mulher como sujeito desfavorecido socialmente.

O caráter regulatório da prática discursiva parlamentar pode ser também sentido nos posicionamentos subjetivos dos oradores e oradoras frente aos eventos apresentados em relações de *razão* e *causalidade*. Mais uma vez, pode-se sugerir que os/as parlamentares se valem daquilo que diz respeito à realidade social feminina para afirmar uma identidade de

sujeito solidário, em cuja autoridade reside o poder de agir em prol daquelas que se lhes apresentam como pessoas desvalidas.

Com base nos significados representacionais, pôde-se constatar que tudo aquilo que se diz sobre a mulher no Plenário da Câmara Federal transforma-se em mercadoria de valor no campo político. Parece que faz parte do jogo de negociação política tratar questões relativas ao gênero feminino. Isso porque as peculiaridades do universo social feminino, apresentadas nesses discursos, ferem os princípios democráticos em nome das quais se joga o jogo da política. Muito embora os parlamentares recorram a essas mercadorias de valor para a política, a exclusão da mulher desse campo de poder é evidente. É relevante notar que, quando os parlamentares falam sobre a mulher atuante politicamente, elas continuam sendo encaradas como agentes sociais passivos, com as quais eles devem se mostrar solidários.

Muito apropriadamente, Fairclough (2003) assevera que os elementos de ordens de discurso não são como nomes e sentenças (elementos de estruturas lingüísticas) mas gêneros, discursos e estilos. Esta tese enfocou o gênero discursivo parlamentar, bem como o estilo de cada parlamentar em seus pronunciamentos, seja homem ou mulher. Nessa perspectiva, sempre de acordo com Fairclough, buscou-se examinar a relação de controle sobre os outros (eixo do poder), através da ação no gênero discurso parlamentar, bem como a relação do/da parlamentar consigo mesmo/a (eixo da ética) mediante pistas identitárias deixadas nos seus discursos.

O olhar atento sobre *os sistemas de diferentes ordens*, próximo ao universo empírico, permitiu constatar que a linguagem, sistema semiótico complexo, está a serviço do esclarecimento e ordenação daquilo que se apresenta contraditório, difícil, intricado, como é habitualmente a realidade histórico-social feminina, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais.

A categoria *interdiscursividade* serviu, entre outros fatores, para apontar práticas discursivas voltadas para o universo social feminino, a partir das quais analisei dimensões do *logos* e *ethos* discursivos. Mais uma vez, segui as trilhas das pistas lingüístico-discursivas para adentrar o terreno do universo psicossocial do orador. Formas nominalizadas de alguns verbos, bem como o recurso retórico da metáfora, são alguns dos recursos utilizados na auto-representação positiva do lugar social a partir do qual o enunciador se manifesta.

Por meio de uma abordagem que recai sobre os significados identificacionais da linguagem, o estudo revelou que a categoria *modalidade* constitui instrumento útil na determinação das identidades sociais construídas na confluência do evento discursivo (o texto) e a prática discursiva parlamentar. A marca registrada daqueles/as aos/às quais é

imputado o papel de vocalizadores das aspirações da sociedade é, justamente, o colocar-se a serviço de um conjunto de idéias, de princípios e soluções. Em nome de um partido ou legenda partidária, eles/elas se nos apresentam como “veículos” naturais de comunicação entre a *instância cidadã* e a *instância da governabilidade política*.

A noção retórica de *ethos*, segundo a qual todo ato de manifestação lingüística implica a construção de uma imagem de si, mostrou-se útil ao reconhecimento dos mecanismos de projeção da legitimidade parlamentar. Tratando-se de discursos produzidos por deputados e deputadas, muito embora o espaço social da prática discursiva parlamentar se nos apresente como elemento determinante de um estilo retórico, os pronunciamentos das parlamentares retratam de forma mais viva e contundente as marcas da cólera, da indignação e, em condições propícias, retratação de problemas sociais atravessados por questões de gênero. Um desses problemas concerne ao que vem sendo apontado como “feminização da pobreza”, uma representação discursiva que emerge nos textos analisados, a partir de dados estatísticos fornecidos pela ONU, referentes ao fato de as mulheres constituírem cerca de 70% da população pobre do mundo. Trata-se de uma questão recente que pretendo investigar em estudos futuros, sobretudo, porque remete à problemática de “identidades enfraquecidas” no contexto da pobreza, conforme apontam os estudos de Silva (2007).

Por outro lado, a prática discursiva das parlamentares tende, ainda, a apontar para as falhas da própria instituição, a saber, o Parlamento Nacional, no que concerne ao seu papel de promotor do bem-estar feminino. Isso posto, é preciso enfatizar que se faz necessário e urgente que a parcela feminina da sociedade assuma postos de poder que lhes são de direito, como é caso do direito ao uso da palavra nas casas parlamentares, instância onde “gênero feminino” parece figurar tão somente como mercadoria de alto valor no mercado da política. Tomemos o seguinte depoimento colhido de um parlamentar, ao qual foi solicitado uma opinião sobre as qualidades que, segundo ele, deve ter um parlamentar que lida com políticas públicas para as mulheres:

*36- Primeiro é saber que ele/ primeira coisa é saber que ele é um machista... 37- e ele tem que desconstruir essa posição...38- a segunda, pra ele desconstruir, ele tem que ouvir muito...38- ouvir as reivindicações... 39- ouvir/na mesma formação política ler textos pra poder argumentar... 40- e sempre saber/ter consciência que não é uma mulher e que uma mulher faria melhor o teu papel...41- faria porque da dor só sabe falar quem a sente...42- eu/eu, por mais consciência que eu tenho da opressão da cultura machista, eu não sou mulher ...43- então a minha defesa vai ser sempre aquém do que se exige praquele momento...44- então eu acho que essas são consciências que você tem que ter...45- e quem vai fazer melhor isso é uma mulher...(Entrevista 2, deputado PT-PR)*

Fica patente na fala do deputado que a linguagem, tal como sugere Marcuschi (2004/5:11), não é “estalagem” onde se dorme, é “estaleiro” onde se trabalha. E é no exercício pleno da cidadania feminina que se deve buscar aquilo que é verdadeiramente válido para o desencadear de uma nova ordem social, o que, a meu ver, será alcançado somente com uma ocupação mais representativa da mulher nos meios institucionais em que o exercício do poder se faz por meio da palavra. Afinal, de acordo com a metáfora sugerida por Marcuschi, na língua montamos, construímos e lançamos mundos ao mundo.

O objetivo deste estudo terá sido alcançado de maneira plena se o que foi discutido até aqui significar também uma contribuição para pesquisas futuras que venham a privilegiar o enlace entre discurso e gramática, voltado, sobretudo, para questões sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. O. A. et al. (orgs.) *Violência exclusão social e desenvolvimento humano: estudo em representações sociais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

ALTHUSSER, L. “Ideology and ideological state apparatuses”. In: Althusser, L. (ed.) *Lenin and philosophy and other essays*. Londres; New Left Books, 1971. [Trad. bras. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1972].

ALVAREZ, Sonia. “Feminismos latino-americanos”. In: *Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro, UFCS/UFRJ, vol. 6, n. 2, 1998. p. 265-284.

APOTHÉLOZ, D. & DOEHLER, P. *Nouvelles perspectives sur la référence: des approches informationnelles approches interactionnelles*, Verbum, t. xxv, n.2, p.30, 2003.

ARISTÓTELES. *Retórica das Paixões*. Trad. do Grego: Isis Borges B. da Fonseca. Prefácio Michel Meyer. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Rhétorique*. Les Belles Lettres. v. 2. Paris: Collection des Universités de France, 1967.

AUTHIER-REVUZ, J. *Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autres dans le discours*. In: *DRLAV*, n. 26, p. 91-151, 1982.

BAKHTIN, M. M. “Os gêneros do Discurso”. In: Bakhtin, M. M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo; Martins Fontes, p. 277-326, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BALLY, C. “Dictum et modalité”. In: *linguistique générale et linguistique française*. Troisième édition, 1965.

BARNICA, Edgardo Paz. *La oratória y su función social*. Tegucigalpa, Honduras, C.A.: Editorial Universitária, 1987.

BARREIRA, Irllys. “Entre mulheres: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais”. In: Barreira, Irllys e Palmeira, Moacir (org.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Anna Blume Editora, 1998.

BARTHES, R. *Elements of Semiology*. New York: Hill and Wang, The Nowday Press, 1967. [Tradução do original em Francês, 1964].

BAUER, Martin W. & AARTS, Bas. “A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos”. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G.(eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis:Vozes, p. 39-63, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, G. & ALLUM, N. C. “Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento”. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, p. 17-36, 2002.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Org. Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. Trad. e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel; ver. técnica Ana Regina Vieira, Ângela P. Dionísio, Leonardo Mozdzenski, Luiz A. Marcuschi e Normanda Beserra. São Paulo: Cortez, 2005.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de & DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to Text Linguistics*. 2. imp. Londres: Logman, 1983.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: cognition, communication and the freedom of access to knowledge of society*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria Glória Novak e Maria Luíza Néri. Campinas: Pontes Editora, 1988.

BERGMANN, J. & LUKMANN, T. “Reconstructive genres of everyday communication”. In: U.M. Quasthoff (Hrsg.). *Aspects of oral communication*, Berlin: Newmeyer, p. 289-304, 1995.

BHATIA, V. K. “Genre analysis today”. In: *Revue Belge de Philologie et d’Histoire*. 1997. 75(3):629-652.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. M.H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. [Bourdieu, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.]

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. “A força da representação”. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas lingüísticas- o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli e outros. São Paulo: Edusp, 1996.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC, 1999.

BUCHOLTZ, Mary. “Theories of Discourse as Theories of Gender: Discourse Analysis in Language and Gender Studies”. In: Meyerhoff, M. & Holmes, J. *The handbook of language and gender*. Oxford: Blackwell Publishing, p. 43- 275, 2003.

BUTT, D.; LUKIN, A. & MATTHIESSEN, C.M.I.M. “Grammar – the first covert operation of war”. In: *Discourse & Society*, 15, p. 267-290, 2004.

CAMERON, D. *Feminism and linguistic theory*. 2. ed. Londres: Macmillan Press, 1992.

CAVALCANTE, M.M. “Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram”. In: Koch, I. Morato, E. M. & Bentes, C. A. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, p.123-149, 2005.

\_\_\_\_\_. “As nomeações em diferentes gêneros textuais”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (41):127-140, jul./Dez., 2001.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L. e FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity - rethinking critical discourse analysis*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CICERO, Marcus Tullius. *Cicéron – Rhétorique a hérennius – ouvrage longtemps attribué a Cicéron*. Trad. Henri Bornecque. Paris Librairie Garnier Frères, sem data.

CLARK, Hebert H. *Arenas of language use*. Chicago: The University of the Chicago Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COHEN, L. & MANION, J. (orgs.). “Triangulation”. *Research methods in education*. Londres: Croom Helm, cap. 11, . p. 233-261,1983.

CONNELL, R. W. *Maculinities*. Cambridge: Polity Press, 1995.

CORBETT, Greville G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1985.

DAVIES, B. & HARRÉ, R. “Positioning: the discursive production of selves”. In: *Journal of the Theory of Social Behaviour* 20 (1), 1990:48. p. 43-63.

DUBOIS, Jean e outros. *Dicionário de lingüística*. Trad. Frederico Pessoa de Barros e outros. São Paulo: Cultrix, 1973.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. “Referente”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

DUTRA, S. F. “Letramento e identidade: (re)construção das identidades sociais de gênero”. In: Moita Lopes, L. P. (org.). *Discursos de identidades*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 135-155, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia - uma introdução*. Trad. Luís carlos Borges e Silvana Vieira. 2ª . imp. São Paulo: Editora UNESP/ Editora Boitempo, 1997.

EGGINS, S. & SLADE, D. *Analyzing casual conversation*. London: Cassel, 1997.

EGGINS, Suzanne & MARTIN, J. R. “Géneros y registros del discurso”. In: van Dijk, T. A. (comp.). *El discurso como estructura y proceso. Estudios sobre el discurso I - una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, p. 335-371, 2000.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. 2. ed. New York/London: Continuum, 2004.

ERICKSON, F. “Metodos qualitativos de investigación sobre la enseñanza”. In: Wittrock, M. C. (ed.). *La investigación de la enseñanza II: metodos cualitativos y observación*. Buenos Aires: Paidós, p. 195-301, 1988.

FAIRCLOUGH, N. & WODAK, R. “Critical Discourse Analysis”. In: Van Dijk, T. A. (ed.). *Discourse as social interaction*. Londres: Sage, 1997. p.258-284. [Versão em Espanhol: “Análisis Crítico Del Discurso”. In: van Dijk, T. (comp.) *El discurso como estrutura e processo. Estudos sobre o discurso II. Uma introducción multidisciplinária*. Gedisa: 2000].

FAIRCLOUGH, N. (ed.) *Critical language awareness*. Londres: Logman, 1992.

\_\_\_\_\_. “Discurso, mudança e hegemonia”. In: Pedro, R. M. (org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa; editorial Caminho, 1997.

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse- textual analysis for social research*. London/New York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Critical discourse analysis - the critical study of language*. London: Logman, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Coordenadora da trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001. [Original em Inglês: *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992].

\_\_\_\_\_. *Language and power*. London: Logman, 1991.

FOUCAULT, M. “What is enlightenment?”. In: P. Rabinow (ed.). *Michel Foucault: essential works - vol 1 (ethics)*. Harmondsworth: Penguin, p. 303-319, 1994.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. L. F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOWLER, R. *Language in the news: Discourse and ideology in the Press*. Londres: Routledge, 1991.

FOWLER, R. & KRESS, G. “Critical linguistics”. In: Fowler, R. et. al. *Language and control*. Londres: Routledge & Keagan Paul, p. 185-213, 1979.

FOWLER, R., HODGE, B. KRESS, G. e TREW, T. *Language and control*. Londres: Routledge, 1979.

FRANCHI, Carlos. “Linguagem-Atividade constitutiva”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 22. Campinas: IEL, p.9-39, 1992.

FREGE, G. (1982). *Über Sinn und Bedeutung*. Trad. Brasileira Ed. Cultrix, São paulo, 1978.

GARCIA . O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 13ª ed. Rio de janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas,1986.

GASKELL, George. “Entrevistas individuais e grupais”. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G.(eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GIDDENS, A. *The constitution of society*. Cambridge: Polity Press, 1984.

THOMPSON, Geoff. *Introducing functional grammar*. 2ª edição. London Arnold, 2004

GIDDENS, A. *Modernity and self identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Ed. e trad. Q. Hoare & G. N. Smith. Londres: Lawrence and wishart, 1971.

GOSTAL, C. T. *Relações de gênero e trabalho da mulher. Seminário Nacional. Comemoração do Dia do zumbi dos Palmares*. 20 de novembro de 2001. Publicações do Tribunal Superior do Trabalho.

GOUVEIA, Carlos A. M. *Análise Crítica do discurso: enquadramento histórico*. Texto disponibilizado no site [www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf](http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf) , 2005.

GUIRAUD, Pierre. *La estilística*. Edición de Raúl H. Castagnino. Traducción: Marta G. de Torres Agüero. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Nova, 1956.

HABERMAS , J. *Agir comunicativo e razão descentralizada*. Trad. Lúcia Aragão; revisão daniel Camarinha da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HALLIDAY, M. & MARTIN, J. *Writing science: literacy and discourse power*. London: Falmer, 1993.

HALLIDAY, M. A. K. “Estrutura e função da linguagem”. In: Lyons, John (org.). *Novos Horizontes em Lingüística*. Trad. Geraldo Cintra et. al. São Paulo: Cultrix/ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. *An introduction to the functional grammar*. 21. ed. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. *Explorations in the function of language*. Londres: Edward Arnold, 1973a.

\_\_\_\_\_. *Language as social semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.

\_\_\_\_\_. *Spoken and written language*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. "The Functional Basis of Language". In: B. Bernstein (ed.). *Class, Codes and Control*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 343-366, 1973b.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. 11. ed. London: Logman, 1992.

\_\_\_\_\_. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 3. ed. Series Editor: Frances Christie. Oxford: Oxford University Press, 1991.

HALLIDAY, M.A.K. & MATTHIESSEN, C. M. A. M. (Rev.) *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. *Construing experience through meaning*. London: Continuum, 1999.

HARDT, M e A. NEGRI. *Império*. 3. ed. Trad. B. Vargas. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

HEBERLE, V. "Análise crítica do discurso e estudos de gênero: subsídios para a leitura e interpretação de textos". In: Fortkamp, M. & Tomuth, L. (orgs.) *Aspectos da lingüística aplicada: estudos em homenagem ao prof. Hilário Bohn*. Florianópolis: Insular, p. 167-184, 2000.

\_\_\_\_\_. "A representação das experiências femininas em editoriais de revistas para mulheres". In: Vilson Leffa (Comp.). *TELA (Textos em Lingüística Aplicada) [CD Rom]*. Pelotas: Educação, 2000.

HELLINGER, M. & BUßMANN, H. (eds). *Gender across languages: the linguistic representation of women and men*. Vol I. Library of Congress cataloging-in-publication data. USA: John Benjamins North America. P.O. Philadelphia, 2001.

HODGE, Robert & KRESS, Guther. *Language as ideology*. 2. ed. London: Routledge, 1993.

HYMES, D. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. London: Tavistock Publications, 1974.

JÄDER, Siegfried. "Discurso y conocimiento: aspectos teóricos y metodológicos de la crítica del discurso y del análisis de dispositivos". In: Wodak & Meyer. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa Editorial, p. 61-99, 2003.

JOHNSTONE, Barbara. *Discourse analysis*. 1. ed. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc., 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Colin, 1980.

KOCH, I.G.V. & MARCUSCHI, L.A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. Delta, número especial, vol. 14, p.169-190, 1998.

KOCH, I.G.V. "A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional". In: Koch & Morato (orgs). *Questões de referenciação*. Cadernos de Estudos lingüísticos, n. 41. Campinas, jul./dez.2001. p. 75-89.

\_\_\_\_\_. “Referenciação e orientação argumentativa”. In: Koch et. al. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo, contexto, p. 33-52, 2005.

KRAMARAE, Cheris & TREICHLER, Paula A. *A feminist dictionary*. Boston: Pandora, 1985.

KRESS, Gunther. “Ideological structures in discourse”. In: van Dijk, T. A.(ed.) *Handbook of discourse analysis*. Vol. 4. Discourse analysis in society. Orlando- Florida: Academic Press Inc., p.27-42,1985.

KRISTEVA J. *Séméotikè, recherches pour une sémanalye*. Paris, Seuil, 1969 [*Introdução à semánlise*. São Paulo: Perspectiva, 1974].

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Methaphors We Live By*. Chicago: The university of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, Georges. “Linguistic gestalts”. In: *Papers from the Thirteenth Regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Illinois, p.236-287, 1977.

LAZAR, M. M. “Politicizing gender in discourse. Feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis”. In: Lazar, M. M. (org). *Feminist critical discourse analysis. Gender, power and ideology in discourse*. Houndmills, Hampshire: Palgrave Macmillan, . p. 1-28, 2005

MAINGUENEU, D. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987. [Tradução brasileira: Freda Indursky, Campinas: Pontes, 1989].

MARANDIN, J. M. “Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso”. In: Orlandi, E. P.(org.). *Gestos de leitura- da história do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 119-144. [Original em Francês: *Sintaxe, discours du point de vue de l’analyse du discours*, 1993].

MARCUSCHI, L. A. “Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras”. In: Koch, I. V.; Morato, E.M.; Bentes, A. C.(orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, p. 53-101, 2005.

\_\_\_\_\_. “Atividades de referenciação no processo de produção textual e o ensino de língua”. In: Silva, D. E. G.; Lara, G. M. P. & Menegazzo, M. A. (orgs.). *Estudos de linguagem – inter-relações e perspectivas*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 9-42, 2003.

\_\_\_\_\_. “O papel da atividade discursiva no exercício do controle social”. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 7, 2004/5. p. 7-33.

\_\_\_\_\_. “Atividades de referenciação no processo de produção textual e o ensino de língua”. In: Silva et. al (orgs). *Estudos da linguagem-inter-relações e perspectivas*. Campo Grande, MS: ED.UFMS, p.11-42, 2003.

\_\_\_\_\_. “Atos de referenciação na interação face a face”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*: 41. Campinas: Jul./Dez, 2001. p.37-54.

\_\_\_\_\_. *Gêneros textuais e produção lingüística*. Inédito, 2004.

MARTIN, J. R. & ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London: Continuum, 2003.

MARTIN, J. R. "Beyond exchange: APPRAISAL systems in English". In: S. Hunston and G. Thompson (eds.) *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, J. R. "Language register and genre". In: Christie, F. (Ed.). *Language studies; children writing leader*. Geelong, Victoria: Deakin University, p. 21-30, 1984.

MARTINS, Nilce Sant'anna. *Introdução à estilística - a expressividade na língua portuguesa*. 2. ed. Revista e aumentada. São Paulo: TA. Queiroz Editor, 1997.

MAZEY, Sonia. "Introduction: integrating gender-intellectual and "real-world" mainstreaming". In: Sonia Mazey (ed.) *Women, power and public policy in Europe*. Special Issue, *Journal of European Public Policy*. 2000. 7(3): 333-345.

MEUNIER, A. "Modalités et communication". In: *Langue française- communication et analyse syntaxique*. Larousse, Paris VI, 1974.

MEURER, J. L. "Ampliando a noção de contexto na lingüística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso". In: *Linguagem em Discurso*, 4 (Número Especial – Análise Crítica do Discurso), p.133-157, 2004.

MEURER, J. L. "Integrando estudos de gêneros textuais ao contexto da cultura". In: Karwoski, B. Gaydecka & K. Siebeneicher-Brito. (orgs.). *Gêneros textuais; reflexos e ensino*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Editora Lucerda, p. 165-188, 2006.

MEYER, Michael. "Entre la teoría, el método y la política; la ubicación de los enfoques relacionados com el ACD". In: Wodak, R. & Meyer, M. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa, p. 35-58, 2003.

MEYER, Michel. "Prefácio". In: *Retórica das Paixões*. Trad. do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, viii, 2000.

MILLER, C. R. "Genre as social action". In: A. Freedman & P. Medway (eds.), 1984. p.23-42. [Originalmente publicado em: *Quarterly Journal of speech*. 70 (1984):151-167]

MOITA LOPES, L. P. "Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais". In: Moita Lopes, L. P. (org.). *Discursos de identidades*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p.13-38, 2003.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. "Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référénciation". In: Berren Donner, A. & Reichler-Beguelin, H-J. *Travaux neuchatelois de Linguistique*. n. 23. Genève: tranel, p. 273-302,1995.

MONTEIRO, R. C. *A pesquisa qualitativa como opção metodológica*. Pró-posições n. 5, p. 25-34, agosto, 1991.

MORRIS, Charles. *Foundation of the theory of the signs*. v. I, n. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1938. [Edição bras. *Fundamentos da teoria do signos*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca:EDUSP, 1976]

MOSCOVICI, S. “On social representations”. In: J. Forgas (comp.). *Social Cognition*. Perspectives on Everiday Understanding. Londres: Academic Press, p. 191-209,1981.

\_\_\_\_\_. *A máquina de fazer deuses*. Rio de janeiro, IMAGO, 1996.

PARDO, M. L. “Estado del área básico para una introducción al Análisis del Discurso y al Análisis Crítico del Discurso”. In: Constantino, G. D. (comp.), *investigación cualitativa & análisis del discurso em educación*, 3:49-80. Catamarca: REUN, 2002.

PARKER, Ian. “Qualitative research”. IN: Banister e outros. *Qualitative methods in psychology: a research guide*. Philadelphia: Open University Press. 1994. p.1-16.

PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. *A estética da comunicação: além da pragmática*. Trad. Roberta Pires de Oliveira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PEDRO, E. R. “Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos”. In: Pedro, E. R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, p. 19-42, 1997.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN. Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes,1999.

PLEBE, Armando. *Manual de retórica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [Original em Italiano: *Manuale di retorica*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli, SPA, 1988].

QUINTILIANO. *De institutione oratoria*. 10,2,11.

RAJAGOPALAN, K. “Reference”. In: P. Strazziny (org.) *Encyclopedia of linguistics*. n. 2. New York, p. 396-398, 2004.

RAVELLI, L. “Getting started with functional analysis of text”. In: L. Unsworth (ed.), *Researching language in schools and communities. Functional linguistic perspectives*. London and Washington: Cassell, p. 27-61, 2000.

SANTOS, B. S. “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”. In: *Tempo social. Revista de sociologia da USP*, n. 1-2, 1993.

SANTOS, J. B. C. “Análise qualitativa de corpus documental”. In: *Cadernos de linguagem e sociedade*. v. 5. Neli/Ceam: Universidade de Brasília, p. 59-71, 2001/2002.

SEARLE, J. *Speech acts*. Londres: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, D. E. G. “Identidades enfraquecidas versus cidadania cultural”. In: Joachin Sèbastien (org.). *Diversidade cultural, linguagens e identidades*. Recife: Ecológica, vol. 1, p. 51-68, 2007

\_\_\_\_\_. (org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *A repetição em narrativas de adolescentes*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. “Percursos teóricos e metodológicos em análise do discurso: uma pequena introdução”. In: Silva, D. E. G. da Silva & Vieira, J. A. (org.). *Análise do discurso - percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Editora Plano, p. 7-19, 2002.

SILVERMAN, D. *Interpreting qualitative data – methods for analyzing talk, text and interaction*. Londres: Sage, 1993.

STUBBS, Michael. *Text and corpus analysis: computer-assisted studies of language and culture*. Oxford: Blackwell, 1996.

SWALES, J. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge university press, 1990.

TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

TANNEN, D. *Gender and discourse*. New York: Oxford University Press, 1994.

TAYLOR, Maye. “Ethnography”. In: Banister e outros. *Qualitative methods in psychology: a research guide*. Philadelphia: Open University Press, p. 34-48, 1994.

TAYLOR, S. J. & BOGDAN, R. *Introduction to qualitative research methods – a guide book and resource*. Third Edition. USA: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

THOMAS, Jim. *Doing critical ethnography*. Qualitative research methods. v. 26, Newbury Park, California: SAGE Publications, 1993.

THOMPSON, Geoff. “Representing the world: the experiential metafunction”. In: Thompson, G. *Introducing Functional Grammar*. 2. ed. London: Arnold, 2004.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6ª . ed. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2002. [*Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press, 1990].

\_\_\_\_\_. *Studies in the theory of ideology*. Cambridge: Polity Press, 1984.

TINDALL, Carol. “Issues of evaluation”. In: Banister e outros. *Qualitative methods in psychology: a research guide*. Philadelphia: Open University Press, . p. 142-159, 1994.

TROTSKY , Lev D. B. *La historia de la Revolución Rusa*. Traducción de Andrés Nin, Lucia Gonzalez y Luis Pastor. Tomo I. Madrid: Sarpe, 1985.

VAN DIJK, A. T. “Algunos principios de una teoría del contexto”. In: *Revista Latino Americana de Estudios del Discurso*, 1(1),p. 69-81, 2001

\_\_\_\_\_. “Discourse as interaction in society”. In: *Discourse as social interaction – discourse studies: a multidisciplinary introduction*. Volume 2, Sage Publications: London, p. 1-37, 1997b.

\_\_\_\_\_. “A caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso”. In: Koch, I. V. (org. e apres.) *Cognição, discurso e interação Teun Van Dijk*. São Paulo: Contexto, p.9-35, 1992. [Originalmente In: van Dijk, T. & Kintsch, W. *Strategies of discourse Comprehension*. Nova York: Academic Press, p. 1-19,1983.].

\_\_\_\_\_. “El estudio del discurso”. In: van Dijk, T. A. (comp.). *El discurso como estructura y proceso*. Estudios sobre el discurso I - una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Editorial Gedisa, p.21-65, 2000.

\_\_\_\_\_. “La multidisciplinarietà del análisis crítico del discursos: um alegato em favor de la diversidad”. In: Wodak , R. & Meyer, M. (comp.) *Métodos de análisis crítico del discurso*. Trad. Tomás Fernández Aúz & Beatriz Eguibar. Barcelona: Editorial Gedisa, . p.143-177, 2003.

\_\_\_\_\_. “Semântica do discurso e ideologia”. In: Pedro, E. R. (org.). *Análise crítica do discurso - uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editoria Caminho, SA, p. 105-168, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Ideología. Uma aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

VIAN, O. J. “Sobre o conceito de gêneros do discurso: diálogos entre Bakhtin e a lingüística sistêmico – funcional”. In: Brait, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, Fapesp, 2001.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Estrutura y función de los tiempos en el lenguaje*. Versión española de Federico Latorre. Madrid: Biblioteca Românica Hispânica: Editorial Gredos, S.A., 1968.

WILKINSON, S. “The role of reflexivity in feminist psychology”. In: *Women’s studies international forum*. 11(5), 493-502, 1988.

WODAK, Ruth. “De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos”. In: Wodak & Meyer (comp.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Trad. de Tomás Fernández Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa Editorial, p.17-34, 2003.

*Relatório final da Comissão Externa da Feminização da Pobreza do Brasil e Seminário Internacional “Por um Brasil sem desigualdades”*. Brasília; Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

*Relatório das audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados com a participação da CFEME, A Situação da mulher no mercado de trabalho*, 2000.

*Encyclopédia americana – international edition* . vol 2, , p. 245,1965.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### Discursos parlamentares

Documento Parlamentar 1(07/03/2002 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 2 (09/03/2004 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 3 (10/03/2004 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 4 (08/03/2006 Fase: CG))  
Documento Parlamentar 5 (06/03/2003 Fase GE)  
Documento Parlamentar 6 (10/03/2003 Fase: GE)  
Documento Parlamentar 7 (07/10/2004 Fase GE)  
Documento Parlamentar 8 (08/03/2006 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 9 (15/04/2004 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 10 (14/12/2004 Fase:PE)  
Documento Parlamentar 11 (01/12/2004 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 12 (09/03/2005 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 13 (07/03/2002 FASE: PE)  
Documento Parlamentar 14 (09/03/2004 Fase: O D)  
Documento Parlamentar 15 (07/12/2004 Fase:GE)  
Documento Parlamentar 16 (08/03/2005 Fase: OD)  
Documento Parlamentar 17 (08/03/2005 Fase: OD)  
Documento Parlamentar 18 (05/07/2004 Fase: GE)  
Documento Parlamentar 19 (18/11/2003 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 20 (07/12/2004 Fase: OD)  
Documento Parlamentar 21 (08/03/2005 Fase: OD)  
Documento Parlamentar 22 (10/03/2004 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 23 (09/03/2004 Fase PE)  
Documento Parlamentar 24 (23/09/2003 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 25 (08/03/2005 Fase:OD)  
Documento Parlamentar 26 (16/03/2006 Fase: PE)  
Documento Parlamentar 27 (08/03/2005 Fase: OD)  
Documento Parlamentar 28 (09/03/2004 Fase: GE)  
Documento Parlamentar 29 (29/09/2003 Fase GE)  
Documento Parlamentar 30 (15/12/2004 PE)

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 1 (07:03:2002 Fase PE)

O SR. Deputado (...) (PT-BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A luta de emancipação das mulheres é permanente e cotidiana. Por isso, não pode ser lembrada apenas num único dia do ano. Amanhã será comemorado em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, e, no transcurso desta data, merece de nós, homens, maiores reflexões o desafio da igualdade de gênero.

As mulheres representam 51% da população mundial. Apesar disso, ainda não existe equidade na distribuição do poder político, econômico e social entre mulheres e homens. No Brasil, a representação feminina na política ainda é muito pequena diante do percentual de mulheres na sociedade. No Senado Federal, dos 81 Senadores, apenas 6 são mulheres; na Câmara dos Deputados, entre os 513 Parlamentares, apenas 29 são mulheres. O que significa 7,41% e 5,65% respectivamente. Na Bahia, a Assembléia Legislativa do Estado possui 63 Deputados, apenas oito são mulheres. Já na Câmara Municipal, temos 33 Vereadores e apenas duas Vereadoras.

As mulheres sofrem discriminação específica. Além da discriminação de classe, estão submetidas à discriminação de sexo, o que estabelece rígida divisão sexual de trabalho, de papéis sociais, que, por sua vez, determina e define as atividades das pessoas de acordo com seu sexo biológico. Assim, dividem-se mulheres e homens nos seus respectivos papéis hierarquizados: dominadas e dominadores. Por isso, a eliminação das discriminações praticadas contra as mulheres não pode ser conquistada apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações da opressão e discriminação impostas às mulheres.

A discriminação é ainda mais perversa quando analisamos a situação da mulher negra. Esta, reconhecidamente, a mais discriminada na disputa pela inserção no mercado de trabalho. A diferença salarial entre mulheres negras e brancas é de 35%, já a média salarial das mulheres negras está na faixa de 289 reais para 40 horas de trabalho, representando 39,8% dos rendimentos do grupo padrão, dos homens, que é de 726 reais e 89 centavos. Assim, a baixa qualificação, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a discriminação racial fazem deste grupo o mais penalizado entre as mulheres.

Em Salvador, cerca de 1.500 mulheres trabalhadores do MST estão acampadas na Universidade Federal da Bahia e exigem do Estado maior atenção para com suas reivindicações, principalmente aquelas relacionadas às mudanças na estrutura fundiária no Brasil e, em especial, aquela que ampara e assegura os direitos humanos da mulher. A mulher do campo sabe da necessidade da família no contexto rural e questiona justamente os papéis sociais do homem e da mulher, convencida de que o sistema patriarcal impede a superação das desigualdades de gênero.

Tenho acompanhado a luta das mulheres no Brasil e vejo que, somente com a implementação de políticas específicas que venham a garantir efetivamente os direitos fundamentais das mulheres e a instituição de políticas públicas na busca da superação da discriminação de gênero, por meio de

medidas políticas, legais, orçamentárias e administrativas, serão viáveis as transformações necessárias a que alcancemos uma plena relação de igualdade no exercício dos direitos entre homens e mulheres.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 2 (09/03/2004 Fase:PE)

O SR. Deputado(...) (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta passagem de mais um Dia Internacional da Mulher apresenta-se como oportuna ocasião para discutirmos as questões de gênero e ressaltar a luta feminina, visando ao reconhecimento da mulher como ser produtivo, respeitável e, sobretudo, igual. E o melhor preito que se faz neste dia é rememorar o processo histórico, é constatar o excelente trabalho desenvolvido por muitas mulheres engajadas na defesa dos seus direitos inalienáveis. Alguns deles já alcançados a duras penas, outros postos como novo desafio às bravas mulheres espalhadas por este Brasil afora.

Neste momento, quero homenagear as mulheres brasileiras na figura da jornalista e feminista, recentemente falecida, Wilma Lessa, paranaense que se fez pernambucana das mais combativas. Fundadora da organização Viva Mulher, foi das suas ativistas mais corajosas e empreendedoras durante mais de 3 décadas. Fazia dessa missão uma verdadeira bandeira de luta, usando sua voz e força em defesa das vítimas da violência, a exemplo do seu esforço pioneiro para a criação das Delegacias da Mulher em Pernambuco. Ao movimento feminista, Wilma Lessa emprestou características da sua personalidade, tais como vigor, coragem e alegria. Sua ausência representa grande perda para as mulheres brasileiras, e a lembrança do seu legado é referência e incentivo para continuarem sempre e sempre lutando.

Quero também homenagear Cleusa Pereira do Nascimento, Prefeita Municipal de Salgueiro, pólo de desenvolvimento do sertão pernambucano, minha companheira do Partido Socialista Brasileiro PSB, por ter conseguido o feito de se impor numa terra tradicionalmente administrada por homens. E o fez tão bem que, recentemente, foi eleita pelos outros Prefeitos da região para a Presidência do Consórcio Municipal do Desenvolvimento do Médio São Francisco. O seu é nitidamente um exemplo de conquista feminina pautada pela competência e seriedade. É desnecessário lembrar o papel e a importância da mulher na nossa sociedade, a sua capacidade de ação e eficiência demonstradas nas mais diversas atividades, mas é importante destacar aspectos nos quais a sua participação é tímida e minoritária. Apesar de as mulheres terem começado a participar da vida política, o que se constata, neste nosso tempo, é que elas ainda são excluídas do cenário político-eleitoral em todo o mundo, aparecendo como eleitoras que têm como desafio a conquista de cargos eletivos. As brasileiras conquistaram o direito de votar e serem votadas em 1932. Apesar disso, o Brasil integra o grupo de 70 países com pior desempenho quanto à presença da mulher no Parlamento. O fato evidencia a necessidade de se reverter esse quadro com a adoção de ações afirmativas, a exemplo do que foi feito com a fixação de cotas. O sistema, instituído no nosso País em 1995, foi revisado dois anos após, por meio da superação de uma política compensatória para a redistribuição das oportunidades de acesso a posições de poder. Acurada observação mostra que o sistema de cotas não foi suficiente para alterar significativamente o cenário, mas aponta para a urgência da implantação de um conjunto de políticas públicas e de intervenções que possam ampliar a participação da mulher na vida brasileira. Em

perspectiva mais ampla, é importante o reconhecimento social da contribuição política das mulheres, a construção de relações pessoais igualitárias e a oferta de serviços públicos que dêem suporte às suas atividades, tais como creches, escolas de boa qualidade e serviços médicos adequados.

A democratização da representação e a ampliação das ações afirmativas na esfera de reforma política são bandeiras da luta dos movimentos feministas e de mulheres vinculadas aos diversos partidos políticos. E esse assunto deverá ser largamente discutido durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada, aqui em Brasília, de 17 a 19 de junho deste ano. O tema escolhido é *Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero*. Estão previstas discussões em torno do exame da realidade brasileira, avaliação das ações, análise das políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de Poder frente aos compromissos internacionais e proposição de diretrizes da política nacional para as mulheres, apontando prioridades para os próximos anos.

Tenho participado da luta feminista e colocado o meu mandato parlamentar à sua disposição, para fazer eco às reivindicações das mulheres. Entre as ações que desenvolvi na qualidade de Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de Pernambuco, ressalto a realização de audiência pública com a participação do Fórum das Mulheres e da Rede Nacional Feminista de Saúde, oportunidade em que foi conjugada ampla representatividade com enorme seriedade na indicação das falhas do Sistema de Saúde, tanto na formulação de denúncias como nas reivindicações e propostas. Esse encontro representou um meio de realimentar a luta popular na busca de uma saúde pública de qualidade para as brasileiras e brasileiros. A socióloga e professora da Universidade de Brasília, Almira Rodrigues, sintetiza bem o caminho a ser percorrido por todos nós, que, irmanando princípios e gêneros, somos mulheres e homens brasileiros comprometidos com as profundas mudanças que se fazem imprescindíveis. Diz a professora: *"Tão importante quanto a luta pela presença das mulheres na política é a luta pela afirmação das plataformas feministas no âmbito do Estado, da sociedade e dos partidos políticos. As plataformas sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres vêm sendo cada vez mais acolhidas, evidenciando-se o seu caráter propositivo e de expressiva contribuição para a construção de uma sociedade democrática, justa e fraterna"*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

### DOCUMENTO PARLAMENTAR 3 ( 10/03/2004 Fase: PE)

O SR. Deputado (...) (Bloco/PL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, não poderíamos falar de seus direitos sem oferecer uma visão de sua atual posição dentro da nossa sociedade.

O desenvolvimento social, político e cultural sofreu, nas últimas décadas, a grande influência da maneira de pensar, existir, viver e agir das mulheres. No Brasil, as mulheres constituem metade da população, cerca de 30% da força ativa de trabalho, metade do eleitorado e do público consumidor. Mais de 70% das pequenas empresas brasileiras são administradas por elas.

No tocante às lutas gerais dos brasileiros, as mulheres desempenham um papel marcante, o que nos tem levado a uma evolução democrática. Politicamente também avançaram, mas ocupam apenas 9% dos mandatos parlamentares; afinal, trata-se de uma conquista recente. A presença da mulher na vida pública não configura somente uma conquista feminina; transforma também as relações políticas no mundo. Relatório recente do Banco Mundial afirma que os países mais machistas são mais pobres. O movimento feminista vem desenvolvendo-se e rompendo barreiras, o que tem sido determinante para as grandes mudanças de comportamento em relação à igualdade dos direitos da mulher.

No entanto, apesar de todas as mudanças, conseguidas com enormes dificuldades, elas continuam enfrentando diversos problemas. Em tempos de guerra ou de paz, do nascimento até a morte, as mulheres do mundo inteiro são submetidas à discriminação e à violência. Infelizmente, ainda são mutiladas, violadas e espancadas. No Brasil, a cada 15 minutos uma mulher é agredida, e na maioria das vezes pelos próprios companheiros, maridos ou namorados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as atitudes em relação às mulheres mudaram, e para melhor, mas muito ainda precisa ser melhorado. A questão salarial é uma delas. Pesquisa do IBGE revela que a mulher ganha 40% menos que o homem, apesar de ter, em média, 1 ano a mais de escolaridade, e muitas vezes mais cursos e especializações.

Quero, mais uma vez, congratular-me com todas as mulheres deste País, convicto de que todos precisamos lutar pelos direitos humanos, sobretudo pelos direitos das mulheres e o principal, pelos menos para este Parlamentar, é o direito à dignidade.

Para mim, a violência contra a mulher é, em termos de direitos humanos, o pior escândalo da nossa época.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 4 (08/03/2006 Fase: CG)

A SRA. deputada (...) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, comemorado há 149 anos no dia 8 de março, marca a força do ser humano considerado frágil, mas que, ao longo da história, tem enfrentado duras batalhas em nome da igualdade, independência e do reconhecimento profissional. O meu papel, como Deputada, tem sido o de discutir e aprovar as leis que darão respaldo à caminhada pela igualdade de direitos, promovendo uma sociedade brasileira mais justa; a construção cultural e social das desigualdades; a atualização e as propostas de novas legislações de combate à discriminação da mulher em todos os âmbitos; e a promoção da igualdade, incluindo ações afirmativas para acesso a cargos públicos e de decisão e a mandatos efetivos, além de oportunidades no mundo do trabalho. Com o esforço de todas as mulheres e especialmente da bancada feminina do Congresso Nacional, tivemos muitas conquistas nesses últimos anos. Destaco entre elas a aprovação de alterações no texto do Código Penal, eliminando, enfim, um preconceito que perdurava na legislação brasileira há mais de 60 anos.

Foram suprimidos termos que denotavam a desvalorização da mulher e a desigualdade entre os gêneros. Outro projeto aprovado e que servirá de ferramenta para as mulheres no combate à violência doméstica é o que permite ao juiz decretar prisão preventiva, sem direito à fiança, do agressor que não se mantiver afastado da residência, evitando, assim, que ele retorne ao convívio dos demais membros da família.

Recordar as principais conquistas femininas é também lembrar que, na verdade, essa busca constante por um lugar ao sol não deveria ser necessária. Já está mais do que provado que as mulheres são perfeitamente capazes de cuidar de si, de conquistar o que desejam e de provocar mudanças profundas no curso da história deste País. Nós mulheres temos grande responsabilidade com a mudança no modo como a sociedade vê a mulher. O espaço das mulheres foi conquistado arduamente nas fábricas, nos palanques, nos bancos das universidades, em todos os lugares, com sacrifícios, determinação e genialidade de mulheres desbravadoras. Que neste 8 de março possamos refletir sobre os avanços obtidos e os obstáculos que ainda são enfrentados pelas mulheres para alcançar a igualdade política, econômica e social.

Ainda é preciso a sociedade civil e os movimentos de mulheres pressionarem o Estado, o Judiciário, para que nossos direitos conquistados saiam do plano formal para o plano substancialmente material. Estamos vivendo com uma nova geração que deve refletir sobre o poder do Estado, sobre como recriar o movimento para eleger mulheres comprometidas com um Brasil mais justo, com menos corrupção. Precisamos aumentar nossa representação política, que ainda é muito pequena.

A forma mais comum de discriminação de gênero refere-se à diferença salarial, quando homem e mulher possuem a mesma qualificação profissional, experiência, função, e o gênero determina o salário. A discriminação presente no mercado de trabalho também está na política, território historicamente dominado pelos homens. O Programa de Desenvolvimento das Nações

Unidas, PNUD, elaborou 2 índices para mostrar o avanço feminino na sociedade e no espaço de trabalho. O Brasil ocupa a 66ª posição no índice de desenvolvimento relacionado ao gênero, atrás de países vizinhos como Argentina, 35ª; Uruguai, 37ª; e no índice de empoderamento a situação não é melhor. O empoderamento feminino significa ter a representação do grupo, que é maioria do eleitorado/população, na defesa das suas necessidades e participando das decisões nacionais. A inserção da mulher na esfera pública depende muito da sua garra e de cobrar dos partidos políticos a abertura à participação.

Conforme o CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, nenhum dos 27 partidos conseguiu preencher a cota mínima de 30% para candidaturas femininas à Câmara de Vereadores em 2004. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a representação das mulheres também é pequena. Isso demonstra que ainda é tímida nossa presença na política. Em 2004, as candidatas ao Legislativo Municipal representaram 9,53% do total e foram eleitas 6.555 - 12%. Em 2000, as mulheres foram 7,59% dos candidatos com eleição, 11,61%, totalizando 7.001 Vereadoras. Para o Executivo, as mulheres têm ainda mais dificuldades. Apenas 7,35% dos Prefeitos eleitos no último pleito são mulheres.

A luta da mulher na sociedade contemporânea contra a opressão, a discriminação e a violência tem sido uma constante, com avanços e recuos, abrindo espaços, alargando os horizontes e consolidando conquistas. Essa luta, ao longo das últimas décadas, reflete sua ousadia, seu otimismo, sua coragem em superar as desigualdades, enfrentando no dia-a-dia a reconstrução das relações entre o gênero humano e a natureza.

Dados da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, em 1995, mostraram a situação de exclusão social que se abatia sobre o mundo, particularmente sobre as mulheres. Durante o último decênio, o número de mulheres que vivem em condições de pobreza tem aumentado de forma desproporcional ao de homens, particularmente nos países em desenvolvimento. Este dia internacional nos encontra dispostas a mantermos o ritmo, a continuarmos lutando e garantindo no dia-a-dia, na rua, no sindicato, no trabalho, na família, no partido, a caracterização de uma identidade cada vez mais nítida e presente na construção da nova sociedade, solidária, de respeito às diferenças e fim das desigualdades.

Continuamos firmes defendendo nossas conquistas e avançando rumo a novas mudanças. Lutamos por um outro mundo, e para isso, hoje, o PFL reivindica e apóia um projeto nacional comprometido com a emancipação da mulher e por políticas públicas que efetivem nossos direitos na vida.

Perseveramos na luta por igualdade de oportunidades e por condições de trabalho; pelo fim da violência de gênero e racial, como o assédio moral e sexual; por uma saúde integral e qualificada que considere as singularidades de gênero, de raça/etnia, de geração e de classe.

Sra. Presidenta, conclamo novamente a bancada feminina e todo o Congresso Nacional para participarem de ações firmes e determinadas quando se falar em saúde da mulher, como a campanha

que fizemos no final do ano passado para compra de mamógrafos. Tivemos a adesão de 160 Parlamentares da Câmara e do Senado.

Queremos solicitar ao Sr. Ministro que empenhe as nossas emendas, a fim de que possamos comprar os mamógrafos e sair desta estatística horrível: 10 mil mulheres morrem todos os anos. Essas mortes poderiam ser evitadas com o uso da mamografia, exame preventivo que poderia tirar o Brasil dessa estatística vergonhosa, terrível, que assola nossas mulheres e é divulgada no mundo todo.

O Congresso Nacional fez sua parte. Fizemos as emendas e pedimos ao nosso Ministro Saraiva Felipe que, por favor, as libere, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em nome da sua mãe, da sua esposa, das suas filhas, se as tiver; que se lembre das mulheres brasileiras e libere nossos mamógrafos para todo o Brasil. É uma campanha suprapartidária com o qual PMDB, PSDB, PT, PFL, enfim, todos, assumimos essa responsabilidade.

Para encerrar, Sra. Presidenta, cumprimento as mulheres guerreiras do nosso Brasil, em especial as do Tocantins, as donas de casa, as profissionais liberais, as jovens estudantes, as trabalhadoras do campo e da cidade, as quebradoras de coco do Bico do Papagaio, as mulheres que sofrem violência, que são injustiçadas, as que estão desempregadas. Que todas tenham confiança no Congresso Nacional e em um Brasil que sabe da importância de cada uma.

Neste ano teremos eleições, e surge novamente a oportunidade de mudarmos a história brasileira, construindo um Brasil mais justo e igualitário. Que as mulheres sejam as vencedoras, pois a vitória delas será a de toda a sociedade.

Obrigada, Sra. Presidenta. (08/03/2006 CG comissão geral)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada) - Concedo a palavra ao nobre Deputado (...), do Espírito Santo.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 5 (06/03/2003 Fase GE)

A SRA. Deputada (...) (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, abordarei hoje assunto que considero de importância estratégica para a consolidação da democracia no Brasil e para o reconhecimento de uma dívida social de centenas de anos para com as mulheres pobres e trabalhadoras do Brasil.

Inicialmente, apresentarei dados de pesquisas que revelam a condição de pobreza das mulheres.No Brasil, nós mulheres somos 86,27 milhões em uma população de 169,85 milhões de habitantes. Dessas, 71 milhões estão na área urbana e 15,2 milhões, na área rural. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, concluiu que 84% das mulheres brasileiras vivem em áreas urbanas; as mulheres totalizam 53% da população economicamente ativa, mas apenas 17% estão no mercado formal de trabalho.

Segundo as Nações Unidas, 70% dos pobres do mundo são mulheres, que realizam 70% do trabalho mundial, no entanto detêm apenas 10% da renda. Trata-se de uma contradição, da mais crua realidade.

Das mulheres brasileiras maiores de 10 anos, 36,5 milhões não têm ganho financeiro algum; 33,5 milhões têm renda média mensal de 488 reais. Em média, a renda das mulheres negras é 37% menor. As mulheres foram assumindo mais tarefas, pois, com a pobreza do campo, os homens passam e as mulheres ficam com os filhos.

Isso acontece nos setores mais pobres da cidade, tanto que, segundo pesquisas feitas em 2001, em torno de 32% ou 33% de mulheres sozinhas chefiam ou dão guarda para a família. Atualmente, esse número deve ter aumentado. Dessas, 27% têm filhos com idade inferior a 18 anos. O que agrava a situação é que 60% desses filhos não recebem regularmente pensão dos pais ou simplesmente não a recebem. Alguns pais simplesmente os abandonaram, outros, migraram por causa da pobreza. São assim os trabalhadores do Brasil! Só que as mulheres, não tendo condição de migrar, ficaram cuidando dos filhos.

A situação social é muito grave, porque a renda dessas mulheres não mudou; continuam com o mesmo ganho e ainda com a responsabilidade de cuidar sozinhas dos filhos e da casa.

Essa situação não se dá apenas na área urbana; acontece também no meio rural. Mas neste País, se produzirmos, é possível vivermos com dignidade. No entanto, há um empobrecimento vergonhoso, lamentável. Das 11 milhões e 56 mil mulheres maiores de dez anos, 7 milhões e 79 mil não declaram qualquer rendimento. Apenas 2,59 milhões de mulheres são ocupadas especificamente na agricultura, na pecuária e na exploração florestal. E 1,59 milhão delas não têm nenhum rendimento.

Sr. Presidente, essa pobreza vai oferecendo, tanto na área rural quanto na urbana, números assustadores. No entanto, a escolaridade representou grande mudança para as mulheres no chamado mercado de trabalho. Quando elas passaram a oferecer sua força de trabalho assim como a de seus

filhos é que aumentou o índice de escolaridade dos trabalhadores brasileiros, inclusive o delas mesmas. Há no mercado de trabalho mais mulheres do que homens com oito ou mais anos de estudo.

A mulher ainda sofre discriminação. Para assumir o mesmo posto de trabalho a mulher precisa ter escolarização maior do que o homem. Na faixa de escolarização de 4 a 7 anos, 32% dos trabalhadores são homens e 27% são mulheres. Na faixa de 8 a 10 anos, 16,4% dos trabalhadores são homens e 16,7% são mulheres. Na faixa de 11 ou mais anos de estudo, a diferença salta aos olhos: 27,7% são homens e 36,9% são mulheres.

Essa mudança de posição é muito importante, pois significa que, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, ela também entrou na escola. E, para conseguir o mesmo cargo, as mulheres precisaram estudar mais, buscar mais conhecimento, mais informações. Por isso, avançaram. E na área da política não é diferente, Sr. Presidente. Nesta Casa, por exemplo, somos 513 Parlamentares. Com todos os avanços que tivemos, somos apenas 44. No Senado Federal, de 81 Senadores, há apenas 9 mulheres. Nas Câmaras Municipais e em todas as esferas de governo, a participação das mulheres é muito pequena, se considerarmos a força de trabalho e o que representamos em termos de riqueza para o País.

Os números são catastróficos, mas há avanços importantes na história da humanidade que precisamos registrar. Nós, mulheres do Brasil, conseguimos votar e ser votadas a partir de 1930. Não foi presente de nenhum Governo, mas conquista resultante de luta de todas nós. Conseguimos o Dia Internacional da Mulher, não só para comemorarmos, mas principalmente para refletirmos sobre a nossa luta histórica. Em 1847, 127 operárias foram queimadas vivas pelos patrões nos Estados Unidos. Elas lutavam pela mudança na jornada de trabalho, por direitos, por dignidade. As mulheres socialistas do mundo lutaram durante cem anos pelo Dia Internacional das Mulher, como dia de reflexão política, para marcar a luta pela ocupação de espaço em todo o mundo.

A ONU demorou para reconhecer o trabalho da mulher. E não foi fácil. As mulheres lutaram de todas as formas para que seu dia fosse comemorado. Muitos crimes foram cometidos contra a mulher em todo o mundo, e queríamos deixá-los na memória da humanidade. A partir daí as mulheres lutariam com novas armas. Durante a Constituinte de 1988, houve grande participação das mulheres com o chamado *lobby* do batom. Havia poucas mulheres aqui dentro, mas foram muitas as conquistas. A Esquerda juntou-se às mulheres, para que conseguíssemos vários avanços, e o Partido dos Trabalhadores muito contribuiu para que construíssemos novos projetos com uma nova visão.

Sr. Presidente, no campo houve também grandes avanços. Até 1988, as mulheres não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais. Nós trabalhávamos, mas não tínhamos direito a registro. Com a Constituição Federal de 1988, as trabalhadoras rurais conquistaram o direito à aposentadoria e à licença maternidade.

Essas conquistas não foram recebidas de presente, foram fruto de muita luta. Sobre isso há um artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 1993, de autoria do querido e saudoso Florestan Fernandes, intitulado: *A luz é outra*. A partir da organização das mulheres trabalhadoras e de muitos

debates neste plenário, nossa luta mostrou resultado. Naquela época, fui a primeira trabalhadora rural a ocupar uma cadeira nesta Casa, dando voz às mulheres dos campos no Brasil.

Ouçó, com muita alegria, o aparte do nobre Deputado (...).

O Sr. (...) - Muito obrigado, companheira Deputada. O pronunciamento de V.Exa. não só é importante como também oportuno. No momento em que o País discute as reformas tributária e previdenciária, é fundamental lançar os olhos sobre as conquistas das mulheres, sobretudo das trabalhadoras. O processo de inclusão ao qual a companheira se refere continua e se amplia. Lembrome bem do companheiro Deputado Florestan Fernandes na Constituinte, quando lutávamos por direitos, mantendo, no entanto, uma posição crítica sobre a questão dos direitos adquiridos. O importante eram os não-adquiridos. E a idéia continua: assegurar e ampliar os direitos dos mais pobres, das mulheres trabalhadoras, dos sem-terra, mesmo que para isso precisemos fazer uma redistribuição, ou seja, os que recebem mais dando um pouco mais e os que podem menos ou nada recebendo mais da sociedade. Essa luta, antes da Oposição e agora do Governo, é a mesma, é pela libertação dos trabalhadores e sobretudo das trabalhadoras brasileiras.

A SRA. (...) - Obrigada, Deputado (...). Conseguimos conquistas em relação, por exemplo, ao divórcio e aos direitos civis. Mas essas são conquistas para apenas um grupo de mulheres.

Temos dois brasis ou mais. Há o Brasil das mulheres que conquistaram direitos e o das mulheres cujos direitos contidos na Constituição Federal e no novo Código Civil não proporcionaram nenhuma mudança na sua vida. É para este Brasil que precisamos voltar os olhos. Por isso apresentei a esta Casa e gostaria que fosse aprovado requerimento de criação de Comissão Especial para discutir a feminização da pobreza, saber onde estão essas mulheres e o que estão fazendo.

Não se considera trabalho aquele que não é formal, como o trabalho invisível de milhões de mulheres que não têm endereço. Muitas vezes, o IBGE, em suas pesquisas, não consegue registrá-las, porque não têm endereço nem nome. E muitas moram em péssimas condições, até debaixo de pontes.

É para essas mulheres que precisamos voltar os olhos e quebrar o silêncio. Para tanto estou contando com o apoio da nossa bancada e de toda a Casa. A Ministra Emília Fernandes achou a proposta extraordinária.

Vamos convocar as universidades, as ONGs, as lideranças comprometidas com o processo democrático e fazer com que o silêncio das mulheres pobres seja quebrado no País.

Ouçó com prazer a Deputada (...).

A Sra. (...) - Companheira (...), quero inicialmente parabenizá-la pelo pronunciamento. Hoje pela manhã eu me lembrei exatamente de V.Exa. Ouvi entrevista de V.Exa. acerca não só da Comissão como também de projeto de lei que coincidentemente apresentei na Câmara Legislativa do Distrito Federal, quando Deputada Distrital. O projeto diz respeito à aposentadoria da mulher doméstica aos 60 anos. Ao ouvir o pronunciamento de V.Exa., quero lhe dizer que nós, mulheres brasileiras, temos muito a comemorar, mas muito a lamentar, porque nesse "Estado" entre aspas machista nossa política de cotas serviu apenas para nos apresentar na condição de candidatas. Esse Estado não serve para nos

dar o poder de ter também a mesma igualdade que deveríamos ter em nossa representatividade social. Deputada (...), a proposta de V.Exa. de criar Comissão Especial é importantíssima. Neste Congresso, queremos ter não apenas uma bancada feminista, mas muito mais. Além disso, queremos poder participar da Mesa Diretora não só da Câmara dos Deputados, mas também do Senado Federal, bem como dispor da mesma cota nos Poderes Judiciário e Executivo. Todos sabemos que a pobreza tem grande viés feminino, e será muito mais feminina dependendo da raça e do segmento social a que pertencermos. Por isso é nosso dever acabar com a pobreza feminina. Aproveito a oportunidade para dizer a V.Exa. que precisamos criar mecanismos de proteção para as mulheres não só do Estado, mas de toda a sociedade. Não é justo, nem "legal" entre aspas, que mulheres morram porque não têm acesso à saúde ou ao mercado de trabalho, porque são analfabetas, tampouco porque são vítimas, principalmente, da violência doméstica do marido, do filho, do pai ou de parentes. O dia 8 de março deveria ser de grande festa, mas não será não é dia de festa. Será de grande festa no dia em que conseguirmos mudar a sociedade, quando alcançarmos igualdade de gênero e igualdade social. A sociedade, vale dizer, precisa também ser modificada ideologicamente. Portanto, parabéns por seu discurso. Espero que, na próxima segunda-feira, quando aqui farei meu pronunciamento no Grande Expediente, V.Exa. esteja presente para que juntas possamos falar da condição da mulher não só no Brasil, mas também no mundo, e mostrar que ela não quer apenas comemorar, mas buscar o seu espaço. Parabéns, Deputada Luci Choinacki.

A SRA. (...) - Muito obrigada, Deputada Maninha, companheira de luta. Fico feliz ao saber que essas idéias não expressam o sonho de poucas pessoas, mas de muitas, principalmente daqueles que elegeram o Presidente Lula.

No entanto, agora, precisamos de pessoas que tenham a coragem de quebrar o silêncio e a invisibilidade dessas mulheres. Cuidar dos filhos e da casa ainda não é considerado trabalho. Muitas lavadeiras, passadeiras, costureiras não possuem carteira de trabalho assinada. Esses serviços não dão lucro ao patrão. Por isso, falamos em quebrar a invisibilidade de algumas profissões. Por isso, precisamos tornar visíveis essas profissionais. Os órgãos de pesquisas trabalham com profissões visíveis o que é invisível não é considerado trabalho.

A proposta de criação de Comissão Especial é exatamente buscar a visibilidade dessas profissões. E foi com esse objetivo que elaboramos o projeto de aposentadoria das donas de casa. Algumas pessoas dizem que tal projeto pode trazer problemas para a Previdência Social. Todas as nossas propostas resolvem problemas, mostram as dificuldades, não tapam o sol com a peneira. Muitas mulheres, ao atingirem 60, 65 anos, jamais terão direito à Previdência Social, porque não podem contribuir com nenhum valor, não por falta de vontade, mas por não ter condições de fazê-lo. As mulheres são castigadas várias vezes. Em primeiro lugar, porque são pobres. Ninguém nasceu para ser pobre e ninguém quer ser pobre sem ter direito a nada. Isso acontece porque há uma estrutura econômica, política, ideológica e social excludente que aterroriza as mulheres pobres. Em segundo lugar, quando a mulher tem idade para se aposentar não pode atingir seu objetivo, porque não

contribuiu para a Previdência. E ainda dizem que, como não contribuíram com o País, não fizeram nenhuma poupança para receber o salário, não terão direito à aposentadoria.

Ao apresentarmos a proposta, nossa finalidade não era tirar dinheiro dos que contribuem, mas buscar outra fonte, a fim de resolver o problema da renda e da cidadania.

A Deputada Luiza Erundina disse hoje da tribuna que temos de valorizar os idosos, porque um dia seremos um deles. Vamos chegar lá. Se formos inteligentes, vamos receber salário decente para garantir nossa sobrevivência. Os mais velhos precisam ter direito.

projeto dispõe que os recursos permaneçam na comunidade, no meio em que vivem as mulheres, e não vá para as contas da Suíça. O investimento deve ser local para que possam comprar roupas, calçados, alimentos, material de higiene, como sabonete, que muitas delas não conseguiram usar durante a vida. Essa é a proposta.

Precisamos ter bolsa-escola para alfabetização da mulher trabalhadora. É preciso tratar de forma diferente os desiguais. Tem que haver a profissionalização das mulheres, só assim elas poderão enfrentar não só o mercado de trabalho formal, como também adquirir microcrédito.

Pesquisas mostram que os recursos destinados a microcrédito, quando emprestados a mulheres, têm retorno diferente, não porque as mulheres sejam melhores do que os homens pela condição e formação social, mas porque o que elas ganham vai para a família, para os filhos. Elas são mais pragmáticas, porque a história da vida as colocou nessa condição. Elas não jogam dinheiro fora, primeiro, porque 99,9% das mulheres têm que tomar conta da família; segundo, elas lidam com a questão da economia mais importante que o sistema capitalista desvalorizou, elas cuidam da comunidade: torrar e moer o café, fazer queijo, cuidar da horta, enfim, cuidar da produção, que é o sustento da sua família, da Nação, e isso nunca foi reconhecido.

É importante que haja um programa de habitação popular diferenciado para essas mulheres. Trinta e dois por cento delas não têm condição de cuidar de suas famílias. Queremos criar uma Comissão Especial para fazer esses levantamentos e contribuir com o Governo.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que no momento em que o mundo comemora o dia 8 de março, a luta que as mulheres vêm travando é contra a guerra e pela paz. Nós queremos a paz. Não queremos a guerra das armas nem o terror do Estado, porque quem paga a conta são as mulheres. Elas sempre são mobilizadas quando se precisa delas na produção, na criação dos filhos, para cuidar da casa. Elas sempre foram o exército de reserva para a concentração de poder e de renda. A nossa luta é pela preservação da espécie humana. E também queremos preservar uma coisa muito importante para a humanidade: as sementes da vida, as sementes que geram o pão.

As mulheres descobriram o poder das sementes e foram as primeiras a cuidar delas para produção do pão para trabalhadores, camponeses e índios, e hoje esse poder está nas mãos de algumas empresas que estão destruindo um patrimônio da humanidade. Nós, mulheres, lutamos pela paz, pela justiça social e para preservar aquilo que se construiu para a humanidade e não para poucos homens de algumas empresas que pensam que podem mandar no mundo.

O grito das mulheres é para quebrar o silêncio. Paz com comida e beleza, porque nós não combinamos com tristeza. Eu sempre digo "pão e beleza", porque não combinamos com tristeza. Nós geramos a vida e somos geradoras também de uma sociedade justa, humana, igual, com respeito e as demais condições necessárias para exercitarmos nossa cidadania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (...) - A Presidência cumprimenta a ilustre Deputada Luci Choinacki e estende esses cumprimentos ao povo catarinense, particularmente às mulheres trabalhadoras daquele Estado.

Parabéns a V.Exa

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 6 (10/03/03 Fase: GE)

A SRA. Deputada (...) (PT-DF. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos no dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher, e eu gostaria de trazer à reflexão alguns aspectos relacionados ao tema.

A história da repressão e da discriminação à mulher é secular e confunde-se com a história da humanidade, da mesma forma como os avanços democráticos no mundo confundem-se com os avanços na luta da mulher.

Ao longo de séculos, reproduziram-se em todo o mundo as histórias da formação da mulher a partir de uma costela de Adão; da indução da mulher ao pecado e à desobediência; dos castigos de parir, de sentir muita dor e de sangrar mensalmente.

Fomos formadas para nos sentir culpadas culpadas pelo prazer, culpadas por dedicarmos algum tempo a nós mesmas. Atravessamos séculos de preconceitos, de discriminação e de violência contra nós. Atravessamos séculos de obscurantismo, cujo exemplo pode ser dado pelo fato de que durante a Santa Inquisição de cada dez pessoas queimadas vivas, nove eram mulheres. As mulheres não podiam expor sua beleza nem demonstrar sua inteligência, pois logo eram tratadas como bruxas.

Há um tratado de Demonologia, feito por padres dominicanos, em que se pode ler: "Houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepiona a mente".

Mas o gênero, Sr. Presidente, desde os primórdios é uma questão de poder. O poder é personificado no homem na força e se manifesta em todos os âmbitos, na vida econômica e social, no lar e até na relação sexual.

A partir dos séculos XVIII e XIX, as mulheres começam a colocar a cara de fora. E, sem sombra de dúvidas, podemos afirmar que o século XX foi o do levante das mulheres. A situação da mulher na sociedade, a relação entre homens e mulheres, a sexualidade, as representações do feminino e do masculino ganham visibilidade e foram problematizadas nas diversas sociedades. As mulheres organizaram-se como sujeito político, criando movimentos feministas e de mulheres, conseguindo politizar as situações, as relações e as representações.

O século XX também foi o da conquista de direitos, como o de freqüentar escolas e universidades, o direito ao trabalho remunerado, o direito de votar e ser votada, o direito à liberdade sexual e reprodutiva, à separação conjugal, ao tratamento digno pela família e pelo cônjuge, acentuando-se sua luta pelo direito à igualdade de direitos e de oportunidades, e o direito à diferença sem desigualdade.

Sr. Presidente, quero falar de uma entidade da qual sou Vice-Presidente, a Confederação Parlamentar das Américas.

Participamos de uma reunião na Venezuela, em Isla de Santa Margarita, no mês passado. Tivemos a preocupação de trazer a esta Casa nossas reflexões.

A globalização e o livre comércio impõem aos países pobres, por meio dos programas de ajustes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, um modelo que gera profundas transformações na vida das mulheres, afetadas de maneira diferente dos homens.

Do ponto de vista do emprego, tanto no Norte quanto no Sul, a liberalização do comércio reduziu os salários e aumentou a carga de trabalho das mulheres.

Apesar de gerar aumento no número de postos de trabalho, esse processo cria empregos pouco qualificados para as mulheres da América Latina e normalmente oferecem baixa remuneração, como, por exemplo, os criados pelas montadoras transnacionais.

Por outro lado, a transferência de responsabilidades do público para o privado obriga as mulheres a assumir o atendimento aos filhos e aos idosos, do qual o Estado ausenta-se, e elas o fazem sem qualquer tipo de remuneração.

As políticas que favorecem o agrupamento de terras e sua exploração por multinacionais privam as mulheres latino-americanas de seus meios tradicionais de subsistência, sem lhes dar acesso aos novos empregos gerados pelo setor agropecuário industrial, oferecidos preferencialmente aos homens.

Em relação aos direitos de propriedade intelectual, o que se pretende no acordo da ALCA provoca o receio de que multinacionais registrem patentes de sementes e ervas medicinais, apropriando-se do conhecimento das mulheres que vivem da agricultura tradicional.

Além do mais, as mulheres têm uma representação ainda pequena nas instituições políticas que discutem e ratificam esses acordos. Ocupamos apenas 9% das cadeiras dos Parlamentos da América Latina e do Caribe, 14% das cadeiras do Congresso dos Estados Unidos, 21% no Canadá, e não chegamos a 9% no nosso Congresso Nacional.

Por conta dessas preocupações, a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas sugere que devemos agir para favorecer a participação feminina em todas as instâncias de discussão da ALCA. E mais, pretendemos elaborar um balanço dos efeitos dos acordos de livre comércio sobre os investimentos, destacando as diferenças específicas entre os homens e as mulheres.

Ao discutirmos acordos de livre comércio temos que prever a primazia dos direitos humanos universalmente reconhecidos sobre os interesses comerciais. Em caso de conflito entre eles, devem prevalecer sempre os direitos humanos.

Como as mulheres das Américas trabalham principalmente no setor de serviços, especialmente nas áreas de educação e assistência médica, é fundamental que esses serviços sejam excluídos de qualquer acordo.

Enfim, não podemos esquecer que as diferenças de oportunidade entre homens e mulheres em nosso continente ainda são muito grandes e cabe a todos nós estarmos atentos para que não se venha a aumentar esse fosso.

Quanto ao acordo da Área de Livre Comércio das Américas ALCA , quero dizer que como está não nos interessa. Assim como nosso Governo pretende rever o acordo que permite a utilização da Base de Alcântara pelos Estados Unidos, é fundamental que o Brasil imponha com clareza suas posições quanto à ALCA.

Um acordo dessa amplitude precisa ter, necessariamente, o aval de toda a população. Não pode ser discutido e aprovado apenas pelas instâncias representativas. Cabe, para ter certeza do caminho a seguir, fazermos um plebiscito e ouvirmos o que a Nação tem a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã a Escola de Música de Brasília estará completando 29 anos seu diretor está aqui presente. Instituição de ensino básico e técnico, a Escola vem promovendo a formação musical de instrumentistas e cantores para o mercado de trabalho local, regional, nacional e internacional. Oferece 36 cursos técnicos e 58 cursos básicos de qualificação profissional em todas as modalidades instrumentais e vocais, eruditas e populares e possui um corpo docente com 182 professores.

Por conta da excelência de sua atuação, a Escola de Música de Brasília transformou-se no primeiro Centro de Educação Profissional de Música a funcionar no País e é referência nacional, motivo de orgulho para todos nós. Em nome da população do Distrito Federal, parabéns seus professores, funcionários e alunos pelo aniversário, pois sei que é sua dedicação, mais do que qualquer outra coisa, a responsável pelo sucesso da escola. Parabéns ao seu diretor!

Sr. Presidente, quero falar um pouco sobre a saúde no Distrito Federal. Os problemas que afligem nossa população, evidentemente, afligem também a dos demais Estados, porque nesta Capital moram pessoas de todos os Estados do País. O Distrito Federal vive, já há alguns anos, em situação calamitosa no que diz respeito à saúde.

Relatório do Ministério Público, encaminhado ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos, alerta para o caos em que se transformou a administração do sistema de saúde e diz textualmente: "Mortes absolutamente evitáveis vêm ocorrendo e continuarão a ocorrer sem nenhuma providência ser adotada".

Os procuradores vão mais longe e acusam "a incompetência e corrupção sistêmica e localizada" que "solapam a condição humana dos usuários do Sistema de Saúde" .

Depoimentos, cartas, denúncias de pacientes, familiares, médicos e auxiliares chegam ao Ministério Público em número crescente. No entanto, no decorrer do ano passado essas denúncias não encontraram eco nos órgãos competentes do Governo Federal. Apenas no final de janeiro, após a posse do Governo Lula, foi criado pelo Ministério da Saúde um grupo-tarefa, com participação do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Controladoria-Geral da União, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS e da Fundação Nacional de Saúde, para realizar ampla auditoria na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Os resultados a que este grupo tem chegado são estarrecedores e nos permitem afirmar, sem medo de cometer qualquer perjúrio, que os usuários do sistema de saúde do Distrito Federal estão sendo assassinados em conseqüência da irresponsabilidade dos que deveriam estar zelando por suas vidas.

Em 2 de agosto de 2002, quatro pacientes do Hospital de Base morreram em decorrência de infecção hospitalar.

No dia 1º de outubro, faleceu Andréa Cristina de Urany, portadora de fibrose cística, sem que lhe houvessem sido entregues, pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, os medicamentos de que necessitava, apesar de decisão judicial nesse sentido.

O Sr. Deputado (...) V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. Deputada (...) Com prazer, Excelência.

O Sr. (...) Nobre Deputada (...), apesar de eventualmente discordar das posições de V.Exa., quero deixar registradas alguma palavras. Vindo em direção à Casa, ouvia a Rádio Câmara e acompanhava o momento em que V.Exa. assomava à tribuna. Ocorreu-me ressaltar a importância da presença de V.Exa. nesta Casa, V.Exa., que faz parte de uma geração de jovens ex-estudantes, médica diplomada pela Universidade de Brasília eu, que sou professor licenciado pela UnB, sinto muito orgulho disso. Não foi à toa que V.Exa. recebeu a maior votação em Brasília, cidade politizada, em que o eleitor vota praticamente pelo mérito dos candidatos, sobretudo quando se trata de votação proporcional. Estão de parabéns o Distrito Federal e esta Casa. Eventualmente posso discordar do pensamento de V.Exa., mas não poderia deixar de reconhecer que V.Exa. é uma grande Parlamentar, que muito honra este importante Parlamento. Pessoa de grande competência, ex-Secretária de Saúde, conhecedora dos problemas de Brasília, V.Exa. será sempre bem-vinda à tribuna da Câmara dos Deputados, com sua voz combativa e independente. Parabéns pelo discurso e por sua atuação.

A SRA. Deputada (...) Muito obrigada, Deputado (...). Fico muito lisonjeada ao ouvir os elogios de V.Exa., com quem convivi ainda estudante na Universidade de Brasília. V.Exa., ao longo dos vários mandatos que vem cumprindo, também tem contribuído sobremaneira para a boa imagem desta Casa. Deixam-me lisonjeada os elogios de um professor com quem consegui aprender alguma coisa.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Wagner Lago.

O Sr. (...) - Gostaria de cumprimentar V.Exa., que representa a mulher lutadora, guerreira e petista. V.Exa. trouxe vários assuntos para debate nesta Casa. Em relação à mulher, sua presença na tribuna já significa o avanço obtido, embora limitado, o ganho democrático, os direitos conquistados pela mulher. V.Exa. também mencionou a questão do neoliberalismo serei rápido para aproveitar o belo discurso que faz V.Exa. Recordo-me do seguinte fato: quando queriam instalar esse demônio em nosso País, quem se opunha a tal tese era chamado de dinossauro, atrasado, enfim, recebia da grande mídia, a serviço do capital internacional, vários adjetivos. Pois bem, acabou a Era Vargas, voltada para o Estado; chegou nova época. O momento era de levantar recursos com privatização de empresas para

liquidar ou minimizar a dívida pública do País. O previsto não aconteceu. O Estado brasileiro foi desmontado. Para a saúde e a economia, então, as coisas pioraram. E, dez anos depois, os defensores do neoliberalismo ainda têm a desfaçatez de cobrar resultados do Presidente Lula. Querem que o Presidente, em menos de noventa dias, dê solução aos graves problemas, cujas raízes são profundas, que as elites dirigentes provocaram. As elites dirigentes do País são as responsáveis pela miséria de grande parte do povo brasileiro. Sra. Deputada, parabéns a V.Exa., às mulheres, que V.Exa. representa, e ao Distrito Federal, que enviou a esta Casa competente Deputada para lutar pelos direitos não só da mulher, mas também do povo brasileiro. Muito obrigado.

A SRA. (...) Obrigada, Deputado (...). Sendo membro de partido aliado, V.Exa. sabe muito bem o que diz quando se refere ao neoliberalismo. Endosso suas palavras. Realmente, o Presidente Lula não tem condições de, em noventa dias, responder à expectativa do povo quanto a sua eleição. Entretanto, tenho certeza de que em quatro anos S.Exa. dará as respostas que nossa população aguarda.

Volto ao meu discurso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em 17 de outubro passado, faleceu Nuvendora Brasil Ferreira, em decorrência de falência múltipla de órgãos, ocasionada pela falta de medicamento imprescindível à sua quimioterapia.

A estudante Valdirene de Jesus Rocha morreu em 15 de novembro em razão de um câncer de estômago. Apesar de beneficiada por decisão judicial que obrigava a Secretaria de Saúde do Distrito Federal a fornecer-lhe os medicamentos que lhe garantiriam a vida, Valdirene morreu sem tê-los recebido.

A Sra. Maria Clementina Delgado, segundo denúncia de sua filha ao Ministério da Saúde, foi internada no Hospital de Base em agosto de 2002 para troca de marcapasso. Ficou no hospital por um mês aguardando a cirurgia. Após a operação, apresentou ferida no pé direito. Demora no atendimento agravou a situação da paciente, e sua filha notou a existência de "bichos" em seu pé. "Bichos" que encaminhou junto com sua carta ao Ministério da Saúde, pois pasmem, Sras. e Srs. Deputados D. Maria Clementina teve o pé direito amputado.

Depoimentos prestados à Promotoria de Defesa do Direito à Saúde do DF PROSUS, em 19 de novembro, pelos neurocirurgiões Amauri Araújo Godinho Júnior e Luiz Cláudio Modesto Pereira, apontam a falta de medicamentos e insumos básicos no Hospital de Base e a precariedade das instalações.

Em 20 de janeiro último, o Dr. Luiz Cláudio Modesto Pereira encaminhou à PROSUS termo de reclamação e denúncia no qual documenta o quadro existente no Hospital, com fotos tiradas nos dias 12 e 16 de janeiro de 2003, acompanhadas de comentários.

A situação da Unidade de Cirurgia Cardíaca do Hospital de Base, por sua vez, é ainda mais lamentável. Inquérito policial instaurado a pedido do Ministério Público do DF, para apurar a morte de quatro pacientes daquela Unidade, ocorridas entre março e abril do ano passado, por infecção hospitalar, não havia chegado sequer ao nome das vítimas até o último dia 11 de fevereiro.

A crise vinha sendo alardeada pelos profissionais responsáveis desde fevereiro. Em 4 de julho de 2002, em memorando ao Diretor do Hospital de Base, os médicos da cirurgia cardíaca diziam:

"Nos sentimos ética e moralmente obrigados a suspender todas as cirurgias cardíacas do HBDF, até que a Secretaria de Saúde tome as providências necessárias".

Tal quadro tem resultado no crescimento ininterrupto das filas de pacientes selecionados por procedimentos específicos.

Por outro lado, segundo o relatório encaminhado ao Secretário de Direitos Humanos, protelam-se medidas básicas para diagnóstico e tratamento e acumulam-se as dificuldades de intervenção das equipes médicas.

O Sr. Bosco Costa Deputada Maninha, V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. (...) Pois não, Deputado (...).

O Sr. (...) Deputada (...), parabeno V.Exa. pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Tive o privilégio de conhecer V.Exa. nos encontros da UNALE. Sabemos da sua preocupação, como mulher e como política, e do serviço prestado por V.Exa. ao Distrito Federal. Nesse sentido, cumprimento-a por seu pronunciamento. Ressalto que apenas discordo do que V.Exa. disse no início do seu discurso, quando atribuiu a atual situação do Brasil ao Governo passado. Os problemas do País são muito graves, mas sempre os atribuo aos Governos, aos Prefeitos e aos Governadores. Tive a oportunidade de fazer determinada pesquisa sobre consumo interno no meu Estado antes das eleições. Em 75 Municípios do Estado de Sergipe, a sociedade cobra do Governo, em primeiro lugar, geração de emprego e renda. Nós, políticos, temos obrigação de viabilizar o Estado economicamente para promover novos empregos. Não podemos comprá-los no mercado de Brasília nem no mercado de Aracaju. Só conseguiremos o aumento da oferta de empregos com o crescimento da economia. Não desejo, daqui a alguns anos, culpar o Governo Lula pela má situação econômica brasileira. Se o Brasil não estiver bem, devemos atribuir a questão, repito, aos Governos Municipais e Estaduais passados, que, ao longo de trinta anos, não viabilizaram a economia dos Estados de acordo com o imenso crescimento populacional ocorrido no País. Agradeço a V.Exa. a oportunidade e parabeno-a pelo pronunciamento.

A SRA. (...) Obrigada, nobre Deputado.

Sr. Presidente, retomo meu discurso.

Nos últimos meses do ano passado, 164 portadores de câncer, 400 pacientes renais crônicos, transplantados, portadores de esclerose múltipla, de doença fibrocística e de hepatite C procuraram a Promotoria de Defesa do Direito à Saúde por terem tido seu tratamento interrompido em razão da falta de medicamentos nas farmácias da Secretaria de Saúde.

Nas especialidades de ortopedia e traumatologia existem aproximadamente 1.300 pacientes na fila de espera para a realização de cirurgias, vários deles aguardando há mais de um ou dois anos.

Na urologia esse número chega a 52; na oftalmologia são 25 por mês; na angiologia e cirurgia vascular, 370; na cirurgia geral, 2.400 e na cirurgia pediátrica 1.162 !

A falta de medicamentos básicos nas farmácias é justificada pela Secretaria de Saúde com o seguinte argumento: faltam recursos.

No entanto, em 12 de fevereiro passado, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal mantinha em aplicações no mercado financeiro junto ao Banco do Brasil trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos!

Ao mesmo tempo, do Fundo de Saúde do DF saíram recursos para:

- Produção de lotes urbanizados um milhão e trezentos mil reais;
- Construção de habitações dois milhões, cento e sessenta e sete mil e trinta e um reais;
- Programa de saneamento básico cento e trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais;
- Implantação de urbanização em novas ocupações habitacionais dois milhões e seiscentos e oitenta e oito mil reais;
- Cestas básicas da solidariedade trinta e quatro milhões e oitocentos mil reais;
- Leite da solidariedade vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais;
- Pão da solidariedade nove milhões e novecentos mil reais;
- Distribuição de pão e leite para entidades seiscentos e vinte mil reais;
- Restaurante da solidariedade quatro milhões de reais;
- Ampliação do sistema de água e esgoto do DF três milhões, quatrocentos e treze mil reais;
- Pagamento de inativos e pensionistas cento e cinquenta e nove milhões, cento e quatro mil e setecentos e dezenove reais;

Desviou-se, no total, do Fundo de Saúde do Distrito Federal um montante de mais de trezentos e setenta e seis milhões de reais. Ou seja, mais de um milhão são subtraídos, por dia, das ações e serviços de saúde no DF.

Saem do Fundo recursos para custeio de programas habitacionais, de assistência social, de urbanismo e encargos previdenciários do DF. Além de distribuição de lotes, de leite, de pão, de cestas básicas. Todos serviços assistencialistas, feitos em detrimento da saúde da população.

Como se não bastasse tudo isso, no mês de março do ano passado, o Governo do Distrito Federal deslocou quarenta milhões de reais do Fundo de Saúde para a construção da nova ponte do Lago Paranoá.

Somados, esses recursos ultrapassam inúmeras vezes a soma destinada efetivamente à compra de medicamentos e insumos hospitalares. Impossível, pois, admitir-se que o desabastecimento resulte da falta de recursos orçamentários.

Mas ainda há mais.

Em dezembro passado, o Subsecretário de Apoio Operacional, ao assumir o cargo, registrou, em memorando dirigido ao Secretário de Estado de Saúde, as irregularidades que encontrara na gestão da Secretaria:

- Existência de um volume considerável de despesas efetuadas sem procedimentos licitatórios e sem prévio empenho;

- Existência de 78 contratos vencidos e não prorrogados, sendo que os objetos de vários desses contratos continuam sendo executados e pagos normalmente, contrariando a legislação vigente;

- Acentuado número de aquisições emergenciais de medicamentos e insumos por meio de dispensa de licitação, decorrentes do desabastecimento da rede e para atender a mandatos judiciais;

- Indícios de descontrole na execução orçamentária e financeira dos recursos próprios da Secretaria, com centralização dos recursos dos diversos programas do Ministério da Saúde financiadores do sistema de saúde em uma única conta corrente, no Banco de Brasília, e utilização indiscriminada desses recursos;

- Indícios de descontrole na distribuição de medicamentos nos hospitais, postos e centros de saúde, com prováveis desvios e desperdícios;

Resta comprovado, portanto, que a gestão do orçamento de saúde do DF é feita de forma irresponsável, ilegal e para privilegiar alguns.

Na conclusão de parecer técnico sobre os procedimentos de aquisição de medicamentos hospitalares pela Secretaria de Saúde do DF, o Ministério Público afirma que nos vinte processos licitatórios encaminhados para análise houve irregularidades, desvios de verbas destinadas ao Fundo de Saúde e favorecimento quando da escolha de empresas, apontadas nos processos como exclusivas, o que não se confirmou verdade.

Vale ressaltar que no ano passado a Secretaria de Saúde do DF teve três titulares diferentes.

É importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que se lembre aqui que os recursos que mantêm o Fundo de Saúde do DF provêm, em sua grande maioria, da União.

Em 2000, 70,5% dos gastos totais do Distrito Federal em saúde foram feitos com recursos da União. E dos 4,5% destinados a investimentos, 94,7% tiveram como fonte de recursos o SUS e convênios firmados com a União.

No exercício de 2001, as transferências da União corresponderam a 51,3% do total executado em saúde.

No ano passado, a participação da União no orçamento da saúde do DF chegou a 70,3%. Isso comprova o legítimo interesse que detém a União Federal na fiscalização das irregularidades e desvios ocorridos no sistema de saúde do DF.

Por conta de todos esses fatos é que estou apresentando à Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa requerimento para a criação de uma subcomissão permanente de acompanhamento do sistema de saúde do Distrito Federal.

Espero ter de meus pares, naquela Comissão, o apoio necessário, pois não podemos ficar alheios ao desrespeito com que se trata aqui recursos que saem do bolso de todos os contribuintes do País.

Sei, como ex-Secretária de Saúde do Distrito Federal, o quão difícil é gerenciar tal sistema. Mas sei também que basta honestidade, firmeza de propósito e responsabilidade administrativa e

humana para fazer com que os problemas sejam equacionados de forma a preservar o direito de todo cidadão à saúde.

A gravidade do que vem ocorrendo no Distrito Federal chega à banalização da ilegalidade. Cada um dos fatos aqui relatados seria, por si, escândalo suficiente. No entanto, a vertiginosa sucessão com que ocorrem os transformam quase que em fatos corriqueiros, criando lastro para o surgimento de uma cultura completamente amoral e aética, legando às novas gerações o exemplo de tudo aquilo que combatemos e que queremos ver eliminado da história brasileira.

Não podemos permanecer alheios.

Tenho certeza de contar com os votos que serão fundamentais para a criação da referida Subcomissão. Esta Casa não há de se furtar ao compromisso de garantir ao povo brasileiro e ao povo brasiliense o respeito que ele merece.

De minha parte, renovo o compromisso de fazer tudo o que estiver ao meu alcance para ver realizadas as esperanças do País de um futuro com dignidade, sem fome, sem injustiças e cheio de alegria.

Muito obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 7 (07/10/2004 Fase GE)

A SRA. deputada (...) (PFL-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, a renovação de quase 43% da Câmara Municipal de Salvador, aliada ao fato do crescimento de 35 para 41 cadeiras, nos permite fazer algumas avaliações.

Primeiro, tivemos uma eleição tranqüila, sem incidentes graves, em que não somente o processo eleitoral mas também os resultados demonstraram claramente o exercício pleno da democracia na capital baiana.

Segundo, atestamos o crescimento da bancada evangélica. Esse fato indica que, apesar de enfrentar críticas e de sofrer tentativas para que o segmento religioso não seja representado, os evangélicos querem eleger seus representantes. Os evangélicos não constituem um grupo de pessoas desprovidas de entendimento e de interesse político, pelo contrário, entendem que a liberdade religiosa garantida pela Constituição pode sofrer ameaças e que o exercício de sua fé pode ser prejudicado pelo surgimento de leis que, além de não beneficiarem em nada outros grupos sociais, servem de arsenal para combater o sentimento religioso. Ressaltamos que, incoerentemente, muitos dos que criticam a campanha e a eleição de políticos da Igreja Evangélica, defendem a ascensão política de outros segmentos.

Nossa próxima observação, diz respeito à eleição de representantes do segmento feminino na capital baiana, item que registrou aumento de 100%, passando de 3 para 6 Vereadoras.

Apesar dessa conquista, Srs. Parlamentares, em Salvador as mulheres representam 53,8% do total de eleitores. No entanto, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, apenas 18,3% dos candidatos a Vereador eram do sexo feminino, portanto abaixo da quota prevista pela Lei nº 9.504, de 1997. E o resultado final, Srs. Parlamentares, com 6 mulheres eleitas, aponta que a representação feminina na Câmara Municipal de Salvador a partir de 2005 será de pouco mais de 14%.

Sobre esse fato, recentemente estivemos nesta tribuna analisando prévia da estatística do registro de candidaturas para as eleições que indicava, mais uma vez, a baixa participação da mulher na política. Mesmo com o crescimento no número de mulheres eleitas, nota-se que, passados quase 10 anos da instituição da cota por gênero, a mulher ainda não despertou para a necessidade da sua ativa participação na vida política do País, e voltamos a conclamar as mulheres brasileiras a não permitirem que as suas conquistas na vida política sejam vãs.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero congratular-me com todos os Prefeitos e Vereadores eleitos no último dia 3 de outubro em todo o Brasil, desejando-lhes um mandato próspero, pautado na ética e no trabalho em prol de suas comunidades e sob as bênçãos do Senhor Deus.

Muito obrigada, Sr. Presidente

DOCUMENTO PARLAMENTAR 8 (08/03/2006 Fase: PE)

O SR. Deputado (...) (PTB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste pronunciamento venho homenagear as mulheres brasileiras, especialmente as mulheres autoridades de meu Estado, entre as quais a nobre Deputada Suely Campos, aqui presente, representante do povo de Roraima.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher é marcado por sangue e luta.

A data de 8 de março, além de nos fazer refletir sobre a importância das mulheres em nossas vidas, sobre sua força e sua determinação, leva-nos ao passado, quando, neste mesmo dia no ano de 1857, em uma fábrica em Nova Iorque, 129 tecelãs foram queimadas e carbonizadas simplesmente por terem realizado a primeira paralisação de mulheres por melhores condições de trabalho.

Esse ato bárbaro ficou marcado na história da humanidade, e ainda hoje nos causa repulsa, revolta-nos, entristece-nos. Qual a justificativa para tamanha agressão? Não são as mulheres que carregam em si a vida? Por que fazer da vida delas um sofrimento?

Passados 49 anos desde aquela tragédia, o que percebemos é que as mulheres estão a cada dia conquistando novos espaços, melhores condições de vida, lutando por dias melhores, sendo respeitadas e admiradas. A mulher está conquistando seu lugar no mundo. Já ocupa lugares que antes eram reservados apenas aos homens. São chefes de família, sustentam a casa. Mais que isso, estão assumindo lugares de destaque, importância e responsabilidade na política. Como exemplos, podemos citar Angela Merkel, nomeada a primeira chanceler da Alemanha; Ellen Johnson Sirled, eleita presidenta da Libéria e a primeira mulher a assumir o poder em um país do continente africano; e Michelle Bachelet, a primeira presidenta eleita no Chile.

Em nosso País, a marca da presença feminina é visível em todos e quaisquer setores de trabalho, e, o que é melhor, com reflexos altamente positivos.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, as representantes femininas estão em todas as demais funções: Ministras, Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais e Federais, Senadoras, Governadoras... Meu Estado, Roraima, a exemplo de muitos outros Estados brasileiros, creditaram a muitas mulheres a responsabilidade de dirigir seus destinos. O povo roraimense elegeu a Prefeita da Capital, Teresa Jucá, e mais 3 Prefeitas no interior: Elivânia, de Caracaraí, Maria Lúcia, de São João da Baliza, e Florany Motta, de Uiramutã, além de duas Deputadas Federais, Maria Helena e Suely Campos, 3 Deputadas Estaduais, Maria Lúcia Marques, Marília Natalia Reginatto e Maria Luíza Campos, e dezenas de Vereadoras.

Além de trabalharem fora, as mulheres cuidam dos filhos e dos serviços domésticos. No Brasil, segundo dados do IBGE, elas chefiam 24,9% dos domicílios. Conquistaram espaço também nas escolas. As mulheres têm superado os homens quanto à taxa de escolaridade. Entre a população urbana ocupada, por exemplo, a taxa é de 8,2 anos de estudo para as mulheres contra 7,3 para os

homens. Nos níveis mais elevados de escolaridade, segundo estudo do IBGE de 2002, as mulheres com mais de 11 anos de escolaridade representam 37,1% da população ocupada, contra 26,6% dos homens.

Dentre as muitas profissões acadêmicas, vale a pena registrar que as mulheres brasileiras representam hoje 97% dos assistentes sociais e fonoaudiólogos deste Brasil, ocupam 91% dos cargos de enfermeiros, 89% dos de psicólogos, 77% dos de professores, 59% dos de advogados, 54% dos de médicos, 50% dos de dentistas, arquitetos e professores universitários, e somam 48% da massa de servidores públicos e 47% dos profissionais de jornalismo. Em síntese, a participação da mulher na força de trabalho em nosso País, em números oficiais, supera o percentual de 51%.

Apesar disso, a discriminação contra as mulheres ainda existe. Mesmo com o aumento do número de mulheres que recebem educação, 2/3 de todas as pessoas analfabetas do mundo ainda são mulheres. E mesmo possuindo níveis mais elevados de escolaridade, o rendimento médio alcançado pelas mulheres é inferior ao dos homens. Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal dos trabalhadores do sexo masculino é de R\$ 719,90, enquanto o do sexo feminino é de somente R\$ 505,90 - e com agravantes, quando se consideram as populações afro-descendentes e indígenas. Essa tendência mantém-se mesmo entre profissionais de níveis elevados de escolaridade.

E, infelizmente, a discriminação contra as mulheres não é restrita ao mercado de trabalho. As mulheres sofrem discriminação em casa, nas ruas, nas escolas. Dados do Relatório sobre a Situação da População Mundial de 2005, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, alertam para a violência contra as mulheres. De acordo com esse relatório, estima-se que uma em cada 5 mulheres no mundo será vítima de estupro ou de tentativa de estupro ao longo da vida, e uma em cada 3 será espancada, forçada a ter relações sexuais, ou sofrerá outras formas de abuso, em geral por parte de um familiar ou conhecido.

No mundo, a cada 5 dias de falta da mulher ao trabalho, 1 é decorrente de violência sofrida no lar. A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável, se sofre violência doméstica. No Brasil, mais de 40% das violências sofridas pelas mulheres resultam em lesões corporais graves. A violência custa ao País 10,5% do seu PIB.

Estatísticas elaboradas a partir de informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que no Brasil cerca de 450 mil mulheres anualmente sofrem algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais, e que 95% dos casos de agressões a menores são praticados contra crianças do sexo feminino. A cada minuto uma mulher morre em decorrência de problemas na gravidez, alcançando o impressionante número de 500 mil mortes anuais, mortes que poderiam facilmente ser evitadas com o devido acompanhamento pré-natal e a adequada assistência médica.

Outro aspecto preocupante é a feminização da pobreza. De 1,2 bilhão de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha de pobreza, 70% são mulheres. Mas as mulheres são fortes, lutadoras

e solidárias, e não se intimidam com esses dados; pelo contrário, são essas injustiças e a dor que as persegue que as fazem batalhar por liberdade, por igualdade entre os sexos e por reconhecimento.

Quero parabenizar as mulheres brasileiras, as mulheres roraimenses, as mulheres do mundo. Mais do que parabenizá-las pelo seu dia, quero agradecer a essas mulheres o carinho e a dedicação a nós dispensados. E mais ainda, quero ser solidário com elas na sua luta. Contem com meu apoio na luta contra a violência e a discriminação contra as mulheres.

A mulher foi criada por Deus para ser companheira do homem, para caminhar junto com ele, formando os 2 uma só carne.

Reconheço a importância da mulher em nossas vidas. Elas não apenas nos deram a vida, mas nos ensinam todos os dias a amar o nosso próximo e a respeitá-lo. Deus criou a mulher para que pudessemos encher esta Terra de vida, de amor. Criou-a para convivemos, homens e mulheres, lado a lado, ajudando-nos uns aos outros, cuidando uns dos outros.

Aproveito este dia para agradecer às mulheres que amo pelo amor e pelo apoio a mim dispensados todos os dias, os alegres e os tristes.

Obrigado, minha mãe, obrigado, minha esposa, obrigado, minhas filhas, por estarem sempre ao meu lado. Parabéns pelo seu dia.

Eu não seria a pessoa que sou se não tivesse sido criado por esse exemplo de mulher que é D. Isaíra, que foi sempre uma lutadora e ensinou-me a dar valor às pessoas e às conquistas de cada dia.

Obrigado, Marilúcia, minha esposa dedicada, que sempre dedicou sua vida às justas causas, aos nossos filhos e à família.

Obrigado, Lizaira e Cleycienne, minhas filhas, pelo carinho e dedicação de cada dia.

Obrigado, meu Deus, por ter criado as mulheres e por tê-las colocado na nossa vida.

Parabéns a todas as mulheres.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO PARLAMENTAR 9 (15/04/2004 Fase: PE)

O SR. Deputado (...) (Bloco/PL-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Liberal já ocupou a tribuna para ressaltar a competência da mulher. Discursamos aqui sobre seu talento, sua dedicação, sua sensibilidade. Quisera não fosse obrigado a dizer também que a sociedade permanece machista. É por isso que nos devemos dedicar ao assunto com maior rigor. Não fossem as desigualdades históricas até hoje verificadas, talvez não precisássemos aqui defender os seus direitos. Contudo, cabe-nos voltar ao microfone para tratar do assunto sob uma nova perspectiva. Frase reveladora da colunista Miriam Leitão, em artigo do jornal *O Globo* de ontem, chamou a minha atenção: *"Os homens estão morrendo"*. A violência urbana e o trânsito, segundo o IBGE, estão transformando o Brasil em um país não apenas idoso, mas principalmente feminino.

De acordo com as pesquisas, a expectativa de vida da mulher é 8 anos maior que a do homem. Essa constatação implica não só que a segurança pública deve ser priorizada para conter a violência, mas traz conseqüências importantes para a causa da mulher. Projeções do IBGE indicam que em 2020 haverá 5 milhões a mais de idosos do sexo feminino do que do masculino no Brasil, um contingente impossível de ser negligenciado em função das necessidades específicas que demandará. Além disso, a mulher, na chefia da família, precisa garantir a subsistência dos seus filhos. Nesse sentido, as pesquisas também revelam que a maior escolaridade das mulheres proporciona a sobrevivência das crianças. Contudo, não obstante o IBGE ter apurado que as mulheres têm uma escolaridade maior, os homens ganham 44% mais do que elas!

Conforme o artigo da jornalista Miriam Leitão, que tem todo o nosso apoio, *"a desigualdade não é novidade, mas quando se vê como ontem, na Síntese dos Indicadores Sociais, que em uma década tanta coisa melhorou e nada mudou neste ponto é que estamos diante de uma desigualdade durável"*.

Ao voltarmos nossos olhos para a mulher brasileira, portanto, o Partido Liberal, que no ano passado instituiu o PL Mulher, não trata o assunto com a intenção de alimentar egos e aparecer bem na mídia. Nós estamos genuinamente preocupados com resultados práticos e desastrosos que a discriminação, aliada à violência, podem acarretar para o nosso País. A sociedade brasileira, liderada pela presença feminina, precisa garantir as mesmas oportunidades de trabalho e paridade salarial entre homens e mulheres; precisa ver com os mesmos olhos confiantes quando elas assumem os rumos das decisões nacionais. Hoje, mais que nunca, quando a presença masculina diminui vitimada pela violência, o PL conclama os nossos jovens homens, principais vítimas da morte abrupta, a enxergar o exemplo das mulheres, para que vivam mais e vivam com mais amor.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça constar dos Anais da Casa o artigo a que me referi e que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa. (15/04/2004 PE)

DOCUMENTO PARLAMENTAR 10(14/12/2004 Fase:PE)

A SRA. deputada (...) (PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o Boletim Epidemiológico Mundial divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Londres, o número de casos femininos de AIDS, em todo o mundo, já corresponde a 47,3% dos 37,2 milhões de infectados entre 15 e 49anos.

O crescimento da AIDS entre as mulheres é mais uma consequência da violência, da exploração e do abuso que as atingem. Para entender como essas questões estão ligadas, é necessário refletir sobre a seguinte situação: como obrigar um homem, um estropador, um agressor que abusa sexualmente de uma mulher a usar camisinha? É assim que a AIDS se prolifera entre as mulheres. E vêm os hematomas, as pancadas, tornando ainda mais drâmático o sofrimento delas.

Outro fator importante que propicia o crescimento da AIDS entre o sexo feminino é a própria situação econômica e social, que leva à prostituição formal ou informal. As mulheres exploradas sexualmente possuem dificuldade de negociar sexo seguro com esse grau de vulnerabilidade, pois o homem que paga por sexo, em sua maioria, recusa-se a usar preservativos ou outra forma de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis. Estudo recente mostra que 30% das mulheres que chegam às emergências dos países desenvolvidos são vítimas de violência. Um outro estudo revela que até 50% das que sofrem violência são vítimas também de agressão sexual. No Brasil, a cada 4 minutos uma mulher é espancada. E dentro de casa o espancamento é uma realidade para 63% das mulheres brasileiras (Ministério da Justiça/1998).

O diretor do UNAIDS para Europa e Américas, Luiz Loures, defende que temos de avançar rapidamente no sentido de criar métodos de prevenção sob o controle da mulher, cujo uso ela não precise negociar com o parceiro, como o preservativo feminino e os microbicidas. E também defende legislações mais duras para coibir a violência contra a mulher.

Essas propostas devem ser implementadas com urgência pelo Governo brasileiro, através do desenvolvimento de campanhas dirigidas particularmente aos setores mais vulneráveis. A AIDS é uma doença que só pode ser combatida por meio de abordagem mais direta das questões normalmente tratadas a portas fechadas, como sexo, uso de drogas e violência sexual contra a mulher.

Queremos parabenizar o jornal *O Globo* pela divulgação de assunto de tal relevância, principalmente no momento em que estamos desenvolvendo a campanha *16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher*, que tem por tema *Pela saúde das mulheres, pela saúde do mundo, basta de violência!*

Apresentaremos indicação a esta Casa sugerindo ao Ministério da Saúde a adoção de medidas com o objetivo de garantir às mulheres vulneráveis socialmente mecanismos de prevenção para as doenças sexualmente transmissíveis que estejam sob seu controle.

Era o que tinha a dizer

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 11 (01/12/2004 Fase: PE)

A SRA. Deputada (...) (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste período em que refletimos sobre a necessidade de eliminar a violência contra a mulher, vou reportar-me à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que, no último sábado, dia 27, comemorou seu 9º aniversário de ratificação pelo Brasil.

Essa página da história, antecedida por um passado de luta pela conquista de direitos, de condição de convivência harmônica e livre, sem violências psicológicas, físicas e financeiras contra a mulher, foi escrita com muitos capítulos que registraram lutas e dores, inclusive alguns escritos com sangue, como o das 129 mulheres mortas durante o incêndio propositadamente provocado numa fábrica da cidade de Nova York, por protestarem por melhores salários e condições de trabalho, fato que levou à instituição do Dia Internacional da Mulher. Infelizmente, esse marco de violência contra a mulher não foi o último. Passados 10 anos de sua adoção, durante a Assembléia Geral da OEA, em Belém do Pará, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ainda demonstra que seu título tem muito a alcançar. Muitas formas de violência - tácitas, dissimuladas ou expressas - ainda persistem.

É a violência moral por meio de ironias, proibições sem sentido, humilhações e comparações, que agridem, deformam e causam danos psicológicos à mulher; é a violência por meio de agressões físicas, que, muitas vezes, deixam seqüelas irreversíveis; é a violência sexual, que submete a mulher a ter relações contra sua vontade, mediante assédio, ameaça ou agressão; é a violência financeira, que restringe a liberdade de aquisição e, muitas vezes, prejudica a subsistência da mulher. Montando todo esse quadro de violência, o retrato que se pinta da mulher é o de uma escrava. Os dados estatísticos, Srs. Parlamentares, somente reforçam a gravidade do problema. Segundo a Associação Médica Americana, 25% das mulheres que sofrem violência cometem suicídio ou são submetidas a tratamentos psiquiátricos. A Fundação Perseu Abramo afirma que a cada 15 segundos uma mulher sofre violência física no Brasil. O pior desses dados é o que demonstra que grande parte da violência cometida contra a mulher é perpetrada por aqueles de quem se esperava carinho, atenção, compreensão e cumplicidade. É a violência intrafamiliar.

A Organização Mundial de Saúde aponta que 70% dos homicídios de mulheres foram praticados por seus maridos ou companheiros íntimos; um dado que reflete que a agressão contra a mulher no lar supera em muito esse percentual. De todas as violências, essa é a mais bárbara, a mais cruel e a mais covarde, e amparada pelas quatro paredes e pelo silêncio causado pelo medo ou pela convivência.

No fundo, Sr. Presidente, toda essa violência é fruto de uma sociedade ainda machista, que resiste em aceitar a ascensão do papel social da mulher, principalmente nas nações em que a mulher ainda é tratada quase que oficialmente como objeto ou sujeita a espancamento em vias públicas, como

acontece na China - fato que outrora denunciámos desta tribuna - ou nos países fundamentalistas, a exemplo do brutal espancamento sofrido por uma repórter este ano.

No Brasil, embora a violência contra a mulher não respeite condição racial ou socioeconômica, as negras, as pobres, as evangélicas ou as de religião afro estão mais sujeitas a agressões, conseqüência de injustiças transmitidas por culturas passadas. Por isso, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher é um instrumento que deve transcender o formalismo e o cerimonialismo dos acordos e ganhar vida nos trabalhos, nas escolas, nos lares e nas ruas das Américas. Esse é um dever de todos, inclusive do Estado.

A Convenção assegura à mulher uma vida livre de violência, tanto na esfera pública quanto na privada; assegura igualmente o respeito da integridade física, mental e moral; a igualdade de tratamento perante a lei e o acesso às funções públicas. De acordo com a Convenção, os Estados-partes, inclusive o Brasil, dentre outras obrigações, devem apurar com zelo toda forma de violência contra a mulher, adotar medidas que coíbam o agressor de continuar a praticar violência e estabelecer em suas legislações todas as normas possíveis para prevenir e reprimir esses atos.

No campo das ações positivas, os Estados-partes devem se empenhar para promover a educação e o treinamento dos agentes policiais e judiciários, prestar serviços especializados à mulher vítima de violência e incentivar os meios de comunicação, para que divulguem informações necessárias para conscientizar a sociedade, dentre outros compromissos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao tempo em que registramos o esforço de todas as mulheres do Congresso Nacional na Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, conclamamos a sociedade a aproveitar esse momento propício para consolidar essa luta pelo estabelecimento de mecanismos eficazes e práticos que reduzam de forma marcante todas as formas de violência contra a mulher.

Muito obrigada

DOCUMENTO PARLAMENTAR 12 (9/03/2005 Fase: PE)

O SR. Deputado (...) (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem me reuni com membros do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil por ocasião do Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, 8 de março. O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil encaminhou-me ofício no qual registra que este é um dia especial para a luta e a resistência de todas as mulheres trabalhadoras do mundo. Diz o ofício: *"Este dia nos fortalece para a continuidade da construção de uma sociedade onde a vida esteja acima de tudo. (...) Queremos ver, no Brasil, políticas que venham possibilitar outra perspectiva de vida, inclusive baseada na economia camponesa"*.

Somamo-nos à luta dessas mulheres. Ontem, na reunião que fizemos, debatemos principalmente acerca da aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desse reunião participamos eu, Deputado Dr. (...), o Sr. (...), representante do Palácio do Planalto, e o Sr. (...), Secretário do Ministério da Previdência Social.

Nossa reivindicação está baseada na previdência pública e universal para os trabalhadores rurais. Destacamos alguns pontos que entendemos fundamentais, como a manutenção das atuais regras de acesso aos benefícios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Isso, com absoluta certeza, é o desejo deste Relator e é apreciado em cerca de 20 projetos de lei que dispõem sobre a previdência rural. É o nosso desejo, repito, que essas regras sejam mantidas.

Solicitam um estudo deste Relator e do Ministério da Previdência Social para que se implante o cartão do segurado especial, que facilitará a vida dessas trabalhadoras no momento de pedir a aposentadoria. Esse cartão mostrará sua situação relativamente à contribuição como trabalhadora rural. Para demonstrar essa contribuição, solicito ao nosso Governo que sejam implantados blocos de notas do produtor em todos os Estados do Brasil. Essa iniciativa deveria ser do Governo Estadual, mas o Governo Federal, comprometido com as trabalhadoras e os trabalhadores, e este Parlamentar vamos prestar orientações para que o CONFAZ faça esse debate.

Há outros itens cuja discussão consideramos fundamental, tal como a cobertura no caso de acidentes de trabalho, que, na maioria das vezes, não são registrados, e de doenças relacionadas à profissão do trabalhador rural. Hoje, raramente é emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT. Quando se trata de trabalhador rural, diria até que é muito difícil encontrarmos uma CAT. O trabalhador rural, quando vítima de acidente, não tem consciência ainda de seus direitos. Portanto, essa é uma política importante a ser feita. As camponesas, as trabalhadoras rurais lideram a faixa da população brasileira mais sofrida e violentada. Hoje, dia 8 de março, defendo as reivindicações das mulheres neste pronunciamento de apoio à luta das brasileiras.

Entendo que a própria imprensa, que muitas vezes tem posturas machistas durante o ano inteiro, imagina que, ao fazer meras publicações sobre a questão da mulher neste dia, está se redimindo do seu papel na história do nosso País. Então, pela sua importância, o dia 8 de março não

deve ser registrado de forma simples. Devemos dar importância a esta data e nos comprometemos com a luta dessas mulheres. Ontem, firmei o compromisso, na condição de Relator do projeto, de dar toda a atenção aos direitos das mulheres e trabalhadoras rurais. Queremos que a matéria seja amplamente debatida e que garanta os direitos a que todas as trabalhadoras fazem jus. Homens e mulheres que trabalham na roça o tempo todo têm dificuldades na hora de se aposentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 13 (07/03/2002 FASE: PE)

O SR. Deputado (...) (PT-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, quando esta Casa realiza uma sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, queremos não só nos solidarizar com a classe feminina celebrando suas conquistas, apoiando suas lutas e repugnando a violência e a discriminação que ainda a penalizam como também chamar a atenção para a exploração excessiva e abusiva da imagem da mulher pela mídia. Ao assistirmos à TV, lermos revistas e jornais, ao recebermos folhetos ou observarmos outdoors, em qualquer região deste imenso País, seja sobre venda de carros ou de aparelhos celulares, bebidas, cigarros, passagens aéreas e inúmeros outros produtos e serviços, constatamos que a mulher é a peça publicitária principal. Muitas vezes, nobres colegas, nas campanhas publicitárias os produtos aparecem em segundo plano, com destaque para a mulher nas mais diversas situações, quando não aparecem somente partes de seu corpo. E, geralmente, essa participação sugere uma vinculação de caráter sexual. O consumidor, nesses casos, é estimulado a imaginar que, ao tomar uma cerveja ou comprar um carro, também estaria, de alguma forma, aproximando-se das mulheres que foram "vendidas" junto com o produto adquirido.

Não queremos aqui, Sr. Presidente, dizer que todas as campanhas publicitárias que tenham a participação feminina busquem cumprir tal interesse. No entanto, nós, como observadores críticos, percebemos aquelas que são as mais apelativas. Se, para algumas mulheres, este mercado publicitário é a garantia da sobrevivência, tal situação não tem contribuído para a luta das brasileiras que buscam o direito à cidadania.

Às vezes, nos perguntamos: Como será que o imaginário social trabalha a imagem dessas mulheres? Mulheres, Sras. e Srs. Deputados, que vão além do corpo que expõem; que elaboram uma leitura sobre a sua realidade, que enfrentam uma série de dificuldades e preconceitos e que, muitas vezes, saem como vencedoras.

Há situações que nos deixam surpresos e indignados. No dia 8 de fevereiro deste ano, por exemplo, a Gazeta Mercantil publicou matéria com o título "Briga pela Mulher da Cerveja", relatando a "guerra" publicitária entre duas cervejarias. Na reportagem, a uma indústria, criadora da campanha intitulada "Mulheres", acusa a concorrente de copiar sua idéia ao produzir a peça denominada "Lúpulo", associando a cerveja ao sexo feminino. É difícil saber realmente quem copiou quem, mas os dois filmes são realmente apelativos.

Não estamos aqui, Sr. Presidente, analisando a arte publicitária e, sim, o uso da imagem da mulher de forma abusiva. Também não há nenhum julgamento moral. Ao contrário: as mulheres têm o direito de fazer o que querem com o seu próprio corpo. O que manifestamos é o protesto contra o interesse do mercado que, em busca do lucro, transforma o corpo da mulher em objeto de consumo e contribui para impor padrões femininos que, na maioria das vezes, não estão relacionados à trajetória e à cultura das mulheres brasileiras.

Outra campanha que chamou nossa atenção foi a de uma multinacional norte-americana, que, com a autorização da própria família, usa uma criança de 11 anos, do interior de São Paulo, para protagonizar comerciais eróticos veiculados em revistas, jornais e outdoors e exibidos na tevê e no cinema. Uma matéria sobre a referida campanha, publicada em revista de circulação nacional, diz que a modelo infantil protagoniza cenas ousadas e a trata de "ninfeta (...) que já começa a chamar a atenção". Vale lembrar, Sr. Presidente, que ninfeta, segundo o Dicionário Aurélio, "é uma menina púbere (que chegou à puberdade) voltada para o sexo e/ou que desperta desejo sexual".

Vejam bem, nobres colegas, a menina estrela da campanha em questão tem apenas 11 anos e, com seu corpo franzino, aparece ora sonolenta, deitada de calcinha e camiseta, ora agarrada a um rapaz de 23 anos, sem camisa, que também a abraça. Ouvimos pessoas falando que tal questão não tem nada demais, até porque as crianças e os adolescentes de hoje são completamente diferentes aos de nossa época, pois amadurecem mais cedo. É verdade! Muitas coisas mudaram, em especial no que toca ao comportamento infanto-juvenil. Hoje, as experiências sexuais acontecem mais cedo. Mas isto não justifica, absolutamente, que se erotize uma criança aos 11 anos de idade, com a desculpa de busca de mercado! Somos pai de uma menina com essa mesma idade e acompanhamos que ela está começando a viver a fase da transição entre o mundo infantil e o mundo adulto. Este é um período difícil, cheio de questões complexas para sua compreensão. E qual é a nossa tarefa? A tarefa da família, a tarefa da sociedade e a do Estado? É justamente permitir que os jovens possam viver esta fase, aparentemente cheia de contradições, de forma mais tranqüila, segura e feliz. Isto possibilitará que da juventude brotem cidadãos e cidadãs mais estruturados.

Acreditamos, Sr. Presidente, que a mídia e as campanhas publicitárias têm um passivo grande com as mulheres brasileiras. É preciso que estes instrumentos comecem a se colocar a serviço da construção da cidadania feminina, denunciando a violência física e psicológica, denunciando a exploração e a discriminação que enfrentam no mercado de trabalho, denunciando o assédio moral e sexual que muitas têm que enfrentar para garantir a sobrevivência de suas famílias.

Mas quem é a mulher brasileira? Ela é a mulher da campanha publicitária, ela é a advogada, ela é a professora, ela é a trabalhadora rural, ela é a biscateira, ela é a sem-terra, ela é a chefe-de-família. De acordo com o Censo 2000, cerca de 11,1 milhões das 86,2 milhões de brasileiras são chefes-de-família; ou seja, 25% dos lares do País são coordenados por mulheres. Outro dado importante é que, das mulheres responsáveis pelos domicílios, 3,4 milhões têm mais de 60 anos.

Das chefes-de-família brasileiras, 3,6 milhões isto é, mais de 33% recebem até um salário mínimo para colocar comida dentro de casa, pagar aluguel, água, luz e transporte, operando verdadeiros milagres a cada dia para não deixar seus filhos morrerem de fome. No nosso Estado do Espírito Santo, 23% das famílias são chefiadas por mulheres; ou seja, cerca de 196 mil mulheres têm de responder pela sobrevivência de sua prole, sendo que 33% delas recebem até 1 salário mínimo.

O mercado de trabalho brasileiro ainda tem como referencial, de forma oportunista, chefes-de-família homens, e, por isso, buscam justificar os baixos salários pagos às mulheres. Mas os dados

mostram o contrário: a cada dia que passa aumenta a responsabilidade feminina na subsistência familiar.

Um outro desafio que as mulheres brasileiras estão enfrentando, além do desemprego, que também aflige os homens, é a possibilidade da redução da licença-maternidade. Enquanto sociedades mais avançadas discutem sua responsabilidade sobre a maternidade e a tratam como função social, ampliando os direitos das mulheres, no Brasil este Governo fajuto quer acabar com conquistas femininas, como a concessão de quatro meses de licença-maternidade!

Mas o enfrentamento está dado. As mulheres estão cada vez mais organizadas, cada vez mais guerreiras. Vários Estados organizam a Semana Internacional da Mulher. No Espírito Santo, inúmeras atividades estão sendo programadas. No acampamento das trabalhadoras rurais em Vitória, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, acontecerão, durante quatro dias, debates sobre diversos temas: DST (doenças sexualmente transmissíveis); relações de gênero, afetividade e sexualidade; flexibilização das relações de trabalho; ALCA; campanha pelo limite da propriedade rural no Brasil; realidade das mulheres indígenas. Haverá também manifestação em frente às sedes do INCRA e da Secretaria de Agricultura.

As mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura irão ao INSS cobrar o direito a aposentadoria rural, como qualquer outro cidadão. Também haverá a Marcha Dia 8 de Março com o tema "Um outro mundo e um outro Espírito Santo são possíveis". As mulheres marcharão até o Palácio Anchieta, onde haverá uma grande manifestação contra os Governos estadual e federal. Lá elas cobrarão as políticas públicas a que têm direito, porque o Governador José Ignácio Ferreira nada fez. São inúmeras reivindicações, tais como: construir delegacias especializadas e casas-abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência; definição de política de saúde para a mulher; e outras questões importantes.

Será um grande evento! No Espírito Santo já é tradição: as mulheres vão para as ruas denunciar, reivindicar e exigir justiça. E lá nós estaremos com elas, nesta luta em busca de um novo mundo e de um novo Espírito Santo!

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 14 (09/03/2004 Fase: O D)

O SR. Deputado (...) (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de abordar desta tribuna, mais uma vez, o transcurso do dia 8 de março, consagrado à luta das mulheres. Neste dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam o prédio para reivindicar a redução da jornada de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que por 16 horas de trabalho, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, a qual se incendiou, matando cerca de 130 mulheres. Em 1910, numa conferência internacional realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem às mulheres, que seria comemorado em 8 de março o Dia Internacional da Mulher. É o dia dedicado internacionalmente à reflexão sobre a situação da mulher. Portanto, ontem ocorreram em todos os continentes diversas manifestações em favor da mulher, bem como reivindicações de garantia da igualdade de gênero em nossa sociedade. Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, embora nos nossos dias as leis do País não estabeleçam qualquer diferença entre homens e mulheres, a prática demonstra que ainda persistem muitos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade. É preciso que o Estado dê condições para que sejam criados mecanismos de defesa e proteção às mulheres. Também devemos estimular o debate acerca desta realidade nas escolas, nos lares, nas igrejas, nas associações de moradores, enfim, nas nossas relações sociais. De modo geral, o que se observa é que as leis foram feitas por e para os homens. Para estes os direitos, para as mulheres os deveres. A Igreja reconhece a mulher como acessório do homem. Por muito tempo a mulher esteve sozinha na luta contra a violência. Por vezes, tinha na lei e no Direito adversários. Essa legislação sexista não fazia senão refletir a concepção de instituições e representações sociais dominantes.

Apesar das grandes mudanças ocorridas, como a liberdade sexual e o ingresso da mulher nas atividades da esfera pública, há ainda acentuada desigualdade no setor privado. As relações sociais ainda funcionam com base num modelo hierárquico, repressivo e autoritário no qual a mulher é tratada conforme a posição ocupada pelo marido/parceiro e se considera o casamento ou união uma apropriação.

Outra realidade cruel é a violência praticada contra a mulher. Além de envolver questões sociais e principalmente culturais, o tema também tem reflexos na economia. Segundo pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada no Brasil em 1998, a violência doméstica é a causa de uma a cada cinco faltas das mulheres ao trabalho. Isso faz com que o Brasil perca, anualmente, 10,5% do PIB ou R\$ 84 bilhões. Outro dado relevante é o processo de feminização da pobreza verificado na sociedade mundial. Segundo estudo da ONU, as mulheres representam 70% da população pobre do planeta, realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% dos rendimentos. A pesquisa revela também que 27% das mulheres possuem filhos menores de 18 anos, e a maioria delas (60%) não recebe pensão regular do pai da criança.

No Brasil, a situação é dramática: a população feminina, de 86 milhões de mulheres, representa 55% da força de trabalho do País. No entanto, essas trabalhadoras recebem 69% dos salários normalmente pagos aos homens, e apenas 17% delas têm Carteira de Trabalho assinada, embora sejam chefes de família de 32% dos lares brasileiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso combater essa situação no dia-a-dia, através do diálogo na própria família, no ambiente de trabalho, nas escolas, nas igrejas, enfim, em todos os locais de convívio social. Afinal, não podemos ser tolerantes com a violência, prática que faz a sociedade retroceder no caminho da democracia. A dignidade da mulher é ideal democrático que nenhum homem poderá negar e do qual nenhuma mulher haverá de abrir mão.

Sr. Presidente, tive oportunidade de participar de atividades comemorativas ao Dia Internacional da Mulher. No Município de Simões Filho, Estado da Bahia, foi promovido grande ato político com a presença de segmentos femininos importantes; em Salvador, foi realizada uma marcha com o objetivo de chamar a atenção dos governantes para a necessidade da igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Viva o Dia Internacional da mulher! Viva a vida!

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 15 (07/12/2004 Fase:GE)

O SR deputado (...) (PT-MS. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me registrar que o Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, desenvolvido pelo Governo popular de Mato Grosso do Sul, está entre os 20 finalistas do Prêmio Gestão Pública e Cidadania, criado pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Fundação Ford, com apoio do BNDES. Foram formalizadas inscrições de 1.195 programas em todo o País. Apenas 20 foram selecionados para a premiação, cuja solenidade transcorrerá na próxima quarta-feira, dia 8, na sede do BNDES. Valho-me desse registro para assinalar 2 aspectos. Um deles, de âmbito regional e que reflete uma das marcas consolidadas do Governo popular, é a inclusão social, com ênfase no respeito às diversidades e às diferenças. Mas, num plano mais amplo, o Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, de Mato Grosso do Sul, é uma peça da grande engrenagem da cidadania que a Nação persegue e que aponta entre seus principais anseios o combate à fome e ao desemprego.

Quando o Governo Estadual criou, em 1999, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, já acenava com uma ação muito mais abrangente e profunda, no sentido de prevenir contra a violência e a discriminação. A idéia, que se tornou bem-sucedida e modelar para o País, era efetivamente dotar o Estado de política pública capaz de promover, alimentar e provocar a inserção da mulher num cenário de igualdade e respeito, mas fundamentalmente de promoção humana e de acesso a condições dignas de vida, sobretudo saúde e geração de renda.

Foi com essa concepção que a Coordenadoria da Mulher de nosso Estado, conduzida por um valoroso grupo de militantes e profissionais, liderado por D. Gilda Gomes dos Santos, implantou seus programas e serviu de espelho para outras Unidades da Federação. Uma das características mais significativas desse processo tem sido o foco dos programas na capacitação das mulheres para a geração de renda.

Em resumo, Sr. Presidente, a inclusão, na ótica do Governo popular, não se restringe ao socorro e à orientação, à proteção e ao abrigo, mas à indução à independência das pessoas, ao estímulo à sua capacitação, enfim, à libertação individual e coletiva de cada um daqueles que, historicamente, sempre dependeram do Poder Público. Assim, programas como esse precisam se multiplicar por este Brasil afora.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado (...).

O Sr. (...) - Nobre Deputado (...), desejo cumprimentar V.Exa. pelo registro que faz e sobretudo pela consignação do êxito que, no seu Estado, esse programa alcançou até agora. Diria a V.Exa. que, nesta Casa, as nossas colegas Deputadas estão também realizando um extraordinário trabalho de conscientização, que a própria *TV Câmara* e a mídia em geral se encarregam de divulgar. Isso significa que essa conscientização da necessidade do combate à violência contra a mulher mais se

arraiga no sentimento do povo brasileiro. Meus cumprimentos a V.Exa. pelo pronunciamento que faz nesta tarde. O SR. (...) - Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputado (...).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos maiores desafios do nosso País no século XXI é criar oportunidades para todos os seus milhões de habitantes em idade economicamente ativa. Oportunidade, hoje, significa principalmente comida e trabalho. Pela alta proporção de miséria no Brasil, retratada por mortes e doenças em massa e pela violência urbana e rural em quase todas as regiões, o Fome Zero tornou-se um desafio imperativo e emergencial. Mas queremos que ele seja um programa circunstancial, desnecessário num futuro próximo, quando o trabalho e o salário estiverem suprimindo as necessidades essenciais dos brasileiros. Para chegarmos a esse dia, importa agora, de imediato, fortalecer e intensificar o entendimento entre as forças vivas e legítimas do País, no sentido de potencializar a capacidade nacional de inserção social e econômica. Vivemos, talvez, um dos momentos mais propícios ao deslanche da nossa economia, nos últimos 50 anos. Não faço esta afirmação montado na empolgação do crescimento espetacular do PIB ou dos promissores índices de crescimento do emprego formal. Faço-a especialmente por conta da redescoberta brasileira como nação vocacionada para a liderança continental, com peso específico e maiúsculo, pronta a ser plenamente reconhecida na geografia econômica e comercial do Planeta.

Ouçó, com prazer, o Deputado(...).

O Sr (...) - Deputado (...), quero cumprimentá-lo por citar a questão econômica como um dos pontos mais importantes para o País. V.Exa. aborda um tema com o qual todos nós, brasileiros, estamos muito preocupados: a estabilidade do crescimento da Nação brasileira. A grande indagação é saber se vamos conseguir manter essa estabilidade, implementar as reformas adequadas para mantermos esse crescimento, mas com melhor distribuição de renda, geração de empregos, enfim, com mais oportunidade de trabalho para todos. Esta Casa tem de se esforçar de forma conjunta com os outros Poderes, a fim de que sejam dadas condições de se fazerem algumas reformas, especialmente no sentido de diminuir a carga tributária e ajudar as pequenas empresas. Amanhã entregaremos ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal a nova lei geral para as pequenas empresas. Esse trabalho não foi somente da Frente Parlamentar da Pequena Empresa, que coordeno. Queremos que V.Exa. se associe a ele, porque o tema que aborda, a questão econômica, vai viabilizar ou não a sobrevivência das pequenas empresas no Brasil. Meus cumprimentos a V.Exa. pelo pronunciamento que faz, analisando com profundidade a situação econômica do nosso País. Com certeza, V.Exa., que representa o Estado de Mato Grosso do Sul, tem capacidade e competência para fazer essa análise. Conte com o nosso apoio para trabalharmos juntos pelo Brasil.

O SR (...) - Obrigado, Deputado.

Realmente, o grande desafio que temos à nossa frente é conciliar desenvolvimento e justiça social, a fim de que nossos irmãos tenham direito ao emprego, ao alimento e ao estudo. Tenho certeza de que, se somarmos esforços - Legislativo e Executivo -, neste Governo do Presidente Lula, vamos ser capazes de melhorar esses indicadores, produzir mais e permitir que nossos empresários tenham

uma carga tributária menor. Este é o nosso desafio: melhor a situação para que este País gere emprego e renda.

A viagem do Presidente Lula à China demonstrou que estamos no limiar de um novo tempo. Digo isso não apenas pelo Presidente Lula, que tem sido um grande interlocutor e líder nesse processo, mas pela diversa e numerosa comitiva que o acompanhou e que testemunhou a imensa possibilidade de o Brasil participar de um ciclo de expansão comercial sem precedentes em sua história. Minha confiança e meu otimismo não esvaziam, contudo, a convicção no desenvolvimento sustentado, no controle social, na soberania nacional e na afirmação ética.

O desenvolvimento a que aspiramos tende a ser, obrigatoriamente, traduzido como progresso coletivo, prosperidade e satisfação humana, oportunidades democratizadas, ou não será o desenvolvimento que queremos e pelo qual estamos lutando.

Nosso Estado já está contribuindo para que se chegue a esse destino. Nossos níveis de absorção de mão-de-obra vêm subindo ano a ano, e só não são maiores porque ainda carecemos de mais vigor nas políticas locais de qualificação. É questão de tempo - e um tempo bem estreito, porque as coisas começaram a andar com mais velocidade. Exemplo desse impulso foi dado há poucos dias, quando a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, confirmou ao nosso Governador Zeca do PT a determinação do Planalto de endossar e incentivar a tão sonhada implantação dos pólos minerosiderúrgico e gasquímico em Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Um dos primeiros investimentos, o projeto de siderurgia, está orçado em torno de 1 bilhão de dólares.

Entretanto, volto a dizer que 1 ou 10 bilhões de dólares nada representarão para o novo Brasil, se não forem investidos na prosperidade coletiva, na afirmação da dignidade da pessoa, na preservação da natureza e do meio ambiente, na educação, na melhoria da qualidade de vida de todas as comunidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO PARLAMENTAR 16 (08/03:2005 Fase: OD)

A SRA. Deputada (...) (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres colegas, estréio nesta tribuna com muito orgulho, por ser hoje o Dia Internacional da Mulher.

Ouvi atentamente os discursos dos Parlamentares que me antecederam. Escutei S.Exas. falarem muito da mulher com saúde. Mas quero falar também das mulheres doentes, das mulheres de nosso Brasil vitimadas pelo comportamento machista que ainda existe em nosso País. Quero deixar meu abraço e minha solidariedade para as companheiras do Brasil afora vítimas da AIDS, da hepatite e das doenças sexualmente transmissíveis. É difícil de acreditar, mas, de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Saúde, muitas mulheres, apesar de terem um único parceiro, foram contaminadas por essas doenças e vieram a falecer.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que um país sério deve levar em consideração a urgente necessidade de mudança do comportamento machista.

Quero deixar meu abraço afetuoso à companheira Deputada Telma de Souza, que continua lutando para que o País mude em relação aos comportamentos masculinos que vitimam as mulheres.

Aproveito este espaço também para enviar um grande e solidário abraço às mulheres de Minas Gerais, que aqui represento, às mulheres do Nordeste, especialmente da Paraíba, onde tive o orgulho de nascer, e de Poços de Caldas, que tenho orgulho de representar nesta Casa.

Às mulheres do Brasil que, de forma amorosa, dedicaram-se afetivamente aos seus parceiros e em troca receberam a doença, quero deixar a minha solidariedade e o meu compromisso de, durante o tempo em que estiver nesta Casa, reconhecê-las como motivo de luta pela conquista da cidadania e de uma vida saudável para todas nós.

Muito obrigada.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 17 (08/03/2005 Fase: OD)

O SR. DR. Deputado (...) (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher. Tudo começou no distante 8 de março de 1857, quando centenas de mulheres corajosas e resolutas levantaram a cabeça e saíram às ruas da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para protestar contra os baixos salários e a escravidão da jornada de trabalho de 12 horas, bem como as más condições de higiene nas fábricas de vestuário e têxteis. A reação dos homens, donos da cidade e machistas, foi mandar a polícia reprimir de forma violenta aquela ação de protesto.

O respeito à mulher, à sua palavra, à sua inteligência, ao seu direito teve início naquela data. O mundo civilizado começou a ouvi-la e, em sua homenagem, estabeleceu em 8 de março o Dia Internacional da Mulher.

É claro que as conquistas femininas foram lentas, mas, mesmo assim, elas ganharam o direito de galgar os mesmos degraus que os homens.

Neste início do século XXI, a mulher continua ganhando espaço na convivência com milhares de segmentos sociais, o que muito veio colaborar para o desenvolvimento da nossa civilização.

Entretanto, uma pergunta precisa ser feita: será que ela conseguiu chegar ao topo de suas conquistas? Obviamente que não! Acreditamos que ainda existam diversos setores de resistência machista que precisam ser vencidos.

Exemplo recente ocorreu no esporte, mais precisamente no futebol, numa partida entre 2 clubes paulistas da 1ª divisão, São Paulo e Corinthians, para a qual foi escalada como árbitra a juíza Sílvia Regina. Após o jogo, os perdedores reclamaram do seu desempenho, declarando em alto e bom som que mulher não foi feita para apitar jogo de futebol. Em respeito à juíza, os mais esclarecidos provaram, através de números, que ela não só era capaz fisicamente como também estava em condições plenas de exercer a função.

Em outras atividades ainda existe resistência, mas acreditamos que a mulher chegará ao topo, com os mesmos direitos e obrigações do homem.

Sr. Presidente, desejamos homenagear todas as mulheres: brancas, negras, amarelas, gordas, magras, altas, baixas, felizes e até mesmo as que se julgam infelizes. Nossos aplausos à gama de colegas Deputadas inteligentes, dinâmicas e guerreiras, que no dia-a-dia têm abrilhantado as discussões em plenário e contribuído com projetos para o bem comum dos brasileiros.

Gostaria de estender meus aplausos a todas as mães de dupla jornada; enfim, a todas as mulheres, independentemente de cor, credo, posição social e ideologia política. Quero fazer menção especial à minha mãezinha, que completou no último 7 de setembro o primeiro centenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres são e serão sempre um desafio: misteriosas, algumas cheias de altos e baixos, porém ricas em sentimentos, o que as fazem mais aptas para compreender o mundo em que vivemos.

Em suas trajetórias, dotadas de beleza ímpar, feminilidade e garra, cada qual em sua área de atuação, acabam sempre como vencedoras.

Os nossos parabéns a todas as mulheres do planeta, dignas representantes da raça humana no universo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO PARLAMENTAR 18 (05/07/2004 Fase: GE)

O SR. Deputado (...) (Bloco/PL-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sinto-me honrado por estar novamente nesta tribuna para externar o meu pensamento, aquilo em que acredito.

Quero, em nome do meu partido, o Partido Liberal - primeiro partido que chegou ao País, segundo informações do nosso assessor, Dr. Garigham, a quem rendo homenagem pelo seu preparo e capacidade -, falar do choque e da indignação que sempre me provoca o conhecimento de que, até hoje, alguns setores da sociedade teimam em fazer da discriminação contra a mulher um meio para se beneficiarem.

O vilão, dessa vez, Sr. Presidente, é uma das maiores cadeias de lojas norte-americanas, a Wal-Mart. A empresa está sendo processada nos Estados Unidos por discriminar suas empregadas e por retaliar as que reclamam contra os maus-tratos. É impressionante, Sr. Presidente, que em pleno século XXI exista quem impeça a promoção das suas funcionárias, mantendo-as em postos inferiores e mal remuneradas e ainda justifique a atitude com argumentos extraídos dos piores clichês machistas conhecidos.

Algumas pessoas pensam equivocadamente que o Brasil está imune à intolerância contra os direitos da mulher, mas o dia-a-dia mostra que isso não é verdade. Reparemos na profusão de assuntos abordados corriqueiramente aqui mesmo, na Câmara. Para citar apenas 2, a feminização da pobreza e o Estatuto da Mulher são temas que estão sendo discutidos nesta Casa.

Para sensibilizar a consciência coletiva e tentar evitar essa distorção dos comportamentos, venho reiteradamente à tribuna chamar a atenção dos nobres pares para a nossa iniciativa que instituiu 2004 como o Ano da Mulher.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que a desigualdade das relações entre homens e mulheres, embora largamente condenada, persiste em tons subliminares, inconscientes, mascarada pela velada manutenção de uma cultura histórica paternalista, arcaica, presente não apenas no Brasil, mas em países que se orgulham de pertencer à vanguarda do desenvolvimento.

Apesar disso, a valentia das mulheres será capaz de mudar os hábitos e os planos dos que as oprimem. No caso da empresa Wal-Mart, dentre todas as funcionárias e ex-funcionárias de um universo de 1 milhão e 600 mil, apenas 6 mulheres foram suficientes para subjugar o poderio da multinacional. Importante acrescentar, também, a decisão da Justiça norte-americana de transformar aquele pequeno processo em ação coletiva, que beneficiará todas as mulheres da empresa. Trata-se de precedente inestimável, que preocupará aqueles que ainda hoje insistem nos costumes discriminatórios. Os maus exemplos devem ter, sim, a atenção rígida da Justiça, mas cabe-nos aprofundar os questionamentos, consolidar a indignação geral, de modo que em todos os cantos deste Brasil e do mundo afora a mulher seja tratada com dignidade.

Esta a minha posição e a do meu partido, o Partido Liberal.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa: *Rádio Câmara, TV Câmara e Jornal da Câmara.*

O SR. PRESIDENTE (...) - V.Exa. será atendido.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 19 (18/11/2003 Fase: PE)

A SRA. Deputada (...) (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 10.745/03, que institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher, foi relatado por mim na Comissão de Seguridade Social e Família e encontra-se agora, após a passagem pelo Senado, de novo com a Mesa Diretora desta Câmara.

Ao definir 2004 como o Ano da Mulher, o projeto também estabelece que o Poder Público promoverá a divulgação e a comemoração dessa homenagem mediante programas e atividades, com o envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça para inserção da mulher na comunidade.

A importância de se dedicar um ano às mulheres reside na garantia de destaque para os problemas medievais ainda enfrentados pela mulher brasileira, como a violência doméstica praticada por maridos, irmãos, pais, tios ou padrastos, por exemplo.

Apresentei um projeto de lei que tipifica o crime de violência doméstica.

Um outro projeto de lei que ganharia destaque no Ano da Mulher é o que destina ao menos 30% dos recursos do Fundo Partidário à formação e à capacitação política feminina. Trata-se de uma forma eficaz de acelerar a expansão da cidadania, de uma ação afirmativa em prol não só das mulheres, mas do aperfeiçoamento do Estado brasileiro.

O importante e volumoso PL nº 1.399/03, de autoria do Deputado Renato Cozzolino, que dispõe sobre o Estatuto da Mulher, ganharia também maior visibilidade na mídia com a promulgação do Ano da Mulher. Mais do que simples propaganda, essa visibilidade é uma garantia a mais de discussão, pela sociedade civil, dos temas em pauta, cuja relevância é inquestionável.

O Estatuto da Mulher tem por objetivo básico assegurar às brasileiras o direito pleno à cidadania e à dignidade, convocando a sociedade para refletir sobre as dificuldades impostas a mais de metade de nossa população, em decorrência de preconceitos sexistas inadmissíveis no Século XXI.

Devemos lembrar também o PL nº 10.714, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico de 3 dígitos, gratuito, destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Já o PL nº 4.493, de 2001, de autoria da Deputada Socorro Gomes, estabelece a notificação compulsória, por parte dos serviços de saúde, públicos ou privados, da violência contra a mulher, em todo o território nacional.

Atualmente, estima-se que 25% das mulheres brasileiras sejam agredidas por membros de sua própria família, dentro de seus próprios lares. A notificação compulsória serviria ao menos para quantificar essa violência e contribuir para a sua redução, já que qualquer aumento desse percentual não deve de forma alguma ser tolerado.

Social, econômica e politicamente, a mulher é discriminada. Cabe aos Poderes Republicanos corrigir essa anomalia que de certa forma a sociedade civil endossa ou finge ignorar.

Decretado o Ano da Mulher em 2004, isso certamente potencializará as mudanças na legislação e nas mentalidades, com benefícios para toda a sociedade brasileira.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 20 (07/12/2004 OD)

A SRA. Deputada (...) (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, em Brasília, está ocorrendo o I Encontro Nacional de Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura, cujas delegadas foram escolhidas em encontros regionais ocorridos durante o Governo Lula, particularmente sob o comando do Ministro da Aqüicultura e Pesca, José Fritsch. Hoje, pela manhã, na abertura do evento, dizia eu que o Presidente Lula não poderia ter escolhido nome igual ao de José Fritsch para articular e construir, depois de 15 anos, um espaço para pesca e aqüicultura, bem como para travar debate nacional acerca do tema, como agora está acontecendo.

Mulheres de todos os Estados do Brasil participam do evento e comemoram a oportunidade de discutir o seu trabalho, mostrar suas dificuldades e sonhar com um país melhor. Essas mulheres trabalhadoras da pesca cuidam da casa, fazem a rede, limpam o peixe, geram a vida, porém, há mais de 500 anos foram excluídas, colocadas à margem do Direito.

Esse encontro, promovido pelo Governo, é importante porque sinaliza mudanças na política no sentido do respeito e da valorização das pescadoras artesanais, das aqüicultoras e de todas as mulheres que trabalham com essa lida e nunca foram valorizadas. É importante que as mulheres estejam presentes a esse debate nacional para levantarem suas bandeiras de luta pela aposentadoria das aqüicultoras ou pescadoras artesanais, pelo salário maternidade, pela oferta de creches públicas para deixarem os filhos quando vão trabalhar, profissionalizar-se, estudar. Isso até agora não foi garantido.

Essas mulheres podem ter certeza de que sua vida está começando a mudar, porque somente por meio da luta é que mudamos nossa vida. Elas não estão pedindo favor, mas a garantia de um direito conquistado pelo trabalho.

Precisamos mobilizar a sociedade, construir um movimento nacional que mostre a cara dessas trabalhadoras e suas bandeiras. Temos lutado pelo reconhecimento da força produtiva e reprodutiva e precisamos que sejam respeitadas. É preciso reconhecer que essa luta muda as relações sociais e humanas, descoloniza e transforma essas mulheres em cidadãs e participantes.

Parabéns ao Ministro da Pesca. Parabéns às mulheres que vieram a Brasília, que se organizaram, participaram dos encontros e estão felizes. Pela primeira vez na história do Brasil podem dizer que também existem, que também são brasileiras e estão na luta. Não vamos mais arredar o pé. Esse é o sinal da democracia!

Muito obrigada, Sr. Presidente

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 21 (08/03/2005 Fase: OD)

SR. Deputado (...) (Bloco/PL-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há exatamente 148 anos, no dia 8 de março, as operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, nos Estados Unidos, entraram em greve.

As trabalhadoras exigiam de seus patrões que a jornada diária de trabalho fosse reduzida de 16 horas para 10. É preciso acrescentar que essas operárias recebiam, por 16 horas de trabalho, um terço d Para dar mais força ao movimento grevista, as trabalhadoras ocuparam a fábrica. Foi então que começou um incêndio, que resultou na morte de 130 mulheres. Esse fato tornou-se um marco na luta pelos direitos das mulheres.

Em 1975, a Assembléia Geral das ONU decretou o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. A partir daí, a data tornou-se não só um dia de homenagens, mas também um momento de reflexão sobre as lutas femininas ao longo dos séculos. Hoje, no Dia Internacional da Mulher, podemos comemorar melhorias nas condições de vida e de trabalho das mulheres, porém, sabemos que muito mais ainda precisa ser feito. Nobres colegas, em 1857, as operárias tiveram a ousadia de exigir uma carga horária mais justa, a fim de compensar o fato de que recebiam muito menos que um homem que ocupava as mesmas funções.

No final de fevereiro deste ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que as mulheres têm salários menores que os dos homens em todos os níveis de escolaridade.

Em 2003, os homens com até 3 anos de estudo recebiam em média um salário de 343 reais contra 211 reais pagos às mulheres com o mesmo nível de escolaridade. Nessa pesquisa, o IBGE divulgou outro dado importante: de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais de 2004, as mulheres têm uma média de tempo de estudo superior à dos homens - 7% contra 6,8%.

Muitos pesquisadores explicam esse resultado pelo fato de os homens abandonarem os estudos mais cedo para trabalhar. Mas o que nos parece igualmente verdadeiro é que as mudanças na sociedade e na economia é que estão levando a mulher a competir no mercado de trabalho e a assumir o sustento da família. Infelizmente, a melhora no nível de instrução não tem permitido a elas receber salários semelhantes aos dos homens. Isso precisa ser revisto. O salário de um trabalhador não deve ser mensurado pelo seu sexo, mas pela sua qualificação e capacidade de trabalho. Deixo registrado o meu apelo para que todos os empresários brasileiros e empregadores em geral possam refletir sobre essa situação e estabelecer salários que façam justiça ao direito das mulheres.

Sr. Presidente, desde aquela primeira greve das tecelãs nos Estados Unidos, as mulheres lutam pelos seus ideais. Outra bandeira importante foi levantada no início do século passado, através das campanhas pelo direito ao voto. As mulheres enxergavam na sua participação na vida política uma forma de assegurar a cidadania e o respeito como ser humano.

Em 1908, as americanas marcharam em Nova Iorque para exigir melhores condições de trabalho e também o direito ao voto. Elas foram para as ruas carregando faixas com a frase *Pão e Rosas*: o pão simbolizava o trabalho, e as rosas representavam uma melhor qualidade de vida.

No Brasil, somente em 1932 que o Código Eleitoral estendeu a cidadania eleitoral às mulheres. Demorou, mas a conquista chegou. E observamos desde então as mulheres colaborarem com o nosso País, através de seu voto, sempre consciente e embasado na intuição e sensibilidade que só elas possuem.

Sr. Presidente, nobres colegas, infelizmente muitos preconceitos resistem a essa luta e ainda encontramos falta de respeito aos direitos da mulher, como a prática, por exemplo, da violência contra a mulher, em especial a violência sexual, que é um fenômeno universal e atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas. Ocorre em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, em espaços públicos ou privados, e em qualquer etapa da vida da mulher.

Apesar de desconhecida a verdadeira incidência dos crimes sexuais, estima-se que afetem 12 milhões de pessoas em todo o mundo. Apenas nos EUA, calcula-se que cerca de 680 mil mulheres são estupradas e que 200 mil crianças são sexualmente abusadas, a cada ano.

As conseqüências biopsicossociais são ainda mais difíceis de mensurar, embora acometam a maioria das vítimas e de suas famílias. Na esfera emocional, a violência sexual produz efeitos intensos e devastadores, muitas vezes irreparáveis.

Acaba de ser concluída pesquisa inédita sobre violência contra a mulher, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão ao IBOPE Opinião, com apoio da Fundação Ford. Realizada em setembro de 2004, a pesquisa trabalhou com uma mostra representativa da população adulta brasileira. Cito a parte mais importante do resultado: a partir de uma lista de problemas, homens e mulheres reconhecem que a violência contra a mulher, tanto dentro como fora de casa, é o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade.

Trinta por cento apontam a violência contra a mulher dentro e fora de casa em primeiro lugar, na frente de uma série de outros problemas, como câncer de mama e de útero (17%) e a AIDS (10%). Os indicadores de preocupação com a questão da violência não mostram diferenças entre os sexos, tampouco na maioria das variáveis estudadas. Isto é, trata-se de um problema amplamente difundido no conjunto da sociedade. Noventa e um por cento dos brasileiros consideram muito grave o fato de mulheres serem agredidas por companheiros e maridos.

A percepção da gravidade da violência contra a mulher se confirma quando 90% dos brasileiros acham que o agressor deveria sofrer um processo e ser encaminhado para uma reeducação. O contraste entre a quase unanimidade dessas opiniões e a realidade concreta na vida das mulheres é gritante. São poucos os casos que chegam a processo e escassas as instituições que lidam com reeducação do agressor.

A idéia de que a mulher deve agüentar agressões em nome da estabilidade familiar é claramente rejeitada pelos entrevistados (86%).

Com relação ao chavão conformista "ele bate, mas ruim com ele, pior sem ele", há diferenças significativas e culturalmente relevantes: as mulheres (83%) tendem a rejeitar mais do que os homens (76%); os mais jovens (83%) mais do que os mais velhos (68%). Em uma pergunta que pede um posicionamento mais próximo daquilo que o entrevistado pensa, 82% respondem que "não existe nenhuma situação que justifique a agressão do homem a sua mulher".

Nesta data comemorativa de hoje, diante do resultado da pesquisa acima mencionada, precisamos ir além dos cartões, presentes e buquês de flores e lutar de forma mais contundente para oferecermos, como presente maior, uma reação prática e imediata contra os agressores das mulheres brasileiras.

Registro neste dia o meu apelo ao Governo Federal, para que viabilize campanhas educativas para aqueles que ainda não entenderam o valor e importância das mulheres em nossa vida e na construção de um país democrático e justo.

Sr. Presidente, nobres colegas, deixo registrado nesta Casa os meus mais sinceros cumprimentos a todas as mulheres brasileiras, de modo particular as capixabas. Em especial cumprimento todas as nobres Deputadas desta Casa, juntamente com todas as Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais, Governadoras e Ministras do nosso País. Deixo o meus sinceros carinhos às funcionárias da Câmara Federal, em especial às taquígrafas e assistentes das Comissões, e de todo o nosso País.

O meu especial reconhecimento a duas mulheres guerreiras, honradas e belas, que foram e são fundamentais no meu crescimento pessoal, religioso e político, minha mãe, Sra. Edanir Fraga, e Sandra Sartorio Fraga, minha esposa.

Que Deus abençoe a nossa Nação e as mulheres de todo o Brasil e do mundo.

Muito obrigado

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 22 (10/03/2004 Fase: PE)

A SRA. Deputada (...) (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que ocupo esta tribuna para registrar a passagem de uma data emblemática o 8 de Março, que resiste ao tempo e adquire cada vez mais força.

Não se trata de mais uma data temática, e que até há pouco tempo era evocada muito mais por expectativas do que realizações. Digo isso porque uma das primeiras medidas do Presidente Lula, logo no primeiro dia de governo, foi criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no momento comandada pela ilustre Ministra Nilcéia Freire. Tal atitude demonstra o reconhecimento de que o Estado deve exercer sua responsabilidade na elaboração e execução de políticas de igualdade entre homens e mulheres, a fim de se contrapor aos perversos efeitos da desigualdade social, que, certamente, vem provocando maior exclusão para as mulheres. Em outras palavras, é preciso tratar desigualmente os desiguais: a promoção de ações afirmativas para as mulheres precede o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres.

O Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.745, de 9 de outubro de 2003, que institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher. Nesse sentido, será realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, programada para junho, em Brasília, e que deverá propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Além disso, já estão sendo realizadas conferências municipais, regionais e estaduais, etapas precedentes e democráticas, que contemplam a ampla participação das mulheres brasileiras nas diferentes regiões.

Outra medida fundamental, anunciada pela Ministra Nilcéia Freire na semana passada, refere-se ao mutirão nacional que será desenvolvido até o final de março, no sentido de regularizar a documentação das residentes no meio rural e urbano, o que possibilitará acesso ao microcrédito e a programas de habitação, que serão ampliados com a participação da Caixa Econômica Federal. Essa iniciativa merece ser reforçada e valorizada, pela possibilidade de fortalecimento concreto das experiências de associativismo e cooperativismo geradoras de emprego e renda, certamente prioritários no atual Governo.

Medidas como essa vão ao encontro das necessidades historicamente ignoradas das mulheres. Apesar do contínuo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, nas últimas 4 décadas, isso ocorreu sob condições muito desiguais. O rendimento salarial médio dos homens é 29% superior. Além disso, 50% das mulheres que conseguem trabalhar vivem com um salário mínimo ou menos e são as únicas responsáveis pelo sustento de 27 em cada 100 famílias no País. Isso sem falar da vertiginosa tendência de jovens, meninas ainda, engrossarem precocemente essas estatísticas.

A decisão do Governo Lula de fazer da mulher a maior beneficiária do Programa Bolsa-Família foi a mais acertada. Demonstra a convicção de que, como chefe de família, dona de casa e trabalhadora, ela tem, solitariamente, que desvelar a dureza do cotidiano, com a sabedoria que o

acúmulo de tarefas lhe impingiu, porém sob a doçura de seu coração, que teima em acreditar que é possível ser, ao mesmo tempo, lutadora e terna.

Temos muitos outros desafios pela frente. Entre eles, participar da Comissão Especial que examinará a proposta do Estatuto da Mulher, já apresentado nesta Casa, e envidar esforços para a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, extremamente necessário, pois 33% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física, quadro que se agrava ao constatarmos que elas representam 63% das vítimas de agressão doméstica.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de aproveitar esta oportunidade para destacar um exemplo vivo e concreto de uma mulher que atua na defesa da vida e da dignidade humana. Refiro-me à Irmã Maria Dolores Muniz Junqueira, cuja história de vida é sinônimo da luta por condições mais dignas de sobrevivência das populações vítimas da exclusão social e territorial, principalmente daquelas que habitam a região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.

Trata-se de uma região plena de contrastes: abriga o Porto de Santos, pelo qual passa um quarto dos produtos brasileiros negociados no exterior, da ordem de mais de US\$27 bilhões; registra a maior renda per capita do interior paulista, na faixa de R\$507,00, mas apresenta a segunda maior distância entre ricos e pobres, ficando atrás apenas da região do Vale do Paraíba.

Por tudo isso, entende-se a opção de Irmã Dolores de trabalhar junto aos pobres. Tão logo chegou ao Brasil, após rápida passagem por São Paulo, veio morar em um humilde barraco na Vila Jóquei, em São Vicente, lugar marcado por palafitas e esgoto a céu aberto, depois estendendo seu trabalho pelos diques das Caixetas e Sambaiatuba. Junto à comunidade local, construiu a Capela São José Operário, aliando o atendimento às mães aos serviços de um ambulatório e a uma classe para as crianças, na qual, apesar de seu "portunhol", foi a primeira professora do MOBREAL.

Transferiu-se para o Guarujá, Município vizinho, a fim de socorrer os moradores dos morros, desalojados após intensa chuva na Vila Zilda. Nesse local, sempre estimulando a organização e o fortalecimento das comunidades mais pobres, foi responsável pela construção de uma igreja e de um centro comunitário, além da implantação de muitas outras atividades sociais e religiosas.

Em seguida, mudou-se para a área continental de São Vicente, sem dúvida concentradora da maior desigualdade social local. Destaca-se ali seu intenso trabalho comunitário, que resultou na criação de um posto de saúde, um centro comunitário, uma escola profissionalizante, uma biblioteca comunitária e, mais ainda, a Escola de Ensino Fundamental, na qual estudam cerca de 1.500 alunos.

Contudo, entendo que sua "obra-prima" foi e é a implantação do Centro de Parto Normal Dr. David Capistrano Filho, em outubro passado. Instalado em uma área desprovida de qualquer cobertura para a gestante, já deu vida a 50 bebês. Além disso, a denominação da unidade, por sugestão da própria Irmã Dolores, homenageia nosso saudoso companheiro e médico sanitário, meu sucessor na Prefeitura de Santos.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a especial atenção de todos no sentido de esta Casa referendar o nome de Irmã Dolores para inclusão na lista brasileira indicativa ao Prêmio

Nobel da Paz. Sua biografia, sem dúvida, a credencia como mensageira e arquiteta da esperança e da vida, exemplo máximo de mulher aguerrida, que, com certeza, deve encabeçar nossas indicações àquele prêmio.

Finalizando, quero deixar registrados meus cumprimentos a todas as mulheres, em especial às brasileiras e latino-americanas, na certeza de que, com nossa energia e convicção, estamos construindo, juntas, um novo mapa-múndi.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e, especialmente, no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigada.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 23 (09/03/2004 Fase PE)

O SR. Deputado (...) (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço coro com tantos colegas que desde sexta-feira expressam em seus pronunciamentos homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ocorrido ontem. Há exatos 145 anos, pelo menos 130 operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque deram a própria vida chamando a atenção do mundo inteiro para o papel e a dignidade da mulher, levando-nos a uma tomada de consciência do valor da pessoa, de forma a que percebêssemos a sua importância no contexto da sociedade. Queriam, na verdade, protestar e rever preconceitos e limitações que infelizmente ainda vêm sendo impostos à mulher.

Desde a última sexta-feira, Sr. Presidente, esta Casa está mobilizada, discutindo questões que envolvem os direitos da mulher, a exemplo do debate promovido pela *TV Câmara*, com a participação de importantes núcleos do Governo Federal que têm a obrigação de fazer o § 8º do art. 226 da Constituição deste País, determinando ao Estado assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Infelizmente, Sr. Presidente e nobres Deputados, a Lei Maior que rege os interesses do povo brasileiro não vem sendo respeitada, conforme lembrou o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, num encontro, nesta segunda-feira, durante o café da manhã, com cerca de 300 mulheres que trabalham no Palácio do Planalto. As estatísticas estão aí para comprovar a realidade dos fatos. Pesquisas de grupos de defesa dos direitos da mulher mostram que pelo menos 2 milhões de brasileiras são espancadas anualmente, sendo que, em 70% dos casos, infelizmente o agressor é o marido, o ex-marido ou o namorado.

Felizmente, o Governo Federal mostrou-se sensibilizado com essa triste e lamentável realidade. Por isso, anunciou nesta segunda-feira, durante o programa radiofônico quinzenal *Café com o Presidente*, que entrará em vigor em aproximadamente 30 dias, a regulamentação de uma lei que obriga hospitais e postos de atendimento médico a comunicar à polícia a ocorrência de internação de mulheres vítimas de violência. Ainda bem, porque é sabido que a cada 4 minutos uma mulher é agredida dentro de casa. Nesta mesma segunda-feira, tivemos o desprazer de ouvir do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, outra constatação dramática: a de que em 20 anos o número de mortalidade materna não foi resolvido.

Na verdade, o Dia Internacional da Mulher simboliza, mais do que nunca, a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sabemos perfeitamente que, apesar dos muitos avanços e conquistas durante este século, ainda subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher. Vejam os senhores, uma estimativa da Anistia Internacional nos mostra que cerca de 2 milhões de mulheres são anualmente submetidas à mutilação genital. Isso é uma verdadeira barbárie.

Entendemos que os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Em razão disso, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou

isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica ou condição social.

O próprio Presidente Lula lembrou nesta segunda-feira que o Brasil tem hoje 6 milhões de mulheres analfabetas, admitindo ainda que o Governo precisa aperfeiçoar a política de saúde e de empregos para a mulher. Entendeu também S.Exa. que o Governo e a sociedade precisam se mobiliar para discutir essas questões de importância fundamental à garantia dos direitos individuais do cidadão brasileiro.

Ficamos otimistas quando escutamos do Ministro da Saúde, Humberto Costa, o projeto de reduzir nos próximos 11 anos em até 75% o número de mulheres que morrem durante o parto. S.Exa. falou também da importância de dar assistência humanizada a mulheres que sofrem abortamento. Não nos podemos esquecer, Sr. Presidente, de que apenas nas capitais brasileiras é grande o índice de mortalidade materna. Ou seja, de cada 100.000 crianças que nascem morrem pelo menos 75 mães.

Ouvimos também nos debates de sexta-feira, através da *TV Câmara*, a constatação de que o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, ainda em discussão no Congresso Nacional, não contempla ações suficientes para a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Isso significa dizer que dos 380 programas que estão no PPA apenas 5 são direcionados à questão da mulher, revelando, sem dúvida alguma, a grande distância que infelizmente ainda existe entre o que o Governo pretende fazer na prática em defesa da mulher e o que anuncia como um grande desafio e as condições efetivas para enfrentá-lo, conforme denunciou no debate Guacira César de Oliveira, diretora da Organização Não-Governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Ainda bem que esta Casa, sempre atenta no seu papel de estabelecer os debates em defesa dos interesses da Nação brasileira, está aproveitando as manifestações voltadas ao Dia Internacional da Mulher para a instalação da Comissão Especial, que vai discutir ações que facilitem o acesso da mulher a serviços fundamentais de Saúde e Educação, ao mercado de trabalho, garantindo ainda o combate à violência doméstica, agora, em 2004. Com certeza, a Comissão Especial recém-criada vai garantir maior agilidade aos trabalhos articulados pela bancada feminina nesta Casa Legislativa, de forma a selecionar projetos que criem ou ampliem os direitos da mulher.

Aproveito esta oportunidade para manifestar do fundo do meu coração todo o respeito, carinho e amor que dedico a todas as mulheres, razão de nossa própria existência. É ela quem nos dá à luz para a vida; é ela que nos alimenta, nos embala, nos orienta, nos defende e nos encaminha para o mundo que haveremos de conquistar e zelar para que a paz, a compreensão e solidariedade humana perdurem entre os filhos de Deus.

Muito obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 24 (23/09/2003 Fase: PE)

O SR. Deputado(...) (PP-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, analisando as estatísticas do Brasil, estamos a verificar que o índice de fecundidade da mulher brasileira não cessa de baixar. No ano de 1950, tínhamos 6,2 filhos para cada mulher, no censo de 2000, 2,3 filhos.

Eminentes analistas não se cansam de saudar essa prova de maturidade do povo brasileiro, que nos aproxima do equilíbrio demográfico de países do Primeiro Mundo.

No entanto, quando nos debruçamos sobre o verso da medalha, deparamo-nos com um fenômeno social que preocupa sobretudo os que voltam sua atenção para a classe dos excluídos deste imenso Brasil.

Percebe-se nas classes mais pobres de nossa população que estamos a conviver com uma realidade assustadora: cerca de 27% dos partos realizados pelo SUS no ano 2000 foram de gestantes com idade inferior a 19 anos.

Em Fortaleza, no Hospital César Cals, cerca de 40% dos partos realizados por mês são aproximadamente 600 partos por mês são de adolescentes. Em Pirapora, Minas Gerais, estudo feito pela Secretaria Municipal de Saúde revela que as adolescentes de 10 a 19 anos representam 38,7% do total de mulheres grávidas, tornando-se um problema de saúde pública. No Espírito Santo, 26% dos partos realizados pelo SUS são de mães adolescentes. Nos últimos 10 anos, o total de filhos gerados por mães de 15 a 19 anos cresceu de 4.500 para 8.300.

Faz-se necessário insistir nas conseqüências dessa dramática situação. Primeiramente, o despreparo dessas adolescentes lança-as em dupla situação de exclusão: física e psicologicamente incapazes de assumir o fruto de seu ventre, geralmente submergem na pobreza a mais absoluta, quando não formam o grande exército de prostitutas que irão viver o resto da vida na penúria, no calabouço da exclusão social. Como conseqüência natural, perdem desde cedo a identidade da criança que está abandonando prematuramente a escola e aumentando a escala dos analfabetos, deixando assim ao largo a oportunidade de ingressar numa sociedade sadia, fraterna e cristã.

Quando Josué de Castro lançou o clássico Geopolítica da Fome, criou um adágio que se repete na nossa história: a mesa do pobre é escassa, mas o leito da miséria é fecundo.

Diante de problema tão conhecido, há um silêncio irresponsável que tem de ser rompido por uma denúncia cercada de alarido, para que fira os tímpanos de todas as camadas sociais e se coloque com muito realismo em discussão tema tão sério e de tão largo e extenso alcance social.

Por oportuno, quando o Governo coloca no centro de suas preocupações o Programa Fome Zero, não seria importante ressaltar a maternidade e paternidade responsável por esse mal, tentando também alijar esse sinistro estigma de nossa sociedade contemporânea?

Sabemos que múltiplas causas são determinantes dessa lamentável situação, mas há uma que se sobressai às demais: a estrutura familiar se encontra em decomposição. Todos a reconhecem como

cerne de uma sociedade sadia, mas muitos conspiram para destruí-la. É necessário criar políticas públicas que tenham como alvo a preservação do maior patrimônio de uma nação: a família.

Sras. e Srs. Deputados, é hora de despertar. Juntos façamos o grande mutirão para salvar a família brasileira!

Muito obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 25 (08/03/2005 Fase:OD)

A SRA. Deputada (...) (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 8 de março é absolutamente importante que nós, Deputadas, reconheçamos no pronunciamento dos nossos colegas a importância do avanço histórico, fruto de muitas lutas. Sem dúvida, a saudação principal deve ser dada a cada trabalhadora, a cada mãe, a cada dona de casa, a cada mulher que, em todos os lugares deste País, são chefes de família e sustentam parceiros, filhos, a si próprias e a comunidade. O nosso desejo é que este 8 de março, proclamado Dia Internacional da Mulher durante a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas, Copenhagen, 1910, não se transforme em uma data de cumprimentos, de abraços superficiais, e muito menos em uma data do comércio, da venda, do presente comprado, mas que seja, sim, uma data de comemoração das vitórias, das conquistas históricas. Esta é uma data de mobilização e luta das mulheres pela conquista de direitos, em justa homenagem às 129 operárias de Nova Iorque que foram mortas no ano de 1847 por reivindicarem melhores condições de trabalho. Constitui-se, portanto, num dia de reflexão sobre a história e as lutas das mulheres, marcadas pela ousadia e rebeldia em querer mudar as práticas estabelecidas.

O que temos a comemorar é a luta da qual somos protagonistas ao longo da história. Às vezes uma luta pública, às vezes anônima, mas sempre incansável em busca da igualdade e do respeito à diferença. Uma luta afirmativa de valores humanos que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente.

Essa data transformou-se em uma data mundial das mulheres a partir do Congresso da Internacional Socialista, em 1910, por significar a irmanação das mulheres do mundo inteiro, dos que lutam por melhores dias, por direitos fundamentais como uma possibilidade real para os povos do mundo. Hoje, as mulheres se irmanam em conquistas e lutas do nosso cotidiano.

Vários aspectos marcam a nossa luta. O trabalho e o acesso à renda são condições para garantir a dignidade do ser humano, na medida em que garantem sua autonomia, a sua realização pessoal e profissional.

As mulheres, em sua grande maioria, ainda recebem salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando as mesmas funções e com a mesma escolaridade superior. Outro indicador da discriminação é que as mulheres tendem a ter período mais prolongado de procura por emprego do que os homens e estarem mais sujeitas ao trabalho precário, sem qualquer registro e direitos trabalhistas.

No Brasil, as mulheres correspondem a 46% da população economicamente ativa e um terço das famílias têm na renda da mulher a principal fonte de sustento. Além do trabalho fora de casa, a dupla jornada atinge a vida das brasileiras. Cuidado com a casa, com os filhos, com as roupas, comida, enfim, um trabalho essencial mas desvalorizado totalmente é desenvolvido de forma rotineira pelas mulheres sem qualquer reconhecimento. Por outro lado, podemos comemorar o fato de que muitas mulheres romperam com o preconceito nas relações de trabalho e despontam como educadoras,

pesquisadoras e executivas, assumindo posições de chefia e comando, numa prova inquestionável da capacidade feminina. Não podemos, contudo, abandonar o desafio de buscarmos valorização, respeito e direitos como trabalhadoras para todas as mulheres, em todas as funções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discriminação e a violência de gênero são uma realidade mundial ligada ao poder, privilégios e controle masculino. Atinge a todas nós, mulheres, independentemente de cor, raça, etnia, religião, nacionalidade, geração, orientação sexual ou condição física, mental ou social. Neste País, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima da violência em sua própria casa, justamente o lugar onde deveria achar proteção, onde os direitos humanos deveriam estar asseguradas.

Uma das maiores violações de direitos humanos em todo o mundo continua a ser a violência cometida contra as mulheres. Ela faz vítimas em todas as idades, culturas e níveis sociais. Muitas vezes é física, mas pode ser moral, psicológica, étnica e sexual. Acontece em casa, na rua, no local de trabalho. É um absurdo, mas a sociedade continua a considerar a violência de gênero, em especial a intrafamiliar, como algo natural.

O fim da violência em cada relação humana e na sociedade como um todo depende de uma nova consciência que se traduz em políticas afirmativas de proteção às mulheres e responsabilização efetiva de quem age com violência. Não é permitido a nenhuma esfera de governo se omitir, e as mulheres devem ser as principais fiscalizadoras deste sistema de garantias.

No Brasil, estima-se que a cada ano 2,1 milhões de mulheres são espancadas, o que significa uma agressão a cada 15 segundos.

O desenvolvimento sustentável dos países, a construção de uma cultura de paz e respeito entre os povos passa necessariamente pelo fim da violência cometida contra as mulheres.

Após intensas mobilizações e lutas mundiais, nós, mulheres, obtivemos uma conquista histórica: nossos direitos foram reconhecidos como parte integrante e indivisível dos direitos humanos, passando a integrar a Declaração e o Programa de Ação de Viena, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993.

A partir disso, vários documentos internacionais também passaram a reconhecer os direitos humanos das mulheres. Um dos momentos mais importantes deste processo foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995. Esse encontro estabeleceu, definitivamente, os direitos das mulheres em sua Declaração e Plataforma de Ação.

Esse avanço não é meramente formal. Trata-se de importante instrumento para a conquista de um mundo de igualdade. Com base nessas declarações internacionais, pode-se fazer denúncias aos órgãos internacionais de fiscalização. Além disso, cada país que ratificar o acordo, assume a meta de implementar a plataforma, construindo a equidade entre homens e mulheres no âmbito de seu território.

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a assumir as metas de Beijing e, com a luta das mulheres, muitos direitos foram reconhecidos. Contamos com um movimento feminista atuante que

foi decisivo para que cada vez mais mulheres ocupassem espaços de poder, inclusive, temos hoje a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério.

Na semana passada, tive a oportunidade de participar, em Nova Iorque, da 49ª Sessão da Comissão Jurídica e Social da Mulher, da Organização das Nações Unidas - ONU, que avaliou os 10 anos da Conferência de Beijing. Nesse encontro, que contou com a participação de várias Deputadas desta Casa, o Brasil reafirmou seu pleno compromisso com a totalidade do conteúdo e espírito da Plataforma de Beijing, especialmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, os quais não podem ser renegados por serem parte fundamental dos direitos humanos.

Pressão houve para que abrissemos mão desses dispositivos, mas não cedemos às pressões, pois a Plataforma de Beijing significa uma conquista histórica. Não admitimos retrocessos, pois cada dispositivo tem um significado imenso para nossa luta, em especial o que trata do direito de as mulheres e meninas terem uma vida livre de violência, tráfico e exploração sexual.

As conquistas fortalecem a luta de nós, mulheres, para seguirmos nesta jornada de afirmação dos direitos.

Somos mulheres e mudamos o mundo. Temos sonhos, lutas, anseios, dores e amores comuns. Somos diferentes, mas a nossa diversidade nos enriquece e nos faz mais fortes. Carregamos a bandeira da solidariedade e a estendemos a todos os excluídos. Defendemos, de forma intransigente, a vida, tecendo no nosso cotidiano uma grande teia de avanços, de conquistas de direitos, que são a nossa proteção. A capacidade criadora e revolucionária que possuímos faz caminhar a humanidade.

Dizemos isto como um brado de alerta porque estamos trabalhando. E, ao mesmo tempo em que lutamos, saudamos cada conquista como parte de uma luta histórica. Se estamos aqui, é porque nos erguemos sobre os ombros das nossas mães, avós e de tantas gerações de mulheres negras, indígenas, imigrantes, brasileiras que fizeram da trajetória feminista uma conquista a cada dia.

Que tenhamos altivez para conquistarmos sempre mais, mas com a certeza de que o futuro que queremos é pleno de dignidade e de reconhecimento de que os direitos das mulheres são direitos humanos plenos e não aceitamos qualquer retrocesso. A agenda e a plataforma das mulheres é para um futuro de liberdade e de dignidade para nós, mulheres, para nossas filhas e, principalmente, para todos os seres humanos, na medida em que a luta feminista liberta também os homens das características opressivas que a cultura lhes determinou ao longo da história.

Por isso, a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar o mundo, fazendo dele um lugar também feminino. Sabemos que temos muito a caminhar a fim de superar o fato de que as mulheres do mundo têm a cara da pobreza, o chamado processo de feminização da pobreza. Temos que caminhar no sentido de permitir que as mulheres tenham acesso ao poder.

Neste Parlamento ainda não chegamos à representatividade necessária. Mesmo que a bancada feminina atue de forma articulada, dando respostas cotidianas nas votações, nos projetos de lei e em

avanços significativos para a vida das mulheres brasileiras, é preciso superar as circunstâncias que indicam que, dentre todos os pobres do mundo, as mais pobres são as mulheres.

Era o que tinha a dizer.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 26 (16/03/2006 Fase: PE)

O SR. Deputado (...) (PTB-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso País é privilegiado e possui uma infinidade de atrativos naturais: praias belíssimas, florestas, rios, lagos, o Pantanal, a Amazônia. O Brasil possui uma diversidade natural que é apreciada por todos os povos. Somos abençoados, vivemos num país de beleza infinita, gigante e belo.

Mais do que isso: nosso povo é alegre, acolhedor, simpático e educado. O brasileiro recebe bem os seus turistas, esforça-se para se comunicar com estrangeiros, gosta de agradar, de festejar a vida, de cantar, dançar.

A cultura brasileira é rica, a culinária, saborosa. Nossas frutas são convidativas. Possuímos grande variedade de alimentos, sabores que só existem em nossa Pátria amada. Todos esses atrativos - beleza natural, culinária, cultura, hospitalidade - deveriam ser suficientes para atrair milhões de turistas todos os anos à nossa terra, ao nosso País. Mas a realidade é outra. Embora rodeados de tantos atrativos, o que mais atrai o turista, na sua grande maioria homens, é a propaganda da mulher brasileira.

Infelizmente, é ela, a mulher, o principal atrativo turístico do País, não por sua cultura e hospitalidade, mas por ser considerada sensual, bela e fácil.

As mulheres são presas fáceis ao comércio do sexo. A mistura da pobreza, dificuldade e beleza faz com que diversas mulheres, inclusive crianças e adolescentes, entreguem-se aos caprichos sexuais de estrangeiros que vêm ao Brasil com finalidade única de "ficar" com as brasileiras.

A maioria vende-se apenas pelo dinheiro. Divertem os turistas, saem com eles, vendem seu corpo em troca de dinheiro - dinheiro esse indispensável ao seu sustento e ao de sua família. A maioria é pobre, e não encontra outra alternativa senão a prostituição.

Outras alegram os turistas apenas alimentando o sonho de encontrar seu príncipe encantado, de se casarem e fugirem da miséria em que vivem.

Infelizmente, essa é uma triste realidade em nosso País. E como sempre acontece, há sempre aqueles que se aproveitam da fragilidade de um povo para realizar seus desejos pessoais - no caso da exploração do turismo sexual, seus desejos carnavais.

Se procurarmos na Internet, encontraremos vários *sites* especializados apenas nesse tema, com fotos, dicas dos melhores lugares e praias para se encontrar uma acompanhante brasileira. Não só na Internet; basta caminhar pelas praias do Rio de Janeiro, Fortaleza e Natal, para exemplificar, que lá encontrarão dezenas de estrangeiros acompanhados de belas brasileiras, normalmente garotas de programa. A cena é triste e comovente. Não há repressão por parte da polícia. O turismo sexual é forte e está presente em todos os cantos do nosso País.

Turistas descrevem o Brasil, em suas páginas pessoais, em seus *blogs*, como o paraíso da prostituição. Em alguns *sites* de turismo há garotas catalogadas. O cliente pode escolher a companhia

por altura, cor, peso ou idade. Tudo isso sem nenhuma restrição. Pode optar até mesmo por menores de idade.

É um absurdo, Sr. Presidente! As mulheres do Brasil são tratadas como mercadorias por estrangeiros inescrupulosos!

Precisamos tentar mudar essa situação.

O pior é que essa prostituição já está enraizada, é quase cultural. Há intermediários, a família sabe, não há qualquer tipo de repressão. Exploradores são conhecidos e vivem livres, ganhando cada vez mais às custas de mulheres fragilizadas pela vida que levam. A grande maioria das mulheres prostituídas começou a se vender ainda adolescentes, com 12 ou 13 anos de idade. Venderam sua virgindade, e daí por diante não pararam mais de se prostituir. Algumas por necessidade, outras por desgosto e tristeza, não conseguiram mais sair dessa vida.

Essas meninas não perdem apenas a virgindade, mas seus sonhos, sua infância e suas esperanças num futuro melhor.

Essas meninas, apesar das leis que nos regem, em muitos lugares entram e saem de hotéis e motéis sem precisar apresentar a identidade. É o comércio do sexo fechando os olhos para a exploração, desacatando leis, colaborando para a infelicidade de milhares de crianças, adolescentes e mulheres.

Campanhas anteriores do Ministério do Turismo usavam garotas seminuas nas suas propagandas. Essa política está mudando. O Ministério agora financia trabalhos contra o turismo sexual, mas o estrago está feito. Será difícil mudar a imagem que ficou gravada em vários países sobre as mulheres do Brasil.

O Ministério, para vencer a exploração sexual, precisa da ajuda de todos, donos e trabalhadores de hotéis, bares, restaurantes e boates, nós brasileiros, seja por meio de denúncias, seja por campanhas, seja por trabalhos voluntários. Toda a ajuda contra esse tipo de exploração é bem-vinda.

Precisamos mudar o conceito que diversos países têm sobre o Brasil: país de mulher fácil, país da prostituição, bordel de belas praias.

Foi acreditando no trabalho do Ministério do Turismo que concedi recursos de emenda individual para o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes para o meu Estado, Roraima.

Precisamos olhar para nossas mulheres, crianças e adolescentes com mais atenção, protegê-las e preservá-las.

Tenho fé em que a Campanha do Ministério do Turismo contra o turismo sexual colherá bons frutos. Já existem diversas ONGs e várias pessoas envolvidas nessa campanha. Exploradores precisam ser punidos para servir de exemplo a quem pretende vir ao Brasil em busca de aventuras.

Centros de assistência às mulheres vítimas do turismo sexual devem ser criados. É necessário também que essas mulheres, crianças e adolescentes tenham acesso à educação, que, acredito, evita a exploração, pois conscientiza e oferece perspectivas de uma vida mais digna.

Lutemos contra essa cruel exploração. Vamos denunciar! Vamos cobrar que os exploradores sejam punidos e que nossas crianças tenham direito à infância, nossas adolescentes à esperança, e nossas mulheres sejam respeitadas, e não vítimas da prostituição.

Se nos unirmos, se organizarmos nossas famílias, a base da sociedade, obteremos a vitória e poderemos tomar um rumo melhor.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 27 (08/03/2005 Fase: OD)

O SR. Deputado (...) (PTB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, venho a esta tribuna para enaltecer as mulheres, que tanto enchem a nossa vida de alegrias e que adoçam os nossos dias. Mulheres que são mães, amigas, irmãs, filhas. Mulheres que nos ajudam a crescer, que se fazem cada dia mais necessárias e mais amadas.

A Organização das Nações Unidas instituiu o Dia Internacional da Mulher, uma conquista alcançada pelas mulheres que, numa fábrica têxtil de Nova Iorque, ofertaram a vida em prol da igualdade de direitos entre os sexos masculino e feminino.

Desde então, várias foram as conquistas das mulheres. No Brasil, elas foram aos poucos conquistando mais espaço. Em 1934, tiveram o direito a voto reconhecido pela Constituição.

Pesquisa nacional elaborada pelo IBGE e publicada no ano de 2000 é prova indiscutível da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividades. Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 800 mil vagas de trabalho abertas entre 1996 e 1997, mais de 60% foram ocupadas por mulheres. Enriquece essa informação o registro de que, das vagas que exigiam nível superior e 2º grau completo, mais de 50% foram ocupadas pelo sexo feminino.

Quero homenagear essas mulheres, que, mesmo diante de tantas dificuldades e discriminações, nunca desistiram dos seus ideais de igualdade. Igualdade esta que, na verdade, as fazem muito mais ativas e essenciais que muitos homens. A mulher hoje assume diversos papéis: é mãe, é mulher, é trabalhadora, é dona de casa.

Há mulheres desempenhando as mais diversas profissões, nas mais diversas áreas. Mulheres médicas, cientistas, educadoras, advogadas... As mulheres já ocupam lugares de destaque nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No meu Estado, Roraima, creditamos confiança em diversas mulheres, que elegemos pelo caráter, pela iniciativa, pela honestidade, pela grandeza de espírito e pela determinação. Mulheres que servem de exemplo a tantas outras, que lutam por um ideal comum: o bem-estar dos roraimenses. Não só essas mulheres devo parabenizar aqui, mas todas as mulheres de Roraima e do Brasil. Mulheres fortes, de atitude, de caráter. Comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher, mas ainda temos muito que fazer por elas. As mulheres, apesar de conquistarem respeito e espaço num universo que antes era exclusivamente masculino, ainda sofrem discriminações e são alvos de violências constantes.

Relatório preparado pela ONU mostra que a América Latina registra os índices mais altos de crimes sexuais contra a mulher. No Brasil, Pernambuco e Bahia são os Estados onde a violência contra as mulheres bate recorde.

De acordo com dados do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 70% da violência contra a mulher é cometida dentro do próprio lar e o Brasil é um dos países mais afetados pela violência doméstica.

Outra forma de discriminação em relação às mulheres é evidenciada no mercado de trabalho. Embora o nível de escolaridade das mulheres seja superior ao dos homens, persiste a discriminação em alguns setores do mercado, nos quais a remuneração das mulheres, em condições de trabalho idênticas às do sexo oposto, continua inferior à dos homens. Um levantamento do IBGE aponta que as mulheres ganham, em média, 30% a menos do que os homens.

Outras informações internas nos dão conta de que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; de que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e de que no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras, os benefícios mínimos, garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão, são praticamente 100% desprezados. Com o agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT, indica que as categorias mais vulneráveis quanto à exploração da mulher estão no campo e no setor informal, onde é prática comum a exploração de migrantes, idosas e deficientes. O estudo aponta, inclusive, que jovens e adolescentes pobres são presas fáceis da escravidão e da prostituição, enquanto as mais idosas sofrem as mais vis formas de discriminações e de trabalho forçado.

Outro recente relatório, apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, ressalta que as mulheres ainda são as maiores vítimas do tráfico de pessoas e representam o segmento da população mais pobre em muitos países. O número de mulheres vítimas do vírus da AIDS também está aumentando, juntamente com a taxa de mortalidade. Dados recentes do Ministério Público do Trabalho nos trazem números desanimadores, entre os quais estes: 70% do 1,3 bilhão de pobres do mundo, que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, são mulheres; as mulheres passam mais do dobro do tempo dos homens com trabalho não remunerado.

Mulheres e homens devem ser respeitados e devem ter tratamento isonômico, dentro de suas limitações. Diz a nossa Carta Magna no seu art. 5º, inciso I: *"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição"*. Sr. Presidente e meus nobres colegas, devemos dar mais valor à mulher, que há muito já vem demonstrando ter coragem, determinação, força e qualidades de sobra para contribuir positivamente para a concretização dos anseios maiores da sociedade brasileira. Devemos defendê-las e apoiar projetos que punem com mais rigor a violência doméstica, o abuso sexual, o assédio e tantos outros crimes que humilham aquelas que tanto bem fazem à humanidade.

Diz a Bíblia: *"Todavia, nem o homem é independente da mulher, nem a mulher é independente do homem. A mulher proveio do homem, assim também o homem nasce da mulher, no Senhor"*.

Diz também, em *Efésios*: *"Devem os maridos amar a suas mulheres como a seus próprios corpos. Quem ama sua mulher ama-se a si mesmo"*.

Apesar de todas as mazelas, continuo acreditando que dias melhores virão, pois acredito na capacidade das mulheres de reverterem essa situação. São exemplos de luta, força e esperança. As mulheres são as grandes erradicadoras das injustiças e das desigualdades. Prova disso são as

conquistas alcançadas por elas, que comemoramos hoje e que lembraremos sempre. Não é possível esquecer quem nos permite nascer. Abro um parêntese para falar do servidor desta Casa Sr. Francisco, que hoje está usando uma pérola na sua gravata em homenagem a sua mulher, com quem vive há 44 anos. É muito bom quando podemos citar exemplos dessa natureza, pois vivemos num país onde a degradação moral da família é muito grande.

Sr. Presidente, acredito na mulher brasileira. Acredito na mulher roraimense.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 28 (09/03/2004 Fase: GE)

O SR. Deputado (...) (PTB-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, quero ressaltar que no Brasil e no mundo, com ênfase nos últimos 20 anos, vêm caindo por terra inúmeras e antigas discriminações contra a mulher, até recentemente aceitas como "naturais".

Paralelamente a essa queda, as mulheres vêm ocupando, cada vez mais, funções as mais diversas, inclusive aquelas consideradas de exclusividade do sexo masculino. Em nosso País, a marca da presença feminina está se fazendo em todos e quaisquer setores de trabalho e, o que é melhor, com reflexos altamente positivos. Apenas para ilustrar, cito recentes e relevantes conquistas efetivadas, como prova indiscutível nesse processo de equiparação entre os sexos: a indicação, pela primeira vez na história do Brasil, de uma mulher, a Dra. Ellen Northfleet, para a mais alta corte do País, o Supremo Tribunal Federal, e a eleição de Marta Suplicy para a Prefeitura da maior metrópole brasileira, cargo, aliás, antes conquistado por outra valorosa e digna mulher, a nordestina Luiza Erundina.

Cito também Roraima, que, a exemplo de muitos outros Estados brasileiros, creditaram a muitas mulheres a responsabilidade de dirigir os seus destinos. O povo roraimense elegeu a Prefeita da Capital e mais 2 no interior; 2 Deputadas Federais; 3 Deputadas Estaduais e dezenas de Vereadoras.

Vale ressaltar aqui, Sr. Presidente, uma pesquisa nacional elaborada pelo IBGE durante a década de 90 e publicada no ano de 2000, que representa prova incontestada da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividade.

Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 800 mil vagas de trabalho abertas entre 1996 e 1997, mais de 60% foram ocupadas por mulheres. Enriquece essa informação o fato de que as vagas que exigiam nível superior ou 2º grau completo foram ocupadas em mais de 50% pelo sexo feminino.

Dentre as muitas profissões acadêmicas, vale a pena registrar que as mulheres brasileiras representam, hoje, 97% dos assistentes sociais e fonoaudiólogos deste País; ocupam 91% dos enfermeiros; 89% dos psicólogos; 77% dos professores; 59% dos advogados; 54% dos médicos; 50% dos dentistas, arquitetos e professores universitários; 48% da massa de servidores públicos e 47% dos profissionais de jornalismo. Em síntese, a participação da mulher na força de trabalho em nosso País, em números oficiais, supera o percentual de 51%.

Temos informações de que as mulheres também superaram os homens, nos últimos anos, no preenchimento de vagas de nível superior — 83% dos cargos de dentista, médico e veterinário. Nesse caso, de cada 10 vagas, 8 ficaram para as mulheres. Para aqueles que ainda não sabem, mais de 25% dos cargos de juiz em solo brasileiro são ocupados por advogadas...

Não param aqui, meus nobres colegas, as conquistas das mulheres brasileiras. No Estado de São Paulo, para citar apenas um dos mais prósperos de nosso País, a participação da

mulher na população economicamente ativa teve aumento superior a 30% nos últimos anos; as mulheres taxistas aumentaram em 900% nos últimos 10 anos e as dentistas e médicas tiveram crescimento na ordem, respectivamente, de 190 e 250% nos últimos 20 anos.

Também nas Forças Armadas a mulher tem se destacado. Em 1997, nas escolas militares do País, 80% dos estudantes que alcançaram o título máximo de Coronel-Aluno foram do sexo feminino.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, as representantes femininas estão em todas as demais funções: Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais e Federais, Senadoras e Governadoras, com o destaque de que a edilidade feminina teve aumento superior a 100% nas 2 últimas eleições.

Na verdade, não existem barreiras que impeçam a presença feminina onde o trabalho se faça necessário: no plantio e na colheita da terra; na direção dos caminhões e dos táxis na cidade; na atuação no Legislativo e no Executivo; na administração de empresas e gerências bancárias; nas mesas de cirurgia hospitalares ou na forja do aço nas indústrias; nos tribunais e nas escolas; nas letras e nas artes. Civis, fardadas ou togadas, por onde quer que olhemos lá estão competentes e decididas brasileiras, contabilizando seu sucesso.

Mas também é certo, Sr. Presidente, que injustiças ainda existem, e precisamos estar atentos a elas. Paralelamente a tantas conquistas, a mulher ainda sofre, no Brasil e no mundo, repressões e discriminações inaceitáveis às almas crentes e bafejadas pelo Criador. A ONU, por exemplo, em recente relatório publicado, afirma que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo e somam dois terços do contingente de analfabetos do planeta. Indica também que, dos mais de 30 milhões de refugiados em virtude de conflitos armados existentes no mundo, 23 milhões são do sexo feminino. E o pior: coloca nosso País em 58º lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política. Outras informações internas nos dão conta de que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; de que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e de que no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras, os benefícios mínimos, garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão, na prática são desprezados, com o agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Estatísticas elaboradas com base em informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que em nosso País cerca de 450 mil mulheres sofrem, anualmente, algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais, e que 95% dos casos de agressão a menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

Inaceitável, também, é a constatação de que a média salarial das trabalhadoras brasileiras chega a até 60% a menos que a dos homens em serviços correlatos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se de um lado esses dados e informações nos honram, nos enchem de orgulho e colocam a mulher brasileira em invejável situação, se comparada à realidade em inúmeros países, de outro nos causam apreensões e passam a nos exigir profunda reflexão.

Somos todos nós, homens e mulheres, criaturas concebidas à semelhança do Criador e, assim crendo, centelhas divinas, em transcendência até o Juízo Final. Como seguidor dos princípios divinos emanados por Nosso Senhor Jesus Cristo e como legislador pela vontade do povo de Roraima, que me outorgou o direito de representá-lo nesta Casa, faço um apelo a todas as autoridades do Brasil: em respeito aos princípios humanos, em nome da ética e por questão de justiça, vamos fazer valer, de uma vez por todas, o que está escrito no art. 5º de nossa Constituição, segundo a qual "*todos são iguais perante a lei*" e "*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*". Aliás, não tenho dúvida de que a inclusão desse artigo em nossa Carta Magna teve inspiração em Gênesis, 1:27, onde lemos: "*Criou Deus, pois, o homem à sua imagem...; homem e mulher os criou*".

Diz a Bíblia, em Provérbios: "*A mulher sábia edifica a sua casa*". Com certeza, grandes e sábias mulheres edificam esta Casa que representa o povo brasileiro. Diz ainda: "*Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede o de finas jóias*". Sr. Presidente e nobres pares, vamos dar mais valor a quem há muito vem demonstrando ter coragem e qualidades de sobra para contribuir positivamente com os anseios maiores da sociedade brasileira: a criatura Mulher, que, muito mais que apenas servir de inspiração poética e ser responsável pela perpetuação da espécie humana, sobrepuja em força e determinação muitos dos homens que insistem em chamar exclusivamente para si os desígnios futuros da humanidade.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 29 ( 29/09/2003 Fase GE)

A SRA. Deputada (...) (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dedico este pronunciamento a todas as mulheres deste País, de todas as classes sociais, que, de alguma forma, já foram agredidas física ou psicologicamente em suas próprias casas.

Há uma revolução em curso no País e precisamos trazê-la para esta Casa o mais rápido possível, por sermos nós, Parlamentares, observadores dos mais diversos problemas vividos pela sociedade brasileira, competentes para ordenar os compromissos de solução por meio das leis que temos como missão editar.

A realidade espelhada com profissionalismo e propriedade pela Rede Globo de Televisão nos últimos meses, por meio de ficção, mostra a extensão do problema da violência contra a mulher brasileira, prática diariamente alimentada pela certeza de impunidade proporcionada por leis sobejamente incentivadoras da violência. O fenômeno da violência do gênero, como é chamada a violência contra a mulher, atinge mulheres de todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Ela está ligada ao poder, em que impera o domínio dos homens sobre as mulheres. E, claro, possui uma ideologia que lhe dá sustentação.

Essa violência se apresenta de muitas formas: desigualdades salariais, assédio sexual no trabalho, uso do corpo como objeto e agressão física praticada, na maioria das vezes, por parceiros inescrupulosos que não discernem a natureza desse crime. Todas essas formas representam violação dos direitos humanos e atingem a cidadania das mulheres.

Aos olhos do mundo, o Brasil é um país onde não impera o respeito pelas mulheres. Convém frisar, Sras. e Srs. Deputados, que a violência doméstica está prevista na nossa Constituição, que, no art. 226, reza que o Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações.

Ouçó, com prazer, o Deputado (...).

O Sr. deputado - Deputada (...), ao fazer esta intervenção no brilhante discurso que inicia neste instante, trago meu apoio à tese que V.Exa. se propõe a defender: a de suscitar o surgimento de instrumentos legais coercitivos que impeçam a violência contra a mulher em território nacional. Recentemente, a televisão brasileira, por meio de dramaturgia muito bem esquematizada, tem chamado a atenção de milhões de telespectadores para esse assunto e, conseqüentemente, criado condições de conscientização, a fim de que o Parlamento brasileiro adote enérgicas e imediatas providências para coibir os abusos registrados amplamente e que até hoje não receberam corretivo à altura dos que praticam tais atos. Que V.Exa tenha êxito nessa missão. Acredito que a Casa apoiará qualquer iniciativa legislativa que V.Exa. propuser ao exame de seus colegas.

A SRA. Deputada (...) - Obrigada, Deputado. O apoio de V.Exa., que já presidiu o Congresso Nacional e que, com certeza, conta com a maior credibilidade perante os demais colegas, é muito importante.

O Código Penal brasileiro, mesmo reformulado em 1984, ainda possui cláusulas discriminatórias como a que inclui, entre as causas de extinção da punibilidade, o casamento do agressor sexual com sua vítima. Cláusulas que o novo Código em tramitação no Congresso, por certo, cuidará de reformular.

Além disso, o Brasil é signatário de vários acordos internacionais que tratam da agressão a direitos, aí incluídos os direitos das mulheres. Mesmo assim, no Brasil, cerca de 300 mil mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente por seus maridos ou companheiros a cada ano. Mais da metade das mulheres assassinadas no País foram mortas por seus parceiros íntimos.

Isso tem de acabar.

Os crimes ocorrem na própria casa e em quase todos os lugares onde convivam uma mulher e um homem.

Dados do próprio Governo indicam que 6 milhões e 800 mil mulheres brasileiras já foram espancadas por homens que se consideram delas proprietários. Cerca de 40% dos agressores deixam lesões corporais graves na vítima. E o que é pior: o medo faz com que a mulher seja agredida pelo menos 10 vezes antes de ter coragem de denunciar seu agressor. E pasmem: 70% dos casos de agressão contra a mulher ocorrem dentro de sua própria casa.

As estatísticas do Governo são claras e dignas de vergonha para um País da dimensão e da importância do Brasil.

Por tais estatísticas, a cada 15 segundos uma mulher sofre alguma agressão no País. E em 90% dos casos, o ato é praticado por pessoas próximas da vítima, companheiros, namorados, maridos, ex-maridos. Tudo provocado por uma cultura machista que ainda impera no País e que transforma a mulher em vítima fácil da violência. A agressão é maior ainda quando se leva em conta que as penalidades aplicadas aos agressores não condizem com a gravidade do crime, transformando-se em elementos, por vezes, incentivadores da reincidência.

E aí está o xis da questão. Não podemos deixar que agressores e até mesmo assassinos de mulheres sejam punidos com apenas doações de cestas básicas, como ocorre na maioria das vezes, com o beneplácito de legislação caduca e que ainda trata a agressão contra a mulher como crime de menor importância, ao aplicar ao agressor penas alternativas.

A Câmara dos Deputados, caixa de ressonância dos problemas nacionais, tem a obrigação de trazer a discussão para a Ordem do Dia, de inserir na agenda política do País debate para solução tão relevante para a vida nacional.

Tal discussão passa pela elaboração de leis modernas e pela cobrança de sua aplicação. Há ainda uma grande morosidade na Justiça pela aplicação das penas nos julgamentos de processos de violência contra a mulher.

Ademais, a legislação brasileira é considerada muito frágil até mesmo pela Organização das Nações Unidas, que, no último encontro internacional para a erradicação de formas de discriminação da mulher, apontou o problema como basilar e que requer solução imediata.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Deputados, apresentei, na semana passada, 2 projetos de lei, que, acredito, terão o apoio da maioria dos Parlamentares desta Casa, sensíveis ao clamor público. O problema, graças a Deus, já mobiliza a sociedade brasileira, que não concorda mais com a discriminação e a violência a que são submetidas as mulheres brasileiras.

No primeiro projeto, propomos a modificação na Lei nº 5.86, de 1973, Código de Processo Civil, dando o rito sumário aos processos de danos morais contra a mulher. Vejam, Sras. e Srs. Deputados: o novo Código Civil deu especial atenção à questão do dano moral, ainda que exclusivo, a fim de dar à sociedade o remédio eficaz contra atos ilícitos que venham a causar danos de foro íntimo.

É comum a mulher brasileira ser violentada em sua dignidade e cidadania por ações machistas e sabidamente discriminatórias.

O processo para a reparação dos danos morais, do modo que está na lei atual, leva meses, anos talvez, e causa prejuízos às mulheres que não se recuperam facilmente das agressões, ainda hoje consideradas normais por parte da sociedade. E elas ficam, mesmo sem qualquer culpa ou julgamento, com seus nomes jogados na lama, por ilações injuriosas e calúnias infundadas.

Propomos com o projeto de lei que tramita nesta Casa a adoção de procedimento sumário na apuração de danos morais contra as mulheres. Ele reduzirá o tempo de tramitação dos processos e proporcionará a reparação mais rápida do dano causado à mulher. Conseqüentemente, diminuirá o tempo entre a agressão e a reparação do dano moral.

É preciso acabar com a impunidade. O que vemos no Brasil hoje é a mulher ser vilipendiada em sua honra, na justificativa de agressões físicas provocadas pela insanidade e pelo instinto animal de verdadeiros criminosos travestidos em homens acima do bem e do mal, com o beneplácito de uma legislação complacente e condescendente com ações criminosas, covardes e vis.

Para complementar esse ciclo e atender ao clamor de milhares de mulheres por este País afora, protocolamos, também na semana passada, outro projeto de lei, que altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A aplicação da pena termina sendo um incentivo à prática da violência, porque o agressor não sente o resultado da punição na mesma medida da violência que pratica e do sofrimento da vítima.

A aprovação desses 2 projetos de lei, se não acabar com a violência contra as mulheres no Brasil, pelo menos dará direção mais firme sobre o papel desta Casa na solução dos problemas do País.

Temos certeza de que o endurecimento da pena e a diminuição do rito de tramitação do processo de danos morais contra a honra vão mudar e muito a situação por que passa a mulher brasileira, em função de atos criminosos de covardia praticados por homens inescrupulosos.

A ação saneadora deve ser articulada com outras decisões do Poder Executivo.

É necessário criar determinada rede de cidadania para fazer o trabalho de prevenção e de acompanhamento das mulheres vítimas da violência.

Dados da Secretaria Nacional da Cidadania e de Defesa da Mulher registram que no País existem apenas 339 delegacias especializadas em atendimento às mulheres. Observem a discrepância e fragilidade do sistema: trata-se de um País com mais de 5 mil Municípios e 170 milhões de habitantes. Chega a ser cômico, para não dizer trágico! Tais dados demonstram o quanto as mulheres estão ainda sem a proteção do Poder Público. Daí para a prática da violência é o passo mais concreto, dada a certeza da impunidade, o ínfimo aparelho policial e a morosidade da aplicação da lei, que, ultrapassada e condescendente, funciona como um convite à prática criminosa e covarde da violência contra a mulher.

Assim, é necessário triplicar as delegacias especializadas em atendimento às mulheres. Tal ação passa necessariamente pela sensibilização dos Governos estaduais, atitude a ser defendida pelos colegas Parlamentares, porque a sociedade clama por mudanças profundas no setor.

Devemos trabalhar no aprimoramento dos abrigos, na expansão das casas de apoio, que, segundo o Governo Federal, são apenas 70 instituições no País, decididamente insuficientes para prestar a proteção governamental às mulheres agredidas em seu corpo, sua honra e sua alma.

Dar garantia de tratamento físico e psicológico, estender a rede de atendimento à saúde, com pessoal capacitado para auxiliar as vítimas e tomar as providências necessárias para encaminhar as denúncias são ações fundamentais na consecução de soluções imediatas para a questão.

É necessário também criar programas de geração de emprego, renda e habitação que dê garantia às mulheres vilipendiadas no que têm de mais caro: sua honra e cidadania. E esse é papel que esta Câmara dos Deputados deve desempenhar, a partir da sensibilização do Poder Executivo, a fim de viabilizar os mecanismos que proporcionem a mudança de paradigmas.

Cabe a nós, Parlamentares, fazer a nossa parte, resgatar a condição feminina no trabalho e na vida, reorientando o histórico de discriminação que ainda permeia no Brasil e em alguns países da América do Sul.

Ouçó, com prazer, V.Exa., Deputado (...).

O Sr. deputado - Deputada (...), lembro a V.Exa. que quando a Assembléia Nacional Constituinte se reunia neste plenário - ocasião em que permitiu, naquela fase de transição, o reencontro com o Estado Democrático de Direito - foram examinadas todas aquelas postulações das chamadas minorias vulneráveis, incluídas a criança, o adolescente, o idoso, o deficiente, o negro, o índio e a mulher. Fizemos constar do texto daquela Carta - que passou a se denominar Carta Cidadã, porque consubstanciava todos os anseios da cidadania - vários itens que pudessem significar o respeito à mulher. Se a legislação complementar ordinária não contemplou aquilo que pretendeu o Constituinte, que, agora, a partir do exemplo de V.Exa., se cumpra tal objetivo, por intermédio de proposições legislativas, que devem ter o acolhimento desta Casa. Portanto, trata-se de uma lembrança que faço nestes instantes que nos separam dos 15 anos da promulgação da Carta Cidadã, anunciada aqui aos 4 ventos como a boa nova pelo extraordinário homem público Ulysses Guimarães.

A SRA.deputada - Deputado (...), obrigada. Tenho certeza que esta Casa, com a responsabilidade que sempre mostrou ter para o Brasil, não se furtará em aprovar, com a máxima urgência, esses projetos.

É necessário o firme posicionamento também do Executivo e do Judiciário para tão relevante questão. O problema não ocorre mais com tamanha intensidade nos países do Primeiro Mundo, porque representa atos de selvageria que remontam aos homens das cavernas.

A violência contra as mulheres corrói-nos profundamente, tem pesadas e multifacetadas raízes, mas caminha para sua modificação.

O estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no IX Encontro das Mulheres do MERCOSUL, realizado no último mês de agosto, em Montevideu, no Uruguai, já detectava que o novo papel a ser desempenhado pelas mulheres nas próximas décadas, nos diferentes países, é fundamental para a garantia da sustentabilidade não só do ponto de vista econômico, mas também cultural e político. E mais: a voz das mulheres tem importância decisiva para o futuro do homem e não apenas para o das próprias mulheres.

O fórum das mulheres do MERCOSUL já sinalizava que promover a igualdade entre os sexos e acabar com as diversas desvantagens sociais e econômicas que retiram das mulheres a capacidade de expressar sua opinião e as tornam impotentes pode ser uma das melhores maneiras de salvar o ambiente e fazer em face dos perigos do superpovoamento e outras adversidades ligadas à pressão demográfica.

O que fazemos no Brasil? Muito pouco para entender que a mulher tem o seu papel na sociedade.

A violência praticada e o alcance da legislação terminam sendo alimentadas pelo cobertor que esconde a importância da mulher na economia e no estado de direito. Dados do IBGE indicam que as mulheres representam mais da metade dos eleitores do País, ou seja, cerca de 83 milhões de mulheres têm direito a votar e serem votadas. Apesar disso, levantamento ainda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra que cerca de 40% das mulheres que trabalham estão no subemprego ou na informalidade, o que também é uma violência.

A violência contra a mulher aumenta quando estatísticas oficiais registram que 71% da população desocupada no País é composta de mulheres.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, até mesmo no acesso ao crédito financeiro oficial as mulheres sofrem violência em seus direitos. Vejamos claramente no caso dos empréstimos pelo Banco da Terra. No campo, por exemplo, as mulheres representam 50% da população rural. A maioria dos financiamentos rurais do Banco da Terra, entretanto, vai para os homens.

É necessário desenvolvermos forte estratégia de políticas públicas que reconheçam as perdas e desvantagens que recaem sobre as mulheres por sua condição de gênero. O espaço privado e familiar, que deveria ser refúgio de paz para as famílias, tem sido por excelência o espaço em que a violência sexual e doméstica tem sua maior incidência. Há ainda insuficiência do sistema de saúde na

sensibilização para diagnosticar e no treinamento para atender e encaminhar convenientemente mulheres vítimas da violência. Além do mais, a impunidade em relação aos crimes tem-se constituído no incentivo à sua prática.

Assim, Srs. Deputados, o assunto que todo o País hoje discute deve ser encarado de frente, com definição de soluções rápidas e perenes.

Devemos mobilizar homens e mulheres para a questão, em consonância com os movimentos organizados da sociedade, tanto de mulheres como de outros movimentos, na luta por direitos humanos iguais, por intermédio de ações de saúde, educação, trabalho, ação social, justiça e segurança pública.

Transformar homens e mulheres em participantes ativos, capazes de mudar comportamentos, pode levar a modificar o panorama de desigualdades e de violência doméstica.

É preciso vontade política para avançar. O crime televisivo sensibiliza homens e mulheres de bem do País. Mesmo sendo ficção de novela, chama a atenção para a realidade cada dia mais presente nos lares brasileiros.

Parabenizo o autor Manoel Carlos pela sensibilidade em colocar tema tão importante em sua novela. Situação que nós, Parlamentares, com a representação que nos foi delegada por essa mesma população que vai às ruas contra a violência doméstica, devemos resgatar juntamente com os Poderes Executivo e Judiciário. Vamos começar pela mudança das leis, pois é nosso papel discutir e aprová-las. Nossa colaboração já apresentamos a esta Casa.

Tenho plena certeza de que os nobres Parlamentares, ao ouvirem o clamor das ruas, como grita esse movimento que já atinge praticamente todo o País, terão, com sabedoria, uma posição firme de apoio e de vontade na consecução de políticas públicas, que atentem para esse grave problema social que infelizmente ainda somos levados a observar no Brasil, numa clara demonstração de subdesenvolvimento, patrocinador de selvageria e criminosa covardia, que é a violência praticada contra a mulher.

Aproveito a oportunidade para registrar que ainda hoje conversei com o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o competente Deputado Aldo Rebelo, pedindo apoio a esses 2 projetos. S.Exa. demonstrou boa vontade, entendimento e sensibilidade em trabalhar com os outros Líderes da base do Governo para aprovarmos, com a máxima urgência, e corrigir essa distorção, essa barbárie que ainda é praticada contra a mulher brasileira.

Para punir a violência doméstica, cadeia, sim, cesta básica, não! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (...) - Cumprimentamos a eminente Deputada Kátia Abreu pela importância e profundidade do tema abordado. Por meio dos órgãos de imprensa desta Casa, será dada plena divulgação aos 2 projetos de leis para que sensibilizem os Deputados.

Parabéns.

## DOCUMENTO PARLAMENTAR 30 (15/12/2004 PE)

A SRA. Deputada (...) (PT-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há 5 anos, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM proclamou o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

Historicamente mantidas sob as mais diversas formas de submissão, a mulher do século XXI tem a seu favor a quebra do julgo do silêncio, que, se passando por respeitoso, retrata, na maioria das vezes, a coação e o constrangimento que lhes são impostos quando vítimas da violência, bem como privilegia a impunidade e reforça a discriminação. Medidas de organismos internacionais e das diversas esferas do Poder Público tornam coletivo problema mantido e não resolvido entre 4 paredes.

O Governo Lula, atento às questões de gênero, tem-se dedicado, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, coordenada pela Ministra e professora Nilcéa Freire, ao combate sistemático da violência contra a mulher. Nesses 2 anos, Sr. Presidente, o Governo Federal implementou ações específicas, tais como, a criação do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher; a implantação de centros de referência que oferecem atendimento psicológico, jurídico e social às mulheres agredidas (o de Goiânia foi inaugurado na semana passada); o lançamento, neste ano, da campanha *Sua vida recomeça quando a violência termina - Violência contra a Mulher. Denuncie*; bem como a ampliação e a manutenção das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Neste ano, o Ano da Mulher, instituído pela Lei nº 10.745, de 9 de outubro de 2003, em que cabe ao Poder Público promover programas e atividades com a finalidade de estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade, a Ministra Nilcéa Freire apresentou, em cadeia nacional, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e entregou ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente desta Casa, o Projeto de Lei do Executivo Federal que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Sr. Presidente, abrange 4 áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e combate à violência contra as mulheres. E contempla um conjunto de 198 ações voltadas para atender às necessidades do dia-a-dia das mulheres relacionadas à melhoria dos serviços públicos, ao acesso ao crédito urbano e rural, à obtenção da titularidade da terra, à redução da taxa de analfabetismo e outras.

Neste momento em que o Governo Lula apresenta o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, consolidando a implantação de políticas públicas que incorporam a questão de gênero, há que se ressaltar a importância do *Programa Global de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos* - um efetivo instrumento de combate ao tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual -

realizado, desde agosto de 2003, pelo Ministério da Justiça, em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - UNODC. Segundo a ONU, o tráfico de seres humanos é uma das atividades mais rentáveis do crime organizado, com movimentação financeira estimada em 9 bilhões de dólares por ano.

Em pleno século XXI, Sr. Presidente, o tráfico de seres humanos no Brasil tem nas mulheres as suas grandes vítimas. Iludidas, as mulheres acabam nas redes internacionais de prostituição. Pesquisa realizada pela Universidade de Brasília aponta os Estados de Goiás e do Ceará como os 2 principais pontos de origem das mulheres aliciadas para fins de exploração sexual. Elas são levadas, preferencialmente, para a Europa (Itália, Espanha, Suíça e Portugal) e países da América Latina (Paraguai, Suriname, Venezuela e Republica Dominicana), tendo como ponto de partida cidades litorâneas brasileiras: Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Recife e Fortaleza.

Em Goiás, diagnóstico utilizado pelo Ministério da Justiça demonstra que o aliciamento das mulheres ocorre, exclusivamente, por meio de redes criminosas transnacionais que atuam no interior do Estado. As vítimas normalmente não são profissionais do sexo no Brasil e são levadas para o exterior sob falsas promessas de emprego e vida melhor. Contam, normalmente, com o apoio de familiares. Quando chegam ao destino, seus passaportes são retidos, enfrentam dificuldades com o idioma estrangeiro, são submetidas a condições de vida degradantes, obrigadas a se prostituírem, consumirem e venderem drogas.

Desde o lançamento nacional, em outubro deste ano, da *Campanha de Combate ao Tráfico de Seres Humanos*, 100% das denúncias apresentadas à Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal foram oriundas de Goiás. Em que pese estar ocupando a liderança desta estatística nada honrosa, Goiás também aparece como um dos Estados em que a Polícia Federal tem operado efetivamente para desarticular redes de aliciamento de mulheres. Na semana passada, uma quadrilha instalada em Goiânia e com ramificações no Estado de Mato Grosso, no México, nos Estados Unidos e na Espanha foi presa. O bando era responsável pelo aliciamento, transporte das vítimas e intermediação na concessão de passaportes com dados falsos.

Para o Governo Lula, o combate ao tráfico internacional de brasileiras, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como as ações voltadas para a erradicação da violência contra a mulher são políticas públicas que têm como objetivo maior a inserção social da qual fazem parte outros importantes programas de Governo, tais como, o Fome Zero, o Bolsa-Família, o Brasil Alfabetizado, o Saúde da Família, o Luz Para Todos, o Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Infantil, o Sistema de Cotas Sociais e Raciais em Entidades de Ensino Superior, o Microcrédito, entre outros.

Nós, Sr. Presidente, somos partícipes da construção de uma história em que o espaço e o tempo da discriminação e do preconceito estão sendo reduzidos por um Governo comprometido com a qualidade de vida e a inserção social de todos, brasileiras e brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente

## ANEXO 2

### **Entrevistas**

Entrevista 1: Deputada (PT-RS)

Entrevista 2: Deputado (PT-PR)

Entrevista 3: Deputada (PT-SP)

Entrevista 5: Deputado (PTB-RR)

Entrevista 4: Deputado (PT-CE)

Entrevista 6: Deputada (PFL-TO)

Entrevista 1: Deputada (PT-RS)

**Pesquisadora** - Bem...deputada... eu gostaria que a senhora fizesse pra mim um pequeno histórico de sua vida política, de sua vida como parlamentar.

1- Pois é, ehh/ até assim/porque a gente tá na política, né?... é...como é que se diz? 2- Nem foi escolha...3- Foi condições que aconteceram pra mim estar na política... 4- Porque eu era militante de igreja:: é...5- Mas antes disso eu tinha um sonho...eu...6- Quando eu tinha meus doze anos de idade... tive que voltar a trabalhar na roça...i o meu...7- /por ser filha mais velha, eu tive que deixar de estudar...não porque eu quis... mas pelas condições...8- Meu pai me capturou na escola (risos)...i..ah! 9- Mas o meu sonho era ser professora/era estudar...10- Eu gostava muito de comunicação...di::11- Admirava as pessoas saber...12- O saber era uma coisa que me apaixonava e me apaixonava...13- Então eu queria estudar...14- Então, depois, eu fiquei um tempo/ tirou esse meu sonho, né?... 15- e aí quando eu começo/depois de certo tempo da minha vida, começo a militar na igreja... nas comunidades eclesiais de base... na pastoral da terra...16- E aí começamos com o trabalho, também, de organização dos trabalhadores rurais sem terra ... i::17- Em 85/ foi ocupação, 18- Mas já começou inda:: em 83,84...19- E o da organização das mulheres trabalhadoras rurais... 20- que nós começamos a discutir os nossos problemas também no/ na/ nas comunidades... e a nossa organização... 21- E aí eu começo a fazer... participar do trabalho...22- E nesse trabalho nós começamos... discutir os nossos deveres e direitos...23- E aí a gente constatou que tinha só deveres e que não tinha direitos...né?...24- A gente não tinha direito nem a nome/era sobrenome de mulher 25-As mulheres não diziam o seu nome... 26- Era sobrenome... 27- Sou esposa de fulano de tal...28- Aí nós começamos a discutir...30- que nós tinha direito a nome...31- tinha direito a documentação...32- tinha direito à participação política...33- tinha direito aos direitos sociais... que:: não eram reconhecido... mas nós tinha...34- Então, eu começo a participar desse processo de trabalho...35- E nesse processo de trabalho...ehh! fui, assim, assumindo liderança, não numa programação, mas dentro de um processo...dentro de um processo...36- Em 86, teve eleições muni/ é/e... pra/ deputados federais e estaduais... e aí, as mulheres começaram... 37- Nós começamos a discutir que era importante a participação política... 38- porque a gente começou a discutir que era um dos problemas também que nós não tinha quem representasse politicamente os nossos projetos... 38- Levasse adiante..ãh... as nossas propostas... que era uma das dificuldades, também, não era a única/ mas era também... 39- E aí/as mulheres... nós começamos a discutir que era importante ter uma mulher candidata... e aí vai e vem...40- Quem vai ser candidata? 41-aí:: uma/uma não quer por um problema... 42- Outra não quer por outro... 43- Outra não quer porque eu não sei falar... 44- porque o sab/ o falar, também,... a comunicação é...é... um poder, né? 45- e aí as mulheres...como a gente foi educada que quem sabe falar são poucos... os dominadores e não os dominados né?... e aí...46- aí:: e as mulheres.. mas tu fala... 47- Tu fala mais que a gente... 48- Tu vais representar nós... 49- Eu não tinha decisão... 50- Eu achava que eu num... tava preparada pra esse

processo tão novo...51- O meu sonho era continuar trabalhando na roça e continuar na organização das mulheres pra fazer que a gente se organizasse... 52- é...a gente já tava num movimento muito bonito naquele período:: 53- ahh...aí as mulheres foram insistindo... 54- E eu aceitei ser candidata numa condição de ser candidata pra fazer um discurso político da participação das mulheres... da reforma agrária... dos direitos que nós não tinha... das bandeiras que nós tava assumindo:: 55- i:: não com a condição de se eleger...56- i:: eu fui eleita nessa condição em 86... 57- i::/ aí acontece a eleição dentro daquele período do plano cruzado, plano Sarnei que era PMDB e que deu um acirramento em todo país.. 58- i:: Eu sou a única deputada do PT que se elege em Santa Catarina e depois de 40 anos a primeira mulher... 59- Eu começo a minha participação política assim... (e...) 60- Aí... eu também me assusto, né?.. 61- O que que eu vou fazer agora com a eleição? 62- Não/ eu tenho o discurso, mas o discurso não era pra mim... 63- Fazia discurso que era/que era important/que as mulheres são capazes de fazer política SIM independentemente da classe social... a condição de trabalho... 64- A gente fazia já naquela época, 65- Mas eu não esperava que ia tocar pra mim... 66- Eu falava, mas, assim, para estimular...pras mulheres/prá nós tá se encorajando prá fazer o processo político... 67- aí...fui eleita deputada estadual em 86 e:: aí... me deram prazo de 6 meses... que eu não ia agüentar fazer o processo político...68- Uma porque eu não tinha estudado, não sabia falar... 69- Outra porque eu não conhecia dinheiro... 70- Outra porque o meu/ a minha cultura de camponesa não ia sabe/ se adequa/se ajustar com a cultura da cidade, com a cultura do poder, i::... 71- Era prazo de 6 meses pra mim voltar pra casa né?...72- Então, eu começo nesse processo...73- mas eu/ o importante é que/na minha consciência política eu/eu sempre colocava na minha cabeça que eu não tava me representando... 74- Eu tava representando as mulheres trabalhadoras e os trabalhadores... 75- que era a primeira vez que tinha uma representação política que não era só geográfica, 76- mas que tinha uma outra cultura e uma outra visão social... e isso que tinha que/é:: 77- O caminho que eu tava abrindo era fundamental pras trabalhadoras e pro PT na época, mas, TAMBÉM, pras mulheres... e... 78- É nesse processo que eu fui fazendo a minha participação política articulada com os movimentos sociais... 79- Porque a gente fez MUITO trabalho com os movimentos sociais... 80- i::como eu assumi/ tive uma relação... a gente foi fundadora dos movimentos... e aí as greves que aconteciam... 81- Outros movimentos começaram buscar eu ser uma porta-voz desses movimentos... 82- Então o mandato se transformou um/num... espaço político das reivindicações populares e das ações populares dentro da Assembléia Legislativa.

**Pesquisadora** - Quando a senhora fala em movimento político é:: o movimento mais é:: do movimento das mulheres... camponesas...

83- ehh! ... sim... na época/na época foi das mulheres camponesas...MCT... 84- Na época foi nesse grupo social, nas minhas raízes, da onde eu vim...é:: 85- então nós começamos por este... 86- esse foi o meio/ e que eu vim/ com essas características e com essas raízes e com esses compromissos... 87- Mas, logo eu fui..., pelas condições de ser a única deputada..., pelo compromisso de classe social, assumindo outras lutas, outros grupos sociais, em projeto político maior 88- Que não era só/não era só das camponesas e a questão da reforma agrária e da agricultura familiar...89- Então

se colocou...é::, pela condição política que eu tava, todas as outras questões 90- Prá também aprend/começar a discutir eu tive que fazer um grande aprendizado, um grande aprendizado...91- As pessoas aprender comigo... 92- Eu aprender... saber utilizar aquele espaço de poder não ser um poder...di:: nem de convivência com o que tava, né?... e nem di:: se/usar aquele espaço/ nem para repetir o que eles tavam repetindo, mas, sim, 93- pra ser um processo de educação política... 94- de...ransformar aquilo num outro processo cultural pedagógico da importância dos trabalhadores, dos movimentos sociais, da participação política...95- Então eu transformei, não pela teoria, mas, pela prática (risos), num...outra cultura política... 96- O mandato se tornou numa referência de mudança de comportamento e também na cultura política de como as relações sociais e políticas entre parlamento, sociedade e movimentos sociais que 97- não era de clientelismo de compra, 98- mas era de mobilização e de contribuição pras lutas em defesa dos direitos né?...

**Pesquisadora-** A segunda questão...que eu gostaria que você discutisse um pouquinho... é que você me falasse... né?... como é ser mulher e parlamentar em nosso país?

99- Dizer que assim/ dizer que é fácil, não é::100- Agora... pra mim, a maior/a maior... não tem uma melhor coisa na vida... o que eu aprendi sendo parlamentar, sendo mulher e sendo de esquerda... 101- porque eu aprendi eh:: enxergar o mundo com... outro olhar, vendo...todo...a/ toda a pobreza social no Brasil, cultural... 102- ah::Quando eu falo a pobreza, não é só econômica...103- a pobreza da falta de conhecimento, da falta da informação, da falta da auto-estima, de/de perspectiva de vida e de projeto para a maior parte da/ uma grande parte das mulheres no país... 104- Então, foi um aprendizado muito/muito grande... 105- pra mim a política é o que me move... /é... 106- a paixão da minha vida eh:: pública é fazer política... 107- Eu se transformei num.../num peda... numa ponte de fazer política... 108- Eu já sou uma ponte de chegar até o povo... 109- Eu sou uma ponte de fazer esse trabalho 110- e não é fácil porque a gente tem que trabalhar bastante. 111- Por que trabalhar bastante? 112- Pra ser visível... 113- porque as mulheres não são visíveis como seres políticos... 114- Nós precisamos lutar muito pra ser visíveis / pra ser visível... 115- porque o espaço público é ainda masculino... 116- O agir é masculino... 117- o pensar é masculino... 118- a forma das relações é masculina... 119- Então... a gente... tá enfrentando... como é que diz?, permanentemente, esses novos paradigmas... 120- esse novo olhar da questão de gênero feminino... 121- enfrentando ele com política, com participação, com ações e com construção, também, dos movimentos sociais...122- Eu:: se nós conseguirmos...é:: dar visibilidade pro mandato... 123- não só pegando só dentro aqui da casa... tendo um passo aqui e um outro passo lá fora, dividindo o tempo, sabendo a hora de ficar aqui dentro e a hora de ficar lá no movimento social e... 124- i:: fazendo também que surgisse novas políticas sociais... e de mobilização... 125- não só... defendendo o que existe 126- mas levantando questões que tavam amortecidas... que não existia bandeiras pra esses segmentos sociais e de luta...

**Pesquisadora** - O que significa, então, para a senhora, fazer políticas públicas para as mulheres no Brasil?

127-eu acredito que isso:: passa pra fazer políticas públicas 128-e de mostrar que na há/ não há como combater a violência... combater a pobreza, a inclusão social sem políticas públicas... não há... 129- Precisa dinheiro do Estado brasileiro, Estado/quando falo, Estado como um todo... 130- porque nenhuma empresa no Brasil ela é:: se deu bem sem dinheiro público... 131- Todas elas têm apoio fiscal, recursos do BNDS, sempre tiveram/sempe tiveram, desde da ditadura militar pra frente... vamo pegar assim...podemo só pegar, assim, da ditadura militar pra frente 132- Nenhuma se instalaram porque elas foram TÃO competentes... 133- mas porque elas utilizaram os recursos públicos e deram um jeitinho pra se organizar, pra ganh/aumentar seus lucros... 134- Então, nós precisamos que o estado faça isso... 135- Isso significa faze/fazer pressão social... é:: 136- que haja uma forma de distribuir a renda 137- porque.../ como nós estamos, agora, discutindo, por exemplo, a questão da aposentadoria pra dona de casa, como inclusão social/ reconhecimento do trabalho...também 138- é a maior luta pra distribuição de renda... 139- Porque tu não vai distribui/ tu distribui a renda de várias formas... 140- Então, pra tu diminuir um pouco a renda acumulada... a renda/não só a renda/ os patrimônios acumulados, de poucas pessoas, no Brasil, precisa fazer a::a mobilização social... 141- Bandeiras que mobilizem pra buscar recursos públicos... 142- porque não há como combater o/a crueldade que tá sendo feita contra tantos milhões de pessoas no Brasil, mulheres, trabalhadoras e negras... em especial... índias... sem recursos públicos, não existe, não existe mesmo... 143- Então... se a gente não começar a lutar nos orçamentos e criar uma briga nos orçamento né?... 144- e sempre sobra uma/aquela... é:: assim, como é que diz, uma linha de tudo pros setores mais públicos e mais pobres no Brasil... 145- porque há um... uma cultura/ uma cultura política de.../ pobre se resolve com/com qualquer coisa, não com políticas públicas, com recursos... 146- Pobre é:: uma demanda que tu vai resolvendo com o que sobra, depois, da me::sa, com uns trocos, mas não com políticas públicas... 147- Então, é uma construção que.../ 148- Precisa desconstruir um paradigma pra construir outro... que/ 149- Não há solução pros pobres no mundo, não só no Brasil, e combater a violência sem... políticas públicas... 150- e, pra isso, precisa destinar/construir esse processo... como foi o das trabalhadoras rurais... 151- Foi a maior conquista e maior distribuição de renda de todos os tempos e talvez, não só no Brasil, ehh... foi o da aposentadoria pras trabalhadoras rurais e salário maternidade.

**Pesquisadora** - Que qualidades, então, deveria ter um parlamentar ou uma parlamentar que lida com essas políticas públicas para mulheres, no Brasil?

152- Olha é difícil dizer porque cada um é:: atua a partir de suas concepções e seus valores...por exemplo 153- eu/eu atuo pela consci/concepção de classe social e também o olhar que eu vejo... de mulher, de mulher feminista, de dar um olhar pro mundo... 154- que/ eu não consigo ver é:: o mundo sem mudar o...o seu/seu olhar, o seu olhar de visão de mercado, de produtivismo, produzir, produzir, produzir, não importa quem sobra pelo caminho, né?... 155- Então eu atuo a partir disso... 156- e, não só por minha experiência como trabalhadora, de passar necessidades quando eu era/ era menina... [inc.] 157- Isso sim me fez sentir na pele... 158- Mas... se eu não tivesse consciência... política do/do projeto que eu acredito pro país eu não ia tá lut/fazendo isso... 159- Porque você pode

mudar de rumo... tu pode mudar de rumo:: 160- O poder é facilitador pra quem quer... 161- e o poder facilita as pessoas a::/a, como é que diz?, desviar, pegar outro rumo aonde tu não precisa tá te comprometendo tanto com as causas populares e sociais... 162- porque você pode fazer uma política por cima... 11- E não pra fazer com que os debaixo se indignem e se organizem...ehh... e:: busquem os seu direitos e conquistem sua cidadania... 163- Nesse/nesse olhar que eu tô... se eu conseguir, a nível de mandato, criar MUITAS pessoas se organizando, indignadas com a:: injustiça social... 164- Eu já to cumprindo uma grande missão... 165- Porque... o poder pode também/ o mandato, pode também ser usado pra acomodação das pessoas... 166- Ou fazer pra construir a indignação social... 167- porque o conhecimento dos direitos::/ os grandes meios de comunicação não levam as pessoas... 168- é uma desinformação dos direitos... 169- Nós precisamos construir os direitos por outros caminhos, por outros tipos de comunicação, de organização social, de bandeiras pra mobilizar e lutar por ele.

- **Pesquisadora:** – Tendo em vista que a senhora lida com esses movimentos genuinamente femininos, quais são os pontos favoráveis e desfavoráveis, na sua opinião, das conquistas e lutas das mulheres, principalmente da lutas por sua emancipação?

170- Eu não sei de dá/ eu não sei se teria tanto desfavoráveis pontos... 171- Porque:: assim é:: oh:: a conquista das mulheres trabalhadoras rurais, que foi concreta, já que elas tão vivendo ela, ajudou muito.. 172- Porque foi instru/ as bandeiras foram instrumento de organização social... 173- e elas continuam se organizando... 174- Então elas não pararam... 175- Ah! Conquistamos em 92 regulamentamos a aposentadoria... em 94 salário maternidade...e parou a mobilização... 176- Não, elas continuaram se organizando 177- Então, foi instrumentos que mostrou... que educou que quando se faz lutas, se organiza, se pode conquistar direitos... 178- E mudou nas relações em casa/ soci... também... 179- Nas relações/ na família as mulheres começaram também...é:: ter coragem de se olhar que elas trabalham... 180- que elas têm direito, elas não tem direito como alguém que não trabalhô/ alguém que trabalhô... 181- Elas recebe aposentadoria... 182- recebe salário maternidade porque se reconhece que elas têm que ter período que pára de trabalhar pra ter seu filho e/e 183- o estado reconhece e dá essa garantia... 184- Então isso/ isso mexe muito na auto-estima e na própria organização das mulheres...185- Então, eu acredito que só contribuiu... 186- Eu não consegui ainda, assim, dizer qual é o ponto desfavorável, negativo nisso... 187-porque até eu sou suspeita de tanto que eu/ eu sentia necessidade e a importância das mulheres me dizer...olha! depois que eu recebi/comecei a receber aposentadoria ou as mulheres receber o salário maternidade/ eu consegui pelo menos comprar uma máquina pra lavar roupa [...] 188- Até a família começou a tratar diferente... 189- Então, ajudou muito às mulheres, ajudou muito:: 190- e, agora, por exemplo, com a aposentadoria que nós tamo lutando... /que conseguimos é:: reconhecer na constituição do país, agora, neste ano, julho deste ano, que é um direito hoje o trabalho doméstico pra fins de aposentadoria pras pessoas de baixa renda, sem renda própria... 191- A garantia de um salário mínimo que nós tamos batalhando para regulamentar o texto da constituição.. 192- foi/está sendo MUITO bonito, porque a partir disso tá surgindo outras organizações de grupos de mulheres em pequenas cooperativas, em associações ... 193- As mulheres

perceberam... estão percebendo que elas precisam receber mais informação... buscando a escolaridade... 194- que não tiveram condições de estudar... 195- se animando e sabendo que/que a gente tá educando no processo, assim, de educação mesmo... 196- que nada se ganha 197- Que tudo se conquista, e se conquista quando a gente vai pra batalha... e batalha você/não é.../muitas vezes tu tem que fazer várias pra chegar a um objetivo...198- então esse tá sendo muito importante 199- e nós tamo tirando mulheres de casa que nunca participaram de reunião política... 90% / que... 200- a gente tá trabalhando nas cidades, nos bairros, nos municípios. 201- discutindo a tema da pobreza... do direito à aposentadoria... do trabalho doméstico... da valorização...202- Porque que esse/ porque que é desvalorizado? 203- Porque é feito por mulheres... 204- Porque o estado não colocou creche, educação infantil, não deu oportunidade às mulheres ter uma renda...205- Colocou mil trabalhos nas mãos das mulheres ... 206- e diz que isso são obrigações e as mulheres fazem por amor... 207- Essa construção que nós estamos fazendo/é::tá percebendo que as mulheres não são pobres por acaso... 208- e que se elas tão vivendo nessa condição não foi escolha sua... 209- Foi condicionamento de uma cultura/ e de uma posição de uma elite e de uma cultura histórica machista que levou as mulheres a viver essa submissão e achar que isso era/ era a sua missão.

**Pesquisadora-** Como V. Ex. avalia o papel da mídia impressa no que diz respeito à construção da imagem da mulher, principalmente da mulher atuante politicamente?

210- Olha... a mídia não dá nenhuma colher de chá pra gente... 211- Pelo contrário... se ela puder botar casca de banana por todo lugar ela vai botando... 212- Até porque o trabalho que se faz, muitas vezes, é uma dificuldade di:: ter uma matéria favorável, di:: reconhecimento... 213- É mu::ito difícil... é muito difícil... 214- A mídia tem lado... 215- a mídia tem lado/ tem classe social no Brasil... 216- O preconceito vem carregado.... 217- Muitas vezes... embora façam alguns programinhas, mas no seu processo/no seu projeto, reflete o machismo, a violência contra as mulheres, o desrespeito... 218- Que é um incentivo para continuar essa política... 219- Não contribui com nada... 220- Esse processo da mídia no Brasil é um debate muito sério que a sociedade precisava fazer... 221- Como nós discutimos a reforma agrária, nós precisamos discutir também a reforma do ar... da comunicação.../ dos meios de comunicação:: 222- Porque os meios de comunicação também precisam ser democratizados e democratizados no ponto de vista de ter ahh... o direito à diversidade/ o direito a diversidade... 223- Porque hoje não se tem direito a uma opinião... 224- Às vezes, dão uma notinha pra se justificar que são democráticos... 225- Eu tenho muita preocupação... 226- então, por que isso nós precisava investir muito em ações comunitárias, em tvs comunitárias... 227- Mas a sociedade precisava se convencer disso... 228- Os movimentos sociais...de ter/é:: exigir espaços existentes de televisão e rádio.../ a democratização deles também... 229- Porque você não tem/ a sociedade não interfere em nada... 230- aliás, eles formam opinião... 231- Eles mudam de opinião... 232- Eles vão construindo o imaginário que querem nas nossas cabeças a não ser as pessoas que estão conscientes... aí não conseguem atingir ... 233- Mas /ainda/ a grande maioria, ainda tem muita falta de informação,

dificuldade de... pelo processo histórico... é:: 380 anos de escravidão e ditadura militar... 234- Nós  
tamo no país num processo democrático muito recente... muito recente... 235- Onde as pessoas foram  
excluída...do debate 236-Excluídas da escola... 237- foram excluída de valorização cultural... de...  
conhecimento... 238- Então, isso, a mídia sabe muito bem como conduzir as pessoas... 239- Eles  
conduz uma grande massa da população brasileira... 240- Então pra/ é:: pra desconstruir isso... acho  
que/ precisa democratização... 241- Precisa também ter outros recursos alternativos de  
comunicação...então é um problema e 242- a gente tem pouco acesso porque a mídia também escolhe  
seus holofotes:: 243- Tem uns cacique que falam todas as vezes... 244- Os outros podem falar mil  
vezes para noticiar alguma coisa... 245- E tu sai um dia... amanhã ou depois tu... tá, a tua imagem tá  
desconstruída... 246- Porque as pessoas vivem muito de imagem... de imagem não só do conteúdo mas  
da imagem... imagem da pessoa 247- Eu acredito que é um problema muito sério pro país/ muito sério,  
e nós temos que enfrentar.

Entrevista 2: Deputado (PT-PR)

**Pesquisadora-** Bem , deputado, o sr. poderia fazer, assim, um pequeno histórico da sua vida política?

Ehh! 1- Eu uso dizer que entrei na vida política no dia em que nasci... 2- só que eu não sabia... 3- mas a minha militância política começou da metade/pro fim da década de 70... 4- como estudante de medicina e depois como médico residente militante na área de saúde... 5- sou fundador do PT em 80...6- sou um dos poucos que foi pra fundação nacional do partido... 7- e... dentro do partido, me tornei é::/ fui candidato em 86 a deputado estadual... 8- depois... 88 a vereador e eleito em Curitiba... 9- em 90, eleito deputado estadual... 10- em 92, candidato a prefeito de Curitiba... 11- i:: 94 reeleito deputado estadual... 12- 98 eleito deputado federal.. 13- e... 2002 reeleito deputado federal... 14- i:: a origem de militância era saúde e movimento sindical de funcionário público da prefeitura de Curitiba... 15- aonde eu sou funcionário de carreira.

**Pesquisadora** – A segunda questão é: o que significa para o senhor fazer políticas públicas no Brasil, principalmente políticas públicas voltadas para as mulheres?

16- Eu acho que fazer política pública no Brasil não é algo...ãh:: agradável nem bom...17- é muito mais por identificação ideológica e vontade de mudar o país... 18- porque há uma alienação política muito grande... é:: grande mesmo 19- e... aí... quando vai-se discutir política procura-se sempre fazer o debate do que tu vai fazer pra mim... 20- é bem na primeira pessoa 21- nunca é no.../ no coletivo... 22- ou, raramente é no coletivo... 23- então, fazer política é muito difícil... 24- é:: eu acho que depois que eu entrei na/na vida pública como militante do PT... e depois como militante de uma corrente chamada democracia socialista/ 25- essa corrente faz uma formação, a todos os seus militantes, da questão de gênero que o PT fazia muito pouco... 26- mas a corrente/ a tendência democracia socialista faz mais... 27- a partir daí é que eu passei a me considerar um machista em desconstrução... 28- porque todos os homens são machistas... TODOS... 29- então se você reconhece e tem a vontade de superar... então, aí, você consegue fazer a defesa é:: dos direitos da mulher e... 30- ir contra à opressão... 31- então, foi assim que eu comecei a militar na questão da mulher. 32- Eu vejo, hoje, como homem, e principalmente na comissão de seguridade social um dos principais aliados dos movimentos femininos do nosso país... 33- é:: todas as votações importantes que o direito da mulher, como direito individual, está colocado... 34- eu não tenho nenhuma dúvida de que lado me colocar... 35- eu me coloco no lado das mulheres porque eu acho importante...

**Pesquisadora:** Então... que qualidades deve ter um parlamentar que lida com políticas públicas para as mulheres?

36- Primeiro é saber que ele/ primeira coisa é saber que ele é um machista... 37- e ele tem que desconstruir essa posição...38- a segunda, pra ele desconstruir, ele tem que ouvir muito...38- ouvir as reivindicações... 39-ouvir/na mesma formação política ler textos pra poder argumentar... 40- e sempre saber/ter consciência que não é uma mulher e que uma mulher faria melhor o teu papel...41- faria

porque da dor só sabe falar quem a sente...42- eu/eu, por mais consciência que eu tenho da opressão da cultura machista, eu não sou mulher,,43- então a minha defesa vai ser sempre aquém do que se exige praquele momento...44- então eu acho que essas são consciências que você tem que ter...45- e quem vai fazer melhor isso é uma mulher... 45- é:: ,infelizmente, nem todas...46- porque tem algumas...47- eu vejo isso aqui na Câmara, com componentes faxista, de direita, conservadora, limitada.. 48- eu vejo isso muito... 49- quer dizer... nem todas as mulheres fazem melhor do que um homem quando ele tem consciência...50- isso/ eu acho que é uma tarefa de todos nós convencer essas mulheres que essa posição delas tá errada...

**Pesquisadora:** - como é ser/ na sua experiência, na experiência que você tem : como é ser um parlamentar, homem, portanto, e defender a mulher, em nosso país?

51- Eu não vejo dificuldade nenhuma...52- acho fácil/acho fácil...53- principalmente se estiver sempre aberto pro debate...54- sempre participar...55- é:: eu, toda vez que sou convidado pra um encontro de mulheres/ seminários eu vou, SEMPRE... 56- não no sentido de... só de ta presente...57- se possível, eu fico porque é::/ pra... porque é um aprendizado...58- e... como eu falei que eu milito numa tendência... na democracia socialista...59- é lógico que nós fomos submetidos/não é que fomos submetidos/ a tendências/ a gente faz curso de formação onde tem sempre um módulo da questão de gênero...60- e eu participei...61- toda vez que eu posso eu participo porque sempre é bom.

**Pesquisadora:** - a penúltima questão seria.../a quinta questão é: quais são os pontos favoráveis e desfavoráveis das conquistas e lutas das mulheres por sua emancipação?

62- eu acho que fica difícil fazer uma lista... né?... sobre isso...63- eu acho que favorável é a própria liberdade que se tem hoje... né? 64- eu uso dizer.../eu nasci em 1950 e:: se você observar o que eram 1960 e 70 ...65- que já era um momento que a gente consegue observar um/o que era o comportamento das mulheres e o que é hoje...66- eu vejo, por exemplo, pela minha mãe... é:: 67- é:: qui minha mãe, criada na roça/trabalhava na roça ia pro cabo da enxada todo dia 68- e depois dos 50 anos de idade, quando deixa de trabalhar na roça, vai pra cidade...69- e:: na cidade::/ a liberdade que ela tinha... completamente distinta... 70- eu acho que um dos principais problemas da mulher ainda é a dependência financeira com relação ao homem...71- a maioria das mulheres casadas depende economicamente do marido...72- isso é muito ruim...73- isso impede a liberdade total da mulher...74- como ponto negativo/é lógico que se a gente fazer uma reflexão encontra...75- eu acho que é o::talvez/assim o::/uma postura,muitas vezes, de arrogância...que...76-isso não é coletivo é individual de uma ou de outra...no sentido de adquirir a arrogância do homem... em relação ao outro gênero... 77- isso é um defeito do homem...78- e, aí, assume-se esse defeito...79- então, eu acho que isso é negativo...80- é inverter o papel...81- acho que.. não dá pra enverter o papel.. 82-até porque é muito ruim o papel do homem.. 83- um papel feio o do homem.

**Pesquisadora** – Como V. Ex. avalia o papel da mídia impressa e, até mesmo da mídia televisiva, no que diz respeito à construção da imagem da mulher, principalmente da mulher atuante politicamente?

84- eu vou responder...85- isso aí:: eu vejo que a cobertura não é suficiente...86- a cobertura é aquém do papel da mulher...86- eu vejo aqui na Câmara Federal, são poucas as mulheres é:: i:: a grande parte/grandes lutadoras, 87- aliás, eu acho que pra chegar aqui todas são lutadoras, cada uma com seu viés político, né?...88- no entanto, o papel se secundariza aqui 89- quando vai ver as presidências de comissões... 90- quando vai ver relatoria de projetos 91-não tem a mesma igualdade... 92-a mídia não cobre absolutamente nada... 93-a mídia não faz a cobertura necessária... 94- na mídia o que eu vejo de muito ruim, péssimo na minha opinião, a maneira com que algumas mulheres são usadas e algumas se submetem ao uso...95-você não perguntou, mas, propaganda 96- pra mim... PELO AMOR DE DEUS... e isso é lógico constrói uma cultura... constrói uma posição política, é:: não sei se o só ganhar dinheiro como muitas fazem vale a pena se submeter àquilo...é:: 97- e o outro é:: no que diz respeito a::ao outdoor que na minha opinião são extremamente negativos... 98-e eu acho que as mulheres... não é pra dar lição... eu acho que são poucas as que se posicionam contrárias à isso ... 99- e se posiciona contrária à posição que a mulher vem assumindo principalmente nas bandas medíocres... 100- em que sempre tem que ter mulher de saia curta e mostrando a bunda para o público... 101- e muitas ficam em baixo/meninas desejando ser aquela que tá lá no palco... 102- tá faltando uma auto-crítica de alguns setores ou dessas que participam e:: 103- acho que tem que ser mais atuante... homens e mulheres... 104- homens conscientes e mulheres contra essa postura... então a mídia usa muito mal...

Entrevista 3: Deputada (PT-SP)

**Pesquisadora:** A primeira questão é... Eu gostaria que você fizesse um breve histórico da sua vida política.

1- Eu sou eu me formei professora...ãh! 2- depois de formada professora em São Paulo/ 3- sou da cidade de Sorocaba...interior de São Paulo 4- me formei professora...5- comecei a lecionar... 6- fui: entrei/fui diretamente/já comecei a atuar, isso em 77,78...no sindicato dos professores do estado de São Paulo.. 7- que antigamente era associação APOESP... 8- hoje é o sindicato dos professores da rede pública... 9- dali eu comecei a *participá...*, na minha cidade, no que havia em termos de movimento político, do movimento sindical 10-já pra::o que a cidade tinha de movimento de debate político...movimento pela anistia...comitê brasileiro pela anistia da sessão de Sorocaba... 11- formação do partido dos trabalhadores...12- esse mesmo grupo que a gente atuava no sindicato... 13- esse movimento de anistia foi pra debatê, também, a formação do partido dos trabalhadores... 14- fui a primeira filiada do PT na minha cidade:: ãh... 15- depois me elegi também/ 16- e na primeira vez que o PT *participô* das eleições em Sorocaba eu me elegi vereadora...17- fui a primeira/uma das primeiras mulheres a me eleger/ a entrar na câmara municipal de Sorocaba...ãh... 18- fiquei lá por três mandatos...19- disputei a prefeitura de Sorocaba em 96 pelo PT... 20- fiquei em 3º lugar...i:: 21- em 98 eu disputei a:/um cargo pra...ahh... *pro* meu primeiro mandato de deputada federal... 22- me elegi na chapa do PT 23- e hoje é meu segundo mandato... 24- agora é meu segundo mandato como deputada federal.

**Pesquisadora:** A segunda questão é...como é ser uma parlamentar no nosso país? No Brasil. Como é ser mulher e parlamentar?

25- Eu entendi já, quando eu entrei como vereadora, a diferença que eu fazia numa câmara municipal ... 26- eu fiquei um mandato com uma colega 27- e fiquei um mandato sozinha só eu...uma única mulher 28- no segundo mandato com mais duas companheiras...29- fui tendo contatos com movimentos feministas...conselhos da mulher na minha cidade:: e outros debates 30- e a *genti é::/* eu fui atentando que eu tinha tarefa diferenciada dentro do Parlamento... tarefa de representação das mulheres, 31- que é o que eu procuro fazer aqui... 32- penso, e tenho incentivado as colegas, aqui na Câmara dos Deputados, e quando estava na Câmara dos vereadores, 33- que elas tinham que ter a plena consciência que nós éramos franca minoria 34- e que tínhamos a tarefa de..., até como temos aqui/eu procuro passar isso pras colegas, suprapartidária... 35- trabalhando a bancada feminina de forma unitária, suprapartidariamente, pela representação das mulheres brasileiras que não são de partido que não são de nada 36-são as mulheres brasileiras que nós aqui... em tese.... deveríamos estar representando... 37- então eu penso que a nossa tarefa é diferenciada... 38- penso que uma das tarefas nossas é incentivar que outras mulheres possam chegar aqui 39- que outras mulheres possam ocupar os espaços de poder/isso 40- eu tenho plena consciência i:: i que nós temos que dar o incentivo para que outras mulheres participem dos espaços políticos, dos outros espaços de poder, na sociedade 41- i:: a

gente tem a obrigação, aqui, de fazer leis pra mulheres brasileiras, todos tem... 42- as mulheres não são minorias... 43- as mulheres são maioria nas sociedades 44- mas, é uma obrigação maior das deputadas e senadoras atentarem pra isso.

**Pesquisadora:** O que significa, portanto, fazer políticas públicas para as mulheres no nosso país?

45- Política de gênero...políticas voltadas para as mulheres...políticas compensatórias... ações informativas... *pra tá...* é:: aqueles que foram por muito tempo tratados como desiguais... 46- fazer política do...do...de ascensão à cidadania...de igualdade... dos temas que são aqui recorrentes... 47- combater a violência de gênero...a violência específica contra a mulher... a violência da sociedade...a violência de gênero...ãh... 48- todas as formas de discriminação.. 49- e que isso apareça..é:: na/na ...nas políticas públicas de uma forma generalizada...seja na área de/nos mais variados setores...nas políticas que o governo implanta... 50- tem que ter o foco para a mulher 51- tem que ter a política de gênero... ali implantada.

**Pesquisadora:** que qualidades, então, deve ter um parlamentar/uma parlamentar que lida com essas políticas públicas para mulheres?

- **Deputada:** Um parlamentar ou uma parlamentar?

- **Pesquisadora:** Uma parlamentar?

52- Eu penso que ela tem que se comportar de forma diferenciada 53- que a presença feminina ainda é muito reduzida... 54- portanto as mulheres têm que entender, de fato, o seu papel aqui dentro...55- elas não *tão* aqui ra repetir papéis... 56- penso que elas *tão* aqui pra fazer a diferença, representar de fato a mulher brasileira... 57- ter a plena consciência de que as mulheres não estão em pé de igualdade com os homens na sociedade 58- e quando ela fizer/for redigir uma lei... for votar uma lei, ela tem que lembrar disso 59- se eu vou votar aqui um projeto...ãh... voltado para a área da saúde temos questões específicas de gênero 60- na educação temos questões específicas de gênero.. na área da segurança as questões da violência contra a mulher ... 61- as mulheres brasileiras/ se elas chegaram até aqui:: elas/ a deputada não tem que...ehh:: ah! bom, eu não tive discriminações eu consegui chegar na /na chegar no/no espaço de poder, 62- mas isso é para um número EXTREMAMENTE reduzido de mulheres... 63- que as outras não consegue chegar... 64- que os/os.. os obstáculos ainda são muito grandes... 65- começam lá na base... lá na participação do partido político...no diretório municipal... e *noutros* espaços que a sociedade também... 66- que/que os obstáculos são muito grandes ainda... 67- se a mulher *tiver* aqui e não atentar pra isso, ela vai fazer política pensando que vai fazer política pra todos e não está 68- porque todos não são iguais não estão/ na mesma é::/ em pé de igualdade na sociedade.

**Pesquisadora:** [...] Quais são os pontos favoráveis e desfavoráveis das conquistas e lutas das mulheres por sua emancipação?

69- Eu vejo muitas vezes/é:: as pessoas parabenizando os avanços.. 70-é evidente que eles /que houve muitos avanços... que eles aconteceram... 71- mas ainda tem/ isso é política mundial 72- a

quarta conferência da mulher, na china, colocou os passos que os países tem que tomar em termos de leis de ações, de práticas, pra 73- ter ações afirmativas para que as mulheres chegassem mais rapidamente aos espaços de poder 74- pra se combater a violência contra a mulher.. todas as discriminações na sociedade i... 75- as coisas são extremamente desiguais 76- no Brasil tem legislação muito avançada, Constituição, o código civil a... 77- as leis que nós votamos aqui nós procuramos fazer com que as mulheres/ que elas não sejam discriminatórias 78- mas a prática na sociedade não é, a prática na sociedade não é.../

Volte à pergunta que você fez.

**Pesquisadora:** [...] os pontos favoráveis e também desfavoráveis das conquistas...

Dep.- 79- os desfavoráveis é que, muitas vezes, parece que nós estamos fazendo discurso pra nós mesmas, 80- muitas vezes, eu penso que discursos tem que ser feito/ como nós vamos tentar fazer AQUI no 8 de março 81- pra discutir *cum/cum* com quem de fato tem o poder de decisão ...ah...que são os homens... 82- a mesa da casa hoje, aqui, por exemplo, ãh... nunca uma mulher participou... 83- teve uma suplente 84- que foi a deputada Ema Passanti... 85- essa deputada foi suplente da mesa... ah... 86- nunca tivemos uma presidenta... 87- temos ministras/ temos... 88- o governo Lula avançou bastante... 89- nós temos várias ministras importantes, 90- mas, muitas vezes, o discurso do combate à violência da não discriminação, das políticas de igualdade, não tem que ser feito mais pra nós... 91- tem que ser feita também para os homens... 92- a gente tentar conseguir uma forma de falar, de colocar as nossas reivindicações, não só na bancada feminina .. 93- eu falo aqui do espaço do Congresso... 94- temos que falar pros líderes 95- falar pra os que tem poder aqui dentro da casa... é ... 96- convencer ministros que não são feministas... 97- que eles têm que ter em seus ministérios políticas públicas voltadas para as mulheres 98- eu sei que as diferenças e as discriminações existem... na prática, 99-eu penso que houve muito avanço 100- a legislação brasileira é muito avançada, agora, na prática tem muito a fazer.

**Pesquisadora** Posso te fazer uma última pergunta só?! que é sobre a questão da mídia...né...! Como você avalia, assim, o papel da mídia impressa e televisiva, no que diz respeito a essa construção da imagem da mulher, principalmente da mulher politicamente ativa?

101- tem problemas ... 102- é um problema sério 103- eu acho que é abuso da imagem feminina pra vender qualquer tipo de produto 104- os programas humorísticos usam e abusam das mulheres bonitas, boas e burras ah... bem , 105- propaganda de cerveja...não existe propaganda de cerveja sem mulher... 106-como se fossem as mulheres as maiores bebedoras de cerveja... 107- penso que a mídia, muitas vezes, discrimina, 108- mas também penso que há uma grande atenção do público pra isso... 109- propagandas ou questões francamente discriminatórias cobradas e rejeitadas, 110- mas é:: a mídia não é isenta, de forma alguma, com relação a essas formas di...di...di de diferenciação... 111- mas ela tem colaborado, também, bastante, 112- em questões de/ quando uma novela que entra na casa de todas as pessoas, como a novela anterior, da Globo 113- que abordava a questão da violência contra a professora que era formada que tinha recursos que era independente... 114- mas apanhava do

companheiro 115- é uma questão importante... 116- é uma denúncia 117- é:: quando a/quando uma novela também enfoca e dá prestígio pra uma mulher trabalhadora, uma que veio de baixo conseguiu ascender 118- isso é importante... 119- então tem altos e baixos com relação à mídia ... 120- agora principalmente o setor de propaganda, os setores comerciais, esses usam e abusam da imagem feminina.

Entrevista 4: Deputado (PT-CE)

- **Pesquisadora:** - Eu gostaria que o senhor fizesse, assim, *pra* mim, um pequeno histórico da sua vida política... como parlamentar.

1- A minha vida política é:: nasceu de uma contingência... que... quase:: 2- digamos assim, passou a revelia da minha vontade... 3- eu sou uma pessoa que trabalhei nas duas/ nas três grandes áreas, não é? 4- Na área da saúde, na área da educação... e na área social. 5-Então... com muita atividade: dentro da minha comunidade/ 6- eu sou duma comunidade do sertão nordestino... 7- do semiárido nordestino... 8- cidade de Sobral, 9- uma cidade, hoje, de 200 mil habitantes, 10- uma cidade que nós fizemos uma universidade, 11- hoje, com 63 cursos. 12- Depois... nós trabalhávamos na área de saúde. 13- Fizemos um hospital grande que é uma Santa Casa grande... 14- um hospital do coração. 15- Trabalhávamos na área da Assistência Social, 16- porque nós nos dedicávamos à mulher, 17- sobretudo, às mulheres excluídas/. 18- não gosto de chamar prostitutas porque isso... 19- eu acho... que, de certo modo, soa mal, 20- mas, antes, aquelas pessoas que ficavam excluídas e... que 21- eu acho é:: /a sociedade que as exclui. 22- não são elas que... caminharam para esse tipo... de:: profissão... digamos assim, 23- hoje, se costuma dizer que essa é a profissão mais antiga do mundo. 24- eu digo assim, É a contingência mais antiga do mundo. 25- Então... o povo da cidade, porque/eu... professor da universidade, diretor de hospital, com consultório de psicólogo... 26- eu sou psicólogo clínico, psicoterapeuta... né? e, aí... 27- o povo começou a *insisti*::... 28- houve uma resistência por parte/ no início... do meu bispo/ 29- para/ porque, realmente a igreja não gosta de se *omiscui* na política partidária 30- mas você só pode chegar aqui se tiver o partido político e 31- então, no ano de 1988, eu me candidatei a prefeito da minha cidade. 32- não logrei isto, 33- mas, quebrei uma estrutura que era aquela estrutura do coronelismo, 34- eram duas famílias que viviam constantemente se revezando e... 35- perdemos por mil e poucos votos 36- mas, daqui pra frente, deslanchou-se um novo processo político e:: 37- desse novo processo político...ele/...logo ato contínuo/...fui eleito deputado federal e daí 38- essa legislatura vem se sucedendo até essa legislatura presente ... assim, resumizando... 39- eu sou uma pessoa que... eu digo sempre... né?... eu sou padre e estou político e, então... aí, de certo modo/ 40-eu continuo com minhas atividades eclesíásticas na minha terra e aqui em Brasília também 41- eu dirijo o grupo católico /.../ 42- isso, seria, resumizando, a nossa ação... 43- aqui, a nossa ação, é uma ação voltada para três frentes, 44- as mesmas frentes que eu defendia lá, eu as defendo aqui. 45- eu faço parte da comissão de educação, 46- eu faço parte da comissão de seguridade social e família, 47- e faço parte dos movimentos sociais /.../

- **Pesquisadora:** - Que qualidades deve ter um parlamentar que lida com políticas públicas no Brasil?

48- Olha! Em primeiro lugar eu [...] chamaria, talvez, partindo de algo que eu acho muito específico no parlamentar... é ele ter sensibilidade. 49- primeira coisa que o parlamentar tem que ter, 50- para que ele possa olhar a sua ação voltada para as políticas públicas.... 51- ele deve ter essa

sensibilidade de captar o que hoje se transforma no grito do seu povo... 52- no grito da sua realidade. 53- embora que a gente tenha uma visão nacional, 54- mas, nós temos também uma visão regional.... 55- essa visão, macrovisão, é que o deputado DEVE ter... 56- ele deve selecionar. 57- ele não pode ser um deputado que... digamos assim... seja uma solução para cada problema, né? 58- ele deve privilegiar os *macroproblema* do país 59- e depois, afinilá-los 60- para que ele possa transformar a sua ação parlamentar em uma legislação, 61- não só em criação de lei 61- mas em criação de CULTURA de políticas públicas 62- para que a gente não tenha AQUI o que nós chamamos o fatiamento de legislações 63- que vão favorecer ou a privilégios ou a: .... digamos, a conotações lobistas 64- aqui nós estamos vivendo numa casa é: carregada de lobis, 65- então, a gente tem sempre de olhar, ter essa sensibilidade 66- bem, essa lei vai *atingir* a uma determinada população de grande maioria e: 67- no meu caso especial, 68- eu sempre olho para essa grande maioria de excluídos no Brasil 69- eu tenho uma preocupação muito grande... que 70- a nossa cultura, AINDA, continua uma cultura EXCLUDENTE 71- embora se tenha o discurso, 72- mas ainda você vê que a massa de miseráveis é muito grande 73- a massa de/dos que são assistidos... sob o aspecto/mesmo que haja programa como o fome zero, 75-os que estão passando fome são um número muito grande ainda 76- os que são assistidos pela/pelo sistema único de saúde é muito grande 77- muito deficiente. 78- a EDUCAÇÃO, infelizmente, eu saí desta área 79- eu sou uma pessoa que me aflijo bastante, 80- porque... enquanto se diz que estamos marchado para colocar 57 por cento das nossas crianças na escola, 81- eu me pergunto! Que escola? 82- então, a minha grande interrogação é que escola? /.../ 83- a educação tem de estar na linha de formar conceitos senão ela não é libertadora.

- **Pesquisadora:** Como é ser parlamentar, um parlamentar, e ter de conviver com os ideais almejados pela bancada feminina dessa casa parlamentar?

83- Olha... nós temos um respeito muito grande pela bancada parlamentar feminina da casa... 83- porque você sabe que elas são minoria. 84- Quando eu cheguei aqui no ano de 1991 a bancada era/ era formada por 4 mulheres, 85- hoje são 35... 86- já houve um/um acréscimo muito grande. 87- No entanto, se você coloca isso proporcionalmente aos 513, elas ainda são minoria muito grande. 88- O parlamento ideal, seria de 50% de mulheres e 50% de homens. 89- não é que nós queiramos, aqui, fazer distinções di... discriminatórias.... 90- Ahh! o feminismo vai pra cá 91- o *masculinismo* vai pra lá. 92- Não é isso... 93- eu acho é que a mulher... a presença da mulher... ela enriquece muito o ambiente e, sobretudo, 94- as mulheres que têm aqui são muito preparadas. 95- lá, na minha comissão, têm pessoas que têm... são professoras universitárias 96- são pessoas que vêm de outros segmentos sociais bastante relevantes, então... 97- a presença da mulher dentro do parlamento, eu acho que ela tem que se multiplicar, 98- as mulheres têm que se *convence*, tem que enfrentar, 99- eu sei que campanha eleitoral é algo Á:RDUO, DIFÍ:CIL 100- mas isso tem de fazer parte, eu diria, assim, das aspirações femininas 101- da nossa realidade brasileira.

- **Pesquisadora:** - O que significa, então, para o sr. fazer políticas públicas para as mulheres no Brasil, levando em conta a nossa realidade brasileira?

102- Bem... enfocando a mulher, então, aí... você chega e abre um grande cenário, qual o cenário? 103- hoje nós estamos tendo...né?... mulheres/ o número de mulheres alfabetizadas são maiores que o número de homens... 104- mulheres, é: com formação universitária maior que o número de homens... 105- nós temos mulheres dirigindo empresa QUASE idêntico ao número dos homens, 106- no entanto, o salário ainda é INFERIOR... 107- ainda existe DISCRIMINAÇÃO... e 108- ainda existe o que nós chamamos... isto é tarefa da mulher... 109- ou seja, você sabe que isso transformou-se num jargão, né? 110- num jargão que passa de geração para geração e, assim, 111- você diz... estas tarefas são de homens e estas tarefas são de mulheres... 112- que é uma noção que eu chamo minúscula... 113- que:: não existe tarefa masculina nem tarefa feminina, 114- em políticas públicas, a tarefa da mulher é idêntica a tarefa do homem... e vice-versa... 115- a tarefa do homem é idêntica à tarefa da mulher 116- e a capacidade ou a capacitação delas é idêntica também... 117- então, o que eu diria pra você é que a mulher brasileira... ela já... caminhou... 118- teve MUITAS conquistas/não resta dúvidas... muitas conquistas elas já tiveram... 119- mas, elas precisam lutar mais... 120- porque você sabe que espaço ocioso é espaço ocupado 121- e, então, ou elas ocupam os espaços que estão sendo deixados ociosamente e elas, então, os ocupam/com esta.... 122-veja que nós começamos dizendo que um homem público.... ele, deve ter antes de tudo sensibilidade... para o universo/ sensibilidade dessa.... para com esta cosmovisão da realidade nacional, 123- então, a mulher tem... MUITO mais sensibilidade do que o homem... 124- sobretudo para os problemas de políticas públicas que atinge os mais excluídos os mais frágeis... 125- os nossos chamados pessoas que não tiveram oportunidades que você e eu estamos a ter.

- **Pesquisadora:** - Deputado, o sr. Conseguiria me apontar pontos favoráveis e pontos desfavoráveis das conquistas e lutas das mulheres por essa sua emancipação?

126- Eu... colocaria alguns pontos favoráveis, 127- como primeiro ponto favorável eu colocaria a consciência feminina que foi aberta 128- e que elas começaram a lutar por essa... por esse... digamos... conscientização de que 129- elas não são objetos sexuais, 130- elas são pessoas humanas integradas 131- com direitos e deveres, 132- numa reciprocidade de convivência em que não exista antagonismo, nem muito menos luta, entre sexos, 133- sexo feminino lutando contra a sexo masculino, 134- mas elas já conseguiram se impor dentro desse sentido. 135- segundo, eu vejo que a mulher tomou consciência de que o caminho que ela tem a perseguir é: o caminho é: de aculturar-se, 136- ter mais cultura, mais conhecimento, 137- esse conhecimento a leva... CERTAMENTE a ser pessoa que tecnicamente, cientificamente, politicamente/ ela se torna competente para discutir qualquer tema a nível nacional em qualquer fórum em que ela tenha que comparecer... 138- é:: outra conquista que as mulheres tiveram, depois/nós estamos sentindo que hoje está sendo DISPERTADO, no meio feminino, o problema da mulher pesquisadora, 139- da mulher pesquisadora social, 140- da pesquisadora científica em todas as áreas da abrangência do conhecimento, então, 141- eu acho isso conquistas valiosas. 142- NO ENTANTO nós temos, o que nós chamamos de diferenciações regionais, 143- e:: diferenciações de natureza econômica, 144- enquanto, eu chamarei, essa minoria tá tomando

toda essa/eu chamaria, entrando para esse acervo do conhecimento 145- existe uma grande maioria que *tá* também sendo excluída 146- que *tá* se acomodando em ser simplesmente a esposa aquilo que.../ 147- você conhece essa expressão, quando você pergunta, qual é a sua profissão? ela dizia a::ssim domé::stica... doméstica, hoje... ou então do lar... do lar... 148- quantas vezes, eu... no meu consultório... eu perguntava... a sra tem alguma profissão? 149- ela dizia assim, do lar.. 150- quer dizer, do lar, não tem profissão nenhuma 151- ela é do lar, ninguém sabe o que significa especificamente... 152- a gente traduz, porque 153- é ela quem vai varrer a casa, 154- quem vai fazer a comida, 155- é quem vai lavar roupa, 156- é quem vai tomar conta do marido, 157- é quem vai tomar conta dos filhos, 158- como se estas tarefas fossem, simplesmente, restritas, elas só tivessem/tivessem essa restrição, 159- enquanto são tarefas comuns... a:: 160- quem, porventura, um dia casou-se... tanto faz... uma tarefa pra um, uma tarefa pra outro, então, 161- eu vejo que, se você me perguntar, que as conquistas estão sendo muito seletivas, 162- há uma seleção, 163- é um grupo que tomou consciência e que avança, 164- agora, a grande massa, ainda não chegou à consciência cívica, 165- à consciência, eu chamaria, ESTRUTURAL de que elas têm o mesmo direito que as outras colegas já alcançaram.

- **Pesquisadora**: - A última questão, que é uma pergunta que eu venho fazendo aos deputados, como eles avaliam o papel da mídia, da mídia impressa e televisiva, no que diz respeito à imagem da mulher e sobretudo da mulher politicamente ativa:

166- olha... eu faria três distinções, né?. 167- a nossa mídia, quando ela apresenta a mulher, eu vi isso porque eu estudei na Europa, muito tempo, 168- e via que a mulher brasileira, ela é apresentada como, sempre, a mulher que expõe a sua sensualidade, 169- é SEMPRE de biquini que ela aparece, 170- é sempre uma pessoa que... ela é uma atração sexual ou, então, 171- uma atração sensual, 172- ela não aparece com os valores intrínsecos que ela tem, 172- então, a mídia foi muito responsável por isso. 173- segundo lugar... quando, nós começamos a despertar para o turismo, 174- e isso é uma campanha que esta sendo encetada aqui dentro desta casa, e que *tá* tomando conta do mundo inteiro, 175- se você passar, hoje, aqui pela esplanada vai ver valorize-se a mulher, 178- não deixe que a prostituição comande. 179- porque, você sabe que o turismo de PROSTITUIÇÃO estava se divulgando de uma maneira VELOZ DEMAIS em todos os estados brasileiros, 180- então, houve/a mídia não favoreceu. 181-terceiro lugar... a/a a figura da mulher...eu *to* olhando os aspectos negativos... que ela também... não aparecia na mídia, 181- ela aparecia, por exemplo... quando você vai olhar uma novela, por exemplo, examine bem o que... é... que é focado... 182- quando eu *to* falando novela, não é que eu seja contra novela, 183- eu acho que a novela é um lazer que as pessoas têm... 184- mas, enfoque fazendo uma análise psicológica das figuras femininas que aparecem, 185- primeiro são sedutoras... né? 186- depois elas tão tendo comportamentos que, muitas vezes, não condizem com a realidade intrínseca da própria mulher, 187- e depois, elas são de::pre::ssiadas... 188- isso, a mídia está vendendo. 189- mas, enquanto isso, *tá* começando a surgir pessoas com posturas de dignidade 190- a mídia *tá* começando a descobrir o valor, que eu chamaria, TRANSCEDENTAL da mulher... 191- ela começa a aparecer como alguém que tem conteúdo, 192- não só intelectual, mas

conteúdo social, conteúdo econômico e conteúdo espiritual... 193- isso está a:: brotar, 194- eu não diria que, isso se universalizou, 195- mas começa a ter... eu chamaria... /.../ na linguagem deles, do nossos midiáticos... alguns “spots”, né?... alguns “flashes”, em que 196- começa a aparecer, a mulher na sua compleição psico-física-social, moral, eu chamo, 197- a recuperação.. o resgate da dignidade intrínseca da mulher brasileira... **Pesquisadora:** e da mulher atuante politicamente? da parlamentar mesmo, da senadoras, como elas aparecem na mídia? Como o senhor avalia isso? **Deputado:** 198- elas estão começando a aparecer ... 199- a mídia ainda não lhes confere todos os espaços que elas merecem 200- eu que, por exemplo/na minha comissão que é... digamos, assim, uma comissão que tem um número razoável de mulheres, são 6 mulheres numa comissão de 35... 201- ainda é um número pequeno, 202- mas, ainda, a mídia enfoca os projetos é:: muito mais dos homens do que das mulheres 203- então, aqui, é que eu sempre digo pra elas... olha, vocês têm tanto talento, 204- todas vezes que elas se manifestam, se manifestam com tanta proficiência, com tanta competência, que elas poderiam... criar mais espaço na mídia, 205- mas justamente, ainda vem, o que eu chamo, de a ação discriminatória da sociedade, 206- e a sociedade é formada pela mídia, você sabe disso perfeitamente!, infelizmente! o jornal hoje... 207- eu estava conversando com um grupo de jornalistas, numa mesa redonda, 208- e eu fiz a ele uma pergunta, 209- embora que eu já soubesse a resposta.210- eu perguntei porque que o bem não era divulgado? 211- porque, só você lê... pega um jornal espreme só sai sangue né?... 212- é o escândalo, é o crime, 213- você vê o quanto está a render na mídia... esse episódio /.../ 214- mas, aí, as ações positivas não aparecem... e deve ter tido, 215-se houve tantas ações negativas, houve alguém que foi generoso, que foi COMPETENTE naquele combate, né?... , 216- não aparece, 217- então ele disse, é porque isso não vende. 218- nós estamos o que? vivendo numa sociedade mercantilista... 219- VENDE eu ofereço, 220- NÃO VENDE, então, ou eu oculto, ou deixo subliminarmente para quem quiser interpretar.

Entrevista 5: Deputado (PTB-RR)

- **Pesquisadora:** - primeiramente, eu gostaria que o senhor fizesse um pequeno histórico de sua vida política. Pode ser uma coisa breve.

1- em primeiro lugar eu... sempre fui *é/é...* procurado por algumas pessoas na minha vida: pública, 2- anteriormente, *é...* na polícia civil/ 3- quatorze anos eu trabalhei na polícia 4- atuei em sindicato, 5- mas eu sempre fui chamado pra ser candidato, 6- mas nunca quis. 7- depois de alguns anos, eu me vi nessa/nessa situação 8- quando...*é::* me convidaram, 9- depois de eu ter morado fora do Brasil por quase quatro anos, como missionário, 10- quando eu voltei houve um/uma pesquisa... e 11- uma forma de..de análise entre algumas pessoas e 12- indicaram o meu nome 13- eu, na realidade, não gostaria de sair candidato 13- disse que não gostaria 14- mas depois de alguns diálogos, eu resolvi aceitar... 15- acreditando que, se fosse a vontade de Deus, eu seria, realmente, eleito. 16- e procurei desempenhar o trabalho. 17- hoje eu estou aqui como/como parlamentar. 18- na/minha família eu tive/tenho um tio que foi prefeiteiro! ... vereador e presidente de câmara por três mandatos, 19- meu pai chegou a ser candidato uma vez, 20- mas eu nunca me interessei. 21- somente agora, como eu falei, foi que surgiu esse convite/ 22- essa quase *que::* uma pressão encima *pra* sair candidato 23- e saiu e, graças a Deus, foi com êxito, né? 24- eu fui o quinto mais bem votado... *é::* 25- graças a Deus *é::* sem: nenhum::m subterfúgio, 26- sem nenhuma promessa *é::* fora do/do padrão, vamos dizer assim, daquilo que se pode *cumpri*, 27- e também, graças a Deus, sem oferecer qualquer tipo de benefício 28- porque, na realidade, nem dinheiro eu tinha, 29- nem tenho. 30- eu procuro/ a minha vida hoje continua quase a mesma/ 31- continua a mesma pessoa, 32- vou em todos os lugares onde eu ia anteriormente, sem nenhum problema, 33- *e::* tenho, vamos dizer assim, uma vida normal, 34- como cidadão comum 35- e se Deus assim permitir, que venhamos sair pra essa reeleição 36- vamos sair novamente com a intenção de levar uma palavra de conscientização para o povo 37- porque não é vendendo voto não *é/é* negociando voto que você vai mudar a/a situação do nosso país 38- eu creio que quando nós fizermos /tivermos um voto mais consciente/ 39- e este foi o meu slogan da eleição passada, chamando a população *pra* votar consciente 40- e eu creio que mais uma vez, ou, MAIS DO QUE NUNCA temos que *é/é* ter um voto consciente realmente.

- **Pesquisadora:** - O que significa pro senhor *é::* fazer políticas públicas, no Brasil?

41- olha:: fazer política públicas, eu acho/eu tenho convicção, 42- *é* o ato principal de toda a autoridade constituída *é::* pelo povo, eleita pelo povo, em benefício de uma sociedade, 42- *e::* essa:: essa ação pública, ela deve ser coerente, 43- ela deve ser RACIONAL 44- de maneira que você venha a atender as necessidades básicas prementes da população 45- sem nenhum subterfúgio e, 46- principalmente, atacando aqueles pontos nelvrágicos da sociedade que infelizmente, hoje, não se busca atacar. 47- principalmente voltando *pro* lado da saúde, 48- da educação, 49- da segurança pública 50- e da questão do desenvolvimento, ou seja, 51- do investimento do/do... outro sustentáculo da sociedade 52- que *é* a questão da agricultura, 53- do alimento, 54- do agronegócio no Brasil 55- com a

perspectiva de abrir novos empregos. 56-mas, principalmente, atender a necessidade básica da população com relação à educação, à saúde e à segurança pública 57- que eu tenho certeza, estando bem é/é atendido nessa área, a população tem tudo a desenvolver-se 58- porque a população/a pessoa com uma boa saúde, uma boa educação, ele, com certeza, vai trabalhar 59- e não vai viver ai, muitas das vezes, a mendigar o pão. 60- porque se procurar você tem trabalho, 61-por mais pequeno que seja, você consegue trabalho hoje em dia.

- **Pesquisadora:** – Senhor deputado, como é ser parlamentar, homem, portanto e ter de conviver com os ideais almejados pela bancada feminina dessa casa parlamentar ?

62- Olha... eu, como parlamentar, e como cidadão, como homem é... 63- eu... me sinto muito a vontade pra dizer que convivo muito bem com as reivindicações, com as pretensões da bancada feminina... 64- porque eu sei que são reivindicações, são pretensões justas... e:: 65- *hai de nois*, quem/ o que seríamos nós se não fosse a mulher... 66- se hoje eu estou aqui é fruto de uma mulher que... que me concebeu, 67- me criou, 68- me educou e:: 69- eu tenho mais que:: é:: é que estar apoiando as ações que venham, realmente, atender aquelas necessidades básicas/ 70- é claro que tem algumas situações que... nós não podemos nos esquivar de:: de:: até mesmo opinar, com relação é... de que 71- a mulher, pelo seu sentimento, pelo seu amor NATURAL que tem, com o lado da família/ na família e 72- hoje nós sabemos que a causa de muitas famílias estarem sendo destruídas estarem em/em fase de DEGRADAÇÃO, é pela falta da convivência familiar, 73- ou seja, hoje, devido a necessidade é:: é de uma melhor renda familiar, a mãe e o pai têm que trabalhar, 74- e:: a mãe, por um outro lado, a mulher, ela tem um/um problema duplo, 75- que é *trabalha* fora pra poder ajudar na:: na:: na renda dentro de casa e 76- ainda ter que cuidar dos filhos, 77- e isso é um fator complicador, 78- se houvesse uma melhor equação é:: é junto com/com o marido certamente ficaria mais fácil, 79- mas, normalmente, o homem procura sempre deixar essa carga, o lado da criação dos filhos para a mulher, 80- mas eu creio que a tendência com o passar do tempo é/é mudar mas, 81- eu não espero... e não quero que: continue:: é... com essa tendência, 82- da maneira que está , 83- porque, se assim for, nós teremos aí filhos... totalmente de::s/famílias totalmente desestruturadas... face a essas questões, 84- mas eu não culpo a mulher 85- eu culpo o casal, 86- e principalmente, o homem por essa falta de compreensão.

- **Pesquisadora:** O que significa tratar, hoje, então, de políticas públicas para as mulheres?

87- Olha ... eu vejo a sensibilidade feminina quanto às questões das...das ações públicas 88- daquilo que realmente venha ser positivo e 89-venha ser melhor para a sociedade, 90- devido essa sensibilidade feminina, as mulheres têm dado uma grande contribuição 91- e a tendência é aumentar essa contribuição, 92- por essa sensibilidade, 93-por essa sensatez, é::é:: 94- mas quando nós vemos uma mulher administrando, 95- aquela mulher que tem a/aquela dedicação/aptidão para administrar, 96- normalmente a administração realizada por mulheres... ela...ela é bem mais eficaz, 97- ela é bem mais coerente do que a:: a:: do homem, 98- devido essa sensibilidade, 99- a preocupação é... da mulher ela é mais forte com relação ao próximo... do que o homem, 100- fruto do amor natural que a mulher

já nasce, 101- principalmente porque a mulher ela é... quando se fala de geração, quando se fala de... de:: de dar vida, 102- ela é... a principal, vamos dizer assim, é... **pesquisadora:** protagonista. **Deputado:** é... PROTAGONISTA da história, 103- é a mulher, 104- principalmente por estar, ali, por nove meses, é:: é:: com aquele/ com aquela criança sendo gerada dentro de si... 105- então, o amor vai fluir muito mais, 106- e POR ISSO, ela *sabe qui* é... que o filho o seu filho/ compreender que outras mulheres também passaram pela mesma situação, 107- ela se preocupa mais com o ser humano, 108- com isso a influência da mulher nas ações públicas, na gestão pública, 109- eu vejo hoje como:: de suma importância e:: com a tendência do crescimento que nós vemos... é:: 110- daqui há mais uns anos, as mulheres vão estar tomando a frente de muitos cargos importantes no/no:: nosso país, 111- tanto é que você vê hoje/ e graças a Deus por isso, que o percentual das mulheres hoje, na educação, na área de educação ela é bem maior do que os homens, 112- na área da saúde, as mulheres também já estão bastante *avançada* com relação a/a às vagas existentes 113- é:: no Brasil, e praticamente no mundo, com relação a/a:: a área administrativa, também, hoje já há uma boa... 114- embora haja ainda uma::... como é que eu posso dizer aqui, uma/uma retalhação ainda, assim, um pouco escondida, 115- mas existe, de alguns homens no sentido de/de:: não aceitarem serem é:: vamos dizer, assim, serem orientados, serem administrados por/por é:: por mulheres, 116- mas eu creio que isso aí é:: questão de tempo....

**-Pesquisadora:** /.../ eu gostaria que o senhor me pontuasse, assim, na sua opinião, quais são os pontos favoráveis e os pontos desfavoráveis das conquistas e lutas das mulheres por sua emancipação?

117- Olha... o/o:: os pontos favoráveis.. que eu poderia colocar aqui é justamente a inclusão do AMOR 118- da DEDICAÇÃO 119- da SENSIBILIDADE da mulher dentro da gestão pública 120- dentro do espaço hoje preenchido é:: da mulher dentro da/da... da organização, vamos dizer assim, como um todo da esfera pública, 121- tanto privada quanto é:: a própria pública governamental e não governamental... 122- ela/ela trouxe uma influência altamente positiva, 124- embora, o PRECONCEITO, em pleno século XXI, ainda exista, ainda exista, 125- mas, mesmo assim, a influência da mulher... ela veio somente para somar 126- para abrir um/um... vamos dizer assim, uma::uma... a visão daqueles que:: durante muitos anos achavam que a mulher deveria estar somente atrás do fogão 127- ou cuidando das crianças... 128- mas, é... basicamente isso o lado positivo. 129- o lado negativo, eu até já comentei, é com relação à ausência da mulher dentro do lar 130- trouxe uma/uma, vamos dizer, um fator negativo com relação à educação dos filhos, 131- porque no passado havia aquela visão que a mulher... ela tinha que se dedicar somente na educação do lar 132- e não *te* a necessidade de/de estar somando com o marido externamente, né ?, 133- vamos dizer, a nível de trabalho, de estar trazendo recurso para dentro do lar 134- só que, devido a questão da baixa condição salarial... questão de renda familiar, houve essa necessidade da mulher trabalhar, 135- e veio para somar realmente, 136- só que continuou a visão de que somente a mulher tem essa/ o dever de estar cuidando, dentro do lar, da questão administrativa do lar, 137- da questão é/é de cuidar dos filhos, 138- da questão de... de, até mesmo de cuidar da casa como um todo, 139- e esse fator, tem sido é::

vamos dizer, negativo... 140- devido essa ausência, 141- mas que ela tem que ser suplantada, 142- ela tem de ser dirimida a partir do momento que haja consciência do homem 143- de haver a participação mútua em ambos os fato... em ambos os fatores 144- tanto no setor é/é externo para melhorar a renda dentro do lar como, também, na administração do lar, 145- embora, eu como pastor, tenho um conhecimento bíblico de que a palavra de Deus diz que o homem é:: o CABEÇA do lar 146- é o:: vamos dizer, é o tutor... 147- é:: aquele que está ali, 148- é o provedor, só que::/ 149- e diz que a mulher... ela deve ser submissa ao marido... 150- só que essa submissão que a palavra de Deus fala não é submissão de escravidão 151- de:: de ser subjugada não.152- é justamente aquele/aquela... aquela idéia da sensibilidade... da mulher compreensiva, 153- da mulher... por ter um amor já natural, 154- e o homem tem que aprender a amar 155- e a mulher já nasce a:: amando, 156- o homem tem que aprender a amar, 157- e a bíblia nos ensina isso e:: 158- é a falta justamente dessa aprendizagem, desse amor, que tem levado muitos homens a achar que a mulher tem que *ta* subjugada 159- e dá uma conotação totalmente diferente do que é ser submissão.

- **Pesquisadora:** Uma última questão... para não cansá-lo muito /.../. Como Vossa Excelência avalia o papel da mídia, da mídia empresa, televisiva no que diz respeito à construção da imagem da mulher?

160- Eu... poderia dizer que a mídia, to falando aqui a mídia genericamente, né? 161- não vou colocar aqui/ não vou fazer uma citação específica, 162- mas tanto a escrita quanto a:: a televisada e a falada, vamos dizer/ usar essa expressão, aqui, rádio televisão e revistas, de uma maneira geral o jornal, eu digo que:: elas têm sido *usada* negativamente com relação a mulher, 163- por um lado, eles podem até... chamar atenção da liberdade feminina, 164- da:: da necessidade da mulher estar no contexto geral da sociedade como participante, 165- como ser humano, independente de raça cor ou credo, 166- mas o lado NEGATIVO, que eu vejo que ele é mais influente do que o positivo, 167- é justamente... usar a mulher como:: como material como:: como é? 168- tem uma expressão que a gente pode usar aqui, 169- como:: objeto, 170- como objeto de uso, 171- como objeto de consumo... que 172- isso, pra mim, acaba com tudo aquilo de positivo que se coloca, 173- eles acabam 174- porque quando se coloca em jornais, mulheres semi-nuas para venda de:: de:: determinado tipo de objeto, de celular, de:: *vamo coloca* aqui, até mesmo de um livro, ou de qualquer coisa semelhante que não tem nada a ver, ou seja, eles estão USANDO a mulher como simples objeto, 175- como fator de consumo, 176- e isso, pra mim, a mídia influi negativamente com relação à mulher. 177- eu tenho sido um grande defensor desse lado contrário a:: a questão do:: uso da imagem da mulher, 178- da exploração do CORPO da mulher 179- porque, isso aí, é um fator, pra mim, dos mais degradantes que a mídia possa/tem colocado, 180- porque você não *tá* usando/é aquilo que eu falei anteriormente, da inteligência, 181- da sensibilidade, da:: da:: 182- do amor com que a mulher faz o seu trabalho... 183- e pelo seu conhecimento... 184- porque a mulher ela é mais dedicada e, por isso, 185- ela absorve com maior facilidade a questão de determinados tipos de trabalho... pela sua dedicação. 186- então, esse lado da inteligência, da capacidade da mulher ele é POUCO demonstrado... 187- eles/eles dão mais,

dão mais ênfase a esse lado de ver a mulher simplesmente como objeto, 188- como:: como algo que se possa somente consumir.

- **Pesquisadora:** e da mulher politicamente ativa? Das deputadas, das senadoras, das ministras? O que você acha? Como que a mídia as representa? **Deputado:** 189- é:: a mídia/a mídia, eu creio que tem dado um bom espaço... para a:: a:: as mulheres parlamentares, 190- para a mulher política, 191- tem dado um espaço, vamos dizer, até razoável dentro... da quantidade também, das mulheres que existem hoje dentro da representatividade, portanto, no Congresso Nacional 192- eu acho que se houvesse um número maior de mulheres, com certeza, a mídia estaria dando mais ÊNFASE ainda com a participação dessas mulheres, 193- então... a participação, hoje, eu vejo dentro da socie:/ dentro da proporção, conforme o número é... hoje... praticamente 10% das mulheres, é:: que representam o Congresso Nacional, 10 por cento, 194- poderiam ser mais, 195- já que as mulheres, hoje, representam mais de 50% da população brasileira, 196- então, já que:: eu entendo que a::/o Congresso Nacional é a representatividade do povo.

Entrevista 6: Deputada (PFL-TO)

- **Assessora de Imprensa:** A primeira questão que ela mandou é:: se a senhora poderia fazer um pequeno histórico da sua vida política?

1- Bom, tudo iniciou...é::/ 2- primeiro, a minha entrada na representação classista... aconteceu primeiro na questão privada... 3- quando eu perdi o meu marido, fiquei viúva, e tive que então...é:: que cuidar da fazenda... 4- tive que aprender as coisas do campo 5- e:: prosseguindo nessa batalha, nessa luta, com o aprendizado com as pessoas do campo, iniciativa privada, cuidando da minha fazenda, surgiu a oportunidade de me candidatar a presidente do sindicato rural na cidade de Buritins no Tocantins...5- me candidatei, é:: 6- ganhei as eleições 7- houve uma grande disputa, e:: então... 8- comecei a fazer um trabalho também classista no meu município 9- e isso deu repercussão no meu estado... 10- e dois anos depois eu fui convidada a ser presidente da Federação da Agricultura do Estado. 11- e:: fui a primeira mulher dentro do Brasil, 12- e sou até hoje a primeira mulher que tenha passado por uma federação... 13- infelizmente ainda não tivemos uma outra mulher na presidência de alguma no Brasil, 14- e:: dois anos depois, eu me candidatei a deputada federal... 15- fiquei na primeira suplência, 16- mas, tive a oportunidade de assumir a câmara durante dois anos... de 2000 a 2001. 17- e:: estando na câmara 2 anos, eu me candidatei novamente em 2002 ... é:: a deputada federal... 18- e aí sim eu vim eleita com a/a com a maioria dos votos do Estado, com 13% dos votos do Estado, com 76000 votos... 19- o segundo colocado do Estado fez 41000 votos, 20- então, foi uma votação muito tranqüila e... 21- e:: basicamente defendendo o campo... 22- ampliando um pouco as bande::iras... em algumas ocasiões, em algumas situações localizadas, 23- mas, predominando a minha defesa é: na/na luta classista... 24- e:: como mais votada, depois de 4 anos, o governador do Tocantins, candidato a reeleição e:: então, 25- numa parceria com o PFL, uma coligação com o PFL eu tive oportunidade de me candidatar ao senado 26- e me elegi agora senadora da república pelo Estado do Tocantins 27- mas antes disso, há um ano e meio atrás, eu me elegi como diretora da casa, 28- na representação pela região norte do país 29- então, sou vice-presidente de secretaria hoje... 30- também, a primeira mulher do Brasil a *participa* aqui na CNA é:: da diretoria da casa, 31- e:: no congresso nacional, nesse período, também, tive oportunidade de presidir a bancada ruralista, por um ano. 32- foi uma oportunidade, uma experiência muito interessante, né?... onde a gente teve a uma oportunidade de conhecer os problemas do Brasil todo 33- ter uma noção maior do Brasil 34- e:: agora eu vou assumir o senado no dia primeiro de fevereiro. **Assessora de imprensa:** é:: a senhora acabou de dizer que não tem muita diferença, assim, fez alguns comentários que não tem muita diferença de homens para mulheres, mas várias vezes na sua fala a senhora disse eu fui a primeira mulher a fazer isso, a primeira mulher a fazer aquilo. Isso já é uma diferença, não é? 35- É:: principalmente, é:: quando a gente fala que foi a primeira, é mais fácil ser a primeira no campo porque no Brasil, 36- isso é cultural 37- isso é tradicional, 38- é uma atividade predominantemente masculina, né? 39- normalmente as mulheres que vão pro campo, que vão pra luta no campo, a frente de uma propriedade

rural, normalmente, elas vão pela dor e não pelo amor, ou 40- porque perderam o marido e herdaram a fazenda, 41- por/porque se separaram, se divorciaram e ficaram com a metade da propriedade rural ou, enfim, 42- porque perderam o pai e receberam a herança de fazenda, então, 43- muitas iniciaram por uma história triste, né?... 44- com uma perda, então, nunca muito pela opção própria. 45- Hoje não, hoje já temos algumas mulheres que fazem uma opção pelo campo, 46- é um número reduzido, 47- mas já fazem essa opção, então, 48- quando eu digo que é a primeira... ah!... é pra demonstrar pras pessoas que nós precisamos de muitas 49- eu acho que o equilíbrio de gênero em qualquer atividade é um::ito importante 50- não só na área rural, como na área comercial é:: trabalhista, enfim, 51- o importante é que haja um equilíbrio. 52- assim como eu defendo o equilíbrio na câmara e também no congresso nacional, 53- eu acho que nós não podemos fazer leis é:: totalmente plenas, se nós não tivermos a avaliação de ambas os sexos, né? 54- porque o Brasil é feito... o mundo é feito de metade homens e metade mulheres, então, 55- eu acho que na postulação das leis... eu acho importante a opinião é:: do gênero equilibrado.

**Assessora de imprensa:** Ela pergunta, aqui, quais qualidades deve ter um/uma parlamentar que lida com políticas públicas no Brasil?

56- Olha... eu acho que a qualidade maior de qualquer político, em qualquer situação, é:: eu acho que em primeiro lugar é ele tem ter coerência... 57- tem que ter lado, 58- tem que saber se defender, 59- tem que ter firmeza de posição naquilo que acredita, ou seja, 60- não pode ficar um dia de um lado um dia de outro, 61- não pode ser uma pessoa, é:: surpreendente a todo o momento, 62- tem que ser uma pessoa que seja identificada, 63- que pode ser surpreendente nas ações, mas precisamente naquilo em que ela acredita, então, 64- eu acho que a credibilidade é uma coisa que não se pode é:: perder... é:: credibilidade e coerência. 65- então eu acho que isso é MUITO importante na vida de um político.

**Assessora de imprensa:** Como é ser mulher e parlamentar?

66- Eu acho que é a mesma coisa que ser homem e parlamentar. 67- eu acho que com alguma diferença, então, 68- eu volto a dizer que é cultural, no Brasil normalmente as coisas domésticas são sempre de responsabilidade da mulher, né? 69- E:: pra mim, mais ainda, porque eu sou viúva então é:: 70- não tem nem como dividir essa tarefa [...] então 71- eu que cuido da casa/eu que/ 72- meus filhos estão adolescentes quase que... indo pra/ quase adultos mas 73- ainda precisam de mim da minha orientação, então 74- a gente tenta dividir o tempo no sentido de dar essa orientação para os filhos, de dar tranqüilidade, de dar paz, de dar conteúdo aos meninos, né? e:: 75- cuidar da casa na medida do possível, com pessoas competentes que costumam me atender, é:: então, 76- eu acho que a dificuldade, um pouco, não é nem maior/ 77- um pouco a mais do que o homem porque, normalmente, 78- a mulher ainda faz o trabalho familiar doméstico, com filhos e casa. Assessora: essa questão da qualificação feminina pra/prá questão do nego::cio, de lidar com a política, que foi uma atividade que durante muitas décadas é:: exclusivamente masculina, a senhora acha que isso já foi ultrapassado? [...] 79- eu acho que as mulheres poderiam ser mais estimuladas a/a ir para a política,

mas 80- não digo estimuladas só para preencher aquelas cotas da lei, que 30%, no mínimo, deverão ser de mulheres [...] então 81- eu acho que essa cota, ela não foi suficiente para estimular, 82- se você pegar em nível nacional as mulheres, nessa última eleição, elas diminuíram, as mulheres que chegaram ao poder, então, 83- alguma coisa errada existe...né? 84- existe a questão do preconceito... 85- existe a questão de muitas mulheres, é:: não ter a compreensão do marido, porque 86- a vida pública... ela é uma vida de doação, de dedicação...é... 87- o político, na/na... aos olhos do eleitor, ele não tem sábado, ele não tem domingo, ele não tem descanso, ele não tem aniversário de família, 88- o eleitor exige muito do parlamentar e do político, a todo o momento, toda a hora, né? 89- Então, isso faz com que a gente abra mão de MUITAS situações é:: particulares, familiares e:: sempre 90- quando existe o casamento, é:: não há muita compreensão por parte é:: do companheiro nesse sentido, né? de compreender essa dedicação que a gente tem que ter no dia-dia. 91- Então, a gente encontra muitas mulheres na política que são mulheres que são só. né? 92- algumas têm, claro que têm, família constituída, mas, 93- muitas não têm. 94-Então, essa dificuldade de entrar na política, financiamento de campanha, a mulher tem muita dificuldade. 95- ela é bastante preocupada com essa questão, né? de fazer sua campanha... Assessora: existe dificuldade por ser mulher, pra conseguir recurso? 96- Pra conseguir recursos, porque, na realidade, é o que eu sempre digo nas reuniões de mulheres que vou pelo Brasil afora, é:: que 97- a mulher tem que ampliar um pouco a sua representação. 98- normalmente, você pega no congresso, ou as assembléias legislativas ou também nas câmaras municipais, 99- as mulheres estão muito limitadas às questões sociais, às questões da educação, e:: algumas, nas questões da saúde. 100- são três áreas importantíssimas, 101- não to querendo desmerecer essas três áreas, mas, 102- a medida que as mulheres ampliam suas bandeiras, por exemplo, no meu estado, se tiver um eleitor que queira votar numa mulher que represente o setor rural, ele só vai ter uma opção... que sou eu...né? 103- eu gostaria que houvessem outras opções de votar na Maria na Kátia na Joana então... 104- por falta de opção, às vezes...é:: deixa de votar... 105- não...eu gostaria de votar numa mulher mas se ela defendesse...é... a micro e pequena empresa... 106- e, às vezes ele não encontra essa mulher em quem ele gostaria de votar por uma opção de gênero... 107- não...as mulheres são mais equilibradas... 108- ou as mulheres são mais conscientes, 109- às vezes um desejo íntimo/ nessas ultimas eleições... a gente percebe que o eleitor até tem uma admiração MAIOR, uma confiança MAIOR na mulher, mas... 110- na hora de votar, às vezes ele não encontra aquela candidata que possa representá-lo no seu seguimento, na sua vida, no seu dia-dia, nos seus ideais então... é:: 111- a educação, pra mim, que é uma bandeira prioritária, muito mais do que a agropecuária, que é o cerne da minha/da minha estrutura, mas 112- eu vejo a educação como um ponto importantíssimo, não é?, 113- então eu quero, eu continuo defendendo o setor agropecuário, porque acredito nessa vocação brasileira, na importância desse setor, mas 114- quero, no senado, fazer uma dedicação especial à educação que 115- eu julgo ser de maior importância. 116- então que a mulher pudesse diversificar um pouco mais, é:: ter outras/outros leques de opção na representação política, não é? 117- Então, acaba que:: é:: por hábito, os financiadores de campanha costumam... ter mais

opções com relação/ ter mais relacionamento com homens, então, às vezes 118- a mulher acaba tendo essa dificuldade, é:: para conseguir é:: o financiamento para a sua campanha eleitoral e:: 119- ela é bastante zelosa, cuidadosa com essa parte do que o próprio homem, que tem menos coragem, 120- nesse sentido, de ir disposta a uma campanha eleitoral sem, antes, ter uma segurança, né? de que ela poderá ...é... ter financiamento, então 121- eu vejo que a mulher tem essa dificuldade de conseguir financiamento de campanha e:: 122- com relação a essas bandeiras, com relação ao preconceito, também, com as dificuldades familiares, enfim, 123- um número grande de motivos que fazem com que a mulher. Assessora: o preconceito, preconceito, ainda existe? 124- Existe...existe... Assessora: Você já sofreu? 125- Já... muitas vezes, muitas vezes, principalmente durante a campanha eleitoral.. né?... 126- a campanha eleitoral é:: onde a mulher sofre o maior/ é:: prejuízo eleitoral, moral é... 127- quando, principalmente, você é correta... onde o seu opositor, por exemplo, não pode lhe fazer críticas com relação à sua honestidade, por onde você tenha passado, ou sua competência... 128- normalmente eles fazem a terceira opção que é a de agredir a sua moral a sua honra..né?... calúnia, é:: piadinhas, brincadeiras indevidas que:: às vezes, pode confundir a cabeça do eleitor... né? 129- Então.... são coisas que você não tem como PROVAR... 130- não tem como discutir, 131- não tem como justificar, 132- são agressões medonhas.. né? Terríveis... 133- eu sofri muito isso na última eleição, num ponto TÃO ABSURDO que aí deu até um efeito contrário, 134- a população se revoltou diante de tantas calúnias, de panfletagens anônimas, folhetos, panfletos.. né? Contra a honra, contra a moral e... 135- acabou que:: por fim, foi um sofrimento pra mim e pra minha família, mas do ponto de vista eleitoral é/é:: o tiro saiu pela culatra, vamos dizer assim, 136-então, existe MUITO isso né?. 137- Então, no dia a dia, as mulheres que conseguem se eleger, normalmente, elas vão conviver com uma maioria de homens, 138- porque na assembléia tem mais homens, 139- no senado tem mais homens, 140- na câmara tem mais homens, 141- nas câmaras municipais tem mais homens.... 142- então, sempre que a mulher vai se destacando começam, às vezes, é:: as pessoas compreenderem mal e querer fazer algum tipo de...de:: de dar um predicado é:: à mulher que ela possa não merecer... Assessora: esse fenômeno de votar a proposta de uma mulher? 143- Eu vejo muito é a tendência de votarem em mulheres, 144- mas quando eu vejo o resultado eu [...] 145- eu vejo muitos elogios...é... já tá na hora da mulher ser presidente da república, ser senadora [...] 146- as mulheres no mundo inteiro estão se destacando, mas 147- você vê que são coisas isoladas... 148- tão são isoladas que dão em notícia de jornal.... 149- dá em notícia de jornal porque ainda é coisa rara, então, 150- o elogio é grande 151- a intenção de voto é grande, mas... 152- eu não vejo isso no resultado.

- **Assessora de imprensa:** O que significa, hoje, tratar de políticas públicas específicas para mulheres, no Brasil?

153- Eu acho que::... nós temos...problemas... é...na sociedade, claro que são gerais.. mas, nós temos também problemas específicos... né?... 154- a mulher da classe mais baixa, da classe:: D e E, por exemplo, que são as mulheres pobres do Brasil elas têm bem menos proteção e bem menos oportunidade... 155- basta você vê as estatísticas com relação aos salários ...né?...é? 156- até que o

número de empregadas pode ter aumentado, mas, 157- quando você vai ver é por questões de salário é:: 158-empregou-se a mulher porque a mão de obra é mais barata, então, 159- eu acho que políticas públicas, no sentido de dar mais é...é... segurança à mulher, seria através da educação, 160- não só da educação no primário, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino da universidade, mas também de qualificação profissional ... é... 161- às vezes, a mulher termina o segundo grau sem uma profissão, então, 162- tem que lutar pra que essa mulher possa ter qualificação no sentido de:: é:: dar oportunidade de emprego é:: a ela... é? 163- Então... a gente vê muito pouco disso, 164-vê muito pouca condição é:: 165- muito poucas políticas públicas de treinamento e de capacitação da mulher.166- Quando eu falo que a mulher é mais comedida com relação à condição financeira, eu acho então que:/: esse é um posicionamento pessoal... 167- não tem nenhum /nenhum dado científico pra ...é:: avaliar isso... 168- mas você vê na economia doméstica, normalmente a mulher que cuida do dinheirinho menor, que é o da despesa da casa [...] 169- é um dinheiro com que ela tem que fazer muita coisa, e:: isso envolve a alimentação dos filhos, o vestuário dos filhos, o estudo dos filhos ... 170- então ela economiza igual uma leoa pra que ela não veja os filhos...[...] 171- então eu digo que a mulher ....toda a mulher é um pouco economista, 178- ela tem o ensino básico de economia ... só gastar aquilo que der pra gastar ... 179- ela não gasta mais do que aquilo, então culturalmente ...é:: 180- essa é a condição da mulher, ser a gestora, ser a administradora do lar 181- o que acaba ensinando a ela muita coisa.

- **Assessora de imprensa:** Outra pergunta que ela mandou. Quais são, na sua opinião, os pontos favoráveis e desfavoráveis nessa luta da mulher pela sua emancipação ? Essa coisa do feminino, o que é exagero? O que é favorável ou desfavorável? Porque, hoje em dia, por exemplo, a mulher chega, onde a senhora chegou, a esse espaço, mas tem que fazer tudo aquilo que ela já fazia antes. Elas estão no mercado de trabalho, são diretoras de grandes empresas, mas tem de cuidar da casa, tem de administrar a casa, cuidar dos filhos... [...]182- Eu vejo assim que na classe A ou B as mulheres tem ocupado mais espaços justamente porque essas mulheres têm mais condições de se preparar melhor, então, 183- quando a mulher tem condição financeira pra se preparar não lhe falta inteligência pra ocupar espaço, então, 184- não é que a mulher tem ocupado MUITOS espaços 185- significa que os espaços são pra todos, homens e mulheres, e que 186- naquele caso, muitos casos das mulheres da classe A e B, porque se prepararam, porque se dedicaram, conseguiram espaço, 187- assim como muitos homens vêm conseguindo ao longo do tempo.188- Então, essas mulheres não me trazem muita preocupação. 189- São mulheres que têm acesso à educação, têm acesso à saúde, que têm condições de sentar em uma mesa e de se defender... defender seus direitos, não é? 190- o problema começa na classe média para a classe de baixa renda. **Assessora:** pois é, a emancipação existe, mas dentro dessa emancipação há... pontos fortes, favoráveis e desfavoráveis, que a senhora aponte... dentro dessa:: situação de emancipação, hoje, maior do que há um tempo atrás? 191-... Não... é... eu acho que pontos favoráveis é que essas mulheres é:: têm dado força às demais, né? 192- elas têm seguido de exemplo não só pras mulheres, mas também pra homens que pudessem ter algum tipo

de preconceito, alguma resistência, em dar lugar e espaço às mulheres, 193- então, as que conseguem chegar, que têm se mantido na competência, que têm progredido, que tem crescido, tem servido de exemplo é:: pra que outras possam chegar... 194- deu certo, então, o patrão ou dono da empresa, por exemplo, né? ou governante que vá contratar assessoria, secretária de Estado, possam ter experiência que possam se repetir... 195- eu vejo muitos governadores que têm metade homem metade mulher no seu secretariado [...] 196- como o governador de Goiás/eu gosto muito de colocar mulheres no meu secretariado, 197- são RESPONSÁVEIS 198- são DEDICADAS, então, 199- essas dão exemplos a outros e força a outros de que 200- é possível chegar lá... 201- eu acho que isso é um ponto positivo. 202- então nessa emancipação eu não consigo ver pontos negativos nela... 203- eu não consigo ver...204- ainda com relação às/às políticas públicas para as mulheres, o que a gente tem que ter muito cuidado... é/excesso de zelo, 205- o excesso de proteção, pode no fim significar um prejuízo à mulher eu...é... 206- eu li em algum lugar uma matéria sobre a Espanha, 207- aonde estão estudando um projeto de lei, em que a licença maternidade, que é 4 ou 5 meses na Espanha pras mulheres, 208- pra que isso possa não dar prejuízo a elas, no emprego, na contratação... o empresário pode pensar que a mulher engravida... é prejuízo para a empresa...tal ... 209- então, eles estão trabalhando numa legislação aonde é possível também o homem ter a licença de 4 meses... igual à mulher, 210- poder fazer a OPÇÃO... 211- é uma medida super inteligente, 212- então, nasceu o filho, qual dos dois? a mulher, nos primeiros 30 dias, e o homem depois, então, 213- é:: quando eu digo, a licença maternidade no Brasil são 4 meses, 214- eu, sinceramente, sou a favor de 6 meses de licença maternidade. 215- eu acho que na França são 6 meses. 216- Eu acho que quanto mais tempo da mãe com a criança, é:: do ponto de vista emocional da criança é espetacular e... para a sociedade melhor ainda, 217- a criança mais bem cuida::da, a criança mais bem protegida emocionalmente, será no futuro um adulto muito melhor 218- mas, até que ponto isso pode dar ou não prejuízo às mulheres, né? na contratação, no emprego... 219- então, no excesso...às vezes, de zelar/ por um lado, nós temos que estar atentas pra não prejudicar em outros, 220- então tem que haver muito equilíbrio muita/muito discernimento pra que isso não possa acontecer [...] 221- uma outra coisa que me preocupa bastante é... são... é .... a/a questão da saúde da mulher, né? 222- nós estamos, hoje, com um sistema de saúde bastante falho, é:: 223- nós que vivemos na base, que freqüentamos os municípios, que visitamos os postos de saúde, os hospitais as cidades de modo geral... o estado... a gente vê o quanto tá precário a questão da saúde no Brasil todo, né? 224- se quiser destruir um governante, hoje, basta pegar os 27 governadores do país 225- se tiverem que fazer matéria negativa relativa à saúde no Brasil... eu tenho gargalos e falhas imensos em todos os estados do Brasil... 226- então, eu acho que na questão da saúde da mulher, principalmente, de novo, é claro, mulher de baixa renda, ela tem muito pouco acesso ao conhecimento de seus direitos né...227- então, a gente não vê políticas públicas por parte do ministério da saúde pra melhorar questões básicas na saúde da mulher, 228- por exemplo, então... eu to já acostumada a ir à tribuna reclamar ao governo da questão da prevenção do câncer de mama. 229- 9% dos municípios do Brasil, tem aparelho pra fazer o exame, apenas 9%... 230- têm alguns municípios

onde têm aparelhos conveniados, com cotas mínimas, mas, mesmo assim, 231- se eu conseguir colocar mamógrafos suficientes nos grandes centros do país... eu ainda tenho que me preocupar com a forma com que as mulheres vão chegar até lá, 232- que não dinheiro, que não tem condições de chegar até o mamógrafo... 233- então a coisa não é assim, tão simples, ah! 234- são 105 municípios [...] 235- eu estou tentando no meu município é:: dar acesso real às mulheres... que 236- se não quiser cuidar pelo lado emocional, pelo direito de saúde da mulher, pelo menos que pense no bolso do governo federal, 237- é muito mais barato prevenir o câncer de mama do que *trata* uma mulher com câncer de mama. 238-são 10 mil mulheres, por ano, que morrem simplesmente por falta de prevenção. 239- eu fiz uma campanha dois anos seguidos na câmara e no senado pedindo aos parlamentares que colocassem mamógrafos nos seus municípios nos seus Estados [..] 240- a questão da osteoporose, que está se agravando no país, 241- são ações básicas, pequenas, que poderiam melhorar a condição da mulher... 242- então, eu acho que, há pontos isolados, 243- pontos graves que poderiam ser combatidos com políticas públicas 244- que pudessem minimizar em muito o sofrimento da mulher e de preservar a vida da mulher e de ser mais barato para o contribuinte.